



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

Marli de Souza Saraiva Cimino

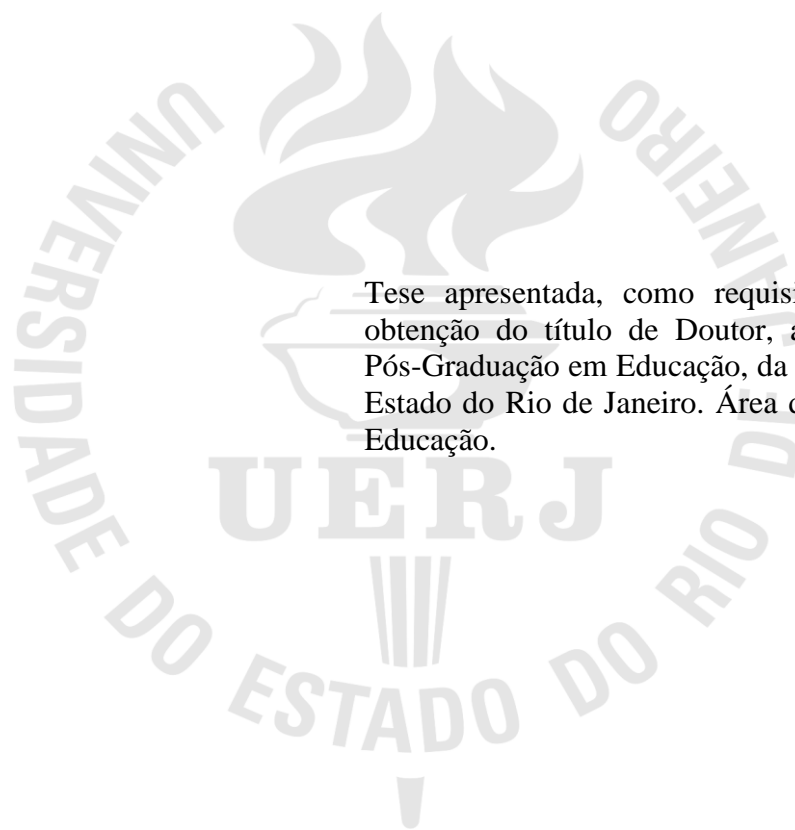
**Iluminar a terra pela inteligência: Trajetória do Aprendizado Agrícola de
Barbacena, MG (1910 - 1933)**

Rio de Janeiro

2013

Marli de Souza Saraiva Cimino

**Iluminar a terra pela inteligência: Trajetória do Aprendizado Agrícola de Barbacena,
MG (1910 - 1933)**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação.

Orientador: Prof. Dr. José Gonçalves Gondra

Rio de Janeiro

2013

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

C573 Cimino, Marli de Souza Saraiva.
Iluminar a terra pela inteligência: trajetória do aprendizado agrícola de
Barbacena, MG (1910 - 1933) / Marli de Souza Saraiva Cimino. – 2013.
369 f.

Orientador: José Gonçalves Gondra.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Educação.

1. Educação – Barbacena, MG – Teses. 2. Ensino Profissional – Barbacena,
MG – Teses. 3. Agricultura – Barbacena, MG – Teses. I. Gondra, José
Gonçalves. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de
Educação. IV. Título.

es

CDU 373.6

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
tese.

Assinatura

Data

Marli de Souza Saraiva Cimino

**Iluminar a terra pela inteligência: Trajetória do Aprendizado Agrícola de Barbacena,
MG (1910 - 1933)**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação.

Aprovada em 21 de fevereiro de 2013.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Gonçalves Gondra (Orientador)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Prof. Dr. Irlen Antônio Gonçalves
Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET-MG

Prof. Dr. Gabriel de Araújo Santos
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

Prof. Dr. Carlos Fernando da Cunha Junior
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Profa. Dra. Lia Macedo de Ciomar Faria
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Profa. Dra. Alessandra Frota Martinez de Schueler
Universidade Federal Fluminense - UFF

Profa. Dra. Sônia de Oliveira Câmara Rangel
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Rio de Janeiro

2013

DEDICATÓRIA

Dedico

A meus pais, Aparecida e Carminho, pelo exemplo de vida e grandeza de sentimentos com que iluminaram os caminhos da minha existência.

Aos meus filhos, Wallace e William, pelo carinho, apoio e entenderem minhas ausências.

Ao meu esposo, Cimino, pelo amor, incentivo e por doar-se para a concretização desse ideal.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, e acima de tudo, a Deus, por sempre se fazer presente ao meu lado, dando-me luz e forças para superar as dificuldades.

A meus familiares, por compartilharmos juntos todos os momentos de nossas vidas.

De forma especial, a José Gonçalves Gondra, meu incansável orientador, por acreditar em meus avanços, pela confiança em mim depositada ao dar-me autonomia para descobrir meus próprios caminhos, pelas inteligentes e oportunas sugestões que me nortearam na elaboração desta pesquisa. Outrossim, pela competência, doação e comprometimento com que conduz sua linha de trabalho, junto a seus alunos e orientandos, sem, contudo, prescindir da condição de “amigo”.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação, pela contribuição intelectual.

A meus colegas do Núcleo de Estudos NEPHE, pelo companheirismo, solidariedade e cumplicidade ao compartilhar saberes nessa difícil, mas gratificante jornada e, de forma particular, a todos aqueles que contribuíram diretamente com esta pesquisa, o que faço representar pela colega do NEPHE e professora da UERJ, Maria de Lourdes Silva.

Aos Professores Doutores Irlen Antônio Gonçalves, Gabriel de Araújo Santos, Carlos Fernando da Cunha Júnior, Lia Macedo de Ciomar Faria, Alessandra Frota Martinez de Schueler e Sônia de Oliveira Câmara Rangel, pela gentileza em terem aceitado participar de minha banca.

Ao Aprendizado Agrícola de Barbacena, hoje, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sudeste de Minas Gerais (IFET), Campus Barbacena, MG, pela sua história e tradição.

À Universidade do Estado do Rio de Janeiro, RJ, e a toda sua equipe da Faculdade de Educação pela competência, dedicação e seriedade com que conduzem o programa e ao Programa de Pós-Graduação em Educação, meu reconhecimento, por proporcionar-me a oportunidade de realização do Estágio de Doutorado na University of London, England, United Kingdom. Outrossim, agradeço ao professor doutor Gary McCulloch por receber-me como co-orientanda junto ao programa no Instituto de Educação da Universidade de Londres.

Esta é a história.

Um jogo da vida e da morte
prossegue no calmo desdobramento de um relato,
ressurgência e denegação da origem,
desvelamento de um passado morto
e resultado de uma prática presente.

Certeau, 1982, p. 57

RESUMO

CIMINO, Marli de Souza Saraiva. *Iluminar a terra pela inteligência: trajetória do aprendizado agrícola de Barbacena, MG (1910-1933)*. 2013. 369 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

Esta tese objetiva percorrer a trajetória da criação, implantação e mudanças, ao longo do processo histórico do Aprendizado Agrícola de Barbacena, desde seu início, em 1910, até a época do presidente Getúlio Vargas, 1933. Como preliminares e pano de fundo, as iniciativas do Brasil, que, premido pela carência de mão de obra qualificada para atender à demanda das fazendas, após a abolição da escravatura, busca conhecimentos e experiências em outros países, na área da educação agrícola. Com o advento da República, verifica-se uma guinada do Estado brasileiro no sentido de assumir o ensino elementar público, a fim de ir diminuindo o percentual de analfabetos e de ensaiar a implantação do ensino agrícola, tendo em vista a crise que surgira no setor agrícola. É nesse cenário que se criam os aprendizados agrícolas. O Aprendizado Agrícola de Barbacena surge em 1910. Com foco nessa Instituição, abordam-se: o papel de lideranças políticas mineiras para trazer para Barbacena o primeiro Aprendizado Agrícola de Minas Gerais; as mudanças por que o Aprendizado passou, indo de seu início até a época de Getúlio, quando foi transformado em Escola Agrícola; o método de ensino, prevalentemente teórico-prático; a integração do Aprendizado com seu meio; o sistema de administração que incluía participação dos alunos nos lucros; a estrutura didático-pedagógica e o regime de internato. O estudo destaca o trabalho do seu primeiro Diretor, Diaulas Abreu, por 45 anos à frente da Instituição. Como metodologia de pesquisa, analisam-se decretos relativos à criação do Aprendizado, regulamentos, relatórios, dados do arquivo da Instituição e a troca de correspondência entre a direção e órgãos do governo. A pesquisa se encerra na era do presidente Getúlio Vargas, após a Revolução de 1930.

Palavras-chave: História da Educação. Ensino Profissional e Agrícola. Aprendizado Agrícola de Barbacena, MG.

ABSTRACT

CIMINO, Marli de Souza Saraiva. *Light upon the earth by intelligence: trajectory of learning agricultural of Barbacena, MG (1910 to 1933)*. 2013. 369f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

This thesis aims at following the course of the creation, implantation and changes, throughout the historical process of the Agricultural Learning of Barbacena, since its beginning, in 1910, until the era of President Getulio Vargas, 1933. As a preliminary and background, initiatives of Brazil which, pressed by the lack of skilled labour to supply the farms after the abolition of slavery, searches for knowledge and experience in other countries in the area of agricultural education. With the advent of the Republic, noticed a kind of a deflection on the part of the Brazilian State to take care of the public elementary schools in order to decrease the percentage of the illiterate population and to introduce the agricultural teaching, in view to the crisis that had arisen in the agricultural sector. It is in this context that the Agricultural Learning appeared. The Agricultural Learning of Barbacena was created in 1910. With focus on that Institution, one must take into consideration: the role of politician leaderships of Minas Gerais bringing to Barbacena the first Agricultural Learning of the State; the changes processed by that School underwent from its beginning until Getulio's era when it was transformed into Agricultural School; the method of teaching, mainly theoretical-practical learning; the integration between the learning and its environment; the administration system that included the participation of the students in the profits; the didactic-pedagogical structure and the boarding school regime. This research puts in relief the work of its first Director, Diaulas Abreu, in charge for the Institution for 45 years. As research methodological, the edicts related to the creation of the Learning are analysed as well as the statutes, the reports, the data of the files of the Institution and the exchange of correspondence between the board and the Government. The research concludes in President Getulio Vargas' era, after the Revolution of 1930.

Keywords: History of Education. Professional and Agricultural Education. Agricultural Learning of Barbacena, MG.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Manchester Mechanics’ Institute, in 1825.....	37
Figura 2 –	Old photo of the Royal Cirencester, United Kingdom	39
Figura 3 –	Royal Agriculture College Cirencester, United Kingdom.....	39
Figura 4 –	Escola Real de Ofícios, fundada por D. João VI, em 1816.....	57
Figura 5 –	Chegada de D. João VI, 1808.....	58
Figura 6 –	Antes da instalação da Escola Imperial.....	58
Figura 7 –	A Escola Imperial instalada.....	59
Figura 8 –	Infraestrutura próxima à atual.....	59
Figura 9 –	Colégio Abílio (1881-1889).....	101
Figura 10 –	Gymnasio Mineiro (1890-1912).....	101
Figura 11 –	Pátio interno do Gymnasio Mineiro (1890-1912).....	101
Figura 12 –	EPCAR (1949 até os dias atuais).....	101
Figura 13 –	Vista Aérea, onde funcionaram todos os estabelecimentos.....	103
Figura 14 –	Escola de Aprendizes Artífices - Campos de Goytacazes, RJ.....	125
Figura 15 –	Oficina da Escola de Aprendizes Artífices - Belo Horizonte, MG....	125
Figura 16 –	Rio das Mortes, Fazenda Borda do Campo, Caminho Novo - Barbacena, 1822.....	131
Figura 17 –	Retrato de índios Puris, 1822.....	131
Figura 18 –	Fazenda da Borda do Campo.....	132
Figura 19 –	Matriz Nossa Senhora da Piedade.....	132
Figura 20 –	Fazenda do Registro - propriedade do Inconfidente Padre Manuel Rodrigues da Costa.....	133
Figura 21 –	Casa onde morou o “Padre”, irmão de Tiradentes.....	133
Figura 22 –	Fazenda da Caveira - propriedade de Joaquim Silvério dos Reis	133
Figura 23 –	Construções ao redor da Igreja Matriz Nossa Senhora da Piedade, ocasião da Revolução Liberal, de 1842.....	134

Figura 24 –	Estação Férrea de Barbacena, 1880.....	134
Figura 25 –	Ponte e Linha Central, 1881.....	134
Figura 25 –	Ponte sobre rodovia de acesso ao centro, 1920.....	135
Figura 27 –	Estação Ferroviária de Barbacena.....	135
Figura 28 –	Solar dos Andradas.....	138
Figura 29 –	Solar dos Bias Fortes.....	138
Figura 30 –	Estação Sericícola.....	139
Figura 31 –	Industrialização do fio da seda, na Colônia Rodrigo Silva, 1920	139
Figura 32 –	Localização geográfica da cidade de Barbacena, no Estado de Minas Gerais	140
Figura 33 –	Distribuição dos CEFETs.....	141
Figura 34 –	Distribuição dos Campus da ETs em Minas Gerais.....	141
Figura 35 –	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sudeste de Minas Gerais, Campus Barbacena.....	141
Figura 36 –	Aprendizado Agrícola de Barbacena.....	150
Figura 37 –	Setor de Produção Agrícola, vista dos vinhedos, no AA de Barbacena, 1917.....	157
Figura 38 –	Alunos praticando enxertia, AA de Barbacena, 1917.....	157
Figuras 39 e 40 –	Plantas dos edifícios-sede e Internato, a serem construídos para o AA de São Simão (SP), AA de Guimarães (MA) e AA de Tubarão (SC).....	167
Figura 41 –	Vista da construção do prédio central do Imperial Instituto de Agricultura da Bahia, onde funcionou o AA da Bahia (BA).....	168
Figura 42 –	Edifício do AA de São Luiz das Missões (RS).....	169
Figuras 43 e 44 –	Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), Universidade de São Paulo (USP), Campos de Piracicaba (SP)..	175
Figura 45 –	Museu Imperial da Independência, Ipiranga (SP).....	175
Figura 46 –	Parque do Ipiranga (SP).....	175
Figura 47 –	Vista parcial do Setor de Jardinagem, localizado em frente às Oficinas de Manufatura, no AA de Barbacena.....	177
Figura 48 e 49 –	Parque externo no entorno do AA de Barbacena.....	178

Figura 50 –	Estrada de Ferro Central do Brasil.....	179
Figura 51 –	Pátio da Instituição: entrada interna para as Oficinas de Manufaturas, Salas dos Laboratórios, Museu de História Natural, Alojamento dos alunos do AA de Barbacena	185
Figura 52 –	Vista panorâmica do AA de Barbacena	216
Figura 53 –	Rua XV de Novembro, em Barbacena, 1906.....	219
Figura 54 –	Praça dos Andradas, em Barbacena, 1928.....	219
Figura 55 –	Geada em frente à Praça da Igreja do Rosário, em Barbacena, 1932	219
Figura 56 –	Caquizeiro, AA de Barbacena, 1912.....	222
Figura 57 –	Aplicação de Herbicidas, AA de Barbacena, 1913.....	222
Figura 58 –	Vista do Estábulo do AA de Barbacena.....	232
Figura 59 –	Núcleo de Agricultura do AA de Barbacena, 1928.....	235
Figura 60 –	Plantação de Pereiras - Núcleo de Fruticultura/Pomicultura do AA de Barbacena.....	235
Figura 61 –	Fábrica de Conservas ou Núcleo de Processamento de Vegetais do AA de Barbacena.....	241
Figura 62 –	Oficina de Manufaturas em Couro do AA de Barbacena.....	244
Figura 63 –	Setor de Horticultura - AA de Barbacena.....	248
Figura 64 –	Recolhimento do Feno - AA de Barbacena.....	250
Figura 65 –	Enfardamento do Feno - AA de Barbacena.....	250
Figura 66 –	Diaulas Abreu	266
Figura 67 –	Requerimento do pai – Processo Admissional	269
Figura 68 –	Via de acesso à Instituição, 1915.....	274
Figura 69 –	Via de acesso à Instituição, 1907.....	274
Figura 70 –	Via de acesso, com o AA de Barbacena no alto, 1930.....	275
Figura 71 –	Atestado Médico – Processo Admissional.....	283
Figura 72 –	Dormitório do Aprendizado Agrícola de Barbacena, 1938.....	284
Figura 73 –	Alunos do AA de Barbacena com Uniforme de Serviço.....	286
Figura 74 –	Atestado de Bons Antecedentes - Processo Admissional	288

Figura 75 –	Alojamento, Salas de Aula e Oficinas em seu entorno - AA de Barbacena.....	294
Figura 76 –	Comemoração Cívica pelos alunos - AA de Barbacena.....	305
Figura 77 –	Setor de Floricultura em Estágio Avançado de Cultivo - AA de Barbacena.....	308

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Demanda para a Primeira Turma do AA de Barbacena, em 1913.....	225
Gráfico 2 –	Demanda para os Cursos do AA de Barbacena, em 1923.....	226
Gráfico 3 –	Resultado da Comercialização dos Produtos Confeccionados no AA de Barbacena, 1919.....	245
Gráfico 4 –	Resultado da Produção nas Oficinas de Manufaturas do AA de Barbacena, em 1919.....	246
Gráfico 5 –	Destino da Renda obtida com a Produção do AA de Barbacena.....	255
Gráfico 6 –	Setores Beneficiados com a Renda da própria Instituição, em 1929.....	256
Gráfico 7 –	Resultado das 122 Matrículas Efetivadas em 1913.....	278
Gráfico 8 –	Resultado das 150 Matrículas efetivas em 1931.....	292

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Síntese das iniciativas da educação agrícola no século XIX.....	76
Tabela 2 –	Aprendizados Agrícolas criados entre 1910 e 1930.....	145
Tabela 3 –	Criação e Extinção dos Primeiros Aprendizados Agrícolas no Brasil, 1910-1931.....	166
Tabela 4 –	Setor de Fruticultura - Variedades de mudas de frutas.....	171
Tabela 5 –	Setor de Horticultura - Variedades de hortaliças e leguminosas.....	172
Tabela 6 –	Setor de Floricultura - Variedades de plantas ornamentais.....	176
Tabela 7 –	Primeiro mobiliário que compôs Diretoria, Secretaria, Salas de Aula e Sala de aula de Desenho.....	182
Tabela 8 –	Mobiliários e utensílios adquiridos em Belo Horizonte e Rio de Janeiro.....	182
Tabela 9 –	Mobiliários que compuseram o Museu e os Laboratórios de Física, Química e de Ciências Naturais.....	185
Tabela 10 –	Equipamentos do Museu e Laboratório de História Natural.....	186
Tabela 11 –	Mobiliário que compôs a Biblioteca.....	187
Tabela 12 –	Obras que compuseram o acervo bibliográfico da Biblioteca.....	188
Tabela 13 –	Valor Médio das Obras Adquiridas para a Biblioteca Escolar.....	189
Tabela 14 –	Equipamentos para as Oficinas de Mecânica, Carpintaria e Ferraria....	191
Tabela 15 –	Instrumentos para os Setores de Horticultura, Jardinagem, Fruticultura, Laticínio e Pecuária	192
Tabela 16 –	Equipamentos para as Indústrias de Processamento: Fruticultura, Destilaria e Horticultura.....	193
Tabela 17 –	Relação de valores salariais dos primeiros servidores do AA de Barbacena.....	201
Tabela 18 –	Processos Admissionais - Primeiros Alunos do AA de Barbacena, em 1913.....	271
Tabela 19 –	Matrículas Efetivadas entre 1913 e 1917.....	279
Tabela 20 –	Perfil do Aluno Interno.....	281
Tabela 21 –	Vagas no Regime de Internato do AA de Barbacena entre 1916 e 1933...	281
Tabela 22 –	Total de Alunos Matriculados entre 1919 e 1933.....	290

Tabela 23 – Valor da Remuneração dos Alunos do Curso Profissional.....	296
Tabela 24 – Valor de Produtos Comercializados pela Instituição.....	297
Tabela 25 – Formandos do Curso Profissional de 1915 a 1920.....	300
Tabela 26 – Profissões Ocupadas pelos Egressos do AA de Barbacena em 1930 e 1931..	301
Tabela 27 – Horário Escolar Integral.....	304

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA	Aprendizado Agrícola
AAB	Aprendizado Agrícola de Barbacena
CEFETs	Centros Federais de Educação Tecnológicas
CTUs	Centros Tecnológicos vinculados às Universidades
D.O.U.	Diário Oficial da União
EAA	Escola de Aprendizado Agrícola
EAA's	Escolas de Aprendizes Artífices
EAFs	Escolas Agrotécnicas Federais
EITs	Escolas Industriais e Técnicas
EPCAR	Escola Preparatória de Cadetes do Ar
ESALQ	Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
ETFs	Escolas Técnicas Federais
ETs	Escolas Técnicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFETs	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
MACOP	Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas
MEC	Ministério da Educação
NEPHE	Núcleo de Ensino e Pesquisa em História da Educação
RMAIC	Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio
SNA	Sociedade Nacional de Agricultura
SRE	Secretaria de Registros Escolares
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	19
1	HISTÓRIA DO ENSINO PROFISSIONAL E AGRÍCOLA.....	32
1.1	Ensino profissional no exterior	34
1.2	Ensino profissional no Brasil	55
1.3	Ensino agrícola no Brasil	61
1.4	Ensino agrícola em Minas Gerais	79
2	CRIAÇÃO DO APRENDIZADO AGRÍCOLA DE BARBACENA	104
2.1	Surgimento do Aprendizado Agrícola de Barbacena.....	104
2.2	Aprendizes Artífices (1909) e Aprendizes Agrícolas (1910).....	123
2.3	A cidade de Barbacena, MG.....	130
2.4	Aprendizados agrícolas da malha federal	142
2.5	Aprendizado Agrícola de Barbacena	149
3	MEMÓRIA ARQUITETÔNICA DO AA DE BARBACENA, MG.....	165
3.1	Aprendizado Agrícola de Barbacena no cenário nacional	166
3.2	Raízes do Aprendizado Agrícola de Barbacena.....	170
3.3	Implantação do espaço físico do Aprendizado Agrícola de Barbacena, MG.....	179
3.3.1	<u>Gabinete do diretor, secretaria escolar, salas de aula, sala de aula de desenho</u>	182
3.3.2	<u>Museu de história natural, laboratório de ciências naturais, laboratório de física e Química</u>	185
3.3.3	<u>Biblioteca</u>	187
3.3.4	<u>Oficinas de manufaturas: carpintaria, ferraria, serralheria, marcenaria.....</u>	190
3.3.5	<u>Galpões de máquinas, salas-ambiente, laticínio, indústrias rurais</u>	192
3.4	Diretor e corpo de funcionários.....	195

4	APRENDENDO A FAZER, FAZENDO PARA APRENDER	206
4.1	Fundação e legitimação do Aprendizado Agrícola de Barbacena	210
4.2	Um aprendizado integrado	219
4.3	Os cursos	224
4.3.1	<u>Curso preparatório ou primário</u>	224
4.3.1.1	Curso preparatório para adultos	229
4.3.2	<u>Curso regular</u>	230
4.3.3	<u>Curso de adaptação</u>	233
4.3.4	<u>Curso profissional</u>	236
4.4	Fazendo para aprender	239
4.5	Estação meteorológica	257
4.6	Certificação	258
4.7	De Aprendizado a Escola Agrícola	259
5	CONTROLAR A CONDUTA, MODELAR OS AFETOS E REGULAR AS MANEIRAS	263
5.1	Recrutamento do alunado	267
5.2	Regime de ensino	273
5.2.1	<u>Regime de semi-internato e externato</u>	273
5.2.2	<u>Regime de internato</u>	279
5.3	Remuneração dos alunos	394
5.4	Egressos	299
5.5	Participação da comunidade	306
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	310
	REFERÊNCIAS	314
	ANEXO A - Decreto nº 8.319, 1910	326

ANEXO B- Decreto n° 8.736, 1911..... 338

ANEXO C- Decreto n° 22.934, 1933 356

INTRODUÇÃO

A partir da abolição da escravatura, da queda do Império e posterior à implantação da República, verifica-se uma guinada das autoridades governamentais para implementar uma política educacional que respondesse às novas e graves necessidades da Nação. Era cada vez mais premente que o poder público assumisse, de fato, sua responsabilidade sobre o processo de educação da juventude brasileira. Os novos tempos exigiam um outro modelo de educação, que não aquele do bacharelismo das elites que vinha desde o Império. O panorama de esvaziamento de mão de obra das fazendas que entraram em grave crise forçava o governo a encontrar caminhos para preparar mão de obra para o meio rural e, mediante motivar os jovens a nele permanecer, estancando o fenômeno do êxodo rural. Nesse cenário, pouco a pouco, redimensionou-se a importância da educação agrícola para o Brasil.

Tendo em vista o setor da educação agrícola e profissional, as autoridades brasileiras procuraram conhecer experiências de outros países. Nesse particular, foi muito importante a presença do belga Armand Ledent¹, pois algumas linhas gerais da política brasileira de educação agrícola e profissional no início do século XX, inspiraram-se em suas ideias, como se verá.

O resultado de exaustiva pesquisa, vasculhando arquivos, documentos e bibliografia aqui é apresentado de modo sistemático, destacando os recortes, embasamentos teóricos e documentos utilizados. Para delinear as questões que motivaram a escolha do tema da presente tese, nestas páginas introdutórias apresentam-se aspectos da trajetória profissional e acadêmica da autora, que a levaram a explorar horizontes desta pesquisa, cujo percurso passa a ser sucintamente delineado.

Os documentos a serem analisados, devem ser reportados ao contexto histórico em que vieram a lume. Retroceder no tempo, para se entender um texto, atendo-se ao espírito sociocultural do seu tempo, encerra alguma dificuldade, porque há a tendência de lê-los sob a ótica de uma cultura contemporânea. Mas o esforço hermenêutico, para que seja o mais fiel possível a determinada época, é fundamental.

¹ Ledent foi engenheiro agrônomo, bacharel em Ciências Naturais e membro da Associação dos Engenheiros da Escola de Minas, Artes e Manufaturas de Liège, na Bélgica. A pedido do Ministro da Agricultura do Brasil, Ledent planejou e organizou o projeto de criação da Escola Superior de Agricultura de Piracicaba, SP. Retornando à Bélgica e residindo em Bruxelas, ocupou o cargo de Inspetor do Ministério de Indústria e Trabalho do Reino da Bélgica. Ao término de suas viagens como pesquisador na área do ensino agrícola, enviou relatório, intitulado “*O ensino profissional e agrícola. Plano Geral de Organização*”, ao Ministério da Agricultura no Brasil, em 1910, apontando as experiências vivenciadas no exterior (LEDENT, 1910). De volta ao Brasil, ocupou o cargo de Diretor-Geral Interino da Agricultura, estando presente na inauguração do Aprendizado Agrícola de Barbacena, em 14-07-1913 (BRASIL. DOU, 1913).

O foco da pesquisa é o Aprendizado Agrícola de Barbacena (AAB), fruto de alguns questionamentos realizados em um dos capítulos da Dissertação de Mestrado, intitulada “*Fatores Possibilitadores para a Autonomia no Exercício da Profissão*”, defendida em 2006, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), sob a orientação da Professora Doutora Akiko Santos. Naquele trabalho abordava a história da Escola Agrotécnica Federal de Barbacena (EAFB). Ainda que o Aprendizado Agrícola de Barbacena seja o principal objeto deste estudo, questões conexas são abordadas, exatamente para que se tenha melhor entendimento do fenômeno histórico. Nesse sentido, a comparação com aprendizados de outras regiões do país é fundamental para se compreender o porquê de o Aprendizado Agrícola de Barbacena, em pouco tempo, ter-se tornado uma espécie de “menina dos olhos” das autoridades.

A análise de decretos e regulamentos, da práxis educativa, dos conteúdos das disciplinas, das normas disciplinares, do método de ensino, da ênfase em se unir teoria à prática, a fidelidade aos objetivos preconizados pelo governo, o público-alvo do Aprendizado Agrícola de Barbacena, apontam que se obedeceu às normas contidas nos documentos oficiais. Por outro lado, o aspecto importante que a tese assinala, é o fato de o currículo da instituição, ao longo do tempo, ter sido desenhado segundo as normas determinadas pelas autoridades, o que identificava certa política educacional.

Ao mesmo tempo, analisando as fontes documentais, verificou-se que não havia no interior da instituição, no museu ou em sua biblioteca, uma bibliografia e acervo de dados que pudessem dar suficiente suporte à pesquisa. O que se conseguiu inicialmente, foram retalhos formados por fotografias, uma ou outra página de relatórios e/ou informações obtidas pelo senso comum e pela história oral. As informações obtidas possibilitaram a abertura de novas perspectivas para a compreensão de sua história.

A precariedade e escassez de informações sobre a história da instituição constituiu considerável dificuldade para se aprofundar a investigação sobre as práticas da instituição. A consciência de tal dificuldade se avulta, quando se considera ser necessário conhecer o “seu passado” para se entender melhor “o seu presente”. De pronto, percebe-se que garimpar documentos, buscar pistas, selecionar arquivos e cruzar fontes, é um trabalho que não se faz de afogadilho, mas devagar e a longo prazo. Diante dessas dificuldades foi necessário buscar testemunhos e depoimentos de servidores, que tivessem sido agentes participantes da caminhada histórica da Escola. Através de meios disponíveis e, por intermédio de tais testemunhos, foi possível interrogar a realidade próxima ou longínqua, e com ela dialogar com o objetivo de refletir sobre os diversos elementos que animaram sua práxis educativa. Na

complexa tarefa de identificar as características da experiência educacional próprias de determinado tempo, é que os desafios se evidenciaram.

Um dos pontos de relevante interesse foi o de procurar compreender os motivos que nortearam a criação de um instituto agrícola federal em uma cidade da região sudeste, situada no interior de Minas Gerais, de modo a poder narrar sua história, nas primeiras décadas de funcionamento. Um aspecto particular de imediato desperta a atenção: Barbacena e seu entorno não é região de latifúndios, mas de pequenas propriedades que se dedica desde muito à agricultura de hortaliças e frutas e à pecuária. Ao longo da pesquisa, percebeu-se que um dos fatores do êxito do Aprendizado Agrícola de Barbacena se constitui no fato de este ter sido criado para atender à educação agrícola de pequenos produtores rurais. A pesquisa também revelou que, a par das condições favoráveis – de localização, de clima, de altitude, de facilidade de meios de transporte pela presença de ferrovias – foi decisiva a atuação competente do seu primeiro Diretor, Diaulas Abreu. A tese destaca sua atuação e de toda a equipe de professores e funcionários.

Os temas de fundo da tese abordam as memórias do Aprendizado Agrícola de Barbacena, sua arquitetura, seu paisagismo, suas instalações para aulas teóricas e práticas; o equilíbrio entre teoria e prática ao ministrar os conteúdos de formação técnica; o internato com suas normas disciplinares e as políticas dos governos, para tornar pensável a educação agrícola e a sintonia do currículo e do método, de acordo com as normas oficiais.

A maior dificuldade para se desenvolver os temas apontados foi a carência inicial de informações. Anteriormente não havia uma cultura de se documentar a vida e a rotina das instituições. O que há são dados dispersos, tornando difícil a junção, organização, tratamento e a análise do material. O museu da Escola e sua biblioteca contêm alguns documentos, mas até o presente, não há um estudo exaustivo de sua história que explique os motivos de sua criação, o impacto na região e o desenvolvimento inicial do projeto de formação profissional, desenvolvido pelo Aprendizado Agrícola de Barbacena.

O trabalho de que se ocupa a tese abrange épocas diversas, as quais apresentam significados plurais, refletindo a cultura e a filosofia política subjacente à administração pública, alimentando-a e orientando-a desde seu interior. O propósito que se teve, também, foi o de investigar os sentidos diversos e contrapostos, bem como questionar os discursos políticos de figuras de destaque do pensamento social brasileiro, que participaram do teatro dos acontecimentos associado às questões em pauta.

Por outro lado, apoiando-se em fontes documentais, leis, decretos e regulamentos, ao longo dos governos, procurou-se analisar os passos da práxis educativa, que ora avançam, ora retroagem, entendendo o Ensino Agrícola em sua dimensão histórica.

Estudos historiográficos oportunizam deparar-se com considerável multiplicidade de fontes, abrindo um leque de informações, possibilitando problematizar determinados objetos no âmbito da historiografia. No entanto, não se tem dado o devido valor às tradições historiográficas e arquivistas. Embora se saiba o quanto certas operações historiográficas ou modos de conceber a escrita da história sejam questionados, é mister que se observem as fissuras ou fendas internas existentes, tentando entendê-las e ver sua inter-relação interna com o conjunto, para que seu vigor enquanto instrumento de explicação dos aspectos sociais e culturais não se perca. Daí, a possibilidade do surgimento de novas interrogações. Diante de tais fissuras, é necessário optar pelo caminho da renovação, seja mudando o instrumental conceitual, seja recortando novos objetos e incorporando novos materiais de pesquisa.

Desse modo, o objeto da presente tese contribui para a reflexão teórica, através do entrelaçamento de estudos sobre a História da Educação Brasileira e História da Educação Profissional Agrícola. Entretanto, nesse entrelaçamento, as linhas de procura confluem para o Aprendizado Agrícola de Barbacena, hoje, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sudeste de Minas Gerais, Campus Barbacena, MG (IFET - Barbacena, MG). Ao longo do estudo foi aprofundado o cruzamento das mais diversificadas fontes, proporcionando um diálogo fecundo sobre as práticas das histórias educacional, cultural, social, política, ambiental e econômica, durante a existência da escola estudada. Assim, identificou-se um dos aspectos fortes da Escola, sua inserção no contexto da comunidade e da região do seu entorno, aspecto da mais alta relevância, considerando-se que o êxito do processo educativo está vinculado à vida concreta dos alunos, com as demandas e projetos sociais que foram implementados no período inicial da instituição.

Em 100 anos de sua história, o *Aprendizado Agrícola de Barbacena* (BRASIL, 1910), recebeu várias denominações. De Aprendizado passou a Escola Agrícola de Barbacena (BRASIL, 1933), depois para Escola Agrotécnica de Barbacena (BRASIL, 1947), em seguida Escola Agrotécnica Diaulas Abreu (BRASIL, 1955) e Colégio Agrícola Diaulas Abreu (BRASIL, 1961), as duas últimas em homenagem a seu primeiro Diretor. A denominação Escola Agrotécnica Federal de Barbacena (BRASIL, 1979) antecedeu seu último nome, hoje, *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Região Sudeste de Minas Gerais, Campus Barbacena* (BRASIL, 2008). No início, era subordinada ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, depois passando ao Ministério da Educação (BRASIL,

1967). Hoje, está subordinada à Secretaria Nacional de Educação Tecnológica, do Ministério da Educação e Cultura (MEC) (BRASIL, 1967), tendo adquirido o status de autarquia.

O diálogo com a história e literatura/materiais/fotografias e sujeitos, com base nas leituras cruzadas, revelou até que ponto as práticas pedagógicas assumiram nuances diferentes, conforme as condições. Uma vez que eram patentes as mudanças na práxis educativa que ocorriam em função de se atender a normas do governo.

Em relação à metodologia da pesquisa, cada documento foi objeto de análise, procurando possíveis relações de modo a se identificar características adequadas e coerentes. Nesse sentido, pretendeu-se questionar cada aspecto do objeto pesquisado e as abordagens feitas anteriores a ele. Através do cruzamento de informações, foram analisadas as políticas públicas do campo educacional com referência ao seu tempo, às suas circunstâncias, bem como às possibilidades de observar permanências na transição de um período de tempo para outro. Por outro lado, foi possível identificar rupturas com determinado *status quo* e novidades porventura introduzidas. Passaram-se, também, em análise, os conteúdos, as metodologias utilizadas, o contexto da vida urbana e rural do alunado e as vinculações existentes entre educação e trabalho nas práticas educativas.

Ao mesmo tempo, para o desenvolvimento da investigação utilizou-se de algumas escalas de observação, possíveis de serem percebidas no processo de constituição do núcleo documental do estudo:

➤ Fonte Documental: com o objetivo de analisar a historiografia da educação profissional agrícola do Aprendizado Agrícola de Barbacena, tomou-se, como ponto de partida, o início do século XX. Entre as fontes a que foi possível ter acesso, estão documentos como: decretos, legislações e portarias; dados obtidos nos arquivos da Biblioteca Nacional; acesso às correspondências trocadas entre os presidentes provinciais e os ministros da pasta e os relatórios da Província de Minas Gerais ligados à educação. Paralelamente, foi possível acesso a alguns jornais, tais como, o Jornal Cidade de Barbacena (1898-1997). Embora seja um patrimônio tombado o manuseio de suas páginas é muito restrito, por estar há muitas gerações em poder da família que o criou e o mantém sob sua guarda; o Jornal do Commercio de 1897, 1898, o de 1901 e o Jornal Correio de Minas de 1906 e de 1907, ambos de circulação em Juiz de Fora. Decretos também foram acessados, tais como o Decreto de Criação do Ensino Agrônômico pela União, em 1910; o Decreto de Criação do Aprendizado Agrícola de Barbacena, em 1910, assim como o Decreto que o regulamenta em 1911. Igualmente importante o acesso ao Diário Oficial, Estados Unidos do Brazil, da República Federal, Ordem e Progresso da Capital Federal, referente a todo o mês de julho de 1913 e à Imprensa

Official do Estado de Minas Gerais, Bello Horizonte, Vida Escolar no Estado de Minas Gerais (1917-1921) e o Relatório do Congresso Agrícola Comercial e Industrial em Minas Gerais, em 1903.

Dessa forma, a pesquisa procurou aprofundar as buscas através de outros jornais regionais, estaduais e federais, da época; relatórios, artigos de revistas, documentos administrativos, livro de atas e regimentos internos. Logo, para se fazer uma análise do ensino agrícola no Brasil não basta apenas recorrer aos livros já editados sobre o tema, pois o simples exame de bibliografia oficial pode não refletir a complexidade da experiência de um momento histórico. Torna-se importante levantar e sistematizar fontes diversificadas para potencializar a pesquisa, analisando os acervos com cuidados especiais para comparar as informações encontradas.

➤ Fonte Material e Imagética: Ao longo da tese, foram feitas descrição e análise dos materiais que se encontram no museu da Escola, bem como das fotografias. Assim, foram feitas interpretações, procurando ver que relação têm com o conjunto documental. A fotografia é, sem dúvida, uma “fala muda” que perpetua o tempo em que foi feita, sendo significativo suporte de pesquisa.

➤ Fonte Bibliográfica: Tendo em vista a peculiaridade do objeto estudado, autores cujas ideias foram determinantes para o processo da educação agrícola no Brasil foram objeto de particular atenção, como por exemplo, o belga Armand Ledent. Autores que se dedicaram à causa da História da Educação Brasileira estudando o Império, a República e aqueles que tratam da contemporaneidade do ensino profissional foram objeto de leitura e reflexão. Igualmente, deu-se a devida atenção às fontes literárias que tratam do Ensino Agrícola no Exterior, tendo em vista que o Brasil importou conhecimentos e experiências de outros países. A referência ao ensino agrícola, além de nossas fronteiras, pareceu ter sido importante, porque serviu de inspiração para o que se veio a fazer em nosso território. Ao mesmo tempo, procurou-se traçar um perfil das características de cada época, bem como dos elementos que nortearam a implantação, organizações curriculares e metodologias de ensino. Paralelamente à bibliografia, lançou-se mão das demais fontes e recursos disponíveis, analisando e fazendo um cotejo dentro de cada época, estabelecendo uma interlocução com outros pensadores que, embora se tenham debruçado sobre os mesmos temas, fizeram-no em outras épocas. Por fim, fez-se uma análise da prática e da influência da política na criação e no desenvolvimento do Aprendizado Agrícola de Barbacena.

A partir desses levantamentos e do diálogo com os estudiosos do tema que antecederam este estudo, foi possível traçar o perfil da História da Educação articulada com a

História do Ensino Técnico Profissional Agrícola Brasileiro, tendo, como foco, o Aprendizado Agrícola de Barbacena, MG.

A tese encontra-se estruturada em V capítulos. No Capítulo I, é abordado a “História do Ensino Profissional e Agrícola”, identificando suas características e finalidades e traçando seu percurso histórico. Desse modo, assinala-se o ensino profissional em outros países, sobretudo na Inglaterra, na França, na Alemanha, na Bélgica, países que inicialmente avançaram na Revolução Industrial. De passagem, aborda-se a questão na Itália e na Suíça. Os Estados Unidos também são objeto de considerações, pelo relevante papel no cenário mundial, assim como a Argentina durante o Congresso Mineiro de Agricultura.

Através da análise do ensino profissional e agrícola no cenário internacional empreenderam-se algumas iniciativas que ajudaram a compreender o Aprendizado Agrícola de Barbacena, tanto em sua implantação, quanto em suas organizações curriculares e nas metodologias por ele aplicadas. Como base, foram consideradas instituições internacionais e as do cenário nacional que antecederam sua criação. Há de se perceber, a partir daí, quais as iniciativas que foram análogas às realizadas pelo Aprendizado Agrícola de Barbacena, nas quais a União se inspirou para sua criação. Bem como foram identificadas iniciativas pelas quais o Brasil emergiu, despontando como precursor de algumas empreitadas no ensino profissional e sendo percebido no Brasil Império.

Num segundo passo, destacou-se a iniciativa de Dom João VI² que em 1816 criou a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios. A seguir, fez-se referência à Escola Imperial Quinta da Boa Vista, ambas são instituições embrionárias do ensino profissional e inauguraram um modelo de ensino que procurava associar a teoria com a prática.

Ao se identificar o que houve entre o ensino agrícola de outros países e o que se processou no Brasil, observaram-se pontos em comum das experiências dos Estados Unidos e de outros países com algumas particularidades, de acordo com a realidade brasileira. No confronto dessas práticas, socorreu-se principalmente das experiências vividas pelo Sr. Dr. Armand Ledent, de suas observações e estudos.

No Capítulo II, sob o título “Criação do Aprendizado Agrícola de Barbacena”, apresenta-se o Aprendizado Agrícola de Barbacena como uma instituição federal, fundada

² João Maria José Francisco Xavier de Paula Luís Antônio Domingos Rafael de Bragança, filho de D. Maria Izabel e Dom Pedro III. Nasceu em 13-05-1767, em Lisboa e faleceu em 10-03-1826. Expulso de Portugal, aportou no Brasil em 1808, porém assumiu o trono em 20-03-1816, com o falecimento de D. Maria sua mãe. Casou-se em 1785 com Carlota Joaquina de Bourbon aos 10 anos, só consumando o matrimônio em 1790, 05 anos após. Dentre seus filhos, teve Dom Pedro I, a quem atribuiu a regência do Brasil, em 1821. Fonte: www.monarquia.org.br. Acesso: fevereiro, 2012.

pelo Decreto nº 8.358, de 09 de novembro de 1910, pelo presidente Nilo Procópio Peçanha³. Tal instituição, subordinada ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, foi criada com o objetivo de instruir filhos de agricultores da região, ensinando-lhes determinado ofício, em regime de internato, semi-internato e externato. Neste capítulo, fez-se uma incursão por um conjunto documental específico que permitiu compreender o processo de sua criação.

Foram analisadas, também, as iniciativas do governo estadual que, a princípio, implantou o ensino agrícola no Estado de Minas, bem como em quais instâncias e circunstâncias, delineando como eram as instituições por ele financiadas. Investigou-se, ainda, a Lei de criação do Ensino Technico Pratico e Profissional de 1896, aprovada em 1898 e modificada em 1906, e sua influência na malha estadual do Estado de Minas Gerais. A partir dessa legislação, seguiu-se a trilha dos dispositivos que se referem às instruções agrícolas nas escolas primárias e fazendas-modelo, e como se processava o mecanismo da aprendizagem nesses segmentos.

Foi feito, também, um levantamento de quais foram as primeiras cidades a receberem subvenção para o ensino agrícola do governo de Minas e como eram feitas as distribuições das verbas, suas finalidades e o prazo de investimento. Paralelamente, analisou-se quais cultivos eram escolhidos, o porquê da escolha, assim como se o objetivo era: a subsistência da própria instituição, o lucro para o governo, o atendimento das demandas regionais e a questão do aprendizado. Acredita-se terem sido importantes esses levantamentos, por terem contribuído para se entender o que se processou dentro do Estado. Assim, a partir de 1910, iniciou-se a divisão de responsabilidades no que se refere ao ensino agrícola. Alguns dispositivos estatuarão o que cabia ao governo do Estado de Minas Gerais e o que seria de competência da União, conforme pode ser observado nos Relatórios do Presidente da Província. Neste recorte, foram analisadas as aproximações e os distanciamentos entre as primeiras instituições profissionais da malha federal, os Aprendizes Artífices e os Aprendizes Agrícolas, apontando suas trajetórias e desenhando suas posições e localizações dentro do Estado de Minas Gerais.

Dessa forma, selecionando trilhas, fazendo os balanços das possibilidades, interpretando legislações e cruzando fontes, foi possível avaliar as forças que possibilitaram a

³ Nilo Procópio Peçanha nasceu em Campos de Goytacazes, em 02-10-1867 e faleceu no Rio de Janeiro, em 31-03-1924. Seu pai foi pedreiro e sua mãe de família política influente norte-fluminense. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Bahia, em 1887. Foi Presidente do Estado do Rio de Janeiro, Senador e Vice-Presidente da República (1909-1910). Impulsionou o ensino técnico-profissional. Foi Vice-Presidente da República na gestão de Afonso Pena em 1906 e, com o falecimento de Afonso Pena, assumiu a Presidência do Brasil em 1909. Fonte: www.historiabrasileira.com/biografias. Acesso: março, 2012.

criação do Aprendizado Agrícola de Barbacena e quais as perspectivas que o futuro lhe reservaria.

Com relação ao Capítulo III, foi traçado um panorama sobre a “Memória Arquitetônica do Aprendizado Agrícola de Barbacena”, bem como sua estrutura física. Neste capítulo, foram postas em destaque, as iniciativas do governo federal de criar os aprendizados agrícolas em vários estados, tendo como principal objetivo preparar jovens, em sua maioria, filhos de agricultores da região, para resgatar o aprendizado agrícola e as atividades na zona rural, mediante adequada educação. As prementes necessidades do país sobretudo no que se refere à agricultura, levaram os governantes do início do século XX, a criarem os aprendizados agrícolas, entre os quais o de Barbacena, em 1910, por Nilo Peçanha. O referido aprendizado contou, desde sua fundação e antes mesmo do início de suas atividades, com um Diretor de visão prática e educacional, que foi o bacharel em Ciências Jurídicas Diaulas Abreu, bem como com a colaboração do engenheiro-arquiteto e paisagista belga, Arsène Puttemans, que também participou dos projetos da edificação da Escola Superior de Agricultura, em Piracicaba, além do projeto paisagístico do Parque do Museu da Independência do Ipiranga, em São Paulo, em 1908.

Posto que o Aprendizado Agrícola de Barbacena foi um dentre outros espalhados por vários Estados – São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Pará, Alagoas, Maranhão e Bahia – julgou-se oportuno e pertinente trazer à baila, também, esses outros. Ainda que de modo geral, e sem tecer detalhes sobre cada um, pôde-se avaliar o de Barbacena, em relação aos seus coirmãos e identificar o porquê de sua sobrevivência em relação a outros. No que se refere ao objeto proposto foram identificados os dados históricos que explicam e justificam sua origem e todos os procedimentos realizados pelas autoridades, para aquisição do terreno que viria a ser a sede do futuro Aprendizado Agrícola. Torna-se interessante sinalizar que a aquisição da primeira chácara foi feita antes mesmo da sua criação oficial, ou seja, em 1909, estrategicamente localizada a cerca de 250 metros da estação da Estrada de Ferro Central do Brasil, o que pareceu ter demonstrado a intenção do governo em criá-lo. A aquisição em tempo hábil do terreno atesta o espírito prático dos governantes de então, para que a nova instituição já nascesse consolidada.

A edificação do prédio-sede como também das demais instalações que se estendem em uma área de 435.357 metros quadrados (BRASIL, 1911), no centro da cidade, foi feita em local de destaque, em imponente estilo normando. Paralelamente à construção, cuidava-se do paisagismo e se criava toda uma infraestrutura de produção de frutas, hortaliças e flores, de modo que, quando o Aprendizado iniciou suas atividades em 1913, já contava com razoável

estrutura produtiva, sintonizada com a vocação agrícola da região, que não é de latifúndios, mas de pequenos e médios produtores.

A partir de 1910, pouco a pouco se foram adquirindo os implementos agrícolas, mobiliário para salas, laboratórios de ciências naturais, física, química, biblioteca, livros, itens e móveis para o museu. O museu de história natural era um dos pontos mais importantes da estrutura didático-pedagógica do Aprendizado, tendo em vista seus objetivos. Como parte dessa estrutura, as oficinas de manufaturas, ferramentas e acessórios para as diversas instalações.

O Aprendizado Agrícola de Barbacena teve, desde o início, inusitado impulso de seu primeiro Diretor e respectivo corpo de funcionários. O governo da época teve o cuidado de colocar no Aprendizado Agrícola de Barbacena uma equipe dotada de conhecimento na área agrícola dentro dos padrões da época e, de senso prático. O prédio-sede do Aprendizado Agrícola de Barbacena é Patrimônio Histórico-Cultural Tombado, por seu valor Histórico e Arquitetônico, de acordo com Decreto nº 6.047, da Prefeitura Municipal de Barbacena, em 1991 e, novamente, em 2007.

Em se tratando do Capítulo IV, apropriando-se do lema aplicado à estrutura de ensino na escola-fazenda, “Aprendendo a Fazer, Fazendo para Aprender”, apoiou-se nas iniciativas das autoridades governamentais do início do século XX, ao se depararem diante do problema do método a ser adotado nos aprendizados. De acordo com o lema, percebe-se ser uma metodologia de ensino e educação que une a teoria à prática e os aprendizados agrícolas teriam que ser dotados de infraestrutura que permitisse seus funcionamentos sobre essas bases. Assim, os objetivos que fossem incubadores de novas técnicas, mediante divulgação, alavancariam o desenvolvimento agrícola da região em que estavam inseridos.

As ideias de Ledent foram muito importantes para a definição da linha metodológica que deveria nortear o processo ensino aprendizagem dos aprendizados agrícolas. Esse lema, que passou a nortear a práxis educativa de tais instituições resume toda uma filosofia pedagógica. O governo de então foi pragmático e buscou experiências em outros países, destacando-se a participação do belga Ledent.

O governo republicano frente às novas condições sociais que foram emergindo, pouco a pouco, foi-se libertando da ideia de que a educação agrícola deveria apenas suprir a extinta mão de obra escrava. Além da agricultura, também, a indústria nascente demandava mão de obra. Por outro lado, o próprio desenvolvimento agrícola apresentava necessidade de outras qualificações, como a relativa ao controle de produção, de custos e administração. No cenário de então, o agrônomo passou a ser um profissional de grande importância.

Dessa forma, para traçar as linhas que desenhavam o projeto pedagógico do Aprendizado Agrícola de Barbacena, foi necessário que a legislação que o regia se tornasse objeto de reflexão. Assim, foi pesquisado o Decreto nº 8.736, de 25 de maio de 1911, primeiro regimento interno que cria e define seus objetivos, estabelecendo suas atividades, sua finalidade de criação, sua organização pedagógica, as dependências e instalações, o pessoal de ensino e administrativo, a admissão de alunos, os exames e as certificações. Desde o início, a Instituição foi sendo dotada de adequada infraestrutura que possibilitava unir teoria com a prática, voltada para a produção de frutas, hortaliças, flores, criaram-se oficinas e pequenas indústrias rurais, utilizando os produtos da própria fazenda da instituição como matérias-primas.

Além do governo definir os cursos com as respectivas disciplinas, cargas horárias e certificados, havia dentre as atividades escolares, a particular importância à educação física. O escotismo foi muito difundido em Minas Gerais e foi adotado no Aprendizado Agrícola de Barbacena, em sintonia com a política do Estado. Outro aspecto importante a ser posto em relevo foi a integração do Estabelecimento com a comunidade, desde seu início. Graças a essa integração, pôde ele superar as dificuldades que surgiram no período da I Guerra Mundial.

Através desse regimento, foi analisada a organização pedagógica que deu início às atividades do Aprendizado Agrícola, para se entender seus efeitos junto à economia agrícola da época. Por outro lado, analisou-se se tais conteúdos foram escolhidos tendo em vista as condições climáticas da cidade e região, por se tratar de local com uma temperatura média anual de 17° centígrados, ou se tão-somente se levaram em conta as atividades relativas ao aprendizado no setor da agricultura e pecuária. O universo do aluno foi devidamente explorado desde a idade para o ingresso na Escola, até as suas condições socioeconômicas e nível de escolaridade exigida.

Observou-se, outrossim, se o ensino na área de agricultura e pecuária tinha como objetivo o aprendizado pela práxis-pedagógica ou apenas a subsistência do alunado. Em outras palavras: qual era o objetivo dos alunos trabalharem a terra e qual era o destino dos produtos decorrentes de suas atividades no campo? Ou, ainda, se a escola atendia à proposta a que Fernando de Azevedo (1937) se refere, a saber, uma educação rural voltada para uma educação humanista, igualitária e social, que possibilitaria ao aluno meios para mudança e transformação.

As leis internas que regulamentavam o Aprendizado Agrícola de Barbacena se mantiveram por esse regimento de 1911 até o ano de 1933. Com o advento da era de Getúlio Vargas, o Aprendizado Agrícola de Barbacena foi transformado em *Escola Agrícola de*

Barbacena em 1933, com outros objetivos, outro currículo, outro regulamento, de acordo com a filosofia educacional do novo governo. Dessa forma, o segundo regimento foi aprovado pelo Decreto, nº 22.934, em 13 de julho de 1933, modificando toda a estrutura interna dos aprendizados agrícolas.

Desse modo, pensando nas várias mudanças estruturais, pedagógicas, políticas e administrativas que descaracterizaram, em parte, os objetivos de criação dos aprendizados agrícolas, objeto desta pesquisa, é que se pensou na data de 1933, como marco deste estudo. A legislação, contida no Decreto de 1933, regeu a Instituição até 1949. Com o advento da Lei Orgânica do Ensino Agrícola, foi aprovado o Regimento do Ensino Agrícola sob o Decreto-Lei nº 9.613, em 20 de agosto de 1946, que vigorou por três décadas, até o ano de 1977. Ainda que várias modificações foram acontecendo ao longo dos anos, vale ressaltar que a metodologia do “aprender a fazer e fazer para aprender” tenha sempre estado em voga no sistema pedagógico dessas instituições.

Para se aprofundar na investigação do Capítulo V, em “Controlar a Conduta, Modelar os Afetos e Regular as Maneiras” foi analisada a cosmovisão da sociedade escravagista, cuja elite supervalorizava a formação acadêmica para seus filhos e menosprezava o trabalho braçal, considerado como de escravos, situação essa que gerou um modelo de sociedade, em que se distinguiram dois segmentos nitidamente opostos. De um lado, os senhores proprietários de grandes fazendas e a elite cultural do país; de outro, a parcela maior da população, cujos filhos não tinham condições de freqüentar escolas com alto nível de formação propedêutica, que os possibilitassem entrar numa universidade. O horizonte sociocultural do Brasil pós-escravatura, era definido por essa radical divisão social. Na consciência coletiva, era evidente a distinção entre trabalho manual e trabalho intelectual. Aquele, para a periferia social; este, para a elite. Mas, os governantes da recém-proclamada república, tinham que encontrar solução para o grave problema, que era a juventude menos favorecida, de um lado, e, de outro, a imperiosa necessidade de suprir a mão de obra, pelo menos com conhecimento e técnica, das propriedades agrícolas que não mais contavam com o trabalho escravo. Desse modo, a própria necessidade histórica levou os governantes a implementarem iniciativas com vistas a criar no Brasil um modelo de educação agrícola, adaptado às suas condições socioeconômicas.

O que se observa é que criados os aprendizados agrícolas, problemas consequentes vieram à tona, a saber, o recrutamento da clientela, o processo de admissão de alunos, as condições para se admitir e matricular um aluno, o disciplinar da conduta dos jovens, o despertar do interesse pelas atividades agrícolas, a legalidade em participação nos lucros da

produção como motivação, etc. Nesse processo, foram exaustivas as procuras de dados e subsídios que dessem suporte aos indícios para a localização de informações a fim de identificar quem eram aqueles que fizeram parte do corpo discente, quando de sua criação. Para se identificar qual o tipo de segmento da sociedade fez parte de seu grupo de alunado, assim como, analisar a situação socioeconômica de seus pais. Torna-se importante assinalar que o método concebido para alcançar os objetivos previstos abrangeu todo o ciclo de produção, desde a teoria, passando pelo plantio, colheita, comercialização, participação nos lucros e acompanhamento de egressos. Esse acompanhamento foi de suma importância, porque possibilitou avaliar se o processo usado no Aprendizado Agrícola, de fato alcançou o seu principal objetivo, que foi o de preparar o jovem para as atividades agrícolas e pecuárias.

Ainda neste capítulo, destacou-se o fato de ter tido por quatro décadas e meia, (1910-1955), um mesmo diretor, Diaulas Abreu. Que explicações poderiam ser dadas para essa longa permanência em um quadro de transformações da sociedade brasileira e mineira? Em busca de resposta, pesquisou-se qual era a mentalidade da época, que relações políticas a instituição tinha com o governo federal e que objetivos políticos a esfera governamental tinha em relação à Escola em pauta. Diaulas Abreu nasceu em 1885, no Rio de Janeiro, filho de coronel e fazendeiro mineiro e de mãe carioca. O diretor bacharelou-se em Direito com especialidade em Ciências Jurídicas e Sociais. A seguir, foi nomeado por Portaria, datada de 14-11-1910, para o cargo de Diretor-Geral da instituição federal de ensino “Aprendizado Agrícola de Barbacena, MG”, cargo que ocupou por 45 anos. Oportunamente, seu perfil e desempenho como Diretor serão analisados no corpo do presente trabalho.

1 HISTÓRIA DO ENSINO PROFISSIONAL E AGRÍCOLA

O Brazil abunda em riquezas naturaes cuja extracção e utilização racional bastam para dar o bem estar aos habitantes e assegurar a sua prosperidade. Porem, a sua fonte mais certa de riqueza reside na exploração agricola do solo e na transformação industrial dos productos que delle se pode retirar pelo trabalho. O que importa, pois, antes de tudo, é fornecer aos habitantes os meios de adquirir os conhecimentos geraes e as aptidões profissionaes que hão de tornal-os capazes de retirar o maximo proveito do patrimonio que a natureza lhes doou.

Antes de tudo, convem tratar, sem tardar, de formar homens instruidos theorica e praticamente, habilitados para as carreiras agricolas, emancipados dos costumes rotineiros e primitivos que prevaleceram até hoje, a par dos processos methodicos modernos, capazes, emfim, de dedicar-se com proveito aos trabalhos da agricultura e das industrias que utilizam seus productos. O momento chegou de instituir no Brazil o ensino profissionall agricola, adequado ás condições do paiz.

Ledent, 1910

No longínquo 1910, com o Brasil ainda noviço na arte da vivência republicana e há poucos anos de se ter livrado do regime escravocrata, Ledent identificava a vocação agrícola do Brasil, preconizando a necessidade de formação de mão de obra para a adequada exploração da terra e transformação industrial dos produtos decorrentes desse investimento. Por sua vez, a historiografia aponta que no início do século XX se intensificou o debate acerca da necessidade de se implantar em nossa terra um sistema de educação profissional e agrícola voltado para as demandas emergentes. O cenário pós-escravatura com as fazendas carentes de mão de obra qualificada para um uso mais produtivo da terra assinalava um horizonte sombrio de subexploração das possibilidades das riquezas naturais em eventual carência de alimentos, despertando nos políticos o interesse pela formação profissional na área agrícola. Nas fábricas de um Brasil que ensaiava os primeiros passos na indústria, também havia carência de mão de obra tecnicamente qualificada. Tratava-se, portanto, de um diagnóstico que revelava uma necessidade de reformar o ensino para a “terra” e para a “indústria”.

Já não havia mais espaço apenas para o trabalho braçal dos jovens, mas o mercado exigia profissionais instruídos e preparados, cultural e intelectualmente, que participassem e contribuíssem ativamente para o crescimento do setor em que estivessem inseridos. Para tal, era necessário um comprometimento e maior investimento dos órgãos públicos nas instituições de aprendizado profissional e agrícola, tornando-as cada vez mais afinadas com as novas tecnologias de acordo com as demandas econômicas e sociais do país, sintonizadas com as mudanças que se pretendiam por em curso.

Acácia Kuenzer se refere às mudanças que a cada época apontam direções e necessidades diferentes:

Os novos projetos pedagógicos não nascem das idéias dos intelectuais; ao contrário, eles são determinados pelas mudanças ocorridas no mundo do trabalho, que apresentam diferentes demandas a cada etapa de desenvolvimento das forças produtivas, em função das características que assume a divisão social e técnica do trabalho. (KUENZER, 1999, p. 1).

Para a pesquisadora, não são os intelectuais, gestores ou governantes que ditam as normas para se atender a esse ou aquele aspecto do ensino, mas as mudanças vêm da própria dinâmica social de determinado momento histórico, ditadas pelas forças produtivas do trabalho.

Embora pontuadas pelas demandas e exigências do mercado de trabalho que, de tempo em tempo, condicionam os perfis de formação desse contingente de alunado, as instituições de ensino profissional e agrícola possuem características que as distinguem entre si, sugerindo a existência de outras mediações frente às demandas sociais constituídas. Como se pode observar, as formas de ensino profissional e agrícola se processam dentro de suas singularidades. Dessa forma, são escolhidas cidades que se localizam nos grandes centros ou em cidades de porte médio para oferecerem os cursos de ensino profissional. As escolas podem ser construídas próximas ou, até mesmo, dentro das fábricas e indústrias, podendo ser patrocinadas por grandes empresários, bem como, públicas ou privadas, com o objetivo de preparar seus alunos para as profissões dos setores industriais e fabris.

As escolas agrícolas, por sua vez, tendem a serem construídas próximas a áreas rurais ou em cidades de pequeno porte, podendo ser públicas, privadas ou possuindo parte de seus recursos subvencionados pelos órgãos públicos, objetivando preparar seus alunos para o setor da agricultura e/ou pecuária. Como ponto comum, ambas foram criadas com o objetivo de instruir jovens que não tinham recursos financeiros e/ou instrução básica adequada, destinados ao mundo do trabalho por intermédio de uma qualificação específica que permitisse atender aos anseios dos diferentes setores da produção.

O estudo observa aspectos da trajetória do ensino profissional através dos acontecimentos históricos que denotam necessidades emergentes de qualificação de mão de obra industrial e fabril, considerando que este fenômeno se processa em escala transacional.

Na Europa, onde se iniciou a Revolução Industrial a partir do fim do século XVIII, alguns países – principalmente Inglaterra, França, Bélgica e Alemanha – se anteciparam aos demais, como precursores nessa empreitada. O Brasil, por sua vez, com suas peculiaridades,

também teve seus interesses despertados para incorporação e institucionalização tanto do ensino profissional no setor industrial quanto no setor agrícola.

Tal realidade enseja acompanhar um conjunto de acontecimentos que marcaram o desenvolvimento do setor industrial. Enquanto em 1791⁴ o governo francês ensaiava um ensino especial para as classes operárias, no Brasil a preocupação com a instrução por um ofício como base da economia brasileira teve seu início em 1812, com D. João VI. Assim, iniciaram-se os estudos investigando os acontecimentos marcantes no setor da indústria no ocidente e, em seguida, em nosso país.

1.1 Ensino profissional no exterior

Nesta seção, buscou-se o cruzamento de informações em alguns autores brasileiros, bem como nas fontes documentais a que se teve acesso para respaldar as afirmações sobre a trajetória do ensino profissional para além das fronteiras do Brasil.

Pires de Almeida⁵ (1886) afirma que líderes governantes na Revolução Francesa, em 1795, decretaram a criação de Escolas Centrais⁶, em todas as grandes cidades da França. Neste mesmo ano foi instituída uma Escola Politécnica destinada ao curso de Engenharia Civil e Militar. Quanto ao ensino industrial, em 1817, o governo francês introduziu o estudo do desenho no programa das escolas primárias e secundárias, porém com mais ênfase no ensino teórico que no prático, uma vez que pouco ou nada havia de ensino de desenho nas escolas públicas. Em 1830, inspirado na instrução popular, o governo resolveu investir nas Escolas Públicas Intermediárias, criando, em cidades com mais de 6.000 habitantes, uma escola, cujo programa fosse conforme com as exigências industriais, comerciais ou agrícolas de sua respectiva zona.

⁴ Em setembro de 1791, foi promulgada a primeira Constituição da França que resumia as realizações da Revolução Francesa, dentre elas o estabelecimento de linhas gerais para o surgimento de uma sociedade burguesa e capitalista em lugar da sociedade anterior, que era feudal e aristocrática.

⁵ José Ricardo Pires de Almeida nasceu em 1843, no Rio de Janeiro e faleceu em 1913. Estudou Direito e formou-se médico. Foi arquivista da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, razão pela qual suas obras são amplamente citadas nessa pesquisa.

⁶ Pires de Almeida (1886) explica que as Escolas Centrais eram instituições que ofereciam conteúdos diversificados em seus programas de ensino, que compreendiam desde matérias do núcleo comum, como, física e química experimental, gramática e literatura, línguas antigas e modernas, lógica e metafísica dos povos, até conteúdos específicos, como, desenho, agricultura e comércio, artes e ofícios. Segundo o autor, cada escola possuía uma biblioteca, um horto botânico, gabinete de história natural, de física experimental e de máquinas industriais.

A partir de 1830 e em função da disseminação dessas escolas, os melhoramentos da indústria francesa tornaram-se notabilíssimos, pois conquistava dia-a-dia mais vasto mercado, sendo seus produtos mais bem acabados. Para Pires de Almeida (1886), tal fato foi fruto “da proveitosa sementeira”, pois os antigos alunos das Escolas de Artes e Ofícios, convertidos em hábeis mestres, impulsionaram brilhantemente as fábricas e as oficinas da França, dando à sua produção um cunho de superioridade. Desse modo, o ensino profissional passa a ocupar um dos primeiros lugares no vasto programa da instrução pública. Criam-se, então, novas escolas, difundindo-se largamente e principalmente, dentre os muitos conteúdos, o ensino do desenho, procurando inspirar o gosto dos operários para os estudos das artes e manufaturas.

Com relação à Inglaterra, estudos apontam que sua instrução primária era tão sólida que despertava, nos alunos, as mais nobres aspirações e, com isso, um senso prático característico do povo inglês⁷. A esse sistema, deve a Inglaterra o avultado número de homens úteis, que tanto concorreram para o progresso da nação. Na realidade, é pela prática, tanto na lavoura quanto na indústria, que se adquirem os verdadeiros conhecimentos com os quais se manejam os negócios em qualquer esfera social.

Como se observa no *Jornal do Commercio*⁸ cujo redator é o Dr. Luiz Pereira Barreto⁹ a mola mestra de todo o sucesso britânico na Revolução Inglesa se deu graças à valorização da agricultura nacional inglesa. Para o redator:

Foi unicamente pela agricultura que a Inglaterra se elevou. Foi cultivando forragens que pôde ter gado; foi tendo gado, que pôde ter leite e carne e mais o esterco, que faz o trigo que dá o pão. Foi com pão, com leite e com carne que conseguiu fazer crescer a sua população e obter esses abundantes braços valentes que impulsionam a sua industria e põem em movimento os seus innumeros navios de commercio e de guerra. (JORNAL DO COMMERCIO, 23-08-1901, nº 1.540).

O texto acima sinaliza que na retaguarda da indústria, está a agricultura. Assim, houve uma grande e crescente demanda pela produção de lã na Inglaterra, valorizando o desenvolvimento das manufaturas de tecidos. Em consequência aumentou a necessidade e a

⁷ Pires de Almeida é um dos autores que reforça essa percepção em sua obra *Officina da Escola* (1886).

⁸ O *Jornal do Commercio* foi fundado em 20 de dezembro de 1896, em Juiz de Fora, MG, por V. Leon Aníbal, tendo como redator-chefe Heitor Guimarães e como auxiliar Olegário Pinto. Em 1897, foi adquirido por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, sendo este seu redator até 1902, transferindo-o ao Dr. João Penido Filho. Posteriormente outros nomes figuraram a sua frente, conforme Kappel apresenta em sua Dissertação de Mestrado *O pensamento educacional de Estevam de Oliveira expresso através do Jornal Correio de Minas (1897-1908)*, Universidade Federal de São João Del Rei (UFSF), 2010.

⁹ Luiz Pereira Barreto nasceu em Resende, RJ, em 1840 e faleceu em SP, em 1923. Doutou-se em Ciências Naturais e Medicina na Bélgica, em 1864. Após formado, em seu retorno ao Brasil, dedicou-se à filosofia, educação, imprensa, cafeicultura, pecuária, sociologia, viticultura, política, geologia e à vida científica ligada, principalmente, às experiências do café, guaraná, cerveja e vinho. Publicou vários artigos sobre a produção cafeeira no jornal “A Província de S. Paulo”, nos dias 2, 3, 5, 6, 7, 8 e 10 de dezembro de 1876. Fonte: www.genealogiafreire.com.br. Acesso: maio, 2011.

valorização da criação de ovelhas. Nesse cenário, ocorreu uma grande apropriação de terras para que se tornassem adequadas para pastagens de ovelhas e, com os lucros obtidos com a produção da lã houve crescimento do poderio econômico e o prestígio da nobreza rural. Além de exaltar o sucesso britânico na época da revolução, Pereira Barreto tece uma sutil crítica ao governo brasileiro. Conforme matéria do *Jornal do Commercio*:

A suprema efficacia de qualquer fôrma governamental está no grão de intelligencia com que cada povo põe em jogo as forças productoras da terra, de que dispõe. Parallelamente, um povo pobre e sem instrucção agrícola, condenado a sofrer o peso das fatalidades naturaes sem poder dominal-as, em vão procurará imitar as superiores construcções políticas, que um outro povo mais instruido e maduro architectou para si. (JORNAL DO COMMERCIO, de 23-08-1901, nº 1.540).

Naquele contexto, “é só da terra illuminada pela intelligencia que sae a grande politica, a grande força das nações.”¹⁰

Outros feitos marcaram a valorização da mão de obra na Grã-Bretanha, concorrendo para o desenvolvimento da instrução popular de manufaturas a *Society of Arts* fundou em 1754, algumas escolas para as classes operárias, com o fim de divulgar o progresso das ciências em relação ao comércio, artes e indústrias. Tal associação mantinha uma academia com o objetivo de se ministrarem palestras e conferências sobre os assuntos científicos que dizem respeito às indústrias.

A partir de 1799, foram abertos vários caminhos que possibilitaram novos rumos da indústria no país, como forma de habilitar os artífices ingleses. Assim, em 1824, a Inglaterra funda nas cidades mais industrializadas cursos e instituições idênticas, denominadas *Mechanics' Institute*¹¹. Esses Institutos dos Mecânicos despertaram a atenção pública sobre as vantagens de se ministrar às classes operárias uma instrução científica, de acordo com as necessidades industriais. Por outro lado, os empresários viam nesses Institutos espaços em que se formariam trabalhadores hábeis e habituados à disciplina fabril de que tanto necessitavam em seus estabelecimentos. Portanto, os empresários investiam financeiramente¹² nos Institutos a fim de proporcionar meios para a qualificação da mão de obra para suas indústrias, desde que fossem ministrados um ensino puramente técnico. Da mesma forma que

¹⁰ Fonte: Jornal do Commercio, 23-08-1901, nº 1.540.

¹¹ O período de estágio de doutoramento realizado pela pesquisadora no Instituto de Educação do Departamento de Humanidades e Ciências Sociais, da Universidade de Londres, Inglaterra, sob a co-orientação do Professor Doutor Gary McCulloch, permitiu um maior investimento nos estudos elementares, anteriormente iniciados no Brasil, acerca da abordagem sobre o *Mechanics' Institute*. O Instituto dos Mecânicos despertou interesse por apresentar certa semelhança com os atuais Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) existentes no Brasil, objeto deste estudo.

¹² Os empresários, além de serem os patronos dos Institutos, fornecendo doações para a instalação e manutenção de suas sedes, investiam, também, nas demais dependências, como, auditórios, bibliotecas e laboratórios (Pires de Almeida, 1886).

a classe burguesa de empresários alavancou os Institutos dos Mecânicos, foram eles, também, os responsáveis por suas falências, uma vez que queriam transformar esses institutos em agências para domesticar a classe operária. Dos Institutos dos Mecânicos surgiu o Instituto de Londres, mais tarde *University of Manchester Institute of Science and Technology*.



Figura 1 - Manchester Mechanics' Institute, in 1825. Cooper Street, Manchester, UK.

Tomando como exemplo o *Mechanics' Institute in Manchester*, criado em 1824, durante a Revolução Industrial, um grupo de empresários e industriais da cidade de Manchester encontrou uma casa pública, onde artesãos poderiam aprender ciência básica, particularmente mecânica e química (KARGON, 1977), sobrevivendo como uma instituição independente, atendendo aos originais objetivos educativos ao longo do século 20 (WRIGLEY, 1982).

Em reunião, convocada por George William Wood em 07 de Abril de 1824 (KARGON; WRINGLEY e UMIST, 2012), assistida por membros proeminentes da comunidade científica e de engenharia, o Sir Benjamin Heywood, banqueiro próspero, foi eleito primeiro Presidente do *Mechanics' Institute in Manchester* para o período 1824-1841. O *Mechanics' Institute* se manteve nesse mesmo sistema de ensino até 1882. De 1883 a 1917 passou a ser denominado *Manchester Municipal School of Technology*, tendo sido pioneiro na tecnologia de Engenharia Química na Grã-Bretanha. Em 1918, transformado em universidade, a instituição mudou novamente para *Manchester Municipal College of Technology*. Em 1955 passou a *Manchester College of Science and Technology* e em 1966 a *University of Manchester Institute of Science and Technology* (UMIST), conhecida como *University of Manchester*.

Embora o governo não tenha criado escolas por conta própria, ele fez o repasse de generosas subvenções aplicadas nas escolas de ensino profissional e exercia papel na

fiscalização, aprovando os regulamentos e redigindo os programas que deveriam ser postos em prática nesses estabelecimentos.

Já naquela época, havia a preocupação do governo britânico, quanto ao trabalho infantil. Para isso, apoiado pelos trabalhadores rurais, em 1833, ele promulgou a constituição denominada *Factory Act*, a “Lei das Fábricas”, proibindo a utilização da mão de obra de crianças menores de nove anos no interior das fábricas.

Quanto ao ensino agrícola na Inglaterra, em 1842 (Barnard; Brownell, 1871) um grupo de agricultores da cidade de Cirencester, no Reino Unido, preocupados com o lento processo educacional fornecido pelo governo, reuniu-se com o objetivo de se discutir sobre as vantagens de se criar um sistema educacional específico à agricultura (The History...). Desta feita, através de um comitê de fazendeiros, fez-se circular entre eles um prospecto de ensino, tendo sido eleito Earl Bathurst para presidir essa instituição. Sem suporte do governo, esse grupo de fazendeiros conseguiu fundos através de subscrições públicas e puderam erguer uma construção de arquitetura e estilo vitoriano, tendo sido inaugurada em setembro de 1845, como a primeira Faculdade de Agricultura do mundo Inglês, com a admissão dos primeiros 25 alunos. No mesmo ano a rainha Vitória, sentindo-se agradecida, assumiu a Instituição tornando-a pública, sob a responsabilidade do Governo Britânico (ROYAL, 2012). A *Royal Agricultural College, in Cirencester, United Kingdom*¹³, sobreviveu a todas as vicissitudes do país, estando hoje dentre os mais bem conceituados estabelecimentos de ensino da Grã-Bretanha, colecionando grande número de prêmios e troféus pelos mais diversos tipos de empreendimentos junto à população inglesa.¹⁴

¹³ O período de estágio de doutoramento na *University of London, in United Kingdom* proporcionou apurar e aprofundar nos estudos e investigações a respeito do *Royal Agricultural College of Cirencester* iniciados, de forma elementar, no Brasil. Por ter sido período de férias escolares no Reino Unido, não foi possível o agendamento pelo co-orientador da Universidade de Londres a pesquisa *in loco*, ainda que constasse como interesse no projeto inicial.

¹⁴ Dentre os mais recentes prêmios pode-se citar: Younger Farmer of the Year (2009) - James Price Awards; Younger Farmer of the Year (2008) - Aidrian Ivory; (Crowned Farmers Weekly, Farmer of the Year). Fonte: www.fwi.co.uk Articles, 2009. Acesso: julho, 2012.



Figura 2 - A old real photo of the Royal Agricultural College Cirencester, United Kingdom, 1860.
Fonte: Building, 2012.



Figura 3 - Royal Agriculture College Cirencester United Kingdom, s/d.
Fonte: www.postcardworld.co.uk/England

A *Royal Agricultural College* é uma instituição pública. Seu campus se localiza na zona rural de *Cirencester, Gloucestershire, United Kingdom*, e tem como seu presidente o Príncipe de Gales. Dentre seus alunos, constam nomes de marqueses, duques, barões, condes, viscondes, príncipes de várias nacionalidades, atores, políticos, escritores e membros do parlamento britânico.

No governo belga, houve uma primeira preocupação com o ensino primário e de segundo grau, criando escolas particulares, municipais e estaduais, que objetivavam preparar os alunos para qualquer curso superior ou para seguir qualquer carreira que lhes conviesse. Só a partir de 1841 pensou-se um maior investimento da Bélgica no ensino profissional. Foram criados os Ateneus Reais que se dividiam entre os estudos clássicos e o ensino técnico profissional. Para ambos os segmentos, os alunos eram preparados por cinco anos. Embora o ensino não fosse gratuito, havia esforço do governo em isentar da contribuição aqueles em condições especiais ou extremamente necessitados que revelassem talento e aplicação aos estudos. Em seguida foram criadas escolas profissionais, com cursos de desenho industrial¹⁵ e de tecelagem em dois anos. Tais cursos, embora fossem de ensinamentos bastante elementares e simplicíssimos, segundo Pires de Almeida (1886), muito contribuíram para esclarecer os operários sobre suas reais funções, possibilitando-lhes a confecção de trabalhos mais apurados, pois antes dessa formação profissional eles eram tidos como meros autômatos imitadores. Essas escolas funcionavam nos turnos diurno e noturno e seus cursos eram

¹⁵ As disciplinas correspondentes ao curso de desenho industrial eram geometria prática e desenho linear, enquanto no curso de tecelagem eram ministrados mecânica prática e desenho de máquinas. Segundo Pires de Almeida, em *Oficina na Escola* (1886), embora fossem ministradas noções básicas de geometria, mecânica e elementares aplicações de desenho, foram, também, muito úteis para a vida dos operários que freqüentaram tais cursos, pois foi a partir daí que começaram a entender os processos dos trabalhos que executavam.

gratuitos ou de contribuição irrisória. Para que os alunos fossem aceitos, bastava que tivessem estudos elementares.

Torna-se importante observar que o ensino profissional na Bélgica gozava de certa autonomia que o governo permitia a cada município. A essa autonomia e liberdade no ensino, a Bélgica credita os louros de seu grande desenvolvimento industrial. Ela sempre dividiu o ensino profissional em dois grandes ramos: um destinado a desenvolver as faculdades físicas, morais e intelectuais, por meio de simples e sólida cultura teórica que aproprie o espírito a profissões industriais e o outro, de cunho meramente prático, era aplicado às aptidões de determinado ofício ou arte liberal do mesmo aluno. Ambos se fundem com o objetivo de elevar o operário pelo ofício que ele exerce. De acordo com Pires de Almeida, era também essa a esperança dos pais dos jovens que freqüentavam tais escolas profissionais. Diz ele:

Não queremos que nossos filhos sejam doutores, nem poetas, nem literários, são profissões por demais incertas; não desejamos também que sejam advogados, já os há em demasia, a nossa única aspiração é que eles se convertam em bons operários, em hábeis mestres de fábricas, em agricultores. Desses, sim, carecemos e muito. Ora, para tais meios de vida que utilidade tem, por exemplo, o estudo das línguas grega e latina? Se este meu filho está destinado a medir fazendas, para que lhe serve o conhecimento da metrificacão do verso latino? Se aquele outro deve ser agrimensor, que querem que ele faça da filosofia de Kant, ou de oratória de Quintiliano? (ALMEIDA, 1886, p. 19).

Enquanto a Bélgica se sobressai por investir na autonomia de seus municípios, oferecendo a instrução profissional de acordo com as aptidões de seus alunos, Pires de Almeida (1886) afirma que a Alemanha foi o país da Europa que mais compreendeu a necessidade da aplicabilidade do ensino prático.

Celso Suckow da Fonseca afirma que o ensino profissional foi introduzido na Alemanha em 1694, descrevendo como se originou:

Surgia num subúrbio de Halle, na Alemanha, fundada por August Hermann Francke, e destinada aos órfãos de sua paróquia, o qual não tendo recursos econômicos com que manter a escola, imaginara ensinar a seus pupilos o manejo das ferramentas e a técnica das profissões, a fim de que eles próprios mantivessem, com seu trabalho, a continuidade da obra de assistência que iniciara. (FONSECA, 1986, p. 21).

Assim, outras iniciativas foram se processando até que surgiram as instituições destinadas à instrução profissional. Em princípio, foram criadas escolas destinadas às ciências industriais e profissionais, que se dividiam em duas categorias: as Escolas Populares e as da Burguesia. As Escolas Populares¹⁶ tinham em seu programa¹⁷ um ensino superior àquele que

¹⁶ Conforme Pires de Almeida (1886), os alunos das Escolas Populares, após aprovados, passavam a freqüentar a Escola dos Burgueses e, a partir daí, ao receberem a instrução comum, ambos se tornavam aptos a concorrerem às vagas destinadas ao ensino superior.

era oferecido pelas outras escolas primárias, mas adequado às aspirações do povo. As escolas da burguesia, por seu lado, eram destinadas à classe logo abaixo da média, ou seja, àqueles indivíduos empregados no comércio, nas diferentes indústrias, aos funcionários públicos de segunda categoria, mas, no final, ambas se fundiam ao oportunizar o acesso ao ensino superior.

Nos moldes do sistema alemão, a Holanda reformou seu ensino profissional e industrial, em 1864, adotando o plano das escolas burguesas como complemento da instrução primária que se tornaria o acesso ao ensino superior. O que se destaca como diferencial e a disseminação de várias outras escolas de segundo grau para difundir o ensino teórico das ciências, considerando indispensável à indústria.

A esse entusiasmo pela instrução científica, naquela época, não se esquivaram a Suíça e também a Itália. Assim, considerando a necessidade da educação científica para o operário, na Suíça foram criadas várias escolas inspiradas no modelo belga, descrito anteriormente. Dessa forma, a primeira lei promulgada sobre a instrução técnica acontece em 1859 que trás, em seu interior, a divisão do setor industrial em quatro grupos: o agrícola, o químico, o físico-matemático e o comercial. Ao observarem a dificuldade em conciliar grupos tão distintos, foi promulgado o decreto de 1864, com o objetivo de reparar a lei anterior. Por esse decreto, foram criados vários cursos especiais para as diversas indústrias, acarretando, com isso, uma hiper-especialização. Após sucessivas tentativas de acertos, nova disposição de lei foi criada para reorganizar o ensino e, de acordo com levantamentos feitos por Almeida (1886), foi a partir daí que os ensinos profissional e industrial se tornaram satisfatórios, após serem aproveitadas as experiências da prática de outros países que a eles antecederam.

Enquanto a Itália e a Suíça tentavam encontrar sua própria forma de instrução profissional, ainda que com seus erros e acertos, outros países do continente Ibérico, pareciam estar em total letargia. Seus operários permaneciam mergulhados na mais profunda ignorância em todos os sentidos, literários, científicos, artísticos. Só muito tempo depois, Portugal despertou sua atenção para a classe de operariado, ainda assim de forma bastante escassa. O histórico atraso de Portugal e Espanha em relação a outros países europeus pode ser explicado, pelo fato de poderem adquirir manufaturados com as riquezas – ouro e prata – extraídas de suas colônias. No caso de Portugal, o ouro, advindo do Brasil, lhe possibilitava comprar tudo que queria da Inglaterra.

¹⁷ O programa dessas escolas compreendia a instrução de segundo grau completa, privilegiando os alunos que não tinham condições de se matricularem nas academias. As matérias eram geografia, história, aritmética, geometria, línguas unidas, desenho, história natural e física. (ALMEIDA, 1886).

Torna-se interessante notar que o desenvolvimento da educação profissional acompanhou o despertar e a implementação da Revolução Industrial, o que mostra que ela surgiu num cenário histórico de necessidades emergentes, entre as quais a formação de mão de obra para as indústrias, com vistas a multiplicar a capacidade produtiva dos diferentes setores.

No que diz respeito aos Estados Unidos, Pires de Almeida (1886) afirma que o ensino profissional não foi abraçado por este país, embora reconheça que a indústria daquela poderosa nação, não contente de assombrar por sua produção, possui, também, a mais excepcional originalidade.

Conforme Almeida (1886), a explicação por haver lá operários tão hábeis e tão criativos está na história da instrução popular desse país, cujo rápido progresso se impôs de tal forma que desperta a admiração do mundo civilizado. Assim, a Alemanha, a Inglaterra e a França viram-se forçadas a mandarem comissões especiais e homens competentíssimos com o objetivo de estudar de perto as origens e as causas de tão grande adiantamento. O mérito se afina pela “gloriosa primazia da instrução das oficinas nas escolas elementares.” (ALMEIDA, 1886, p. 20).

Embora haja todo um esforço de uma nação ao tentar superar as dificuldades que surgem no processo de implementação de experimentos para tornar eficaz e eficiente seu sistema educacional, como é o caso da França, a colheita dos frutos nunca é imediata. Em educação, os resultados vêm muitos anos depois. Em 1901, seus esforços recebem certo reconhecimento, de acordo com uma nota registrada e publicada no *Jornal do Commercio*. Seu redator, ao registrar o exemplo da França, anseia por uma vontade política para que se siga o seu exemplo:

Bem sabemos o quão difficil é a tarefa. A França consumiu 20 annos de lucta para organizar o seu ensino agrícola primario; mas, a final todas as resistencias foram vencidas, e, hoje, lá encontramos um magnifico modelo a imitar. Um pouco de boa vontade, um impulso de patriotismo, e tudo conseguiremos. (*JORNAL DO COMMERCIO*, 1901, nº 1. 540).

O artigo assinado pelo Dr. Luiz Pereira Barreto, redator desse artigo no *Jornal do Commercio*, enfatiza o ensino agrícola primário, levantando-se a hipótese de ser a necessidade mais premente para o Brasil. Na Europa amplia-se o ensino primário nas profissões manuais, com objetivos diversos, visando atrair ao exercício das artes as vocações que, nesses ensaios, revelam-se de forma pujante.

As pesquisas sobre o ensino profissional, realizadas nos países europeus e na América, possibilitam uma análise e reflexão sobre as relações existentes entre as diversas experiências.

Se, por um lado, alguns países antecederam o Brasil institucionalizando o ensino profissional, por outro, verifica-se que a realidade brasileira é muito diversificada. O favorecimento ditado pelas condições do território brasileiro, o amplo espaço físico e as situações climáticas são especificidades pouco encontradas em muitos dos países estudados. As condições sociais e econômicas próprias do Brasil postulam que se criem modelos pedagógicos para educação profissional próprios, isto é, que atendam às necessidades do contexto socioeconômico brasileiro.

Reportando a Gondra e Mignot (2007), os relatos de viagens funcionam como um dispositivo comparativo e, ao mesmo tempo, um observatório privilegiado para refletir-se acerca da circulação de ideias, projetos e modelos educacionais em curso. Gondra (2010) complementa que “as viagens dos educadores funcionam como técnica de investigação e de conhecimento, como prática de observar, experimentar, comparar e produzir conhecimentos sobre o *outro*” (GONDRA, 2010, p. 13).¹⁸

Com o objetivo de se conhecer a realidade e conhecer como se processa a articulação do ensino profissional e agrícola em outros países, o *Ministro da Agricultura, Indústria e Commercio do Brasil*, Sr. Dr. Rodolpho Rocha Miranda,¹⁹ enviou à Bélgica o engenheiro agrônomo, Sr. dr. Armando Ledent. Em seu retorno, o agrônomo deveria planejar e organizar um projeto de criação do ensino agrícola na República. Dessa feita, em 1910, Ledent envia um relatório ao ministro no Brasil, com suas impressões, fruto das incursões e indagações, baseadas em suas viagens realizadas pelo exterior, que ao longo desta pesquisa, são analisadas de forma mais detalhada.

Em vários momentos a obra de Ledent foi trazida a este trabalho, analisando os muitos pontos que inspiraram e fundamentaram os atuais institutos agrícolas. Ao retornar ao Brasil, já na condição de Diretor-Geral Interino da Agricultura, tornou-se presença marcante junto às iniciativas do governo no setor agrônômico do país e personalidade influente no cenário da criação dos primeiros aprendizados no Brasil, se sobressaindo na ocasião da inauguração do Aprendizado Agrícola de Barbacena, em 1913.

Ledent aponta que havia uma preocupação muito grande com a reforma dos métodos de ensino para adaptá-los a uma atividade econômica moderna. Segundo ele, essa atividade econômica começou a se fazer urgente aos espíritos que se interessavam por uma solução dos

¹⁸ O dossiê intitulado *Viagens de educadores, circulação e produção de modelos pedagógicos* pode ser encontrado na Revista Brasileira de História da Educação, nº 22, jan./abr., 2010.

¹⁹ Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda, nasceu em Bananal, SP, em 08-11-1862 e faleceu em São Paulo em 1943. Foi deputado constituinte em 1891 e Ministro da Agricultura no governo Nilo Peçanha, no período de 29-11-1909 a 15-11-1910. Fonte: Ministros do Governo Nilo Peçanha, wikipédia.org. Acesso: março, 2011.

problemas que diziam respeito ao futuro de cada país. Tais preocupações ocuparam espaço tanto no exterior quanto no Brasil.

Em sua visão, sinalizou como os Estados Unidos da América do Norte privilegiavam o ensino prático e o esforço pessoal em todas as idades e em todos os graus de ensino, conforme texto a seguir:

Póde-se dizer que o segredo dos progressos rápidos e incessantes dessa republica reside, pela maior parte, nos methodos de educação em vigor para todas as idades. Naquelle paiz, o ensino, em todos os grãos, rejeitou completamente o systema dogmatico que ainda domina na Europa. A sua unica base é o methodo experimental, objectivo, applicado a todos os ramos da instrucção quer geral, quer especial. A sua característica é a tendencia em despertar e desenvolver constantemente a iniciativa individual, em cultivar a vontade, suscitando em cada occasião o esforço pessoal. Habitua-se o alumno a observar, a adquirir conhecimentos pelas suas proprias experiencias e pesquisas. Ao mesmo tempo, mostram-se lhe as applicações praticas dos dados theoreticos. Numa palavra, é o ensino pela *acção*. A educação americana tem por effeito formar homens seguros de si mesmos, tendo assimilado, por exercicios racionalmente combinados, as noções theoreticas e profissionaes que lhes permittem atirar-se nas lutas da vida, com a maior probabilidade de bom êxito. (LEDENT, 1910, pp. 11, 12).

A análise de Ledent do sistema americano permitiu que se pensasse sobre o modelo de ensino agrícola a ser utilizado no Brasil. Entretanto, para um país com as características do Brasil da adaptação ao método proposto nos Estados Unidos, exigiria esforço e competência daqueles que ministravam os conteúdos específicos. A realidade brasileira da época patenteava a escassez desse tipo de profissional. Essa análise não foi negligenciada pelo olhar atento do relator Ledent:

Por outro lado, o pessoal apto para facultar um tal ensino não existe e não pode tão pouco ser improvisado. Mas, se não fôr possível seguir cegamente o methodo de educação dos Estados Unidos, pelo menos convem inspirar-se nos principios que constituem a sua base e esforçar-se por inculcar-os na nova organização escolar brasileira. É preciso, por assim dizer, semear o germen desse methodo naquello terreno ainda virgem, com a certeza de que, a pouco e pouco, elle ha de se desenvolver e acabará um dia por alcançar a sua completa florescência. (LEDENT, 1910, p. 15).

Ainda que não fossem seguidos os métodos de ensino aplicados nos Estados Unidos, seria fundamental que o Brasil se inspirasse nessa nova organização escolar, gerando uma modalidade de ensino ainda não explorada no país, mas que poderia aos poucos ser disseminada e que alcançaria sucesso.

A escassez de professores a que se referiu como profissionais qualificados na área agrícola, também foi identificada por Primitivo Moacyr²⁰ enquanto redator no Centro de Documentação e Informação na Câmara dos Deputados de 1895 até a década de trinta,

²⁰ Nasceu na Bahia em 1869 e faleceu em 1942. A legitimidade de seus textos se deve ao fato de ele ter sido, além de advogado e historiador brasileiro da educação, também redator dos debates parlamentares.

quando circulava pelos espaços onde aconteciam os debates parlamentares. A “escrita do Estado”²¹, em Primitivo, caracterizava em ações governamentais que incidiam em várias modalidades de ensino, dentre as quais, ao que se refere às Escolas Agrícolas, no período de 1892 a 1929.

Dentre esses projetos legislativos, Primitivo Moacyr aborda a necessidade de se “importar” os *lentes* que ministrariam os conteúdos, assim como, nesse mesmo recorte, destaca qual seria a clientela dos institutos agrícolas:

Os trabalhadores se comporão de braços livres e tomados a jornal, e mesmo de escravos a requerimento de fazendeiros ou agricultores com o fim de adquirir pratica. Os aprendizes serão distribuidos pelas oficinas e pelos trabalhos da lavoura, vencendo além da alimentação, vestuario os que forem orfãos e expostos ou filhos de familias pobres. Na organização da Escola se terá em vista obter uma exploração que, prestando-se totalmente ás condições de um ensino pratico bem combinado e dirigido, se preste também a uma produção anual suficiente para a alimentação do pessoal e custeio do estabelecimento. O governo confeccionará o regulamento e nele proverá sobre os programas, sobre as habilitações dos alunos que se matricularem em qualquer dos cursos, sobre exames e pensões, sobre a criação de novos estabelecimentos tecnologicos. Os primeiros lentes e mestres de pratica, bem como alguns trabalhadores se mandarão vir da Alemanha, contratados por tempo nunca maior de dez anos, renovaveis. Finalmente o governo poderá mandar admitir como ouvintes de lições de cursos qualquer pessoal habilitado com o curso de ciencias fisicas e naturais ou de medicina, por qualquer das faculdades do Imperio. (MOACYR, 1938, pp. 274, 275).

Torna-se importante observar que, segundo o autor, o objetivo do ensino aplicado ao jovem para a instrução agrícola teria, como clientela, toda e qualquer mão de obra disponível, inclusive escravos, se a pedido de fazendeiros, e aqueles que se oferecessem através de jornais. Seria oferecido a um público com esse perfil, sob os auspícios do governo. Como outros autores, afirma que não havia professores capacitados para ministrarem as aulas, necessitando serem trazidos do exterior. O que abriria um leque de oportunidade para que alunos de outros cursos recebessem ensinamentos na área agrícola.

Assim como os registros apontaram que os Estados Unidos acreditaram que o sucesso de suas indústrias se devia ao fato de se despertar no jovem o gosto pela instrução, iniciado nas oficinas das escolas elementares, o então Presidente da Província de Minas Gerais, em

²¹ Expressão utilizada em *Narrativas da história da educação brasileira*: notas para se pensar a experiência de Primitivo Moacyr, artigo em que GONDRA; MELO; PESSOA (2011) examinam, de forma mais detalhada, um conjunto de ações desenvolvidas por Moacyr junto ao poder legislativo no período de 1867 a 1942. Outros estudos que analisam as contribuições deixadas pelo autor, podem ser localizados através de pesquisas realizadas na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), por um grupo que estuda *O primitivo que avança no tempo*: subsídios de Primitivo Moacyr para a pesquisa em história da educação brasileira, sob a coordenação da professora Roseana Areal de Carvalho, 2012. Pode-se citar, também, MELO. *Primitivo Moacyr: a arte de produzir material historiográfico*. Monografia, Faculdade de Educação, UERJ, 2012. Vale a indicação, neste contexto, de OLIVEIRA. *A Contribuição de Primitivo Moacyr na História da Escola Pública – As Ações Imperiais e Republicanas*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Maringá (UEM), 2009.

1897, Crispim Jacques Bias Fortes,²² fez coro com esse ideário, conforme estudos mais detalhados ao longo deste capítulo. Com estes registros, atestando ter havido preocupação quanto ao início da educação profissional e agrícola, o articulista do *Jornal do Comércio*, de circulação na cidade mineira de Juiz de Fora em 1901, Dr. Luiz Pereira Barreto, em sua matéria, assinala que o ideal seria a introdução de pequenas atividades agrícolas desde a infância, a exemplo de outros países, como os Estados Unidos. O redator salienta esse ponto de vista:

Em todos os países civilizados, hoje, o ensino da agricultura começa com a instrução primária, desde o *a, b, c*. Qualquer que seja o futuro destino do cidadão, o seu espírito é em primeiro lugar modelado segundo a feição econômica dos tempos modernos. Por toda a parte tem-se compreendido a necessidade de se fazer de cada homem um amigo e um fiel interprete da terra em que nasceu. No nosso país, por nossa infelicidade, este ideal se apresenta ainda como uma coisa extravagante. Nas nossas Escolas Normaes, encarregadas de preparar os futuros mestres, não figura ainda nos programmas o ensino elementar de agricultura. (*JORNAL DO COMMERCIO* de 23-08-1901, nº 1.540).

Entretanto, ainda que a instrução agrícola se iniciasse desde a infância, todas as fontes apontam que o caminho do sucesso profissional só aconteceria se houvesse conscientização, cuidado e zelo pela terra como patrimônio a ser resguardado, se houvesse aproveitamento das riquezas naturais que o Brasil possui e, é claro, um corpo docente de qualidade. Para tal, seria necessário maior investimento do governo em oferecer cursos superiores de qualidade na área, conforme informa o Diretor-Geral Interino da Agricultura²³:

A instrução profissional média não pode ser eficiente sem a condição de ser baseada sobre um ensino elementar bem concebido. Por outro lado, o funcionamento das escolas profissionais e agrícolas exige o concurso de professores, de mestres especialmente exercitados no intuito dessa tarefa e que deverão ser preparados no estabelecimento superior organizado para esse fim. Esta instituição fornecerá, alias, uma outra categoria de colaboradores indispensáveis para a valorização completa e racional do solo sob o ponto de vista agrícola, isto é, engenheiros agrícolas e chefes de empresas industriais, assim como inspectores agrícolas e outros auxiliares aptos a ajudarem o governo nas repartições competentes. (*LEDENT*, 1910, pp. 18, 19).

Em se tratando de ensino profissional, a experiência mostra que o profissional de melhor perfil é aquele que possui maior bagagem de instrução. Aquele que frequentou os bancos da escola desde o ensino elementar, passando pelo ensino médio, culminando com o ensino superior de uma mesma área profissional seria o mais habilitado a repassar maior gama

²² Crispim Jacques Bias Fortes nasceu em 1847, em Barbacena, MG. Bacharelou-se em Direito, em São Paulo. Foi delegado de polícia e juiz municipal em sua terra natal. Fez parte do Governo Provisório Republicano (1890-1891) e foi Presidente do Estado de Minas Gerais (1894-1898). (*MASSENA*, 1985).

²³ O Diretor-Geral Interino da Agricultura, Armando Ledent, permaneceu no cargo durante dois mandatos presidenciais. Em 1910, subordinado ao Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, tendo o Dr. Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda respondendo pela pasta, na gestão do Presidente Nilo Procópio Peçanha e, em 1930, subordinado ao Ministro Dr. Pedro Manoel de Toledo, na gestão de Marechal Hermes da Fonseca.

de aprendizado. Tal profissional teria recebido instrução e acompanhado todo o processo de ensino desde aquele oferecido aos profissionais de nível básico, quanto aos habilitados para nível superior. Assim, o ensino agrícola elementar é percebido como porta de entrada para o ensino superior agrícola, porém a realidade sociocultural da época não favorecia a ascensão social da clientela de tais escolas. As famílias de trabalhadores que gozavam de recursos limitados não se encontravam em condição de deixarem seus filhos por muito tempo frequentando a escola. Nesse sentido, viam no ensino agrícola uma alternativa à necessidade de habilitação, profissionalização e inserção, no curto prazo, de seus filhos, no mercado de trabalho. Dessa forma, ganhariam a vida por si mesmos e trariam para casa o sustento próprio além da ajuda, no intuito de facilitarem a existência em comum.

Ao se analisar a experiência vivida por Ledent na Alemanha, França e Bélgica, observa-se que ele classifica como países que se tornaram “embriões do ensino profissional”, no tocante à instrução desses jovens visando à inserção deles no mercado de trabalho no curto prazo, através do acréscimo de um tempo maior de escolarização dedicado ao ensino profissional agrícola:

Os Estados que adoptaram o ensino obrigatorio, a Alemanha e depois a França, exigem agora a frequência dos alumnos na escola até a idade de 14 annos. Na Belgica, algumas administrações municipaes seguiram o mesmo caminho e juntaram á escola primaria dous annos de estudos supplementares, aos quaes foi dada a denominação de *quarto gráo*. São escolas de uma especie nova, que representam, por assim dizer, o embrião do ensino profissional. (LEDENT, 1910, p. 29).

De acordo com o autor, eram raros os casos de filhos dos trabalhadores que podiam freqüentar a escola além dos 12 anos. Esses nem sempre podiam receber a instrução primária completa em seus três graus regulamentares. A instrução primária representava o mínimo de cultura mental e bagagem intelectual, indispensáveis a qualquer homem, ainda que fosse um simples trabalhador manual.

Sob esse aspecto, na maioria das vezes os ensinamentos eram repassados de pai para filho. Para Paulo Freire (1996), em “Pedagogia da Autonomia”, educar é criar possibilidades para a própria construção. Esta concepção é respaldada por Libânio (1994) quando afirma que ensinar parte da didática ativa às atividades cooperativas, de grupo, de experimentações para que o ser se descubra através da formação de um pensamento autônomo. Já para Gramsci (1974, p. 194) “todos os homens são intelectuais, poderia dizer por isso, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais.”²⁴

²⁴ Gramsci explica não haver habilidade humana da qual se possa excluir qualquer intervenção intelectual, não se pode separar a *homo faber* do *homo sapiens*.

Dessa forma, só se poderia começar a aprendizagem de um ofício a partir da continuidade dos primeiros estudos, que seriam a base que possibilitava conhecimentos e experiências posteriores. Sob esse ponto de vista, Ledent sugere o ensino suplementar de dois anos:

Geralmente, ao saírem da escola primaria, os filhos de familias que possuem alguns recursos, vão para um lyceu, collegio ou gymnasio, onde prosseguem os estudos durante um tempo mais ou menos prolongado, com o intuito de entrarem n'alguma carreira liberal, commercial ou administrativa. Mas o filho do pobre, cujo destino é exercer mais tarde uma profissão manual, de que vai elle occupar-se entre os 12 e os 14 annos? Não tendo estabelecimento de instrucção ao seu dispôr e sendo-lhe recusado o accesso numa officina por ser muito novo, na maior parte das vezes passará o tempo na ociosidade, na preguiça, esquecendo o pouco que aprendeu na escola, acostumando-se aos máos habitos e, quiçá, a uma vida de immoralidade. Dahi se vê a necessidade de proporcionar a esses meninos os meios de continuarem a sua instrucção por mais dous annos e de começar desde já a preparal-os para as profissões em que hão de passar a vida. Mas, deverá esse ensino suplementar ser identico ao que se ministra nos collegios aos filhos de familias ricas, depois da escola primaria? Ninguem ousará sustentar tal opinião. Ainda que os dous annos que constituem o quarto gráo primario devam revestir ainda um character de formação geral, carecem, porem, de realizar um ensino que represente, para o futuro operario, uma educação complementar adequada á sua funcção social, tendo por fim apromptal-o para a sua existencia de trabalhador manual. (LEDENT, 1910, p. 31).

Para que se obtivesse êxito nesse tipo de projeto, foi necessário que a educação profissional agrícola passasse a ser objeto de preocupações do Governo, enquanto a fonte propulsora e disseminadora essencial para a riqueza pública e um mecanismo eficaz de prevenção social. Para isso, seria necessário a implementação de dois anos de instrução profissional agrícola, complementando o quarto grau de ensino primário. No Brasil, apresenta-se ainda com maior dificuldade, devido a pouca densidade da população do campo em muitas regiões. Nessa época, a população, que teria interesse pela área agrícola, vivia esparsa na área rural e afastada dos centros. Tendo em vista tal cenário, procurou-se pensar na melhor forma de instituir-se o ensino, visando ao futuro do país. Sobre esse aspecto, Ledent aponta como esse problema foi encaminhado em países, tais como França, Hungria, Alemanha, Japão e Bélgica. De acordo com Ledent:

Nos distritos ruraes, é possivel e convem dar á instrucção do povo um certo character agricola. Assim pensaram os governos de varios Estados que tiram a sua riqueza principal da exploração da terra, como França, Hungria, Allemanha e o Japão. Na Bélgica, a pequena cultura tem a fama justificada de ser uma das mais adeantadas do mundo, uma reforma no mesmo sentido foi introduzida na instrucção primaria ha um certo numero de annos. Os resultados excederam as esperanças e que as lições e os exercicios de agricultura são os mais apreciados pelos meninos das escolas primarias nas aldeias. (LEDENT, 1910, p. 42).

O autor tece, também, considerações sobre a realidade do território brasileiro, deixando claro desconhecer o resultado quanto à receptividade de produtores rurais. Ao

enviarem seus filhos à cidade para estudarem o nível primário e dele complementarem os estudos com os dois anos de ensino agrícola. A seguir, observações a respeito:

No Brazil, a população rural, de um modo geral, não se acha concentrada em pequenas aldeas, como na Europa. Está espalhada numa extensão às vezes consideravel ao redor de um nucleo urbano provido de um grupo escolar. Nem todas as familias ruraes têm facilidade de enviar seus filhos, muito novos, a esse estabelecimento. Não nos compete estudar os meios de proporcionar a instrução primaria aos filhos dos habitantes cuja morada fica muito distante da cidade. Contudo, vemos a possibilidade de instituir o ensino agricola primario em muitas municipalidades que se prestam melhor para esse fim, assim como nas colonias creadas pelo Governo. Vemos tambem a facilidade de organizar exercicios de jardinagem num terreno adjacente do edificio do grupo escolar. Mas, se a instrução agricola parece um tanto custosa a estabelecer-se nas escolas primarias propriamente ditas, será talvez mais facil e mais proficuo crear, nos districtos agricolas, um ensino especial elementar, preparando o povo ás occupaões ruraes da mesma forma que o ensino profissional elementar das cidades preparará ás profissões industriaes. Em outros termos, propomos de instituir-se o *quarto gráo primario agricola*, analogo ao *quarto gráo profissional elementar*, no ensino industrial. (LEDENT, 1910, p. 44).

Nesse contexto Ledent aborda a distinção entre o ensino profissional e o ensino agrícola. Assim, quando se pensa em acrescentar mais um grau à instrução primária dos jovens, o autor descreve duas situações fazendo uma analogia com o “quarto gráo primario agrícola” e o “quarto gráo profissional elementar”. Torna-se importante retomar a distinção entre as duas situações. Enquanto o grau profissional elementar é ministrado nos grandes centros para preparação do jovem em um nível primário e elementar para o setor industrial, o grau primário agrícola é ministrado na periferia ou em uma pequena cidade do interior, em zona rural, tendo, como principal objetivo, a instrução voltada à agricultura, à fixação do homem no campo, à preparação de um operário da terra qualificado, à moralização e prevenção social e ao aumento da produtividade na racionalização do trabalho.

Ao se pensar em uma localização adequada para se abrir uma instituição agrícola, é necessário avaliar o espaço físico, principalmente sob o ponto de vista da prática do ensino. Ao visitar as instituições no exterior, Ledent, apresenta as características físicas necessárias para um ensino eficiente e de qualidade. Segundo ele, a instituição deveria ser construída:

Num logar apropriado e pouco distante de um centro urbano, escolher-se-ha uma propriedade de dois ou tres hectares de extensão, que servirá de sede á escola e que, com toda propriedade, poder-se ha denominar-se *chacara escolar*. Essa propriedade será dividida em duas partes. A primeira metade ficará reservada a um colono chacareiro, a quem se consentirá certas vantagens, com a condição de se submeter á fiscalisação do Inspetor de Agricultura. Alem da casa de moradia do chacareiro, essa parte comportará todas as accomodações referentes a uma pequena exploração agricola, organizada sobre bases racionaes e progressistas: horta, pomar, viveiros, campos de cereaes, depositos, chiqueiro, gallinheiro, estrebaria para uma besta e duas vacas, estrumeira etc. Estará provida dos instrumentos agricolas essenciaes: arados, grade, rolo, cultivador, ventilador etc. A segunda parte da chácara será destinada á instalação da escola. Conterá uma casa de moradia para um professor-diretor, com duas salas para alumnos, sendo uma para os cursos theoricos e outra para desenho. (LEDENT, 1910, p. 48).

Do texto acima citado, percebe-se que, na época, já havia a preocupação e a necessidade de que a teoria caminhasse junto com a prática no processo ensino-aprendizagem, permitindo o acompanhamento individualizado e *feed-back* ao que foi apreendido. A preocupação e o cuidado com este tipo de procedimento foram observados, tanto nas escolas dos Estados Unidos, quanto naquelas a que o autor se refere na Europa. No texto que se segue é sugerida a aplicação desse processo:

Ao lado de cada campo, será estabelecido um rancho provido de uma mesa e dois bancos. É ali que o professor, terminados os exercícios praticos, reunirá os alumnos para lhes dar o curso de agricultura, ou melhor, explicações theoricas sobre os trabalhos effectuados no mesmo dia e instrucções para o trabalho do dia seguinte. Mais adeante, haverá um alpendre para limpar e recolher as ferramentas. No terreno adjacente, estabelecer-se-ha dois campos separados destinados aos exercícios do 1º e do 2º anno. Cada campo será dividido em canteiros, trabalhando cada alumno no seu canteiro proprio. Os exercícios constarão de trabalhos executados com ferramentas de jardineiro: preparação da terra, adubação, sementeação e plantação, capinagem, cuidados ás plantas, colheita etc. A cada alumno reverterá o beneficio dos productos que colher. Premios em dinheiro poderão ser abonados aos rapazes que melhor cuidarem dos seus canteiros. (LEDENT, 1910, pp. 48, 49).

Ao observar como os outros países articulam as aulas teóricas com as práticas, o autor aponta os caminhos para uma técnica de aprendizado no Brasil. Primeiramente, faz-se a prática e em seguida a compreensão dos procedimentos realizados, são ensinamentos que partem desde o preparo da terra até a colheita de forma individualizada, sem requerer grande investimento de recursos financeiros, de forma que possibilitará e viabilizará a aplicabilidade pelos alunos, tanto em suas fazendas quanto nas propriedades nas quais trabalham ou administram.

O aprendizado de práticas simples de serem implementadas é fundamental no ramo agrícola, uma vez que poucos jovens, entre os que se dedicam ao aprendizado e atividades rurais, têm condições de se encaminharem para um curso superior. Esses, em sua maioria, após formados, retornam a seu lugar de origem: a fazenda de seus pais. Lá começam a cuidar de suas terras, assumindo a responsabilidade de sua produção, desde o cuidado com o solo, com o plantio e com a colheita até a administração. Portanto, ou auxiliam seus pais ou se tornam pequenos proprietários de lavoura rural.

Diante desse percurso profissional e do resultado de experiências de outras nações, o autor apontou outras saídas profissionais intermediárias para os jovens formados em ensino profissional agrícola, conforme o texto que se apresenta:

Outrossim, haverá ainda meios de facilitar a alguns d'elles a aprendizagem effectiva da lavoura. Nada impede de os aceitar como ajudantes de trabalhadores, durante um prazo de um anno, nas fazendas modelos annexas ás escolas agricolas médias, postos zootechnicos ou estações agronomicas. Até convinha crear, em muitos logares, campos de demonstração, dirigidos por simples chefes de cultura, onde os alumnos, ao sahirem da escola, pudessem ser aceitos como aprendizes retribuidos. Os ditos campos prestarão, aliás, outros serviços

imediatos á lavoura, como sejam: exemplos de culturas novas apropriadas ao lugar, distribuição de sementes, demonstrações agrícolas. É bom notar que a chacara escolar representará a educação a mais adequada, a verdadeira preparação profissional inicial, não só dos simples trabalhadores ruraes, destinados a entrarem ao serviço dos fazendeiros, mas também dos que explorarão pessoalmente um pedacinho de terra de que são proprietários, isto é aos colonos e aos pequenos cultivadores. (LEDENT, 1910, p. 59).

O autor oferece estratégias para que o jovem, depois de formado, não se sentisse no vazio e procurasse, por si mesmo, uma forma de se estabelecer dentro da área. Ao sugerir canteiros de experimentações, em que se pudessem produzir sementes de uma cultura própria da região em que se encontrava, utiliza uma forma também de desenvolver e expandir a agricultura local.

Para os alunos dessa área, que não desejassem encerrar sua formação apenas com a profissional básica, seriam necessárias adequadas políticas públicas e maior investimento por parte do governo. Ledent adverte e propõe:

Com toda a certeza, ha de se encontrar, no meio dos alumnos, alguns melhor doados, de intelligencia mais viva do que os outros. Será de todo o proveito para a nação ajudar taes moços a continuarem sua educação agrícola, fornecendo-lhes os meios financeiros de freqüentarem a escola agrícola média destinada a formar administradores de fazenda e chefes de cultura. (LEDENT, 1910, p. 53).

Desses alunos, há um contingente que aspirava continuar com seus cursos, mas que se sentia, praticamente, impossibilitado de ter acesso a graus superiores de formação e, quem sabe, até mesmo ao curso superior. Provavelmente alguns desses alunos, ao chegarem à porta de outros cursos e até ao curso superior, eram submetidos a testes de conhecimentos para que se verificasse se tinham ou não condições de prosseguir nos estudos. Era o caso, por exemplo, da cobrança de conhecimentos dos estudos clássicos, já que estes não faziam parte dos currículos dos ensinos profissionais.

Ao consultar os anais do Congresso de Ensino e Pesquisa de História de Educação em Minas Gerais, percebem-se indícios de experiências no exterior que serviram de inspiração para o ensino profissional e agrícola no Brasil. Alguns autores relatam a experiência, tal como aconteceu em Minas Gerais, no Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903,²⁵ em que se discutiram a crise econômica causada pela baixa dos preços do café, iniciada a partir de 1880 e se arrastava ainda em 1897, o que fragilizou a economia agrícola mineira. Este congresso agrícola seria o espaço para se discutir alternativas e apresentar propostas eficazes para o soerguimento econômico em Minas Gerais. Na época aconselharam a criação de

²⁵ Estudos mais apurados a cerca do Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903, em Minas Gerais pode ser localizado através dos autores Gonçalves e Machado, no *V Congresso de Ensino e Pesquisa de História da Educação em Minas Gerais*, 2009.

estações agronômicas especializadas em diversas zonas do Estado, bem como a difusão do ensino prático através de instrutores ambulantes e implementação, de forma gradual, de fundação de institutos profissionais agrícolas. Quanto aos institutos:

Entre esses interessava-se, especialmente, por institutos de zootecnia, veterinária e leiteria, com cursos regulares e completos para o ensino teórico e prático, como o caso de Mamirolle. Interessava, ainda, uma escola de agricultura e aclimação segundo o plano e a organização de Grignon, também, na França. (GONÇALVES; MACHADO, 2009, p. 9).

Neste mesmo artigo, chama a atenção texto retirado da Fundação João Pinheiro em que se diz: “se quisermos progredir, imitemos o exemplo daqueles países, proporcionando facilidades de instrução técnica e profissional aos nossos agricultores e industriais”. (GONÇALVES; MACHADO, 1981, p. 8). Dos Estados Unidos, França, Bélgica e Argentina vieram as ideias de se criarem estações agronômicas, espaços para os cursos regulares ou temporários, de ensino teórico e prático, além de campos de experiência e demonstração que eram utilizados para se fazerem experimentos de laboratórios e análises dos solos, aproximando-se da ideia de ensino, pesquisa e extensão. Assim,

Pelos anais do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903, é possível perceber que, de uma maneira geral, a estrutura proposta para o ensino agrícola tinha base em experiências como as de Gante e Amber, na Bélgica, a de Grignon, na França e, principalmente, a da Escuela de Agricultura y Ganaderia de Córdoba, na Argentina. (GONÇALVES; MACHADO, 2009, p. 1).

Da Europa, provêm as propostas dos cursos regulares ou temporários de ensino teórico e prático e o sistema de conferências públicas. De Amber e Gante, na Bélgica, vieram as influências pelas estações de viticultura, vinicultura, arboricultura, leiteria, açucareiras, sericícolas e fisiologia animal, assim como foi da Bélgica a oferta de instruções teóricas para que se realizassem as análises e novas técnicas de experimentos agrícolas. Segundo os anais do congresso, a realidade que mais se aproximava do Brasil, particularmente, do Estado de Minas Gerais, se refere às experiências vivenciadas e trazidas da Argentina.

Em se tratando da Argentina, devido a críticas conjunturas econômicas, entre os anos de 1890 a 1895 e de 1914 a 1918, o país tentou desenvolver e expandir uma maior produção de cereais, bem como incentivar a pecuária para suprir suas deficiências. A Argentina preocupou-se com a instrução dos jovens da zona rural, filhos de agricultores, levando até eles uma educação formal e informal com o objetivo de se expandir as tendências às trocas e a modernização econômica e cultural, como progresso material com critérios agraristas e de maior equidade social.

Paralelamente, pela metade do século XX, a escola primária argentina passava por reformas educacionais como a de 1900 e de 1930, visando à implantação de ofícios manuais e práticas agrícolas em seus currículos. O caráter prático do ensino se expressa nas memórias do Ministério de Agricultura da Argentina, em 1902, “Los servicios de estas escuelas no tienen por objeto formar ingenieros agrónomos, sino verdaderos trabajadores con los conocimientos y el método de las mejores prácticas agrícolas.” (ASCOLANI, 2011, p. 355).

A partir de 1899 várias Escolas de Agricultura foram criadas na Argentina, como a escola na província de Buenos Aires que formava técnicos agrícolas. Em 1896 foi criada uma estação agrônômica em Tucumã, que em breve se transformou em Escola de Agricultura de Tucumã, produzindo cana de açúcar e em 1899 criou-se a Escola de Agricultura e Pecuária de Córdoba. Tanto a Escola de Agricultura de Tucumã quanto a Escola de Agricultura e Pecuária de Córdoba foram elevadas a Institutos de Ensino Superior, formando administradores rurais. Por outro lado, destaca-se também, a Escola de Vitivinicultura de Mendoza, criada em 1897. Apesar das várias iniciativas do sistema educacional argentino no que se refere ao ensino agrícola, Ascolani ressalta a respeito que “el discreto subsistema de enseñanza agrícola, de jurisdicción nacional, creado a partir de 1899, dependiente del Ministerio de Agricultura de la Nación demoró una década en consolidarse institucionalmente”. (ASCOLANI, 2011, p. 353).

Ainda que não houvesse a consolidação da institucionalização dessas primeiras escolas, todas elas deveriam adotar as mesmas regras para a admissão dos alunos, tais como, atentar para a nacionalidade argentina; terem o mínimo de 15 anos de idade no ato da matrícula; apresentarem declaração médica, atestando gozarem de boa saúde, bem como estarem aptos para os esforços físicos. Deveriam, também, apresentarem domínio dos conteúdos básicos de aritmética, leitura e escrita, próprios da primeira escolarização. Às escolas cabia receber os 25 melhores inscritos, reservando 15 vagas para filhos de agricultores, industriais rurais ou trabalhadores rurais, priorizando moradores da região. Algumas dessas escolas adotaram o regime de internato a partir de 1902, porém pagando uma matrícula de 400 pesos por ano.²⁶

Apesar dos esforços em normatizar e organizar o ensino agrícola na Argentina, só muitos anos depois essas instituições agrícolas foram reconhecidas como tais. Segundo Ascolani:

²⁶ Estudos mais minuciosos sobre o ensino agrícola na Argentina podem ser encontrados em ASCOLANI. Los agricultores y la educación para la modernización y la integración social durante el apogeo y la crisis de la Argentina agroexportadora, 1899-1936. In: *Campesinos y escolares: la construcción de la escuela en el campo latinoamericano, siglos XIX y XX*, 2011.

Las escuelas agrícolas tardaron hasta la década de 1920 en lograr un reconocimiento social que las diferenciara realmente del carácter correccional de los institutos para menores, debido tanto a la aún relativa inserción de sus egresados, a las fallas y cambios internos, como a la permanencia de las concepciones decimonónicas sobre la relación entre reeducación de jóvenes inadaptados e internados rurales. (ASCOLANI, 2011, p. 359).

A ideia de que os institutos agrícolas haviam sido criados com caráter correccional e reformatório parece ter permanecido e arraigado na memória da população argentina, foram necessários mais de 20 anos, após a criação das Escolas de Agricultura, para que os argentinos percebessem a distinção entre os dois tipos de ensino que eram a eles oferecidos.

Quanto ao México, destaca-se a Escola Nacional de Agricultura, criada em 1854, com o objetivo de se formar profissionais capazes de promoverem modernas técnicas de produção agrícola. Entretanto, a escola não obteve êxito, pois os poucos egressos não tiveram prestígio em relação às outras profissões, por não terem onde aplicar os conhecimentos científicos e de maquinário, uma vez que as fazendas não dispunham de recursos avançados para a produção.

Em se tratando das escolas elementares mexicanas, o sistema educacional se subdividia em três categorias de acordo com o tipo de ensino aplicado. Assim, as escolas rurais ocupavam a terceira categoria, tendo em seu currículo os conhecimentos agropecuários. Dessa feita, Civera relata que:

Mientras en las ciudades se abrían escuelas de artes y oficios, en el campo la acción pedagógica se limitaba a la transmisión de un mínimo de conocimientos y al intento de modernizar las mentes de los campesinos para que dejaran de ser sucios, flojos, apáticos, supersticiosos, amantes de los juegos de azar, desobedientes y indiferentes al patriotismo al progreso. (CIVERA, 2011, p. 305).

A aplicação de um sistema de ensino por categorias, proporcionou aos alunos da zona rural conhecimentos diferenciados, em relação aos demais. Um grande avanço em relação às mudanças no setor educacional mexicano ocorreu após a entrada de agrônomos nas discussões sobre a vida política e econômica do país, em que puderam defender suas culturas profissionais, bem como suas ideologias. Desse modo, mudanças significativas ocorreram a partir de 1921, com a criação da Secretaria de Agricultura e Fomento. Desde então foram adotados projetos em que o ensino agrícola passava a ser integrado aos currículos de todas as escolas, incrementando a relevância à capacitação agrícola, aos ofícios rurais e ao cooperativismo.²⁷

²⁷ A pesquisadora e historiadora Alicia Civera tem um estudo mais detalhado sobre o ensino agrícola no México em CIVERA. La reforma integral del campo mexicano a través de la escuela rural posrevolucionaria: la relevancia de la enseñanza agrícola y el cooperativismo, In: *Campesinos y escolares: la construcción de la escuela en el campo latinoamericano, siglos XIX y XX*, 2011.

De uma ou outra forma o ensino profissional e agrícola no Brasil procurou dialogar e se legitimou com base na experiência de outros países. Alguns países se mostraram abertos às mudanças de suas práticas pedagógicas; outros tentaram por si mesmos buscar suas próprias formas de instruir; enquanto outros procuraram se guiar, fielmente, pelos países que se anteciparam na oferta do ensino profissional e agrícola, enquanto instituição. Quanto ao Brasil, acredita-se que houve inspiração em algumas práticas utilizadas por outros países, adaptadas à realidade brasileira. Por outro lado, observam-se aspectos em que o Brasil se posicionou de modo especial em relação a muitos países no que se refere à instrução profissional. Esta afirmação pode ser observada mais detalhadamente no próximo item, por exemplo, ao se tratar dos espaços abertos para a instrução profissional do sexo feminino, como aconteceu em 1868, na Escola Imperial Quinta da Boa Vista.

1.2 Ensino profissional no Brasil

Pesquisas historiográficas recentes afirmam que antes mesmo da institucionalização do ensino profissional, havia uma diversidade de formas de educação e de processos múltiplos de socialização de indivíduos e grupos sociais ao longo do tempo. De modo informal se instruía a população no Brasil, como assinalam Gondra e Schueler:

A educação, como prática social e histórica, é constituída por processos educativos formais ou informais, intencionais ou não, diversificados e difusos entre os grupos sociais, como a educação familiar, as oficinas de artistas e artesãos, os sistemas de aprendizagem do trabalho agrícola e rural, os professores domésticos ou preceptores, as associações religiosas e leigas, entre outros. Nesses processos educativos, participaram indivíduos oriundos das classes populares, brancos, livres, indígenas, escravos, forros e a população mestiça, não obstante a exclusão e os preconceitos sofridos por tais grupos sociais nas instituições formais de educação. (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 19).

Os processos educativos a que se referem os autores se encontravam presentes no Brasil desde o século XIX, pelo menos. Pela heterogeneidade de sujeitos, a diversidade de processos de ensino, de metodologias e de espaços destinados à instrução, assim como a pluralidade dos agentes multiplicadores do saber, vê-se que se trata de práticas educativas que permaneceram por longo tempo no Brasil. Essas práticas foram incorporadas como processo educacional por muitas décadas, mesmo após se instituir o espaço escolar como local próprio destinado à educação.

Como essas práticas tiveram índios e escravos como os primeiros aprendizes de seus ofícios, o ensino profissional e agrícola ficou marcado pelo estigma de servidão em nosso país. A população começou a vê-lo, de forma preconceituosa, como ensino destinado aos menos favorecidos. Segundo Fonseca, outros fatores influíram para a cristalização dessa mentalidade:

O primeiro, de extraordinária importância, foi a entrega dos trabalhos pesados e das profissões manuais aos escravos. Esse fato não só agravou o pensamento generalizado de que os ofícios eram destinados aos deserdados da sorte, como impediu, pela feição econômica de que se revestia, aos trabalhadores livres exercerem certas profissões. (FONSECA, 1986, p. 22).

A abundância de mão de obra escrava acarretava baixo custo da execução das tarefas. É nesse contexto que se inicia a separação do ensino braçal para os pobres e desvalidos e o ensino intelectual para os filhos de colonos, ministrado pelos jesuítas. Em consequência dessa dicotomia, surge o afastamento dos elementos socialmente mais altos de qualquer trabalho físico ou de profissão manual, conforme Fonseca comenta:

Vem, pois, dos primeiros tempos de nossa civilização a mentalidade de desprezo pelos trabalhos que requerem o uso das mãos. Agravaram-na o fato de ter sido o desempenho das profissões manuais entregue aos escravos e o ensino de ofícios ministrado aos índios e africanos, enquanto o de humanidades era destinado a uma camada mais elevada da sociedade. (FONSECA, 1986, p. 23).

Para Celso Suckow, tal problema poderia ser menos agravado se houvesse um espaço comum para que todos frequentassem, independente da classe social. Segundo ele,

amalgamaram-se todos os artífices de uma mesma profissão, quer fossem livres, quer escravos. Era a este agrupamento profissional que se chamava “colégio”. Cada colégio tinha a sua assembléia, perante a qual todos os seus componentes, livres ou escravos, eram considerados iguais. (FONSECA, 1986, p. 28).

Com o objetivo de se institucionalizar um espaço próprio ao ensino profissional a que Celso Suckow se refere, D. João VI implantou, em 1816, o ensino das artes no Brasil, fundando a primeira Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, hoje, Escola de Belas Artes, uma unidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Rio de Janeiro, Brasil.

O nome Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, foi orientado pela Missão Artística Francesa, em 12 de agosto de 1816, e vigeu até o fim do período colonial brasileiro, com a independência do Brasil em 7 de setembro de 1822, quando a escola passou a ser conhecida como Academia Imperial das Belas Artes.

No início, suas atividades eram realizadas na Travessa das Belas-Artes e, a partir de 1826, se transfere para o imóvel, localizado na Travessa do Sacramento, atual Avenida Passos.



Figura 4 - Primeira escola de ofícios, fundada por D. João VI, em 1816. “Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios”, localizada na Travessa do Sacramento, Rio de Janeiro, em 1826.

Essa sede foi projetada por Grandjean de Montigny - membro da Missão Artística Francesa e professor de arquitetura da Escola - e foi demolida em 1938, restando atualmente no local um pátio para estacionamento de veículos.²⁸

Em seguida, foi fundada em 04 de setembro de 1868, no Rio de Janeiro, a escola Imperial Quinta da Boa Vista, a qual, por alguns anos, funcionou em uma casa comum das dependências do paço, até que Sua Majestade, o Imperador, já talvez no intuito de elevá-la ao grau de aperfeiçoamento, construiu um edifício especial, feito sob todas as regras da arte e exigências de moderna pedagogia. A seguir, as imagens acompanham o processo de evolução nas instalações do Palácio da “Quinta da Boa Vista”, desde a chegada de D. João VI e sua comitiva, passando pelas benfeitorias em seu entorno:

²⁸ Fonte: Figura 4 e informação constam em www.wikipedia.org. Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios. Acesso: fevereiro, 2011.

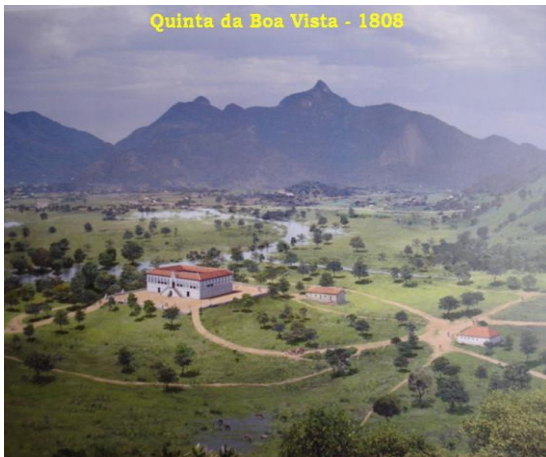


Figura 5 - Chegada de D. João VI, 1808.²⁹



Figura 6 - Antes da instalação da Escola Imperial.³⁰

Para se investigar as ações acerca da Escola Imperial Quinta da Boa Vista, no Brasil Colônia e no Brasil Império, intenta-se apoiar, sobretudo, nas obras de José Ricardo Pires de Almeida. A *Officina na escola*, texto utilizado pelo autor para homenagear a “Sereníssima Princesa Imperial, a Senhora D. Isabel”, em de 29 de julho de 1886, no Rio de Janeiro. Nesse texto ele apresenta o ensino profissional posto em prática nas escolas particulares de Sua Majestade, o Imperador. A outra obra de sua autoria é *Instrução pública no Brasil (1500-1889)* - história e legislação, de 1889, traduzida por ocasião de seu centenário, em 1989 e republicada em 2000.

O autor anteriormente citado descreve a Imperial Quinta da Boa Vista como um espaço possuidor de oficinas, distribuídas em vastos galpões divididos em compartimentos, destinados à instrução de ferraria, torno de madeira, de metais, de carpintaria, marcenaria, sapateiro e alfaiataria e, próximo aos jardins, ensinavam-se floricultura e jardinagem. Em um mesmo espaço, davam-se as instruções sobre ofícios e experiências agrônômicas. Sobre a diversidade de ofícios instituídos na Escola Imperial Quinta da Boa Vista, Pires de Almeida pondera sobre a instrução de ofícios e de agricultura, afirmando que:

embora de forma tímida e modesta a escola agrícola não é menos útil que aquelas oficinas: nestas se adestram e formam bons operários, naquelas se amestram e robustecem bons lavradores, e, conjuntamente, assim se vai criando uma geração de trabalhadores que, em futuro não muito remoto, darão viço e vigor á lavoura intensiva daquela localidade onde, como toda a parte, é quase nula. (ALMEIDA, 1886, p. 22).

²⁹ D. João VI chegou ao Rio de Janeiro em 1808, trazendo consigo sua mãe D. Maria I, a princesa Carlota Joaquina, as crianças D. Miguel, D. Maria Teresa, D. Maria Isabel, D. Maria Assunção, D. Ana de Jesus Maria, D. Pedro I e uma comitiva de 15 mil pessoas entre nobres, militares, religiosos e funcionários da Coroa. O Imperador trouxe tudo o que foi possível trazer, objetos pessoais, utensílios para casa e todo o tesouro da Coroa. Para abrigar toda sua comitiva duas mil casas foram desapropriadas, dentre prédios, quartéis, igrejas e conventos, pregando em suas portas as iniciais PR, Príncipe Regente. Fonte: www.closetdemitra.blogspot.com.br. Acesso: outubro, 2012.

³⁰ Fonte: As figuras 5 e 6 foram extraídas do acervo de www.closetdemitra.blogspot.com.br/2012/quinta-da-boa-vista, html. Acesso: outubro, 2012.

Essa escola, edificada em Santa Cruz, próximo à estrada de ferro Dom Pedro II, no Rio de Janeiro, possuía um grande diferencial em relação a outras estudadas, inclusive as do exterior, pois eram oferecidas instruções a alunos de ambos os sexos, porém, um jardim os separava. Observa-se o acréscimo de dependências e de instalações no entorno do Palácio com as escolas Imperial Quinta da Boa Vista já em funcionamento:



Figura 7 - A Escola Imperial instalada.

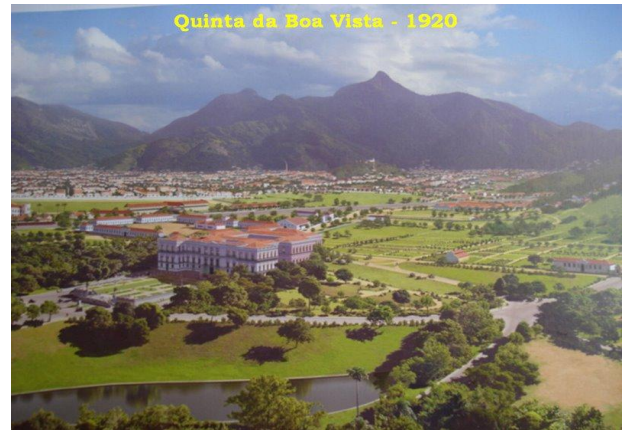


Figura 8 - Infraestrutura próxima à atual.³¹

Tais escolas instituídas por Sua Majestade, o Imperador, tinham, por único e especial objetivo, educar os filhos de seus fiéis servidores, formando-os de modo a se tornarem úteis a si, às suas famílias e à pátria, conforme a vontade do Imperador:

Sua Majestade, o Imperador, procurou, com a paternal solicitude que o distingue entre os mais ilustres soberanos de seu tempo, encaminhar a infância para honrosa entrada da vida, quis que os filhos de seus criados fossem, antes de tudo, cidadãos independentes, aptos em todo o tempo para viver honestamente do fruto do seu trabalho. As oficinas que, desde já funcionam na escola da Quinta da boa vista, abrangem: carpintaria, marcenaria, torno de madeira e de metais e serralheria. (ALMEIDA, 1886, p. 24).

O ensino gratuito e obrigatório compreendia dois cursos, o de Ciências e Letras³², e o de Belas Artes e Ofícios³³ propriamente ditos. Os programas eram amplos e organizados por mãos de mestre, em que as matérias seriam necessárias à sólida instrução, sendo agrupadas em escala ascendente, de modo a acompanhar o desenvolvimento natural da inteligência do

³¹ Fonte: As figuras 7 e 8 fazem parte do acervo de www.closetdemitra.blogspot.com.br/2012/quinta-da-boa-vista.html. Acesso: outubro, 2012.

³² Segundo Pires de Almeida (1886), o curso de letras compunha-se das matérias: instrução religiosa, português, francês, inglês, matemáticas elementares, história brasileira, geografia, história geral, noções de física e de química, botânica, zoologia e mineralogia.

³³ Para o Curso de Belas Artes e Ofícios, Almeida (1886) cita as disciplinas de ginástica, música, desenho geométrico (clássico, de ornamentos, de flores e de animais), desenho de arquitetura, regras de construção e pintura (estudos e tempera, estudo particular de diversas tintas, vernizes, processos empregados na pintura, tintura, douradura de certos artefatos, com a respectiva demonstração prática).

aluno. Junto a essas aulas, havia as oficinas para o aprendizado de profissões úteis, tendo, como conteúdo, a mecânica escolar, a serralheria, as regras clássicas de arquitetura e a carpintaria, para os rapazes. Também havia oficinas especiais de profissões mais delicadas, de acordo com os anseios femininos, no Brasil, na época, baseadas em fabricação de flores, confecção de modas, pintura e aplicação de tintas em ornamentação decorativa, para as moças. Ambos seguiam o horário de funcionamento do turno diurno, das 9h às 14h, para os menores, e do noturno, das 19h às 22h, para os adultos. O número máximo de alunos aceitos era de 100.

Dessa forma, o ensino profissional ministrado nas escolas da Imperial Quinta da Boa Vista, estendendo-se à Santa Cruz, vivenciava um moderno programa, aplicando a práxis educativa do aprendizado baseado na teoria e prática. A teoria era posta em prática na oficina.

De tudo quanto fica registrado infere-se que nesses estabelecimentos, já naquela época, havia uma preocupação em conciliar a teoria e prática em seu ensino profissional, como também em valorizar a mulher como profissional. A reflexão sobre esses atos, incita a observação de que muitas instituições não só tiveram certa resistência em acolher a mulher em seu seio como profissional, como também não entenderam a proposta de formação feminina apresentada por D. João VI.

Pires de Almeida apresenta o Imperador como um idealista, um homem devotado e preocupado com os filhos de seus servidores:

[...] bastam as humildes escolas primárias, onde os filhos de seus velhos servidores aprendem a ler aprendendo um ofício, formando-se assim, súditos em tudo dignos desse Monarca, cujo espírito, tão livre quão filosófico apraz-se em passar algumas horas de lazer naquele recesso de paz, criado e mantido por sua munificência, indagando com solicitude paterna do adiantamento de seus pequenos protegidos, examinando-os pacientemente, e com eles entretendo-se em instrutivas palestras escolares. (ALMEIDA, 1886, p. 25).

Da fala do autor o estudo assinala a importância em se adequar o ensino de conteúdos básicos ao aprendizado de determinado ofício, num ambiente agradável. Assim, a educação para o trabalho pode ser transformada em horas prazerosas, num espaço de paz.

A relação “educação e trabalho”, sob ponto de vista da Educação Profissional e Agrícola, pode ser pensada por aquela que se encontra entre o conhecimento escolar e o conhecimento produzido no trabalho. Seu público é representado por dois segmentos: aqueles que, em sua grande maioria, ainda não estão inseridos no mercado de trabalho e aqueles que já fazem parte do contingente de trabalhadores. Os primeiros teriam como principal motivação sua imediata inserção no mercado de trabalho, enquanto os demais se motivariam

pelo desejo de se qualificarem para obterem maior aperfeiçoamento dentro de sua área de atuação ou melhores colocações e reconhecimentos de seus superiores.

Para se atender às exigências propostas pela relação educação e trabalho, é necessário o aprendizado de determinada profissão, integrado aos conteúdos de formação geral, no nível de escolarização proposta. Essa forma de articulação possibilita ao aluno a obtenção de sua qualificação profissional, no curto prazo, atendendo às demandas do setor produtivo.

Antônia Vitória Aranha (2003) tem sugestiva postura a respeito da concepção da formação profissional:

traz enormes desafios na educação/formação do trabalhador, já que exige metodologias que possam fazer brotar o conhecimento tácito do trabalhador. Implica no reconhecimento da escola como local de ingresso dos alunos trabalhadores numa modalidade especial desse processo humano que não começa nem termina na escola, mas se prolonga pela vida afora. (ARANHA, 2003, p. 105).

A autora assinala como desafio fazer despertar no indivíduo conhecimentos e saberes que ele traz consigo, independente daquele aprendido na escola. Por outro lado, o conhecimento tácito é definido como aquele conhecimento que o sujeito traz consigo, mas que nem sempre é percebido por ele, pois está subjacente a outras tarefas. Tais conhecimentos são usados de maneira instrumental, pois contribuem para a realização de uma tarefa ou facilitam a compreensão de algo. Dessa forma, o conhecimento passa pelo corpo todo, e não pode ser totalmente explicitado, não pode ser descrito em palavras. A dificuldade em se expressar, de forma sistematizada, muitas vezes é compreendida de forma a desvalorizar esse conhecimento. Trata-se de um desafio: encontrar meios e formas de se fazerem aflorar, no aluno de educação profissional e agrícola, conhecimentos ou saberes que ele já traz consigo, mas que não se percebe possuidor, de modo a formá-lo para o mundo do trabalho.

1.3 Ensino agrícola no Brasil

Montesquieu, na sua célebre obra *Do Espírito das leis*, diz que as leis são feitas em função de determinada circunstância geo-política. Muda-se o cenário, mudam-se as circunstâncias, mudam-se as leis. Montesquieu esclarece:

Devem as leis serem relativas ao *físico* do país, ao clima frio, quente ou temperado; à qualidade do solo, à sua situação, ao seu tamanho, ao gênero de vida dos povos, agricultores, caçadores ou pastores; devem relacionar-se com o grau de liberdade que a constituição pode

permitir; com a religião dos habitantes, suas inclinações, riqueza, número, comércio, costumes, maneiras. (MONTESQUIEU, 1979, p. 28).

Com esse princípio em mente, observa-se que as iniciativas e normas para se implantar o ensino agrícola no Brasil brotaram de um determinado contexto geográfico, econômico e sociocultural: o contexto brasileiro. Por outro lado, à medida que o contexto social se alterava, com a evolução política e econômica do Brasil, o sistema oficial de ensino, de um ou de outro modo, procurava responder às novas necessidades. Julga-se pertinente esta breve visita a Montesquieu, porque o que ocorreu no Brasil, sob D. João VI, e nos anos seguintes, pode ser associado à arguta percepção do pensador francês.

As circunstâncias a que Montesquieu se refere e as contingências políticas, sociais e econômicas do Brasil no início do século XIX condicionaram as iniciativas por parte do poder público, bem como as respectivas normas, para a gradual implantação do ensino agrícola em nossa terra, culminando, por exemplo, com várias experiências de formação profissional, dentre elas, a criação do Aprendizado Agrícola de Barbacena.

Essas iniciativas partiram do primeiro ato legislativo sobre o ensino agrícola no Brasil, assinado por D. João VI, com sua vinda para o Brasil em 1808. Dão-se, a partir desta data, profundas mudanças na Colônia em relação ao modo como se lidava com a questão da produção associada à terra.

No Brasil Colônia, de antes de D. João VI, predominou a indústria extrativa da exploração do pau-brasil, da cultura da cana de açúcar, principalmente na região nordeste do país e do ciclo da mineração na região sudeste, especialmente do ouro em Minas Gerais. Portugal, no entanto, procurou exaurir essas riquezas até onde pôde. Nesta direção Sérgio Buarque de Holanda aponta:

Após a época fervilhante do ciclo da mineração, quando a penetração do povoamento rompeu as barreiras de relevo da fachada atlântica sul-oriental do país, atingindo os quadrantes mais interiores do Brasil sudeste, houve um contínuo movimento de retorno na direção das atividades agrárias, em parte ainda baseado no cultivo da cana-de-açúcar, e logo depois fixado nas exigências da monocultura cafeeira. (HOLANDA, 2003, p. 202).

Na medida em que a exploração inadequada dos minerais preciosos foi, pouco a pouco, esgotando as minas, houve necessidade de se repensar outras formas de exploração do solo como alternativa para a economia brasileira através da agricultura.

Entretanto, circunstâncias históricas, na Europa, indiretamente vieram favorecer o Brasil. Acossado pelo exército de Napoleão Bonaparte, D. João VI veio para o Brasil, trazendo consigo parte da Corte que, por força da nova situação, pouco a pouco foi criando

condições para administrar o Reino a partir do Brasil. Isso implicava desenvolver, inclusive a agricultura, para tentar reerguer a economia brasileira, centrada na exploração dos bens naturais.

Em tal contexto, D. João VI sancionou o primeiro ato legislativo sobre o ensino agrícola no Brasil, em 23 de junho de 1812, através da Carta Régia, dirigida ao Conde dos Arcos:³⁴

Sendo o principal objeto dos meus vigilantes cuidados elevar ao maior grau de opulência e prosperidade de que forem susceptíveis pela sua extensão, fertilidade e vantajosa produção os meus vastos estados do Brasil, atendendo que a agricultura quando bem entendida e praticada é, sem dúvida, a primeira e a mais inexaurível fonte de abundância e de riqueza nacional. Portanto a por em prática essas minhas paternais, há por bem que, debaixo de nossa inspeção e segundo as disposições provisórias, que com estas baixam assinadas pelo Conde dos Arcos, se estabeleça imediatamente um Curso de Agricultura na cidade da Bahia para instalação da habitação desta Capitania e que servirá de norma ao que me proponho estabelecer em todas as outras capitanias dos meus estados. (BRASIL. Carta-Régia, dirigida ao Conde D'Arcos, em 23 de junho de 1812).

Dom João VI via na agricultura a mais inexaurível fonte de abundância e de riqueza nacional pela fertilidade e extensão dos campos do Brasil. Assim, esse Ato, representado pela Carta Régia, inicia um interesse e nova atitude em relação ao tema “agrícola” no cenário nacional.

O Estado Imperial, em seu papel de agente transformador, remontando aos projetos de D. João VI, também apostou nas possibilidades do investimento agrícola. A partir daí, foram criados Institutos Imperiais de Agricultura para que houvesse, em cada província, um instituto agrícola como colônia orfanológica de escola primária, agrícola e profissional, com verbas subvencionadas pelos cofres provinciais.³⁵

As iniciativas de Dom João VI surgiram como divisor de águas para a sustentação da economia do país. Essas iniciativas no setor agrícola foram tomadas com base em fatos históricos iniciados no Brasil Colônia que repercutiram no Brasil Império.

Em 1727, o Brasil viu brotar as primeiras mudas de café no Pará que, aos poucos, foi se disseminando por todo território da região sudeste. De acordo com Holanda,

A planta penetrou imperceptivelmente, na década dos 70, na Capitania de Minas Gerais, pelo ‘caminho novo’; nos anos finais do século chegou à área paulista, pela rota do vale, quando em Santos já vicejavam cafezais desde 1787. Ao alcançar a Capitania do Espírito Santo, cerca

³⁴ Dom Marcos de Noronha e Brito, o oitavo Conde dos Arcos, nasceu em 07-07-1771 em Lisboa, onde faleceu em 1828. Nobre e administrador colonial português foi o último Vice-Rei do Brasil. Com a chegada da família real ao Brasil foi transferido do Rio de Janeiro, onde ocupava o cargo de Vice-Rei, para Bahia, como governador, onde permaneceu de 1810 a 1817. Recebeu este nome por ter morado no Palácio dos Arcos, RJ, local desocupado para se transformar em uma das residências da família real a partir de 1810. Foi Ministro e Secretário do Estado dos Negócios do Reino em 1821 e 1822. Fonte: wikipédia.org. em Lista de Ministros dos Negócios do Império do Brasil. Acesso: março, 2012.

³⁵ Primitivo Moacyr (1942) trata de cada uma das colônias orfanológicas separadamente.

de 1815, o cafeeiro encontrava-se disseminado em grande parte do extenso Vale do Paraíba, nas três capitanias confrontantes: Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. (HOLANDA, 2004, p. 107).

A expansão da produção cafeeira iniciada em 1727 se irradiou para a região sudeste do território brasileiro, atingindo sua maior extensão em 1815. A cultura começou a ganhar uma maior significação no cenário econômico brasileiro por volta de 1830. Neste sentido, Holanda complementa:

a primeira fase da grande expansão se marca, de fato, com o desenvolvimento das lavouras do Vale do Paraíba do Sul, que só adquiriu grande impulso a partir do segundo quartel do século, mais propriamente na década de 30. Foi nestes anos que a lavoura do café, até então ao nível de cultura de subsistência, alcançou escala comercial. (HOLANDA, 2004, p. 107).

Dessa forma, aos poucos a economia brasileira vai alcançando o mercado internacional com o êxito dessa nova cultura. Para Holanda,

A imagem do Brasil que veio a se projetar no consenso internacional, como grande produtor mundial de café, elaborou-se durante grande parte do século XIX que coincide com o período monárquico. Nas províncias de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, as lavouras cafeeiras substituíram progressivamente, em vastas superfícies, os antigos canaviais ou a primitiva cobertura florestal. (HOLANDA, 2004, p. 104).

Enquanto a indústria cafeeira atingia seu apogeu em algumas regiões brasileiras, a região nordeste mantinha as lavouras de cana de açúcar iniciadas no período colonial como sustentáculo de sua economia. Suas terras da Zona da Mata trabalhadas secularmente mantêm seus velhos engenhos em luta para sobreviver às vicissitudes. (HOLANDA, 2004).

O Brasil, então, se firma interna e externamente com suas duas principais fontes de economia agrícola: a cana de açúcar e a indústria cafeeira. Apesar das tentativas de crescimento econômico ligadas à exploração do solo, nenhuma outra atividade agrícola brasileira conseguiu atingir a hegemonia da indústria cafeeira. O Brasil começa, aos poucos, a se firmar e ser reconhecido como grande produtor cafeeiro, repercutindo no cenário internacional.

Holanda (2004) descreve as mudanças que vieram junto ao crescimento e prosperidade dos produtores de café que, em princípio, moravam em fazendas que ficavam às “margens da corrente fluvial, com sedes toscas, ranchos simples cobertos de sapé, junto aos abrigos dos negros”. Como “barões do café”, passaram a residir em propriedades que assumiram características com requintes de luxo:

espelhos de moldura dourada, os lustres de cristal, os serviços de porcelana e as camas francesas com cortinado, a prataria fina, os móveis pesados de madeira de lei. Por volta de 1860, a figura do fazendeiro de café que provinha, sobretudo de mineradores decadentes, pequenos comerciantes e donos de terras havia se definido como o novo tipo social. (HOLANDA, 2004, p. 111).

O apogeu do café trouxe com ele um estilo refinado de vida e de ostentação provocados pela ascensão do produto junto à economia do produtor rural. Porém é importante ressaltar que:

a economia cafeeira assumiu um característico que a distinguiu das economias do tempo colonial, ou seja, a concentração nas mãos de um grupo de empresários nacionais, das funções ligadas à comercialização do produto; na fase do grande desenvolvimento, os interesses dos produtores e comercializadores uniram-se para as operações de financiamento da expansão por meio da compra de terras e de mão-de-obra, para a implantação dos modernos meios de transporte internos, a melhoria dos portos, os contatos oficiais e o apoio político. (HOLANDA, 2004, p. 140).

Desse modo, o período imperial acompanhou o incremento da economia nacional centralizada nas mãos dos grandes produtores, protagonistas do desenvolvimento da agricultura cafeeira. A indústria cafeeira, entretanto, começa a enfrentar alguns problemas relacionados tanto à falta de conhecimento para a produção em larga escala, cultivo e colheita, como à escassez de mão de obra. Sobrevém a gradual decadência e, em 1880, culmina em forte crise que foi se arrastando até 1897.

No que se refere à utilização de técnicas propícias ao plantio, Holanda (2004) relata que a crise foi desencadeada por ter havido resistência por parte dos produtores em utilizar uma adubação natural. Essa adubação era necessária para que não houvesse desgaste do solo, pois “desde os anos 60 aconselhava-se a utilização das cascas do café como adubo e o sombreamento das plantações, mas nem os escritos nem o exemplo de uns poucos conquistaram muitos discípulos.” (HOLANDA, 2004, p. 116).

Ao desdenharem a orientação de se utilizar a adubação natural, muitos fazendeiros derrubavam florestas, ocupando todas as áreas que dispunham, uma vez que o solo explorado já se achava empobrecido. Assim, novas fronteiras de plantio se abriam. Quanto à mão de obra, como se sabe, o período colonial foi marcado pela abundância do trabalho escravo, que se estendeu por grande parte da era imperial. Contudo, foi a escassez de mão de obra escrava a principal causa da crise do café. É digna de menção a Lei Eusébio de Queirós, aprovada em 04 de setembro de 1850, que proibia o tráfico interatlântico de escravos. É curioso, porém que, embora se proibisse o tráfico internacional de negros, tenha havido o agravamento do tráfico interno. Holanda acredita que “a solução encontrada para solucionar a crise provocada pelo fim do tráfico internacional foi o tráfico interprovincial. Houve deslocamentos de população escrava dentro do território brasileiro.” (HOLANDA, 2003, p. 8).

O território brasileiro tornou-se palco de deslocamento da mão de obra em seu interior, principalmente nas Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, pois eram as áreas mais

produtivas de lavouras de café. Isso causou desequilíbrio regional na economia brasileira. De fato, a

absorção crescente da força de trabalho servil pelas lavouras cafeeiras do Sul, que passavam a adquirir caráter comercial, ao mesmo tempo em que se faziam sentir sobre a economia nordestina os efeitos do declínio dos preços dos seus produtos tradicionais. (HOLANDA, 2004, p. 150).

Além da queda da produção de açúcar na região nordestina do país perder espaço para a produção do café, agravada pelo deslocamento de mão de obra dentro do próprio país, surge a Lei do Ventre Livre como fator que aprofundou a crise.

A Lei do Ventre Livre, assinada em 28 de setembro de 1871, pela Princesa Isabel,³⁶ considerava livre todos os filhos de mulheres escravas nascidos a partir daquela data. Essa lei tinha como objetivo principal possibilitar a transição lenta e gradual, no Brasil, do sistema de escravidão para o da mão de obra livre.

A partir dessa época os produtores começaram a se conscientizar da escassez da mão de obra escrava e que havia a necessidade de se remunerar o trabalhador para a realização dos serviços em suas fazendas. Como solução, os produtores buscavam alternativas, como a de equipar suas fazendas com maquinários, na intenção de substituir os serviços dos escravos, diminuindo seus custos. Nesse contexto, Holanda observa que a realidade condicionou mudanças de atitude em que “somente quando premidos pelo elevado custo do escravo, pelos elevados salários do trabalhador livre, dispuseram-se a utilizar aparelhamento mais moderno.” (HOLANDA, 2004, p. 117).

Um dos primeiros maquinários utilizados foi a carpideira³⁷ que, em 1883, começa a substituir a mão de obra, facilitando os serviços nas lavouras. Contudo, havia falta de preparo para se trabalhar com equipamentos agrícolas, além de que os poucos escravos que ainda permaneciam nas lavouras resistiam às inovações tecnológicas. Pode-se citar como entraves para as produções nas lavouras:

falta de preparo da mão-de-obra, o trabalho que era desenvolvido pelos escravos, os quais mantinham o trabalho tradicional pouco aberto para as inovações; a “deficiência de transportes para escoamento da produção e falta de capital para investimento.” (HOLANDA, 2003, p. 447).

³⁶ Filha do Imperador, D. Pedro II, Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Gonzaga de Bragança e Bourbon, nasceu no Palácio de São Cristóvão, RJ, em 1846. Casou-se aos 18 anos com o nobre francês, Conde D'Eu. Com o falecimento de seus dois irmãos, herdou o trono em 1871, aos 25 anos, apoiada pela irmã caçula, Leopoldina. A princesa, aliada aos movimentos populares e aos partidários da abolição da escravatura, faleceu em 1921, na França. Fonte: www.e-biografias.net. Acesso: março, 2012.

³⁷ A carpideira surge como um aparelho que funcionava com o trabalho de um homem e um animal, substituindo a mão de obra de seis escravos. (HOLANDA, 2004).

À dificuldade em se aplicar técnicas de cultivo e necessidade de aprendizado do manuseio de equipamentos adequados para o desenvolvimento da lavoura, agravados pela ausência dos braços de jovens escravos, soma-se a Lei dos Sexagenários.

A Lei dos Sexagenários foi decretada em 28 de setembro de 1885, que torna livre todo escravo com idade acima dos 60 anos. A ausência da mão de obra do jovem, associada à dos adultos com idade superior aos 60 anos, faz com que se intensifique o movimento para a libertação da escravatura.

A Princesa Isabel assina, então, a Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, extinguindo a escravidão no Brasil. Essa lei marcou o ápice da crise econômica em todo território brasileiro, atingindo tanto os grandes produtores de café, quanto os outros setores de produção, conforme Holanda afirma:

a abolição (1888), levando ao abandono das lavouras em muitas partes do país, representa o ponto máximo da crise, que se prolonga pelos anos 80, arrastando o problema servil e acentuando-se com as crises internacionais de 1883 e 1884, as pequenas colheitas de café dos anos de 1884 e 1885, os preços baixos do açúcar e do algodão e as restrições que pesavam sobre o meio circulante. (HOLANDA, 2004, p. 151).

Sem os braços escravos nas lavouras de café foram necessárias buscas de fontes alternativas para suprir a carência de mão de obra. Uma das alternativas seria a imigração de mão de obra estrangeira. Para Holanda:

a extinção do tráfico e o aumento do preço dos escravos forçavam a busca de fontes alternativas de mão-de-obra para manter a expansão cafeeira, mediante a importação de colonos estrangeiros, geralmente com recursos próprios. Os colonos trabalhavam nas fazendas, dividindo o espaço com os escravos. (HOLANDA, 2003, p. 38).

Porém, o imigrante estrangeiro, apontado como solução pelo conhecimento e uso adequado de instrumentos e novas técnicas de cultivo, era visto com reservas pelos produtores, principalmente os de Minas Gerais. Estes preferiam investir nos brasileiros, embora os considerassem arreados e com pouca disposição para o trabalho. Assim, começaram a aplicar algumas leis coercitivas e exigências que passariam pela educação de primeiras letras e pela educação prática, tanto para a lida no campo quanto para o manuseio de maquinário. Holanda afirma que “a idéia comum para combater o mal era o ensino, com cadeiras ou escolas de agricultura, fazendas que servissem de modelo, ou a distribuição de obras sobre agricultura e indústria, de modo a divulgar novos métodos.” (HOLANDA, 2003, p. 448).

Por motivo da crise e tornando-se imprescindível o investimento na área agrícola junto aos órgãos públicos, a partir de 1850 instituições são criadas para suprir a deficiência de conhecimentos nas áreas agrárias. Holanda diz que:

a partir de 50, pretendeu-se sanar a lacuna com a criação de instituições, em várias províncias, as quais assentadas na iniciativa particular e oficial, sob os moldes de Asilo Agrícola, ou Fazenda Normal, ou Instituto de Agricultura destinavam-se a promover a melhoria dos processos da lavoura. (HOLANDA, 2003, p.154).

Ainda que se procurasse promover melhorias dos processos da lavoura, inicia-se, a partir de 1880, um lastimoso estado de penúria nos setores econômico, político e social do cenário brasileiro. As iniciativas de disseminar conhecimentos na área agrícola pelos órgãos públicos tornam-se prioridade do governo.

Um desses investimentos veio com o Decreto Imperial em agosto de 1880, com a criação da Companhia Zootécnica e Agrícola do Brasil, idealizada por Domingos Maria Gonçalves.³⁸ Observe o teor do decreto:



Senado Federal
Subsecretaria de Informações

DECRETO N. 7805 - DE 26 DE AGOSTO DE 1880

Concede permissão a Domingos Maria Gonçalves para incorporar uma companhia denominada - Companhia Zootechnica e Agricola do Brazil.

Attendendo ao que Me requereu Domingos Maria Gonçalves, e de conformidade com a Minha Immediata e Imperial Resolução de 14 do corrente mez, tomada sobre parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 20 de Julho ultimo, Hei por bem Conceder-lhe permissão para organizar uma companhia, com a denominação de «Companhia Zootechnica e Agricola do Brazil,» mediante as bases que com este baixam, assignadas por Manoel Buarque de Macedo, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 26 de Agosto de 1880, 59º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador - Manoel Buarque de Macedo.³⁹
Fonte: BRASIL. *Coleção de Leis do Império do Brasil*, 1880.

³⁸ Idealizador e quem assumiu a gerência da “Companhia Zootechnica e Agricola do Brazil”. A Companhia tinha como objetivo, ensino teórico e prático de métodos avançados de plantio e de reprodução de animais aos menores pobres, tendo como capital inicial o valor de 1.500:000\$000, conforme Decreto nº 7.805, de 26-08-1880.

³⁹ Manuel Buarque de Macedo nasceu em 01-03-1837, em Recife. Foi engenheiro, estadista, bacharel em Matemática e doutor em Ciências Políticas e Administrativas, pela Universidade de Bruxelas. Foi conselheiro de Pedro II, membro do Instituto Politécnico e do Instituto de Engenharia de Londres. Foi engenheiro da Estrada de Ferro Pedro II, hoje, Central do Brasil, o que o levou ao cargo de Ministro da Agricultura e Obras Públicas (1880-1881), indicado pelo Conselheiro José Antônio Saraiva. José Antônio Saraiva respondia como Presidente do Conselho de Ministros, autor da Lei Saraiva, que defendia o voto livre, e Ministro da Agricultura (1881-1882). Em 26 de agosto de 1881, Manuel de Macedo seguiu com D. Pedro II para a cidade mineira de São João Del-Rei para a inauguração da Estrada de Ferro Central do Brasil, falecendo no dia seguinte, na mesma cidade mineira. Fonte: www.navioseportos.com.br/personalidades. Acesso: outubro, 2012.

Esse decreto traz em seu interior o objetivo que visava resolver os problemas relacionados à agricultura, criando estabelecimentos de aprendizado agrícola e zootécnico, com ensinamentos teóricos e práticos através dos mais avançados processos. Essa companhia⁴⁰ era destinada a instruir os menores pobres.

É nesse contexto que vão surgindo os ideais de se proporcionar uma instrução técnica e profissional aos agricultores, como forma de reerguer a economia nacional. Sabe-se que a falta de uma produção vantajosa é que origina a miséria e a pobreza de um povo. Desse modo, a instrução e a difusão do ensino tornaram-se necessidade imperiosa e condição essencial para a prosperidade da nação, a partir do interesse do empresariado que se vincula à complexa cadeia produtiva associada ao universo agropecuário, como lembra Holanda (2004).

Sob os efeitos da crise nas lavouras, em consequência da falência da produção cafeeira, a população rural, movida pelo imaginário dos grandes centros, começa a deixar o campo e ir para as cidades. Além disso, verifica-se gradual enfraquecimento do setor industrial. Esse dois fatores (o êxodo rural e o enfraquecimento do setor industrial) levam a população, em especial os proprietários e os produtores, a cobrar iniciativas dos órgãos públicos.

Texto de um jornal popular datado de 1901 exalta o valor da terra e faz um pedido de socorro para o setor rural. O conhecimento e a disseminação de saberes sobre a área agrícola passam a imperar como saída para a crise cafeeira que assolara o país, pois qualquer esforço que não tivesse por base uma sólida organização do trabalho da terra seria ilusório e inútil. O excerto, a seguir, é muito significativo:

No mundo, que habitamos, não temos sinão duas fontes unicas de riqueza: a terra, donde tudo procede, e a nossa intelligencia, que obriga a terra a produzir na medida das nossas necessidades. A terra é sempre o nosso primeiro ponto de apoio; é della que parte o primeiro impulso, que põe em movimento a intelligencia, da qual dependem todos os progressos ulteriores. Quando a terra produz abundantemente, ha sobras de alimento que permitem o augmento da população; ha lazeres que permitem uma fecunda expansão da intelligencia. (JORNAL DO COMMERCIO, 1901, nº 1.540).

E, acrescenta,

Onde ha riqueza agricola, ha riqueza intelectual. Cada passo dado para adeante fortalece a sciencia, que centuplica a producção. E, como corollario, cada povo, que dispõe de recursos certos e abundantes, pode á vontade escolher a fôrma de governo que mais lhe agrade. (JORNAL DO COMMERCIO, 1901, nº 1.540).

⁴⁰ Maiores detalhes sobre a criação da Companhia Zootécnica e Agrícola, em 1880, podem ser localizados no artigo de GONÇALVES; BOTELHO. *As Políticas Públicas para a Formação do Trabalhador do Campo em Minas Gerais: O Instituto Agrônomo de Itabira (1880-1898). V Congresso de Ensino e Pesquisa de História da Educação em Minas Gerais*; assim como em BOTELHO. *A formação do trabalhador do campo em Minas Gerais: O Instituto Agrônomo de Itabira (1880-1898)*. Dissertação de Mestrado, CEFET-MG, 2009.

Além da crítica ao governo da época, nessa mesma edição do jornal, o redator, Dr. Luiz Pereira Barreto, sugere que os órgãos competentes do governo, responsáveis pelo ensino oficial, deveriam organizar cartilhas ou livrinhos a serem distribuídos em todos os segmentos escolares, câmaras municipais, escolas particulares e estaduais, constando instrução agrícola elementar para o preparo do discípulo agrícola.

Já naquela época, um jornalista de uma editora popular constatava, perante seu público leitor, que a riqueza do país está em sua própria terra, sob os pés da própria população. Ledent corrobora essa posição no relatório como ministro adjunto:

Não penso que haja no Brazil questão mais interessante e momentosa do que a do ensino agrícola e profissional. D'ella, mais do que de nenhuma outra, depende nosso futuro economico, por tanto nosso futuro politico, visto que não ha boa politica sem uma sã economia, assim como não pode haver grandeza sem riqueza. Entretanto, é sensível nosso atrazo n'esse ramo da educação. A não ser, até certo ponto, em varios centros paulistas, porventura de algum Estado mais, a agricultura representa no Brazil a mais estacionaria das sciencias, servida na pratica por processos todos empiricos, e quanto á industria, quer a tradicional, como a do assucar, quer a moderna, como a dos tecidos, carece sem a menor duvida, entre o corpo operário nacional, de pessoal idoneo e preparado. (LEDENT, 1910, p. 7).

Com base nos dados, tanto do período imperial quanto do período republicano, investigando, analisando e confrontando o fazer político e o pensar a educação desde o período monárquico, tem-se tentado encontrar explicações para as mudanças que se processaram em cada época, sempre atentos ante as vicissitudes históricas do cenário político e educacional. Nesse sentido, Rocha (2004, p. 10) assinala que “só o confronto dessas práticas políticas, [tanto do Império como da República] pode levar à percepção dos seus sentidos diferenciados [...]. São diferenças estruturais porque redefinem o corpo que compõe a nação, e a natureza do poder.”

Ao se confrontar a realidade imperial com a republicana, verifica-se que não há divergência quanto à situação socioeconômica das duas épocas, pois em ambas a agricultura se viu representada como porta de entrada para a solução dos problemas que o país enfrentava. Dessa forma, a política educacional da nação seria definida pela distribuição do ensino agrícola desde o Brasil imperial até a primeira década republicana, tendo a agricultura como pano de fundo, mas também e principalmente, como curso ou como disciplina. Tendo em vista esse panorama, enfocam-se não só aqueles estabelecimentos que instituíram a área agrícola como campo específico de estudo, como também aqueles que pensaram o ensino da agricultura como algo importante, incluindo, em suas grades curriculares, conteúdos de conhecimentos agrícolas.

Essas reflexões e análises têm como respaldo, dentre outras, duas das principais obras de Primitivo Moacyr: *A Instrução e a República: ensino agrônômico* (1892-1929), de 1942 e *a Instrução e o Império* (1854-1889), de 1938. Ambas buscam acompanhar o debate relativo à instrução pública no período imperial e republicano. Essas duas obras se complementam, divulgando a legislação, os projetos, os relatórios e as estatísticas do ensino agrônômico, principalmente no período da Província Imperial e República, tomando por referência os debates parlamentares.

Como assinalado, a implantação do ensino agrícola no Brasil começou pela Bahia. Bahia é o berço da educação agrícola. Em 1812 foi decretado o primeiro ato ministerial do Sr. Imperador, D. João VI, institucionalizando a agricultura no país. Esse decreto tinha como projeto a disseminação da disciplina de agricultura por todo o país. Tal projeto se transformou em ação em 1845 quando o Presidente da Província cria, na Bahia, a disciplina de Agricultura, no Liceu. E, no elenco das disciplinas da Escola Normal, é introduzida a disciplina “ensino das noções gerais da agricultura”, em 1862. Quanto à data de criação do Imperial Instituto Agrícola da Bahia⁴¹ foram encontradas distorções nas informações disponíveis. Enquanto Primitivo Moacyr (1942), em *Ensino agrônômico*, não cita a data de sua criação, o Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro⁴² afirma que ele foi criado em 1859; e Araújo,⁴³ historiador sobre assuntos agrônômicos da Bahia, afirma que sua criação aconteceu em 1861.

No regulamento de 1872, que estabelece o ensino do Liceu, há elementos de botânica e zoologia nas aplicações gerais, especialmente de agricultura. Em 1876, inaugura-se a Escola Agrícola de São Bento das Lages, fundada pelo Instituto Baiano de Agricultura, oferecendo os Cursos Elementar e Superior.⁴⁴ No ano seguinte, em 1877, foi criada a Escola Agrícola da Bahia, na cidade de São Francisco do Conde, BA. No mesmo ano de 1877, houve a autorização legislativa para a conversão do Asilo dos Órfãos de São Joaquim, da capital, em uma Colônia Orfanológica Industrial e Agrícola. Diante de tantos feitos, privilegiando a área

⁴¹ Em 1861, o governo imperial criou o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (MACOP), em defesa de uma ciência utilitária que atendesse aos interesses do setor da economia agrícola, caracterizado pelas ciências agrícolas. Essa atitude foi a mola propulsora para a criação dos Imperiais Institutos de Agricultura.

⁴² Fonte: Jardim Botânico do Rio de Janeiro Instituto de Pesquisas, 2007, no site www.jbrj.gov.br. Acesso: novembro, 2010.

⁴³ Estudos mais aprofundados sobre a agronomia como campo científico na Bahia, no período entre 1832 e 1911 poderão ser encontrados em ARAÚJO, Nilton de Almeida. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense (UFF), 2010.

⁴⁴ A frequência nesses dois cursos tem sido pequena, não havendo compensação pelo dispêndio. O comissário do governo a uma inspeção à Escola, em 1880, atribui a limitada frequência e o pouco incremento que a Escola tem tido, ao caráter altamente científico e teórico de seus programas de ensino, e à má natureza dos terrenos em que está colocada a que não se prestam à prática do ensino agrícola, segundo levantamentos feitos por Moacyr (1942, pp. 17, 18).

agrícola, a Bahia se apresenta como palco de uma série de iniciativas em torno do conhecimento científico na área da agricultura.

Dentre os demais institutos, fundados no Brasil Império, pode-se citar o da Paraíba, criado, também, pelo Presidente da Província, em 1839, com o objetivo de se aplicar a cadeira de agricultura para que os lavradores tivessem “conhecimentos úteis.”

Pela Lei de 1854, que torna obrigatória a cadeira de agricultura teórica e prática, o Presidente da Província funda, em 1858, em Belém, a Escola de Agricultura Teórica e Prática.⁴⁵

Com relação ao Maranhão, em 1844 o Presidente da Província cria, por lei, uma cadeira de agricultura no Liceu do Estado. Em 1863, funda, no mesmo Estado, a Escola Agrícola de Cotrim, MA, em que o regulamento dizia: “Haverá na Escola Prática de Aprendizes Agrícolas de Cotrim duas espécies de aprendizes, subvencionados e pensionistas internos.” (MOACYR, 1942, p 12).⁴⁶ Em setembro de 1873 foi criado um estabelecimento rural em São Pedro de Alcântara, MA. Moacyr (1942) complementa que o objetivo não é só o de acolher ingênuos e menores libertos a fim de dar-lhes educação física, moral e religiosa e instrução primária, industrial e zootécnica, mas também de aperfeiçoar a indústria pastoril. Em 1884 é sugerida, no relatório presidencial, a inclusão, no programa da Escola Normal e das escolas do 2º grau do estado do Maranhão, de “princípios de agricultura e horticultura.”

No que se refere ao Estado do Alagoas, o relatório de 1850 diz: “Em matéria de instrução de segunda ordem para cima, as escolas mal fundadas teem mais de nocivas que de proveitosas.” (MOACYR, 1942, p. 16). Para cobrir tal falha, em 1859, através de um decreto legislativo, o Colégio dos Educandos Artífices passa a ser convertido em Asilo Agrícola pois, segundo o Presidente da Província, “das escolas profissionais são das agrícolas as que mais precisamos.” (MOACYR, 1942, p. 16)

Em 1857 o Presidente da Província cria o Ensino Prático de Agricultura, no Paraná. E, em 1876, reconhece a necessidade de uma cadeira de “noções de agricultura” na Escola Normal, autorizando o governo a criar aula de agricultura no Instituto Paranaense. O

⁴⁵ Em *A Instrução e a República: ensino agrônômico*, Primitivo Moacyr (1942, p. 14) explica que essa escola foi criada para servir de asilo a muitas crianças que, privadas de família ou tendo-as sem fortuna, passam a ser educadas sob os auspícios da Província.

⁴⁶ Primitivo Moacyr afirma que, embora o professor de primeiras letras devesse ensinar leitura e escrita, aritmética, doutrina cristã, contabilidade agrícola, geografia agrícola do Império e particularmente da Província, há uma sensível falta de sala própria para o ensino que é dado em uma varanda da casa, sobre a mesa de jantar, vendo-se o professor quase confundido com os alunos. Alunos, esses, que sequer sabem ler, escrever, contar ou fazer o sinal da cruz ou a primeira oração do cristão. Não são as terras que faltam; entretanto seriam necessários 15 anos de cuidados à cultura para torná-la boa. (MOACYR, 1942, p. 12).

programa da Escola Normal, em 1883, de forma reorganizada passa a prescrever lições de geologia e agricultura em seu curso.

Em Pernambuco, foi fundada a Escola de Agricultura, em 1858. E, em 1859, é criado o “Imperial Instituto Agrícola de Pernambuco.”⁴⁷ Quanto ao programa do Ensino Normal, foi introduzida a cadeira de noções gerais de agricultura teórica e prática, em 1875. Com o objetivo de se criar um asilo para crianças desvalidas e, ao mesmo tempo, um centro de educação e ensino, fundou-se a Colônia Orfanológica Isabel, em 1878. Essa instituição se localizava na extinta Colônia Militar de Pimenteiras, no Estado de Pernambuco.⁴⁸

Também foi criada, por lei, em outubro de 1860, a Escola Rural D. Pedro II, na fazenda provincial “Pinheiro”, no Pará. O estabelecimento agrícola de ensinamento teórico e prático admitia, de preferência, meninos órfãos desvalidos como alunos internos e, outras pessoas que quisessem se instruir, como externos. Essa Instituição de ensino agrícola foi fundada como “forma de tirar a agricultura da ruína que a entorpece, desenvolver a lavoura da cana-de-açúcar e seu fabrico e a criação do gado que é tão própria dessa região.”⁴⁹

No Rio Grande do Sul, para superar a falta de ensino profissional e seguindo o pensamento das criações dos institutos agrícolas em outras províncias, foi criado, em 1864, o Instituto Rio Grandense de Agricultura, mas esse instituto não chegou a funcionar. Duas décadas depois, em 1883, foi criada a Imperial Escola de Medicina e Veterinária e de Agricultura Prática, em Pelotas, RS⁵⁰. Em 1893 foi fundado o Liceu Riograndense de Agronomia e Veterinária Superior. Para atender à solicitação do diretor da Escola de Agricultura e Veterinária de Taquary, Estado do Rio Grande do Sul, foi criado um Curso Superior de Agronomia, denominado “Escola Superior de Agronomia Taquariense”, pelo Decreto nº 2. 028, de 27 de maio de 1895.

Devido a uma reforma do plano de ensino do Ateneu, em Santa Catarina, introduziu-se uma aula de agricultura prática para todos os candidatos ao magistério público efetivo, em 1875 e, nas escolas rurais, se ensinava “agricultura adaptada ao melhoramento da lavoura.”

⁴⁷ Fonte: Jardim Botânico do Rio de Janeiro Instituto de Pesquisas, 2007, site www.jbrj.gov.br. Acesso: março, 2011.

⁴⁸ Eram oferecidos no ensino primário, os conhecimentos de arte mecânica e as noções de agricultura prática. Essa entidade foi subvencionada pelo governo federal. (MOACYR, 1942).

⁴⁹ É uma escola primária de agricultura, localizada em uma escola-fazenda, em que se ministravam ensinamentos mais práticos que teóricos, mais especulativos que experimentais, onde são feitos experimentos e observações sobre a agricultura da Província. Os educandos, nessa fazenda, são distribuídos em três classes: a) pensionistas internos provinciais; b) pensionistas internos, mediante paga; c) externos gratuitos. (MOACYR, 1942, p. 8).

⁵⁰ Jardim Botânico do Rio de Janeiro Instituto de Pesquisas, 2007, site www.jbrj.gov.br. Acesso: março, 2011.

O ensino da agricultura se disseminou no Amazonas a partir de 1884. Com a lei de criação, autorizava-se a dar regulamento ao Museu Botânico e criar um Curso de Ciências, dividido em Agricultura e em Agrimensura.

Em Sergipe, em 1877, o governo sugere o ensino de “noções de agricultura” no programa escolar das instituições do Estado. Mesmo com precários recursos orçamentários de incentivo para instrução agrícola e pecuária, o governo assina o Decreto de 1938.⁵¹ Quanto à experiência vivida em Sergipe, Primitivo Moacyr narra:

O dízimo do peizado que fica estabelecido em toda a Província e a imposição de mil réis sobre cada escravo maior de 12 anos e menor de 50 anos de idade, residentes nas cidades, vilas e freguesias, formarão d’ora em diante uma receita especial para a manutenção deste estabelecimento. (MOACYR, 1942, p. 17).

De acordo com a fala de Primitivo Moacyr sobre a instituição pesquisada no Estado de Sergipe, embora oferecesse instrução com recursos próprios, advindos da pesca, riqueza local da época, estendia seus ensinamentos não só a crianças e jovens, como também aos adultos, com flexibilidade da faixa etária.

No Sudeste, começa-se pelo Estado do Rio de Janeiro. Aí, o marco é a assinatura da Lei de 1850, pelo Presidente da Província, solicitando que a cadeira de agricultura integrasse o programa de estudos do Liceu de Campos. Através do Decreto nº 2.607, de 30 de junho de 1860, foi criado o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura e, em 21 de junho de 1868, o Asilo Agrícola da Fazenda Normal, no Jardim Botânico,⁵² destinado à instrução profissional agrícola de meninos desvalidos.⁵³ Em 1884, o Imperador D. Pedro II inaugura o Instituto Fluminense de Agricultura, RJ, iniciando suas atividades com 17 alunos para instrução primária (MOACYR, 1942, p. 19), ficando a seu cargo a conservação e o melhoramento do

⁵¹ 1938 – Decreto legislativo, autorizando a contratação de 08 colonos artífices suíços, 02 agricultores para o ensino agrícola, compra de ferramentas, e a compra, por arrendamento, da parte inferior de um convento, para o estabelecimento de o Colégio.

⁵² Estudos mais detalhados e aprofundados sobre o Jardim Botânico do Rio de Janeiro podem ser encontrados através da pesquisadora Alda Heizer, www.revistafenix.pro.br. Acesso: maio, 2011.

⁵³ Consta nos arquivos que o Asilo da Fazenda Normal tinha, em seu programa: a) instrução primária e b) agricultura prática. Em instrução primária os alunos recebiam os seguintes conteúdos: conhecimentos sobre os instrumentos agrários e das máquinas destinadas a beneficiar os produtos; manipulação para preparar os terrenos a fim de receber as culturas apropriadas; tratamento dos vegetais, desde sua germinação até o completo desenvolvimento; colheita e beneficiamento dos produtos; estudos práticos sobre os estrumes e adubos; tratamento dos animais domésticos e seu melhoramento e noções práticas sobre os alimentos. Em agricultura prática, recebiam os conteúdos de horticultura que, além das aulas de estudos práticos sobre tecidos e elementares dos vegetais; seus órgãos e funções respectivas, aprendiam, também, enxertia, poda, mergulhia e outras operações próprias de horticultura; tinham o ensino prático de jardinagem e de embelezamento de parques, além do conteúdo de irrigação e drenagem. (MOACYR, 1942, p. 19).

Jardim Botânico e da Fazenda Normal. Em Valença, RJ, foi criado, pela Associação Protetora da Infância Desamparada, o Asilo Agrícola Santa Isabel,⁵⁴ em 1886.⁵⁵

Com a abertura de tantos asilos e com um contingente cada vez maior de crianças e jovens recolhidos das ruas, sem verba para subsistência, a Associação Protetora da Infância Desamparada faz circular o seguinte requerimento:

Senhor – Velar pela educação da geração que cresce e sobretudo das crianças privadas do sustento de seus protetores naturais, como foi produzido pela Lei de 28 de setembro de 1871, é um objeto de importância incontestável. O número destes infelizes não é pequeno; as medidas tomadas a este respeito pelo governo o provam, assim como o fato de ver as diferentes autoridades recorrerem à generosidade dos particulares para que elas os acolham. Mas estas medidas não são suficientes porque, entre outras razões, não há um plano regular seguido com perseverança. Dar-lhes hábitos de trabalho e gosto pela agricultura, fonte primeira da riqueza do país, inculcando-lhes ao mesmo tempo os sólidos princípios da primeira educação, parece ser a tradução fiel do sentimento nacional. (ALMEIDA, 2000, p. 247).

Tal requerimento, de objetivo filantrópico, estava endereçado a quem pudesse colaborar com quantias de qualquer valor, uma vez que os cofres públicos já não os podiam suportar. A verba arrecadada subsidiaria os asilos criados que recebiam um contingente, cada vez maior, de crianças e jovens desamparados, menores de 18 anos.

Esses asilos tinham, como precípua finalidade, dar instrução primária e elementos de ensino profissional, especialmente de agricultura prática, subsidiados pelos governos federal e estadual, aproveitando todos os elementos possíveis para a lavoura e para a criação. Em 1872, o governo autoriza o estabelecimento da Escola Normal de Agricultura,⁵⁶ no Rio de Janeiro.

No Estado de São Paulo, a Assembléia Legislativa decreta, em 1836, que o governo estabeleça, não longe da capital, uma “Fazenda Normal de Agricultura”.⁵⁷ O governo Imperial

⁵⁴ O Asilo Agrícola Santa Isabel, contava em seu programa de ensino com as disciplinas: a) Instrução primária: noções de coisas, leitura, escrita, noções de gramática nacional, caligrafia...; b) Agricultura prática: Conhecimento dos instrumentos agrários e das máquinas destinadas a beneficiar produtos, manipulações práticas para preparação de terreno para plantio, colheita e beneficiamento de produtos, tratamento dos vegetais desde a germinação até o desenvolvimento, estudos práticos sobre estrumes e adubos; c) Zootecnia: noções práticas sobre animais domésticos, seus alimentos, serviço que se pode exigir deles e cuidados necessários, tratamento dos animais, ração, disposição preferíveis nas estrebarias, redis, galinheiros e outros compartimentos análogos, melhoramentos das raças, aproveitamento dos estrumes animais; d) Horticultura: estudos práticos sobre tecidos elementares dos vegetais, seus órgãos e funções respectivas, enxertia, poda, decote, mergulhia e outras operações, ensino prático de jardinagem, embelezamento de parques, drenagem e irrigação. (MOACYR, 1942, p. 19).

⁵⁵ Detalhes sobre o Asilo Agrícola de Santa Isabel podem ser encontrados no artigo: SCHUELER. *Infância desamparada no Asilo Agrícola de Santa Isabel: instrução rural e infantil (1880-1886)*, 2000.

⁵⁶ Na Escola Normal de Agricultura os estudos serão divididos em três cursos: a) de humanidade; b) curso técnico em agricultura em três anos: física, química, elementos de mecânica racional, mecânica industrial e agrimensura, zoologia, botânica, elementos de mineralogia e geologia, agricultura teórica, máquinas, economia política e rural, veterinária, exercícios práticos agrícolas e lições de desenho; c) curso prático de agronomia: português, aritmética, sistema métrico, agricultura prática, exercícios de carpintaria ou ferraria e veterinária usual. (MOACYR, 1942, p.19).

⁵⁷ Para o governo é necessário que a instituição tenha por objeto: a) recolher, melhorar, aclimatar e distribuir pela Província todas as plantas de utilidade, tanto as conhecidas como indígenas quanto as exóticas e, igualmente, as melhores raças de

cria em 1855, as Escolas de Instrução Primária e Superior para meninos, em Iguape e, para meninas, em Sorocaba, SP. Segundo o Presidente da Província, esta instrução podia se denominar de nível médio e seriam escolas adaptadas às necessidades agrícolas da população. Em 1879 são criadas as Escolas Práticas de Agricultura ou Fazendas-Modelo. Lê-se no relatório presidencial que, com o auxílio da Província, o governo imperial parece disposto a manter nesta Província todas as demais escolas desta natureza. Em 1887, dá-se a criação do Imperial Instituto de Campinas. (HOLANDA, 2003, p. 155).

No Espírito Santo, só se teve o registro de que foi criada a cadeira de botânica agrícola no Liceu de Vitória, ES, em 1843. Mas o mesmo registro afirma sua extinção em 1859, por um decreto legislativo e que acabou suprimindo o curso de agricultura em 1885. (MOACYR, 1942, p. 23).

A seguir, apresenta-se, como síntese, um quadro que sintetiza o conjunto de iniciativas desenvolvidas no período imperial:⁵⁸

Tabela 1 – Síntese das iniciativas da educação agrícola no século XIX (continua)

PROVÍNCIA	ANO	INICIATIVAS
Bahia	1812	Institucionalização do ensino agrícola Decreto de D. João VI
	1845	Disciplina de agricultura no Liceu
	1862	Disciplina “noções gerais da agricultura”, Escola Normal
	1859	(ou 1861) Imperial Instituto Agrícola da Bahia
	1872	Aplicações gerais de botânica e zoologia no Liceu
	1876	Escola Agrícola São Bento das Lages, Cursos Elementar e Superior
	1877	Escola Agrícola da Bahia, na cidade de São Francisco do Conde
	1877	Conversão do Asilo dos Órfãos de São Joaquim, em Salvador, em Colônia Orfanológica Industrial e Agrícola
Paraíba	1839	Cadeira de “agricultura”, aplicada aos lavradores
Belém	1854	Obrigatoriedade da cadeira “agricultura teórica e prática”
	1858	Criação da Escola de Agricultura Teórica e Prática

animais domésticos; b) ensaiar, aperfeiçoar e praticar os melhores métodos de agricultura e de fabricação rústica; c) fabricar todos os instrumentos e máquinas úteis à agricultura e trabalhos manufatureiros rústicos, bem como todos os objetos em uso na economia doméstica do campo; d) ensinar as primeiras letras, doutrina cristã, os deveres do cidadão, noções de geometria, de mecânica, de química aplicada às artes, noções de botânica e regras práticas de agricultura; e) plantar matas de construção que no futuro hajam de servir o uso público. Serão educados na Fazenda normal os meninos de nascimento livre, de 7 anos de idade, órfãos de pai, não tendo parente que se obrigue a dar-lhes igual educação. Haverá alunos pensionistas que paguem mensalmente. Serão admitidos adultos para aprenderem qualquer ofício. Os órfãos serão obrigados a trabalhar na Fazenda até 21 anos de idade e a indenizá-la com seu trabalho do valor da pensão e mais 25% para o que, na sua entrada, lhes abrirá conta. Os pensionistas podem se retirar quando os pais ou tutores quiserem contando que pago o que nela estiverem devendo. Serão admitidas meninas, sob as mesmas condições dos meninos, mas só aprenderão as primeiras letras, doutrina cristã e indústria rústica e doméstica, própria do sexo. (MOACYR, 1942, p. 21).

⁵⁸ Quadro a seguir foi apresentado no Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, em Lisboa, Portugal. (CIMINO, 2012). O quadro consta a síntese das iniciativas do setor agrícola no Estado de Minas Gerais, porém o detalhamento das iniciativas dentro do Estado encontram-se no próximo item deste capítulo.

Tabela 1 – Síntese das iniciativas da educação agrícola no século XIX (conclusão)

Maranhão	1844	Cadeira de “agricultura”, no Liceu do Estado
	1863	Escola Agrícola de Cotrim
	1873	Estabelecimento Rural em São Pedro de Alcântara
	1884	Disciplina “princípios gerais de agricultura e horticultura”, na Escola Normal e demais Escolas de 2º grau
Alagoas	1850	Relatório “escolas de instrução mais nocivas que proveitosas”
	1859	Colégio dos Educandos Artífices passa a Asilo Agrícola
Paraná	1857	Funda Ensino Prático de Agricultura
	1876	Cadeira “noções de agricultura”, na Escola Normal.
	1883	Cadeira “lições de geologia e agricultura”, na Escola Normal
Pernambuco	1858	Escola de Agricultura
	1859	Imperial Instituto Agrícola de Pernambuco
	1875	Cadeira “noções gerais de agricultura teórica e prática”, Escola Normal
	1878	Colônia Orfanológica Isabel, em Pimenteiras
Pará	1860	Escola Rural D. Pedro II, na fazenda Pinheiro
Rio Grande do Sul	1864	Instituto Riograndense de Agricultura
	1883	Imperial Escola de Medicina, Veterinária e Agricultura Prática, Pelotas
	1895	Escola Superior de Agronomia Taquariense
Santa Catarina	1875	Disciplina “agricultura prática” no Ateneu e aos candidatos ao magistério público efetivo e, para as escolas rurais, a disciplina “agricultura adaptada ao melhoramento da lavoura”
Amazonas	1884	Regulamentação do Museu Botânico e criação do Curso de Ciências, dividido em Agricultura e Agrimensura
Sergipe	1877	Disciplina “noções de agricultura”, no programa escolar
	1938	Incentivo à instrução agrícola e pecuária, baseada no pescado
Rio de Janeiro	1850	Cadeira de “agricultura”, no Liceu de Campos
	1860	Imperial Instituto Fluminense de Agricultura
	1868	Asilo Agrícola da Fazenda Normal, no Jardim Botânico
	1884	Inauguração do Instituto Fluminense de Agricultura
	1886	Asilo Agrícola Santa Isabel, em Valença
	1872	Escola Normal de Agricultura
São Paulo	1836	Fazenda Normal de Agricultura
	1855	Escolas de Instrução Primária e Superior, em Iguape para meninos e, em Sorocaba, para meninas
	1879	Escolas Práticas de Agricultura ou Fazendas-Modelo
	1887	Imperial Instituto de Campinas
Espírito Santo	1843	Cadeira de “botânica agrícola”, no Liceu de Vitória
	1859	Extinção da cadeira
Minas Gerais	1840	Escola Normal para ensino de “regras de agricultura, plantação, cultura e fabrico de chá”, no Jardim Botânico, em Ouro Preto
	1875	Escola Agrícola Industrial, em Curvelo
		Escola Agrícola Industrial, nas sesmarias do Melo, da Província
		Escola Agrícola Industrial, em Campanha
	1880	Escola Agrícola Vale do Rio Piracicaba, em Itabira, transformando-se em Instituto Agrônomico
	1881	Asilo Agrícola de Ouro Preto
	1884	Escola de Agricultura de Juiz de Fora
1894	Instituto Agrônomico, em Leopoldina	
1895	Escola Agrícola nas cidades de Oliveira, Entre Rios, Teófilo Otoni, Ponte Nova, Curvelo e Diamantina	
	Aquisição de máquinas e ferramentas agrícolas a serem distribuídas pelas instituições subvencionadas	

Fontes: ALMEIDA, 2000; ALMEIDA, 2010; GONÇALVES e BOTELHO, 2008; HOLANDA, 2003; MOACYR, 1942.⁵⁹

⁵⁹ Para compor o quadro foram colhidas algumas informações através do site: RIO DE JANEIRO – Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2007, conforme exposto no conjunto bibliográfico desta pesquisa.

Algumas iniciativas junto ao poder público incentivaram as ações do governo para o incremento da economia, baseada no setor agrícola. Um exemplo consiste na criação do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (MACOP) pelo Governo Imperial em 1861. Essa pasta foi comandada pela soberania de bacharéis que possuíam laços estreitos com a agricultura por serem filhos ou proprietários de terras que conseguiram, dentre outros feitos, a institucionalização das Ciências Agrícolas.

Em janeiro de 1897, nesse mesmo ministério, foi criada a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), com o objetivo específico de tratar dos problemas agrícolas brasileiros e cobrar do governo iniciativas que respondessem aos interesses desse setor. A SNA ganhou espaço junto à sociedade e fazendeiros e, com isso, promoveu o I Congresso Nacional de Agricultura em 1901. A SNA estabeleceu a criação, por parte do governo republicano de um órgão que mantivesse um canal direto com as articulações com as questões agrárias junto às políticas do governo. Com o objetivo de tomar para si as responsabilidades e as rédeas do ensino agrícola, propôs ao governo um projeto de lei que criava o Ministério da Agricultura Indústria e Comércio (MAIC).⁶⁰

Dessa forma, pode-se inferir que:

até fins da década de 50 o Brasil se caracterizava como um país tipicamente agrícola. Sua economia sustentava-se sobre as monoculturas de café e de cana-de-açúcar e 80% da população concentrada em zona rural. A partir dos anos 60, com a adoção de uma forte política de industrialização, sofre, o Brasil, grande transformação na sua matriz econômica e na distribuição demográfica de sua população. (SANTOS, 2006, p. 1).⁶¹

Sob o ponto de vista de Gabriel Santos, a Educação Agrícola no Brasil pode ser estudada, tendo como marcos de referência o fim dos anos 50 e o começo dos 60. Segundo ele:

Numa primeira fase, tomando-se dados históricos, o Ensino Agrícola tem início com a criação das primeiras escolas para a formação de operários rurais e aprendizes ainda no Brasil Colônia e Brasil Império. A primeira escola superior de agricultura é fundada no período republicano em 1905. Se num primeiro momento a organização deste sistema de ensino tinha como finalidade a criação única e exclusiva de mão de obra para a sustentação de um modelo “feudal” de desenvolvimento apoiado no produto rural, num segundo, este mesmo modelo teve necessariamente que considerar e absorver mudanças impostas pelo desenvolvimento industrial ao mundo agrícola e agrário. (IDEM).

Por forças das contingências históricas e socioeconômicas, o Brasil pouco a pouco buscou reorientar sua política educacional para atender às necessidades que surgiram com as

⁶⁰ O MAIC foi criado oficialmente em 1906, porém passando a funcionar efetivamente a partir de 1909.

⁶¹ Gabriel Santos, no artigo Educação Agrícola no Brasil. Palestra proferida no *III Seminário Internacional sobre formação docente no âmbito do mercosul*, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), 2006.

mudanças. Paralelamente, reorienta sua política agrícola, estimulando outras culturas, como milho, arroz, fruticultura, bem como a pecuária leiteira e de corte. Daí, a necessidade de instituições de ensino qualificadas para ministrar ensino agropecuário capaz de suprir as carências de mão de obra de bom padrão técnico e científico para o setor agrícola.

1.4 Ensino agrícola em Minas Gerais

Na parte final deste capítulo, abordam-se os começos do ensino agrícola em Minas Gerais. Justifica-se a relevância, porque a Escola, objeto dos estudos em pauta, encontra-se no “Estado das Alterosas”. Em razão disso, buscou-se aprofundar a pesquisa sobre as raízes políticas e socioeconômicas que condicionaram e possibilitaram o surgimento da educação agrícola no referido Estado, desde o Império. Pôs-se em destaque o momento histórico em que Minas Gerais recebeu as instituições profissionais e agrícolas que antecederam o Aprendizado Agrícola de Barbacena, MG.

A inauguração da institucionalização do ensino agrícola em Minas Gerais ocorreu na cidade de Ouro Preto, então capital do Estado, com a criação por Lei, em 1840, da Escola Normal, no Jardim Botânico da cidade. O objetivo de criação dessa Escola foi o ensinamento de regras de agricultura e o melhor método de plantação, cultura, preparação e fabrico de chá, recebendo alunos externos e os órfãos, como internos. Mas, em 1858, o governo pede a supressão desse Jardim Botânico por não realizar adequadamente a finalidade a que se propunha. (MOACYR, 1942, p. 23).

O governo é autorizado a fundar, em 1875, três escolas agrícolas industriais, nos vales a que se destinam as vias férreas do Rio Verde, do Leste e de D. Pedro II. Essas escolas se situam nos municípios de Curvelo; nas sesmarias do Melo, de propriedade da Província; e em Campanha, podendo despende anualmente com o custeio de cada uma delas a quantia não excedente a 15 contos.

Em seu regulamento de criação consta que cada uma dessas escolas receberia gratuitamente, no ensino profissional, por tempo que não excedesse a três anos, até 12 moços, maiores de 15 anos e menores de 25, preferindo os órfãos e os que nas escolas primárias se tenham distinguido em inteligência, aplicação e procedimento. Aos alunos, daria o governo, habitação, vestuário e alimentação. Dos indivíduos, que a expensas suas teriam cômodos e alimentação em separado, cobravam-se anuidades. Nos cursos das escolas de Curvelo, Melo e

Campanha seriam dadas lições em três anos, dos quais, no 1º ano, ministrar-se-iam economia rural e contabilidade; no 2º ano: elementos de física experimental e de química aplicada à agricultura, noções de botânica, de geologia e zoologia e no 3º ano: noções gerais de veterinária e teoria dos sistemas agrícolas. Quanto ao ensino prático, ministrar-se-iam: a) composição geológica, física e química dos terrenos aráveis; b) fertilizadores ou estrumes e suas aplicações e maneira de prepará-los; c) cultura das terras nas regiões frias, temperadas e quentes; d) arboricultura; e) estabelecimento e conservação dos pastos; f) horticultura e jardinagem; g) criação e engorda de gado; h) irrigação, saneamento e drenagem e i) mecânica agrícola. (MOACYR, 1942).

Em 1880 foi expedido regulamento estabelecendo a criação da Escola Agrícola Vale do Rio Piracicaba, em Itabira, onde se desenvolveria o ensino prático e manejo de instrumentos aplicados à lavoura. Essa escola foi subvencionada pelos cofres públicos até que, mais tarde, pudesse se sustentar por si mesma. Tempos depois, essa mesma escola se transformou em Instituto Agrônomo com o objetivo de aliar conhecimentos teóricos aos práticos, mas não obteve êxito. Funcionou apenas por quatro anos nessa nova modalidade de ensino.

Com o objetivo de se instruir menores com o ensino prático em agricultura, foi fundado, em 1881, o Asilo Agrícola de Ouro Preto, na capital, Ouro Preto. Em 1884, foi criada e mantida pela Companhia União e Indústria, a Escola de Agricultura de Juiz de Fora, porém foi julgada impossível a sua continuação com os próprios recursos, que cada vez mais se escasseavam. Dez anos depois, em 1894, o Estado fundou um Instituto Agrônomo em Leopoldina, por ele subvencionado. Além desse instituto, e no mesmo ano, foram fundadas as escolas agrícolas nas cidades de Oliveira, Entre Rios, Teófilo Otoni, Ponte Nova, Curvelo e no município de Rio Manso, em Diamantina.

De acordo com as correspondências trocadas entre os presidentes da província, todas essas escolas ofereciam instrução meramente prática, em que eram executadas atividades do campo. Com a oferta do ensino apenas prático se evitaria onerar os cofres públicos com despesas e custos relativos às instalações, além de se obter o retorno financeiro de forma imediata. O presidente da província de Minas Gerais, na época, Chrispim Jacques Bias Fortes, justifica que “seria talvez de maior proveito para a lavoura a criação de escolas praticas de agricultura, de onde podessem sahir auxiliares para os nossos agricultores.” (FORTES, 1895, p. 22).

Além de sugerir que os institutos agrícolas oferecessem aos alunos o ensino pela prática de execução de atividades no campo, com a finalidade de se evitar gastos com

instalações, Bias Fortes complementa que os institutos agrícolas formariam agricultores e seriam os locais em que se fariam experimentos de novos métodos, sem que houvesse necessidade de instalações luxuosas, conforme descrito abaixo:

Seria talvez mesmo de grande conveniencia e utilidade a substituição de alguns dos institutos agricolas creados pelo Congresso por modestos estabelecimentos agricolas, fazendas modelo, no dizer de Jourdan, verdadeiros estabelecimentos publicos de instrucção profissional, onde trata-s: de formar agricultores, experimentar methodos, evitando-se quanto possivel o luxo de installações.

Fonte: BRASIL. Relatório do Presidente da Província de Minas Gerais, por Bias Fortes (1895, p. 21).⁶²

Segundo o Presidente da Província de Minas Gerais, alguns institutos agrícolas que oneravam os cofres públicos deveriam ser substituídos por modestos estabelecimentos agrícolas, fazendas-modelo, enquanto instituições públicas de instrução profissional, com o intuito de formar agricultores, através dos métodos práticos.⁶³

O mesmo ponto de vista, a prática do ensino agrícola em detrimento do ensino teórico, havia sido defendido pelo Presidente Dr. Theophilo Ottoni,⁶⁴ em 1882, quando proferiu seu discurso na Assembléia Provincial “Nos institutos agrônômicos em que são lecionadas diversas disciplinas, é a prática do ordinario sacrificada ao desenvolvimento das theorias, a despeza é considerável e não corresponde ao fim almejado.”⁶⁵

Porém, no Congresso Mineiro de Agricultura em Minas Gerais, Chrispim Bias Fortes afirmava que o problema que assolava o Estado não seria solucionado apenas com o aumento da quantidade de mão de obra para a lavoura, mas também pela introdução de novos métodos de cultura. Assim ele discursava:

⁶² Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Gerais, Dr. Chrispim Jacques Bias Fortes ao Congresso Mineiro, em sua 1ª sessão ordinária da 2ª legislatura, em 21 de abril de 1895.

⁶³ O debate a respeito da concepção e do caráter prático para a formação profissional também pode ser observado na profissão docente. A esse respeito pode-se aprofundar estudos em UEKANE. *A Escola Normal da Corte e Instrutores da Milícia Cidadã, um estudo sobre a Escola Normal da Corte*. Dissertação de Mestrado, UERJ, 2008.

⁶⁴ Teófilo Carlos Benedito Ottoni foi Presidente da Província de Minas Gerais em 1882, nasceu no Rio de Janeiro em 06-09-1842 e faleceu em Piraí, RJ, em 01-02-1883, deixando três filhas. Filho único do político mineiro Theófilo Benedito Ottoni, fundador da cidade Teófilo Otoni, MG, município do Circuito das Pedras Preciosas, onde foi localizada uma das maiores gemas já encontradas a “preciosa água-marinha”, mais tarde denominada “Marta Rocha”, pesando cerca de 175 mil quilates com 60% de limpidez. Fonte: www.geneaminas.com.br/genealogia e www.descubraminas.com.br. Acesso: outubro, 2012.

⁶⁵ Discurso proferido pelo Presidente da Província de Minas Gerais, em 1882. ottoni.brasil.al.edu. Acesso: janeiro, 2011.

A diminuição do custo da produção agrícola não é problema que se possa resolver simplesmente com a introdução de novos trabalhadores, que venham multiplicar os braços empregados na lavoura; o aumento de braços resolve apenas uma parte do problema, pertencendo a outra, como já tenho alludido, ao desenvolvimento da capacidade productora pela vulgarização dos métodos racionais de cultura.

Fonte: BRASIL. Relatório do Presidente da Província de Minas Gerais, por Bias Fortes. (1897, p. 21).

Do discurso proferido por Bias Fortes sobre a criação das Fazendas-modelo, oferecendo ensino prático, espalhadas pelo Estado de Minas Gerais, se observa a proposta de uma alternativa para suprir a ausência da mão de obra escrava nas lavouras do Estado. Porém, havia necessidade de conhecimento de novos métodos a serem empregados nos campos de produção.

Ao sugerir métodos racionais de cultura, juntamente com a disponibilidade de mão de obra para atender às necessidades básicas para alavancar a economia agrícola em Minas Gerais, o Presidente do Estado, Dr. Bias Fortes, no Congresso Mineiro de Agricultura de 1895, refere-se ao Decreto nº 107, de 1894, que propunha a aquisição de máquinas e ferramentas agrícolas:

Parece, porém que, sem o ensino pratico, ministrado por toda parte, de pouca vantagem será a aquisição dessas machinas, visto não terem nossos lavradores, em geral, a pratica precisa para dellas servirem-se. Parece que nosso Congresso prestaria á nossa lavoura o maior dos serviços creando em diversas zonas do Estado campos praticos de experiencia, onde nossos lavradores e agricultores podessem ver funcionar os novos machinismos, adequados aos vários ramos das culturas. (FORTES, 1895, pp. 20, 21).

Portanto o discurso de Bias Fortes denota duas intenções, uma seria a substituição parcial da mão de obra humana, escassa em decorrência da abolição da escravatura, pelo maquinário; a outra seria que se trouxesse o beneficiamento para a lavoura, facilitando os trabalhos no campo, pois além de torná-los menos árduo, agilizariam os resultados da produção. A respeito deste aspecto Barbosa acrescenta:

O grande estorvo da agricultura é a ignorância do agricultor. Estamos hoje tão atrasados como há oitenta anos, sobretudo em matéria de máquinas. O agricultor, em geral, não conhece as máquinas modernas que melhores serviços lhe podem prestar; quando as conhece, pela leitura ou por oitiva, não sabe onde elas se encontram, qual o seu preço de compra, qual o seu custo de instalação. (BARBOSA, 1996, p. 162).

Torna-se possível observar que, nesse caso, se atualiza o discurso sobre a necessidade de se combater a ignorância dos agricultores, à qual se atribui o desinteresse pelas inovações. Muitos agricultores eram avessos a investimentos em novas tecnologias, principalmente aquelas trazidas por maquinários que não faziam parte da rotina e dos costumes operacionais a que estavam acostumados. Como diz Holanda (2003), “a atividade de lavrador não exigia formação especializada e devia orientar-se, de modo geral, apenas pela prática e pelo costume”.

As ideias de se disseminar o ensino prático de agricultura e a aquisição de máquinas agrícolas para beneficiamento das lavouras são abraçadas por João Pinheiro.⁶⁶ João Pinheiro assume a Presidência do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial, em 1903 e, três anos depois, em 1906, é nomeado sucessor de Bias Fortes na Presidência do Estado de Minas Gerais. É considerado o “intelectual do ensino agrícola.”⁶⁷

Pelos anais do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial, por ele presidido, percebe-se que, de uma maneira geral, a estrutura proposta para o projeto do ensino agrícola tinha, como base, experiências de outros países como Bélgica, França e Argentina.

O escopo desse projeto seria a modernização da agricultura, a ampliação das relações de comércio e a criação de uma nova cultura de trabalho pela institucionalização de um ensino agrícola, por meio do qual se incentivaria uma agricultura diversificada.

Ao mesmo tempo, transparece das discussões que o fomento da agricultura diversificada tinha, como finalidade, a integração do mercado nacional, revelando-se ser essa a opção política para o Estado. O problema da mão de obra escassa e desqualificada para atingir esse objetivo – uma real dificuldade, portanto, ao desenvolvimento da agropecuária – foi afrontado, tendo em vista a imigração, a colonização e o ensino agrícola.

Muitas das recomendações contidas no relatório foram postas em prática por João Pinheiro quando, em 1906, ocupou a presidência de Minas Gerais, conforme se verá mais adiante. No que diz respeito à educação agrícola, as discussões pretendiam a elaboração de um ensino especializado e aplicável que, por consequência, valorizasse significativamente o seu caráter prático. Tal pressuposto se apoiava na perspectiva de uma educação produtiva, entrelaçando, assim, economia e educação nas políticas do governo.

⁶⁶ João Pinheiro da Silva nasceu no Serro, em 16-12-1860. Foi político, advogado e industrial brasileiro. Precursor do Partido Republicano Mineiro, foi Governador Provisório Republicano (1890), Presidente do Estado de Minas Gerais (1906-1908) e Coordenador do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial (1903). Dentre os feitos na Reforma do Ensino Primário (1906), consta a inclusão da disciplina de introdução à agricultura nas escolas primárias. Faleceu em Belo Horizonte em 25-10-1908, em exercício de seu mandato. Fonte: www.wikipedia/JoãoPinheirodaSilva/Província de Minas Gerais. Acesso: outubro, 2012.

⁶⁷ Expressão utilizada por Gonçalves e Machado (2009, p. 5).

A ideia de se disseminar o ensino agrícola pela prática em “fazendas-modelo” é oficializada pela Lei nº 454, de 06 de setembro de 1907. Em consequência disso, institui-se a criação das cinco primeiras fazendas-modelo, subvencionadas pelo Estado. São elas:

Fazenda Mo-
delo

Existem actualmente no Estado 5 fazendas-modelo, custeadas pelo governo: *Gamelleira* no município da Capital, *Retiro de Recreio*, no de Santa Barbara, *Fábrica*, no do Serro, *Diniz*, no de Itapecerica e *Bairro Alto*, no da Campanha.

Esta ultima se acha ainda em periodo de installação e início de serviço.

A fazenda-modelo da Ayuruoca foi transformada em campo pratico de agricultura.

Sobe a 102 hectares a area total lavrada nas quatro primeiras, estando todas providas de machi-
nas e instrumentos agrarios dos mais aperfeiçoados.

Fonte: BRASIL. Relatório do Presidente da Província, 1909 I.

As fazendas a que o texto se refere são: Gamelleira, na capital mineira, Belo Horizonte, que já contava com 50 aprendizes; Fábrica, no Serro; Retiro dos Recreios, em Santa Bárbara; Diniz, em Itapecerica e Bairro Alto, em Campanha.⁶⁸ Todas tinham como objetivo o ensino prático de agricultura.

No total, tais fazendas já contavam com 203 alunos aprendizes para receberem ensinamento prático agrícola, de acordo com o Relatório Presidencial:

De accordo com art 9.º *alinea 3.º* da cit. lei, têm sido subvencionadas pelo Estado diversas fazendas para o ensino pratico de agricultura.

Eleva-se a 203 o numero de aprendizes que no anno p. passado nellas receberam ensinamentos.

Recebem actualmente subvenção do governo 11 estabelecimentos particulares, entre os quaes achase a escola-agricola de Lavras. São tambem subvencionadas pelo Estado as escolas de D. Bosco, onde estiveram no anno passado por conta do governo 15 aprendizes.

Fonte: BRASIL. Relatório do Presidente da Província, 1909 I.⁶⁹

⁶⁸ Essas fazendas cultivavam cereais, batatas, cana de açúcar, abacaxi, amendoim, algodão, forragens diversas e trigo, com resultados compensadores, de acordo com o Relatório da Presidência de 1909.

⁶⁹ A Escola Agrícola de Lavras e a Escola Dom Bosco a que se refere o relatório possuíam características distintas, enquanto a primeira se destava pelo posto zootécnico com o maquinário necessário para as aulas práticas de zootecnia, a segunda, fundada em 14 de maio de 1909 em Cachoeira do Campo, oferecia o regime de internato a alunos carentes.

Além dessas fazendas-modelo, espalhadas pelo interior de Minas Gerais, foram subvencionadas outras fazendas, em virtude da alínea 3^a, art. 9, da mesma Lei nº 454, de 1907.⁷⁰ A lei permitia a subvenção total ou parcial, com recursos do governo, bem como a subvenção de fazendas particulares, por determinado tempo, como forma de incremento do ensino agrícola, utilizando suas terras até que começassem a se tornar produtivas. Dentre elas, podem-se citar as fazendas, D. Isabel, no município Santa Quitéria; Cantagallo, em Prados; Urubu, em Santa Luzia do Rio das Velhas; Ceres, em Lavras; São Cypriano, em São Miguel de Guanhões; Lageado, em Sacramento; Cedro, em Conceição do Serro; Terra Santa, no Pará, hoje Pará de Minas; Laranjeiras, em Mariana e Amaral, em São João Del-Rei. Alguns estabelecimentos particulares também foram contemplados com certa ajuda do governo, a saber: a Escola Agrícola de Lavras e a Escola Dom Bosco. O governo instalou, também, alguns Campos de Demonstração nas cidades de Ayuruoca, nas colônias de Nova Baden, Francisco Salles e Itambacury.

Dentre todas as fazendas, a da Gamelleira foi a que recebeu mais atenção tanto pelas publicações de seus progressos, quanto pela atenção dada pelo governo. O *Jornal Correio de Minas*⁷¹, de 1907, descreve a fazenda da Gamelleira, localizada em Belo Horizonte, adquirida pelo governo e fundada como “Campo Experimental”, em 1906, tendo seus trabalhos iniciados em novembro de 1907.

Embora adquirida pelo governo para instruir aprendizes agrícolas, recebeu sérias críticas quanto a essa aquisição devido às péssimas condições de seu solo que seria infértil. Assim são descritas as condições do terreno da fazenda Gamelleira:

⁷⁰ A política da subvenção pública à iniciativa privada no campo da educação parece ter sido comum. Para observar essa política na Corte no séc. XIX confira em: LIMEIRA. *Comércio da instrução no século XIX colégios particulares, propagandas e subvenções públicas*. Dissertação de Mestrado, UERJ, 2010.

⁷¹ O *Jornal Correio de Minas* foi fundado em 15 de maio de 1894, na cidade de Juiz de Fora, MG, por Estevam de Oliveira. Editado três vezes por semana, passou a semanal e em 1895 foi interrompida sua publicação, retornando em 1904. Tinha como redatores seu criador, Heitor Guimarães e Lindolfo Gomes (redator literário). Esteve sob a direção de Estevam até 1914, quando o repassou a seus filhos, ficando sob responsabilidade de sua família até poucos anos antes de ser fechado, após ter sido vendido. O jornal ainda circulou por Juiz de Fora até o ano de 1930. Detalhes maiores sobre o *Jornal Correio de Minas* pode ser localizado em KAPPEL. *O pensamento educacional de Estevam de Oliveira expresso através do Jornal Correio de Minas (1897-1908)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ), 2010.

notonia. E assim se vão desdobrando, por uma altitude que não deve distar muito de mil metros acima do nivel do mar, taboleiros e cerrados, as mais das vezes em linhas curvas e sinuosas, que dão áquella natureza semi-morta aspectos de belleza incomparavel.

Fonte: JORNAL CORREIO DE MINAS, de 08-06-1907, nº 135.

A fazenda da Gamelleira passou por estudos e pesquisas de agrônomos para analisar suas terras e, segundo a opinião dos entendidos em assuntos de agricultura aplicada, após realizar análises químicas para se saber qual a porcentagem de elementos fertilizantes encontrados naquele solo, concluíram o:

quanto é pobre em cal, acido phosphorico e potassa, o terreno da Gamelleira. E', portanto, composta aquella fazenda de terras ruins, de terras absolutamente estereis, não lhes bastando, por isso, o simples arroteamento com a imprescindivel irrigação. São precisos tambem os necessarios estrumes, suppridos assim á terra quantos lhe faltem.

Fonte: JORNAL CORREIO DE MINAS, de 11-06-1907, nº 137.

Tal jornal faz uma crítica ao terreno estéril, apesar da água em abundância para a irrigação, tentando encontrar justificativa para que o governo quisesse investir em local tão improdutivo. Da mesma forma o jornal explica a intenção da medida:

Apezar da aridez característica da região, nota-se abundancia de água pelos pequeninos valles interpostos nas quebradas,

Deste ligeiro esboço de quadro se vê, bem claramente, quanto devem ser estereis semelhantes terrenos. E de facto o são. Mas é isto mesmo que justifica a escolha da fazenda da Gamelleira para fundação de um campo de experiencia, de ensinamento agrícola, até transformar-se inteiramente, como em breve se transformará, em verdadeira fazenda-modelo. Só assim verão os nossos lavradores, presos ainda á rotina, não libertos de todo da sua natural capacidade fecundante, bellos e verdejantes lotes de cultura.

Fonte: JORNAL CORREIO DE MINAS, de 08-06-1907, nº 135, (1ª e 2ª colunas).

De acordo com o Relatório do Presidente da Província, durante o ano de 1907, fica claro que a fazenda da Gamelleira foi criada para ser campo experimental. Nesse período, passou por um intenso processo de adubagem e preparo do solo para torná-lo próprio para o plantio. Só a partir de 1909 ela se tornou “Fazenda-Modelo”, subvencionada pelos cofres públicos. É possível perceber um projeto intencional do governo em apresentar aos aprendizes uma terra gasta, improdutiva, seca, estéril, mas que pudesse ser trabalhada e cuidada, de tal forma que viesse a se transformar em espaço produtivo, próprio para receber novos tipos de cultivo.

As condições em que se encontravam as antigas fazendas de café não eram nada animadoras. Tendo em vista essa realidade, pergunta-se: o tipo de educação agrícola que se ministrava nas fazendas-modelo seria o mais adequado para se atender às necessidades dos fazendeiros, que enfrentavam grave crise? Estudos mostram que a maioria das fazendas de monocultura do café encontrava-se em situação precária, quadro que, com ciência, poderia ser transformado, como se procurava demonstrar pela experiência da fazenda da Gamelleira.

O relatório publicado no Jornal Correio de Minas aborda essa questão:

Que a esses terrenos, ou quando já exgotados, ou simplesmente para torná-los mais férteis e productivos ainda, se applicarem os processos com resultados apreciaveis utilizados nas escolas primarias de agricultura, comprehende-se o que se não comprehenderia é que o governo iniciador da remodelação agricola fosse procurar zonas férteis para experiencias e demonstrações praticas, quando só devemos ter em vista, de preferencia, o aproveitamento e utilização de terras ruins e effiçaz resistencia ao predomínio da rotina sempre que se desprezam *terrenos cansados* em busca de novas e prejudiciaes devastações de mattas e florestas virgens.

Por esse lado não procederá a critica de quantos julgarem mal da aquisição da fazenda da Gamelleira, com as suas terras evidentemente muito ruins.

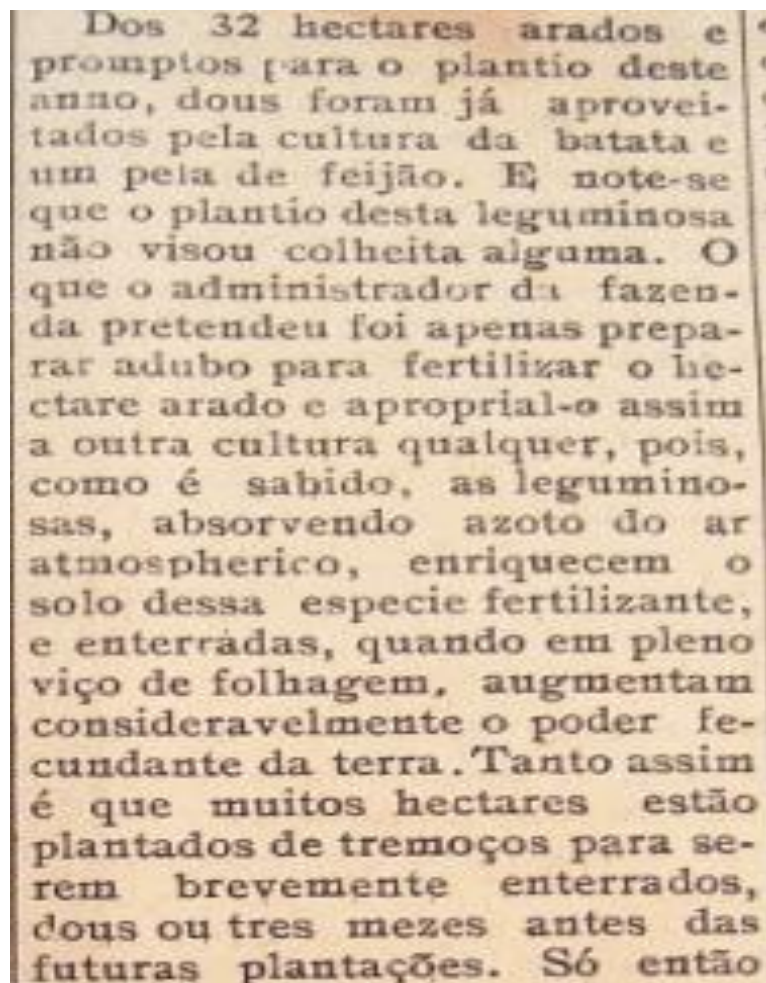
Quando lá forem ver quanto progresso resultou já da applicação intelligente de processos agricolas racionaes, como por simples curiosidade fã, em seis mezes de constancia e tenacidade no trabalho de transformar a terra esteril em terra productiva e remuneradora, provavelmente mudarão de conceito quantos até agora impugnaram a instituição official das fazendas-modelo.

Fonte: JORNAL CORREIO DE MINAS, de 08-06-1907, nº 135.

Ainda assim, após preparo e adubagem do solo, verificou-se que, embora em condições não muito adequadas, a fazenda daria lucro. Com o objetivo de preparar o solo cansado e improdutivo, para torná-lo fértil, o administrador ensinava a técnica aos aprendizes

que deveriam fazer o mesmo em suas fazendas. No caso da Gamelleira, todos os serviços eram feitos sob supervisão do prático em agricultura, Sr. Beltrão, tendo como superintendente da fazenda o Sr. Dr. Carlos Prates⁷² e contava com a visita semanal, às quintas-feiras, do Sr. Dr. João Pinheiro.

A fazenda da Gamelleira ensina, através de suas terras inférteis, a adubação natural. Esse tipo de cultura alternativa havia sido uma das propostas orientadoras negligenciadas pelos “barões do café”, para que suas terras não deixassem de ser produtivas. Acompanhe como descreve a estratégia utilizada para tornar o solo da Gamelleira produtivo:



Dos 32 hectares arados e promptos para o plantio deste anno, dous foram já aproveitados pela cultura da batata e um pela de feijão. E note-se que o plantio desta leguminosa não visou colheita alguma. O que o administrador da fazenda pretendeu foi apenas preparar adubo para fertilizar o hectare arado e apropriar-o assim a outra cultura qualquer, pois, como é sabido, as leguminosas, absorvendo azoto do ar atmospherico, enriquecem o solo dessa especie fertilizante, e enterradas, quando em pleno viço de folhagem, augmentam consideravelmente o poder fecundante da terra. Tanto assim é que muitos hectares estão plantados de tremoços para serem brevemente enterrados, dous ou tres mezes antes das futuras plantações. Só então

Fonte: JORNAL CORREIO DE MINAS 09-06-1907, nº 136, p. 3.

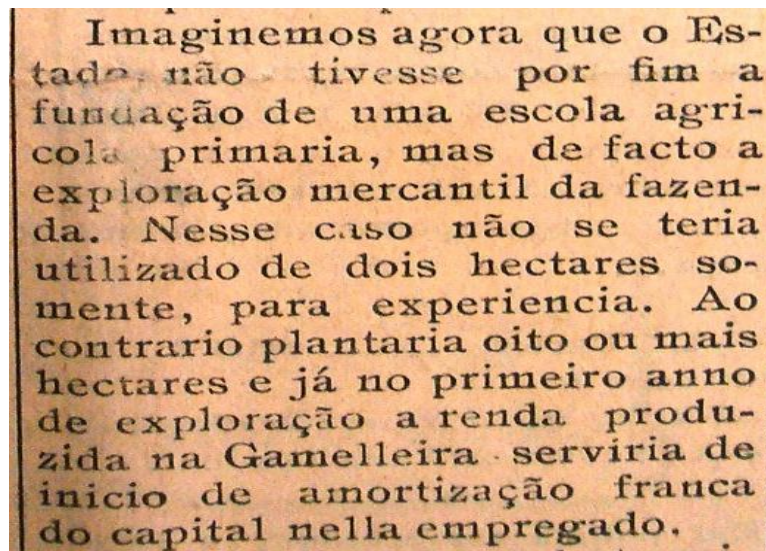
O texto assinala que o solo foi preparado e adubado de forma racional, natural e rentável, como é hoje largamente divulgado. A fazenda da Gamelleira apresentava, pois, pela

⁷² Dr. Carlos Prates foi engenheiro da Prefeitura de Belo Horizonte e quem, em julho de 1896, assinou a planta do loteamento do mais antigo bairro da capital mineira que hoje recebe seu nome. Fonte: wikipédia.org/CarlosPrates/História. Acesso: outubro, 2012.

prática, aos agricultores aprendizes, uma nova forma de manuseio da terra, o que asseguraria utilidade e incremento na produtividade.

A aplicabilidade do plantio de alternância deslocou o comércio do carvão e a devastação das matas. Estas eram as últimas fontes de renda que os agricultores encontravam para o sustento de suas famílias. Ou se comercializavam as madeiras ou as queimavam para a produção do carvão ou, quando havia espaço de área fértil, faziam uso irracional e desenfreado de agrotóxicos, visando à produção imediata.

Dessa forma, evidencia-se a intenção de se escolher uma fazenda, como a da Gamelleira, para acolher os primeiros aprendizes agrícolas, subvencionada pelo Estado, em Minas Gerais. Seu objetivo era único e exclusivamente instrumental. Veja o artigo:



Imaginemos agora que o Estado não tivesse por fim a fundação de uma escola agrícola primaria, mas de facto a exploração mercantil da fazenda. Nesse caso não se teria utilizado de dois hectares somente, para experiencia. Ao contrario plantaria oito ou mais hectares e já no primeiro anno de exploração a renda produzida na Gamelleira serviria de inicio de amortização franca do capital nella empregado.

Fonte: JORNAL CORREIO DE MINAS, de 11-06-1907, nº 137.

Na matéria publicada, expõem-se as razões da aquisição de terras infrutíferas. A elas seriam dados tratamentos eficazes, revertendo-os, a saber, de situação improdutiva a uma terra promissora. O acompanhamento do desenvolvimento e do progresso, frutos de suas práticas, talvez despertassem nos aprendizes o sentimento de esperança em relação a uma exploração racional da propriedade de seus pais. Tal cenário, sem dúvida, apontava, para os proprietários de terras, cujos solos eram carentes, sob o ponto de vista da fertilidade, um horizonte promissor. Sem as orientações e o exemplo de uma racional exploração da terra, poderia ocorrer o abandono dos campos pela falência financeira e também pelo desânimo. Por outro lado, percebe-se, pelo artigo, que o objetivo primeiro das fazendas-modelo, a exemplo da Gamelleira, é unicamente o aprendizado, e não a comercialização dos produtos advindos dela,

do contrário se utilizaria uma maior fração de terra, resultando em maior quantidade do que seria dali produzido.

A Gamelleira, ao utilizar a batata como cultura alternativa para que não desgastasse o solo com a monocultura, buscava demonstrar ser ela um produto que poderia ser comercializado, além de ajudar o solo. As estatísticas mostraram que o plantio da batata era mais rentável no Brasil do que em outros países. As pesquisas da época apuraram que o Brasil produzia cerca de 25 a 28 mil quilos de batatas por hectare, enquanto outros países não conseguiam alcançar a meta de 50% do solo brasileiro. Os estudos realizados em outros países, e divulgados pelo Sr. Dr. Arthur Guimarães⁷³ apresentam os dados por hectare: “Na Belgica, 16 mil kilos; na Inglaterra, 12.500; na Alemanha, 9.500; na França, 8.300; na Austria, 7.000; nos Estados Unidos, 5.500 e o Brasil 25 mil kilos, por hectare.”⁷⁴ Este levantamento parece funcionar como incentivo para o produtor mineiro.

Na mesma publicação, Dr. Guimarães aponta que é justamente o uso irracional do solo um dos maiores problemas pelos quais os produtores mineiros estavam passando. Agricultores de Minas Gerais, por desconhecimento, acabavam tornando sua lavoura improdutiva e infértil por suas próprias mãos. A matéria do jornal apresenta a rotina dos produtores de algumas regiões de Minas:

⁷³ Arthur Guimarães de Araújo Jorge nasceu em Paulo Afonso, BA, em 1884. Político brasileiro. Foi Embaixador do Brasil em La Paz (1925-1927), Havana (1927-1929), Assunção (1929-1931), Montevideu (1931-1933) e Lisboa (1936-1943). Secretário interino do Presidente da República, no governo Vargas, foi nomeado em 1933 por Getúlio Dornellas Vargas a ser credenciado pelo gabinete de Hitler em 07 de março de 1935. Fonte: www.wikipedia.org/ArthurGuimarãesAraújoJorge e www.lister_der_brasilianichen-Botschafter_in_Deutschland (Lista de representantes diplomáticos brasileiros na Alemanha). Acesso: outubro, 2012.

⁷⁴ Correio de Minas, de 12-06-1907, nº 138.

visitar escolas. Nesse tempo (1900-1901) já as estações de Soledade e Miguel Burnier exportavam batatas em larga escala. Mas os nossos lavradores não conseguiram ainda libertar-se da rotina. Plantam sempre a mesma planta, nos mesmos quarteirões anteriormente cultivados, sem nenhum preparo, aliás, de arroteamento e adubagem racional do sólo, e até ainda sem cuidarem da indispensável irrigação. Dahi o exgotamento da terra, que abandonam por *estar cansada*, para proseguirem na devastação de outros côrtes de terreno. Entretanto, dados ana-

Fonte: JORNAL CORREIO DE MINAS, de 12-06-1907, nº 138.

Desse modo, justifica-se a razão de se escolher uma fazenda improdutiva, como a da Gamelleira, para se tornar fazenda-modelo, centro irradiador de tecnologia agrícola. Os métodos ali desenvolvidos, como a diversificação de plantio no solo cansado, bem como a adequada irrigação, por se mostrarem eficazes deveriam ser aplicados na recuperação de outras áreas agrícolas, em Minas Gerais. Nessa direção, o Correio de Minas é explícito:

São estes ensinamentos práticos de agricultura que os agricultores devem ir aprender na fazenda da Gamelleira, para isso instituída. Poderão ver allí como se cultiva o arroz, o milho, o feijão, a batata; como de uma pequena extensão de terra cultivada e com o menor esforço possível se reco-

Fonte: JORNAL CORREIO DE MINAS, de 12-06-1907, nº 138.

Torna-se importante ainda ressaltar que todos esses estabelecimentos receberam equipamentos e máquinas agrícolas necessários ao serviço e ao ensino prático a que se destinava, tanto como Campos Experimentais, quanto como fazendas-modelo. De acordo com o Relatório do Presidente da Província de 1909, por meio do qual se pode acompanhar

investimentos no maquinário para se atender a demanda das fazendas-modelo, subvencionadas pelo Estado de Minas,

**Machinas
agricolas** A Directoria de Agricultura continúa a manter um *stock* de machinas e instrumentos agrarios comprados na Europa, Estados Unidos, Rio e S. Paulo para fornecer pelo custo aos agricultores.

Durante o anno passado foram adquiridas 1.743 machinas agrarias e 60 instrumentos destinados á viticultura, de onde se infere que já é consideravel a introducção de taes aparelhos no Estado. A alludida repartição deu transporte gratuito para 87 machinas adquiridas directamente pelos lavradores. No periodo de 1º de janeiro a 30 de abril deste anno a Directoria de Agricultura introduziu no Estado para diversos agricultores 266 machinas agrarias, perfazendo o total de 2.009.

Como se vê, é bastante animador o movimento que se vae operando em nossos rotineiros processos agricolas.

Fonte: BRASIL. Relatório do Presidente da Província, 1909 I

Além dos equipamentos necessários ao aprendizado, alguns estabelecimentos receberam autorização, por decreto legislativo, para se tornarem Escolas Práticas de Agricultura, como aconteceu nas cidades de Ouro Preto, São João Del-Rei e Campanha. Essas escolas foram fundadas para oferecerem instrução de nível Superior e Elementar,⁷⁵ mas não dispunham de corpo docente habilitado para ministrar seus conteúdos. Assim, o governo necessitou contratar mão de obra profissional vinda do exterior. Para atendê-las, segundo Moacyr (1942), foi necessário o envio de professores da Alemanha e de outros países para ministrarem os conteúdos nessas instituições.⁷⁶

Com relação à necessidade de se importar “lentes” da Alemanha e outros países, que pudessem ministrar os conteúdos da área agrícola, Barbosa (2010) alerta de que não bastava simplesmente importar mão de obra docente. Segundo ele, era preciso que os professores de ensino profissional agrícola conhecessem não só a realidade das características peculiares do solo brasileiro, mas percebessem também as especificidades das regiões nas quais as

⁷⁵ Nas Escolas Elementares em que se estabeleceram as escolas práticas, como é o caso da de Juiz de Fora, ensinavam-se todo o complexo de teoria de economia rural, mas também as ciências acessórias; enquanto nas Escolas Superiores predominavam mais o estudo especial e a prática, dando-se aos alunos noções e conhecimentos suficientes para o trabalho. (MOACYR, 1942, pp. 24, 25).

⁷⁶ Foram enviados da Alemanha e de outros países, para o fim de se ministrarem conteúdos nessas instituições, três famílias de agricultores às quais se apropriaram de casas, terras, instrumentos aratórios, utensílios e meios de subsistência até que independessem do auxílio do governo agrícola. (MOACYR, 1942, p. 24).

instituições se encontravam inseridas, assim como as necessidades da comunidade de seu entorno. De acordo com ele:

A oferta de uma “educação agrícola” deve ter como um de seus objetivos o atendimento das necessidades da população rural. Ou seja, enquanto uma modalidade da educação profissional, a educação agrícola volta-se para o desenvolvimento das aptidões necessárias para a vida produtiva do setor agropecuário e deve adequar-se às peculiaridades da vida no campo e de cada região. (BARBOSA, 2010, p. 3).

Embora importando professores, as escolas mencionadas foram criadas com o objetivo de serem estabelecimentos voltados à autossustentação. Assim, o Presidente da Província impulsionou suas aberturas, com suporte acadêmico, através da subvenção pelos cofres públicos sem, contudo, se comprometer com seu sustento, o que lhes impossibilitou a sobrevivência.

Tendo em vista o investimento do governo, visando oferecer um aprendizado agrícola de qualidade, aflora a necessidade de conscientizar os agricultores quanto ao uso racional do solo, para que a terra não viesse a se tornar improdutivo. A falta de conhecimento e de técnicas voltadas para o adequado uso do solo foi o motivo de se investir tanto, e no curto prazo, no ensino agrícola. Desse modo, fez parte dos objetivos do governo a conscientização da nova geração de jovens aprendizes para o uso racional do solo em uma instrução na área agrícola de ordem prevalentemente prática. Entretanto, Sérgio Buarque de Holanda sublinha que o público-alvo desses estabelecimentos não eram os filhos dos próprios agricultores que, a princípio seriam os principais interessados em explorar as potencialidades das terras de seus pais, afirmando que:

os grandes lavradores enriquecidos orientavam os filhos para a jurisprudência e a medicina, preferivelmente a primeira, pois um filho “doutor” significava a meta suprema de suas ambições. Multiplicavam-se os bacharéis. O desenvolvimento do serviço público veio propiciar oportunidades nos altos escalões do funcionalismo, enquanto as instituições de cúpulas da administração do país tais como as Assembléias Legislativas e o Senado, as Presidências Provinciais, recrutavam seus elementos, em grande maioria, entre as famílias da grande lavoura. (HOLANDA, 2003, p. 154).

Como os grandes proprietários de terras ambicionavam para seus filhos uma formação diferenciada, evidenciava-se que o público-alvo para as instruções agrícolas não seria o representado pelos filhos dos ricos produtores. Pelo contrário, a instrução agrícola deveria ser ministrada aos filhos dos empregados, colonos, filhos de colonos, ex-escravos, pobres, desvalidos. Porém, é importante ressaltar que, como o ensino oferecido nas fazendas-modelo era puramente prático, alguns conhecimentos se tornaram deficitários, tais como técnicas experimentais, aprendizado de conteúdos básicos para se entenderem determinados processos

de adubação, enxertia, plantio, colheita, bem como o aprendizado e manuseio do maquinário disponível. Para suprir essa deficiência, foram criados campos experimentais, além das fazendas-modelo, onde se ministraria a instrução agrícola para as escolas primárias. Foi a partir daí que começaram os movimentos, junto ao governo do Estado, para se acrescentar o conteúdo de agricultura ao programa do ensino primário das escolas públicas. Para isso, seria necessário que se pensasse na Reforma do Programa de Ensino das Escolas Normais, objetivando a inclusão da cadeira de agricultura em seus currículos.

Pelos Relatórios do Presidente da Província esse movimento começou a surtir seus efeitos a partir de 1908. Assim, o levantamento feito pelo governo afirma que das 800 mil crianças do Estado, 700 mil delas não recebiam a devida instrução. Segundo o Relatório, é necessário:

Habituar as creanças das escolas do campo, desde os verdes annos, a se familiarizarem com os modernos machinismos agricolas, como se está fazendo ; retirar-lhes dos olhos os antigos instrumentos de trabalho aviltados pela escravidão, a enxada e a fouce, que lembram, com esse aviltamento, a razão da pobreza dos homens livres de agora ; fazel-as comprehender que estes novos machinismos lhes garantem a bella independencia dos que do seio da terra, com o minimo esforço alliado á maior intelligencia, retiram a propria subsistencia — é, certamente, ter prestado á grande massa do povo incalculavel beneficio.

Fonte: BRASIL. Relatório do Presidente da Província, 1908.

No Relatório do Presidente da Província de 1909, observa-se, também, mais um ato público sobre a Reforma do Programa das Escolas Normais do Vice-Presidente, Sr. Dr. Bueno Brandão,⁷⁷ no governo do Sr. Dr. João Pinheiro, que tinha como Secretário Dr. Carvalho

⁷⁷ Júlio Bueno Brandão nasceu em Ouro Fino, MG, em 11-07-1858 e faleceu em 21-03-1931 no Rio de Janeiro. Coursou o ensino primário em sua cidade natal e, a partir daí, autodidata, adquiriu vasta cultura geral e jurídica e aos 21 anos foi aprovado em exame para advogar, foi Juiz de Direito, Juiz Municipal e delegado. Na política foi Vice-Presidente da Província de Minas Gerais, assumiu a presidência pelo falecimento de João Pinheiro (1908-1909). Em seguida, foi eleito Presidente da Província (1910-1914). Bueno Brandão deu continuidade aos projetos de seu antecessor com a criação dos Institutos Agrícolas como Serviço de Assistência à Infância Desamparada, criando os Institutos João Pinheiro e Dom Bosco (1909) e o Instituto Bueno Brandão (1911). Quanto à Reforma do Programa das Escolas Normais, Bueno Brandão criou a Escola Normal masculina, o antigo Ginásio Mineiro na capital. No tocante à agricultura, recuperou a Secretaria de Agricultura com amplas funções e atividades, que havia sido suprimida no governo anterior por economia. Entretanto, seu maior feito teria sido o projeto Lei Estadual nº 546, de 27-09-1910, que garantia o empréstimo aos municípios para seus melhoramentos em energia elétrica, saneamento, construção de estradas e de escolas primárias que, posteriormente, seriam

Britto.⁷⁸ Nesse ato, o governo criou a “instrução profissional e agrícola como meio de preparar a criança de hoje para o trabalho de amanhã” junto à instrução primária gratuita, programa decretado pelo governador Dr. João Pinheiro. Face aos documentos, percebe-se que a instrução, nas escolas primárias se iniciou, primeiramente, com o ensino profissional e, em seguida, com o ensino agrícola:

Incrementar e systematisar estes estudos, dar-lhes expansão e desenvolvê-los de modo a assegurar ao alumno, sahido das escolas officiaes do Estado, a possibilidade de se entregar immediatamente ao trabalho nobiletante, proficuo e intelligente, é dever imperioso da administração.

ENSINO NORMAL.— E' intuitivo que todo o problema da instrucção primaria depende da boa organização do ensino normal para a conveniente formação do professorado.

Fonte: BRASIL. Relatório do Presidente da Província, 1909 II.

Ao se estabelecer a profissionalização no ensino primário nas instituições públicas, é possível perceber que o interesse imediato do governo seria preparar a criança para o trabalho, tornando-a indivíduo útil à economia da nação. Para que a instrução profissional e agrícola, ministrada aos alunos, surtisse efeito, era necessário que o processo atingisse, de algum modo, também os seus progenitores. A escola deveria irradiar esse tipo de princípio, de modo a alterar o horizonte cultural que procurava, com isso, delinear.

Na proposta de João Pinheiro, a educação técnico-agrícola começaria pela escola primária, preparando “os operários rurais” para as fazendas-modelo, como espaço em que se ministraria o ensino secundário. A aprendizagem profissional incluía, além dos lavradores, também os “rapazes pobres”. Seu projeto de governo tinha como eixo a modernização agrícola através da diversificação do sistema de cultivo e da melhoria da qualidade de produção.

Essa opção pela agricultura se fundamentava na possibilidade de reorganizar o trabalho como base para fazer a fortuna pública. Nas palavras de João Pinheiro, o setor

pagos ao Estado. Fonte: Arquivo Público Mineiro sobre a história regional de Minas Gerais. Site: www.asminasgerais.com.br/conteudoraiz. Acesso: outubro, 2012.

⁷⁸ Manoel Tomaz Carvalho Britto nasceu em 1872 e faleceu em 1952. Dr. Carvalho Britto foi Secretário do Interior nas gestões de João Pinheiro e Bueno Brandão, quando Presidentes do Estado de Minas Gerais. A Carvalho Britto se deve o projeto da reforma do ensino primário colocado em execução na gestão de João Pinheiro. Fonte: www.ufsj.edu.br/portaleducacao/dissertacaooufsj/kappel. Acesso: outubro, 2012.

primário era o que apresentava maior capacidade de gerar empregos e atender às necessidades básicas da população. Assim, com o auxílio da educação e da tecnologia, pretendia-se uma mudança em seus aspectos econômicos, sociais e culturais, pois, com a instrução, Minas poderia produzir vantajosamente, tornando-se forte em termos econômicos e conquistando respeito.

Em entrevista concedida ao jornal O País, e publicada no jornal Minas Gerais em 20-09-1906, João Pinheiro se refere à fixação do trabalhador no campo, começando pelo trabalhador nacional, apresentando a educação profissional do agricultor como uma questão essencial do problema agrícola.

Assim, o Dr. João Pinheiro procurava dar ênfase à prática da agricultura nas escolas normais que, de acordo com o “Programa oficial”, deveria se sobrelevar na formação do professorado para os rapazes, com o objetivo de que pudessem ministrar as aulas de instrução agrícola. Observe o conteúdo da proposta:

CURSO FUNDAMENTAL DE INSTRUÇÃO SECUNDÁRIA.— Este estabelecimento iniciado pelo dr. João Pinheiro, como complemento á obra da remodelação do ensino e meio de preparar a mocidade para os problemas praticos da vida moderna, vae realizando o seu programma.

A seu primitivo plano addicionou o governo alguns cursos eminentemente praticos, sobrelevando o da formação do professorado masculino, especialmente destinado á regencia das escolas ruraes, onde, a par do ensino primario commum, se forneça a instrucção agricola, em campo pratico, pelos modernos processos de cultura. O ensino assim ministrado em taes escolas, exercerá forçosamente benefica influencia sobre toda a circumscripção em cujo meio se encontrar o predio escolar.

Fonte: BRASIL. Relatório do Presidente da Província, 1909 II.

Paralelamente à difusão da Reforma do Programa de Ensino para as Escolas Normais, com o objetivo de melhoria da qualidade de ensino primário, começou-se a pensar na Reforma do Ensino Secundário Profissional Agrícola, como se pode acompanhar no extrato que se segue:

Ensino
secundário

Ao lado da instrução primaria remodelada, e de modo a corresponder-lhe, cumpre reformar a instrução secundaria, de sorte que, na lucta pela vida, satisfaça ás novas necessidades sociaes, e na agricultura, na industria, no commercio, abra indefinido horizonte ao trabalho intelligente, esclarecido pelos principios da sciencia e pelos preceitos da arte.

Fonte: BRASIL. Relatório do Presidente da Província, 1908.

Sob esse preceito, começavam a ser disseminadas as Reformas dos Programas das Escolas Normais em Minas Gerais, abrindo um leque de oportunidades para os alunos, através de um currículo variado e, para os rapazes, mais uma área de profissionalização.

Como havia vários movimentos em prol da introdução de ensinamentos básicos de agricultura para os cursos de formação primária, igualmente existiam alguns movimentos que iniciavam seus ensaios almejando a criação de instituições públicas de ensino agrícola, de nível técnico secundário.

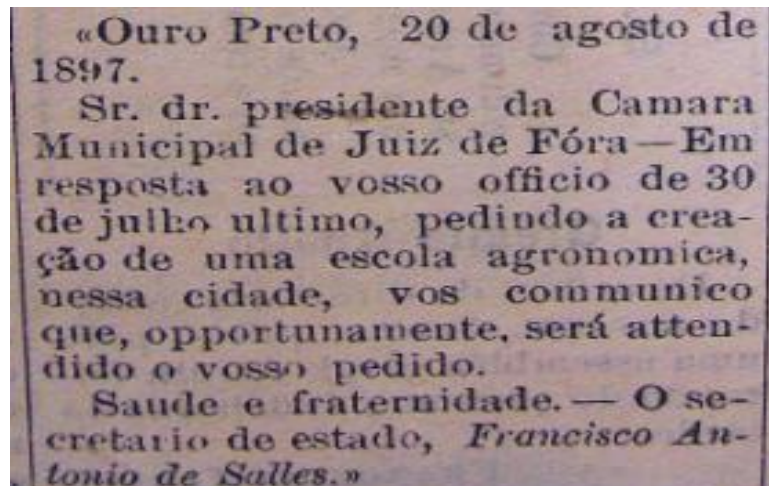
Com a supressão da Escola de Agricultura de Juiz de Fora, em 30 de julho de 1897, o presidente da Câmara Municipal da mesma cidade, Dr. Penido Filho,⁷⁹ enviou um ofício ao Presidente do Estado de Minas Gerais, Dr. Chrispim Jacques Bias Fortes, com sede localizada na cidade de Ouro Preto, MG, capital mineira na época, solicitando a urgência de se criar uma escola agrônômica naquela cidade ou em sua redondeza. Segundo o relator, tal ofício resultara de várias reuniões com políticos da cidade na Câmara Municipal de Juiz de Fora, que apresentava como objetivo de tal solicitação, o seguinte:

Pela urgência da criação de uma escola agrônômica nesta cidade, ou em suas imediações, como centro de extensa zona productora; criação essa que se impõe pela temerosa crise por que está passando a cultura do caféiro e da canna de assucar e pela necessidade absoluta, immediata, de se crearem novos campos ás mais variadas explorações de productos agricolas, de reconhecida utilidade publica, Juiz de Fóra, 8 de abril de 1897 – Eugenio Teixeira Leite. (JORNAL DO COMMERCIO de 31-07-1897, n° 220).

⁷⁹ A cidade Santo Antônio de Juiz de Fora, MG, passou a ter autonomia administrativa com a criação da Câmara Municipal em 07-04-1853, estando, até então, sob a tutela administrativa de Barbacena, MG. No período de 1894 a 1897 esteve à frente da Câmara Municipal e foi Agente Executivo (Prefeito) de Juiz de Fora o Dr. João Nogueira Penido Filho, nascido em 28-01-1862 e tendo óbito em 1945. Penido Filho foi redador-chefe do Jornal do Comércio em Juiz de Fora, em 1902 e um dos fundadores da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora. Doou grande parte de sua fortuna para as benfeitorias do Hospital Santa Casa de Misericórdia, que havia sido fundado em 1854. Fonte: www.camarajf.mg.gov.br/geral/historia. Acesso: outubro, 2012.

Segundo seu relato, o requerimento, transcrito e enviado, é fruto de uma aprovação unânime dos políticos locais, por retratar a necessidade e interesses dos lavradores da região. Tomando por base os objetivos propostos pelo corpo de vereadores e políticos da época, evidenciava-se que a crise econômica que minava a saúde da agricultura em todo o país, atingia igualmente a agricultura mineira. O documento faz remissão clara à falência das lavouras de café e cana de açúcar e a urgência de se fomentar outras formas de agricultura de alternância, para evitar a desestabilização da economia de Minas e da Nação.

Pela leitura e análise de dados disponíveis, buscou-se a resposta ao requerimento enviado de Juiz de Fora a Ouro Preto. Em resposta, em 28 de agosto de 1897, o Sr. Secretário das Obras Públicas do Estado, Dr. Francisco de Salles,⁸⁰ responde em nome do Dr. Chrispim Jacques Bias Fortes, afirmando:



«Ouro Preto, 20 de agosto de 1897.
Sr. dr. presidente da Camara Municipal de Juiz de Fóra — Em resposta ao vosso officio de 30 de julho ultimo, pedindo a criação de uma escola agronomica, nessa cidade, vos communico que, opportunamente, será attendido o vosso pedido.
Saude e fraternidade. — O secretario de estado, *Francisco Antonio de Salles.*»

Fonte: JORNAL DO COMMERCIO de 24-08-1897, nº 244.

O estudo assinala, também, uma nota datada do primeiro dia do mês de fevereiro do ano seguinte, que afirma a promessa de se atender à solicitação dos políticos e da população juizdeforense, conforme o que se segue:

⁸⁰ Francisco Antônio de Salles nasceu em Lavras, MG em 20-01-1873 e faleceu em 16-01-1933, no Rio de Janeiro. Filho de fazendeiro e militar, Francisco Salles formou-se em Direito em 1886, em São Paulo, foi advogado e Juiz Municipal em Lima Duarte, MG, em 1891. Foi deputado estadual e Secretário de Finanças no governo de Chrispim Jacques Bias Fortes. Foi prefeito de Belo Horizonte e Presidente do Estado de Minas Gerais (1902-1906). Apoiou o “Primeiro Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de Minas Gerais”. Foi Ministro da Fazenda no governo de Hermes da Fonseca (1910-1913), abandonando a vida pública após esta data. Fonte: www.wikipedia.org/FranciscoAntôniodeSales. Acesso: outubro, 2012.

Vae ser posta em execução a lei que estabelece os institutos profissionaes do estado, conforme o projecto do deputado Mendes Pimentel, no congresso estadoal. O governo nomeou para organização dos mesmos o sr. Augusto Avelino de Lima, reitor do internato Gymnasio de Barbacena, cuja competencia está provada pela longa e utilissima administração deste estabelecimento. Foi nomeado para substituí-lo no cargo de reitor do internato o lente de inglez Leonardo Palhares.

Fonte: JORNAL DO COMMERCIO de 01-02-1898, nº 402.⁸¹

O Ginásio a que o Jornal do Comércio de Juiz de Fora se refere é o Gymnasio Mineiro de Barbacena⁸². Este ginásio foi criado em 1º de dezembro de 1890, pelo Decreto Estadual nº 260 e assinado pelo então governador Dr. Chrispim Jacques Bias Fortes.⁸³

Sobre o Gymnasio Mineiro, o Relatório do Presidente da Província, nos narra:

GYMNASIO MINEIRO. — Nas duas secções de Barbacena e desta Capital continúa a funcção este estabelecimento official de ensino secundario com grande dedicação por parte de seu corpo docente.

O programma e methodo de ensino ahi seguidos reclamam modificações exigidas pela pedagogia moderna ; taes alterações, porém, escapam á competencia do Estado.

Alguns melhoramentos podem, entretanto, ser introduzidos ou por auctorização do Poder Legislativo ou por acto da administração.

Fonte: BRASIL. Relatório do Presidente da Província, 1909 II.⁸⁴

⁸¹ Augusto Avelino Araújo Lima foi o reitor do Internato Gymnásio Mineiro de Barbacena, criado em 1890.

⁸² Estudos mais aprofundados sobre o Gymnasio Mineiro de Barbacena poderão ser encontrados em RIOS. Colégio Estadual, 120 anos à educação. *Anuário da Academia Barbacenense de Letras*, 1990.

⁸³ No mesmo ato foram criados um Ginásio Minerio em três cidades de Minas Gerais, sendo um deles na capital, Belo Horizonte, outro em Ouro Preto, onde funcionava o externato e em Barbacena, funcionando o internato.

⁸⁴ Sobre o Gymnásio Mineiro da Capital a que o relatório se refere podem ser encontrados estudos mais elaborados em VAGO. *Cultura escolar, cultivo de corpos*: Educação Physica e Gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920). Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo (USP),

O Gymnasio Mineiro de Barbacena tinha como modelo o Ginásio Nacional da Capital da República, hoje, Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro e, como objetivo, habilitar os jovens para seu ingresso nas academias e nos cursos superiores da República. A escolha de Barbacena para a sede desse internato ocorreu devido à oferta do prédio, mobília e terrenos anexados pela Sociedade Educadora Mineira do Estado, antigo Colégio Providência.⁸⁵



Figura 9 - Collegio Abílio (1881-1889)



Figura 10 - Gymnásio Mineiro (1890-1912)



Figura 11 - Pátio Interno Gymnásio Mineiro (1890-1912).



Figura 12 - EPCAR (1949 até os dias atuais)

1999. Esta tese, dentre outras coisas, trata da introdução e legitimação da disciplina de Educação Física no Ginásio Mineiro de Belo Horizonte.

⁸⁵ Outras Instituições haviam ocupado o espaço físico onde funcionou o Gymnasio Militar, dentre elas, destaca-se o Colégio Providência, instituição que deu origem à sede. O Colégio Providência foi criado pelos Padres João Ferreira de Castro e Marcelino José Ferreira, funcionando no local de 1874 a 1882. Em seguida, o Barão de Macaúbas, médico e educador que, embora de procedência baiana, em viagem ao Rio de Janeiro fundou o Collegio Abílio e, em Barbacena, em 1881, instalou outro estabelecimento para que fosse administrado nos mesmos moldes do já existente na capital da República. Em 1890, Bias Fortes, instalou o Gymnásio Mineiro para funcionar nesse espaço, onde permaneceu até 1912. Em 1913 passou a abrigar o Colégio Militar até 1926, quando foi extinto. A partir de então o Ginásio Mineiro voltou a ocupar o prédio, sob a denominação de Colégio Estadual de Barbacena, até 1949, quando foi criada a Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR). Fonte: www.epcar.aer.mil.br. Acesso: outubro de 2012.



Figura 13 - Vista Aérea, onde funcionaram todos esses estabelecimentos.⁸⁶

O primeiro reitor foi o Dr. Virgílio Martins de Melo Franco⁸⁷ e, dentre os muitos reitores, o Dr. Augusto Avelino Araújo Lima, foi reitor no período de 1892 a 1898. (RIOS, 1991).

Em 1949 suas dependências foram cedidas ao Governo Federal para a instalação da atual Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR). Hoje, o chamado Gymnasio Mineiro de Barbacena, passou a ser denominado Colégio Estadual Professor Soares Ferreira. Oferece ensinos fundamental e médio, sob regime de externato, funcionando em outro prédio, em rua próxima ao centro da cidade.

Quinze dias após a publicação da resposta do Presidente do Estado de Minas, Dr. Chrispim Jacques Bias Fortes, o Jornal Comércio de Juiz de Fora publica outra nota:

⁸⁶ Fonte: as figuras 9, 10, 11, 12 e 13 fazem parte do acervo www.fotosantigasbarbacena.blogspot.com.br. Acesso: outubro, 2012.

⁸⁷ Virgílio Martins Ferreira de Melo Franco nasceu em Paracatu, MG, em 29-08-1839 e faleceu no Rio de Janeiro, em 31-12-1922. Bacharelou-se em Direito pela Academia de São Paulo. Foi promotor em Paracatu, Juiz de Direito do Alto Tocantins, GO, e Juiz de Direito de Paracatu e Barbacena. Foi lente da Faculdade Livre de Direito de Belo Horizonte, deputado à Assembléia Geral Legislativa por Minas Gerais (1876-1881) e senador. Aposentou-se como desembargador. Fonte: www.wikipedia.org/virgiliodemelofranco. Acesso: outubro, 2012.

Até setembro do corrente anno devem estar organizados os estabelecimentos de ensino profissional a que se refere a lei votada pelo congresso mineiro na ultima sessão da actual legislatura. O prazo para essa organização, que consta das instrucções que foram dadas ao sr. Augusto Avelino de Araujo Lima, para tal fim commissionedo pelo governo do estado, termina precisamente no mez de setembro.

Sabemos que na cidade de Barbacena será installado um desses estabelecimentos.

Dar-se-á o caso que Juiz de Fôra, a cidade industrial de Minas, não seja escolhida para séde de um delles?

Fonte: JORNAL DO COMMERCIO de 15-02-1898, nº 416.

O texto acima expressa a incredulidade e o espanto ante a preferência por Barbacena: “sabemos que na cidade de Barbacena será installado um desses estabelecimentos. Dar-se-á o caso que Juiz de Fôra, a cidade industrial de Minas, não seja escolhida para sede de um delles?” (grifos da autora).

Ao mesmo tempo em que se observa o interesse do governo em fundar escolas agronômicas, motivado pela crise econômica que assolava o Brasil da época; pela ideia de prevenção social; pela pressão por maior produtividade e rentabilidade da terra; pela importância do cultivo do café e da cana de açúcar para a economia do país; pela necessidade de se abrir as portas para outros cultivos agrícolas, diversificando a produção. Por outro lado, também, desde 1897 já se pensava na cidade de Barbacena para receber um desses institutos públicos. O surgimento de uma escola com propostas de educação agrícola inovadora e o processo que antecede sua criação é o assunto de que trata o capítulo que se segue.

2 CRIAÇÃO DO APRENDIZADO AGRÍCOLA DE BARBACENA

A escola profissional não deve tornar-se uma incubadora de pequenos monstros aridamente instruídos num ofício, sem idéias gerais, sem cultura, sem alma, mas apenas com olhos infalíveis e uma mão firme... É também, através da cultura profissional que se pode fazer com que do mundo brote o homem, desde que essa seja uma cultura educativa e não apenas informativa. (GRAMSCI, 1974).

2.1 Surgimento do Aprendizado Agrícola de Barbacena

O presente capítulo levou em consideração os dados encontrados nas fontes históricas a que se teve acesso, com o objetivo de contribuir com os estudos da compreensão social das circunstâncias, dos fatos e dos sujeitos sociais, cujas influências contribuíram para a criação do Aprendizado Agrícola de Barbacena. Assim, a pesquisa buscou caminhos para investigar como se processou a implantação dessa instituição a partir de seu surgimento. Por outro lado, avaliou-se também o impacto que a referida escola teria ocasionado, sobretudo na cidade e região.

Com o cruzamento de dados de outras fontes, observou-se que no âmbito do setor econômico do país, no período que antecedeu a criação da referida Escola, apenas os esforços do governo para a expansão das atividades ligadas à economia industrial já não eram suficientes para impedir o crescente declínio por que passava a economia do país. Havia um aumento desordenado do contingente populacional nos grandes centros em estado miserável de mendicância. A crise afetou de modo muito forte Minas Gerais. Em consequência disso, “a intensa migração urbana faz com que a capital mineira enfrente problemas similares aos atuais. A imprensa denuncia a ladroagem, a mendicância e o problema do menor abandonado, reclamando medidas para sua solução.” (PEIXOTO; ANDRADE, 2007, p. 99).

Do aumento da densidade populacional dos grandes centros infere-se que, embora as metrópoles oferecessem condições precárias de moradia e houvesse deficiências nas áreas da saúde e educação, a população do meio rural preferia migrar para as cidades, aumentando o crescimento desordenado de áreas de moradia e de favelização. São várias as hipóteses que permitem a reflexão sobre isso. Muitas pessoas eram atraídas pelas facilidades da vida urbana, trocando a pobreza da roça pela miséria da cidade, na ilusão de encontrar melhorias socioeconômicas, como Fernando de Azevedo descreve:

Tôdas as apologias da vida campestre não conseguiram jamais quebrar a força da direção das massas rurais para a cidade, a que são atraídas pelas suas condições de bem-estar e de conforto, nem desviar para o campo a atenção das populações urbanas que têm acompanhado com cepticismo esses apelos sem repercussão. (AZEVEDO, 1937, p. 35).

Logo, migrando do campo para as cidades, era cada vez maior a grei dos que fugiam das condições precárias da zona rural. Outra razão para a deserção dos campos para a cidade seria a queda da produção agrícola, o que levava parte da população a buscar outras formas de sustentação e sobrevivência nos grandes centros.

De uma ou de outra forma, Fernando de Azevedo não exime de responsabilidade o governo por não encontrar meios de reter essa população no campo, através de políticas adequadas. Segundo ele:

[...] toca certamente aos governantes fixar essas populações no interior, já impedindo a corrente, que se estabeleceu, de êxodo para as cidades, onde vem engrossar a legião dos desocupados já canalizando destas para o campo as correntes de imigração. (AZEVEDO, 1937, p. 36).

A falta de elementos motivadores por parte do poder público para fixar o homem no campo, denota desinteresse político pela melhoria das condições sociais e econômicas da vida do meio rural, assim como é indício de desvalorização do trabalho agrícola. A trajetória da economia agrícola na época levou a entender o fenômeno do êxodo rural que se acentuou a partir da crise da produção cafeeira.

As lavouras de café iniciaram suas atividades em 1830 e absorveram a maior parte da mão de obra escrava. Trouxeram prosperidade econômica ao país, favoreceram a consolidação dos interesses dos grandes proprietários rurais, permitiram a estabilidade política ao país por sua comercialização e exportação e estimularam, amplamente, o comércio, a indústria e a urbanização. Com o impulso da indústria agroexportadora, trazendo prosperidade econômica advinda da comercialização do produto cafeeiro e seguindo o percurso dos barões do café, muitos agricultores, principalmente da região sudeste, foram substituindo, gradualmente, outras atividades agrícolas pela produção cafeeira, em virtude do crescimento prodigioso da demanda internacional e dos enormes lucros que este produto rendia.

O mesmo produto que, outrora, fora o apogeu da economia do país, trouxera riqueza aos barões, às suas fazendas e às várias gerações de filhos, netos e bisnetos, a partir de 1880, de forma gradual e sistemática, começou a declinar. Na região sudeste, o Vale do Paraíba, no Estado do Rio de Janeiro, foi o primeiro a ser atingido, passando por São Paulo e, algumas

décadas depois, o Estado de Minas Gerais. O ápice da crise foi em 1929. Observe as consequências sofridas pela população em detrimento da precariedade das lavouras de café:

A crise de 1929 se acentua dolorosamente pela baixa produção cafeeira e põe fim a opulência das tradicionais famílias da região. A "elite agrária" (Barões do Café) entra em declínio lentamente e vai perdendo o prestígio, o poder aquisitivo e vêem suas terras sendo adquiridas por outros. (BRASIL • MINAS GERAIS • ZONA DA MATA).⁸⁸

O apogeu e o declínio da produção cafeeira, pelo que representaram de bom e de ruim para a economia brasileira, mereceram particular atenção neste estudo. Para isso, reportou-se às aulas do curso de mestrado em Educação Agrícola, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, ministradas pelo professor Eli Lino de Jesus,⁸⁹ na disciplina “Epistemologia dos Saberes Agropecuários”. Segundo ele, são vários os fatores que desencadearam e ameaçaram o desenvolvimento da produção cafeeira. Dentre eles, podem ser citados: o uso do solo de forma rudimentar e inadequada, levando à exaustão dos recursos naturais; a cegueira pela ganância que levaram os barões do café a visarem ao lucro rápido e fácil, produzindo a monocultura, sem se preocuparem com a degradação do solo. Esses barões, como eram chamados, exploravam uma área até o extremo e, depois, partiam para outra, até esgotar e desgastar toda área fértil de suas fazendas, comprometendo o futuro de suas gerações.

Outro fator seria o uso irracional e indiscriminado de agrotóxicos na plantação, visando ao lucro imediato. Ele afirma que, por falta de conhecimento do agricultor, ao deparar-se com suas terras cansadas pela monocultura: “em se plantando nada dá”, ele se vê diante da escassez de recursos e só encontra duas saídas como fonte de renda para suas terras: o desmatamento e a queimada. Muitos, de forma equivocada, diziam que “queima-se para limpar a terra de pragas”. Esse teria sido o grito de falência do solo.

Desse modo, poderia se afirmar ter havido falha e negligência nas políticas públicas do governo. Naquele momento, disseminar, levando conhecimento, informação e novas tecnologias a esses produtores foi um dos fatores preponderantes pela inflexão da economia brasileira. O professor lista que se houvesse maior investimento do governo na área agrícola, assim como em levar conhecimento a esses produtores, eles teriam lucro com menor custo, pela agricultura sustentável; teriam conscientização do correto manejo e uso das terras para continuidade das gerações futuras e “os filhos não pagariam pelos erros do pai”.

⁸⁸ Fonte: mesorregião da zona da mata, microrregião de Juiz de Fora - Mar de Espanha economia cafeeira em Minas Gerais. Acesso: janeiro, 2011.

⁸⁹ É engenheiro agrônomo e atualmente professor no Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET-Rio Pomba, MG, atuando na área de Agroecologia.

Por não terem saída, jovens da zona rural acreditam encontrar nos grandes centros seu próprio sustento. O inchaço demográfico nas grandes cidades, como Belo Horizonte, já em 1920, patenteava a gravidade da situação. Além dos graves problemas sociais que tal fenômeno acarretava, como a questão da moradia, do emprego e educação, o segmento que mais se via prejudicado era a juventude, fato observável pelo aumento de adolescentes desocupados nas ruas. O mercado de trabalho sofreu uma inflexão para pior. A população, oriunda do campo, era despreparada e sem condições de competir em pé de igualdade para conseguir trabalho. Para ela, era dramática a escassez de oportunidades. Em consequência, deu-se um desequilíbrio e uma profunda fratura social, resultando um baixo dinamismo econômico e impedindo a mobilidade social ascendente, de acordo com Cimino (2006).

O descompasso entre os ensinamentos da zona rural e o dos grandes centros afunilava as oportunidades de ascensão daqueles que vinham do interior em busca de melhoria de condições econômicas e sociais. Fernando de Azevedo alertou para isso ao afirmar que:

A escola rural não só não oferece “igualdade de oportunidades” para todas as zonas do país, como também não oferece “diversidade” de oportunidades, para facilitar o aproveitamento de todas as manifestações ativas que representem valores aplicáveis ao desenvolvimento e ao progresso dos diferentes grupos sociais. (AZEVEDO, 1937, pp. 48,49).

Portanto, levar o ensino profissional ao interior da zona rural, alfabetizaria de forma instrucional o jovem e seria uma forma de levar elementos motivadores para a fixação do homem no campo. Sob esse aspecto, a solução de todos esses graves problemas passaria necessariamente pela educação.

Em tal horizonte sociocultural, a implantação de escolas profissionalizantes, já no início do século XX, surgiu como algo forte e inovador, pois mobilizaria forças importantes, como os grandes proprietários e os próprios trabalhadores do campo. Entretanto, é oportuno lembrar, ainda que “a formação profissional da época era voltada tão somente para o trabalho manual” (GOMES, 2003, p. 57), os dirigentes começaram a despertar sua atenção para a vocação do Brasil para a agricultura. Assim, Werle complementa que: “No Brasil, na primeira metade do século XX, o debate a respeito da educação rural estava ligado à valorização do trabalho no campo, ao desenvolvimento do país e sua vocação para a agricultura.” (WERLE, 2007, p. 10).

Ao mesmo tempo, impunha-se a expansão da área agrícola para contrabalançar o declínio da atividade de mineração. Daí, a necessidade de uma educação voltada para preparar jovens que viessem a atuar na área da atividade agrícola, tornando a terra mais produtiva, mais lucrativa. Era necessário, portanto, racionalizar seu uso.

Carlos Monarcha acredita que “era e deveria ser agrícola o destino do país e, para fixar o homem nas vastidões interioranas, propunha a criação de escolas normais e grupos escolares rurais, que seriam, para ele, as genuínas “escolas brasileiras.” (MONARCHA, 2007, p. 21).

O governo, de forma estratégica, somou esforços, investindo na educação rural, no trabalho do campo e na vocação para a agricultura. Tais ações de política social e educacional repercutiam de modo positivo na economia através do desenvolvimento do setor agrícola.

Dessa forma, o governo de Minas Gerais começou a abrir frentes, investindo naquilo que de melhor ele possuía, seus campos. Começou a trabalhar em parceria com os agricultores, adquirindo algumas fazendas, arrendando outras, auxiliando, financeiramente, outros agricultores com o único objetivo: fundar, nesses locais, institutos de aprendizado de práticas agrícolas.

Assim, com essa expansão, o setor demandaria mão de obra especializada e formação de administradores competentes, pois a agricultura não poderia mais ser praticada por métodos transmitidos de geração a geração pela rotina e pelos costumes, desdenhando métodos racionais e controlados. Tornava-se necessário passar de uma agricultura de subsistência para uma agricultura de larga escala, dos costumes para a ciência.

O Jornal Correio de Minas, de 1906, apresentou uma publicação do Jornal de Minas Gerais. Ele publicou a Lei nº 443, de 03 de outubro de 1906, com as disposições relativas ao ensino técnico, prático e profissional e as necessárias adaptações para o Estado de Minas Gerais, de acordo com o que já havia sido instituído pela Lei nº 203, de 18 de setembro de 1896, que teve seu regulamento aprovado pela Lei nº 1.127, de 14 de abril de 1898.

ENSINO TECNICO

O Minas Geraes publicou, em sua edição de ante-hontem, a lei nº 443, de 3 de outubro corrente, que contém disposições relativas ao ensino technico pratico e profissional e cujo teor é o seguinte:

Art. 1º O ensino technico pratico e profissional no Estado de Minas Geraes será feito pela fôrma instituida pela lei nº 203, de 18 de setembro de 1896 e seu respectivo regulamento nº 1.127, de 14 de abril de 1898, com as modificações que o governo julg'ar convenientes.

Paragrapho unico. Ficam concedidos ao governo autorização e creditos necessarios para a execução do disposto nesta lei.

Art. 2º O ensino technico e pratico será ministrado de acordo com o seguinte plano:

1º No Estado:

- a) Nas escolas primarias, sob a fôrma simples e elementar, o que constituirá o curso technico primário;
- b) Nas fazendas-modelo, onde serão admittidos os alumnos que mais se distinguirem no curso secundário e os industriaes que obtiverem nas exposições os melhores premios, os quaes poderão destacar o operario ou operarios que para isso tiverem concorrido.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario.

Fonte: JORNAL CORREIO DE MINAS, 07-10-1906, nº 234 (1ª, 2ª e 3ª colunas).

Dessa forma, o governo do Estado passou a ter autonomia para administrar o ensino técnico, prático e profissional, cabendo a ele a responsabilidade pela instrução em dois segmentos: o ensino simples e elementar nas escolas primárias, constituindo-se o curso técnico primário; e aqueles que melhor se distinguem no ensino primário, poderiam ser admitidos nas fazendas-modelo, na forma de instrução secundária. Ou, ainda, ficaria autorizado o Estado a enviar os alunos que se sobressaíssem no ensino secundário para o estrangeiro, onde poderiam se destacar como operários.

Os dispositivos que regem as atividades do “Ensino Technico”, de 1906 e o dispositivo na alínea 3ª, art. 9º, da Lei nº 454, de 06 de setembro de 1907 encontravam-se atrelados. Esse dispositivo permitia que o governo do Estado adquirisse algumas fazendas, tornando-as “Fazendas-Modelo”, assim como, assumir a subvenção de algumas outras, tornando-as “Fazendas Subvencionadas.” Em todas elas, indiscriminadamente, o governo estadual exigia que fosse cumprido o objetivo de se oferecer instrução básica e elementar a aprendizes agrícolas.

Embora tenha sido criado em 1910, o Aprendizado Agrícola de Barbacena só foi inaugurado em 1913. Por essa razão, achou-se por bem continuar dialogando com as iniciativas do governo sobre o ensino agrícola no Estado de Minas, nesse período. Assim, seria possível entender o desenvolvimento do aprendizado agrícola até o momento em que suas atividades tivessem sido efetivamente postas em prática.

Tomando-se por base as instituições agrícolas conveniadas pelo governo do Estado, apresenta-se um quadro panorâmico sobre as colônias agrícolas, as fazendas-modelo, criadas em 1907, como já tratado no capítulo anterior, como instituições que antecederam o Aprendizado Agrícola de Barbacena.

O governo manteve, desde sua criação até 1912, as 05 fazendas-modelo e 01 campo de demonstração, conforme o Relatório especifica:

E' de cinco o numero de fazendas modelo que ^{Fazendas-modelo} o Estado mantem: «Gamelleira», no municipio de Bello Horizonte; «Retiro do Recreio», no de S. Barbara; «Fabrica», no do Serro; «Diniz», no de Itapeccerica e «Bairro-Alto», no da Campauha.

Mantém o Estado, além disso, um Campo de Demonstração, em Ayuruoca.

Nesses estabelecimentos toda a cultura é feita em terreno arado, empregando-se para esse fim e para o seu tratamento machiuas das mais aperfeiçoadas.

Fonte: BRASIL. Relatório do Presidente da Província, 1913, p. 33.

Um ano após a criação das fazendas-modelo, ou seja, em 1908, o governo do Estado de Minas, tinha, sob sua responsabilidade, 10 colônias agrícolas por ele subvencionadas e, em 1909, foram adquiridas outras, localizadas nos municípios, abaixo-relacionados:

Colonização:— Existiam em 1908 dez colonias agrícolas ; em 1909 foram adquiridas importantes fazendas nos municipios de Leopoldina, Mar de Hespanha, Cataguazes, Ouro Fino e Ubá, para a installação de novos nucleos coloniaes, tendo-se despendido com a compra das mesmas 577:000\$.

Fonte: BRASIL. Relatório do Presidente da Província, 1910.

O governo caracterizou tais fazendas como “Fazendas Subvencionadas”. O Relatório mostra que o somatório de fazendas aquiridas pelo governo de Minas, para instruir aprendizes com as práticas agrícolas, chegava a 16, em 1909, abaixo listadas:

Fazendas Subvencionadas . Afim de ministrarem o ensino pratico de agricultura, o Estado, segundo o disposto na alinea 3ª, art. 9º, da lei n. 454, de 6 de setembro de 1907, subvenciona dezeseis fazendas situadas nos seguintes municipios : Santa Quiteria, Prados, Rio das Velhas, Lavras, Guanhões, Sacramento, Marianna, S. João d'El-Rei, Diamantina, Sete Lagôas, Tiradentes, Caeté, Bomfim, Pará, Queluz e Juiz de Fóra. Nellas receberam ensino pratico de agricultura seiscentos e setenta e oito individuos.

Fonte: BRASIL. Relatório do Presidente da Província, 1910.

As fazendas na localidade “Pará” referem-se à cidade de *Pará de Minas*, MG que, na época, tinha “Pará” como sua referência. Assim, no ano de 1910, o Estado subvencionou outras 06 fazendas, aumentando o quadro de aprendizes com o acréscimo de mais 65 jovens:

Comparando-se o movimento havido neste serviço com o do anno anterior, em que foram subvencionadas 16 fazendas, que por sua vez ministraram o ensino a 678 aprendizes, verifica-se um aumento, em 1910, de 6 fazendas e de 65 individuos que foram beneficiados com esse ensino.

Fonte: BRASIL. Relatório do Presidente da Província, 1911, p. 26.

O levantamento feito até o ano de 1910 indicou ter havido 22 fazendas subvencionadas, com um contingente expressivo de 743 jovens aprendizes, recebendo instruções primárias e elementares de práticas agrícolas. Embora ciente de que a manutenção dessas fazendas espalhadas pelos sertões mineiros abrisse oportunidades para que elas se reerguessem com a supervisão, orientação e verba do governo, a partir de 1911, o governo resolveu:

Dando execução ao disposto no § 2º do art. 1.º da lei n. 564 de 14 de setembro do anno passado, o dec. n. 3.356, já referido, limitou a 10 o numero de fazendas que podem ser subvencionadas e a 24 mezes o tempo de duração do auxilio. Findo esse praso, reverterá a subvenção em beneficio das que estiverem situadas em outros municipios e que não houverem ainda gosado do auxilio.

Fonte: BRASIL. Relatório do Presidente da Província, 1912, p. 33.

O Estado passou a limitar a distribuição de verbas a 10 fazendas e pelo tempo determinado de 02 anos. Assim, o governo iniciou uma espécie de rodízio, tentando atender à demanda dos fazendeiros em Minas, fazendo com que eles praticassem, a partir daí, o ditado de começarem a adquirir o “próprio peixe”, uma vez que o Estado lhes teria “ensinado a pescar”.

Além do exposto, a referida Lei, de 1911, exigia que os proprietários provassem perfeito conhecimento no manejo das máquinas agrícolas, assim como a obrigatoriedade do ensino de seu manejo e da escrita regular do que se fez, com levantamento de custos, lucros e

prejuízos. O sistema de rodízio mostrou que o governo começou a deixar, sob as costas dos proprietários das fazendas, a responsabilidade de continuarem prósperos, uma vez que houve investimento em suas terras.

Após definir, na forma da lei, o limite de fazendas particulares que passou a ser subvencionadas pelo governo, no ano de 1912, o governo passou a financiar 08 fazendas particulares e, em 1913, responsabilizou-se por 10 outras. É importante lembrar que todas elas eram equipadas com maquinários, a fim de cumprirem o objetivo de instruir os aprendizes em suas propriedades, com o cuidado da terra e com o manuseio dos instrumentos agrícolas. Assim o Relatório apresenta:

Durante o anno passado, o Estado subvencionou 8 fazendas particulares para, de accordo com o art. 71 do regulamento approved pelo dec. n. 3.356, de 11 de novembro de 1911, ministrarem tambem o ensino pratico de agricultura.

Fazendas
subvencionadas

Acham-se todas providas das machinas agricolas indispensaveis e ministraram, naquelle periodo de tempo, o ensino pratico de agricultura a 127 aprendizes.

Fonte: BRASIL. Relatório do Presidente da Província, 1913, p. 33.

De acordo com as informações coletadas inferiu-se que a distinção entre Fazendas-Modelo e Fazendas Subvencionadas iniciou-se pela apropriação do espaço.

As fazendas-modelo eram propriedades adquiridas pelo governo, cuidadas e administradas por pessoas nomeadas pelo mesmo com o fim exclusivo de instruírem jovens para a prática agrícola. As fazendas subvencionadas eram propriedades particulares, administradas pelo próprio fazendeiro e, supervisionadas por membros do governo, de quem recebiam certa ajuda de custo para equipá-las de forma que pudessem oferecer instrução da prática agrícola a jovens subvencionados pelo governo do Estado. Por não serem de propriedades do governo, depois de certo tempo, após adquirirem estabilidade financeira, de produção e de capital, o governo interromperia o fluxo de subvenção, retornando as fazendas aos exclusivos cuidados de seus proprietários.

Num cenário de dificuldades era crescente a demanda de fazendeiros, solicitando que suas lavouras fossem subvencionadas pelo Estado. De um lado, havia o interesse dos agricultores e, de outro, o próprio interesse do governo, que via, no processo, um meio de minorar a crise do setor agrícola e favorecer a educação do homem do campo.

Com esse procedimento, o governo expandia as iniciativas voltadas para a formação do homem do campo, possibilitando o atendimento do interesse dos proprietários de terra, sustentado nos argumentos, fartamente analisados, que via, nessa medida, uma saída para os grandes problemas do Brasil: êxodo, pobreza, uso inadequado das potências da terra, etc...

Medida que, por extensão, fortalecia os laços dos dirigentes do Estado com a elite produtora, pois o instituto da subvenção consistia na forma jurídica encontrada pelo Estado, para financiar as iniciativas de interesse privado.

Desse modo, ficou então estipulada a responsabilidade de cada órgão quanto ao apoio financeiro que se daria a cada tipo de instrução agrícola, assim definido:

O Governo procura presentemente, sem perder de vista os nossos recursos financeiros, systematizar o que já existe e criar, além disso, o ensino primário agrícola e o ambulante, deixando por emquanto a cargo da União o custeio do ensino agronomico medio e superior.

Fonte: BRASIL. Relatório do Presidente da Província, 1911, p. 24.

A partir de 1910 ficava sob responsabilidade do Estado o ensino primário agrícola e o ambulante. Essa medida foi definida pelo Decreto nº 3.356, de 11 de novembro de 1911, que autorizava o ensino prático de agricultura a ser ministrado pelo governo do Estado, sob três formas: através das Fazendas-Modelo, das Fazendas Subvencionadas e pelos mestres de Cultura Ambulantes. O ensino primário agrícola era aquele que se ministrava nas fazendas-modelo e nas fazendas subsidiadas, enquanto o ensino ambulante era caracterizado por ser ministrado, esporadicamente, a determinado grupo de agricultores que se reunia para esse fim. Eram oferecidas palestras e ensinamentos de novos métodos e novas tecnologias, por pessoas competentes, contratadas pelo governo.

O ensino ambulante passou a ser caracterizado por “Cultura Ambulante”. Tratava-se de uma estratégia utilizada pelo governo para levar conhecimento, informação, instruções básicas e elementares ao homem do campo. Para isso, o governo confiava a alguns mestres, contratados por ele, para disseminarem instruções, a curto prazo, sobre a agricultura. O público-alvo era constituído por fazendeiros; proprietários de terras de grande, médio e pequeno porte; lavradores, colonos, administradores e empregados. O Relatório afirma que:

Pelos mestres de cultura ambulantes foram, nas diversas zonas do Estado, visitadas muitas fazendas, tendo além disso os mesmos respondido a diversas consultas que lhes foram feitas por fazendeiros.

Fonte: BRASIL. Relatório do Presidente da Província, 1913, p. 32.

Pelo fato de os mestres conseguirem reunir vários fazendeiros em determinado espaço junto às comunidades rurais, percebeu-se a importância da iniciativa do governo. Além de ter havido grande receptividade, por parte da clientela, em receber novas informações e aprender novas tecnologias, os agricultores, de seu lado, reconheciam o esforço do governo em promover a melhoria técnica de suas atividades agrícolas.

Essas seriam as iniciativas que caberiam ao governo do Estado. À União caberia assumir as responsabilidades de criar, orientar, supervisionar e financiar O Ensino Agrônômico Médio e Superior.

Dessa forma, indagou-se sobre as razões que motivaram a criação do Aprendizado Agrícola de Barbacena, na cidade que leva seu nome em 1910. Os fatos apontaram para os esforços para que fosse criado um instituto com o objetivo de se ministrar educação formal agrícola. Como visto no capítulo anterior, havia interesses políticos do governo estadual de Minas Gerais em se criar um Instituto Agrônômico Público em Barbacena. Com a nova legislação, que trazia em seu interior a divisão de responsabilidades pelo ensino, ficando o nível elementar sob os cuidados do Estado, e a instrução secundária sob a responsabilidade da União, a criação do Aprendizado Agrícola de Barbacena passou a ser pensada pelo governo federal.

Para se entender a economia agrícola dessa época, investigou-se sobre o que era ensinado e cultivado nessas fazendas, assim como o que era feito com o resultado da colheita desses produtos. Pensou-se que essa pudesse ser uma das formas de se compreender o processo de elaboração das organizações curriculares do Aprendizado Agrícola em Barbacena.

Ao se levantarem dados sobre esse aspecto, observou-se que muitas fazendas, principalmente, as primeiras delas, as fazendas-modelo, já não se dedicavam à monocultura de anos atrás, como acontecera com o plantio do café. Essas fazendas começaram a produzir cereais, batatas, cana de açúcar, algodão e forrageiras diversas, além de iniciarem as instruções sobre os postos zootécnicos.

Paralelamente à criação das fazendas, foram surgindo cooperativas. As cooperativas começaram a funcionar nos municípios próximos às fazendas e tinham como objetivo a comercialização dos produtos provenientes das fazendas subvencionadas pelo governo. As cooperativas, iniciadas timidamente, foram se alastrando pelos vários municípios. Veja o quadro:

Cooperativas : — até 31 de março do ano passado funcionavam oito cooperativas municipais, numero este que subiu a 23 a 31 de março deste anno. A despesa com emprestimo e subvenções a estas associações foi em 1908 de 131:000\$000, tendo em 1909, com subvenções e premios, attingido a 261:000\$000.

O valor das transações realizadas pelas cooperativas, que em 1908 foi de 378:891\$464, correspondentes a 14.278 saccas de café, em 1909 attingiu a 2.896:237\$013, correspondentes a 118.805

Fonte: BRASIL. Relatório do Presidente da Província, 1910.

Assim, em 1908, havia 08 cooperativas espalhadas pelos municípios de Minas Gerais e, em 1909, já eram 23, número que ultrapassava a quantidade de fazendas-modelo, existentes na época, que eram 16, além das 05 colônias adquiridas no mesmo ano.

Em 1909, a cultura cafeeira voltou a ser a base de sustentação das fazendas subvencionadas e, seguindo as novas tecnologias da época, a cultura veio com uma nova roupagem. Retornou, utilizando maquinário para extração e para o beneficiamento da produção. Entregue a produção às cooperativas para ser comercializada, os produtores tinham também, como objetivo, conseguir lucro e, assim, poderem prosseguir em suas atividades. Desse modo, era possível manter e ampliar as atividades da fazenda, adquirir maquinários e implementar outras benfeitorias. Tal era o objetivo do governo: oferecer, a princípio, certa ajuda para que as fazendas fossem bem administradas e chegassem ao patamar de se autossustentarem:

Comparando-se o movimento de introdução de machinas agrarias realizado nestes tres ultimos annos, nota-se um augmento consideravel, pois tendo sido novecentos e oito o numero de machinas introduzidas durante 1907, em 1908 aquelle numero elevou-se a 1.803 e em 1909 a 2.092, o que mostra claramente que es nossos lavradores vão se afeiçoando aos novos processos de agricultura.

Fonte: BRASIL. Relatório do Presidente da Província, 1910.

O texto mostra que com o lucro dos produtos comercializados pelas cooperativas, as fazendas iam pouco a pouco sendo equipadas e seus campos recebendo benfeitorias para melhor abastecimento. Assim, se observa a grande aceitabilidade das novas tecnologias que aos poucos iam ocupando espaços no cotidiano dos agricultores das fazendas-modelo, dos campos de experimentação e das fazendas subvencionadas.

Em 1912, o governo utilizou as 08 fazendas adquiridas para investir na produção do fumo em folhas e também ensinar a técnica de seu preparo. Além do fumo, começou-se investir na criação de gado e no plantio de forrageiras para manutenção das colônias pastoris.

Nas 10 fazendas particulares, adquiridas em 1913, o governo privilegiou a produção do café mas, segundo o Relatório, o produto se encontrava estocado à espera de uma melhor oferta para a comercialização. Essas fazendas tinham 137 aprendizes de ensino prático em agricultura. Em todas elas, havia a predominância da produção cafeeira para comercialização, confira:

As fazendas adquiridas para a fundação das colonias Guidoal e Pedro Toledo produziram para o Estado no exercício p. passado a renda de 6:209\$500 proveniente das culturas de café nellas existentes, cuja importancia ainda se acha em especie nos celleiros desses nucleos, á espera de preço conveniente para a respectiva venda.

Fonte: BRASIL. Relatório do Presidente da Província, 1914.

Da citação acima percebe-se que havia grande quantidade do produto estocada por falta de uma oferta melhor para a sua comercialização. O Convênio de Taubaté, em 1906, determinava o estoque como política de manutenção do preço da saca de café no mercado internacional. Nesse momento emergiu, então, uma política interna de valorização do café com impacto positivo no setor. Entretanto, outros fatos no cenário internacional repercutiram na política econômica do Brasil, dentre os quais, a Primeira Guerra Mundial, que eclodiu em 1914, atingiu em cheio a política cafeeira, posto que seu principal mercado eram os países da Europa e os Estados Unidos.

Para os postos zootécnicos, o governo começara a investir no setor pecuário, adquirindo algumas cabeças de gado e outros animais. Dentre as espécies de animais, algumas despertaram particular atenção:

Contractou-se com a firma social Hopkins Causer & Hopkins, do Rio de Janeiro, a introdução de setecentos e noventa e um reprodutores de raça, os quaes deviam ser adquiridos por intermédio do governo para a satisfação de pedidos feitos á Directoria de Agricultura até 31 de dezembro de 1908 por diversos criadores residentes neste Estado.

Introdução
do gado de raça

No total de 791 reprodutores figuram 690 bovinos, 58 caprinos, 24 lanígeros, 4 suínos, um cavallar e 14 gallinaceos.

Fonte: BRASIL. Relatório do Presidente da Província, 1910.⁹⁰

Esses animais eram recebidos, primeiramente, nos postos zootécnicos e, após serem aclimatados, eram distribuídos pelas fazendas do governo, espalhadas pelo Estado. Tal iniciativa, em 1909, impulsionada pela instrução do ensino prático de agricultura, ensaiou os primeiros passos para a implementação do ensino agropecuário no Estado de Minas Gerais.

Enquanto a produção agrícola variava de região para região, de uma para outra época e de solo para solo, com o decisivo incentivo do poder público, os jovens aprendizes nas fazendas-modelo e nas fazendas subvencionadas pelo governo, igualmente, variavam em sua quantidade de matriculados no Estado. A seguir, observam-se os dados que constam dos Relatórios:

Ensino pratico de agricultura : — nas fazendas-modelo e nas subvencionadas, inclusivé as escolas D. Bosco, em Cachoeira do Campo, receberam ensinamentos 744 aprendizes, dos quaes 475 nas fazendas subvencionadas, sendo que no anno de 1908 o numero de aprendizes não passou de 472. Recebem actualmente subvenção 16 fazendas.

Fonte: BRASIL. Relatório do Presidente da Província, 1910, p. 8.

Diante desse quadro, ao ler os relatórios presidenciais, pôde-se constatar que, em 1907, ano da criação das fazendas-modelo, eram 744 o número total de aprendizes espalhados por todas as fazendas no Estado de Minas, sendo 475 apenas nas fazendas subvencionadas pelo governo. Em 1908, como visto acima, houve um decréscimo, com 472 aprendizes. Porém, em 1909, dos 744 aprendizes o montante de 678 pertencia às fazendas criadas na zona da mata, 48 às fazendas da Gamelleira e Diniz e 18 ao Colégio Salesiano, conforme o relatório divulgou:

⁹⁰ Por lanígeros, entende-se animal que produz lã.

Receberam este ensino nos estabelecimentos referidos setecentos e quarenta e quatro indivíduos, sendo seiscentos e setenta e oito nas dezeses fazendas que o Estado subvenciona, quarenta e oito nas fazendas-modelo da Gamelleira e Diniz e dezoito nas escolas D. Bosco (Collegio Salesiano).

Fonte: BRASIL. Relatório do Presidente da Província, 1910, p. 19.

Junto aos Relatórios do Presidente da Província de Minas Gerais se observa que houve certa estabilização, de ano para ano, do número de jovens que receberam instrução agrícola e pecuária gratuitas, nas fazendas espalhadas pelas cidades mineiras. Pelo desenho do número de aprendizes agrícolas, sinaliza-se uma alta na época da aquisição das fazendas da Zona da Mata pelo governo estadual.

Com os números expressivos de alunos aprendizes distribuídos pelas fazendas do governo e pela aceitabilidade dos fazendeiros das várias regiões de Minas,

O Estado começa a encarar com atenção **Ensino Profissional** o problema do ensino profissional que já é ministrado, sob a forma rudimentar, em complemento ao ensino primário, nos Grupos Escolares.

Fonte: BRASIL. Relatório do Presidente da Província, 1914.

Além do Estado oferecer, nesses campos práticos, o ensino profissional de forma rudimentar e iniciar a divulgação dos conhecimentos elementares de agricultura nas escolas de nível primário, ele não se privou de garantir, também, a assistência à infância desvalida. Assim, investe-se, também, na instrução profissional e agrícola de nível básico e elementar para esse segmento. A partir de 1909, passou a oferecer aos menores carentes educação física, moral, cívica, intelectual e profissional.

Para esse fim, o governo do Estado de Minas Gerais criou 03 institutos: Instituto João Pinheiro, localizado na capital; Instituto Dom Bosco, em Itajubá e o Instituto Bueno Brandão, em Mar de Espanha. Tais institutos foram criados com o objetivo de se ministrar a educação profissional e agrícola, de nível básico e elementar, a crianças carentes, privilegiando a infância desvalida:

São elles o «Instituto João Pinheiro,» situado nos arredores desta Capital; «D. Bosco», no municipio de Itajubá e «Bueno Brandão», no de Mar de Hespanha.

Fonte: BRASIL. Relatório do Presidente da Província, 1914.

Assim, fundado em 1909, o Instituto João Pinheiro⁹¹ foi o pioneiro entre os estabelecimentos dessa natureza:

Creado pelo dec. n. 2.416, de 9 de fevereiro de 1909, tem o Instituto «João Pinheiro», produzido optimos resultados, diffundindo pela infancia desprotegida da sorte, os principios de moral e instrucção.

Instituto "João
Pinheiro"

O estabelecimento possui dois pavilhões denominados *Bueno Brandão* e *Mendes Pimentel*, onde se acham internados 75 educandos, um 3º Pavilhão, quasi concluido, o Pavilhão Central, destinado á residencia do director, secretaria, bibliotheca e almoxarifado, e dois pequenos pavilhões destinados a officinas.

Fonte: BRASIL. Relatório do Presidente da Província, 1913, p. 43.

O Instituto João Pinheiro, no ano de 1912, possuía 75 crianças carentes, “desvalidas”, internas, oferecendo a elas a instrução agrícola e profissional de nível básico e elementar. No mesmo ano, porém 03 meses após a criação do Instituto João Pinheiro, o governo fundou o segundo deles, o Instituto Dom Bosco que, em 1912, contava com 31 alunos internos, todos subsidiados pelo Estado. A seguir o Relatório afirma que:

Instituto "D.
Bosco" Fundado de accordo com o dec. n. 2.826, de 14 de maio de 1909, possui este instituto apenas um pavilhão, com accomodações para 45 educandos. Despendeu o Estado com este estabelecimento, no anno proximo findo, 28:697\$640. Neste estabelecimento estão internados actualmente 31 alumnos.

Fonte: BRASIL. Relatório do Presidente da Província, 1913, p. 44.

O último deles, o Instituto Bueno Brandão, foi criado em 1911, na cidade de Mar de Espanha, tendo como modelo o precursor “Instituto João Pinheiro”. De acordo com o Relatório:

⁹¹ Para estudos mais detalhados sobre o Instituto João Pinheiro sugere-se FILHO, em *A República do Trabalho: A História do Instituto João Pinheiro (1909-1934)*, 1990.

Instituto "Bueno
Brandão"

Este, o terceiro fundado no Estado, de acordo com o dec. n. 3.261, de 1.º de agosto de 1911, e modelado pelo Instituto «João Pinheiro», tem um unico pavilhão, com lotação para 45 educandos.

Acha-se installado em um dos predios do Estado, existentes na colonia «Barão de Ayuruoca».

Com adaptação desse predio e os que servem de residencia ao director e estabelecimento do posto zootechnico annexo, despendeu o Estado. 29:005\$896, e com o pessoal e demais despesas de custeio 21:196\$049.

Fonte: BRASIL. Relatório do Presidente da Província, 1913, p. 44.

O Instituto Bueno Brandão abriu vagas para 45 internos. Entretanto, segundo o Relatório, a demanda por vagas era muito maior, havendo grande número de candidatos aguardando oportunidade de matrícula. E desde o ano

de 1912, já apresenta resultados satisfactorios, mostrando os alumnos notavel progresso no ensino primario, no ensino pratico de agricultura e nos trabalhos manuaes.

Fonte: BRASIL. Relatório do Presidente da Província, 1914, p. 54.

O governo começou a se preocupar em abrir frentes para absorver toda a demanda de jovens em instituições de nível básico agrícola, espalhadas pelas regiões de Minas Gerais. E, para cobrir a demanda, o governo passou a investir em outras instituições particulares, conveniadas ou dirigidas por outras entidades, religiosas ou comerciais. O governo estadual solicitou aos estabelecimentos que recebessem alguns alunos, passando a contribuir, mensal ou anualmente, com certa quantia. Os valores não deveriam exceder ao necessário para que seus protegidos fossem mantidos pela instituição. Dessa forma, o governo de Minas prosseguia com a prática da subvenção, com ajuda de custo, a 02 Escolas Agrícolas que ministravam o ensino prático de agricultura. Eram a Escola Agrícola D. Bosco e a Escola Agrícola de Lavras.

A Escola Agrícola D. Bosco, localizada em Cachoeira do Campo, tinha sob sua responsabilidade 20 aprendizes que recebiam instrução profissional e agrícola, subvencionados pelo Estado. Tratava-se de estabelecimento com significativo campo prático de agricultura, bem equipado com máquinas agrícolas modernas, oficinas de ferraria e carpintaria, além de possuir máquinas indispensáveis para o beneficiamento dos produtos agrícolas, conforme consta no Relatório do Presidente da Província, no que se refere à Escola Agrícola de Lavras:

Montada de accordo com o exigido no ensino agrícola, possui esta Escola todos os machinismos necessarios, além de um posto zootachnico, onde são ministrados aos alumnos conhecimentos praticos de zootechnia. Escola Agrícola de Lavras

O Estado que póde enviar para essa escola 10 alumnos, subvenciona-a com 10:000\$000.

Fonte: BRASIL. Relatório do Presidente da Província, 1913, p. 45.

Neste contexto, a Escola além de oferecer aprendizado ligado à agricultura, oferecia, também, instrução para a zootecnia. Porém, apenas 10 das matrículas seriam provenientes de alunos subvencionados pelo Estado.

Outra instituição que recebia ajuda de custo do governo mineiro era o “Instituto Polytechnico de Juiz de Fora”. Sobre ele, o Relatório dizia ser:

Installado na cidade que lhe dá o nome, é este estabelecimento mantido pela Congregação do Verbo Divino. Instituto Polytechnico de Juiz de Fora

E’ subvencionado, annualmente, com a importancia de 5:0000000, obrigando-se a admittir 5 alumnos mandados pelo Governo.

Fonte: BRASIL. Relatório do Presidente da Província, 1913, p. 45.

Como se vê o “Instituto Polytechnico de Juiz de Fora” não era uma instituição do governo. Tratava-se de uma instituição particular, mantida por uma congregação e recebia certa ajuda de custo do governo estadual, para que, junto a seus alunos, efetivasse 05 matrículas para jovens subvencionados pelo Estado.

Outro estabelecimento de aprendizado subvencionado pelo governo de Minas foi o de Itambacury. Quanto a ele:

Subordinado á Colonia do mesmo nome foi este aprendizado creado pelo Governo em fevereiro de 1911 e inaugurado em março do mesmo anno, aproveitando-se para esse fim, o predio e campo pratico alli existentes e pertencentes ao Estado. Aprendizado Agrícola de Itambacury

Fonte: BRASIL. Relatório do Presidente da Província, 1913, p. 45

Segundo Relatório do Presidente da Província, além de ajuda de custo, o governo estadual manteve um mestre de cultura e seu auxiliar nesse aprendizado. Esse aprendizado possuía farto maquinário e tinha, no ano de 1912, 30 alunos internos.

Em parceria com o Collegio São Luiz, próximo ao “João Pinheiro”, o governo subvencionou custos de alguns alunos dessa instituição, proporcionando-lhes um ensino gratuito. Esse colégio encontrava-se:

Situado nas proximidades da estação «João Pinheiro», gosa este collegio da subvenção de ...
300\$000 mensaes, recebendo 5 alumnos gratuitos,
mandados pelo Governo.

Fonte: BRASIL. Relatório do Presidente da Província, 1913, p. 45.

O Collegio São Luiz possuía um campo prático com todas as máquinas agrícolas necessárias ao serviço rural. Entretanto, só tinha 05 alunos internos mantidos pelo governo.

O Aprendizado Agrícola de São José da Sapucaia, em Mariana, figurou entre os mais antigos que recebiam subvenção:

Aprendizado Agrícola de S. José da Sapucaia Foi este aprendizado fundado em 1908 pelo ilustro prelado D. Silverio Gomes Pimenta, arcebispo de Marianna.

E' subvencionado este estabelecimento com a quantia de 300\$000 mensaes. Acham-se internados 15 alumnos.

Fonte: BRASIL. Relatório do Presidente da Província, 1913, p. 46.

Assim, desde 1907 até o ano de 1913, o Estado agiu como responsável pelos ensinamentos práticos em agricultura, de forma básica e elementar, sendo que considerável contingente de população jovem passou por suas colônias, fazendas e instituições. Porém, nota-se que:

Estabelecimentos subvencionados O estado ainda não regulamentou o ensino médio agrícola e nem mantém estabelecimento official para o referido ensino theorico-pratico de agricultura, que é ministrado em dois estabelecimentos subvencionados, com programma modelado de accordo com o das Escolas da União.

Fonte: BRASIL. Relatório do Presidente da Província, 1914, p. 54.

O Relatório acima deixa claro que todos os institutos os quais estavam sob a efetiva responsabilidade do Estado, até o ano de 1913, ou seja, as fazendas-modelo, campo de demonstração e fazendas subvencionadas, formando e instruindo jovens, funcionavam sem qualquer programa oficial de ensino ou regulamento.

Ainda que se tentasse absorver esses jovens, visando ao seu futuro através de alguma atividade de labor, percebe-se que não havia comprometimento com o ensino teórico agrícola, mas com a produção, uma vez que não havia um método, uma técnica ou um programa a ser cumprido para esse nível de ensino.

Torna-se relevante destacar que as semelhanças entre o ensino agrícola oferecido pelo governo do Estado de Minas Gerais e aquele oferecido pelo governo federal terminavam aí. Pelo levantamento historiográfico sobre as instituições criadas pelo governo federal, infere-se que, antes mesmo da criação das instituições federais, o governo regulamentava e definia as diretrizes que deveriam reger seus institutos. Dentro desse contexto, julgou-se oportuno traçar um paralelo sobre as aproximações e os distanciamentos que se referem às instituições criadas pela malha federal no início do séc. XX.

2.2 Aprendizes Artífices (1909) e Aprendizes Agrícolas (1910)

O esforço, ao se fazer o cruzamento das fontes, remete-se ao pensamento de Júnior e Farias (2007, p. 53), quando afirmam que o ato de historiar se assemelha à feitura de uma teia tridimensional em que os acontecimentos vão se modelando e sendo moldados pelo historiador. Sendo assim, o ato interpretativo é sempre uma escolha, uma vez que envolve valores, fontes, desejos e interdições, misto de subjetividades e objetividades, sendo impossível visualizá-las separadamente. Desse modo, ao se deparar com a fonte, tentou-se melhor compreender tanto as relações humanas, quanto os fatos que se quer historiar no seu tempo, uma vez que as coisas do dia-a-dia podem aparecer, desaparecer e representar-se sob múltiplas formas. Sob o ponto de vista de Júnior e Farias:

Reconstituir os acontecimentos em um tempo e ação humana que auxilia na vivência do presente e conduz a ele. Conduz, porque o ato de lembrar provoca a reflexão sobre o que se está realizando. A lembrança está sujeita ao agora, possui uma ligação axiológica com o sujeito que exercita a lembrança e não funciona somente como um arquivo em que, tendo a vontade de lembrar algo, mergulhamos na memória e retiramos o que queremos. Não funciona de forma tão simples e mecânica. (JÚNIOR; FARIAS, 2007, p. 61).

A arte de contar a história da educação profissional técnica brasileira de nível federal pôde ser classificada por dois tipos distintos de estudos. O primeiro, com abordagens

variadas, refletiram os olhares múltiplos de pesquisadores que escolheram abraçar, como objeto de investigação científica, a conjuntura da Educação Profissional em âmbito geral do cenário nacional. O outro olhar referiu-se à Educação Agrícola, ministrada nas instituições federais espalhadas por várias regiões do país. Julgou terem sido diálogos importantes, pois possibilitaram discussões baseadas nas concepções das “escalas de observação”, focalizando as contribuições de Jacques Revel (1998) compartilhadas, muitas das vezes, pelos historiadores da chamada micro-história. Dessa forma, o objeto desta pesquisa foi investigado em suas multiplicidades, heterogeneidades e descontinuidades, consolidando-se no alargamento das fontes e na escrita.

O alargamento das fontes, neste instante, partiu da análise dos elementos que definiram a identidade do Aprendizado Agrícola de Barbacena como instituição, partindo da esfera do ensino profissional oferecido pelo governo federal. A realidade sociocultural em que se achava inserida e as especificidades de sua criação emolduraram o quadro de toda a pesquisa educacional.

O viés histórico, objeto de estudo, ofereceu a sustentação sob a concepção dualista/separatista do sistema educativo que remontou ao Império. Segundo Sanches (2002), aos cegos, surdos e aleijados, num primeiro momento e, depois, aos menores carentes, era destinado um ensino profissionalizante, com o objetivo de proporcionar-lhes, como uma benesse do Estado, uma possibilidade de inclusão na força do trabalho. Para os demais, um estudo propedêutico, possibilitando acesso a outras modalidades e níveis de formação; a um capital cultural que os distinguisse dos primeiros.

Nilo Peçanha, então Presidente do Estado do Rio de Janeiro, responsável pela criação das primeiras escolas profissionais oficiais, fundou 19 Escolas de Aprendizes Artífices, sob o Decreto Presidencial nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Como essas Escolas de Aprendizes Artífices antecederam a criação das Escolas de Aprendizes Agrícolas, achou-se relevante fazer uma análise de ambos os tipos de instituições, sob o ponto de vista educacional.

As Escolas de Aprendizes Artífices⁹² (EAAs) foram implantadas nas capitais para o ensino profissional primário e gratuito, considerando o aumento constante da população das cidades. Dessa forma, o Decreto assinado pelo Presidente da República, Nilo Peçanha, exige que:

⁹² Estudo mais detalhado sobre o ensino técnico profissional para a criança carente poderá ser localizado em GONÇALVES. A Formação do Sujeito Trabalhador na República: o ensino técnico profissional e a criança desvalida da fortuna. In: *Progresso, Trabalho e Educação Profissional em Minas Gerais*. 2012.

se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência, que para isso se torna necessário não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola e vício e do crime, que é um dos primeiros deveres do governo da República, formar cidadãos úteis á Nação. (BRASIL. Decreto Presidencial nº 7. 566, de 23-09-1909).⁹³

Tais escolas eram subordinadas ao governo federal, por intermédio da pasta do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Nos Arts. 1º, 2º, 3º, 4º e 5º do referido Decreto, constavam que as Escolas de Aprendizes Artífices deveriam ser instaladas em edifícios pertencentes à União, ministrando-se ensino prático de conhecimentos técnicos em que se formariam operários e contramestres, sendo a renda dos artefatos produzidos pelos jovens revertida para a própria instituição⁹⁴. Embora o Decreto instituisse que as Escolas de Aprendizes Artífices fossem criadas nas capitais, a exceção ficou por conta da EAA Campos de Goytacazes⁹⁵ que foi fundada na cidade que leva seu nome, ao invés de sua capital, Rio de Janeiro.⁹⁶



Figura 14 - Escola de Aprendizes Artífices - Campos de Goytacazes, RJ, Prédio da Estação Ferroviária⁹⁷

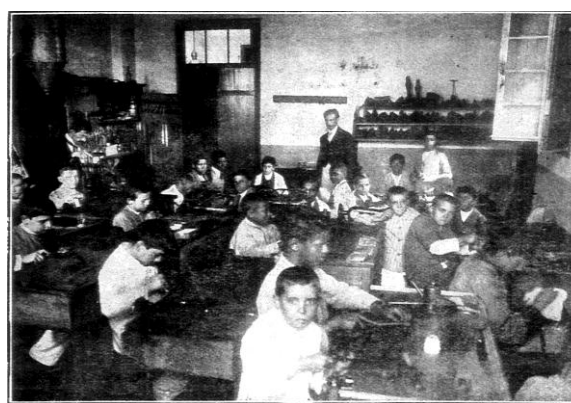


Figura 15 - Oficina da Escola de Aprendizes Artífices, Belo Horizonte, MG.⁹⁸

As EAAs resultaram de uma ação distinta do Presidente Nilo Peçanha no âmbito político-educacional, difundindo os valores republicanos por meio da modernidade

⁹³ Fonte: institutohistoriar.blogspot.com.br/estatutodaEscoladeAprendizes. Acesso: outubro, 2012.

⁹⁴ Idem.

⁹⁵ A EAA Campos de Goytacazes entrou em funcionamento em 23 de janeiro de 1910, com os cursos de alfaiataria, marcenaria, tornearia, sapataria e eletricidade. Hoje, denomina-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET) Fluminense. Fonte: www_iff.edu.br. Acesso: fevereiro, 2012.

⁹⁶ A vocação profissional foi definida no Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (CEFET) em 1917, com a criação da Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Brás, pela Prefeitura Municipal do Distrito Federal. Fonte: portal.cefet-rj.br/a-instituicao/historia.html. Acesso: janeiro, 2013.

⁹⁷ Fonte: [IFluminense/Portal/InstitutoFederalFluminense\(portal.iff.edu.br/institucional\)](http://IFluminense/Portal/InstitutoFederalFluminense(portal.iff.edu.br/institucional)). Acesso: outubro, 2012.

⁹⁸ Fonte: www.cefetmg.br/galerias/noticias/fotos/photo106. Acesso: outubro, 2012.

pedagógica voltada para a formação profissional. As EAAs podem ser caracterizadas pela transição do ensino de ofícios à consolidação do ensino profissional técnico federal na sociedade do trabalho que principiava no Brasil. Essas escolas foram criadas para obedecer a uma finalidade moral de repressão: educar, pelo trabalho, os órfãos, pobres e desvalidos da sorte, retirando-os da rua, conforme Fonseca (1986, 1º volume) conceitua. As “Escolas de Aprendizes Artífices” foram destinadas ao ensino profissional primário e gratuito para os “desafortunados.” (MEC, 2010).⁹⁹

Por outro lado, Moacyr (1942) afirma que a finalidade da criação dos Aprendizados Agrícolas seria instruir, preferencialmente, os filhos de pequenos cultivadores, industriais agrícolas e trabalhadores rurais. Os dados encontrados pelas idas aos arquivos aproximam-se do que vem sendo debatido na historiografia do ensino profissional com que se tem trabalhado. Ao mesmo tempo, a definição dos destinatários para esse tipo de estabelecimento encontra-se contemplada no corpo normativo que trata dessa matéria. Rege no decreto de criação dos Aprendizados Agrícolas que esse item deveria ser rigorosamente observado para admissão à matrícula dos alunos, como pode ser conferido no regulamento de abertura do Ensino Agrônômico no país, através do Decreto nº 8.319, de 1910, assinado por Nilo Peçanha, que trata do objetivo de criação:

OS APRENDIZES AGRICOLAS

Art. 268. Os aprendizes agricolas teem por fim formar trabalhadores aptos para os diversos serviços da propriedade rural, exploradas de accôrdo com as modernas praticas agrônômicas. (BRASIL. Decreto Presidencial nº 8.319, 1910).¹⁰⁰

Os Aprendizes Agrícolas teriam por finalidade formar trabalhadores agrícolas que soubessem aplicar nas propriedades, os mais inovadores e modernos métodos das práticas agrônômicas, como forma de, pela ciência, fazer a terra produzir o máximo, reproduzindo no limite superior o capital empregado nesse tipo de produção.

Quanto ao seu público-alvo, o Art. 269 esclarece:

Art. 269. O ensino é exclusivamente pratico e deve aproveitar de preferencia aos filhos de pequenos cultivadores e trabalhadores ruraes que queiram instruir-se nas artes manuaes ou mecanicas que se relacionam com a agricultura, nos methodos racionaes de exploração do solo, manejo dos instrumentos agrarios, nas praticas referentes á criação, hygiene e alimentação dos animaes domesticos, seu tratamento, e ás diversas industrias ruraes. (BRASIL. Decreto Presidencial nº 8.319, 1910).

⁹⁹ Fonte: Site www.mec.gov.br. Acesso: novembro, 2010.

¹⁰⁰ BRASIL. Decreto Presidencial nº 8.319, de 20 de outubro, por Nilo Peçanha, junto ao Ministério de Estado dos Negocios da Agricultura, Industria e Commercio, 1910.

O artigo deixa claro que a clientela do Aprendizado Agrícola do interior não era a mesma do Ensino Profissional das capitais. Enquanto o ensino profissional privilegiava um público de desamparados, desvalidos da sorte e desempregados, o aprendizado agrícola tinha como seu público-alvo, filhos de agricultores, pecuaristas, produtores rurais, preferencialmente. Essa é uma distinção que não parece ser muito clara junto àqueles que transitam pelos campos dos institutos agrícolas, talvez por desconhecerem tal decreto. No entanto, se é possível observar essa distinção, a questão da racionalização do trabalho parece aproximar as iniciativas de formação profissional nas cidades e no campo.

Independente das ideias que surgiram, explicando qual seria a clientela preferencial a ser atendida, todas as concepções aproximavam-se de uma dualidade estrutural que marcou o início da educação profissional brasileira, a saber: de um lado, as escolas profissionais e agrícolas para miseráveis, desocupados e filhos de agricultores da zona rural, reduzindo as possibilidades de acesso ao ensino superior e, de outro, para a elite, o ensino primário seguido pelo secundário propedêutico, complementado pelo ensino superior, dividido em ramos profissionais. Pretendia-se um sistema fechado que fixasse posições, distinguísse socialmente e fosse um obstáculo à ascensão social das classes menos favorecidas. O sonho das famílias da elite era que seus filhos fossem titulares de um capital cultural diferenciado, razão pela qual representavam a educação profissional de forma preconceituosa.

Portanto, foram necessários muitos anos para que houvesse uma mudança no pensamento da população brasileira, fazendo com que as vagas nas instituições federais de ensino passassem a ser disputadas em condições mais igualitárias por todos os segmentos da sociedade. Há de se lembrar que essas Escolas de Aprendizes Artífices, instaladas nos grandes centros das dezenove capitais do Brasil, foram transformadas em Liceus Industriais, através de constituição outorgada em 1937, que previa o ensino técnico, profissional e industrial em suas unidades de ensino. Estes visavam apenas à instrução para o trabalho industrial. Essa mudança ocorreu pela própria necessidade do desenvolvimento industrial almejado pelo governo do então presidente Getúlio Vargas. (MEC, 2010).

Em 1942, os Liceus passaram a ser Escolas Industriais e Técnicas (EIT) e ofereciam a formação profissional em nível equivalente ao secundário. Em 1959, as EITs foram denominadas Escolas Técnicas Federais (ETFs) e tornaram-se autarquias com autonomia didática e de gestão.

As Escolas Técnicas Federais são precursoras dos atuais Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). São múltiplos os olhares sobre a distinta ação político-educacional de sua criação: a institucionalização da primeira Rede Federal Brasileira de

Ensino Profissional Técnico, semente da Rede Federal Brasileira de Educação Tecnológica, os CEFETs. A rede iniciada pelas dezenove primeiras instituições criadas nas capitais, durante a primeira República, é reconhecida como componente da modernidade pedagógica republicana, instrumento poderoso de formação e de disciplinarização do operariado no Brasil, contribuindo, assim, para a consolidação da sociedade do trabalho no país. (QUELUZ, 2000, p. 158).

Com a globalização da economia,¹⁰¹ a instauração dos CEFETs e os empreendimentos industriais, somados ao surgimento de grandes centros, estimularam a modernização da ciência e tecnologia,¹⁰² imprimindo dinamicidade e necessidades de qualificação profissional com instrução básica e profissional.

Essas novas abordagens passaram a considerar também questões culturais e sociais das sociedades rurais que começaram a influenciar nas decisões a respeito das questões tecnológicas. A esse respeito, Zarth assinala que:

Historicamente a agricultura tem sido uma prática que envolve um conjunto de fenômenos que agem tanto no sentido de evitar como de fomentar a produção e a difusão de novas tecnologias. São fenômenos de ordem econômica; de valores culturais e sociais; de concepção e natureza assumidas pelos diferentes grupos sociais, em diferentes sociedades, em diferentes tempos históricos. Nessa abordagem, os camponeses analisam os impactos das inovações sobre a ordem social e a cultura, rejeitando-as ou incorporando-as com precaução, evitando a destruição de valores estabelecidos pelo grupo social. (ZARTH, 2007, p. 134).

Os fenômenos apontados postulavam a necessidade de uma educação voltada para o preparo de jovens que pudessem atuar na área de atividade agrícola. Tal debate deveria ser abordado por dois eixos de argumentação. O primeiro, considerando os fluxos migratórios internos, focalizando a necessidade de preparação específica de professores para escolas rurais, fundamentados em conhecimentos de técnicas agrícolas, de higiene e profilaxia, vertente esta ligada à ruralização do ensino. O segundo considerava aspectos amplos da sociedade e das condições rurais brasileiras. Flávia Obino Werle (2007, p. 12) acrescenta que o problema da escola e do professor rural, num contexto mais amplo, seria a reforma do regime agrário, a necessidade de apoio na forma de crédito agrícola, apoio à produção, melhoria de serviços de assistência agrícola e de comunicação, missões rurais,

¹⁰¹ Para Giddens (1991), a modernidade é um fenômeno de dois gumes, o desenvolvimento das instituições sociais modernas e sua difusão em escala global, associadas aos avanços tecnológicos, criaram um cenário propício que contribuíram para que os seres humanos gozassem de uma vida melhor, teoricamente falando.

¹⁰² Giddens (1991) afirma que estamos no limiar de uma nova era, um passo além da própria modernidade. Segundo ele, estamos vivendo as consequências da modernidade que de forma geral, padroniza e cria o contexto da tão comentada globalização.

melhoria das instalações escolares e organização regional da formação de professores, dentre outros.

Por outro lado, somando-se a todas essas questões, as lideranças políticas do início do século XX também se preocupavam com o ritmo das mudanças sociais que afetavam, sobretudo, os centros urbanos. A esse respeito, Torres sublinha que:

O desequilíbrio das sociedades modernas resulta, principalmente, da deslocação constante das populações das zonas rurais para os centros populosos, da agricultura para as indústrias, do esforço produtivo para as manufaturas e para o comércio. O Brasil tem por destino evidente ser um país agrícola: toda a ação que tender a desviá-lo desse destino é um crime contra a sua natureza e contra os interesses humanos. (TORRES, 1914 *apud* MONARCHA, 2007, p.19).

Monarcha se apropria da fala do agrônomo Torres¹⁰³ para mostrar que, naquela época, começara a aflorar nova mentalidade, que tendia a abrir ainda mais o leque da educação para a área da técnica. Tendo em vista a vocação do Brasil para agropecuária, era natural que o governo se preocupasse em estender e contemplar a área agrícola. A clientela dessa educação técnica era aquela herdada pelo ensino profissional industrial, ou seja, não era a das elites, mas das classes menos favorecidas. Para estas, a educação técnica; para aquelas, a formação acadêmica. Essa análise educacional foi rotulada como “Reprodutivista ou Crítico-reprodutivista.”¹⁰⁴

Um ano após a criação dessas dezenove escolas profissionais da rede federal, ou seja, em 1910, foram criados os Aprendizados Agrícolas, por Nilo Peçanha. Escolas públicas federais, em que o governo arcaria com todas as despesas no que se refere a recursos humanos, espaço físico, bem como toda a manutenção para que fosse sempre uma instrução de ponta. Em cumprimento ao estabelecido pelo governo, o Aprendizado Agrícola de Barbacena foi instituído com o objetivo de proporcionar formação profissional, inaugurando, então, a rede de escolas técnicas agrícolas da malha federal em Minas Gerais.

No ano seguinte à sua instituição, a escola de Aprendizes Agrícolas de Barbacena teve seu próprio regulamento aprovado, com suas especificidades sendo definidas por Decreto,¹⁰⁵ em 1911, na gestão de Hermes da Fonseca, conforme consta do Relatório do Ministro da Agricultura:

¹⁰³ Arthur Torres Filho foi agrônomo e Diretor do Serviço de Fomento Agrícola do MAIC. Ao responder pela direção do ensino agrícola do Ministério da Agricultura em 1926, foi incumbido pelo Governo Federal para fazer um estudo sobre o ensino agrícola no Brasil. Fonte: www.seagro-sc.org.br/mec. Acesso: outubro, 2012.

¹⁰⁴ Referindo-se às pesquisas educacionais brasileiras na área profissional, Goergen (1986, p. 7) fala em “pessimismo e desânimo” que via na educação nada mais que um engenho reprodutor dos interesses das classes dominantes e atribui a isso um “imobilismo reprodutivista.”

¹⁰⁵ BRASIL. Decreto Presidencial nº 8.736, de 25 de maio de 1911, por Hermes da Fonseca junto ao Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio, 1911.

Activam-se actualmente as obras de adaptação necessárias ao funcionamento regular dos aprendizados agrícolas de S. Luiz de Missões, no Estado do Rio Grande do Sul e de Barbacena, no Estado de Minas, havendo sido regulamentado o primeiro desses institutos de ensino pratico de agricultura pelo dec. n. 8.702, de 4 de Maio do corrente anno, e o ultimo pelo dec. n. 8.736, de 25 do mesmo mez.

Fonte: BRASIL. Relatório do Ministro da Agricultura, 1911, p. 48

O Relatório afirma que adaptações já estão sendo feitas para receber os primeiros institutos de ensino prático de agricultura nas cidades de São Luiz das Missões, no Rio Grande do Sul e em Barbacena, Minas Gerais, através de Decretos Presidenciais.

Para facilitar o entendimento sobre a localização no espaço físico em que a cidade de Barbacena se encontra, além de se entender e justificar a escolha dessa cidade para receber o primeiro aprendizado agrícola em Minas Gerais, como forma, também, de se delinear o perfil e a origem da primeira clientela que a Instituição recebeu, pensou-se na relevância em compreender o panorama histórico, político, administrativo e sociocultural da comunidade barbacenense e seu entorno.

2.3 A cidade de Barbacena, MG

Barbacena, nascida na cabeceira do Rio das Mortes e habitada pelos índios Puris,¹⁰⁶ a região começou a ser explorada a partir do século XVII, por bandeirantes vindos de São Paulo à procura de ouro, de pedras preciosas e de mão de obra escrava. Em expedição e desbravando o caminho que ligaria Minas Gerais ao Rio de Janeiro, às margens do Caminho Novo, em 1699, o bandeirante capitão-mor Garcia Rodrigues Pais¹⁰⁷ avistou a Borda do Campo. Através da Carta Régia, de 26-10-1700, a coroa reconheceu seus esforços e, em

¹⁰⁶ Os índios da tribo Puris falavam o idioma do grupo macro-jê e habitavam os estados da região sudeste. Eram hábeis pescadores e viviam na região da Serra da Mantiqueira. Como o próprio nome indica na língua deles, “puri” significava gente mansa ou tímida. Descrito, em 1775, por Diogo de Vasconcelos, governador de São Paulo “são índios tímidos, medrosos e covardes, não havendo o que temer deles”, porém com a chegada dos colonizadores portugueses à região, a partir do século XVI, iniciaram-se os primeiros confrontos entre os portugueses e os puris, sendo estes vitimados de grandes atrocidades. Fonte: www.wikipedia.org.Barbacena (Minas Gerais), origens. Acesso: outubro, 2012.

¹⁰⁷ Filho primogênito e sobrinho de Fernão Dias Pais Leme, respectivamente. Fernão Dias, bandeirante conhecido como “O Caçador de Esmeraldas”, foi governador de São Paulo, falecendo em expedição, obedecendo às ordens da coroa portuguesa, vítima da peste. Fernão Dias morreu pobre, sem ter tido reconhecimento por seus feitos junto à coroa. Fonte: wikipedia.org.GarciaRodriguesPais. Acesso: outubro, 2012.

1703, concedeu-lhe, por sesmaria,¹⁰⁸ a apropriação de um terreno denominado Borda do Campo, doado pelo governador de São Paulo, D. Fernão Martins Mascarenhas. Em 1704, ele retornou à Borda do Campo acudido por seu cunhado, coronel Domingos Rodrigues da Fonseca que, com seus cabedais e escravos, juntaram-se a ele. A fazenda, registrada em nome de ambos, foi construída com empreendimento às expensas e construção dos dois, onde também organizaram uma propriedade de criação de gado que se tornaria muito próspera,¹⁰⁹ além da construção da Capela de Nossa Senhora da Piedade, que se tornou matriz em 1726.



Figura 16 - Rio das Mortes, Fazenda Borda do Campo, Caminho Novo, Barbacena. (RUGENDAS, 1822).¹¹⁰

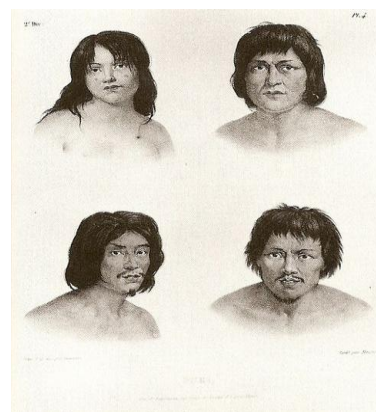


Figura 17 - Retrato de índios Puris, 1822.

Desse modo, iniciou-se o povoado da Borda do Campo. Grande número de moradores foram se apropriando dos espaços ao redor dessa região da Borda do Campo, espalhando construções de casas e de estabelecimentos de comércio no arraial, incentivados pela produção aurífera da época, o que facilitou seu crescimento. O Arraial se construiu ao redor da Igreja de Nossa Senhora da Piedade, tornando-se o centro da sua principal praça.

Em 1791, com a exploração do ouro já em decadência, o então Arraial da Borda do Campo foi elevado à categoria de Vila e Município, recebendo o nome de Barbacena, em

¹⁰⁸ Surgiu no século IV, em Portugal, através da criação da “Lei das Sesmarias”, em 1375. É um instituto jurídico português que normatizava a distribuição de terras destinadas à produção. O Estado, recém-formado e sem capacidade para organizar a produção de alimentos, decide legar a particulares essa função. A Lei foi criada para combater a crise agrícola e econômica que atingia o país e a Europa, agravada pela peste negra. Fonte: wikipédia.org/sesmaria. Acesso: outubro, 2012.

¹⁰⁹ Em 1711, em socorro ao Governador do Rio de Janeiro, Antônio de Albuquerque, a fazenda abrigou seis mil homens. Fonte: wikipédia.org/GarciaRodriguesPais. Acesso: outubro, 2012.

¹¹⁰ As imagens 16 e 17 foram pintadas por Johann Moritz Rugendas (1802-1858) foi um pintor alemão que viajou pelo Brasil (1822-1825), integrando a comissão do barão de Langsdorff, como espião, com a missão científica para coletar material, pintando povos e costumes que encontrava, registrando a paisagem, botânica e os traços humanos. Como os demais viajantes do século XIX, Rugendas era compromissado, por princípio, com a documentação de um mundo que permaneceu desconhecido devido às práticas protecionistas da coroa lusa. Fonte: Centro de Documentação D. João VI e Rugendas/Barbacena/CaminhoparaasMinas.jpg. Acesso: outubro, 2012.

homenagem ao Visconde de Barbacena.¹¹¹ Tal fato se deu simultaneamente aos desdobramentos da Inconfidência Mineira em 1789.

Cinco dos principais envolvidos no citado movimento, incluindo Joaquim José da Silva Xavier e Joaquim Silvério dos Reis, tinham ligações com Barbacena.¹¹² Em conseqüência, algumas propriedades da região foram confiscadas por pertencerem a inconfidentes, entre elas a Fazenda da Borda do Campo.¹¹³



Figura 18 - Fazenda da Borda do Campo (s/d).



Figura 19 - Matriz Nossa Senhora da Piedade (s/d).¹¹⁴

¹¹¹ Luís António Furtado de Castro do Rio de Mendonça e Faro nasceu em Portugal em 07-09-1754, local onde faleceu em 07-04-1830. Visconde de Barbacena é um título nobiliárquico instituído por decreto do rei D. Afonso VI, de Portugal, em 1671. O título veio por descendência, precedido de seu pai Conde de Barbacena. Estudou Direito e Filosofia, neste último recebeu o título de doutor, dedicando-se também aos estudos da História Natural. Admirado pelo Marquês de Pombal, foi nomeado Governador e Capitão General das Minas Gerais (1788-1797), em substituição de Luís da Cunha Pacheco e Meneses acusado de corrupção. Visconde de Barbacena foi nomeado ao cargo com a missão de enviar à coroa portuguesa cem arrobas de ouro (mil e quinhentos quilos) dessa capitania, considerada a maior produtora aurífera do Brasil, sob pena de se aplicar aos colonos o tão temido imposto, ordenando, para isso, severa repressão policial. Em 1791 o “Arraial da Igreja Nova de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo”, na capitania, eleva-se à Vila, dando-lhe o próprio título Vila de Barbacena. Fonte: www.wikipedia.org/Luis Antonio de Castro Furtado do Rio de Mendonça e Faro. Acesso: outubro, 2012.

¹¹² Podem ser citados Domingos Vidal Barbosa Lage, irmão do brigadeiro José Vidal, falecido 08 meses após ter sido exilado em Portugal; Coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes, morreu em degredo na África; Padre José Lopes Oliveira, falecido no cárcere, em Portugal; Padre Manuel Rodrigues da Costa, após exílio, retornou ao Brasil participando do “Fico”, da independência, foi eleito para a corte em 1820; Coronel José Aires Gomes faleceu no presídio de Moçambique, Portugal, em degredo. Fonte: www.barbacena.mg.gov.br/história. Acesso: outubro, 2012.

¹¹³ Em 1724, os bandeirantes resolveram vender a fazenda da Borda do Campo, que foi adquirida por Francisco da Costa e Matias Domingos. Após falecimento dos proprietários a fazenda, em 1785, chega às mãos de José Aires Gomes, por herança da família de sua esposa. José Aires, por várias vezes, hospedou Tiradentes em sua fazenda na Borda do Campo, local de “conventículos” da Inconfidência. Exilado, morreu no presídio de Portugal, sendo considerado um dos “mártires” da conjuração mineira. José Aires nasceu em São João Del-Rei, em 1734 e morreu em 1794. Fontes: www.barbacena.mg.gov.br/história e barbacenaonline.com.br. Acesso: outubro, 2012.

¹¹⁴ Fonte: as figuras 18 e 19 fazem parte do acervo fotosantigasbarbacena.blogspot.com.br. Acesso: outubro, 2012.



Figura 20 - Fazenda do Registro de propriedade do Inconfidante Padre Manuel Rodrigues da Costa (s/d)



Figura 21 - Casa onde morou o "Padre", irmão de Tiradentes¹¹⁵ (s/d).



Figura 22 - Fazenda da Caveira, no alto com várias janelas, de propriedade de Joaquim Silvério dos Reis (s/d).¹¹⁶

Em 1822, Barbacena enviou representação ao Príncipe Dom Pedro I, concitando-o a fundar o Império do Brasil. Por seu envolvimento nos episódios da Independência, recebeu o título de "Nobre e Muito Leal Vila", pelo Príncipe Regente. Em 1842, participou ativamente da Revolução Liberal, defendendo a ideia republicana.

¹¹⁵ Após a morte de Tiradentes a cidade recebeu um de seus braços, que teria sido erguido numa "picota" no adro da Igreja Nossa Senhora do Rosário (a poucos metros da casa pertencente a seus familiares) em cujo adro teria sido sepultado. A bandeira e o brasão da cidade, que contem um braço estendido, memorizam esse fato. Fonte: Wikipédia.org/Barbacena, Minas Gerais. Acesso: outubro, 2012.

¹¹⁶ Fonte: As figuras 20, 21 e 22 constam do acervo fotosantigasbarbacena.blogspot.com.br. A construção correspondente à figura 22 é Patrimônio Histórico Tombado, local onde se encontra instalado o Museu Municipal. Acesso: outubro, 2012.



Figura 23 - Construções sendo feitas ao redor da Igreja Nossa Senhora Matriz da Piedade, datado de 1842, ocasião da Revolução Liberal de 1842.¹¹⁷

A posição estratégica da cidade foi reforçada pela implantação de estradas de rodagem e da malha ferroviária, tecida pelas Estradas de Ferro Central do Brasil, do séc. XIX, e Centro-Oeste, tornando-se ponto de passagem entre Minas e o Rio de Janeiro, ligando-se à região oeste do Estado. Em 1841 elevou-se à categoria de cidade.



Estação ferroviária 1880

Figura 24 - Estação Férrea de Barbacena, 1880

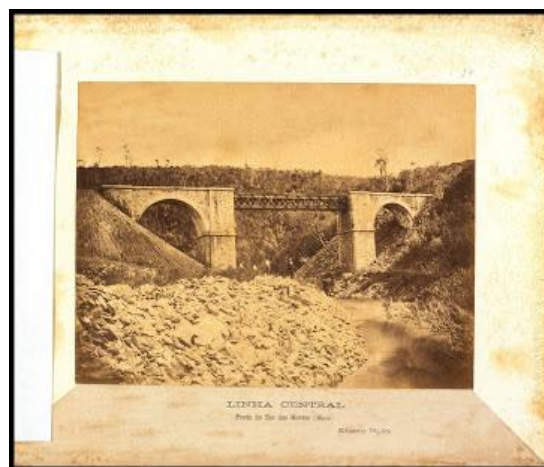


Figura 25 - Ponte e Linha Central, 1881.¹¹⁸

¹¹⁷ Fonte: fotosantigasbarbacena.blogspot.com.br. Acesso: outubro, 2012

¹¹⁸ Fonte: colaborador Cabral Bandeira



subida para o centro 1920

Figura 26 - Ponte sobre rodovia de acesso ao centro, 1920.¹¹⁹

Figura 27 - Estação Ferroviária de Barbacena (s/d).

A propriedade de grandes extensões de terra neste vasto território permitiu a formação de uma relativamente ampla gama de famílias barbacenenses que dominaram econômica e politicamente a história do município, participando da vida nacional, tanto na Colônia como no Império e na República. Dentre essas famílias, pode-se citar duas que por décadas estiveram à frente das maiores decisões políticas do Brasil: os Andradas e os Bias Fortes.

A família Andrada teve sua origem no Patriarca da Independência do Brasil, José Bonifácio de Andrada e Silva. A segunda das três filhas do “Patriarca”, Gabriela Frederica Ribeiro de Andrada, nascida em Lisboa, em 1805, casou-se em 1820 com o tio, irmão de seu pai, o Conselheiro Martim Francisco Ribeiro de Andrada, nascido em Santos, em 1776 e falecido em 1844. Desse matrimônio tiveram cinco filhos, Martim Francisco, “O Moço” (em homenagem ao esposo), José Bonifácio, “O Moço” (em homenagem ao pai), Antônio Carlos (em homenagem ao tio, irmão de seu esposo). As filhas Maria Flora e Narcisa faleceram ainda solteiras. Após anos de exílio de seu pai, marido, tio e o falecimento de seu esposo, Gabriela elegeu a cidade de Barbacena para morar com um de seus filhos, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, beneficiando-se do clima propício à saúde de ambos. Ao se conferir o título de Viscondessa pelo Governo Imperial, pelo feitos de seu pai “O Patriarca” e de seu esposo Martim, Gabriela respondeu por carta:

Apreciando a honra que, segundo dizes, pretende fazer-me o governo imperial, concedendo-me o título de viscondessa, honra que mais distinta se torna pela espontaneidade da lembrança, pela preferência do título e pela escolha da data em que tem de ser publicada, não posso todavia aceitar semelhante graça. No último quartel da vida, gasta pela moléstia e pelos desgostos, interiormente afastada do mundo, e procurando nas práticas da religião o conforto e consolação de que careço, seria vaidade imperdoável receber eu uma honra de que meu pai e meu marido declinaram. Para inteira satisfação de meu amor de filha, bastam as honrosas palavras proferidas por Sua Majestade o Imperador no dia 07 do corrente: elas constituem a maior homenagem que se pode prestar à memória de meu pai, por elas beijo as mãos de Suas

¹¹⁹ Fonte: as figuras 24, 25, 26 e 27, fazem parte do acervo www.fotosantigasbarbacena.blogspot.com.br. Acesso: outubro, 2012.

Majestades, e peço bem de coração a Deus que os proteja, e guie. (MASSENA, 1985, pp. 134, 135 - 1ª parte).

Em documento subscrito por Gabriela, percebe-se o perfil moral dessa personagem, podendo reconhecer na filha o perfil e fibra do pai, do esposo e dos tios. A carta expressa o respeito filial e o desprendimento cristão, reclinando-se da ostentação de títulos pomposos de nobreza, conservando o nome que recebera no berço. Gabriela faleceu em 21-10-1875, seu corpo está sepultado no cemitério da Igreja da Boa Morte, em Barbacena.

Antônio Carlos Ribeiro de Andrada nasceu em 03-03-1836, em Santos e órfão de pai ainda criança, foi morar em Barbacena com sua mãe Gabriela, formando-se em Ciências Jurídicas e Sociais, em São Paulo, em 1862. A seguir, casou-se em Barbacena com Adelaide de Lima Duarte, filha de nobres da cidade e bisneta do Inconfidente José Aires Gomes, proprietário da Fazenda da Borda do Campo, local que, após o falecimento da família de Adelaide passou a ser a residência do casal.

Dando continuidade, proprietário da Fazenda Borda do Campo, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, “O Senador”, sobrinho-neto do “Patriarca da Independência”, teve 13 filhos de suas bodas, formando o ramo mineiro da Família Andrada. Foi advogado, jurista, Juiz Municipal e de Órfãos, Vereador Municipal, eleito e reeleito por várias vezes, Deputado pela Assembléia Geral Legislativa e pela Província de Minas Gerais, além de Senador no Congresso Constituinte do Estado. Por outro lado, fundou em Barbacena em 1886, o jornal Correio de Barbacena que até o ano de 2003 se encontrava nas bancas da cidade, vindo a falecer em 26-12-1893 na Fazenda Borda do Campo. Assim, deixou o legado político à sua prole tendo como seguidores, principalmente, os filhos Antônio Carlos Ribeiro de Andrada¹²⁰ e José Bonifácio de Andrada e Silva,¹²¹ “O Embaixador”, que continuaram atuando na política nacional.

¹²⁰ Antônio Carlos Ribeiro de Andrada nasceu em Barbacena em 05-09-1870 e faleceu no Rio de Janeiro em 01-01-1946. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo (1891). Na cidade de Juiz de Fora, MG, foi professor na Academia do Comércio (1894-1898), proprietário do Jornal do Commercio, fundou o Diário de Minas (1912), foi vereador e Agente Executivo (prefeito), acumulando com a função de senador ao Congresso Mineiro (1911). Foi colaborador do Jornal do Commercio do Rio de Janeiro. Prefeito de Belo Horizonte (1905), Ministro da Fazenda no governo de Venceslau Brás (1914-1918), Presidente da Câmara dos Deputados do Brasil, Senador da República (1925), Presidente do Estado de Minas Gerais (1926-1930). Presidente da Assembléia Constituinte (1932-1933), principal articulador e organizador da Aliança Liberal e um dos líderes da “Revolução de 30”. Em 1935 exerceu a Presidência da República, foi eleito para a Assembléia Nacional Constituinte (1933), presidiu a Câmara dos Deputados até 1937. Em 1942 participou dos Manifestos dos Mineiros publicando a frase “As democracias vencerão a opressão, sou virtualmente contra as ditaduras”. Casado com Julieta de Araújo Lima Guimarães teve as filhas Antonieta, Ilka, Luísa e os filhos José Bonifácio de Olinda Andrada (professor de finanças públicas e Secretário do Estado de Minas Gerais) e Fábio Bonifácio Olinda de Andrada (deputado e constituinte mineiro de 1934). Assim assinala Massena (1985).

¹²¹ O Embaixador José Bonifácio nasceu em 29-09-1871 em Barbacena e faleceu em 24-02-1954 no Rio de Janeiro. Iniciou seus estudos no Colégio Providência e Colégio Abílio em Barbacena. Formou-se em Direito em São Paulo em 1891, tornado-se diplomata, professor, jurista e político. Lecionou no Internato Gynmásio Mineiro. Reelegeu-se sucessivamente à sessão Legislativa na Câmara dos Deputados (1899-1930). Foi membro das Comissões de Instrução Pública, Justiça e

Na família Bias Fortes, destaca-se o patriarca Chrispim Jacques Bias Fortes, “O Velho Bias”, nascido em 25-10-1847, em Barbacena, onde faleceu em 14-05-1917. Filho de Francisco José de Oliveira Fortes e de Carlota Benedita Oliveira Fortes, ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, formando-se em Ciências Jurídicas (1870). Em seguida, ocupou os cargos de Delegado de Polícia, Juiz Municipal e Promotor de Justiça, em Barbacena. Bias Fortes foi eleito para Assembléia Provincial Mineira (1881) e reeleito por vários mandatos, distinguiu-se como defensor da autonomia das províncias. Pertencente ao Partido Republicano, assumiu a direção do Estado (1890-1891) sob Governo Provisório, foi eleito Senador à Constituinte Mineira. Ainda foi Presidente do Congresso Mineiro, Bias Fortes sancionou a Lei nº 3/1893, determinando a transferência da capital mineira de Ouro Preto para Belo Horizonte. Foi Presidente da Província de Minas Gerais (1894-1897). Em 1907, foi eleito Deputado para o Senado Mineiro e reeleito em 1915, acumulando o cargo de Chefe Executivo do município de Barbacena (Prefeito), nos períodos de 1892 a 1894, 1908 a 1914 e 1916 a 1917. Bias Fortes, “O Velho Bias”, casou-se com Adelaide Gomes de Araújo e tiveram dois filhos, Laurita Bias Fortes Rocha Lagoa e José Francisco Bias Fortes,¹²² a quem deixou o legado político, demonstrando a mesma envergadura política do pai. A figura de Bias Fortes foi erguida como estátua na praça principal de sua terra natal, inaugurada em 1º de

Diplomacia e Finanças Públicas. O nome Embaixador se deve às repreensões do Brasil no Peru, Londres, Paris, Lisboa, Buenos Aires, Bolívia e Paraguai. Teve atuação decisiva para a realização do Acordo Ortográfico entre Brasil e Portugal. De seu matrimônio com Corina Lafayette de Andrada, nasceu José Bonifácio Lafayette de Andrada, o “Zezinho Bonifácio”, em 01-05-1904 em Barbacena e faleceu em 18-02-1986 em Belo Horizonte. Formou-se em Direito pela UFRJ em (1927), bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais. Foi Oficial do gabinete da Secretaria de Segurança Pública (1927-1930) e Prefeito de Barbacena por nomeação (1930-1935). Foi advogado, político, signatário do Manifesto dos Mineiros, Constituinte Estadual (1935), membro da Assembléia Nacional Constituinte (1946). Deputado Federal por oito mandatos e Presidente da Câmara dos Deputados (1968-1970). Casado com Vera Raimunda Tamm, filha de Simão Gustavo Tamm, engenheiro da Estrada de Ferro Central do Brasil, tendo desse matrimônio 04 filhos, dentre eles, Bonifácio José Tamm de Andrada, “Dr. Andradinha”, figura política atuante, que há 56 anos mantém um mandato parlamentar ininterruptos. Casado com Amália Borges de Andrada, têm 08 filhos, alguns deles se revesam junto aos filhos dos Bias Fortes à frente da Prefeitura Municipal de Barbacena, MG. (MASSENA, 1985).

¹²² José Francisco Bias Fortes nasceu em Barbacena em 03-04-1891 e faleceu no Rio de Janeiro em 30-03-1971. Iniciou seus estudos com uma preceptora, em seguida no Internato Gymnásio Mineiro de Barbacena, concluindo em Belo Horizonte, o que o permitiu aprovação e acesso à Faculdade de Direito do Estado de Minas Gerais, bacharelando-se em Ciências Jurídicas e Sociais (1912). Foi eleito Deputado Estadual (1915) e reeleito (1919 e 1922). Assumiu a cadeira de Deputado Federal (1925), sendo reeleito (1930). Foi nomeado Prefeito de Barbacena (1937-1945). Foi Deputado Federal Constituinte (1946) e Governador do Estado de Minas Gerais (1956-1960). Ministro da Justiça no Governo Eurico Gaspar Dutra. Foi Secretário de

Segurança e Assistência Pública do governo do Estado de Minas Gerais, no governo de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Época em que muitas benfeitorias foram realizadas na terra de nascimento de ambos. Casou-se em 1915 com Francisca Tamm, D. Queridinha, filha do engenheiro da Estrada de Ferro Central do Brasil, com quem teve 06 filhos, os quais figuram Simão Tamm Bias Fortes, Prefeito de Barbacena (1967-1970) e Chrispim Jacques Bias Fortes o “Dr. Biazinho” (1922-2009). Este último dedicou-se à vida pública como Secretário de Segurança e de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais. Foi Deputado Federal por oito mandatos consecutivos e Delegado Observador Parlamentar da ONU, deixando seus preceitos políticos à sua filha Danuza Bias Fortes que, dentre outras funções junto ao Estado, foi vereadora de Barbacena (1997-2000), onde foi eleita Prefeita (2009-2012). MASSENA (1985) e www.barbacena.mg.gov.br/prefeita.php. Acesso: novembro, 2012.

agosto de 1930 pelo então Presidente do Estado de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, conforme relata Massena (1985, 1ª parte).



Figura 28 - Solar dos Andradas (s/d)



Figura 29 - Solar dos Bias Fortes (s/d).¹²³

Portanto, foi justamente essa combinação de fatores políticos, econômicos e climáticos aliada à condição de ser e estar estrategicamente localizada que permitiu a Barbacena adaptar-se às mudanças nos processos de desenvolvimento municipal, estadual e nacional. Deste modo, o município se fez presente na vida do País em vários episódios do período.

O governo provincial de Minas Gerais interessara-se pela imigração italiana e, como fato marcante, recebeu na cidade cerca de 90.000 indivíduos compostos por agricultores provenientes, em sua maioria, do norte da Itália. Em 1888, foi inaugurada pelo Governo Imperial a nova colônia de imigrantes que recebeu o nome de Rodrigo Silva,¹²⁴ em homenagem ao então Ministro da Agricultura.

Outro fato marcante, ocorrido no final do século XIX, foi a iniciativa pioneira no País da implantação da indústria da seda na mesma Colônia Rodrigo Silva, através da ação de seu então administrador Amilcar Savassi.¹²⁵ Foi montada a Estação Sericícola de Barbacena,

¹²³ Fonte: As figuras 28 e 29 pertencem ao arquivo do www.fotosantigasbarbacena.blogspot.com.br. Acesso: outubro, 2012.

¹²⁴ Rodrigo Augusto da Silva nasceu em São Paulo em 1833. Filho do Vice-Presidente da Província de São Paulo, diplomouse em Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito. Foi Senador do Império e Ministro da Agricultura, Indústria, Comércio e Obras Públicas em 1888, no gabinete presidido pelo Senador João Alfredo Correia de Oliveira. Em 1888, Ministro Rodrigo Silva foi designado para inaugurar e fundar uma colônia de imigrantes italianos que chegaram a Barbacena, MG. (MASSENA, 1985).

¹²⁵ Amilcar Henrique Savassi nasceu em 15-08-1877, na Itália. Veio para o Brasil junto a dezenas de famílias italianas, ainda criança (1887). Foi o administrador do Núcleo Colonial Rodrigo Silva (1898); tornou-se Chefe de Agricultura Prática do Estado de Minas Gerais (1910-1912); diretor da Escola Sericícola de Barbacena, na Fazenda Regional de Criação do Bicho-da-Seda (1912); diretor da Estação Sericícola de Barbacena, federalizada e colocada sob égide do Ministério da Agricultura, no governo de Hermes da Fonseca (1912); nomeado para a comissão incumbida de estudar a sericícola no sul do País (1924). Autor das obras *A Sericicultura no Brasil*, Barbacena, em 1927 e *Aos Interessados pela Criação do Bicho-da-Seda*, Barbacena, 1936, ambas publicadas na imprensa local, "O Sericultor", que lhe deve o nome. Foi eleito Prefeito

federalizada e colocada sob a égide do Ministério da Agricultura em 1912, durante o governo Hermes da Fonseca.¹²⁶ Funcionando com máquinas de fiação italianas e suíças, tornou-se um centro divulgador da sericicultura, distribuindo mudas de amoreiras e óvulos de bicho da seda para outras localidades do país. A Colônia chegou a editar o jornal "O Sericultor", mas a Estação acabou extinta, tendo sido o seu maquinário leiloado e parte de seus arquivos destruída:



Figura 30 - Estação Sericícola (s/d).¹²⁷

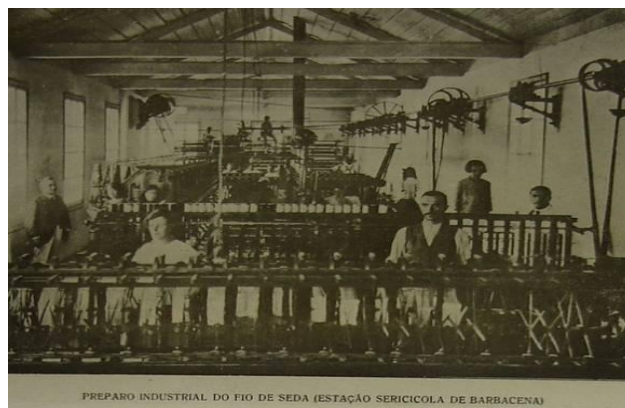


Figura 31 - Industrialização do fio de seda, na Colônia Rodrigo Silva, 1920.¹²⁸

Em 1920, o município de Barbacena media 5.316 km² e possuía cerca de 60 fazendas com mais de 1.000 hectares. Nessa época, 77% de seus habitantes residiam na área rural, quando Barbacena passou a ser um dos maiores produtores de laticínios de Minas Gerais, setor que englobava 232 estabelecimentos industriais locais.¹²⁹ Hoje, a cidade conta com uma drástica diminuição de sua área rural e não há mais nenhuma propriedade agropecuária com área superior a 1.000 hectares, sendo 83% de seus 126.325¹³⁰ habitantes residentes de áreas urbanas. Até mesmo a Fazenda da Borda do Campo, origem de Barbacena foi separada, passando a pertencer ao município vizinho de Antônio Carlos.

de Barbacena, MG (1959-1963). Patriarca da família Savassi, suas últimas atuações foram de Inspetor-Chefe da Inspeção Regional de Sericícola de Barbacena. (MASSENA, 1985).

¹²⁶ Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca nasceu em São Gabriel, RS, em 12-05-1855 e faleceu em Petrópolis, 09-09-1923. Sobrinho de Marechal Deodoro da Fonseca, 1º Presidente do Brasil e filho de Marechal Hermes Ernesto da Fonseca, participante da Guerra do Paraguai. Hermes da Fonseca bacharelou-se em Ciências e Letras, além de formar-se pela Escola Militar do Rio de Janeiro. Foi o 8º Presidente do Brasil, governou de 1910 a 1914. Fonte: Presidentes do Brasil, www.wikipédia.org/PresidentesdoBrasil. Acesso: fevereiro, 2011.

¹²⁷ Fonte: www.fotosantigasbarbacena.blogspot.com.br. Acesso: outubro, 2012.

¹²⁸ Vida Escolar, Estatística da Instrução em Minas do Anno de 1920, p. 234. Organizada pelo chefe da 4ª secção da Secretaria do Interior do Estado de Minas Geraes. Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, Belo Horizonte, 1921.

¹²⁹ Fonte: Prefeitura Municipal de Barbacena, MG, por Marco Túlio Pettinato Pereira.

¹³⁰ Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010.

Barbacena, fundada em 14 de agosto de 1791, recebeu a denominação “Cidade das Rosas” em virtude do cultivo dessa flor, inclusive para o mercado externo. Em função disso, promove anualmente a Festa das Rosas, quando desfilam em carros ornamentados com rosas, crianças e moças representando os brotos e as princesas das rosas, coroando sua rainha. Trata-se de evento que atrai milhares de turistas. A cidade é também conhecida como “Cidade dos Doidos,”¹³¹ pelo grande número de hospitais psiquiátricos instalados no local. A cidade atraiu esses manicômios em decorrência da antiga ideia defendida por alguns médicos, de que seu clima ameno, com temperaturas médias bem baixas para os padrões brasileiros, faria com que os doentes mentais ficassem mais quietos e menos arredios, supostamente, facilitando o tratamento. A cidade está localizada na região sudeste de Minas Gerais, na Serra da Mantiqueira, na região conhecida como Campos das Vertentes, como se pode observar na figura:

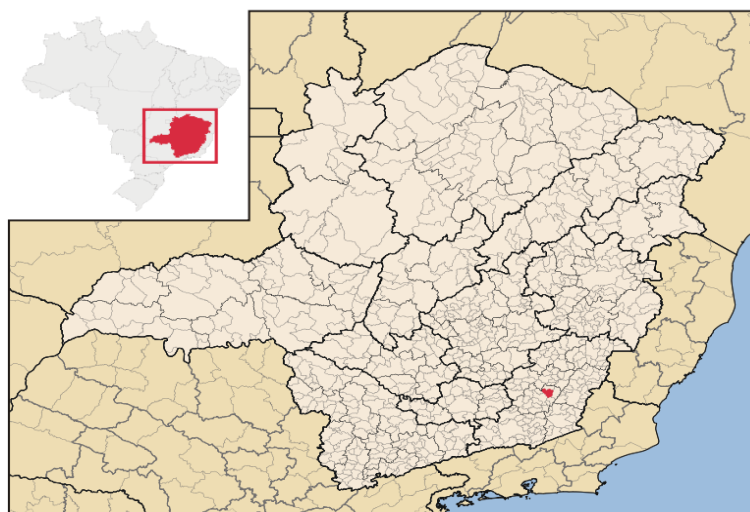


Figura 32 - Localização geográfica da cidade de Barbacena, no Estado de Minas Gerais.¹³²

A cidade ocupa uma área de 788,001 km² encontrando-se a 1.164 metros de altitude, sendo uma das mais altas do país, de clima agradável com temperatura média de 17 graus *celsius*. A cidade é bem localizada em relação aos três maiores centros da região sudeste, Rio de Janeiro, 271 km; São Paulo, 530 Km e sua capital, Belo Horizonte, a 189 km.

Torna-se importante assinalar que ao longo dos 100 anos do Aprendizado Agrícola de Barbacena vários decretos foram emitidos pelos órgãos competentes, autorizando algumas mudanças de nomes para a Instituição, sendo seu último até a presente data, *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sudeste de Minas Gerais (IFET), Campus Barbacena*.

¹³¹ Os antigos da região creditam à expressão mineira popular “trem de doido”, pela quantidade expressiva de doentes mentais que chegavam à cidade, transportados pelas locomotivas da Central do Brasil.

¹³² Fonte: MinasGerais_Municip_Barbacena.svg. Acesso: outubro, 2012.

Esta denominação foi recebida pela promulgação do Decreto-Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, Lei da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.¹³³

As mudanças na nomenclatura podem ser compreendidas pelos debates e pelas transformações que vêm acontecendo desde a criação do ensino profissional, procurando atender ao novo perfil de seu público-alvo até a forma de se ministrar o ensino. De acordo com o panorama geral da distribuição da Rede Federal de Ensino, destacam-se aquelas do Estado de Minas Gerais, ressaltando que, após 2008, várias instituições se uniram, ficando acordado entre seus dirigentes, que algumas se tornariam pólos, enquanto outras se tornariam campus desses pólos.

Veja o quadro que se apresenta, atualmente, no Estado de Minas Gerais:

CEFETS	
326	Belo Horizonte
327	Araxá
328	Leopoldina
329	Divinópolis
330	Nepomuceno
331	Timóteo
332	Contagem
333	Curvelo
334	Varginha

Figura 33 - Distribuição dos CEFETs

ESCOLAS TÉCNICAS VINCULADAS A UNIVERSIDADES

344	Escola Técnica de Saúde (UFU)
345	Centro de Formação em Saúde (FMTM)
346	Centro Técnico Pedagógico (UFMG)
347	Centro de Ensino e Des. Agrário (UFV)
348	Núcleo de Ciências Agrárias (UFMG)

Figura 34 - Distribuição dos Campus das ETs em Minas Gerais vinculadas às Universidades Federais em Minas Gerais

INSTITUTO FEDERAL SUDESTE DE MINAS GERAIS	
124	Barbacena
125	Juiz de Fora
126	Muriae
127	Rio Pomba

Figura 35 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sudeste de Minas Gerais, campus Barbacena.¹³⁴

¹³³ Através deste Decreto foram reformuladas as nomenclaturas de toda a Rede Federal de Ensino. Com isso, o Brasil possuía, em várias capitais e cidades do território brasileiro, 32 Unidades de Instituições denominadas Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e 33 Instituições denominadas *Escolas Agrotécnicas Federais* (EAFs) que se espalharam por várias cidades do interior do Brasil, algumas delas se tornaram IFETs, dentre elas, o *Aprendizado Agrícola de Barbacena*. Atualmente as Unidades Educacionais da Rede Federal de Ensino Profissional no Brasil são distribuídas segundo nomenclaturas distintas que obedecem a determinadas especificidades, de acordo com os locais em que estão inseridas. Estes órgãos são: Centros Federais de Educação Tecnológica; Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais; Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná que, a partir de 2005, passou a denominar-se Universidade Tecnológica do Paraná; Escolas Agrotécnicas Federais e Escolas Técnicas Federais, tendo algumas sido transformadas em CEFETs e outras em IFETs. Essas mudanças possibilitaram às instituições formar engenheiros e tecnólogos, expandindo sua área de abrangência e diversificando sua oferta de cursos. Estes cursos vão desde ensino técnico de nível médio até a pós-graduação, passando por licenciaturas e cursos superiores de tecnologia. São 38 Institutos Federais presentes em todas as unidades da Federação (MEC, 2010). Embora já se mantêm criados e funcionando, em 2012, os campus Santos Dumont e São João Del-Rei, não há menção sobre o fato na figura 35.

¹³⁴ Fonte: As figuras 33, 34 e 35 estão no site: redefederal.mec.gov.br. Acesso: dezembro, 2012.

As figuras permitem observar a expansão da malha, sua diversificação e os pontos de instalação considerados estratégicos para a afirmação/legitimação desse modelo de preparo prévio e especialização da prática a que se destinam. Cabe, contudo, pensar a gênese de uma dessas unidades como dispositivo para debater, nessa escala/nesse plano, aspectos do processo de profissionalização dos ofícios ligados a terra.

2.4 Aprendizados agrícolas da malha federal

O governo criou órgãos competentes dentro dos ministérios que regulamentavam e, ao mesmo tempo, fiscalizavam as práticas pedagógicas das instituições de ensino, com o objetivo de que cada Ministério se responsabilizasse pelos órgãos por eles criados. Dessa forma, através de Decreto, criou o Ensino Agrônomico, subordinado à pasta do Ministro dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio que, junto a ele, assina o documento:



Decreto nº 8.319, de 20 de Outubro de 1910

Crêa o Ensino Agronomico e approva o respectivo regulamento

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, á vista do que dispõe o art. 2º, § 1º da lei n. 1.606, de 29 de dezembro de 1906 e de accôrdo com o art. 48, n. 1 da Constituição Federal, resolve crear o Ensino Agronomico e approvar o respectivo regulamento, que com este baixa, assignado pelo ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Industria e Commercio.

Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1910, 89º da Independencia e 22º da Republica.

NILO PEÇANHA. Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda.

Fonte: BRASIL. Decreto nº 8.319, 1910.¹³⁵

O Decreto de criação e regulamentação do Ensino Agrônomico foi assinado em outubro de 1910, um mês antes da criação dos Aprendizados Agrícolas que inauguraram o segmento de Instituições dessa rede como o de Barbacena, que aconteceu em novembro do mesmo ano.

O Art. 1º do Capítulo I prevê que:

¹³⁵ Fonte: Câmara Federal, www2.camara.gov.br. Acesso: dezembro, 2010.

Art. 1º. O ensino agronomico instituido no Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, de accôrdo com o presente regulamento, tem por fim a instrucção technica profissional relativa á agricultura e ás industrias correlativas, e comprehende o ensino agricola, de medicina veterinaria, zootechnia e industrias ruraes. (BRASIL. Decreto, 1910).

Já o Art. 2º estabelece as divisões do “ensino agrícola” em:

Art. 2º
 1º Ensino superior.
 2º Ensino médio ou theorico-pratico.
 3º Ensino pratico.
 4º Aprendizados agricolas.
 5º Ensino primario agricola. (
 Fonte: BRASIL. Decreto, 1910.

Como consta no Artigo 1º, o ensino agrônômico instruía nas várias modalidades, e o Art. 2º apresentou os segmentos em que seriam aplicadas as modalidades de ensino. Levando-se em conta a extensão do Decreto em lide, eram privilegiadas as partes que se referiam à instrução técnica profissional relativa à agricultura, zootecnia e às indústrias correlativas, dentro do segmento de Aprendizado Agrícola espalhado pelo país.

O arco do tempo, objeto de análise, iniciou-se com os registros das primeiras atividades, enfocando o funcionamento das primeiras instituições criadas pela União. Para isso, apropriou-se da concepção de ‘balanço’ expressa pelo pesquisador José Gondra, ao se observarem as especificidades, as particularidades e a definição do objeto em estudo. Nessa linha de pensamento, deve-se considerar a:

[...] hipótese de que a reflexão acerca da diversidade de formas dos "balanços" se torna ampliada quando temos o cuidado de observar a variedade dos critérios empregados na composição dos questionários orientadores dos "balanços" e de suas séries documentais e períodos a que se referem, tanto quanto na institucionalização desta arte, das lentes e ferramentas adotadas pelos produtores deste tipo específico de produto. (GONDRA, 2007, p. 3).

Os ‘balanços’ que levam à investigação dos fatores que condicionaram o surgimento dos Aprendizados Agrícolas, foram aqui adotados como uma espécie de procedimento-guia para a pesquisa em torno de sua historiografia. Desse modo, foram buscadas as particularidades num cenário de vários contextos: históricos, sociais, econômicos, políticos, geográficos. Nessa empreitada, levou-se em consideração o arco do tempo de que se ocupou o presente trabalho, buscando, nas instituições dessa linhagem dentro do país, subsídios para respostas às indagações gerais do estudo. Se por um lado, muitos de seus registros se perderam, por outro, os existentes constituíram uma representação da experiência, sem desenvolvê-la em sua completude e suposta coerência. Quanto aos arquivos:

há dois tipos de dificuldades na busca dos arquivos: as de ordem mais geral, que afetam a existência das instituições-memória da sociedade e as de ordem específica, que têm a ver com a lógica das instituições que os guarda, além da sistemática destruição de fontes históricas e dos suportes da memória coletiva, preservação documental e de recuperação ou fortalecimento da identidade social. (NUNES; CARVALHO, 2005, p. 33).

Quanto a esta pesquisa, conscientes das dificuldades enfrentadas nas buscas dos arquivos e na relação que os mesmos sugerem, o contexto sociocultural e político da época e sua importância foram colocados como um elemento da pesquisa. Ao problematizar o que foi evocado como justificativa para a criação de tais escolas, e as circunstâncias que funcionaram como dispositivos de legitimação do repertório de prescrições educativas que antecederam a suas práticas, a dificuldade da pesquisa, também, encontrou-se na existência de poucos trabalhos disponibilizados nessa linha, razão de Flávia Werle apontar a necessidade de estudos nessa área: [...] “seria de enorme utilidade a produção de estudos sobre a história da educação rural nas diversas regiões brasileiras.” (WERLE, 2007, p.10).

Fernando de Azevedo, um desses autores que privilegiou esta temática em *A educação e seus problemas*, fez alguns apontamentos sobre a educação rural. Ele assegura que a solução para os problemas de um país não estaria, exclusivamente, na educação rural, mas incide em erro desconhecer a possibilidade de se levar a educação até ela, pois

Pedir à “educação rural” ou esperar dela a solução racional de um problema, que não é exclusiva, nem principalmente técnico, é incidir no duplo erro de desconhecer a impossibilidade de estender a educação, nas condições atuais, a todos os grupos dispersos pelo campo e pelos sertões, e de obscurecer a questão com mais uma dessas “idéias salvadoras”, de que tem sido fértil o misticismo da mentalidade primária. (AZEVEDO, 1937, p. 39).

Como proposta, Moacyr reconhece a necessidade de difusão da área agrícola e pecuária no país:

Seguem-se como órgãos de difusão do ensino agrícola *as escolas práticas e os aprendizados* que, visando em seus programas o ensino dos métodos racionais da exploração do solo, manejo dos instrumentos agrícolas, práticas relativas à criação, higiene e alimentação dos animais domésticos, seu tratamento e diversas indústrias agrárias, estão destinados a fornecer, em *breve prazo*, mestres e trabalhadores habilitados aos serviços das propriedades e fábricas rurais. (MOACYR, 1942, p. 50).

Essa alternativa de se oferecer conhecimento agrícola, a curto prazo, disseminando de forma consciente e racional as técnicas para se explorar tanto o solo quanto os animais domésticos, torna-se quase que impositiva, tendo em vista as necessidades apontadas. Trata-se de técnicas que poderiam e deveriam ser ensinadas pelos professores, para que pudessem ser aplicadas e multiplicadas pelos alunos nas propriedades em que fossem exercer o ofício.

Embora o Aprendizado Agrícola de Barbacena, em Minas Gerais, tenha sido criado em 1910, juntamente com o Aprendizado Agrícola de São Simão, em São Paulo, e o Aprendizado Agrícola de São Luiz das Missões, no Rio Grande do Sul, sua inauguração aconteceu apenas em 1913.

Assim, de acordo com as divisões transcritas no Art. 2º do decreto mencionado, foi traçado um esboço de como os estabelecimentos agrícolas ficaram dispostos pelo país afora.

Em 1910, foram criados os três primeiros aprendizados agrícolas no país, o Aprendizado Agrícola de São Simão, em São Paulo, e o Aprendizado Agrícola de Barbacena, em Minas Gerais, na mesma data, e o Aprendizado Agrícola de São Luiz das Missões, no Rio Grande do Sul, um mês após, respectivamente, pela ordem de criação. Em 1911, foram fundadas outras quatro instituições desse mesmo porte: o Aprendizado Agrícola da Bahia, anexo à Escola Agrícola, na Bahia; o Aprendizado Agrícola de Satuba, em Alagoas; o Aprendizado Agrícola de Igarapé-Açu, no Pará; e o Aprendizado Agrícola de Tubarão, em Santa Catarina. No ano seguinte, 1912, criou-se o Aprendizado Agrícola de Guimarães, no Maranhão e, em 1919, fundou-se o Aprendizado Agrícola de Juazeiro, na Bahia. “Todos funcionando com regularidade, embora ainda precisassem de algumas adaptações convenientes, tais como o do Pará, o da Bahia, o de São Luiz das Missões e o de Barbacena.” (MOACYR, 1942). Até o ano de 1930, eram nove o total de aprendizados agrícolas criados no Brasil.

Como se pôde perceber, em um período de menos de dois anos, desde a aprovação da Lei do Ensino Agrônômico que criou a série deles, o número de Aprendizados Agrícolas quase triplicou, espalhados pelo Brasil, ficando assim distribuídos pelas regiões e estados do país:

Tabela 2 - Relação de Aprendizados Agrícolas criados no Brasil de 1910 a 1930:

APRENDIZADOS AGRÍCOLAS CRIADOS ENTRE 1910 e 1930			
Região	Estado	Nome da Instituição	Decreto de Criação
Sudeste	São Paulo	AA de São Simão	Decreto n. 8.357 de 09-11-1910
	Minas Gerais	AA de Barbacena	Decreto n. 8.358 de 09-11-1910
Sul	Rio Grande do Sul	AA de São Luiz das Missões	Decreto n. 8.365 de 10-11-1910
	Santa Catarina	AA de Tubarão	Decreto n. 8.872 de 02-08-1911
Norte	Pará	AA de Igarapé-Açu	Decreto n. 8.972 de 14-09-1911
Nordeste	Alagoas	AA de Satuba	Decreto n. 8.940 de 30-08-1911
	Maranhão	AA de Guimarães	Decreto n. 9.514 de 10-04-1912
	Bahia	AA da Bahia	Decreto n. 8.607 de 08-03-1911
	Bahia	AA de Juazeiro	Decreto n.13.628 de 28-05-1919

Fontes: BRASIL. Leis e Decretos de 1910 a 1930.

Quanto ao funcionamento desses aprendizados agrícolas, em 1913, ficaram assim dispostos: o Aprendizado Agrícola de São Luiz das Missões, no Estado do Rio Grande do Sul, tinha 32 alunos, funcionando regularmente com aulas do Curso Primário e do 1º ano do Curso Agrícola, com 03 alunos¹³⁶. Outro, é o Aprendizado Agrícola de Tubarão, no Estado de Santa Catarina, mas ainda em via de instalação. O de São Simão, no Estado de São Paulo, possuía todo o material agrário e já tinham sido adquiridos os animais necessários, o que permitiu iniciar os respectivos serviços, levantando-se pequenas construções rurais, de caráter provisório. Esse aprendizado tinha como especialidade trabalhos de horticultura e fruticultura.

Paralelamente, o Aprendizado Agrícola da Bahia, no Estado da Bahia, foi descrito como instituição que não possuía prédio próprio e que as dependências de seu internato, com 40 alunos, localizavam-se na área da Escola Média Agrícola até março de 1913 e, depois, foi transferido para o antigo convento de Brotas.

Enquanto o Aprendizado Agrícola de Satuba, em Alagoas, funcionava no antigo estabelecimento da Sociedade de Agricultura Alagoana e tinha como interesse de seus estudos as culturas da cana-de-açúcar e do fumo.

No Maranhão, a Escola de Aprendizado Agrícola de Guimarães, embora estivesse em período de fundação, pôde contar com as instalações do Igarapé-Açu, do Pará. Essas instalações beneficiaram a industrialização do arroz, mandioca, algodão e milho, assim como a oficina da serraria (MOACYR, 1942, p. 84).

O Aprendizado Agrícola de Barbacena, no Estado de Minas Gerais, foi criado em um terreno que tinha tido grande plantação frutícola e possuía uma boa estrutura para construção, porém precisava de canalização de água e esgoto e algumas melhorias.

Depois desses Aprendizados criados nos três primeiros anos, foi criado o Aprendizado Agrícola de Juazeiro, na Bahia, em 1919. O AA de Juazeiro foi criado em região que, até então, não tinha grande destaque na produção da área agrícola. Dessa forma, a Instituição produzia culturas de gêneros alimentícios como arroz, feijão e mandioca. Em 1926, o AA da Bahia, que funcionava em São Bento de Lages (São Francisco do Conde), no prédio da Escola Agrícola da Bahia, foi transferido para a cidade de Barreiras, talvez por ter uma melhor infraestrutura, passando a se chamar AA de Barreiras.

¹³⁶ Primitivo Moacyr acrescenta que esse ensino agrícola tinha apenas 03 alunos com aproveitamento e se encontrava carente de recursos didáticos, pois faltava laboratório para estudo das noções de física e química agrícola, mas as oficinas de ferraria e carpintaria funcionavam bem e que os trabalhos de horticultura, jardinagem e fruticultura foram conduzidos com proveito e abundantes colheitas. (MOACYR, 1942, p. 83).

O AA de Satuba, em 1927, passou a ser de responsabilidade do Governo do Estado do Alagoas e, até 1930 não houve informação de criação de outros Aprendizados Agrícolas em qualquer localidade dentro do país.

A partir dessa data, os Patronatos Agrícolas, criados em 1918, sob responsabilidade da União, subordinados ao Ministério da Justiça, começaram a assumir a estrutura dos Aprendizados Agrícolas, passando a oferecer a instrução primária e profissional agrícola. Contudo, modificaram o perfil da clientela a ser admitida, pois, se antes eram menores abandonados e delinquentes, depois privilegiaram os filhos de agricultores. Assim, a subordinação passou a ser a Superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário.

Fato análogo aconteceu na cidade de Inconfidentes, no interior de Minas Gerais, em que o “Patronato Agrícola”¹³⁷ foi transformado em “Aprendizado Agrícola Minas Gerais,”¹³⁸ em 1934. Vale ressaltar que os Patronatos Agrícolas foram criados para oferecerem formação de mão de obra agrícola, funcionando igualmente como instituições regeneradoras da infância desvalida.

Para o Aprendizado Agrícola de Barbacena, no Estado de Minas Gerais, o Ministro do Estado da Agricultura, Indústria e Comércio, Sr. Dr. Pedro de Toledo,¹³⁹ assim o descreveu no ato de sua inauguração:

Barbacena — Situado na cidade de Barbacena, no Estado de Minas Geraes, a 1.160 metros de altitude, numa região salubre, de clima agradável, acha-se esse Aprendizado convenientemente instalado numa bella propriedade, distante 250 metros da Estação da Estrada de Ferro Central do Brazil, havendo sido inaugurado, no dia 10 de julho, com a presença do meu secretario, dr. Eduardo Reis da Gama Cerqueira, do director geral interino de Agricultura, dr. Armando Ledent, das auctoridades locais, diversas pessoas gradas e grande concorrencia popular.

Fonte: Relatório do Ministro da Agricultura - Barbacena, 1913, p. 15.

¹³⁷ O Patronato Agrícola foi criado na cidade de Inconfidentes, MG, pelo Decreto nº 12.893, de 28 de fevereiro de 1918.

¹³⁸ O Aprendizado Agrícola Minas Gerais passou por várias mudanças de nomenclaturas, a instituição se firmou como Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes, hoje, é o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul de Minas Gerais (IFET), campus Inconfidentes.

¹³⁹ Pedro Manuel de Toledo nasceu em São Paulo, em 29-06-1860. Formado em Direito, foi membro da Academia Paulista de Letras, ocupou a pasta como Ministro da Agricultura (1910-1913), tendo como seu secretário Eduardo Reis Gama Cerqueira. Acumulou a pasta da Viação e Obras Públicas (1912). Foi Embaixador do Brasil na Itália, Espanha e Argentina (1914-1926) e interventor pelo governo federal. Em 1932, aliou-se a rebeldes, encarcerado e exilado em Portugal, retornou ao Brasil em 1934, falecendo em 29-07-1935, no Rio de Janeiro. Fonte: cpdoc.fgv.br/produção/dossiês/Aera Vargas/biografias. Acesso: novembro, 2012.

Junto à descrição, além do Ministro destacar a presença do Diretor-Geral Interino da Agricultura, Sr. Dr. Armando Ledent, um dos autores privilegiados para dialogar nesta pesquisa, detalhou também o que era peculiar na Instituição com referência aos demais estabelecimentos criados nos outros Estados do Brasil, enfatizando sua altitude, seu clima, a salubridade da região e o fácil acesso pela estrada de ferro como meio de transporte.

Pela facilidade de locomoção e de transporte de materiais, a estrada de ferro, principal meio de transporte da época, era vista como fator preponderante para a construção de uma instituição de ensino. Da mesma forma, a cidade e região recebiam um grande impulso econômico através da construção do trecho da Rede Mineira de Viação, que ligava a cidade de Barbacena à cidade de São João Del-Rei e a outros municípios através de 08 (oito) estações. O município, então, nessa época, já estava ligado, por via férrea e por rodovias, às cidades do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte, o que em muito facilitava o escoamento da produção agropecuária regional.

Diante do quadro de sua inauguração, o estabelecimento contou com 122 matrículas, ficando evidente a demanda por parte da população local e comunidades vizinhas, ainda que o regime fosse o de semi-internato.

Ao tomar por base os dados das matrículas e reportando aos dados das fazendas-modelo e às subvencionadas pelo governo estadual, anteriormente abordadas, levou-se em consideração o cotejo de números de matrículas. Enquanto as outras instituições disseminadas pelo Estado de Minas Gerais, ao longo de 1907 a 1910, totalizavam 678 matrículas de alunos-aprendizes em suas 16 fazendas: as modelos e subvencionadas ao longo dos 03 anos; o Aprendizado Agrícola de Barbacena recebeu, em seu 1º ano de funcionamento, aproximadamente, 20% do total de todo o Estado. Essa amostragem evidencia a importância da instalação desse Aprendizado Agrícola na cidade de Barbacena, no cenário da educação agrícola em Minas Gerais.

Em sua obra, Primitivo Moacyr faz uma descrição muito próxima daquela tecida pelo Ministro da Agricultura:

O de Barbacena acha-se instalado em bela propriedade e foi inaugurado em julho; o ensino é prático e o regime escolar é de semi-internato e gratuito; inscreveram-se 17 alunos no curso regular, no primário diurno 64, e no noturno 41; prosseguiram-se com regularidade as plantações de fruteiras no pomar (1.268), havendo em viveiros mais de 42 mil mudas. (MOACYR, 1942, p. 83).

Logo, o estudo assinala que o excerto acima é coerente com outras fontes, o que proporcionou segurança ao pesquisador, ao fazer o cruzamento de informações, oferecendo a

consistência ao diálogo do pesquisador com as fontes bibliográficas disponíveis. Entretanto, no que se refere a fontes documentais e imagéticas, defrontou-se com certa escassez, o que dificultou o cruzamento de dados. Entende-se que essas limitações são provenientes de que, naquela época, não havia preocupação em se preservar a memória, registrando fatos que possibilitassem traçar os rumos da “História da Instituição.” Portanto, essa é uma dificuldade que os historiadores, enfrentam na busca de instrumentos adequados que deem consistente suporte à reflexão.

Tendo em vista tais dificuldades, as professoras Clarice Nunes e Marta Carvalho apresentam suas asserções, advertindo que:

Enfrentar essa documentação é, para os historiadores, mais complicado do que parece, uma vez que esse enfrentamento não é só relativo aos múltiplos poderes que os arquivos encarnam, como já apontamos, mas também diz respeito às formas concretas, singulares e “contaminadas” de articulação de saberes implícitos e que se corporificam em práticas classificatórias diferenciadas das fontes. (NUNES; CARVALHO, 2005, p. 34).

Sob esse aspecto, ao entrar em contato direto com o “arquivo morto” da instituição, percebeu-se a falta de livro de atas e registros com determinada sequência, assim como folhas em branco desgastadas pelo tempo, ou ausência de determinada página que quebrava toda a sequência, ou ainda, jornais com informações incompletas por terem sido mutilados por recortes o que fez repensar a observação das autoras, quando se referiam às “fontes contaminadas” pelos agenciamentos de que o arquivo resultava e daqueles dos quais fez parte.

2.5 Aprendizado Agrícola de Barbacena

O momento político pelo qual passava o país, quando da criação da referida Escola, era de consolidação da República ainda incipiente. Os políticos locais, unidos, reivindicaram junto ao governo federal, a instalação do “Aprendizado Agrícola” como primeiro passo para a implantação do Ensino Agrícola no País. A economia nacional tinha como base de sustentação a agropecuária e, conseqüentemente, o incremento do ensino agrícola era fundamental para o desenvolvimento do setor.



Figura 36 - Aprendizado Agrícola de Barbacena, s/d.¹⁴⁰

Como já assinalado anteriormente, a primeira república viu nascer a segunda escola agrícola federal fundada no país e a primeira criada dentro do Estado de Minas Gerais, por decreto, no governo Nilo Peçanha, tendo como Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Dr. Rodolfo Nogueira da Rocha Miranda, a quem era subordinada. O Jornal Cidade de Barbacena, em 1910, registrou a criação do Aprendizado Agrícola de Barbacena: “O Presidente da República assinou Decretos criando aprendizados agrícolas de carácter prático, ensino de novas culturas, nas cidades de Campos, São Simão e nesta cidade.” (CIDADE DE BARBACENA, 1910, n° 683).¹⁴¹

Ao anunciar a criação de três Aprendizados Agrícolas simultaneamente, o redator do jornal Cidade de Barbacena, referiu-se a três instituições em três cidades: Campos, São Simão e na própria cidade. Como visto anteriormente, a criação do Aprendizado Agrícola de Barbacena, MG, e o Aprendizado Agrícola de São Simão, SP, processaram-se na mesma data. Entretanto, os estudos mostraram que a cidade de Campos, à qual ele se refere, Campos de Goytacazes, no Estado do Rio de Janeiro, não foi criada como Escola de Aprendizado Agrícola, mas como Escola de Aprendizes Artífices, um ano antes, ou seja, em 1909. Embora as três instituições fossem subordinadas do governo federal e tivessem tido o ano de 1910 como marco importante em suas trajetórias, diferenciam-se em suas especificidades. Acredita-se que o equívoco tenha sido cometido pelo fato de se destacar a criação dos dois Aprendizados e a inauguração da Escola de Aprendizes Artífices de Campos uma vez que,

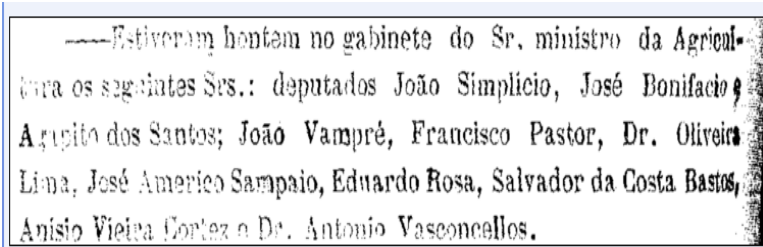
¹⁴⁰ Fonte: Acervo da Associação dos Ex-alunos da Instituição, presidida pelo ex-aluno e ex-funcionário, Simão de Almeida.

¹⁴¹ A matéria foi publicada no jornal “Cidade de Barbacena”. Esse jornal foi fundado em 1898, possuindo distribuição bimensual. O jornal Cidade de Barbacena se manteve em circulação pelas bancas da cidade até o ano de 1997. É um jornal de domínio particular da família de seu fundador, Emílio Gonçalves, e sua coletânea é mantida, pelos descendentes, em residência própria, onde é preciso autorização para manuseá-lo. A matéria foi publicada no dia 13 de novembro de 1910 - domingo.

embora ela tenha sido fundada em 1909, sua inauguração só veio acontecer em janeiro de 1910, ou seja, a data do mesmo ano em que as outras duas escolas foram criadas. Talvez, aí, justifique-se o equívoco do redator, por desconhecer as singularidades que diferenciavam ambos os segmentos, assim como a origem de suas criações.

Em se tratando do Aprendizado Agrícola de Barbacena, razão de pretensões das forças políticas barbacenenses, lideradas pelo Dr. Bias Fortes e José Bonifácio de Andrada e Silva,¹⁴² fortes indícios apontam que o então Presidente da República, Nilo Peçanha, não era indiferente ao seu apoio. Ao contrário, tinha-os muito em conta. As figuras políticas desses barbacenenses muito puderam ter contribuído para o reconhecimento da pequena cidade de Barbacena como pólo para a implantação da primeira escola de Aprendizado Agrícola da malha federal em Minas Gerais. Suas trajetórias políticas permitiram compreender a participação ativa de ambos na história de Barbacena e do Aprendizado Agrícola.

Através do Diário Oficial da União, percebe-se a presença constante desses políticos no gabinete do Ministro da Agricultura, o que sugere observar algumas articulações e o investimento desses homens no sentido de assegurar os interesses que procuravam representar:



—Estiveram hontem no gabinete do Sr. ministro da Agricultura os seguintes Srs.: deputados João Simplicio, José Bonifacio e Agapito dos Santos; João Vampré, Francisco Pastor, Dr. Oliveira Lima, José Americo Sampaio, Eduardo Rosa, Salvador da Costa Bastos, Anísio Vieira Cortez e Dr. Antonio Vasconcellos.

Fonte: BRASIL. Diário Oficial da União, 16-07-1913, p. 16, quarta-feira.

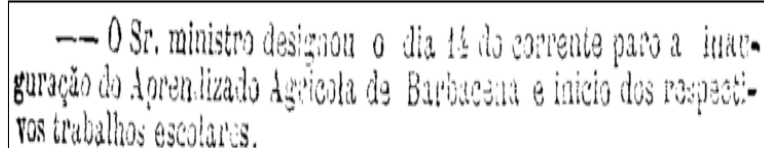
Embora se reconheça o mérito e se procure dar a devida atenção à ação desses dois protagonistas, cuja influência pode ter sido fator decisivo, a fim de que a cidade de Barbacena fosse escolhida para acolher essa primeira instituição agrícola federal no Estado de Minas, outros fatores foram sendo apontados como preponderantes por colaborarem com a fundação do AA de Barbacena e não devem ser negligenciados.¹⁴³ Dentre os fatores levantados,

¹⁴² Nessa época, Barbacena ocupava lugar de destaque no cenário político nacional, através da atuação de seus filhos que, desde o Império, participavam de maneira atuante, das grandes decisões políticas brasileiras, como ainda hoje acontece.

¹⁴³ Vale-se do entendimento de que a memória deve considerar múltiplos segmentos, para que se tenha uma melhor compreensão da história. Junior e Farias apresentam uma contribuição para avançar os estudos dentro deste contexto: “O fato de que a memória pode ser reconstituída em diferentes segmentos sociais, mas sabemos que a História pode ser utilizada tanto para fazer lembrar como para dificultar o ato modelador da lembrança. Por isso, muitas vezes, foram omitidos da História acontecimentos sociais que, para alguns segmentos privilegiados, não interessava que aparecessem nos relatos historiográficos, gerando a possibilidade de um esquecimento proposital e, em seu lugar, estabelecendo ‘verdades’ construídas mediante um discurso oficial, que privilegiava grupos que normalmente

figuram a localização geográfica em relação aos grandes centros, o clima propício à lavoura e à criação de gado, a proximidade com as vias férreas e por ser a cidade cercada de muitas outras comunidades espalhadas em seu entorno.

O que o estudo aponta é que a Instituição foi inaugurada três anos após a data de sua criação, em 14 de julho de 1913:¹⁴⁴



— O Sr. ministro designou o dia 14 do corrente para a inauguração do Aprendizado Agrícola de Barbacena e início dos respectivos trabalhos escolares.

Fonte: BRASIL. Diário Oficial da União, 08-07-1913, terça-feira.

Assim, foi no governo de Marechal Hermes da Fonseca, tendo como Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio o Dr. Pedro Manoel de Toledo, que o Decreto veio a lume, assinado por ambos. Dentre os presentes, em sua inauguração, estava o Dr. Armando Ledent, anteriormente citado nesta pesquisa que, nessa época, respondia pela pasta de Diretor-Geral Interino da Agricultura, em 1913:

AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO

Inaugurar-se-hão, amanhã, 14 do corrente, os trabalhos escolares do Aprendizado Agrícola de Barbacena. O Sr. Ministro far-se-ha representar pelo seu secretario Dr. Gama Cerqueira, comparecendo tambem á inauguração o Dr. Armando Ledent, director geral interino da Agricultura. (BRASIL. Diário Oficial da União, 13-07-1913, domingo).

A cidade de Barbacena já se destacava como centro que polarizava todo o seu entorno como centro político desde sua fundação, em 1791, sendo uma das portas de entrada da Minas histórica. A expansão da área agrícola se impunha para contrabalançar o declínio da atividade de mineração e, pelos seus pastos próprios para a pecuária e por seus campos agrícolas, obviamente, essa expansão demandaria mão de obra especializada e formação de administradores competentes. Daí, a necessidade de uma educação voltada para preparar jovens que viessem atuar na área da atividade agrícola. Transparece das idas aos arquivos que havia outros interesses políticos na ação do poder público.

dominavam - e dominam - posições políticas e econômicas” (2007, p. 61). O cuidado em ter trazido ao teatro as considerações tanto as duas figuras políticas, quanto as outras contingências, já postuladas se deve à ponderação dos autores citados. Todos os aspectos desses questionamentos fazem parte dessa pesquisa.

¹⁴⁴ O Aprendizado Agrícola de Barbacena foi inaugurado com a presença de muitas autoridades, dentre elas, o Sr. Gama Cerqueira, Secretário e representante do senhor Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Dr. Pedro Manoel de Toledo; Dr. Armando Ledent, Diretor-Geral Interino da Agricultura; Dr. Bías Fortes, Presidente da Câmara Municipal da Cidade, que discursou; José Bonifácio de Andrada que ofereceu um retrato do ex-ministro Rodolpho de Miranda, de acordo com o Diário Oficial da União - DOU, de 16 de julho de 1913, quarta-feira.

Nesse aspecto, para Nunes e Carvalho (2005), as idas aos arquivos têm significado próprio dentro da prática do historiador, significado em boa parte construído por aquele poder polivalente, poder do doador, do organizador dos acervos e do usuário que os manipula. Para a historiadora, o poder do doador é, em última instância, o da pré-seleção e das exigências que impõem à instituição receptora do acervo doado. O do organizador que se radica particularmente nas prioridades e mecanismos institucionais de acolhimento, preservação e/ou restauração, classificação e/ou identificação dos conteúdos e estabelecimento das condições de acesso à documentação sob sua guarda. As pesquisadoras Nunes e Carvalho fornecem embasamento para o entendimento a esse respeito:

O trabalho do pesquisador começa quando a partir desse campo já produzido, opera novos recortes, alocações e redistribuição dos documentos a partir de ações que visam estabelecer “suas fontes” e criar a configuração de um espaço específico de investigação. (NUNES; CARVALHO, 2005, p. 33).

Reportando ao pensamento de Clarice Nunes e Marta Carvalho, ao se analisar o momento político pelo qual passava o país, quando da criação dessa Escola, por ser época marcada pela consolidação da República ainda recente, considerando, também, a economia nacional da época. Assim, percebeu-se que a maioria das fazendas na região sudeste estava em estado de penúria devido à falência da base de sustentação: a produção do café e, em consequência disso, o incremento do ensino agrícola era fundamental para a recuperação do desenvolvimento da economia, com base no setor agrícola.

A ideia de se subvencionar fazendas para que fosse oferecido ensino prático de agricultura, apontou fortes indícios de se suprir a carência da mão de obra escrava das lavouras de café, pelos filhos de agricultores, lavradores, ex-escravos, menores carentes, desvalidos, conforme os estudos acessados nesta pesquisa.

Sob esse prisma, é mister que o governo criasse estratégias para integrar conceitos teóricos aos práticos, de modo que suas instituições se tornassem espaços transformadores. A população, de seu lado, ficando cada vez politizada e crítica, tende a uma escolha seletiva para a educação de seus filhos. Assim, se o governo quer empreender ações que repercutem em resultados pelos seus esforços, há de se primar pela qualidade de seus projetos.

Em função das exigências, não bastaria o governo atender às solicitações dos políticos locais, criando uma Instituição Federal de Ensino Agrícola em solo barbacenense, se esse solo não fosse propício para recebê-la.

Sobre esse ponto, dois fatores devem ser postos em destaque, os quais favoreceram a escolha de Barbacena para sede do primeiro Aprendizado Agrícola, em Minas Gerais. Uma

das razões seria seu clima privilegiado com média de 17°C, propício à agricultura e à pecuária, solo fértil com potencial para o desenvolvimento do setor agropecuário. O outro fator seria sua localização. Por estar próxima aos grandes centros da região sudeste, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, a Escola poderia diminuir o ímpeto do êxodo rural, fixando o homem no campo. Na época, as autoridades já se preocupavam com tão grave problema social. O ensino agrícola visava a reter o homem da zona rural em seu meio, através de adequada educação. Tendo diante de si uma situação socioeconômica com problemas sociais crescentes, várias iniciativas foram implementadas, antes mesmo de se instituir um estabelecimento próprio para o ensino agrícola, com o objetivo de incentivar o homem a permanecer no campo, sobretudo nas regiões com forte poder de atração, como eram (e são) as capitais dos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Uma delas foi a Criação de Seminários, que reuniam um grupo de agricultores, em determinado local, e lá se ministravam palestras que:

focalizavam a necessidade de alfabetização e a importância da educação de adultos em áreas rurais. Eram textos que referiam também à mobilidade de populações rurais e à necessidade de conter a "armadilha das cidades", o que seria possível acentuando o valor espiritual e social da vida no campo, destacando sua atratividade e vantagens (WERLE, 2007, p. 11).

Ao se pensar em fixar o homem em seu *habitat*, oportunizando-lhe o crescimento pessoal e profissional, Armando Ledent, em suas incursões por outros países, pesquisando o ensino agrícola, chama atenção para uma das maiores dificuldades encontradas para implantação do ensino agrícola no Brasil:

A organização do primeiro ensino agrícola constitui, em todos os países, um problema árduo. No Brasil, apresenta-se ele ainda com maior dificuldade, devido à pouca densidade da população do campo em muitas regiões. Contudo, não nos deixaremos desanimar por essa dificuldade. Há de se achar uma solução satisfatória; trata-se do futuro mesmo do país. (LEDENT, 1910, p. 42).

Ainda que se houvesse o receio do esvaziamento das salas de aula pelos filhos dos produtores rurais, fazia-se necessário a criação de uma instituição que pudesse suprir a carência da região para privilegiar o setor agrícola e que permitisse fácil acesso, pela localização das áreas agrícolas da circunvizinhança. Foi em meio a todas essas reflexões que surgiu:

O Aprendizado Agrícola de Barbacena, que é dirigido pelo Dr. Diáulas Abreu, foi estabelecido conforme o art. 543 do Regulamento do Ensino Agrônomico, como uma escola prática de fruticultura, compreendendo a cultura das plantas frutíferas e os métodos de colheita, conservação, aproveitamento, embalagem e comércio das frutas, tendo sido incumbido de estabelecer as bases sobre que repousa sua organização o agrônomo Sr. Arsène Puttemans, chefe do laboratório de phytopathologia do Museu Nacional.

Fonte: BRASIL. Relatório do Ministro da Agricultura, 1911, p. 49.¹⁴⁵

Com autonomia para se organizar internamente, embasado no decreto de criação do ensino agrônomico, com a colaboração do engenheiro belga, removido do Museu Nacional, Arsène Puttemans, fica a cargo do Diretor conduzir e se responsabilizar pela administração da Escola, de acordo com as normas oficiais vigentes. Ao mesmo tempo, deveria definir a finalidade a que se destinavam seus trabalhos, o que é fortemente amparado pela visão de Moacyr:

Os aprendizados agrícolas poderão constituir estabelecimentos autônomos, organizados especialmente para as funções que lhe são destinadas. Deverão dedicar-se à produção de sementes de plantas úteis e possuir viveiros das mesmas plantas, inclusive as frutíferas para distribuição gratuita dos agricultores da zona. Os reprodutores de raça existentes nos aprendizados poderão ser utilizados pelos criadores para melhoramentos das raças que possuem em suas propriedades. Serão feitos ensaios de máquinas agrícolas. (MOACYR, 1942, p. 43).

Assim, o Ministro da Agricultura planejou para Barbacena o cultivo de horticultura e de pomares, tendo como base experimentos utilizados em outras instituições do exterior, tais como as da Bélgica e da França. O objetivo seria disseminar o cultivo de plantas frutíferas exóticas pelos agricultores da região, com intenção de se minimizar o comércio de exportação desses produtos. O Relatório do Ministro, de 1911, esclarece:

¹⁴⁵ Sobre o Museu Nacional, estudos mais aprofundados poderão ser localizados em: SILY. *Casa de Ciência, Casa de Educação – Ações Educativas no Museu Nacional (1818-1935)*. Tese de Doutorado, UERJ, 2012.

Participando, nos traços geraes de sua formação, da meoie das escolas praticas de horticultura e pomicultura da Belgica, e da Escola Nacional de Horticultura de Versailles, em França, o Aprendizado Agricola de Barbacena corresponde ao proposito de methodisar a cultura das plantas fructíferas, da qual podemos colher consideravel resultado e estabelecer a industria fructicola, para utilizar, sob differentes fórmas, as fructas que não poderem ser exportadas a grandes distancias, por falta de meios de transporte dotados de installações frigorificas.

Fonte: BRASIL. Relatório do Ministro da Agricultura, 1911, p. 49.

Por outro lado, espelhando-se nas experiências trazidas das escolas práticas da Bélgica e da Escola Nacional de Versailles, na França, o Diretor foi traçando o perfil do AA de Barbacena. O Dr. Gama Cerqueira,¹⁴⁶ em visita à Instituição, apresentou em seu relatório ao senhor Ministro as impressões que obteve junto à parte prática do ensino por ele presenciada. Assim, descreveu os campos do Aprendizado Agrícola de Barbacena:

Existem mais de 3.000 árvores fructíferas, sendo as principaes a ameixeira do Japão e européa, macieiras, pecegueiros, marmeleiros, etc. e mais 10.000 vinhedos. É grande o trabalho já feito em tão curto tempo. Duas collinas em cujos cumes se acham o Aprendizado e a casa do director, muitos pomares se succedem em terra planada, ligados por estradas, facilitando a communicação e o serviço agrícola. Póde-se já antever a orientação que o traçou bem como a direcção que possui. (BRASIL. Diário Official, Estados Unidos do Brazil, 1913).

As fotos ilustram as afirmações que trazem o DOU: “Podemos observar os mais de 10.000 pés de vinhedo, a extensão dos campos, os trabalhos de fructicultura já em andamento, assim como os ensinamentos práticos dos alunos:”

¹⁴⁶ Dr. Eduardo Reis da Gama Cerqueira, secretário do Ministro da Agricultura, Pedro Manuel de Toledo, foi designado para ser seu representante por ocasião da inauguração do AAB, em julho de 1913.



Figura 37 - Setor de Produção Agrícola, vista dos vinhedos, em 1917



Figura 38 - Alunos praticando enxertia, 1917¹⁴⁷

Essa área reservada para a parte prática do ensino, denominada setor de produção agrícola, parece estar de acordo com as especificidades que Ledent (1910) destacava como importante e imprescindível para a criação de uma instituição agrícola:

Uma escola agrícola média deveria ser creada em cada região bastante extensa e povôada para fornecer um numero sufficiente de alumnos ao estabelecimento. No ensino theorico e pratico, dar-se-ha mais importancia a uma ou outra categoria de cultura, criação ou industria agricola, conforme as necessidades particulares da região considerada. (LEDENT, 1910, p. 75).

A filosofia prescrita pelo autor seria a de um aprendizado que integrasse ensino teórico e prático, a fim de formar trabalhadores aptos aos diferentes serviços de uma pequena propriedade, destinado, preferencialmente, aos filhos de pequenos agricultores e trabalhadores rurais.

Havia a necessidade de que os filhos retornassem às propriedades de seus pais, para ajudar ou assumir a lida do campo ou, ainda, que entrassem no mercado de trabalho para que, a partir daí, obtivessem seu próprio sustento. Por fazerem parte do pequeno universo de jovens que podiam sair de suas fazendas para estudar, muitos deles, trabalhadores rurais, sentiam-se privilegiados por freqüentarem os bancos da sala de aula. De fato:

Até hoje, bem raros são os filhos dos trabalhadores que puderam freqüentar a escola além dos 12 annos. Nem sempre puderam receber a instrucção primaria completa dos seus três grãos regulamentares, essa instrucção que representa o minimo de cultura mental, a bagagem intellectual indispensavel a qualquer homem na nossa civilização, fosse elle um simples trabalhador manual. (LEDENT, 1910, p. 29).

¹⁴⁷ As fotos das figuras 37 e 38 estão em Vida Escolar, Estatística da Instrução em Minas do Anno de 1916, organizada pelo chefe da 4ª secção da Secretaria do Interior do Estado de Minas Geraes. Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, Bello Horizonte, 1917.

Desse modo, infere-se disso que a sintonia entre trabalho manual aliado à bagagem intelectual é o diferencial para uma educação profissional e agrícola de qualidade. Para o autor, a bagagem intelectual é indispensável para qualquer trabalhador manual, o que é fortemente defendido por Gramsci (1974). Gramsci afirma que todo trabalho manual é também intelectual. Essa mentalidade é que fazia com que o jovem, oriundo do ensino profissional e agrícola, deixasse de ser mero “apertador de parafusos”, um simples “copiador”. Ledent complementa que essa mudança comportamental só apareceria depois que o jovem aprendiz começasse a adquirir certo grau de maturidade. Segundo ele, paralelo a isso, teria força física e habilidade mental para traçar suas próprias linhas, o que só seria adquirido pela idade:

Segundo o nosso parecer, é desde uma idade pouca adiantada que deve cuidar da preparação dos futuros administradores e chefes de cultura. A sua formação mental e manual deve ter lugar enquanto o rapaz está ainda se desenvolvendo física e intelectualmente, durante a transição da juventude para a adolescência. É o período da vida a mais idônea para inculcar no homem, de um modo indelével, os princípios fundamentais que lhe não de servir de guia mais tarde. É o momento o mais favorável para adquirir os hábitos de ordem e o critério prático das coisas tão necessários na agricultura. Ainda que não seja indispensável exigir dos alunos trabalhos manuais demasiadamente prolongados, devem, contudo, possuir estes a força física necessária para lidar com os instrumentos aratórios. De um modo geral, essa condição não pode realizar-se antes dos quatorze anos. Será preciso, aliás, estabelecer uma gradação conveniente nos exercícios práticos durante os três anos que durará o ensino agrícola médio. Por outro lado, é uma imperiosa necessidade, ao entrar na escola, estar munido o jovem de uma instrução primária sólida, superior. É sumamente desejável que essa instrução, além dos três graus habituais de dito ensino, compreenda também um complemento *ou quarto grau*, que comporta ainda 2 anos de estudo. Naturalmente, será preferível que o dito complemento tenha sido ministrado numa escola agrícola elementar ou *chacara escolar*. Todavia, não se deverá negar a entrada aos rapazes que tiverem acabado um curso profissional elementar e que mostrarem disposições naturais para as ocupações rurais. (LEDENT, 1910, p. 68-69).

Em todo caso, o autor insiste sobre a importância de que, no momento de sua admissão na escola, os alunos deveriam possuir certo grau de maturidade. Ele se refere tanto a uma maturidade física para os trabalhos práticos do campo, quanto mental, para absorver os conhecimentos teóricos aliados aos práticos. Para isso, seria necessário que o aluno trouxesse consigo o mínimo de instrução básica para o desenvolvimento de suas habilidades intelectuais. Seriam essas as condições essenciais para se conseguir, do ensino em pauta, todo o proveito que dele se deveria esperar.

Ascolani complementa que uma das causas do abandono escolar ou da falta de capacitação para certas atividades profissionais estaria ligada à deficiência na formação moral, cultural e profissional, assim como à necessidade de um refinamento intelectual:

Pero al interior del debate político educativo, la deserción y la falta de capacitación laboral aparecían intermitentemente como dos problemas conexos, mas ligados a la formación de un hombre productor capacitado cultural, moral y profesionalmente para

insertarse en el mundo productivo, que a los objetivos formativos de una cultura intelectual mas sofisticada que se consideraba necesario para la correcta sociabilidad. (ASCOLANI, 2007, p. 373).

O autor aponta questões cruciais que deveriam ser observadas com sabedoria para que o indivíduo pudesse ser inserido no mundo produtivo do mercado de trabalho, como um adulto profissional e intelectual que planeja e executa suas ações.

Porém, era necessário que se fizessem reajustes até mesmo no recrutamento dos alunos dos aprendizados agrícolas, a fim de que os mesmos pudessem ser ajustados no ambiente escolar e pudessem vir a ser bons profissionais tanto de nível básico, médio, como possível candidato a prosseguir seus estudos no nível superior, conforme o ponto de vista de Ledent. Observe como o assunto é tratado:

Já se fizeram, no Brazil, mais de um ensaio de escola pratica de agricultura, porém muitas vezes sem conseguir-se os resultados esperados. Quando se procura descobrir os motivos desse facto, percebe-se que residem principalmente no modo defeituoso de recrutamento dos alumnos. Geralmente, para se ser admittido nesses estabelecimentos, exigia-se uma instrucção bastante desenvolvida, que não podia ser adquirida antes da idade minima de 16 annos. Ora, na classe rural propriamente dita – fazendo-se abstracção das familias de fazendeiros abastados – quantos são os jovens que possuem recursos sufficientes para prosseguir com os estudos durante um tempo muito prolongado? A´ maioria d´elles faltam os meios materiaes de continuar a educação até a idade de 19 annos. Devem ganhar a vida mais cedo e, desde os 16 ou 17 annos, procuram collocar-se numa empreza agricola, julgando, com razão, os paes, já não ser mais necessario a continuacção dos estudos theoricos e ser tempo de entrar na vida positiva. (LEDENT, 1910, pp. 65, 66).

Quanto ao recrutamento e o processo de admissão, o Decreto de 1911, o qual aprovou o regulamento do Aprendizado Agrícola de Barbacena, estabelecia:

Art. 50. Para ser admittido como alumno de curso regular deve o candidato submitter-se a exame de admissao, que versará sobre as materias do curso primario conforme o programma das escolas officiaes, ter pelo menos 14 annos de idade e 18 no maximo, ter boa conducta e constituição physica que o torne apto para o serviço do campo, ser vaccinado, revaccinado e não soffrer de molestias contagiosas ou infecto-contagiosas.

Art. 51. Para admissao no curso preparatorio ou primario deve o candidato ter, pelo menos, 11 annos de idade e o maximo de 16, boa conducta e reconstituicção physica, ser vaccinado e revaccinado e não soffrer de molestias contagiosas ou infecto-contagiosas, devendo o numero de matriculados ser fixado pelo ministro, ouvido o director. (BRASIL. Decreto nº 8.736, 1911).

Portanto, segundo o Decreto, haveria duas formas de admissão por faixa etária. Uma, para o curso regular, em que o candidato deveria se submeter a uma prova de admissão e ter pelo menos 14 e, no máximo, 18 anos; outra, de acordo com o que se prevê no Artigo 51, eram aceitos alunos de 11 a 16 anos para cursarem o ensino preparatório. Esse ensino era aquele que preparava, através de ensinamentos de conteúdos básicos e elementares, os jovens para serem aprovados pela seleção do curso regular. Assim, a estes seriam ministrados

conteúdos básicos para que pudessem atingir o nível de aprendizado referente àquele estágio de instrução profissional e agrícola.

Além de preparar o jovem para acompanhar seus colegas na equivalência dos estudos no processo ensino-aprendizagem, o jovem ia, aos poucos, adquirindo maturidade e estabilidade emocional, cultural, social, intelectual.

Com a nova perspectiva que despontava no horizonte do ensino agrícola, abriam-se novos leques de oportunidades, alargavam-se os interesses e os campos de atuação, ditados pelos órgãos públicos, conseguindo, inclusive, o crédito dos familiares que confiavam seus filhos à escola. Sobre este assunto, Ledent dá seu testemunho:

Com o systema de premios (*bolsas inteiras e meias bolsas*), concedidos pelos poderes publicos aos alumnos mais merecedores das escolas dos diversos municipios da região, não custará povoar a escola agricola média de bons elementos. Além disso, não duvidamos que, se o estabelecimento for organizado sobre bases racionaes, se offerecer aos paes de familia do campo a garantia de uma educação completa, ao mesmo tempo theorica e pratica, não duvidamos que essa instituição encontre o apoio effectivo da classe rural um pouco mais abastada. Na hora actual, essa parte da sociedade não tem remedio senão mandar seus filhos aos collegios e gymnasios, onde recebem uma instrucção toda abstracta, sem relação nenhuma com a vida agricola, melhor adaptada aos que pretendem entrar nas carreiras liberaes, administrativas ou commerciaes. (LEDENT, 1910, p. 69).

A credibilidade que os pais depositavam na Escola, ao lhe confiarem os filhos, passava a ser considerada fundamental para o sucesso da instituição. A falta de integração entre escola, família e comunidade poderia fazer com que as instituições ficassem fadadas ao fracasso, principalmente, por serem os pais os responsáveis por incentivarem seus filhos à frequência escolar. Contudo, fazia-se necessário um esforço e incentivo dos poderes públicos, para que não houvesse esvaziamento dos estabelecimentos agrícolas. Do contrário, toda a conquista teria sido em vão:

Essas reclamações de homens que, depois de terem lidado com a vida real de campo, perceberam as lacunas e os defeitos de sua propria educação, vêm corroborar as considerações de que se quizermos ganhar a confiança dos paes de familia que occupam uma situação média na lavoura, é necessario crear escolas que forneçam a seus filhos uma preparação profissional completa e bem coordenada, que lhes proporcionem uma cultura mixta, no mesmo tempo geral e especial, intellectual e manual. Esse ensino deve ser mais elevado do que o de um simples trabalhador, porem não desenvolvida de mais no sentido theorico. Essa instrucção, emfim, deve ser bem adequada ao gráo social que fica reservado mais tarde a esses moços na sociedade. No caso contrario, veremos essas familias continuarem a mandar os filhos para collegios cujo ensino não tem character agricola algum. (LEDENT, 1910, p. 78-79).

A necessidade de se conquistar a confiança dos pais de alunos para que enviassem e mantivessem seus filhos no ensino agrícola ou no ensino superior, com finalidade agrícola, foi alvo de preocupação do governo. Sem isso, seus esforços, ao longo dos anos, para se

cumprirem os objetivos de sua criação, obter respostas sociais compensadoras e conseguir o retorno dos investimentos feitos na criação dos vários estabelecimentos espalhados por todo o Brasil, de finalidade agrícola, teriam sido em vão.

De toda forma, não se pode entender a história do Aprendizado Agrícola, em pauta, sem se levar em conta as variáveis culturais, econômicas e sociais que condicionaram sua criação. Qualquer fato histórico é sempre filho do próprio tempo. Igualmente, as instituições voltadas para o ensino rural brotaram de um húmus social, com características próprias da época em que surgiram e não há como entendê-las se se menosprezam esses dados.

Por outro lado, é preciso dar atenção às mudanças de comportamento e dos modos de viver, conseqüentes à educação ministrada. Essas escolas teriam provocado importantes mudanças na mentalidade do homem rural no Brasil do início do século XX, pois elas traziam como objetos de suas criações a disseminação de novos modelos de tecnologias, novas formas de culturas, novos experimentos, utilizando seus espaços para apresentarem a ousadia de cultivos até então desconhecidos pela maior parte da população daquela região rural do Brasil.

Como espaço educacional a ser seguido como modelo, o Aprendizado Agrícola de Barbacena começou a disseminar novas tecnologias de experimentos de fruticultura de ponta para a época, incentivando a população de seu entorno. Assim, seus campos eram descritos:

Proseguiram, com normalidade, as plantações de fruteiras no pomar, que já conta 1.268 árvores frutíferas enxertadas e 6.469 videiras européas e americanas, havendo em viveiros mais de 42.000 mudas de espécies diversas, das quaes estão enxertadas cerca de 3.000, para serem no proximo anno distribuidas aos particulares que as solicitarem.

Fonte: BRASIL. Relatório do Ministro da Agricultura - Barbacena, 1913, p. 15.

Como comentado, a fruticultura foi o carro forte da época, haja vista o grande número de árvores, pés e mudas que comprovaram tanto a fertilidade das terras para tal cultivo, como o projeto institucional. O Relatório da época registrou o fato de já haver cerca de 3000 mudas de espécies diversas enxertadas para distribuição aos agricultores da região

Numerosos pedidos de plantas, endereçados á directoria do Aprendizado pelos proprietarios da localidade, são, em geral, satisfeitos, recebendo o estabelecimento, constantemente, a visita de agricultores e industriaes do interior, que o procuram.

Fonte: BRASIL. Relatório do Ministro da Agricultura - Barbacena, 1913, p. 15.

O fato de muitos lavradores, agricultores e fazendeiros do entorno solicitarem mudas de espécies diferentes de cultura e se interessarem pela aplicação de novas tecnologias em suas terras, indicou a aceitabilidade e a receptividade da população pela iniciativa. Observa-se, também, que disseminar as novas tecnologias pelos proprietários de terras da região fez parte de um dos objetivos do governo, previsto no decreto de criação do ensino agrônômico. Esse Decreto deveria ser utilizado como parâmetro para que, a partir dele, as instituições de Aprendizado Agrícola do país seguissem elaborando o próprio, baseado em suas particularidades. Embora seja uma iniciativa do governo para todo o país, suas reais intenções não pareciam totalmente transparentes. Este é um dos assuntos retornado, quando se abordar o tema sobre as iniciativas curriculares utilizadas ao longo dos anos pela instituição.

Por outro lado, ficou exposta a intenção do governo de que as instituições dessa natureza deveriam estar o mais distantes possível umas das outras:

Será de grande vantagem que estabelecimentos similares sejam fundados em diferentes regiões, porque, além dos benefícios citados, deverão contribuir, conjunctamente com os campos de demonstração, para melhorar o serviço de distribuição gratuita de plantas uteis aos agricultores, evitando os longos transportes a que actualmente estão sujeitas.

Fonte: BRASIL. Relatório do Ministro da Agricultura, 1911, p. 49.

O Ministro acreditava serem essas instituições campos de experiência e pesquisa para que fossem disseminadas novas culturas e novas tecnologias. Nota-se que, da sua criação em 1910 até sua inauguração em 1913, muitas benfeitorias foram feitas em seus campos.

Segundo o relatório da época, já havia considerável quantidade de culturas plantadas, antes mesmo da Instituição ter sido inaugurada. O processamento dessas atividades sem a presença dos alunos, a escolha de plantações frutíferas a serem cultivadas e a mão de obra que foi utilizada para que as plantações se encontrassem em estágio adiantado de produção, passam a ser objetos de questionamentos na pesquisa, o que se pretendeu apontar através da investigação histórica e os (des)caminhos da educação agrícola na região do entorno de

Barbacena. Para isso, os espaços da escola passaram a ser objetos de estudo, por que fossem percebidas as mudanças ocorridas ao longo do tempo, enquanto os arquivos e documentos locais ajudavam na construção da história, como principais fontes de informações. Contudo, ficou evidente a visão social e desenvolvimentista do seu primeiro Diretor, Diaulas Abreu, em ter implementado, em pouco tempo, o cultivo de frutas e produção de mudas para serem distribuídas aos produtores da região, conforme descrito no Decreto. Pelo acompanhamento da história, torna-se possível avaliar, sob os aspectos positivos ou negativos, as mudanças ocorridas ao longo tempo.

Ao longo da pesquisa, acompanhando as mudanças curriculares, pôde ser percebido que foram privilegiadas essa ou aquela cultura. Além da fruticultura de espécies ainda desconhecidas na região, iniciaram-se outras culturas, tais como, horticultura, forrageiras e floricultura:

As culturas hortenses e forrageiras acham-se ainda no período de início, pela falta de terreno próprio, que vai ser conquistado por importantes serviços de drenagem. Assim, terá esse estabelecimento, dentro em breve, mais de 50 hectares cultivados, divididos em pomares, horta, jardins e campos forrageiros, reservada igual extensão para floresta, que se estenderá pelos morros e encostas.

Fonte: BRASIL. Relatório do Ministro da Agricultura - Barbacena, 1913, p. 15.

Diante da diversidade de culturas a que a Escola se dedicava, pôde-se pensar na forma de subsistência ou a autossustentabilidade que o gestor utilizaria para oferecer refeição aos alunos que, conforme o decreto prevê, constituía-se em obrigatoriedade da instituição. Respostas a tão importantes indagações decorreram da análise dos currículos do AA de Barbacena, objetos de considerações mais adiante.

O levantamento de dados referentes às mudanças governamentais foi necessário a fim de que se entendessem as políticas públicas que se refletiram nas medidas internas, adotadas pelo gestor. Contudo, no âmbito da escola e no seu entorno, por influência dela, uma típica cultura foi desenvolvida: uma valorização de produtos caseiros, uma cultura de confecção de produtos artesanais, produtos voltados à agricultura ou à pecuária, bem como ao beneficiamento vindo desses produtos. Assim, criou-se uma via de mão dupla: a região beneficiava a comunidade escolar e esta, por sua vez, contribuía para o desenvolvimento cultural da população local.

A retrospectiva historiográfica, como processo para se entender o presente, através das fontes disponíveis, levou a perceber e compreender certas ações. Ao se elaborar uma espécie de panorama sobre o ensino profissional e agrícola no Brasil e no exterior, permitiu entender os debates e iniciativas em um plano mais global no que se refere a essa forma de ensino. Por outro lado, o levantamento historiográfico dos processos que antecederam a criação do Aprendizado Agrícola de Barbacena, na região e junto às políticas públicas de então, trouxeram para a mesa de debates, as razões pela escolha da cidade, o currículo e a possível clientela que inauguraria o AA de Barbacena.

No capítulo seguinte, o espaço físico, as instalações e a arquitetura do AA de Barbacena passam a ser investigados. Trata-se, portanto, de questionamentos que se voltam para o estudo de algumas particularidades da Instituição e suas articulações com as demandas e modelos de formato profissional.

3 MEMÓRIA ARQUITETÔNICA DO AA DE BARBACENA, MG

Bem mais do que planejar uma construção ou dividir espaços para sua melhor ocupação, a Arquitetura fascina, intriga e, muitas vezes, revolta as pessoas envolvidadas pelas paredes. Isso porque ela não é apenas uma habilidade prática para solucionar os espaços habitáveis, mas encarna valores. A Arquitetura desenha a realidade urbana que acomoda os seres humanos no presente. É o pensamento transformado em pedra, mas também a criação do pensamento. *Lemos, 2003.*¹⁴⁸

Nilo Peçanha criou o “Aprendizado Agrícola de Barbacena” em 1910, que iniciou suas atividades em 14 de julho de 1913, com a finalidade de ensinar aos filhos de pequenos agricultores e trabalhadores rurais a arte do cultivo da terra.

Pela dificuldade de se encontrarem arquivos que respaldassem as afirmações, foi necessário recorrer a estratégias para suprir certas falhas, conforme assinalam Clarice Nunes e Marta Carvalho. Segundo as pesquisadoras, é possível entrever algumas histórias embutidas num levantamento de fontes, tais como a história administrativa, a história política, a história social, a história econômica. Assim:

Entranhadas nos fragmentos arquivísticos e bibliográficos, estas histórias tecem pelo avesso as histórias da educação e nos ajudam a destacar a especificidade do objeto pedagógico que reside no seu caráter multifacetado, nem sempre percebido com clareza pelo pesquisador, a exigir o concurso de vários domínios do saber para ser apreendido na sua inteireza (sempre fugidia) e na sua complexidade (sempre em aberto). (NUNES; CARVALHO, 2005, p. 34).

Dessa forma, fatores ligados a incidentes relacionados aos arquivos da instituição estudada e ao modo de armazenamento de documentações, dificultaram o registro de certos acontecimentos de forma mais clara e sequenciada.

Na intenção de apresentar um panorama geral foram privilegiadas investigações dos congêneres criados numa mesma época para que a partir de suas criações, funcionamento e políticas de administração internas, pudesse apreender-se o que possibilitou o Aprendizado Agrícola de Barbacena ter se firmado como instituição de renome no cenário nacional.

¹⁴⁸ Em *O que é Arquitetura?* Carlos Alberto Cerqueira Lemos é arquiteto e Historiador de Arquitetura Brasileira. Participou do projeto do parque Ibirapuera e dirigiu o escritório de Oscar Niemeyer, em São Paulo. Fonte: www.infoescola.com/arquitetura. Acesso: janeiro, 2013.

3.1. Aprendizado Agrícola de Barbacena no cenário nacional

A princípio foi feito um levantamento das iniciativas do Governo Federal pela criação das instituições denominadas Aprendizados Agrícolas, dentro do panorama nacional. Por meio de decretos, a União criou, em 1910, os três primeiros Aprendizados Agrícolas, nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Um ano após, criou outros quatro em outros Estados e, nos anos de 1912 e 1919, instituiu mais dois Aprendizados. Este contingente se manteve por quase três décadas, como pode-se observar pelo quadro:

Tabela 3 – Criação e Extinção – Primeiros Aprendizados Agrícolas no Brasil, 1910 a 1931.

APRENDIZADOS AGRÍCOLAS - CRIAÇÃO E EXTINÇÃO		
1910 – 1920		
Nome da Instituição	Criação	Extinção
AA de São Simão	Decreto 8.357 de 09-11-1910	1914 - 04 anos
AA de Barbacena	Decreto 8.358 de 09-11-1910	-
AA São Luiz das Missões	Decreto 8.365 de 10-11-1910	1925 - 15 anos
AA de Tubarão	Decreto 8.872 de 02-08-1911	1914 - 03 anos
AA de Igarapé-Açu	Decreto 8.972 de 14-09-1911	1914 - 03 anos
AA de Satuba	Decreto 8.940 de 30-08-1911	1927 - Estado
AA de Guimarães	Decreto 9.514 de 10-04-1912	1914 - 02 anos
AA da Bahia	Decreto 8.607 de 08-03-1911	1926 - 15 anos
AA de Juazeiro	Decreto 13.628 de 28-05-1919	1931 - 12 anos

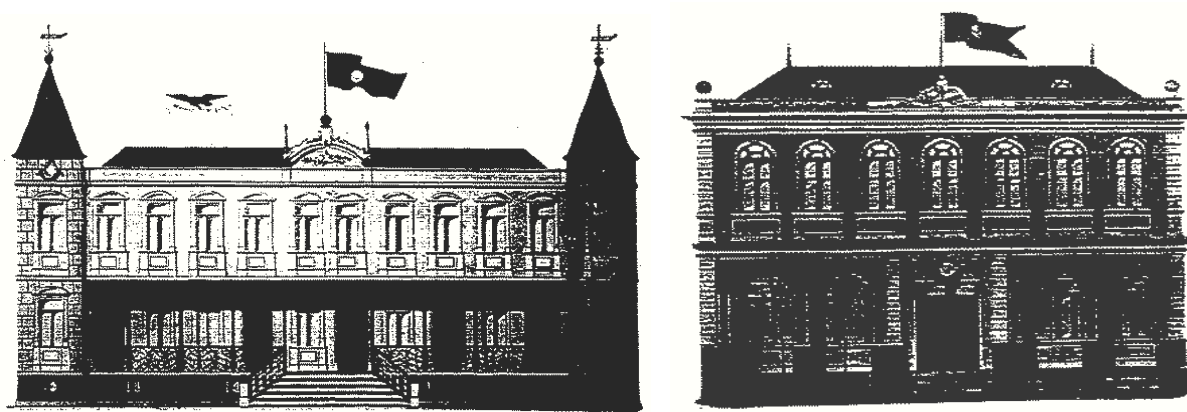
Fonte: BRASIL. Leis e Decretos de 1910 a 1931.

Pelo quadro apresentado, observam-se as três primeiras instituições foram criadas favorecendo as regiões Sul e Sudeste. Em seguida, outras regiões foram também contempladas ficando, assim, distribuídos: três aprendizados na região Nordeste e dois aprendizados nas regiões Sul, Sudeste e Norte. Em um primeiro momento, no período de um ano e meio desde a aprovação da Lei do Ensino Agrônômico, o número de Aprendizados Agrícolas quase triplicou. Após a criação dessas nove instituições espalhadas por quatro das cinco regiões brasileiras o número se manteve inalterado até as proximidades do ano de 1930, quando houve a reformulação do Ensino Agrônômico. Em 1934, ocorreram novos redirecionamentos nos objetivos dos Aprendizados Agrícolas, fazendo com que houvesse algumas mudanças internas repercutindo, inclusive, na reformulação das matrizes curriculares dos Aprendizados Agrícolas.

Ao se investigar a trajetória histórica dessas primeiras instituições de Aprendizados Agrícolas da malha Federal, observou-se os vários aspectos que caracterizaram cada uma delas. Enquanto algumas foram criadas em locais onde já havia certa infraestrutura, outras

foram projetadas pelo Governo e algumas outras iam pouco a pouco edificando suas próprias instalações, observando as necessidades e peculiaridades regionais, conforme estabelecido pelo Governo.

No caso do Aprendizado Agrícola de São Simão, SP (1910), do AA de Tubarão, SC (1911) e do AA de Guimarães, MA (1912), o Ministro Pedro de Toledo mandou fazer uma planta para construção dos prédios em que esses três estabelecimentos deveriam funcionar. Da mesma forma, o Governo projetou a construção do prédio para o funcionamento do internato das mesmas instituições. Assim, ao contrário dos demais, essas instituições teriam um mesmo padrão, ao menos em suas estruturas arquitetônicas:



Figuras 39 e 40 - Plantas dos edifício-sede e internato a serem construídos para o AA de São Simão, SP; para o AA de Guimarães, MA, e para o AA de Tubarão, SC.

Fonte: BRASIL. RMAIC, 1912

Em 1913, o AA de São Simão, SP, já possuía todo o material agrário, e os animais já haviam sido adquiridos, o que permitiu iniciar os respectivos serviços, levantando-se pequenas construções rurais, de caráter provisório. Esse Aprendizado deveria especializar-se em trabalhos de horticultura e fruticultura. O AA de Tubarão, SC, nesse período, encontrava-se em vias de instalação.

Embora o Governo Federal envidasse esforços para construção e manutenção dos Aprendizados Agrícolas espalhados pelo país, devido a uma grande crise orçamentária por que passava o país, em 1914, foi necessário extinguir alguns deles por Decreto (BRASIL. RMAIC, 191). Por falta de dotação orçamentária foram extintos o AA de São Simão, SP, que inaugurou a série de instituições de Ensino Agrônomo; o AA de Tubarão, SC, e o AA de Guimarães, MA, após 04, 03 e 02 anos de suas criações, respectivamente.

Por sua vez, o AA de Igarapé-Açu, PA,¹⁴⁹ criado em 1911, no Estado do Pará, onde já havia funcionado uma estação experimental de agricultura, prosseguia com as adaptações dos prédios, contando com a ajuda governamental. Vale mencionar, aqui, o empenho do Governo em prol desse estabelecimento quando, em dado momento de 1913, a Instituição se encontrava em dificuldades para arremeter pessoal administrativo. O Governo disponibilizou, em seu favor, uma alta cifra,¹⁵⁰ por Decreto. Os valores correspondiam a um total de 40% acima do vencimento dos trabalhadores daquele Estabelecimento, como forma de gratificação adicional para incentivar a permanência dos funcionários na Instituição. Contudo, no ano seguinte, em 1914, 03 anos após sua fundação, o Governo, também, extinguiu o AA de Igarapé-Açu, no Pará, por falta de dotação orçamentária.

O AA da Bahia foi criado para se estabelecer no prédio onde funcionou o Imperial Instituto de Agricultura da Bahia. A foto abaixo registra sua estrutura arquitetônica, no ato de finalização de sua construção:



Figura 41 - Vista da construção do prédio central do Imperial Instituto de Agricultura da Bahia, onde funcionou o AA da Bahia, (s/d).

Fonte: Biblioteca Nacional - www.bn.br/bndigital. Acesso: fevereiro, 2012.

Assim, o AA da Bahia, criado em 1911, dispunha de um belo e amplo espaço físico, o mesmo em que, décadas atrás, funcionou o Imperial Instituto de Agricultura da Bahia. O Aprendizado Agrícola funcionou nesse espaço até sua extinção por Decreto, em 1926

¹⁴⁹ Diferente das instituições nordestinas, situadas em regiões açucareiras, a instituição paraense tinha como predominância a cultura de gêneros alimentícios, principalmente a mandioca onde se poderia produzir a farinha de mandioca. (BRASIL. RMAIC, 1912).

¹⁵⁰ No valor de 6:907\$904 (seis contos, novecentos e sete mil, novecentos e quatro réis), através do Decreto nº 10.125, de 19-03-1913.

(BRASIL. RMAIC, 1926). Por sua vez, o AA de Satuba, AL, também, na região nordeste, foi extinto no ano seguinte, em 1927 (BRASIL. RMAIC, 1927), quando passou a pertencer ao governo do estado de Alagoas.



Figura 42 - Edifício do AA de São Luiz das Missões.
Fonte: BRASIL. RMAIC, 1926.

Em uma região caracterizada economicamente pela agricultura com as culturas frutícolas, especialmente da uva e, a pecuária, com a criação de gado, foi instalado o AA de São Luiz das Missões, RS, o terceiro a ser criado no país em 1910. A Instituição funcionava em dois prédios: um prédio com dois andares de esquina e outro pavilhão com um pavimento. Iniciou suas atividades em 1912, com 32 alunos, em regime de internato e externato. Também, possuía oficinas de ferraria e carpintaria, com bom funcionamento dos trabalhos de horticultura, jardinagem e fruticultura e abundantes colheitas. Contudo, por falta de demanda, foi extinto por Decreto em 1925 (BRASIL,1925).

O AA de Juazeiro foi criado na Bahia em 1919, mas devido a uma cheia que inundou a Instituição, foi transferido para o outro lado do rio São Francisco, para a cidade de Petrolina, em Pernambuco. Após o episódio da enchente, a AA de Juazeiro foi atingido por outra calamidade, um surto de malária, tendo tido, inclusive, um óbito entre os alunos. Foi extinto, por Decreto,¹⁵¹ em 1931. Essas trajetórias institucionais permitiram apontar que, dentre os Aprendizados Agrícolas, o que mais se destacou no cenário nacional foi o de Barbacena.

¹⁵¹ BRASIL. Decreto nº 19.848, de 10-04-31, que rege sobre a extinção do Aprendizado Agrícola de Juazeiro, na Bahia.

3.2 Raízes do Aprendizado Agrícola de Barbacena

Para a constituição do espaço físico do AA de Barbacena, a Fazenda Federal, buscando atender à necessidade de terras e de prédios para sua construção, iniciou seu investimento desapropriando e adquirindo de Francisco Maximiliano e outros, uma área de 103 alqueires de terras e benfeitorias da propriedade denominada Fazenda “João Ribeiro,” em junho de 1910.¹⁵² Como se observa, a aquisição da primeira propriedade se sucedeu 05 meses antes mesmo de sua criação, datada de novembro de 1910. Logo, a instalação do Aprendizado Agrícola de Barbacena, MG, fazia parte dos planos do Governo, bem antes de sua criação. A partir de sua criação, outras propriedades, terrenos e pequenos imóveis, no entorno da primeira fazenda, foram, aos poucos, sendo desapropriados e adquiridos pela União. Essas propriedades, pequenos terrenos, áreas, imóveis em que se propôs construir o AA de Barbacena, tiveram como ex-proprietários Severino Martins Rodrigues, Ignez Dias Pires, Lindolpho Migon, Tobias Ferreira de Moraes, Antonio Bernardes dos Reis, Emilio Rabello, Georgina Leal, Adelaide Candida Martins, coronel Rufino José Ferreira, Antonio Gonçalves da Silva Macedo e Filho. Todos esses imóveis se situavam na Rua Monsenhor José Augusto e na Praça Doutor Jardim, onde seria construído o jardim principal, destinado ao setor de Jardinocultura.

Em seguida, adquiriu-se de alguns produtores rurais, fazendeiros da época, algumas propriedades para a construção do prédio-sede. Proprietários de uma área de maior extensão, Rodolfo Ernesto de Abreu e sua esposa, pais do primeiro Diretor da instituição, venderam à União a “Chácara e Sítio,”¹⁵³ conforme o relatório ministerial documenta:

Creado por decreto n. 8.358, de 9 de novembro de 1910, o
Aprendizado Agrícola de Barbacena, obteve o Governo da União,
por compra, a propriedade agrícola do sr. coronel Rodolpho Abreu
e nella fundou este estabelecimento.

Fonte: BRASIL. RMAIC, 1911.

Da mesma forma que o Governo Federal adquiriu a fazenda do Cel. Rodolpho Abreu, o Padre Luiz Zanchetta vendeu, também, à União Federal, uma Chácara no lugar denominado

¹⁵² Escritura de compra e vendas, de 9 de junho de 1909, lavrada no livro de notas do Tabelião Ferraz, em Belo Horizonte.

¹⁵³ Escritura lavrada no Nono Cartório do Rio de Janeiro, datado de 31 de dezembro de 1910 e ratificada em 6 de fevereiro de 1919.

“São Geraldo,” anteriormente, conhecido como Fazenda “Maria Antônia,”¹⁵⁴ possuindo uma grande casa de moradia. As unidades adquiridas pelo Governo Federal somavam área de 445 ha.,¹⁵⁵ distribuídos da seguinte forma: campo: 60 ha; cerrado: 86 ha; cultura: 81 ha; mata: 109 ha; pastagens: 100 ha; serviço: 9 ha. O Ministro da Agricultura descreve suas impressões a respeito:

o AA de Barbacena, que tinha sido criado em uma fazenda com grande produção frutícola e com uma boa estrutura predial, mas que apesar disto necessitava de melhorias, principalmente na canalização de água e esgotos, na construção de prédios para residência do pessoal administrativo, e em sua parte de campo precisava-se do levantamento de alguns viveiros de plantas e transplantação de árvores. (BRASIL. RMAIC, 1912).¹⁵⁶

Ao mesmo tempo em que se adquiriam terrenos e prédios, o Governo Federal aprovou a lista de materiais requeridos pelo diretor do estabelecimento, Diaulas Abreu, incluindo plantas e sementes, instrumentos e aparelhos agrícolas, materiais para os gabinetes de história natural, química, física e museu, além de uma extensa relação de livros. Uma parte desses pedidos viria da França e outra dos Estados Unidos.

Com relação à produção de frutas, a solicitação de mudas feita pelo Diretor, constava das seguintes variedades:

Tabela 4 - Setor de Fruticultura - Variedades de mudas de frutas:

FRUTICULTURA			
Espécie	Variedade	Total de Mudanças	Varição
Maçãs	15	210	10 mudas de cada espécie
Peras	10	100	10 mudas de cada espécie
Crab Apple	02	20	10 mudas de cada espécie
Pêssego	10	100	10 mudas de cada espécie
Damasco	03	30	10 mudas de cada espécie
Nectarina	02	20	10 mudas de cada espécie
Ameixa	10	100	10 mudas de cada espécie
Uva	10	250	25 mudas de cada espécie
Groselha (Currant)	06	600	100 mudas de cada espécie
Groselha (Gooseberry)	04	400	100 mudas de cada espécie
Amora Preta (Dewberry)	03	300	100 mudas de cada espécie
Amora Preta (Blackberry)	06	600	100 mudas de cada espécie
Framboesa	05	500	100 mudas de cada espécie

Fontes: Livro de Prestação de Contas; acervo da Instituição; RMAIC, 1911.

¹⁵⁴ Escritura pública lavrada no livro especial do Tabelião de Notas do 2º Ofício de Belo Horizonte, em 30 de dezembro de 1911.

¹⁵⁵ Levantamento planimétrico feito pelo DER 4, no ano de 1976.

¹⁵⁶ Todas as aquisições efetuadas pela União, incluindo-se as escrituras, somaram-se a quantia de 50:000\$000 (cinquenta contos de réis).

As especificações das plantas frutíferas encontravam-se descritas de forma detalhada, constando quais eram as espécies (uma mesma fruta de espécies diferentes), quantas variedades de cada espécie, quantas mudas de cada variedade e o total de pés que essa determinada fruta teria. Em sua solicitação, o Diretor explicitava que essas mudas deveriam ser trazidas do exterior. Indicava os países como Estados Unidos e França. Na França, indicava Paris e Troyes-Aube. Todas as especificações estavam transcritas em língua inglesa. Como exemplo, a produção da uva e suas variedades como tecnologia de experimento no pomar do AA de Barbacena: eram 250 pés, com 25 mudas de 10 espécies diferentes, dentre elas constavam: *stark eclipse, stark king Philip, diamond, stark delicious, agawam, catawba, stark star, emperor, Thompson seedless, flame tokay*. No detalhamento, havia o tempo para colheita, que, no caso das uvas, era de 02 anos e, ainda, complementava com os preços em que seriam compradas com valores diferenciados para cada espécie. No total, frutificariam 3.230 árvores ou pés de plantações.

Paralelo ao setor de fruticultura, foram iniciados os trabalhos para o desenvolvimento do setor de horticultura, para isso o Diretor solicitou a aquisição de mudas e sementes de hortaliças e leguminosas, tais como:

Tabela 5 - Setor de Horticultura - Variedade de hortaliças e leguminosas

HORTICULTURA	
72 espécies diversificadas	Aspargo, beterraba, cenoura, chicória, forrageira, couve-de-bruxelas, couve-flor, brócolis, repolho, espinafre, fava, salsa, alface, lentilha, mostarda, pimenta, pimentão, cebola, soja, tomate...

Fontes: Livro de Prestação de Contas; acervo da Instituição; RMAIC, 1911.

O mesmo cuidado que o Diretor utilizou para descrever o material requisitado para o setor de fruticultura, assim também o fez para descrever o que pretendia que a União comprasse para o setor de horticultura. Para este setor, a quantidade de mudas, grãos ou sementes seria adquirida a quilo. Estas eram algumas das variedades mais conhecidas, vale lembrar que cada uma destas espécies tinha todos os tipos de variedades, cores, texturas, marcas e origens as mais diversificadas possíveis.

Para que se tenha um exemplo da variedade de espécie, utilizou-se a couve como modelo: *chou de Schweinfurth, chou quintal d'Alsace, chou (fourragère) de la Sarthe, chou de Bruxelles, chou-fleur nain, très hâtif, chou brocoli blanc hâlif, chou-navet blanc, chou-rave blanc hâlif de Vienne*. O detalhamento, para a compra, especificava que eram 10 pacotes de sementes com 30 gramas de cada variedade, portanto, 300 gramas de sementes de couve.

As variedades utilizadas como experimentos eram distribuídas no setor de horticultura do AA de Barbacena. Além das especificações estarem escritas em francês, constava, também, o detalhamento com os preços diferenciados de cada espécie, inclusive o gasto com transporte para entrega do material.

Paralelamente ao procedimento de melhorias e instalações nas edificações das dependências, os setores de produção do AA de Barbacena já se encontravam em funcionamento, ora plantando, ora arando, ora colhendo. Contudo, o destaque era sempre dado à produção frutícola e, em especial, à produção de uva. Embora ainda não tivesse a presença de alunos, o que só aconteceu em 1913, o processo de plantio e colheita era realizado por todos que faziam parte do quadro de servidores, incluindo o Diretor. Sobre as condições produtivas do AA de Barbacena, destaca o relatório ministerial de 1912:

A cultura a que se dedicam, por enquanto, os maiores cuidados é a de frutíferas europeias e asiáticas e de videiras, sendo de extraordinária beleza e delicioso sabor os frutos colhidos, para o que muito tem concorrido o clima e o valor das terras em que se acha o Aprendizado. Da uva colhida fabrica-se ali vinho de excelente qualidade. (BRASIL. RMAIC, 1912, p. 19).

Dessa forma, as afirmações do Ministro da Agricultura permitiram retomar algumas hipóteses levantadas anteriormente quanto ao clima privilegiado para o desenvolvimento e produção de determinados cultivos. Eram produtos que, em muitas das vezes eram exportados por não haver produção no país, em larga escala, que pudesse suprir as necessidades da população. Esse cruzamento de informações permitiu crer que, em 1912, o AA de Barbacena já produzia frutas, haja vista que as videiras frutificavam em 02 anos. Era comum que os Diretores dos Aprendizados Agrícolas apresentassem os altos escalões do governo com pequenas amostras do que se produzia na Instituição. Referia-se aos frutos como sendo de “extraordinária beleza e delicioso sabor”.

Vale ressaltar que, como o AA de Barbacena ainda não tinha alunos, os trabalhos eram executados pelos diaristas do estabelecimento com o intuito de preparar a área nas culturas mais apropriadas para a região. Dessa forma, como o estabelecimento foi criado com o intuito de ser referência na fruticultura, a maior parte do terreno foi preparada para esse tipo de cultura. Quatro hectares e meio de pomares e enxertia de 720 videiras, a principal cultura da instituição, foram destinados para tal finalidade.

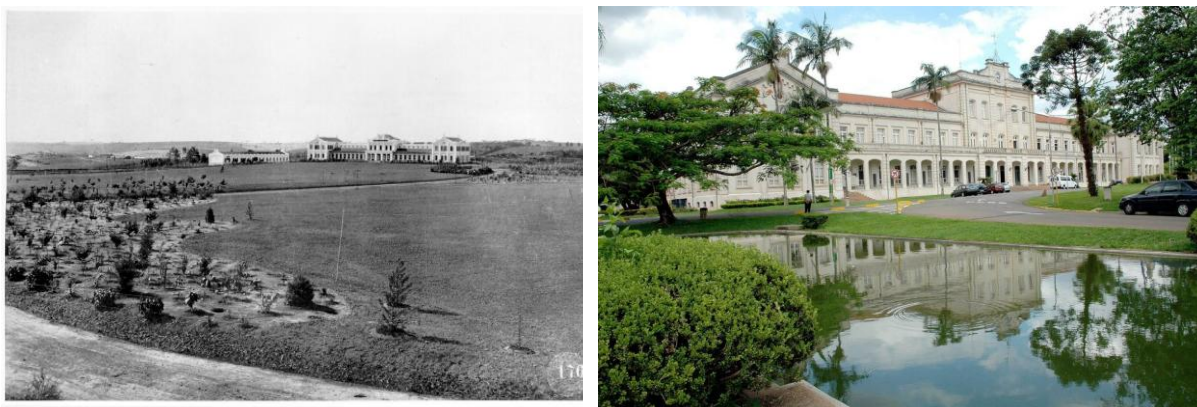
Outro setor que mereceu atenção do AA de Barbacena foi o de floricultura. Para isso, antes mesmo de se inaugurar a instituição, com a recepção de alunos, o Diretor procedeu à solicitação para se adquirir modelos de plantas ornamentais.

Para auxiliar o diretor Diaulas Abreu no processo de implantação e organização da

instituição mineira, o Governo Federal contratou alguns funcionários e, em especial, incumbiu o chefe do laboratório de fitopatologia do Museu Nacional, o paisagista belga Arsène Puttemans.

Arsène Puttemans, o arquiteto e paisagista belga, antes de iniciar seus trabalhos como auxiliar do Diretor do AA de Barbacena, trazia em seu currículo passagens por outras instituições, no Brasil, como idealizador de projetos arquitetônicos, muitos deles de ordem paisagística.

Uma das instituições que trazem os traços de Puttemans é a Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), Universidade de São Paulo (USP), Campus de Piracicaba, SP. Em 1905, com o auxílio de Luiz Teixeira Mendes, professor de Fruticultura e Silvicultura da Escola, idealizou e elaborou o projeto arquitetônico do parque, tendo sido inaugurado em 1907.¹⁵⁷ Ali o belga deixou as marcas de sua participação:



Figuras 43 e 44 - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), Universidade de São Paulo (USP), Campus de Piracicaba, SP, (s/d).¹⁵⁸

Ainda em São Paulo, houve outro feito com as realizações do paisagista. Puttemans colaborou com o projeto do Jardim do Parque do Museu da Independência do Ipiranga, em São Paulo, SP, em 1908, dois anos antes de participar do projeto do AA de Barbacena.

¹⁵⁷ Fonte: Informação colhida em <http://www.esalq.usp.br/parque/toppage1.htm>. Acesso: novembro, 2010.

¹⁵⁸ Fonte: <http://www.esalq.usp.br/parque/toppage1.htm>. Acesso: novembro, 2010. O texto descreve que na 1ª figura há um maciço recém implantado e na 2ª encontra-se um dos lagos do campus.



Figura 45 - Museu Imperial da Independência Ipiranga, SP, (s/d).

Fonte: museuipiranga.jpg.



Figura 46 - Parque do Ipiranga, SP (s/d).

Fonte: jardim-do-parque-da-independencia-ipuranga.jpeg.

Além desses feitos, Puttemans contribuiu de forma acentuada e significativa para o assentamento do AA de Barbacena em um perfil belgo-francês, de acordo com o que pretendia e idealizava o MAIC. O Ministro descreveu, em seu relatório, um pouco da história de vida de Puttemans antes de sua vinda para o Brasil: “Participando, nos traços gerais de sua formação, da índole das escolas práticas de horticultura e pomicultura da Bélgica, e da Escola Nacional de Horticultura de Versailles, em França.” (BRASIL. RMAIC, 1911, p. 49). Por essas e outras razões, ele acreditava que muito de seus trabalhos seriam úteis para o Aprendizado Agrícola de Barbacena.

O Diretor registrou, em documento, ter contado com a colaboração do Dr. Arsênio Puttemans na construção do edifício principal e principais dependências, conforme descrito a seguir:

O nosso primeiro trabalho foi, além de manter tratadas as culturas existentes, organizar as bases para a expedição do regulamento que devia reger este Aprendizado. Para isso foi designado por v. ex., a fim de colaborar commigo, o dr. Arsenio Puttemans, tendo esse senhor apresentado a v. ex. um relatório sobre os nossos trabalhos, annexando-lhe varias plantas, nas quaes indicámos como nos parecia deviam ser construidos os edificios principaes, destinados á directoria, sala para aulas, gabinetes, officinas, fabrica de conservas, frigorifico, seccagem de fructas, refeitório, etc. Havendo aproveitado v. ex. o nosso trabalho, fo-

Fonte: BRASIL. Relatório do Diretor Diaulas Abreu, 1911.

Além de colocar em prática o projeto com a instalação do gabinete da diretoria, as salas de aula, o refeitório e alguns dos laboratórios nas dependências do prédio principal, idealizados por Puttemans, Diaulas Abreu iniciou os trabalhos para implantar o setor de jardinagem.

Esse setor de produção seria utilizado tanto para se difundir as técnicas de plantio de flores e de plantas ornamentais, quanto teria a função estética, fundamental para se preservar a “boa imagem” da Instituição. Para isso, Diaulas Abreu solicitou ao MAIC a aquisição de sementes e mudas de flores e arbustos ornamentais que seriam adquiridos, em sua maioria, na Europa, conforme exposto no quadro a seguir:

Tabela 6 - Setor de Floricultura - Variedade de Plantas Ornamentais

PLANTAS ORNAMENTAIS			
Espécies	Variedades	Quantidade	Diversificação
Sementes de Flores	57	57 pacotes Sementes	Várias/Sortidas
Sementes de Flores da Serra	05	57 pacotes Sementes	Várias/Sortidas
Suplementos	04	57 pacotes Sementes	Várias/Sortidas
Bulbos de Flores	07	250 Mudas	09 Cores Diversas
Palmeiras	200	200 Mudas	01 Espécie
Plantas Oficiais	01	48 kg Sementes	01 Espécie
Plantas Forrageiras Industriais	04	11.200 gr. Sementes	04 Várias/Sortidas
Árvores	23	120 kg Sementes	23 Várias/Sortidas

Fontes: Livro de Prestação de Contas; acervo da Instituição; RMAIC, 1911.

Dentre as espécies e variedades raras de flores, especificam-se as mais conhecidas como dalias, miosótis, petúnias, tulipas, margaridas, flores de grande porte, damas-da-noite, primaveras, gardênia, cravos, rosas, estrela do norte, violeta, angélica, palmas e, a exemplo dos crisântemos com 12 espécies, todas as espécies possuíam variedades, dimensões e tonalidades diferentes e sortidas. Como exemplo, uma variedade de flores grandes de tonalidades diferentes, em que constava em suas especificações: *pensée à grandes fleurs maculées*, *pensée à grande fleur noire*, *pensée à grande fleur jaune d'or à macules*, *pensée à grande fleur panachée et striée*, *pensée à grande fleur pourpre*, eram variedades utilizadas como experimento para serem difundidas nos setores de jardinagem e de floricultura do AA de Barbacena.



Figura 47 - Vista lateral do Setor de Jardinagem localizado em frente às Oficinas de Manufatura - Acervo da Instituição (s/d).

As especificações das plantas ornamentais encontravam-se descritas com esmero e uma cuidadosa minúcia. Havia um detalhamento de cores, modelos e tamanhos para se diferenciar cada espécie. Especificavam-se também, os preços de cada pacote de semente, assim como o maço de pacotes, constando os valores diferenciados para cada espécie de planta e incluía, em seu relato, os gastos com transporte, já que as plantas viriam de outros países. O detalhamento se apresentava transcrito em língua francesa.

No caso específico da cidade de Barbacena, era grande o número de cultivadores de rosas na região,¹⁵⁹ disseminando, dentre os cultivadores locais, mudas de novas espécies de flores, bem como modernas tecnologias de plantio. Assim, alunos e produtores conheceriam famílias de plantas ornamentais diversificadas. A esse respeito, Ledent reforça a ideia do ensino da jardinagem na Escola:

Considerados sob o ponto de vista physico, os exercicios de jardinagem hão de fortalecer os rapazes e desenvolver a sua destreza manual, assim como as faculdades de observação pelos sentidos. É a verdadeira educação ao ar livre, tão aconselhada pelos melhores espíritos. Se examinarmos o lado intellectual, basta dizer que os trabalhos de jardinagem organizados racionalmente e acompanhados das explicações do professor, representam um methodo intuitivo de primeira ordem. As noções assim adquiridas são compreendidas por todos com facilidade e ficam bem gravadas na mente, porque se exercita o raciocinio sobre realidades tangíveis. (LEDENT, 1910, p. 52).

Dessa forma, os jardins serviriam tanto como objeto instrucional de aprendizado agrícola, quanto para os momentos de recreio e lazer. O espaço de jardinagem do AA de Barbacena foi projetado para ser o “cartão de visita” da Instituição que, por situar-se à frente

¹⁵⁹ O Cultivo de flores e rosas ainda é marcante na cidade e região, por esta razão uma vez ao ano a cidade cedia a festa das rosas por isso é considerada “Cidade das Rosas”.

do prédio central, receberia cuidados especiais para causar “boa impressão” àqueles que visitavam o estabelecimento.

Constituída por um projeto arquitetônico normando e um jardim em estilo holandês, o primeiro Aprendizado Agrícola de Minas Gerais se tornou uma instituição diferenciada, não apenas por sua estrutura paisagística, mas por ter-se firmado, dentro do cenário nacional, cumprindo sua proposta de criação.



Figuras 48 e 49 - Parque externo no entorno do AA de Barbacena - Acervo da Instituição (s/d)

Como se pode ver através dessas figuras, o AA de Barbacena foi edificado em um local de destaque, numa região central da cidade, localizado em área privilegiada, sobre uma das mais altas colinas da região, uma vez que a cidade espraia suas ruas e avenidas no alto de um dos braços da serra da Mantiqueira, a mil cento e sessenta e quatro metros de altitude. O edifício principal é de estilo normando, projetado na França, possuindo uma torre lateral com um relógio alemão em seu topo. O conjunto arquitetônico reflete imponência e suntuosidade, que contou com a supervisão do Diretor, Dr. Diaulas Abreu, para os trabalhos de sua construção, iniciados em 1910.

Pelo estilo arquitetônico dos Aprendizados Agrícolas pesquisados, observou-se que eram modelos com cuidadosos projetos de instalações. Pela suntuosidade dos prédios, como pôde ser observado pelas instalações do AA de Barbacena, bem como pelos projetos, elaborados pelo governo federal, do prédio-sede e do internato para funcionar em 03 instituições criadas num mesmo período, o AA de São Simão (SP), AA de Guimarães (MA) e o AA de Tubarão (SC), foi possível notar que o governo federal almejou criar edifícios próprios para esses Aprendizados, o que diferenciou quando da criação dos Aprendizes Artífices nas capitais. Para aqueles constava no Decreto de criação que o governo autorizava o funcionamento em qualquer edifício pertencente à União.

Paralelo a isso, observou-se, também, que se tratavam de instalações as quais

deveriam destacar-se, como se representassem, simbolicamente, o progresso e a modernidade, talvez para que se pensasse o ensino agrícola numa nova perspectiva, sob um olhar mais racional, técnico e científico do homem em relação à terra.

3.3. Implantação do espaço físico do Aprendizado Agrícola de Barbacena, MG

A peculiaridade de se ter uma via férrea na cidade em que houvesse um Aprendizado Agrícola, parecia ter sido um fator preponderante para seu estabelecimento naquela localidade, como o RMAIC destacou abaixo:

A chacara adquirida em Barbacena para o aprendizado agrícola acha-se no perímetro da cidade, à distância de 250 metros da estação da Estrada de Ferro Central do Brasil, e tem a área total de 435.357 metros quadrados.

Fonte: BRASIL. Relatório do Ministro da Agricultura, 1911, p. 48.

A seguir, a ilustração da Estrada de Ferro Central do Brasil passando pela área interna do Aprendizado Agrícola de Barbacena:



Figura 50 - Estrada de Ferro Central do Brasil - área interna do AA de Barbacena (s/d).¹⁶⁰

Como se pode observar pela foto, a estrada de ferro está passando dentro das dependências da Instituição. Por isso foi necessário que o governo enviasse recursos para se cobrirem despesas com a construção de uma ponte de ferro para a travessia dos alunos ao se

¹⁶⁰ Fotografia aleatória, mostrando a estrada de ferro que passa, ainda no presente, porém com menor frequência, pelos fundos das dependências do AA de Barbacena.

dirigirem aos núcleos de produção, uma das primeiras providências tomadas pelo Diretor, conforme consta em seu relatório, quando ele faz a prestação de contas:

de ferro, transformação de um chalet, construção do simoxari-fado, pintura da ponte de ferro sobre a Estrada de Ferro Central do Brasil, demolição de dois prédios, construção de 76 metros de muro de tijolos, aradura etc. de quatro hectares e meio de pomares; destocamento, aradura, destorroamento, gradagem etc. de meio hectare; plantação, no terreno acima, de 720 videiras

Fonte: BRASIL. Relatório de Prestação de Contas do Diretor Diaulas Abreu, 1911, p. 10.

Essa Estrada de Ferro Central do Brasil era o único meio de transporte para o envio e remessa do material de/para o AA de Barbacena. Necessária para o recebimento do material de construção das edificações do prédio e demais dependências, para a entrega dos móveis que estavam sendo confeccionados fora da cidade, para o recebimento de material comprado pela União no exterior: plantas, mudas, sementes, livros, máquinas agrícolas, material dos laboratórios, enfim, todo o necessário para o bom andamento da Instituição. A esse aspecto Fernando Azevedo tece uma consideração:

O desenvolvimento das vias de comunicação e dos meios de transporte, que criam e estimulam o intercâmbio econômico e cultural, constitui, decerto, um fator decisivo no crescimento demográfico e na expansão da cultura, por facilitarem a disseminação das idéias e a circulação dos indivíduos e dos grupos por “atmosferas sociais” diferentes. (AZEVEDO, 1937, p. 42).

Não há expansão social, cultural, econômica ou educacional, se não houver meios de avanços, sejam eles de comunicação ou de transporte, pois ficam limitados os campos de intercâmbio e de troca. Essa relação do setor agrícola com as vias férreas era a principal preocupação dentre os gestores do MAIC, pois seria por esse meio de transporte que os agricultores da região comercializariam seus produtos, enviando-os para os outros Estados assim como os exportariam.

Ao mesmo tempo em que o AA de Barbacena se privilegiava por estar próximo a uma estrada de ferro, assim como acontece com outros meios de transporte, teve, também, seus contratempos. Em dado momento, o MAIC se justifica pela morosidade das obras, em consequência desse meio de transporte “prosseguem com alguma morosidade as obras de construção do Aprendizado Agrícola de Barbacena, cujos trabalhos ressentem-se da falta de material, devido à crise de transportes ocorrida na Estrada de Ferro Central do Brasil.” (BRASIL. RMAIC, 1911, p. 565).

Embora contratempos com meio de transportes sejam inerentes a qualquer época, ter

tido uma estrada de ferro passando dentro da cidade, muito beneficiou o AA de Barbacena, em todos os aspectos.

Quanto aos terrenos, naquela época era comum a doação de terras para a instalação de bens públicos por parte de pessoas influentes na cena política, configurando-se numa forma de aumentar o prestígio daqueles que efetuavam tal ato, funcionando, também, como uma espécie de “moeda de troca” em razão de alguns favores advindos do poder público.

No que concerne ao AA de Barbacena, o projeto inicial do Governo Federal para sua construção, deu-se antes mesmo de sua criação. Em junho de 1909, foi adquirida a primeira chácara, a uma distância de duzentos e cinquenta metros da Estrada de Ferro Central do Brasil. Após sua criação, como antes relatado, é que o governo adquiriu a outra chácara de maior extensão, em dezembro 1910, pertencente ao coronel Rodolfo Ernesto de Abreu, a influência exercida pelo proprietário também foi significativa. Um fato que comprova tal influência foi a nomeação de Diaulas Abreu, filho do ex-proprietário, para dirigir o AA de Barbacena, permanecendo no cargo por mais de quarenta anos. Ficou, assim, constituído o espaço físico do AA de Barbacena: “As terras adquiridas pela União dispunham de 12.982 plantas frutíferas, sendo 9.207 árvores e 3.775 videiras. Dentre as frutíferas existentes, encontrava-se uma grande variedade de ameixas, maçãs, peras, caquis, figos e videiras.” (BRASIL. RMAIC, 1911).

Conforme determina o decreto do regulamento interno do AA de Barbacena, a instituição deveria dedicar-se, especificamente, à cultura de plantas frutíferas e a tecnologias de ponta para colheita, conservação, aproveitamento, embalagem e comércio de suas frutas. Por outro lado, deveria dedicar-se ao plantio de flores, difundindo a metodologia utilizada na comunidade e sua vizinhança e, também manter algumas oficinas de ferraria e marcenaria para, além do aprendizado, ajudar na manutenção ao Estabelecimento.

Em relação às dependências e instalações, o AA de Barbacena começou por adquirir os instrumentos necessários para cada um dos setores, departamentos, laboratórios e oficinas, enquanto se edificavam os espaços físicos dessas unidades. Todo esse procedimento ia acontecendo simultaneamente, porém antes que se inaugurasse a Instituição com a presença dos alunos. Percebe-se que o Diretor se preocupava com o fato de que as aulas só se iniciassem, quando o Estabelecimento estivesse completo e com o perfeito funcionamento de todos os campos de ação.

Para melhor identificar quais foram os setores que por primeiro foram ocupando os espaços no AA de Barbacena, basta assinalar os instrumentos que, em primeiro plano, foram adquiridos. No início a distribuição se deu pelas seguintes unidades:

3.3.1 Gabinete do diretor, secretaria escolar, salas de aula, sala de aula de desenho

Para essas dependências o Diretor mandou confeccionar na “Empresa e Marcenaria Tunes”, em Belo Horizonte, capital, os seguintes móveis de peroba:

Tabela 7 - Primeiro mobiliário que compôs Diretoria, Secretaria, Sala de Aula e de Desenho

MOBILIÁRIO	
Portaria	01 mesa com 02 gavetas 1.40 x 0.80.
Diretoria	01 armário de 2 portas de vidro com 1.00 x 0.45 x 2.00; 01 <i>classeur</i> .
Sala de Espera	01 mesa 1.20 x 0.80, sem gaveta; 01 cabide; 06 cadeiras.
Secretaria	01 escrivaninha com 08 gavetas 1.60 x 0.85; 01 mesa para copiador; 03 armários com portas de vidro 1.0 x 0.40 x 2.0; 01 cabide de entrada, com espelho; 01 mesa com gaveta 1.40 x 0.80.
02 Salas de Aula	02 escrivaninhas, com 02 gavetas cada de 1.30 x 0.75; 02 cadeiras de braços, com giro e mola, com assentos de couro; 50 carteiras; 02 quadros negros 1.25 x 0.95; 04 armários de 2.50 de altura x 0.50 de profundidade x 3.0 de comprimento, com portas de vidro e prateleiras móveis.
Sala de Desenho	25 mesas de desenho; 25 tamboretas; 01 escrivaninha com 2 gavetas de 1.30 x 0.75; 01 cadeira de braço, com giro e mola, com assento de couro; 02 armários de 1.50 de altura x 0.60 de profundidade x 2.50 de comprimento, com portas de vidro; 01 quadro negro 1.25 x 0.75.

Fontes: Livro de Prestação de Contas; acervo da Instituição; RMAIC, 1911.

Tais móveis estavam sendo confeccionados, em peroba, para completarem o mobiliário daquelas dependências do AA de Barbacena. O Diretor sempre firmou em seus documentos que todo o mobiliário da Instituição foi ou estava sendo adquirido mediante concorrência limitada.

Tabela 8 - Mobiliário e equipamentos adquiridos em Belo Horizonte e Rio de Janeiro

UTENSÍLIOS ADQUIRIDOS NAS CAPITAIS EM 1910	
Rio de Janeiro	09 arados tamanhos e utilizações variadas; 14 Bicos para arado; 01 debulhador de milho; 02 grades de ferro de 20 e 50 dentes; 02 cultivadores com 05 dentes e 10 discos; 01 capinador com 05 enxadas.
Belo Horizonte	03 escrivaninhas em canela, com 08 gavetas 1.50 x 0.80; 17 cadeiras, dentre as quais 01 americana e 02 República com giros e molas, 02 de braços e 12 de guarnição; 01 sofá Bismarck com palha no assento e encosto; 01 cabide de entrada.

Fontes: Livro de Prestação de Contas; acervo da Instituição, 1910.

A compra desses utensílios, dentre eles máquinas de vários gêneros e mobílias variadas, causou certa estranheza quando se observou que, no documento, o Diretor explicita que tais utensílios haviam sido adquiridos no ano anterior. Como a prestação de contas estava sendo emitida em 1910, ficou uma dúvida, se essa aquisição havia sido feita antes mesmo da criação da Instituição ou, pelo menos, se já havia sido feito um levantamento de tal material, uma vez que a criação ocorreu em novembro daquele ano. Dúvidas à parte, a aquisição dos referidos equipamentos e móveis em tempo hábil, antes mesmo do efetivo funcionamento do Aprendizado, permitiu delinear o perfil dos primeiros administradores do Aprendizado Agrícola de Barbacena. O estudo assinala que os administradores estavam plenamente conscientes do que realmente almejavam. De fato, nos três anos que antecederam o seu funcionamento depois de 1910, montaram o Aprendizado de tal maneira que, com a chegada dos alunos em 1913, a sua estrutura física e didática já estava apta a desempenhar sua missão de suporte para o ensino. Esse aspecto da gestão destacou-se também pelo fato de que o Aprendizado Agrícola, com uma infraestrutura produtiva e com ensino teórico-prático, visava ser autossustentável no que se refere à alimentação dos alunos, tornando o custo-aluno mais baixo.

Dos relatórios do Diretor transparece o cuidado com a minuciosa e fiel escrituração, enviando, ao órgão competente da época, as devidas prestações de contas, dentro das condições e exigências de então, o que parecia ser muito centralizado no Ministério a que o Aprendizado era vinculado. O Diretor tinha de seguir as orientações e normas que vinham do poder central, inclusive no que se refere à escrituração. A organização do Aprendizado seguiu com fidelidade ao que determinava o Decreto nº 8.736, de 25 de maio de 1911, que aprovou o regulamento do Aprendizado Agrícola de Barbacena. Esse decreto é claro quanto aos fins do Aprendizado. Seu objetivo principal era:

[...] formar trabalhadores nos diferentes serviços da pequena propriedade rural, principalmente no que se refere á fruticultura, á horticultura, ás industrias que dellas derivam, tendo como accessorios a apicultura e a criação dos animaes domesticos mais uteis ao pequeno cultivador. (BRASIL. Decreto, 1911, Cap. I, Art. 1º).

O Artigo 4º determinava que o Aprendizado deveria ter organização similar a uma propriedade agrícola. O Decreto descia ao detalhe de estabelecer que os alunos deveriam também frequentar as oficinas de ferro, madeira e outras, para estar devidamente preparados para o trabalho no campo. (BRASIL. Decreto, 1911, Cap. I, Art. 5º).

O referido Decreto estabeleceu que o calendário escolar do Aprendizado deveria seguir o calendário agrícola, acompanhando as condições geográficas e climáticas da região

de Barbacena. Assim rezava o Artigo 9º: “Os cursos serão divididos em semestres, a contar de 15 de julho a 15 de dezembro e de 1 de janeiro a 1 de junho.” Entre o primeiro e o segundo semestre, davam-se férias de 15 dias e, de 45 dias, no fim do ano letivo, conforme o Art. 10.

Por outro lado, a definição de preparatório para o curso Regular foi o que o Decreto denominou de “Curso Anexo” ou primário, ministrado para os alunos que dele precisavam para poderem entrar no Curso Regular, o “carro-chefe” do Aprendizado. Nesse curso, além da escrita e leitura, eram ministrados cálculo mental, exercícios de desenho, noções de história natural, reinos da natureza. Esses alunos participavam também das práticas agrícolas junto aos alunos do Curso Regular, cujas noções eram complementadas com excursões, passeios e organização de coleções escolares. Entretanto, o Curso Anexo ou Preparatório não oferecia certificação.

O Quadro de Pessoal do Aprendizado era bastante reduzido, mas atendia às necessidades da época, constituído por um Diretor, um Auxiliar Agrônomo, um escriturário, um professor primário, um adjunto do professor primário, um ecônomo e alguns outros trabalhadores contratados para auxiliarem nos setores de produção.

O método adotado pelo Aprendizado era o prático, porém com orientação teórica. Os trabalhos de campo eram, na sua quase totalidade, realizados pelos alunos. O pessoal de trabalhadores rurais era reduzido ao mínimo. O horário escolar foi regulamentado dois anos antes do início de suas atividades letivas, assim especificado:

Das 7 às 10 ½, trabalhos praticos;
Das 10 ½ às 12, refeição e descanso;
Das 12 às 2 horas, aulas theoricas;
Das 2 às 2 ¼, merenda.
Das 2 ¼ às 5, trabalhos práticos.
(BRASIL. Decreto, 1911, Cap. I, Art. 39).

Dessa feita, percebe-se que as atividades, teóricas e práticas, eram planejadas para serem executadas durante todo o período da manhã e da tarde. De acordo com o demonstrado nos horários, as aulas práticas foram pensadas para os horários que permitiriam ao aluno ser exposto a uma temperatura mais fresca, ou seja, no início da manhã e final das tardes, ficando as aulas teóricas para o período mais quente do dia. Contudo, apesar do horário integral dos estudos ficou subentendido que o regime seria de externato por não se referir ao jantar como a última refeição oferecida aos alunos.

3.3.2 Museu de história natural, laboratório de ciências naturais, laboratório de física e química

Primeiramente, foram adquiridos o mobiliário para comporem essas dependências que seriam instaladas no prédio anexo ao principal.



Figura 51 - Pátio interno - entrada para as Oficinas de Manufaturas e o prédio de dois andares, em que foram instaladas as Salas dos Laboratórios e do Museu de História Natural no primeiro piso e o Alojamento dos Alunos no piso superior. Fonte: Acervo da Instituição (s/d).

Tabela 9 - Mobiliários para: Museu e Laboratórios de Física, Química e Ciências Naturais

MOBILIÁRIO
Museu
02 armários centrais de 2.50 de comprimento x 1.50 de largura e 2.25 de altura, com prateleiras móveis, portas laterais de correr, guarnecidas de vidro; 03 armários de paredes com portas de vidro, 2.50 de altura x 0.50 de profundidade, sendo um com 4.50 de comprimento e outro de 4.90 de comprimento; 01 mesa com 02 gavetas, 1.40 x 0.80.
Laboratório de Ciências Naturais
01 armário de 2.50 de altura x 0.50 de profundidade x 3.0 de comprimento, com portas de vidro e prateleiras móveis; 02 mesas de 1.0 de largura x 1.0 de altura x 1.50 de comprimento, com tampos de vidro; 03 cadeiras.
Laboratório de Física e Química
01 armário de 2.50 de altura x 0.50 de profundidade x 3.0 de comprimento com portas de vidro e 04 prateleiras móveis; 02 mesas de 1.0 de altura x 1.0 de largura x 1.50 de comprimento com tampos de vidro; 01 grade torneada de 1.0 de altura x 5.50 de comprimento; 03 cadeiras.

Fontes: Livro de Prestação de Contas; acervo da Instituição; RMAIC, 1911.

Enquanto o regulamento interno descrevia que a instalação dos laboratórios de química e física deveriam constar de aparelhos simples, o Museu de História Natural seria cercado de exigências. Essa sala deveria possuir coleções didáticas e um herbário, principalmente, organizado com coleções obtidas pelos próprios alunos no decorrer do curso. Para isso, o Diretor requisitou os demais materiais:

Tabela 10 - Equipamentos do Museu e Laboratório de História Natural

MUSEU E LABORATÓRIO DE HISTÓRIA NATURAL	
Especificação	Quantidade
Sementes de plantas hortenses, germinativas	50 espécies
Sementes de plantas de climas quente e temperado	n/c
Sementes de plantas forrageiras industriais	n/c
Coleção de enxertos	30 tipos
Imitação de frutos	130 exemplares
Imitação de hortaliças	100
Multiplicação dos vegetais por estacas e por mergulho	n/c
Formas de árvores frutíferas	10 unidades
História das macieiras/pereiras/vinhas/laranjeiras	n/c
Laboratório de botânica, mineralogia agrícola, geologia, história natural	1 laboratório para cada
Laboratório para ensino de práticas agrícolas e física	1 unidade
Tabelas da história natural, física, mineralogia, geometria, sistema métrico (em português)	70
Globo terrestre	01
Barômetro	01
Dispositivo para armazenamento de insetos vivos/mortos	02 unidades de cada
Garrafas e taças pequenas e grandes de vidro e metálicas	33 unidades ao todo
Caixas de armazenamento de tamanhos variados	19 unidades
Filetes/pinças/seringas de tamanhos variados	17 unidades ao todo

Fontes: Livro de Prestação de Contas; acervo da Instituição; RMAIC, 1911.

Todas essas especificações do Museu de História Natural estavam listadas em língua francesa, com a quantidade, o valor da aquisição e o local onde deveria ser adquirido: *Les Fils de Emile Deyrolle: 16, Rue Du Eac, Paris, France.*

O Museu e Laboratório de História Natural não foi local de simples visitação na estrutura do Aprendizado, mas teve importante papel no processo ensino-aprendizagem. Foi complemento significativo deste processo. Basta uma vista d'olhos na especificação do seu acervo, para se perceber que ele teve objetivos definidos, dentro de uma visão de ensino teórico-prático. Ali, os alunos, em contato com imitações de sementes, frutas, hortaliças, formas de árvores frutíferas, elementos de botânica etc., podiam ter acesso a conhecimentos de modo concreto e visual. O globo terrestre favorecia o conhecimento visual de geografia, o

barômetro de pressão atmosférica, além de instrumentos e utensílios com finalidade didática. Desse modo, o espaço do Museu se inseria como complemento no horizonte dos outros espaços do Aprendizado: as unidades de produção e as oficinas. O Museu, ao mesmo tempo em que evocava um ensino prático, intuitivo e visual, também deixava entrever que, por detrás, estava um ensino teórico.

3.3.3 Biblioteca

A biblioteca, setor tido como o “coração” de qualquer instituição de ensino, não foi negligenciada pelo AA de Barbacena. Os seguintes móveis compuseram seu espaço:

Tabela 11 - Mobiliário que compôs a Biblioteca

Mobiliário da Biblioteca
03 estantes com 2.0 de altura x 0.30 de profundidade, sendo uma de 6.70 de comprimento e duas de 3.50 de comprimento; 01 armário com portas de vidro de 1.0 de largura x 1.0 de profundidade x 2.0 de comprimento; 02 mesas inclinadas 1.0 metro de altura na parte alta e 0.80 cm de altura parte baixa, com 1.0 de largura x 4.0 de comprimento, com friso em toda a extensão da beirada baixa para suportar os livros; 10 cadeiras com palhinha.

Fontes: Livro de Prestação de Contas; acervo da Instituição; RMAIC, 1911.

O mobiliário da Biblioteca do Aprendizado foi adequadamente dimensionado, de acordo com as suas necessidades. O detalhamento das especificações mostra o cuidado do administrador, para que viesse a funcionar a contento. Para compor o acervo bibliográfico, a Lei de 1911 em seu Art. 42, item h, menciona em se equipar uma “bibliotheca agricola com livros elementares, revistas sobre os assumptos compreendidos no programma do Aprendizado.” Entretanto, para o acervo da biblioteca do AA de Barbacena, Diaulas requisitou à União as seguintes bibliografias:

Tabela 12 - Obras que compuseram o acervo bibliográfico da Biblioteca

BIBLIOTECA	
Origem das Obras	Obras
Librairie Horticole: 84, Rue de Grenelle, Paris 62 Obras	Jardins, Plantas, Ciências, Cultura de Grãos, Mudanças e Sementes; Arboricultura; Fruticultura; Etimologia Hortense; Construções Agrícolas e Arquiteturas Rurais; Materiais Agrícolas; Pomares; Estufas; A Vida das Plantas; Produção e Fixação de Variedades de Vegetais; As Transformações Aplicadas na Agricultura; Cortes Arbóreos; Práticas de Cortes de Árvores Frutíferas; Álbum do Cuidado de 100 Espécies de Legumes; Arbustos; Jardins; Flores; Bananas; Transporte de Árvores Frutíferas; Fertilização das Terras; Jardinocultura; Floricultura; Pomicultura; Multiplicação dos Vegetais; Horticultura; Serras Virgens; Anatomia e Fisiologia dos Vegetais; Botânica Agrícola; Agricultura Tropical; Guia Prático de Agricultura; Sericicultura; Incubação Artificial; Experimentos sobre Vinhos...
Librairie Félix Alcan: 108, Ed. St. German, Paris 24 Obras	Alimentação e Parasitas do Reino Animal; A Natureza Tropical; Parasitismo e Mutualismo da Natureza; Introdução à Botânica; O Sentido e o Instinto dos Animais; Nova Teoria da Vida; Evolução Individual da Hereditariedade Geologia (comparada, experimental e geral); Exercício Físico e o Desenvolvimento Intelectual; Inteligência da Espécie Humana; Inteligência dos Animais; Fermentação; Ilusões e Sentos dos Espíritos; Princípios da Biologia; História da Máquina a Vapor; Micróbios-Fermentos-Misturas; Manual de Assepsia e da Antissepsia; Espécies e Variedades; Teoria Atômica...
Librairie des Sciences Agricoles Charles Amas, Paris 42 obras	Anual da Agricultura; Agricultura Prática; O Comércio dos Fertilizantes Vegetais; O Jardim; Manual do Sericultor; Comércio Agrícola; Cidreira; Patologia Vegetal e Animal; A Terra Arável; Fertilização do Solo; Tratamento Nacional dos Fertilizantes; A Prática do Húmus; Zootecnia Geral e Especial; Os Inimigos dos Vinhedos e do Pomar; A Cultura do Tomate; Higiene e Biologia dos Vegetais; Valor Fertilizante dos Excrementos; Indústrias Agrícolas e a Destilaria; Lições e Híbridagens das Plantas; Plantas Búlberes e Tubérculos; Males Contagiosos dos Animais Domésticos; Novos Modos de Cortes Nacionais das Vinícolas; Plantas Cultiváveis; Inimigos da Agricultura; Plantas de Terras Planas; Destilaria Agrícola; Manipulação da Botânica; Prática de Vinicultura...
Librarie J. B. Baillièrre et Fils 19, Rue Hautefeuille, Paris 29 obras	Males do Vinho; Árvores Frutíferas; A Arte de Destruir Animais Nocivos; Os Orquidários; Plantas de Apartamentos e Janelas; O Pequeno Jardim; Conservas Alimentares; Fabricações de Líquidos; Os Legumes e as Frutas; O Material Agrícola; As Construções Agrícolas; Patologias Gerais dos Animais Domésticos; Doenças e Diagnósticos dos Animais Domésticos; Os Vinhos e a Arte da Unificação; Guia do Naturalista; Farmácia e Toxicologia Veterinária; Fisiologia e Higiene das Escolas; Cultura de Forageiras; Comércio dos Vinhos; Manual de Vinicultura; Os Inimigos da Vinicultura; Manual da Apicultura; Jogos e Recreações Científicas; Memória da Fotografia; A Vida dos Insetos; A Prática da Viticultura.

Fontes: Livro de Prestação de Contas; acervo da Instituição; RMAIC, 1911.

Todas as obras listadas, como pode ser observado, constavam a indicação da livraria e o endereço de onde poderiam ser localizadas. O acervo estava listado em língua francesa, uma vez que as obras seriam adquiridas em várias livrarias, com as especificações dos endreços em

Paris, na França. Indiscriminadamente, junto a todas as bibliografias havia seus respectivos valores de compra em moeda francesa. Como exemplo, foram trazidas as obras de maior valor assim como, pôde-se relacionar a margem de valor das demais obras, além do montante a ser adquirido em bibliografias, em cada uma das livrarias. Os valores estavam estipulados em *Francos*, como se pode observar a seguir:

Tabela 13 - Valor Médio das Obras Adquiridas para a Biblioteca Escolar

BIBLIOTECA		
Livraria	Especificação da Obra	Valor
<i>Horticole</i> Demais obras variavam entre: Fr. 1.00 a 11.00 Total adquirido: Fr. 767.95	Dicionário Prático Horticultura e Jardinagem 5 vols.	120.00
	A Arte dos Jardins	35.00
	Dicionário de Pomologia	30.00
	Manual de Amadores de Jardins	30.00
	Manual Geral de Plantas, Árvores e Arbustos	26.00
	Repertório das Colheitas	25.00
	As Plantas Hortícolas	20.00
	As Flores de Terras Planas	18.00
	Nossas Flores	16.00
	Os Parques e Jardins	15.00
	A Avicultura Prática	13.00
	A Vida das Plantas	12.00
	Tratamento Prático de Cultura Tropical	12.00
	A Horticultura Moderna - O Fruto	12.00
	Elementos da Botânica	12.00
	As Doenças das Plantas Agrícolas	12.00
Plantações de Alinhamento	11.00	
<i>Félix Alcan</i> Demais entre: Fr. 6.00 a 12.00 Total: Fr. 179.00	Princípios da Biologia	20.00
	A Inteligência dos Animais	12.00
	A História da Máquina a Vapor, 2 volumes	12.00
	Micróbios, Fermentos e Fungos	12.00
	Espécies e Variedades	12.00
<i>Sciences Agricoles</i> Demais entre: Fr. 0.75 a 10.00 Total: Fr. 168.75	Zootecnia Especial 4 volumes	15.00
	Manipulações de Botânica	10.00
	Diretório da Agricultura	10.00
	O Jardim	10.00
<i>J. Baillière et Fils</i> Demais entre: Fr. 4.00 a 12.00 Total: Fr. 508.00	Enciclopédia Agrícola de C. Wery, 62 volumes	372.00
	Anatomia e Diagnóstico das Doenças dos Animais Domésticos	12.00

Fontes: Livro de Prestação de Contas; acervo da Instituição; RMAIC, 1911.

De toda forma, ao que parece, a aquisição dos acervos bibliográficos foram além daquilo previsto e almejado pelo Governo Federal. Ao se analisar a bibliografia solicitada, foi possível perceber que a orientação acadêmica e as prioridades da Instituição se baseavam nas hortaliças, fruticulturas, floriculturas, destilaria, processamentos de produtos, além da criação

e manejo de animais comuns a pequenas propriedades rurais. Por outro lado, através da enumeração, incitou-se repensar que o foco da instituição não parecia ter sido o de cultivar alimentos para subsistência dos alunos, pois não houve aquisições de obras relacionadas a grandes culturas, tais como arroz, feijão, milho... assim como sobre abates de animais e indústrias rurais baseadas em processamento de carnes. Daí, percebe-se que a função a qual Aprendizado Agrícola pretendia cumprir parecia ter sido a de ensinar e incentivar o aluno a ser um pequeno produtor rural, utilizando as mais modernas e racionais tecnologias dentro de sua propriedade.

3.3.4 Oficinas de manufaturas: carpintaria, ferraria, serralheria, marcenaria

O sistema didático-pedagógico do Aprendizado Agrícola de Barbacena parecia estender o processo ensino-aprendizagem para além das quatro paredes das salas de aula. Assim, foi concebido um conjunto de práticas que daria suporte ao aluno para que o mesmo obtivesse uma formação polivalente na área agrícola, possibilitando-o vir a ser autossuficiente no desempenho das atividades numa propriedade agrícola. Desse modo, procedeu-se à edificação de salas-ambiente para aulas práticas que compusessem o sistema de ensino. Através dos equipamentos, maquinários e materiais adquiridos para cada setor, foi possível identificar as primeiras instalações do Aprendizado, permitindo inferir quais haviam sido as atividades privilegiadas a integrarem o núcleo de estudo. Sob esse ponto de vista, num primeiro momento, observou-se a aquisição de materiais que fariam parte das oficinas de manufaturas. Para as oficinas, o Diretor adquiriu, junto ao poder público, os seguintes equipamentos:

Tabela 14 - Equipamentos para as Oficinas de Mecânica, Carpintaria e Ferraria

OFICINAS DE MANUFATURAS	
Carpintaria - Ferraria - Oficina Mecânica	
Aquisição de Maquinários	
Carpintaria Mecânica	01 máquina de furar com movimento a vapor, para trabalhar com brocas para furos de até 0.50cm (12 brocas e 12 bedames de tamanhos e espessuras variados); 01 máquina de aplainar de 03 lados ao mesmo tempo, para madeiras de até 4m50cm x 1m50cm, fazendo molduras, abrir macho e fêmea tendo coleção de facas para as madeiras mais rijas do país; 03 bancadas de madeira de lei para tornos; 06 bancos de madeira de lei para carpinteiro com respectivos pertences. (11 itens).
Ferramentas para Carpinteiro	03 desempenos de madeira; 01 grossa de verrumas; 01 rebolo automático, com pedra de esmeril, para amolar ferros de plainas; serrotes, serras, lâminas, esquadros, sutas, martelos, formões, rebotes, garlopas, enxós, formões-goivas com cabos, régua de madeira, machados, trados, plainas, trinchas, puas, compassos, escalas de madeira, trenas, macetes, travadeiras, limas, pedras de afiar, todos os itens de tamanhos e espessuras variados. (330 itens).
Motor Elétrico e Transmissão Carpintaria	01 motor elétrico de corrente trifásica; 01 reostato para demarragem; 01 sistema de trilhos; 01 eixo de transmissão; 01 luva de junção; 02 aneis de pressão; 05 mancaes de ferro e bronze, com lubrificação automática; 05 cadeiras de ferro; polias de ferro e aço magnético; correias inglesas para seção de carpintaria. (17 itens).
Ferraria e Oficina Mecânica	01 torno mecânico de construção inglesa para torneiar, facear e abrir roscas; 01 máquina de furar de construção inglesa, de 1.70 de altura e 24 brocas variadas; 01 jogo de engrenagens com 22 rodas de ferro para torneiar e facear; 01 contra-eixo; 01 máquina de fresar de 1.40 e 24 freses variadas; 01 máquina de furar portátil a manivela com 05 brocas variadas; 02 forjas de ferro de 1.83 x 0.91; 01 ventilador possante com motor elétrico e encanamento de 5 metros; 20 peças de tenazes, estampas e martelos; 02 bancadas de madeira para ferreiro com gavetas para guardar ferros; 02 tornos de pé de 45 quilos cada; 01 matriz de estampar; 01 mesa de desempenho de 3.75 x 2.50; 01 caixa de tarrachas para abrir roscas com respectivos machos; 01 caixa de tarrachas para tubos de ferro com os machos e bitola. (124 itens).
Motor Elétrico - Transmissão e Oficina Mecânica	01 motor elétrico de corrente trifásica; 01 reostato para demarragem; 01 sistema de trilhos; 01 eixo de transmissão; 01 luva de junção; 02 aneis de pressão; 05 mancaes de ferro e bronze, com lubrificação automática; 05 cadeiras de ferro; polias de ferro e aço magnético; correias inglesas para seção de oficina mecânica. (17 itens).

Fontes: Livro de Prestação de Contas; acervo da Instituição; RMAIC, 1911.

Todos os materiais, acima especificados, eram importados. As especificações encontravam-se detalhadas com o número específico do item, bem como o número do tamanho, polegadas, graus, espessuras...

As oficinas de práticas e manutenção de maquinário, implementos agrícolas e marcenaria, permitiam que o aluno tivesse a oportunidade de aprender a consertar e produzir móveis e utensílios para serem usados em uma propriedade rural. Infere-se, com isso, que uma oficina, em menor proporção, com alguns dos utensílios, poderia ser construída em

qualquer propriedade rural, sendo manuseada pelo próprio aprendiz, possibilitando a redução de custos para manutenção própria.

3.3.5 Galpões de máquinas, salas-ambiente, laticínio, indústrias rurais

Da mesma forma que havia as unidades educativas de produção agrícola, que incluíam o setor de horticultura, de fruticultura, silvicultura, floricultura e pecuária, foi instalado também o setor de beneficiamento dos produtos advindos dessas unidades de produção.

Para esses setores o decreto de 1911, em seu Art. 42. previa que se instalasse um Campo de Demonstração, com coleções de árvores e plantas vivas, horta, pomar, jardim, viveiros, etc. Para a organização e instalação desse setor, foi necessário adquirir os seguintes instrumentos:

Tabela 15 - Instrumentos para Setores de Horticultura, Jardinagem, Fruticultura, Laticínio e Pecuária

APARELHOS E INSTRUMENTOS AGRÍCOLAS			
Setor de Produção	Quantia	Espécies	
Horticultura Jardinagem	400 unidades	32	caixas de pregos, 06 machadinhas, 06 podões, 01 bomba para pulverizar árvores com guinchos, 03 cestos de arame para lavar frutos, 12 dúzias de facas de tipos diferentes para cortar frutas, 12 colheres para tirar caroços de frutas, 06 filtros para coalheiros, 12 arreios completos, refeição para vacas e 02 cavalos
Horticultura Jardinagem Laticínio Fruticultura Pecuária	244 unidades	13	

Fontes: Livro de Prestação de Contas; acervo da Instituição; RMAIC, 1911.

O Decreto previa, também, que houvesse um espaço no qual fosse possível a conservação e secagem de frutas, fabrico de vinho, licores, geleias, compotas, etc.; e que se pensasse em uma indústria de beneficiamento e embalagem dos produtos ali processados.

Ao que se refere às unidades educativas de produção pecuária, tais como a avicultura, suinocultura e bovinocultura, cada qual possuía espaços físicos próprios, a saber, galpões, baias, estábulo, galinheiros, pocilgas, além de um apiário. Ao planejar aquisição de coalheiros arreios e refeição para vacas e cavalos, infere-se que a pecuária fez parte da indústria de beneficiamento do leite, embora não houvesse qualquer referência à industrialização de carnes e/ou embutidos.

Para o setor de beneficiamento dos produtos agrícolas, o Diretor relatou o andamento do processo e acrescentou que havia feito licitação do maquinário, conforme o documento apresenta:

**MACHINAS, APPARELHOS, FERRAMENTAS E ACCESSORIOS
PARA AS DIVERSAS INSTALLAÇÕES**

Para as installações de officinas, fabricas de conservas e de latas, camara frigorifica, destillaria e garrafaria, etc., etc., organizei a lista que vai adeante transcripta, a qual submetti ao julgamento de v. ex., que, tendo-a aprovado, me ordenou abrisse concorrência limitada para o fornecimento de todo o material nella especificado. Feita esta, apresentaram os srs. Arens & Comp. a proposta mais vantajosa, a qual foi por v. ex. aceita, ficando aquelles senhores incumbidos, em virtude da mesma proposta, da montagem e assentamento de todos os machinismos.

Fonte: Prestação de Contas do Diretor Diaulas Abreu, 1912, p. 36.

O objetivo maior para a instalação dessas salas-ambiente seria para a prática e aprendizagem de indústrias rurais, como conservas, embutidos, queijos, licores, vinho, geleias, compotas, dentre outros. Nessas instalações, o aluno, além de aprender a produzir e a aproveitar alimentos que não foram consumidos e que poderiam apodrecer, revertendo-os em lucro, ao mesmo tempo aprendiam as técnicas de embalagem.

Para compor os setores de produção de beneficiamentos, foram solicitados os seguintes maquinários e materiais:

Tabela 16 - Equipamentos para as Indústrias de Processamento: Fruticultura, Destilaria e Horticultura
(Continuação)

SETORES DE PRODUÇÃO	
Fruticultura - Horticultura - Destilaria - Processamentos	
Aquisição de Maquinários	
Secagem de Frutas	02 estufas com termômetro gerador de calor a carvão vegetal; 06 máquinas para descascar maçãs e marmelos; 06 máquinas para cortar frutas em rodela; 01 estufa a vapor com gerador; 02 máquinas para lavar frutas; 12 tipos de facas de aço de formas e tamanhos diferentes, 12 unidades de cada espécie; 03 prensas com barris de madeira; 03 mesas de madeira com tampas de mármore; 06 cubas de lavagem de frutas, de aço galvanizado; 01 balança para pesar frutas; encanamentos variados para água. (31 itens).
Frutaria	01 aparelho com contra-peso que faz com que carros com frutas e objetos pesados subam e desçam da secagem para frutaria e vice-versa; 06 carrinhos de 03 rodas para transporte no aparelho anterior. (07 itens).

Tabela 16 - Equipamentos para as Indústrias de Processamento: Fruticultura, Destilaria e Horticultura
(Conclusão)

Frigoríficos	01 máquina frigorífica de ácido sulfuroso, produz gelo e resfria, para frutas; 01 compressor sob temperatura de 5° C; 01 condensador com tubulação de cobre sem costura, reforçado, com reservatório de ferro fundido; 01 congelador com as mesmas especificações do condensador; 06 formas de aço galvanizado para gelo de 12 a 14 quilos cada; 01 reservatório de ferro forjado de água quente para retirada do gelo imediato; 01 depósito de ferro forjado para encher as formas; 01 quadro com manômetro, válvula graduadora, torneiras e tubos; 03 cargas de ácidos hidro-sulfuroso com botijão de aço para ligar compressor, congelador e condensador; 01 bomba centrífuga com motor elétrico, fornecedora de banho de cloreto de sódio para câmara frigorífica; paredes revestidas com placas de alumínio, isolantes, cortiças, paredes duplas, com canos galvanizados; 01 sistema de tubulação com temperatura de 0° a 2° C para fixação do teto frigorífico; 01 ventilador com encanamento de aspiração de ar para retirar a umidade do ar para manter o ambiente seco para conservação dos produtos; porta com vidro para entrada de luz natural para entrada dentro da câmara sem luz artificial; 01 termômetro para, do ambiente externo, acompanhar a temperatura dentro. (20 itens)
Motor Elétrico e Transmissão	01 motor elétrico, trifásico 200 volts, 60 ciclos com enrolamento especial para tais instalações; 01 reostato; 01 sistema de trilhos com parafusos chumbadores; 01 eixo de transmissão; 01 luva de junção; 02 anéis de pressão; 05 mancaes de ferro com cobre e anéis de lubrificação automática; 05 cadeiras de ferro; polias de ferro e aço magnético; correias inglesas de 10 metros cada. (17 itens).
Fabricação de Conservas de Legumes e Compotas	01 autoclave para fogo e banho-maria; 02 tachos a vapor de cobre para 300 litros cada; 01 gerador e vapor; 01 injetor para alimentos da caldeira; 01 máquina para bater e mexer frutas cozidas, reduzindo as polpas; 03 cubas esmaltadas sobre carro de ferro de 04 rodas de 150 quilos cada; 04 escumadeiras grandes; 02 coadores com cabo; 12 facas de aço com cabos de madeira de tamanhos e espessuras variados; polia para máquina de bater e mexer frutas cozidas. (20 itens).
Fabricação de Latas	01 máquina manual para enrolar copos de até 0.60 cm de comprimento; 01 máquina para virar beiras; 01 máquina para malhetar e apertar a costura; 01 tesourão manual de 0.85 x 0.62 para graduar a largura do corte; 01 gravadeira para fechar latas de 0.50 cm, 1 metro, 1.50 e 2 metros; 01 prensa mecânica para estampar e cortar fundos e tampas de latas com as mesmas medidas acima; 01 transmissão independente com eixo, mancaes, anéis e polias com correias inglesas de 10 metros cada; 01 motor elétrico; 01 máquina de furar. (08 itens).
Destilação e Garrafaria	01 alambique com capacidade de 200 litros para banho-maria e depósito para 403 litros, para destilação de água ardente, licores, águas aromáticas, com fundo duplo e tomado de vapor, manômetro e torneira a vapor com vidros de verificação; 02 cubos de maceração, difusão, dissolução e preparação com dispositivo para mexedor a manivela, tampa hermética, com fundo duplo com torneira e descarga a vapor, capacidade 583 litros; 01 gerador de vapor com 06 metros de chaminé para queimar lenha para aquecer uma caixa d'água para lavagem das garrafas, encanamentos próprios para caldeiras, alambiques e cubas; 01 máquina para lavar garrafas com capacidade de 10.000 por dia; 01 máquina para encher garrafas e colocador de rolha automático; 01 bomba de pressão de bronze para lavagem do vasilhame; 01 motor elétrico para acionar as máquinas desse setor; 02 filtros cônico e duplo de cobre estanhado por dentro, tripé de ferro e madeira para 60 e 120 litros; 04 bacias de cobre estanhadas com asas e bico para 10 e 20 litros; 04 cangirões de cobre estanhado com bico para 10 e 20 litros; 10 funis de cobre estanhado de ½ a 3 litros; 24 funis de vidro polido de tamanhos e capacidades variadas; 36 copos graduados; 02 estantes; 02 mesas de madeira com tampo de mármore e pés torneados próprios para destilaria; 24 provetas de pé, com rolhas esmerilhada; 24 provetas de vidro graduado variadas; 12 eudiômetro; 16 densímetros de açúcar e álcool; 12 sacarídeos; 12 areômetros; 02 balanças para laboratório e de conchas. (110 itens).

Fontes: Livro de Prestação de Contas; acervo da Instituição; RMAIC, 1911.

De acordo com o quadro, observa-se que o Diretor acompanhava as aquisições realizadas pelo Governo Federal, pois, ao se referir a determinada máquina, ele especificava

onde tal equipamento poderia ser localizado ou em que lugar se poderia encontrar uma similar, ou onde já havia sido adquirida alguma delas pela União.

Segundo o Ministro do MAIC, a instalação de uma indústria de beneficiamento de produtos perecíveis, como era o caso das frutas, legumes e hortaliças, seria com o objetivo de que aquele tipo de produto o qual não foi comercializado, não se estragasse ou apodrecesse, dando mais despesas do que lucro ao pequeno produtor. Assim ele narrava:

Corresponde ao propósito de metodizar a cultura das plantas frutíferas, da qual podemos colher considerável resultado e estabelecer a indústria frutícola, para utilizar, sob diferentes formas, as frutas que não puderem ser exportadas a grandes distâncias, por falta de meios de transporte dotados de instalações frigoríficas. (BRASIL. RMAIC, 1911, p. 49).

Logo, qualquer excedente poderia ser reaproveitado na indústria de beneficiamento ou no setor de processamento de vegetais, incluindo-se frutas, verduras e hortaliças, através de compotas, geleia, suco, licor, vinho, doces, etc.

Em visita à Instituição quando da inauguração de suas instalações, o Dr. Gama Cerqueira, representando o Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Pedro Manoel de Toledo, relatou suas impressões sobre o estabelecimento:

Sua beleza architectonica, optima situação topographica, esplendidas installações, tendo sido muito notadas as officinas de trabalho de madeira e ferro e de preparo de conservas e geleias de fructas e installações frigoríficas. (BRASIL. Diário Official, Estados Unidos do Brazil, 1913).

O texto permite inferir que as instalações dessas indústrias de beneficiamento já estavam produzindo a todo vapor no ano de sua inauguração, em 1913. Logo, o complexo didático-pedagógico do Aprendizado em lide, no final do curso, viabilizava a entrega à comunidade de um profissional capaz de administrar produtivamente uma propriedade rural. As salas de aula, onde se ministrava a teoria, eram complementadas por toda uma infraestrutura que visava associar a teoria com a prática, aprendia-se a fazer e fazia-se para aprender. O aluno não se limitava a um simples fazer, mas alguém que sabia o porquê do fazer.

3.4 Diretor e corpo de funcionários

Nenhuma iniciativa do governo a favor de um projeto educacional teria sucesso por melhores que fossem as condições físicas e infraestrutura didático-pedagógica de uma escola,

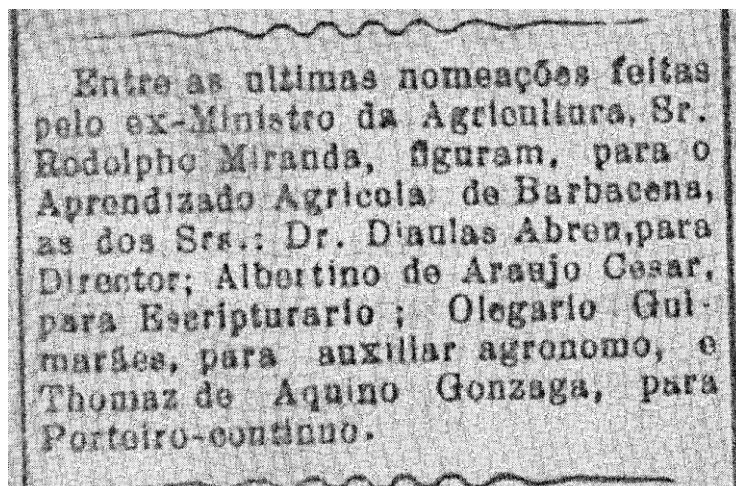
se sua direção, seus professores e funcionários não tivessem dedicação e competência para implementar uma práxis educativa eficiente. A retrospectiva histórica do Aprendizado Agrícola de Barbacena sinalizou que, além das condições de infraestrutura, houve idealismo, ideias claras quanto aos objetivos perseguidos e capacidade didático-pedagógica por parte da direção, dos professores e funcionários. Entretanto, é consenso na comunidade barbacenense, que um dos vultos de maior destaque na história da educação foi Diaulas Abreu: primeiro diretor do AA de Barbacena, designado diretor em 14 de novembro de 1910, pelo então Ministro da Agricultura, Dr. Pedro Toledo.

O Diretor assumiu o cargo no dia 17 de novembro de 1910 e nele se manteve até sua aposentadoria compulsória em 22 de julho de 1955. O fato de ter permanecido por tanto tempo à frente da instituição estaria associado a um atestado de reconhecimento por parte das autoridades, de uma eficiente administração. Sob sua liderança, o AA de Barbacena se diferenciou de seus congêneres. De acordo com o regulamento da época:

Art. 306. O cargo de diretor dos Aprendizados Agrícolas só poderá ser ocupado por engenheiro agrônomo, agrônomo, regente agrícola, ou pessoa de notória competência em agricultura, demonstrada em publicações e trabalhos práticos, sendo indispensável que tenha pelo menos dois anos de tirocínio na direção de estabelecimento rural, de propriedade particular ou do Governo. (BRASIL. Decreto nº 8.319 de 1910).

Logo, ser agrônomo não era condição única para exercer o cargo de Diretor Geral de um Aprendizado Agrícola. Pelo contrário, havia várias possibilidades para se nomear uma pessoa para o cargo, porém todas elas se afunilavam em uma única e imprescindível razão, teria que ser um conhecedor da área agrícola. O conhecimento agrícola deveria ser atestado e comprovado pelos feitos na trajetória de vida prática do indivíduo. O que ocorreu com Diaulas Abreu, graduado em Ciências Jurídicas e não em Agronomia, porém abdicou da carreira jurídica para se dedicar à lavoura de seus pais, permitindo-lhe demonstrar aptidão à atividade rural.

Assim, baseado na essência desse Decreto, a primeira providência do poder público para a implantação do AA de Barbacena foi a nomeação do seu Diretor e auxiliares de apoio. A respeito, o Jornal Cidade de Barbacena (1910) registrou:



Fonte: JORNAL CIDADE DE BARBACENA, em 20-11-1910.

Após a indicação de Diaulas Abreu ao cargo de direção, seus primeiros auxiliares imediatos foram seguidamente nomeados. Dentre eles, constavam o Escriurário, Albertino de Araújo César; o Auxiliar Agrônomo, Olegário Guimarães e o Porteiro-Contínuo, Thomaz de Aquino Gonzaga.

O diretor, Diaulas Abreu, além de demonstrar competência na arte do ofício de ensinar e possuir senso de educador, teria que desempenhar a função de gestor, apresentando uma visão administrativa prática e intuitiva. Alguns fatos marcaram suas iniciativas, como demonstrado na troca de correspondência entre Diaulas Abreu e o senhor Ministro quando, em dado momento, comprovaram através de documento que Diaulas, para não deixar parar certas atividades, por várias vezes cobriu despesas da Instituição com recursos próprios, os quais, depois, seriam reembolsados.

50 RELATORIO DO MINISTRO DA AGRICULTURA

Além dessas quantias, foram effectuados tres pagamentos ao director, na importancia total de 12:931\$035, a título de indemnização por despesas feitas pelo mesmo em proveito dos serviços do Aprendizado.

Fonte: BRASIL. Relatório do Ministro da Agricultura, 1911, p. 50.

Como se observa no relatório, determinado valor foi enviado diretamente ao senhor Diretor, em detrimento indenizatório, para cobrir despesas em benefício da Instituição. Um dos relatórios, em que há o registro da prestação de contas do Diretor referente ao ano de 1911 feita em 1912, afirma:

DESPEAS

A despesa durante o anno proximo passado foi de 69:052\$595 de accordo com a demonstração seguinte :

Expediente.....	2:445\$810
Machinas e instrumentos agricolas.....	5:309\$070
Installação electrica.....	786\$860
Eventuaes.....	10:688\$697
Moveis e utensilios.....	3:749\$520
Machinas e material photographico.....	1:262\$900
Drogas e adubos.....	1:310\$980
Ferramentas de carpinteiro e pedreiro, etc.....	305\$420
Roupas.....	61\$100
Semoventes.....	1:995\$000
Bemfeitorias.....	110\$000
Luz.....	153\$460
Pennas de agua.....	50\$000
Milho para planta.....	7\$500
Salarios do pessoal diarista.....	18:964\$326
Pessoal titulado.....	17:230\$952
Pessoal contractado.....	3:517\$362
Diarias do pessoal titulado.....	352\$000
Diarias do pessoal contractado.....	731\$638
Total.....	69:052\$595

Fonte: Prestação de Contas do Diretor Diaulas Abreu, 1912, p. 50.

De acordo com que apontou o relatório, dentre as despesas durante o ano de 1911, ou seja, em seu primeiro ano, após ter sido criada, a Instituição tinha a maior despesa com o salário correspondente ao pessoal diarista, em seguida com o salário do pessoal titulado e, em menor escala, com despesas eventuais. A partir daí, as despesas eram em valores bem menores, abaixo de 75% do valor destinado ao salário dos diaristas, que correspondia ao volume da maior despesa. O relatório pode assinalar que o Diretor procurava ter sob controle todo o expediente da Instituição, o que se constituía sua atribuição:

Na escripturação das despesas houve, por parte do escripturario, alguns equívocos com relação ás differente srubricas.

Assim é que, no quadro acima, figura a rubrica « Eventuaes » com 10:688\$697, porque nella foi incluído o preço das obras executadas, que sommaram approximadamente 8:000\$000.

Fonte: Prestação de Contas do Diretor Diaulas Abreu, 1912, p. 50.

Ao se observar falha na escripturação do documento encaminhado ao ministério, o Diretor não se eximia da responsabilidade de fazer a correção do equívoco, assim como tecer explicações sobre o fato. Nesse contexto, o Diretor acrescentou no relatório que o valor de

despesas eventuais de 10:688\$697 foram tanto quanto elevadas, por falha do escriturário ao incluir na mesma rubrica o valor de 8:000\$000, correspondente a obras executadas. Em outro momento, o Diretor aponta outra correção sobre os valores das faturas contidas nos documentos escriturários:

O mesmo se nota na rubrica «Machinas e instrumentos agricolas», por estar nella incluída a parcella de 3:238\$, referente a machinas para a carpintaria mecanica adquiridas a Arens & Comp.

Fonte: Prestação de Contas do Diretor Diaulas Abreu, 1912, p. 51.

Ao mesmo tempo que se pôde inferir o controle de todo o andamento e da gestão dos recursos quer tratando-se das obras, quer tratando-se da aquisição de maquinários, denotou-se a centralização do poder nas mãos de seu gestor, assim como a responsabilidade da saída de um documento que se tornaria público, perante o governo federal. Embora o Diretor delegasse a seus subordinados poderes, ele acompanhava, vigiava, controlava e seguia seus passos e suas ações. Daí uma logicidade de ação, ao mesmo tempo que seus subordinados se sabiam vigiados, sentiam em suas costas a responsabilidade de seus atos, percebiam também que não estavam sozinhos, pois tinham no Diretor a confiança de não sentirem em suas costas o peso dos encargos inerentes às suas empreitadas funcionais. Com o andamento das atividades, outras necessidades foram aparecendo. O orçamento, abaixo, feito pela direção, discriminava:

MATERIAL

1 Operario para trabalhos de pintura e vidraria, a 180\$000.....	2:160\$000	
1 Operario para trabalhos em couro, a 180\$000..	2:160\$000	
1 Operario para trabalhos de vime, taquara, etc., a 150\$000.....	1:800\$000	
1 Feitor, a 150\$000.....	1:800\$000	
1 Tratador de animaes, a 150\$000.....	1:800\$000	
2 Serventes, a 100\$000.....	2:400\$000	
1 Cozinheiro, a 100\$000.....	1:200\$000	
1 Ajudante de cozinheiro, a 60\$000.....	720\$000	
1 Copeiro, a 70\$000.....	840\$000	
20 Trabalhadores, de 60\$ a 90\$000 (média de 75\$). Gratificação a 50 alumnos, de \$400 a \$600 (média de \$500).....	18:000\$000	9:000\$000
Alimentação para 50 alumnos (almoço e merenda) a \$800.....	14:400\$000	56:280\$000
A transportar.....		<u>118:880\$000</u>

Fonte: Prestação de Contas do Diretor Diaulas Abreu, 1912, p. 51.

Em se tratando de levantamento orçamentário para despesas que deveriam ser cobertas no ano seguinte, o relatório apresentou o que o Diretor propôs. Pensou-se na contratação de 01 feitor, de 01 cozinheiro, 01 copeiro, além do suprimento para almoço e merenda para 50 alunos. Deduziu-se do documento de que o regime seria de externato ou semi-internato, pois foi pensado em servir 1 refeição (almoço) e um lanche (merenda), por dia. Ou seja, as refeições poderiam ser feitas na Instituição, dando a feição de semi-internato, ou o aluno poderia deslocar-se até sua casa, configurando o regime de externato, porém não tendo o jantar nem dormitório descaracterizaria a possibilidade de ter havido o regime de internato. Da mesma forma, já se pensava na quantidade de matrículas que a Instituição receberia no ano seguinte (cinquenta alunos). Ao se solicitar a liberação de erário para pagamento de 20 trabalhadores, com média de 75\$ e de gratificação para 50 alunos, com média de \$500, percebeu-se que, além dos trabalhadores, os alunos também seriam gratificados e, pelos valores expostos, pôde-se concluir que os alunos receberiam as quantias correspondentes a 50% do valor do trabalhador contratado. O fato de ter havido referência a reformas e pinturas, denotou-se que já havia alguns prédios construídos ou em construção. Assim relatou o Diretor:

Em julho, e auctorizado pelo aviso n. 1.450, de 30 de maio, comecei a reformar o predio de residencia do director e um outro situado á rua Monsenhor José Augusto, fazendo no primeiro pintura geral, externa e internamente, forração de alguns commods e installação electrica, sendo as paredes externas todas descascadas e revestidas, então, de cimento rustico. No segundo fiz verdadeira reforma, pois tive de assoalhar seis commodos, destelhá-lo todo, substituindo o madeiramento por outro novo, e emboçar novamente o telhado, além de fazer pintura geral, caliações, pintura do gradil de ferro etc.

Fonte: Prestação de Contas do Diretor Diaulas Abreu, 1911.

O diretor, além das funções administrativas inerentes ao cargo, que envolvia produção de relatórios, plano de exploração da fazenda e previsão orçamentária anual, todos devendo ser enviados ao MAIC, teria como incumbência promover pequenas exposições agrícolas, direcionadas aos pequenos cultivadores; estimular a criação de sindicatos, cooperativas e instituições de mutualidade agrícola por meio de conferências práticas e distribuição de publicações remetidas pelo MAIC; efetuar propagandas em favor da conservação e do

replanteio das matas, promovendo festas das árvores e fazendo conferências sobre o assunto. Essas eram algumas das funções que o Diretor teria que exercer, segundo descrito no Decreto 1911, Cap. XI, Art. 66. De acordo com as responsabilidades inerentes a cada uma das funções exercidas pelos primeiros servidores do AA de Barbacena, foi feita uma análise em relação à remuneração do pessoal, que obedecia à seguinte tabela:

Tabela 17 - Relação de valores salariais dos primeiros servidores do AA de Barbacena

CATEGORIA	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL
Diretor	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000
Auxiliar Agrônomo	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000
Professor Primário	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
Adjunto	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
Escriturário	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
Ecônomo	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
Conservador e Inspetor Alunos	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
Chefe de Culturas	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
Jardineiro-Horticultor	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
Prático Indústrias Agrícolas	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
Mestre de Oficina	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
Porteiro-contínuo	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
Tratador de animais (Salário mensal de 150\$ a 210\$)			1:800\$000
Operário (Salário mensal de 60\$ a 90\$)			1:800\$000/2:520\$000
Trabalhador (Salário mensal de 60\$ a 90\$)			720\$000/1:080\$000

Fonte: BRASIL. Decreto nº 8.319 de 1910.

Os valores salariais do pessoal nomeado pareceu equivaler à responsabilidade que ocupavam, bem como com as atividades que o mesmo exercia dentro da Instituição. Ao Diretor-Geral competia, além de ministrar parte das aulas do curso, fiscalizar e inspecionar demais aulas, gabinetes, oficinas, dependências e instalações; elaborar projeto orçamentário, remeter as contas à Delegacia Fiscal do Tesouro com cópias à Diretoria-Geral de Contabilidade do Ministério; enviar mensalmente a contabilidade e balancete à Diretoria de Contabilidade do Ministério; assistir às aulas, acompanhando seu desenvolvimento no Estabelecimento; suspender, demitir e admitir os funcionários subalternos (serventes, feitores, operários...); apresentar, até 15 de fevereiro de cada ano, o relatório anual sobre todos os trabalhos, ocorrências e informações ao Ministro, bem como matrículas, frequência, comportamento e grau de proveito obtido pelos alunos, conforme descrito no Decreto nº 8.736, 1911, Cap. XI, Arts. 66, 67 e 68.

Ao Auxiliar-Agrônomo cabia substituir o Diretor-Geral, em seus impedimentos, auxiliando-o em todos os trabalhos da diretoria; ministrar as demais disciplinas do ensino regular, inclusive desenho topográfico, apresentando relatório completo de suas atividades ao

Diretor; acompanhar os alunos em excursões técnicas; participar de qualquer comissão técnica estipulada pelo Diretor; além de responder e atender a todas as consultas feitas por agricultores, criadores ou profissionais de indústria rural da região. (Art. 69).

Ao Escriturário competia fazer toda a escrituração do Aprendizado; processar todos os papéis que fossem ao conhecimento do Diretor, fazendo uma suscinta exposição; lavrar as atas; organizar a relação de contas e preparar esclarecimentos, devidamente documentados a serem submetidos ao Diretor; organizar a frequência e as folhas de pagamento do pessoal; conservar sob sua guarda e devidamente arquivados os livros de atas e documentos relativos à administração do Aprendizado e lecionar a disciplina de contabilidade agrícola, em consonância com o programa proposto aos alunos do ensino regular. (Art. 74).

Por outro lado, era devido ao Professor Primário lecionar as disciplinas do curso preparatório e de adultos, segundo programa aprovado pelo Diretor; zelar pela disciplina nas aulas teóricas e exercícios práticos, bem como acompanhar seus alunos nas excursões. (Art. 72).

Em um mesmo patamar salarial, encontravam-se o Professor Adjunto, cabendo-lhe auxiliar o professor primário e substituí-lo em seus impedimentos, além de acompanhá-lo em todos os trabalhos (Art. 73). O Ecônomo que atendia a tudo que se relacionava às refeições dadas aos alunos; responsabilizava-se por todas as ferramentas e materiais de todas as instalações; teria sob suas ordens todo o pessoal que o auxiliava; todos os registros de pedidos de material seriam anotados em livro-talão e rubricados ao ser enviado ao Diretor; ao final de cada mês, apresentaria ao Diretor todo o balancete geral de gênero, material e gastos, mencionando suas importâncias (Art. 80). Os Conservadores e Inspectores de Alunos eram dois servidores nomeados para esse fim, que deveriam responsabilizar-se pelo patrimônio, zelo, cuidados e manutenção dos utensílios das dependências do museu, laboratórios, biblioteca e herbário, recolhendo todo o material, aparelhos e vasilhames utilizados, mantendo-os limpos, conservando-os; lançar em livro próprio o inventário de todo o material e objetos das repartições, bem como registrar os que forem sendo adquiridos; zelar pelo sossego, ordem, disciplina e decoro nas salas de aula e demais dependências em que se encontrarem os alunos; velar pelo asseio, pelos trajes decentes e estar atento à prática de vícios ou atos moralmente inadmissíveis pelo corpo discente; manter abertos o museu e a biblioteca todos os dias úteis, procedendo ao empréstimo de livros e/ou material de estudo aos alunos, desde que registrado e autorizado pelo Diretor, bem como zelar pela restituição dos mesmos dentro dos prazos estipulados (Art. 75).

Quanto aos Chefes de Cultura, eram dois ao todo, um para pomares e viveiros, e o

outro para jardim, horta e culturas forrageiras, a esses caberiam dirigir os trabalhos de sua respectiva seção, instruindo os alunos para as atividades práticas de sua responsabilidade, registrando em caderneta especial, em ordem cronológica todos os fatos e serviços executados, desde preparação do solo, semeadura, tratamento preventivo e curativo das plantas, até colheita, benefício e conservação dos produtos (Art. 76). O Prático das Indústrias Agrícolas, a esse profissional cabia observar e seguir as ordens do Diretor e do auxiliar-agrônomo (professores das aulas teóricas) para execução das operações referentes às indústrias próprias do Aprendizado, devendo zelar pela guarda e conservação dos aparelhos e maquinários industriais (Art. 78). Os Mestres de Oficinas, eram dois ao todo, cabendo a um os trabalhos do ferro e, ao outro, os de madeira, esses se encarregariam dos trabalhos de ferro, madeira, enquanto aos Operários, os trabalhos de vime, pintura e alvenaria, couro, olaria, executando os serviços e obras que lhes forem determinadas, de acordo com o ensino manual e mecânico dos alunos (Art. 79). O Porteiro-contínuo, a ele competia cuidar da segurança e asseio do edifício, acompanhar a assinatura do ponto, dirigir e fiscalizar os serviços dos serventes; verificar a entrada e saída de volumes e artigos de qualquer natureza, procedendo de acordo com as ordens que lhe forem dadas pelo Diretor (Art. 82). O salário do Mestre de Ginástica e Exercícios Militares seria o mesmo desse contingente de servidores e teria como função dirigir e orientar, de acordo com as instruções aprovadas pelo Diretor, a educação física dos alunos pelos métodos mais modernos, escolhidos os jogos e exercícios compatíveis com a estação climática do ano, atento à especificidade da constituição orgânica de cada aluno.

Em um terceiro escalão, encontrava-se o Tratador de Animais, a ele caberia zelar pela saúde e manutenção dos animais, levando ao conhecimento do Diretor qualquer anormalidade que ocorra nos estábulos; estar atento ao arraçoamento dos animais, bem como às especificidades de idade e raça, fiscalizando o preparo e distribuição de rações e zelando pela limpeza de todos os animais e asseio do estábulo, galinheiro, pocilga e apiário (Art. 77); os Operários, os Serventes e demais Trabalhadores receberiam salários com valores escalonados, porém bem inferiores aos demais. O salário do Secretário era equivalente ao do Escriurário, ou seja, o terceiro mais alto da Instituição, estando abaixo apenas do Diretor-Geral e do Auxiliar-Agrônomo.

Assim como o Decreto normatizava o salário e as funções de cada um, ele também estabelecia penas a serem aplicadas ao pessoal do Aprendizado, de acordo com faltas eventualmente cometidas. As penalidades variavam desde perda da gratificação de um a oito dias à perda do vencimento, culminando com a demissão. (Art. 70).

Portanto, Llevando-se em consideração os valores salariais de acordo com o grau de representatividade que o servidor ocupava perante o Aprendizado, foi possível localizar o detalhamento no qual se determinava quantas aulas deveriam ser dadas por cada professor. Assim, na troca de correspondências entre a instituição e o ministério da agricultura foi possível perceber que o Curso Regular do Aprendizado constaria do ensino teórico elementar e dos trabalhos práticos que lhe correspondessem. Essas aulas eram ministradas, em sua maioria, pelo Diretor da Instituição e pelo Auxiliar-Agrônomo. O relatório anual enviado ao Ministro da Agricultura aponta a responsabilidade de cada um deles:

Curso regular -- Aulas ministradas no 1º ano: 162, das quaes 110 pelo director e 52 pelo auxiliar-agronomo.
 Aulas ministradas no 2º ano: 158, das quaes 113 pelo director e 45 pelo auxiliar-agronomo.

Fonte: BRASIL. RMAIC, 1923, pág. 108.

Ante o exposto, infere-se que as disciplinas do Curso Regular eram ministradas, principalmente, por dois professores, a saber, o Diretor e o Auxiliar-Agrônomo. A maior parte das disciplinas teóricas, porém, ficava sob a responsabilidade do Diretor. Ambos professores eram auxiliados pelos chefes de culturas, e o prático de indústrias agrícolas, respectivamente, nas aulas práticas (Art. 13). A exceção ficou por conta do escriturário do Aprendizado que era o encarregado de ministrar elementos de contabilidade agrícola (Art. 12), instrução essa necessária para os empreendimentos agrícolas de uma propriedade rural, além de ser o responsável pelas funções administrativas e financeiras (Art. 74). O professor primário e o adjunto eram os responsáveis pelas disciplinas ministradas aos alunos do ensino preparatório e aos adultos.

Ao mesmo tempo, a direção do Aprendizado montou uma infraestrutura que teve, como objetivo, criar condições adequadas para um ensino agrícola teórico-prático, a natureza do curso assim o exigia. A práxis educativa abrangia, como se percebe pelo Decreto acima citado, todo o ciclo do processo: preparação do solo, adubação, plantio, acompanhamento de cada projeto, colheita, comercialização. Da mesma forma, quanto a outras atividades como, por exemplo, indústrias rurais. Em todas as etapas, os alunos não eram meros espectadores passivos, mas atores, os principais agentes do processo sob a orientação dos mestres de oficinas e professores. Para se estimular o envolvimento no processo produtivo os alunos

também participavam dos lucros das vendas, segundo normas estabelecidas (Art. 65). Tudo devidamente escriturado e documentado em relatórios.

Pouco a pouco, o Diretor foi providenciando contratação de pessoal, à medida que as necessidades o demandavam. A evolução do quadro de pessoal acompanhou a complexidade crescente da Instituição, a partir de sua criação.

O aspecto que se refere à forma mais detalhada do sistema ensino-aprendizagem e curricular do AA de Barbacena foi investigado e desenvolvido no próximo capítulo.

4 APRENDENDO A FAZER, FAZENDO PARA APRENDER

Perante a tecnologia e seu papel na contemporaneidade, não podemos assumir uma posição maniqueísta, nem exorcizá-la como um monstro que domina, devora e impessoaliza, nem entronizá-la como a panacéia para a superação dos problemas da humanidade
*Aguiar, 2000.*¹⁶¹

No período colonial, os ofícios, então existentes, eram repassados de “pai para filho” nas diferentes camadas da sociedade. O trabalho manual era sinônimo de trabalho escravo, tendo, portanto, um caráter segregacionista, que também assumia aspectos correcionais, traço mantido em algumas instituições como nos asilos e nas prisões, por exemplo.

Analisar a história do ensino agrícola foi de fundamental importância para que se pudesse compreender as práticas educativas e os processos utilizados na formação dos jovens e adultos do Aprendizado Agrícola de Barbacena. Esses personagens, por sua vez, durante as primeiras décadas do século XX, participaram ativamente do desenvolvimento agrícola brasileiro buscando nas instituições escolares um aparato ferramental para utilizar a terra de maneira mais racional e otimizada.

As especificidades próprias dos Aprendizados Agrícolas, aos poucos, foram definindo suas identidades através de decretos redigidos, propostos por eles mesmos e aprovados pelo governo federal. Em 1911, o Aprendizado Agrícola de Barbacena teve seu regulamento interno aprovado, definindo as peculiaridades da Instituição, desde que estivesse em consonância com o Decreto do Ensino Agrônômico de 1910. Já no seu Artigo 1º, procurou-se delinear a função social da Instituição:



Decreto nº 8.736, de 25 de Maio de 1911

Approva o regulamento do Aprendizado Agrícola de Barbacena, no Estado de Minas Geraes
 O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tendo em vista o disposto no art. 589, do decreto n. 8.319, de 20 de outubro de 1910, resolve approvar o regulamento do Aprendizado Agrícola de Barbacena, no Estado de Minas Geraes, creado pelo decreto n. 8.358, de 9 de novembro do mesmo anno, e que com este baixa, assignado pelo Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio.
 Rio de Janeiro, 25 de maio de 1911, 90º da Independencia e 23º da Republica.
 HERMES R. DA FONSECA
 Pedro de Toledo

Art. 1º O Aprendizado Agrícola de Barbacena tem por fim formar trabalhadores aptos nos diferentes serviços da pequena propriedade rural, principalmente nos que se referem á

¹⁶¹ De Roberto Aguiar, em *Os filhos da flecha do tempo: pertinências e rupturas*, p. 89.

fructicultura, á horticultura e ás industrias que dellas derivam, tendo como accessorios a apicultura e a criação dos animaes domesticos mais uteis ao pequeno cultivador.

Fonte: BRASIL. Decreto, 1911.

A finalidade de sua criação, acima descrita, não era a mesma daquela dos demais Aprendizados Agrícolas. Porém, não se opunham. Pelo contrário, a finalidade do Aprendizado Agrícola de Barbacena complementava o que era preconizado por Lei, atendendo à especificidade da região chamando atenção o foco para a “pequena propriedade”, para atender ao “pequeno cultivador.” No que se refere a seu público-alvo, o Artigo 2º prescreve:

Art. 2º O ensino é essencialmente pratico e devo aproveitar, de preferencia, aos filhos de pequenos cultivadores e trabalhadores ruraes que queiram instruir-se, nas referidas especialidades, na cultura, tratamento, multiplicação, aclimatação o melhoramento das plantas fructíferas e hortenses e nos processos de conservação, embalagem, transporte e comercio dos respectivos productos, assim como no fabrico de conservas, geléas, vinhos, licores, vinagres, etc.

Fonte: BRASIL. Decreto nº 8.736, 1911.

Tal como exposto no Artigo 1º, o regulamento da Instituição acrescentava apenas os pontos que diziam respeito ao Aprendizado em questão, como era o caso da produção ligada à fructicultura, às hortaliças e às indústrias de beneficiamentos desses produtos. Porém, explicitava o interesse maior, a saber: o interesse pelos filhos dos produtores rurais.

Tudo indica que para a União trata-se de uma estratégia para investir naquele que possivelmente traria algum retorno à nação, de forma direta ou indireta, por ser *alguém* com certa bagagem de conhecimento, de interesse e de motivação para o curso. Ao mesmo tempo pode ser compreendido como medida voltada para fixação do homem no campo, com o duplo benefício de racionalização do trabalho, aumento da produtividade pelas técnicas e exploração “científica” da terra, tendo como efeito complementar o controle do fluxo migratório e melhor governo dessa população.

Segundo Bosi (1992), os argumentos que serviam de base ao discurso oficial na primeira república, com algumas mudanças de estilo, continuaram presentes ao longo de todo o século XX. O desenvolvimento da indústria ligado ao ensino técnico, acrescido dos créditos públicos, resultaram na conquista dos mercados consumidores. De acordo com Moacyr, esses eram os elos de uma cadeia adotada como programa de governo:

Os aprendizados agrícolas poderão constituir estabelecimentos autônomos, organizados especialmente para as funções que lhe são destinadas. Deverão dedicar-se à produção de sementes de plantas úteis e possuir viveiros das mesmas plantas, inclusive as frutíferas para distribuição gratuita aos agricultores da zona. Os reprodutores de raça existentes nos aprendizados poderão ser utilizados pelos criadores para melhoramentos das raças que possuem em suas propriedades. Serão feitos ensaios de máquinas agrícolas. (MOACYR, 1942, p. 43).

Os Aprendizados Agrícolas foram criados para serem encubadores de novas técnicas e tecnologias de plantio. Como se pôde perceber, os aprendizados deveriam disseminar, entre os agricultores da região, a mais moderna tecnologia aplicada em suas culturas, incentivando-os a seguirem o mesmo exemplo em suas propriedades. Com esse fim e atendendo à solicitação do governo, o Aprendizado Agrícola de Barbacena distribuía, gratuitamente, mudas de plantas de seus viveiros. Da mesma forma, em se tratando da pecuária, recebia os animais dos produtores locais, com o objetivo de alimentar, medicar e cuidar, utilizando as mais avançadas formas de tratamento e, como moeda de troca, as formas de zelo, diagnóstico, tratamento e cura de determinada doença seriam utilizados para os estudos junto aos alunos e, encontrando-se em estado normal de saúde era, então, devolvido a seu proprietário.

A disseminação desses conhecimentos pelo Aprendizado seria aplicada pela organização curricular do sistema de ensino adotado. Conforme o pensamento de Michel Foucault (1984, 1986, 2000, 2002), a relação entre conhecimento e poder está presente nas análises dos estudos que são feitos sobre os currículos, partindo da concepção produtiva de poder, Foucault ressalta como as pessoas produzem conhecimento para intervir nas questões sociais. Através da forma pela qual ideias e práticas diferentes associam-se para produzir meios que dirigem e moldam a conduta dos indivíduos. Souza (2001) complementa que, no âmbito educacional, essas diferentes ideias e práticas contribuem para a constituição da escola e a forma como ela se apresenta em determinado momento histórico.

A partir desse entendimento, pretendeu-se observar as organizações curriculares do Aprendizado Agrícola de Barbacena através de suas ideias e práticas, para se entender as políticas dirigidas a esse segmento de ensino, sem estabelecer uma conclusão *a priori*. *A priori*, por exemplo, poder-se-ia concluir que eles serviram à manutenção de um determinado *status quo*. O estudo tentou ir além das análises para compreender o perfil do contingente populacional que do AA de Barbacena fez parte. Ou se corrobora outros autores, quando afirmam que a principal finalidade desses estabelecimentos de ensino agrícola seria a de servirem como “viveiros de mão de obra”, ou se levantam as discussões para outras possibilidades e finalidades do aprendizado.

Nesse sentido, estabeleceu-se como hipótese que os Aprendizados Agrícolas refletiram a perspectiva dos Agrônomos de formarem um campo específico para eles, entendendo-se um campo específico e um espaço social com uma estrutura própria, relativamente autônoma em relação aos outros espaços sociais. Como um palco de interações onde se travariam lutas de interesses diversos. A luta de interesse também se expressava por uma reforma de métodos de

ensino que passaram a ser voltados para o futuro do país. Em relação aos outros países, Ledent alerta sobre o problema que, na época, afligia o Brasil:

A reforma dos métodos de ensino e a sua adaptação mais perfeita às condições da atividade econômica moderna, são uma questão de atualidade em quase todas as nações da Europa. No Brasil, esse importante problema apresenta uma urgência particular e os espíritos que se interessam pelo futuro do país, mostram-se, com justa razão, preocupados da sua solução. (LEDENT, 1910, p. 11).

Para se investigarem as reformas que foram se processando nos Aprendizados Agrícolas, foi preciso partir do fazer e estudar a história do ensino agrícola bem como da rota metodológica por eles adotada, para se entender o seu funcionamento e sua evolução ao longo do tempo e por que eles foram assim e não de outro modo. A pesquisa em tela buscou contribuir para a compreensão e ampliação do conhecimento sobre a história do ensino profissional agrícola, não só do estado de Minas Gerais, mas também em todas as regiões do Brasil em que essa modalidade de ensino esteve presente. Nesse ponto, com a escassez de bibliografias nessa área, percebeu-se um certo desinteresse pela história da educação rural, no Brasil, o que tem sido sentido e lamentado também por alguns historiadores. Alguns autores afirmam a carência de estudos nessa área:

Na perspectiva das pesquisas e das políticas educacionais é marcante e permanente a marginalização e o desinteresse pela educação rural, geralmente considerada questão de menor importância, tanto pelo governo federal quanto pelas universidades e centros de pesquisa. (DAMASCENO; BESERRA, 2004, apud WERLE, 2007, p. 10).

Desta forma, corroborando a autora acima, Werle (2007) complementa que seria de enorme utilidade a produção de estudos sobre a história da educação rural nas diversas regiões brasileiras (WERLE, 2007, p. 10). Entretanto, a busca das memórias do ensino rural e agrícola bem como sua expansão na rede escolar se deparam com a pobreza dos dados disponíveis. Se hoje ainda é deficiente a cultura de documentação, de registrar eventos, imagine naquela época. Portanto, refazer a trajetória da educação agrícola encerra dificuldades pela ausência de acervos organizados e disponíveis para a pesquisa.

Trabalhos que priorizaram a localização de acervos e a discussão de levantamentos já existentes foram fundamentais para a renovação da prática da pesquisa histórica no campo da educação.

4.1 Fundação e legitimação do Aprendizado Agrícola de Barbacena

A pesquisa analisou as profundas mudanças que ocorreram no Brasil, no final do século XIX, causadas, sobretudo, pela abolição da escravatura e pela implantação de um novo modelo político, a República. De um modelo civilizacional baseado na mão de obra escrava e sob o regime político do Império, passou-se para um modelo de trabalhadores livres e para um outro regime, que tendia a mudar a face da nação, mediante a implantação dos ideais republicanos. No final do século XIX e início do XX, tornou-se evidente a guinada do Brasil para um outro modelo de civilização. Essa mudança desencadeava, paulatinamente, mudanças culturais, demandando saberes e tecnologias para atender às necessidades emergentes. Os horizontes da Nação, que se abriam para os espaços da liberdade e de novos saberes, viam-se também gradativamente alterados por significativas mudanças sociais. Na dinâmica da sociedade brasileira, recém-saída do regime escravocrata, verificou-se acentuado desequilíbrio em muitos setores da vida nacional. O mais dramático desequilíbrio foi a carência de mão de obra para cobrir o vácuo deixado pelos ex-escravos. O país via-se diante de enormes desafios. Por um lado, uma tradição cultural da elite que, desde o Império, supervalorizava o bacharelato, uma cultura do “doutorismo” e do “academicismo”.

Sem o trabalho escravo, as elites tinham, por necessidade inadiável, que voltar suas atenções para um outro modelo de saber, principalmente, o “saber prático agrícola e industrial”. Como visto em capítulos anteriores, o Brasil, sem maiores experiências na atividade de produção agrícola, teve de importar conhecimentos, tecnologia agrícola e até técnicos. Desse modo, as mudanças sociais provocaram contatos culturais com outros países, principalmente, do Velho Mundo e Estados Unidos. No novo Brasil da República e da mão de obra livre, outras interações sociais assomavam no cenário da vida das pessoas, exigindo um outro modelo de educação. No contexto do país do início do século XX, os governantes implantaram a educação agrícola sob a égide do Estado.

Para uma educação agrícola, um currículo de conteúdo agrícola. Nesse sentido, observa-se que os governantes e educadores da época criam um modelo de ensino-aprendizagem que unia teoria com a prática. O êxito para a estabilização dos Aprendizados Agrícolas dependia de um investimento de conhecimento referente a práticas agrícolas na região, com a disseminação de novas formas de cultivo e de criação, com o intuito de ultrapassar a produção de subsistência, apostando na produção em larga escala. Com vistas não só à própria subsistência, mas também à geração de riqueza. Esse ideal

acitava para a possibilidade de produção padronizada e utilização de tecnologia mecanizada como uma nova forma de exploração da terra, uma nova forma de produção agrícola e de uma forma de capitalismo que se anunciava nessa época.

Portanto, demonstrando a propensão brasileira pela adoção do modelo pragmático de desenvolvimento agrícola, o governo buscou a experiência do sucesso desse segmento de ensino em outros países, para ser reproduzida no Brasil. Para tanto, respondendo aos reclamos vindos do campo, o governo, no ano de 1910, passou à implantação do ensino agrônomico em âmbito federal com a criação de estabelecimentos de ensino com objetivos de formação agrícola, que seriam instituições de difusão científica da área agrícola em diversos pontos do país. Embora fossem incorporados modelos estrangeiros, inclusive contando com a importação de mão de obra especializada vinda da Europa, o governo brasileiro baixou um regulamento próprio para o ensino agrícola no país. Nessa perspectiva, foi possível apresentar outra iniciativa do ministério, ainda antes de 1910, também relacionada à difusão de técnicas agrícolas modernas. Refere-se, aqui, à iniciativa de proporcionar capacitação de agrônomos brasileiros em outros países, como já assinalado nos capítulos anteriores.

O Decreto que criou o Ensino Agrônomico explicita os objetivos que deveriam ser alcançados. Um currículo pragmático, que buscava romper com a dicotomia entre teoria e prática, sintonizado com os debates pedagógicos da época, um currículo dinâmico que procuraria atender às necessidades e condições gerais do campo. Um currículo centrado na formação agrícola do futuro agricultor, cujos conteúdos deveriam ser adequadamente integrados com a estrutura das respectivas disciplinas e ao nível das fases de aprendizagem. Além de tudo, há de se pôr em relevo, que o referido currículo estaria aberto para a realidade social em que o Aprendizado estivesse inserido.

Na implantação do Ensino Agrônomico que representava um modelo de educação teórico-prática para o Brasil, carente de experiências no setor da formação de mão de obra qualificada profissional, foi importante a influência das ideias do belga Ledent, por sua atuação e contribuição na área agrícola, acredita-se que tenha participado da feitura do Decreto que criou o Ensino Agrônomico. Tendo em vista a decisiva influência de Ledent, alguns excertos de sua obra “O Ensino Profissional e Agrícola”, ilustrada com fotos de escolas com estruturas para ensino prático de agricultura, publicada em 1910, foram citados ao longo do presente texto. Cabe assinalar que sua obra vem a lume no Brasil bem antes da publicação da Lei.

Naquele tempo, os Aprendizados Agrícolas estavam, também, associados à luta pela produção em massa, pela utilização de terras agricultáveis e pela fixação do homem

no campo. Dessa forma, somente uma educação voltada especificamente para a agricultura configuraria a identificação do homem com o meio rural produtivo.

As autoras Werle, Thum, Martinson e Trinchão (2007) assinalam a concepção dos movimentos ruralistas, ao atribuírem ao ensino realizado em áreas rurais a prerrogativa de fixar o homem ao campo, uma vez que nos últimos anos não havia sido dado ênfase a essa concepção. Assim, constatou-se que as deficiências do professorado rural (principalmente do 1º grau) eram devidas a dificuldades existentes na sua fixação a esse meio.

Weschenfelder (2007, p. 254) acrescenta:

Os valores mencionados dizem respeito ao apego à terra e, principalmente, ao trabalho agrícola. Este necessitaria, naquele momento histórico, de certa organização; tratava-se da disciplinarização do trabalho. As crianças aprendiam novas formas de trabalhar, novos valores e, sobretudo, novas relações de trabalho, tanto pessoais quanto comerciais. Percebe-se que outra cultura escolar estaria sendo produzida por uma educação bem distinta, aquela que ensinaria uma forma de trabalho específica aos jovens rurais.

Segundo Áurea Adão (2007, p. 288), “é função de qualquer coisa de mais transcendente, de maior ou menor solidez, o sentimento de propriedade.” O que se deve fazer, primeiro que tudo, para prender o homem no campo, é desenvolver o sentimento do amor a sua propriedade. Para ela, deve-se prender os homens à terra e fazer com que neles torne a vibrar o amor à lavoura. Portanto, é mais uma questão de orientação política do que de reforma pedagógica.

Talvez pelo amor ao campo, ao meio em que vivem, a seu *habitat* e às coisas pelas quais se identificam, o governo tenha resolvido privilegiar os filhos dos homens do campo como contingente prioritário e principal clientela dos seus estabelecimentos. Daí a preferência pelos filhos de pequenos cultivadores, industriais agrícolas e trabalhadores da zona rural, que deveriam ser rigorosamente observados para admissão no ato da matrícula, a exemplo do que se fazia em algumas experiências do exterior:

Sendo esse ensino baseado sobre os mesmos princípios que o *ensino profissional elementar (industrial)*, faremos somente observar aqui que o seu carácter deve ser francamente agrícola, pois que se trata de fazer a educação de rapazes destinados a passarem a vida como trabalhadores rurais. Já se sabe que os alumnos, na sua grande maioria, hão de continuar na existência do campo, quer nos trabalhos de cultura propriamente dita, quer nos serviços da criação de animais, quer nas ocupações das indústrias agrícolas ou dos laticínios. (LEDENT, 1910, pp. 45, 46).

Ao fazer distinção entre as formas de educação industrial e agrícola, o autor enfatizou a importância do ensino agrícola como uma necessidade. No mesmo contexto, ele definiu o

objetivo de vida desse contingente. Primitivo Moacyr, por sua vez, explicitou a intenção do governo em formar trabalhadores aptos para os diversos serviços de propriedade rural. Os trabalhadores, depois de cursos de qualificação, como retorno, passariam a explorar suas próprias propriedades de acordo com as modernas práticas econômicas. Assim ele relata:

O ensino é exclusivamente prático e deve aproveitar de preferência aos filhos dos pequenos cultivadores e trabalhadores rurais que queiram instruir-se nas artes manuais ou mecânicas que se relacionam com a agricultura nos métodos racionais de exploração do solo, manejo dos instrumentos agrários, nas práticas referentes à criação, higiene e alimentação dos animais domésticos, seu tratamento, e às diversas indústrias rurais. (MOACYR, 1942, p. 41).

Sob esse ponto de vista, parte-se, também, da hipótese de que os Aprendizados responderam a um certo ideal “civilizador do campo”, uma vez que refletiam o tipo de pensamento que vislumbrava a formação de um “novo homem”, a saber, aquele que estabeleceria uma relação diferenciada com a terra. Pensa-se, portanto, que essas instituições de fato atenderiam a uma visão de progresso, de homogeneização das práticas e das técnicas agrícolas.

Como se pode perceber, houve um direcionamento no ensino para aqueles que já tinham relação com a terra, não só pelos laços afetivos com a lida no campo, mas também por viverem no meio rural. O aprendizado se destinava a uma educação que lhes possibilitasse assimilar práticas agrícolas modernas para serem aplicadas nas lides agrícolas. Sendo assim, o ensino ministrado nos aprendizados atenderia, sobretudo, à preparação dos futuros “homens do campo”, que, diferentemente dos seus pais, aproveitariam a terra de forma mais racional. Isso seria significativo, também, para a formação de mão de obra qualificada que atendessem à grande lavoura e às indústrias rurais, multiplicando as potencialidades da terra e dos homens.

Para a confecção das políticas educacionais para o ensino agrícola foram levados em consideração os modelos estrangeiros, com elementos europeus e norte-americanos.

Moacyr recupera a expressão do Ministro Toledo:¹⁶²

O ensino agrônômico em nosso país, diz o ministro Toledo, em seus diversos estágios, teórico e prático, criado em 1910, nos moldes que, sem fugir aos programas das nações mais adiantadas que o praticam, melhor se adaptam às nossas necessidades com as pequenas alterações nele introduzidas em 1911, é ministrado por escolas superior, escolas médias, aprendizados agrícolas e cursos ambulantes, servidos aqueles estabelecimentos dos anexos que lhes são indispensáveis, como estações experimentais, campos de demonstração, fazendas-modelo e postos zootécnicos e meteorológicos. (MOACYR, 1942, p. 48, 49).

¹⁶² Dr. Pedro Manoel de Toledo foi Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio no governo do Marechal Hermes da Fonseca, em 1913.

O Ministro fez uma alusão à ampliação dos campos para a área agrícola como uma necessidade, ainda que o modelo das suas atividades não fosse o mesmo que o das outras nações em estágios mais avançados. Tal postura deixa a entender que o modelo de outras nações deveria ser adaptado às condições brasileiras e de cada local. Segundo ele, era preciso que os ensinamentos oferecidos no país fossem adaptados à realidade e às especificidades de cada espaço. Conhecedor do experimento dos outros países e sabedor de que se tratava de realidades diferentes, o governo constituiu um sistema híbrido de ensino agrícola. Buscando a percepção de um olhar mais apurado e respondendo a demandas e interesses de uma pequena fração da sociedade, especificamente formada pelos grandes proprietários de terras da época, o governo procurou se assessorar de entendedores do assunto. A princípio, procurou atender aos anseios desse pequeno grupo que se reunia através da chamada Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), criada em 1897, que debatia e discutia sobre o futuro do setor agrícola, passando a se apoiar, em seguida, no Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, criado em 1906, mas que passou a existir de fato em 1909. Através de ambos os setores é que se buscou descortinar a construção das políticas públicas para o ensino agrícola nos Aprendizados e a formação pretendida por tais estabelecimentos, no sentido de formar mão de obra qualificada para as fainas agrícolas.

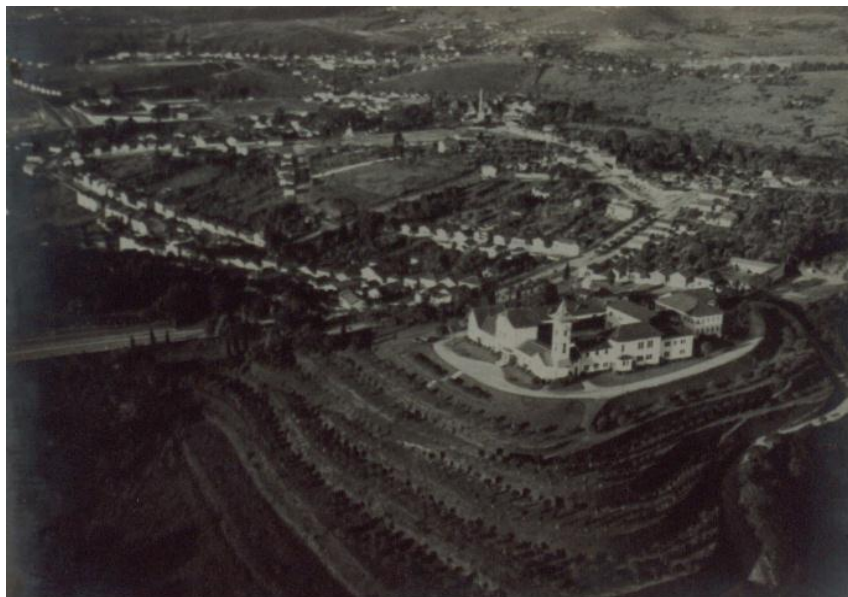
O discurso científico fez com que uma nova categoria de profissionais ganhasse espaço no ambiente sócio-político-cultural brasileiro, os agrônomos. Estes seriam os detentores dos saberes das ciências agrícolas, criando uma espécie de hierarquia dos saberes agrícolas, dentro do ensino, tais como, o saber do agrônomo, do técnico, do iniciante das escolas primárias e o do homem do campo, que era o último elo da cadeia e aquele que nada sabia, por não ter sido iniciado no aprendizado das ciências agrícolas. Essa hierarquização dos saberes levava ao poder. Nesse caso, o poder sobre a terra. Os aprendizados buscavam mudar os hábitos e a relação do homem do campo com a terra, através da adoção de técnicas agrícolas, estabelecendo-se, assim, uma nova relação entre o homem e a terra.

Como o trabalho livre passou a ser extremamente caro e os agricultores, com seus poucos recursos, acharam-se sem “braços” para o trabalho em suas lavouras, o ensino agrícola passou a ser visto como substituição da mão de obra escrava. Por muitos anos, no período oitocentista e também no início da República, esta era a mentalidade arraigada: o trabalho agrícola é também um trabalho de natureza escrava. Ao se buscarem modelos europeus para o ensino agrícola no Brasil, levanta-se a hipótese de que o exemplo europeu varreria a ideia de que o ensino agrícola veio para substituir o trabalho escravo. Em uma outra perspectiva, o ensino agrícola poderia ser visto, também, como uma forma de ascensão social do indivíduo,

pois seu trabalho estaria colaborando com o desenvolvimento do país, tanto cultural, quanto tecnicamente, ou seja, contribuiria para um projeto civilizador da Nação. A imigração europeia, ou do sistema de ensino europeu, sob esse prisma, atenderia a um duplo interesse: resolveria o problema tecnológico do campo e responderia a um discurso eugenista, propiciando um “embranquecimento” da raça. Além desse duplo objetivo, a presença do europeu no campo responderia a um projeto civilizador, inserindo novos hábitos de relacionar-se com a terra, de organização social, de higiene, dentre outros aspectos, que possibilitariam a formação de uma “nova” população agrícola, alicerçada no padrão ocidental-europeu de civilização, tido como o mais adequado para a época.

Essa dissociação entre educação acadêmica e educação profissional, de forma mais acentuada da área agrícola, fez nascer a dualidade estrutural entre os dois segmentos de ensino. Para Acácia Kuenzer (1999), a dualidade estrutural configura-se como a grande categoria explicativa da constituição do ensino profissional no Brasil, legitimando a existência de dois caminhos bem diferenciados a partir das funções essenciais do mundo da produção econômica: um, para os que serão preparados pela escola para exercer suas funções de dirigentes; outro, para os que, com poucos anos de escolaridade, serão preparados para o mundo do trabalho em cursos específicos de formação profissional, na rede pública ou privada. Como se vê, são mundos fronteiriços que a realidade do ensino profissional agrícola precisou aos poucos ir trespassando. Em primeira escala, desvencilhar-se da ideia de que o ensino agrícola simplesmente forneceria mão de obra em substituição à escrava. Em segunda, gerar nova mentalidade de valorização do trabalho.

Talvez com o objetivo de descaracterizar a ideia enraizada de um ensino que daria continuidade ao trabalho escravo, o Aprendizado Agrícola de Barbacena foi construído em um dos mais elevados pontos da cidade, conforme pode ser observado:



Vista Panorâmica -Escola Agrícola
Figura 52 - Fonte: Acervo da Instituição s/d.

Um prédio de tamanha suntuosidade em sua estrutura física destacava-se por todos os ângulos da pequena cidade, atraindo para si a atenção dos habitantes locais e de todo seu entorno. Intui-se tratar de estratégia do governo para alterar o quadro que até então se desenhava para a área reservada ao ensino profissional e, ainda mais preconceituosa, à área agrícola. Foi em meio a esse torvelinho de dificuldades, nas áreas educacional, social, econômica e de ideologia, que o governo criou estratégias para salvar a economia do país. A solução viria do solo da Nação. Assim, a criação dos Aprendizados Agrícolas se viu revestida de uma nova mentalidade, baseada no que de melhor o governo poderia oferecer à Nação brasileira, nas condições da época. O Ensino Agrônômico surgiu com o fim de instruir de forma técnica e profissional, relativa à agricultura e às indústrias correlativas, compreendendo também o ensino agrícola, a medicina veterinária, a zootécnica e as indústrias rurais.

Não obstante outros locais de ocorrência do ensino agrícola, foi nos Aprendizados Agrícolas, num primeiro instante, que esta área de ensino se materializou. Tomando-se por base o Decreto nº 8.319, que criou e normatizou o ensino agrícola, o espaço destinado aos Aprendizados foi significativo, visto que, entre os Artigos 268 e 331, foram exploradas as finalidades, a clientela, os exames, os diplomas, prêmios escolares, estruturas administrativa e predial, além da organização do ensino de uma forma geral. Dessa maneira, a legislação destinava sessenta e três artigos, distribuídos ao longo de seis capítulos, para tratar exclusivamente dos Aprendizados Agrícolas.

A lei dispunha que tais estabelecimentos teriam a finalidade de formar trabalhadores aptos aos diversos serviços da propriedade rural, explorando-a, tendo em vista as modernas

técnicas agrícolas. Nota-se a ênfase de um discurso científicista como “mola mestra” para o desenvolvimento agrícola.

Em suas incursões pela Bélgica, Ledent observou que os trabalhos eram realizados nas oficinas, independentemente da formação. O principal objetivo do ensino profissional elementar era o aprendizado e a execução das atividades práticas, que deveriam ser apreendidas com rapidez e inteligência de tal forma que, no futuro, o jovem pudesse se firmar tanto como empregado quanto como empregador pois,

Assim, terá a ocasião de conhecer as suas verdadeiras aptidões; a sua vocação se revelará e, ao sahir da escola, adoptará sem hesitação a carreira que melhor lhe convier. Não perderá tempo em ensaios infructuosos, como acontece muitas vezes, e entrará logo ao serviço de um patrão ou de uma officina sob as ordens de um contra-mestre. É lá que elle vai aprender definitivamente a sua profissão, mas o fará com rapidez e intelligencia, estando habilitado para esse fim pela escola profissional elementar. Outrossim, o ensino profissional primário não se dirigirá unicamente aos rapazes obrigados a procurarem serviço como assalariados numa officina alheia. Proporcionará tambem a educação mais conveniente aos filhos de pequenos patrões e artífices, que, ao sahirem da escola, irão fazer sua aprendizagem affectiva ao lado do pai, que substituirão mais tarde. (LEDENT, 1910, p. 32).

Ledent enfatizou que os trabalhos orientados em oficinas oportunizariam conhecer as aptidões dos jovens. Disse também que tal ensino não se destinaria somente aos rapazes obrigados, pelas circunstâncias de suas vidas, a serem assalariados, mas também aos filhos de pequenos patrões e artífices.

O Decreto de criação do Ensino Agrônômico previa que os alunos aprendessem através do método experimental, ou seja, através da prática agrícola. Para tanto, o artigo 324 do regulamento previa:

Nos campos de demonstração da Escola, dar-se-á a cada aluno uma área de terra para ser cultivada sob sua responsabilidade e de acordo com as indicações e a orientação do respectivo professor, cabendo-lhe, além disso, tomar parte nos trabalhos da fazenda experimental. (BRASIL. Decreto nº 8.319 de 1910).

Dessa forma, o aluno deveria aprender as técnicas agrícolas através do próprio contato com a terra, através do “fazer para aprender”. Uma das principais características do ensino pretendido para os Aprendizados, que era a ênfase na prática, devendo o professor transmitir as noções elementares dos trabalhos agrícolas, de forma a guiar e esclarecer os alunos, visando a uma melhor execução das tarefas.

Ainda como parte da estrutura de ensino dos Aprendizados Agrícolas Federais, a legislação previa a organização de cursos abreviados, visando à preparação dos adultos para os trabalhos voltados para a agricultura, pecuária e indústrias rurais. Dessa forma, tais estabelecimentos não somente estariam direcionados à preparação da mão de obra futura para o

setor primário da economia, como também se preocupariam em qualificar aqueles que já atuavam nesse segmento. Seria ainda, uma forma de envolver os pais das crianças no processo formativo, de forma que estes estimulassem seus filhos a frequentarem as aulas.

Ledent explicita como as aulas práticas deveriam ser organizadas e enfatiza a necessidade de se instalarem as oficinas de produção. O autor afirma que o jovem deveria ser apresentado ao manejo de ferramentas, madeiras e maquinários nas oficinas, além das aulas de desenho, para desenvolver todas as suas habilidades. A respeito dessa questão, Ledent se expressa da seguinte forma:

Contudo, exercícios manuaes relativos ao trabalho de alvenaria e olaria, da madeira, do ferro, do couro, do vime etc. são ainda necessarios. O desenho será tambem muito util, pois é sempre um meio poderoso de desenvolvimento das facultades intellectuaes e praticas. Esses dois ultimos ramos, porém, não revestem aqui a mesma importancia como no ensino profissional propriamente dito e convirá consagrar-lhes um tempo menor. (LEDENT, 1910, p. 47).

O que se implantou nos Aprendizados Agrícolas - atividades práticas ligadas ao couro, ao ferro e às indústrias de aproveitamento de frutas e hortaliças, dentre outros - parece ter sido inspirado nesse tipo de concepção.

Assim como atesta a necessidade da realização dos trabalhos práticos pelos alunos, relata sobre a importância de zelar por eles. Seu relato marca uma atitude humanista ao ponderar que existem atividades que não devem ser deixadas sob responsabilidade dos muito jovens, por serem incompatíveis com suas idade e maturidade, para que se evitassem riscos e acidentes. Ele explica:

Ligamos grande importancia aos exercicios praticos da escola, que abrangem trabalhos de cultura e trabalhos de officina. Mas, não podemos exigir de rapazes de 12 a 14 annos que executem as operações penosas que se effectuam na lavoura por meio de instrumentos aratorios e machinas agricolas. Todavia, a escola deve ser organizada de tal modo que preencha, o mais completamente possivel, a seu fim pratico. (LEDENT, 1910, p. 47).

A segurança com relação à execução das atividades práticas, sobretudo no manejo de arados e máquinas agrícolas deveria ser observada, segundo ele, principalmente pelos jovens com idades entre 12 e 14 anos. Observa-se que a Legislação que regeu o Ensino Agrônômico, em 1910, exigia que a admissão de alunos ao Curso Regular fosse de jovens, com idades entre 14 e 18 anos, uma vez que a esses caberia a execução de todas as atividades pertinentes aos trabalhos realizados no campo.

Seguindo a orientação com que foi implantado o ensino profissionalizante e agrícola no Brasil, surgiram as linhas gerais do Decreto nº 8.736, de 25 de maio de 1911, aprovando o

Regulamento do Aprendizado Agrícola de Barbacena e definindo os objetivos, os cursos, os currículos e conteúdos que seriam ministrados. O Decreto significou o amadurecimento de ideias que vinham ocupando as mentes dos dirigentes da Nação desde o fim do Império.

4.2 Um aprendizado integrado

A região de Barbacena, do início do século XX, não era de grandes latifundiários, mas de pequenas propriedades. Sua altitude de 1.164 metros, acima do nível do mar e clima ameno com temperatura média de 17° centígrados, aliado às características do solo, possibilitava, inclusive, o cultivo de frutas de clima temperado. Tudo indica que, quem elaborou o referido Decreto teve como referência e pano de fundo as características de Barbacena e seu entorno. Para registrar, tomou-se como exemplo o centro da cidade de Barbacena, em três diferentes épocas:



Figura 53 - Rua XV de Novembro, 1906.



Figura 54 - Praça dos Andradas, 1928



Figura 55 - Geada - Praça Igreja do Rosário, 1932

Fonte: Acervo de fotografias de “Fotos Antigas de Barbacena”, em fotosantigasbarbacena.blogspot.com.br. Acesso: novembro, 2012.

Pelas imagens é possível observar a cidade em três momentos: em 1906, antes mesmo de receber o Aprendizado Agrícola; em 1928 com o Aprendizado Agrícola em funcionamento e, em 1932, no auge de suas funções, apontando para a mesma situação climática do local onde ele se encontra situado, desde antes de sua inauguração. A partir de 1933, a Instituição passou por significativas mudanças na estrutura de ensino e em sua organização didático-pedagógica.

No Decreto que cria o Ensino Agrônômico em 1910 consta que cada Aprendizado deveria elaborar o seu próprio regulamento, de acordo com as especificidades da região onde

se encontrava inserido, desde que se respeitassem as normas, estando em consonância com os ditames que regiam o Ensino Agrônômico. Dessa forma, foi aprovado o Decreto que se refere ao Regimento Interno do Aprendizado Agrícola de Barbacena em 25 de maio de 1911, elaborado conforme as Leis que regiam o Ensino Agrônômico. Contudo, fora acrescentado a ele aquilo que era peculiar à região, às atribuições de cada funcionário e aos cursos que ofertava. No entanto, é perceptível o cuidado e o nível de especificidade do AA de Barbacena. Dentre as finalidades, assevera-se que, por meio de um ensino prático, atendendo principalmente a filhos de pequenas propriedades agrícolas, eles deveriam ser instruídos nas várias especialidades que o Aprendizado oferecia, tais como: a cultura, tratamento, multiplicação, aclimação e melhoramento das plantas frutíferas e hortenses e nos processos de conservação, embalagem, transporte e comércio dos respectivos produtos, assim como no fabrico de conservas, geleias, vinhos, licores, vinagres, etc.

Outro diferencial do regulamento do AA de Barbacena estava na apresentação do programa do Curso Regular, indo além da simples transcrição da legislação, especificando quais seriam as atribuições do diretor e do auxiliar agrônomo na condução do curso.

No Decreto, há a preocupação com as condições socioculturais de Barbacena, ou seja, uma região de pequenas propriedades rurais e uma região em que a fruticultura e produção de hortaliças se anunciavam como promissoras. Entre as atividades secundárias, destacavam-se a apicultura, a criação de animais domésticos mais úteis ao pequeno cultivador e indústrias rurais.

O artigo que define o objetivo precípua do AA de Barbacena é o que abre as cortinas do Decreto que o regulamenta. Desperta a atenção à expressão ‘formar trabalhadores aptos nos diferentes serviços da pequena propriedade’. As pequenas propriedades dedicam-se principalmente à horticultura e fruticultura. O legislador estende a formação do jovem agricultor também para o aprendizado de indústrias ligadas a elas, bem como ao manejo de animais domésticos que, em geral, encontravam-se nas pequenas propriedades, como, por exemplo, suínos e aves. Formar e não simplesmente treinar. Formar, nesse contexto, implicava ministrar conhecimentos e aplicá-los de acordo com as características e com aquilo que se desejava legitimar na região.

O Art. 2º define uma escola em que o aluno aprende desde a preparação do terreno, o plantio, a colheita, a conservação, embalagem, comércio e fabrico de conservas, geleias, licores, vinagres e até vinho, posto que a região é propícia à produção de uvas. Desse modo, o aluno participaria de todo o ciclo da produção, culminando com a comercialização. Além de

tudo, o aluno levaria para a sua propriedade conhecimentos e práticas, para industrializar os subprodutos da sua propriedade, podendo vir a produzir licores, geleias, conservas etc.

Ao longo do tempo, no que se refere a conhecimentos e práticas na área agrícola, constatou-se que esta ou aquela cultura tivesse sido objeto de maior atenção, ora para manutenção do Aprendizado, ora para atender à orientação governamental. Logo, as variações curriculares caminharam paralelamente às mudanças da política educacional. As mudanças implementadas pelo gestor do AA de Barbacena foram sempre calcadas na política educacional dos governos, ao longo dos anos.

O relatório que o Ministro da Agricultura faz, quando de sua visita ao AA de Barbacena, 1913, atesta a tipicidade da sua vocação agrícola:

Proseguiram, com normalidade, as plantações de fruteiras no pomar, que já conta 1.268 árvores fructíferas enxertadas e 6.469 videiras européas e americanas, havendo em viveiros mais de 42.000 mudas de espécies diversas, das quaes estão enxertadas cerca de 3.000, para serem no proximo anno distribuidas aos particulares que as solicitarem.

Fonte: RMAIC. Relatório do Ministro da Agricultura - Barbacena, 1913, p. 15.

A fruticultura, como se constata pelo Relatório acima, foi o carro forte da época. Além do grande número de árvores, pés e mudas que comprovam a fertilidade das terras para tal cultivo, merece destaque o que o Ministro relata: “De todas as frutas exóticas de originais européias e americanas, 3.000 mudas de espécies diversas foram enxertadas para distribuição aos agricultores da região.”

Os alunos do AA de Barbacena participavam ativamente das atividades das indústrias rurais de forma extremamente significativa, como uma prática bastante produtora, pois eles poderiam ter contato com a cadeia produtiva agrícola: preparação do solo, adubação e correção de acidez com aplicação de calcário, aplicação de herbicidas, fungicidas, manejo de máquinas e implementos agrícolas, industrialização de produtos agrícolas, embalagem, comercialização e até contabilidade agrícola. As imagens resgatadas do RMAIC ilustram o texto:



UM CAQUIZEIRO VERGADO AO PEZO DE BELLOS FRUCTOS.

Figura 56 - Caquizeiro, 1912, p. 133.



Figura 57 - Aplicação Herbicidas, 1913, p. 45

Fonte: Arquivos BRASIL. RMAIC, 1912 e 1913.

Junto às ilustrações, há a de uma ameixeira que, até aquele momento, havia produzido mais de 400 frutos e o Ministro acrescentou ter recebido naquele ministério algumas frutas recolhidas no pomar do Aprendizado Agrícola de Barbacena, das quais destacava “duas bellas maçãs de côr vermelha que pezavam 900 grs. com o diametro de 9.10.” (BRASIL. RMAIC, 1913, p. 42).

Assevera, também, o relatório ministerial de 1920 sobre o AA de Barbacena: “[...] os produtos da fabrica elaborados com o auxílio e assistencia dos alumnos, constitue utilissima aula pratica para os alumnos [...]” (BRASIL. RMAIC, 1920, p. 183). Assim, participavam de todo o processo de produção.

No que tange às práticas agrícolas, os alunos realizavam serviços de nivelamento de terrenos, a partir de conhecimentos topográficos, tamanho das áreas de terras, semeadura, plantação, tratamento, poda e enxertia de árvores frutíferas, além da aquisição de conhecimentos básicos de conservação de frutos e legumes, na fábrica de conservas. Continuavam, como ‘carro- chefe’ da instituição, os trabalhos na fruticultura, possuindo o estabelecimento 32 pomares, com 5.400 árvores e seis vinhedos, com 5.000 videiras.

As práticas agrícolas preconizadas pelo Decreto não eram simples adestramento, sem nenhum embasamento teórico, como apresenta o Art. 3º “A pratica manual dos diferentes serviços será completada por um curso theorico elementar, como meio de esclarecer e guiar os alumnos para melhor execução dos trabalhos a seu cargo.”

Logo, havia uma preocupação em ministrar aos alunos conhecimentos teóricos, de modo que tivessem noção, ainda que de modo elementar, do porquê das atividades de campo. Assim, o aprender fazendo seria enriquecido com o porquê deste ou daquele fazer. Desse modo, o legislador encorajou processos de experimentação e inovação, em função das necessidades da época. No caso, o Estado voltava suas atenções para a educação agrícola. Por outro lado, o encorajamento de processos de experimentação e inovação não poderia se fazer no vazio social, foi necessário que o Aprendizado fosse concebido de tal maneira que o aluno visse nele como que a continuidade de sua vida na propriedade dos seus pais.

Ao determinar que o ‘Aprendizado fosse organização de forma similar a uma propriedade agrícola’ fica sinalizado que o ensino agrícola não poderia ser alienado de sua realidade.

O Relatório do Ministro registra a perspectiva da atividade na área de produção de hortaliças, jardinagem, drenagem:

As culturas hortenses e forrageiras acham-se ainda no período de início, pela falta de terreno próprio, que vai ser conquistado por importantes serviços de drenagem. Assim, terá esse estabelecimento, dentro em breve, mais de 50 hectares cultivados, divididos em pomares, horta, jardins e campos forrageiros, reservada igual extensão para floresta, que se estenderá pelos morros e encostas.

Fonte: BRASIL. RMAIC - Barbacena, 1913, p. 15.

As atividades do AA Agrícola de Barbacena eram múltiplas e visavam focar as várias formas de ensino e respectivas práticas: arar, preparar, adubar, plantar, colher, industrializar, comercializar. A diversificação indicava o caráter generalista da formação a ser oferecida recobrando e incidindo sobre várias etapas da produção agrícola que, com a formação oferecida, adquiririam um novo estatuto, apoiado na crítica e na experimentação, aporte para fazer da terra um dispositivo mais eficiente para acumulação do capital, fixação do homem à terra e constituição do mercado produtor e consumidor de determinadas culturas.

O ensino se completaria com excursões a propriedades agrícolas, museus, fábricas, oficinas, exposições, feiras, mercados, etc. As visitas técnicas reforçariam o aprendizado das atividades desenvolvidas no Aprendizado. No final, deveriam apresentar ao professor responsável um relatório contendo suas observações sobre a visita técnica. Isso fazia com que tais momentos se configurassem em uma importante ferramenta pedagógica de aprendizado, além de possibilitar ao Aprendizado conhecer outras tecnologias, enriquecendo o processo do ensino prático.

O foco na preparação do aluno para a sua vida concreta, na propriedade de seus pais também se evidenciou. Na vida do campo, o agricultor deveria ter habilidades que lhe possibilitassem sobrevivência e um mínimo de conforto, deveria saber como confeccionar uma ferradura, como cortar e serrar madeira, fazer porteiras, bancos, mesas, camas para a sua casa. O agricultor é, por excelência, um homem da natureza, seu meio é o campo, a natureza. Longe da cidade, o homem do campo deveria saber tirar do meio o que lhe fosse necessário para viver. Portanto, veio muito a propósito o ensino dos trabalhos com o ferro e madeira, além de outros. O Aprendizado visou perpetuar, na vida do aluno do campo, o que ele nele aprendeu.

4.3 Os cursos

O Decreto criava cursos e seus respectivos currículos, advogando teorias e direcionando a educação para o atendimento e legitimação de determinados projetos. Desse modo, os cursos procuravam atender a necessidades vitais da Nação brasileira, lançando uma semente em Barbacena. Afinal, nenhum povo sobrevive sem a produção de alimentos. O Decreto, portanto, iluminava-se por certa filosofia pedagógica e prática.

O Aprendizado Agrícola de Barbacena foi autorizado a oferecer vagas em três modalidades de ensino: Preparatório ou Primário, Regular ou Profissional e Superior. Embora, em seu Decreto, houvesse a autorização para se abrirem vagas para a matrícula no Curso Superior, não houve candidatos para essas vagas. Haja vista nenhum aluno ter demonstrado “capacidade” para concorrer às vagas do grau superior.

4.3.1 Curso preparatório ou primário

A anexação do ensino primário ao Aprendizado Agrícola de Barbacena foi um significativo gesto do governo, porque naquela época era muito baixo o índice de crianças matriculadas no ensino primário. De fato, enriquecer a educação primária de uma clientela oriunda, principalmente, da zona rural, com conhecimentos de história natural e de

agricultura, atesta a preocupação do legislador em oferecer aos alunos uma formação integrada com o meio em que vivem. O que teria como consequência sua fixação no campo para atenuar os efeitos do êxodo rural, que aumentava após a abolição da escravatura. A filosofia educacional do legislador, ao elaborar o Decreto em pauta, traz à luz a preocupação do Governo, de então, de mudar os rumos da educação primária, criando mecanismos que levassem a uma formação para o trabalho ancorada na formação escolar.

O Curso Preparatório ou Primário era ministrado no período diurno para jovens de 11 a 16 anos e, no período noturno, para os adultos. O primário, diurno, visava atender alunos, que dele tivessem necessidade, a fim de prepará-los para o ingresso no Curso Regular. Desde a criação do AA de Barbacena, pôde-se observar, pelos arquivos analisados, que havia maior procura de vagas para essa modalidade de ensino. Tomando-se como exemplo a entrada de alunos em 1913, ano de inauguração do Estabelecimento, constatou-se que, em uma demanda de 122 matrículas, as requisições foram apresentadas segundo o quadro que se apresenta:

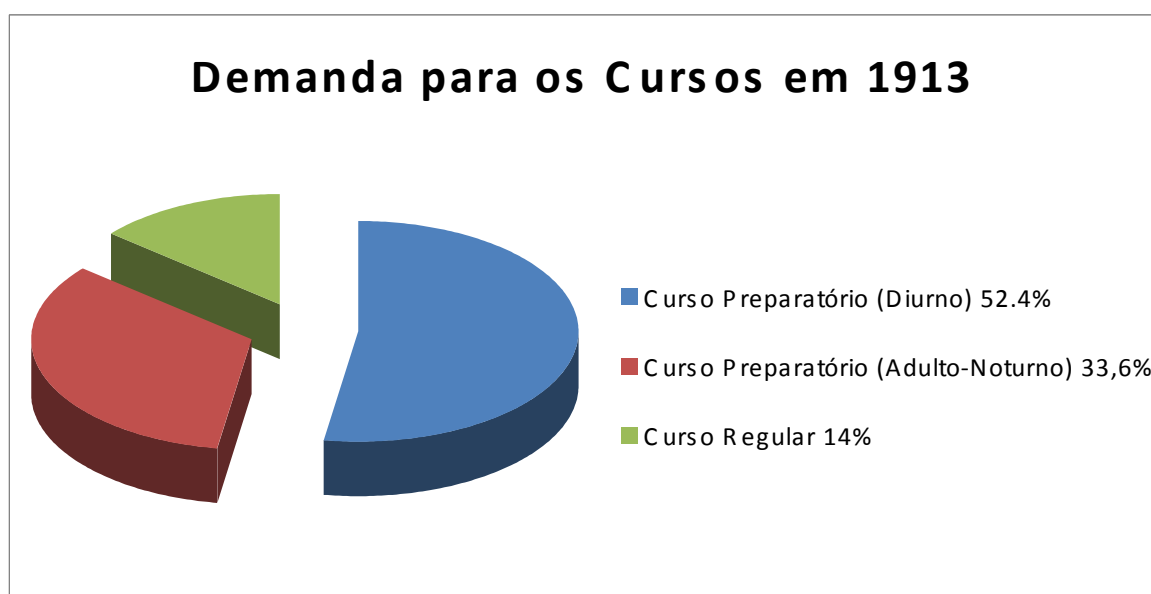


Gráfico 1 - Demanda para a Primeira Turma do AA de Barbacena em 1913.
Fonte: BRASIL. RMAIC, 1913.

Do contingente de 122 alunos, 64 candidatos foram aprovados para o Curso Preparatório Diurno e 41 para o Curso Preparatório de Adultos (Noturno), enquanto 17 estavam aptos a ingressar no Curso Regular. Diante do quadro exposto, percebe-se que os níveis cultural e de aprendizagem dos jovens, da época, interessados em frequentar o ensino agrícola profissional, eram os mais elementares possíveis. Embora o Curso Preparatório (Diurno e Noturno) apenas os preparasse para o Curso Regular, sem qualquer certificação, a procura foi bastante significativa. A baixa procura para o curso profissional responderia a essa

questão, podendo também ser justificada pelo baixo nível de escolaridade dos jovens daquela região, pelo despreparo ao prestarem os exames de admissão ou pelo alto rigor com que acontecia a seleção de admissão. Por outro lado, nenhum candidato mostrou-se interessado em cursar o ensino superior, embora o Decreto previsse essa modalidade de ensino, o que corroboraria com a hipótese levantada.

Para tecer um perfil comparativo após 10 anos de funcionamento da Instituição, achou-se por bem realizar o mesmo levantamento, em 1923. Nesse ano, em um contingente de 105 candidatos, a procura para o Curso Preparatório continuou imperando, conforme o quadro apresenta:

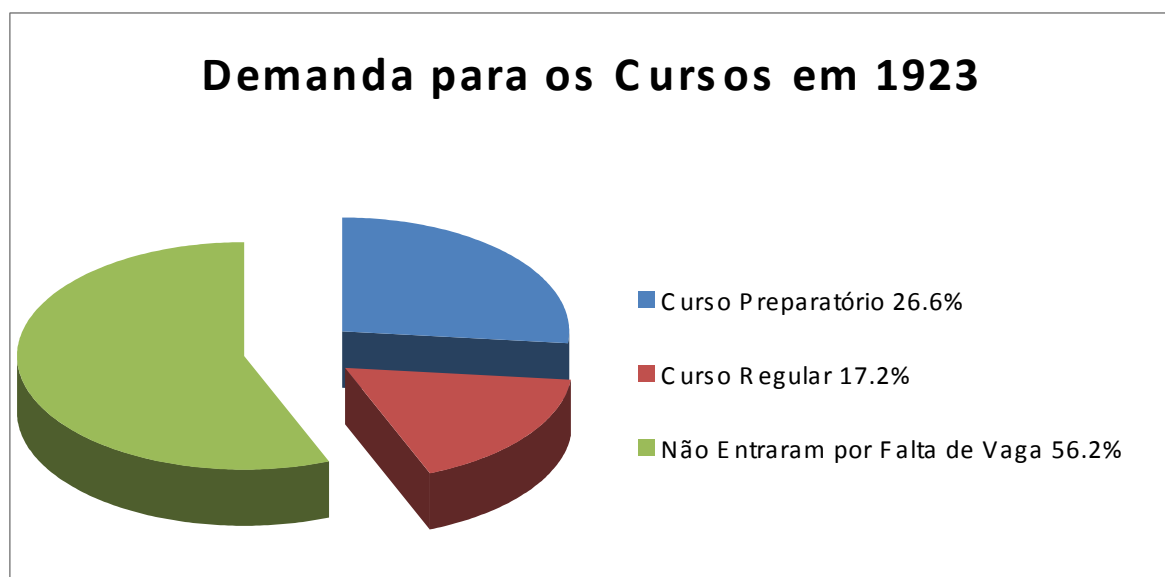


Gráfico 2 - Demanda para a Turma do AA de Barbacena em 1923.
Fonte: BRASIL. RMAIC, 1923.

Logo, o quadro se manteve inalterado, tendo sido 28 jovens matriculados no Curso Preparatório apenas no período diurno, pois não havia mais adultos interessados no Curso Noturno e, no Curso Regular, 18 candidatos se matricularam. O que diferencia o quadro comparativo é que, enquanto em 1913 todos os inscritos aprovados, após se submeterem ao processo de seleção foram atendidos. Em 1923, 59 jovens não puderam ser atendidos por falta de vaga.

Através dos gráficos, 56.2% dos candidatos inscritos não foram contemplados. Ou seja, não havia um número pré-estabelecido de vagas, nem a obrigatoriedade de se atender o público inscrito. Em 1913, entraram 122 alunos e, em 1923, foram contemplados um total de 46. Situações análogas foram acontecendo ao longo dos anos, como em 1920:

De 119 requerimentos de matrículas apresentados em 1920, somente 41 lograram ser atendidos, visto a lotação do Aprendizado não comportar novos elementos.

Durante o ano lectivo o total de alumnos foi de 100 internos e 43 externos assim distribuidos: 29 no curso regular e 114 no curso preparatorio. As aulas quer de um

Fonte: BRASIL. RMAIC, 1920, p. 183.

Nesse ano, 41 alunos entraram e 78 não encontraram vagas. Num total de 143 estudantes frequentando a Instituição, 114 frequentavam o Curso Preparatório e 29 o Curso Regular. Pelos documentos analisados, as vagas eram preenchidas de acordo com a quantidade de alunos desligados, desistentes ou que se formavam. Em 1922, num contingente de 108 alunos, 23 ingressaram no Curso Regular, 85, no Curso Preparatório e 35 não puderam frequentar a Instituição por falta de vagas:

Foram matriculados no curso regular 23 alumnos e no curso preparatorio 85.

Deixaram de ser atendidos, por falta de vaga, 35 candidatos.

Fonte: BRASIL. RMAIC, 1922, p. 48.

A análise do quadro comparativo permite intuir que a Instituição mostrava-se preocupada em manter e comportar determinado contingente de discentes em seu interior, evitando-se com isso o aglomerado nos setores de produção, privilegiando uma instrução mais individualizada e mais próxima, resultando, conseqüentemente, em um ensino didático-pedagógico de melhor qualidade.

O Curso Preparatório ou Primário, embora ministrado conforme o programa oficial, com matérias próprias do curso primário, era complementado com noções de história natural e agricultura, para despertar nos alunos o interesse pela agricultura. Entretanto, era um curso que apenas preparava de forma educacional e instrumental para que o aluno pudesse realizar os exames de admissão do Curso Regular com êxito, o que entretanto, não significaria um ingresso automático no curso. Todos teriam que ser submetidos aos mesmos sistemas de avaliação que os capacitaria a frequentar o Curso Regular e profissional do Aprendizado. O curso primário não oferecia aos alunos qualquer certificação.

Como partes complementares do ensino primário, os trabalhos manuais, o ensino profissional elementar, o desenho, a ginástica e exercícios, tendo sempre em vista, em relação aos dois últimos anos, a idade e estrutura física do aluno.

O Curso Preparatório era oferecido em 03 anos e se subdividia em três níveis, a saber, Curso Elementar, Curso Médio e Curso Superior. A carga horária dos cursos se intensificava de acordo com o grau, como exemplo, pode ser citada uma referência feita em 1923, constando que, em um ano, houve o total de 1.349 aulas ministradas, tendo sido a carga horária do Curso Elementar igual a 347, a do Curso Médio 372 e do Curso Superior 630 aulas. (BRASIL. RMAIC, 1923, p. 108).

A mudança de nivelamento acontecia de ano em ano, geralmente, em julho, época do final do período letivo do Aprendizado. A cada ano estudado, assim como os níveis os quais os alunos no Curso Preparatório freqüentavam, mais se ajustavam e se afinavam ao que se exigia para o ingresso no Curso Regular e à estrutura educacional desse curso. No ano de 1924, o RMAIC apresentou um quadro com os três níveis dos cursos, achou-se por bem trazê-los para esse debate para que se tivesse uma ideia geral do desenvolvimento dos cursos, assim como se processava a avaliação e a aprovação dos alunos:

a) Curso superior

Inscreveram-se, no 1º semestre, sete alunos, dos quaes seis foram submettidos a exame, tendo sido quatro aprovados com distinção e dous plenamente.

No 2º semestre, inscreveram-se 22 alunos.

b) Curso médio

No 1º semestre, inscreveram-se 42 alunos, tendo sido submettidos a exame 23, dos quaes um foi reprovado, um aprovado com distinção, 13 plenamente e oito simplesmente.

Inscreveram-se, no 2º semestre, 59 alunos.

c) Curso elementar

Foram em numero de 89, no 1º semestre, os alunos inscriptos; desses, 49 foram submettidos a exame, sendo 10 reprovados, tres aprovados com distinção, 17 plenamente e 19 simplesmente.

O numero de alunos inscriptos, no 2º semestre, foi igual a 59.

Fonte: BRASIL. RMAIC, 1924, p. 208.

Dessa forma, o curso de nível elementar contava com 89 alunos, dos quais, 36 foram aprovados, podendo frequentar o curso médio; o curso médio dispunha de 42 alunos, tendo

sido 22 aprovados e habilitados a passar para o estágio do curso superior e, no curso superior, dos 07 alunos, 06 foram aprovados, tornando-se aptos a prestar exames para o ingresso no Curso regular da Instituição. Cabe, aqui, ressaltar que as aprovações eram filtradas através de uma minuciosa avaliação, uma vez que o aluno passava por um processo que definia se sua aprovação foi com distinção, plenamente ou simplesmente, em todos os níveis. Daí a percepção de que os alunos recebiam um acompanhamento individual e personalizado. Os alunos do Curso Preparatório participavam de todos os trabalhos práticos realizados dentro do Aprendizado, seja observando os alunos do Curso Regular, seja auxiliando na execução das tarefas, ações, cuja prática era uma obrigatoriedade e que era da responsabilidade dos alunos do Curso Regular, como exigência do curso profissional.

4.3.1.1 Curso preparatório ou primário para adultos

O Curso Preparatório para Adultos seguia os mesmos moldes que o de jovens, porém se diferenciava por ser no período noturno e por ter, como clientela, candidatos adultos. As vagas eram destinadas, especificamente, a trabalhadores rurais que não soubessem ler e escrever. O objetivo do governo era tentar diminuir, por todos os modos, o índice de analfabetismo, porém deveriam ser programadas conferências sobre os assuntos pertinentes ao programa do Aprendizado, feitas na sede do mesmo, em dias indicados pelo diretor. Assim como o Curso Preparatório para jovens, o dos adultos também não fornecia qualquer certificação. Contudo o Art. 56 do Decreto de 1911 diz que o ensino seria obrigatório, gradual e sucessivo, não podendo o aluno passar de um ano a outro sem ter sido aprovado em exame, que seria realizado ao final de cada ano letivo e sem ter obtido nos trabalhos por ele executados a média anual (grifo da autora). Infere-se do artigo que o aluno só poderia dar continuidade a seus estudos no Aprendizado, passando de um nível a outro, tendo sido aprovado nas aulas teóricas e práticas. Todavia, o artigo não especifica, caso seja aprovado em uma modalidade e reprovado em outra, se se poderia permanecer na Instituição, frequentando o mesmo nível até que se encontrasse apto para frequentar o nível seguinte.

Das leituras e análises realizadas sobre os dados colhidos nos arquivos relativos à troca de correspondências entre a direção do estabelecimento e o Ministro da Agricultura, percebe-se não ter havido menção sobre matrículas efetivadas especificamente para esse curso noturno, com exceção do ano de 1913, época de sua inauguração, que contou com a matrícula

de 41 adultos frequentando o estabelecimento no período da noite. Esse fato possibilita a interpretação de que o curso não teve uma sobrevida longa, como os demais tiveram.

4.3.2 Curso regular

O Curso Regular era também chamado de curso profissional, razão principal da criação do Aprendizado Agrícola de Barbacena, constando de “Ensino Teórico e Trabalhos Práticos.” Quanto ao ensino teórico, as disciplinas eram: Português, Aritmética, Geometria, História, Geografia, Física, Química, História Natural, Desenho Geométrico e Educação Moral e Cívica.

O Curso Regular consistia do ensino teórico elementar, para que os alunos tivessem noção, de modo elementar, dos trabalhos práticos que a eles correspondiam. A prática era iluminada por conhecimentos de acordo com nível dos alunos, desenvolvendo conhecimentos teóricos, de modo que tivessem noção, ainda que de modo elementar, do porquê de cada uma das atividades de campo.

A seguir, a estrutura do Curso:

1º ano

1ª cadeira (a cargo do auxiliar agrônomo):

a) noções de sciencias naturaes applicadas á agricultura.

2ª cadeira (a cargo do director):

b) noções de agricultura geral, especialmente relacionada com a fructicultura e horticultura.

2º ano

1ª cadeira (a cargo do Director):

a) noções de agricultura geral (continuação);

b) arboricultura, fructicola, silvicultura e pomologia;

c) moléstias e inimigos mais comuns das plantas e meios de os combater;

d) educação cívica, noções de direito civil.

2ª cadeira (a cargo do auxiliar agrônomo):

a) cultura de plantas hortenses e flores;

b) elementos de zootechnia e apicultura;

c) preparo dos productos, embalagem, conservação, industrias.

3ª cadeira (a cargo do auxiliar agrônomo):

Desenho de objectos usuais e machinismos simples.

(BRASIL. Decreto nº 8.736 de 1911, Cap. III, Art. 11.)

O Curso Regular era ministrado em 02 anos e, ao final, o formando recebia seu diploma de certificação. Além das matérias indicadas para o segundo ano, o escriturário do Aprendizado ministraria aos alunos elementos de contabilidade agrícola. Já o chefe de culturas e o prático de indústrias agrícolas auxiliariam, na parte prática dos respectivos cursos,

o agrônomo e o diretor. Em relatório de 1913, data da inauguração da Instituição, observa-se que os alunos já estavam se inteirando das atividades práticas de que dispunha o Aprendizado. Assim, aparece descrito no RMAIC:

exemplos naturais.

O aproveitamento dos matriculados, nos dois referidos cursos, é bastante satisfactorio, conquistando setenta por cento dos alumnos notas muito regulares, quanto a comportamento e aplicação. Nos trabalhos praticos, communs a todos, no campo, nas officinas e na fabrica de conservas, revelam tambem bôa vontade. Familiarizam-se, no campo, com os serviços de nivelamento de terrenos, amanho das terras, sementeira, plantação de arvores fructíferas e seu tratamento, póda e enxertia; nas officinas obtêm noções de carpintaria, marcenaria, etc., adquirindo, na fabrica de conservas, a pratica precisa ao preparo e conservação de fructos e legumes.

Fonte: BRASIL. RMAIC, 1913, p. 43.

Além de destacar a prática do ensino, o relatório atesta que as áreas de produção já se encontravam em perfeito funcionamento no ano de sua inauguração, bem como as oficinas de manufaturas e a fábrica de conservas. O documento ressalta, também, o perfil do alunado que freqüentava o Estabelecimento: setenta por cento de seu contingente lograram obter notas muito regulares e eram de bom comportamento e aplicação.

Assim como acontece nas propriedades rurais, os alunos precisavam ser instruídos em como gerir a produção dos setores de qualquer fazenda. Para esse fim, o Curso Regular contou com a inclusão de noções de contabilidade agrícola em sua grade curricular, fornecendo aprendizado sobre administração e gerência dos setores agrícolas. Outro aspecto é a preocupação com a formação cívica e noções de direito civil. Desse modo, o aluno não só era preparado para enfrentar os desafios da vida no campo, como também conscientizado de seus deveres e direitos, como cidadão.

Em seu relatório anual, o diretor presta contas dos afazeres dentro do Aprendizado de Barbacena:

As aulas, quer theoricas, quer praticas, foram ministradas regularmente, instruindo-se os alumnos em trabalho de campo, officinas e fabrica de conservas, com aproveitamento notavel.

Fonte: BRASIL. RMAIC, 1919, p. 19.

Ao mesmo tempo, afirma que a estrutura pedagógica do Aprendizado se baseava em dois pilares, o ensino teórico e o prático, acrescentando, ainda, quais os tipos de práticas eram executadas pelos alunos, tomando-se por base os locais em que a instrução agrícola acontecia. Também, citando os setores em que eles eram distribuídos para receberem os ensinamentos práticos, eram eles: os núcleos de produção, as oficinas de manufaturas e a fábrica de conservas. Ainda sobre as aulas práticas, o Diretor mencionou que aquela Instituição não se restringia a oferecer instrução agrícola apenas nos núcleos de agricultura, pelo contrário, privilegiava, também, o núcleo de zootecnia. Dessa feita, passou a descrever alguns serviços realizados nessa área de produção, relatando que “Durante o ano foram feitos importantes serviços de campo e algumas construções, entre ellas uma cocheira-modelo, para 22 animais [...]” (BRASIL. RMAIC, 1919, p. 19):



Figura 58 - Vista do Estábulo do AA de Barbacena, s/d.
Fonte: a fotografia é parte do Acervo da Instituição, s/d.

Pelo documento, observa-se que ao se preparar o espaço para a recepção das primeiras cabeças de gado, o AA de Barbacena ia se moldando aos poucos ao perfil de uma pequena fazenda. A abertura de espaço para se trabalhar com as atividades relacionadas aos animais de grande porte, no núcleo de zootecnia, permitiria aos alunos a aquisição de conhecimentos necessários para se administrar uma pequena propriedade rural, um dos objetivos preconizados pelo governo no ato da criação dos Aprendizados. Além da bovinocultura, fez parte dos conteúdos ministrados, também, a suinocultura:

mente a casca dos galhos mais novos. A área dos terrenos foi augmentada de 378 hectares 86 ares e noventa metros quadrados, com a aquisição, por 60:000\$000, de uma fazenda anexa aos ditos terrenos, na qual vae ser estabelecida uma criação de suínos em larga escala, com instalações próprias para a transformação da carne em varios productos.

Fonte: BRASIL. RMAIC, 1919, p. 20.

Com a criação dos animais de médio porte, o gestor do AA de Barbacena antecipou-se na aquisição e planejamento de uma grande área, para que nela fosse instalado o setor de suinocultura, local onde também seriam construídas as instalações para a transformação da carne em vários produtos, a indústria de processamento de carnes. O processamento da carne seria contíguo à suinocultura. Essa cadeia instrucional permitiria ao aluno o aprendizado de todo o processo do núcleo de suinocultura, desde engorda, parto, maternidade, berçário, ao corte e processamento da carne como: lingüiça, embutidos, toucinho, presunto, ou seja, atividades próprias de um produtor rural.

Os cursos eram divididos em semestres a contar de 15 de julho a 15 de dezembro e 1º de janeiro a 1º de junho. Assim, as férias do meio do ano eram de 15 dias e, do final do ano letivo, de 45 dias. Em consonância com o Decreto de 1911, era fundamental que se observasse o período de plantio e colheita da região, na organização do calendário escolar, para que se evitasse a evasão, uma vez que os alunos voltavam para as propriedades de seus pais para os auxiliar nessa época na lavoura. Por essa razão, alguns anos depois de se detectar grande número de alunos evadidos, o calendário escolar foi alterado, passando as férias para o mês de junho.

4.3.3 Curso de adaptação

A partir de 1927, algumas mudanças curriculares ocorreram no AA de Barbacena. Houve uma reorganização curricular de ambos os cursos Preparatório e Regular. Além das modificações estruturais dos cursos, houve também mudança nas nomenclaturas desses cursos, bem como na sua certificação. Em substituição a esses cursos, o AA de Barbacena criou, através de Portaria datada de 02 de abril de 1927, o Curso de Adaptação nos moldes do Curso

Preparatório e com o mesmo fim, e o Curso Profissional em Chefe de Culturas, com objetivos equivalentes ao Curso Regular.

De acordo com o Art. 21 das “Instruções para o Curso de Chefe de Culturas” foram transferidos os alunos do Curso Preparatório, nos níveis elementar, médio e superior, para os níveis equivalentes ao primeiro, segundo e terceiro anos, respectivamente, do Curso de Adaptação.

Assim, seguindo a mesma linha do curso preparatório, o Curso de Adaptação tinha como objetivo preparar os alunos para o ingresso no Curso Profissional. O Curso de Adaptação seria ministrado em 04 anos e, ao término, o aluno se submetia aos exames para efetivar sua matrícula no Curso Profissional, concorrendo à vaga junto aos demais candidatos externos.

As disciplinas a serem ministradas aos alunos e que os preparavam para o Curso Profissional eram: Português, Aritmética, Geometria, História, Geografia, Física, Química, História Natural, Desenho Geométrico, e Educação Moral e Cívica. Entretanto, solicitava-se que se desse atenção especial ao português, à matemática e ciências físicas e naturais.

Através de Decreto, em 1933, o Presidente da República, Getúlio Vargas, juntamente com o Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Juarez do Nascimento Fernandes Távora, teceram os detalhes que deveriam reger os cursos oferecidos pelo AA de Barbacena. Quanto às disciplinas do Curso de Adaptação deveriam constar:

1º ano – Português (leitura, ditado e caligrafia) – Aritmética (até frações ordinárias)

2º ano Português (leitura, ditado, caligrafia e análise gramatical) – Aritmética (até sistema métrico, inclusive) – Geometria (elementos) – Geografia geral (prolegomenos, America e Europa) – Desenho (geométrico e trabalhos manuais).

3º ano – Português (sintaxe, redação e caligrafia) – Aritmética (até raiz cubica, inclusive) – Geometria (até áreas, inclusive) – Geografia geral (Ásia, Africa e Oceania) – Historia do Brasil – Corografia do Brasil – Educação moral e cívica – Desenho geométrico e trabalhos manuais.

4º ano – Português (revisão, redação e caligrafia) – Aritmética (ampliação) – Geometria (até volume, inclusive) – Desenho (ajustamento de linhas e noções de projeções) – Física – Química – Historia natural (noções) .

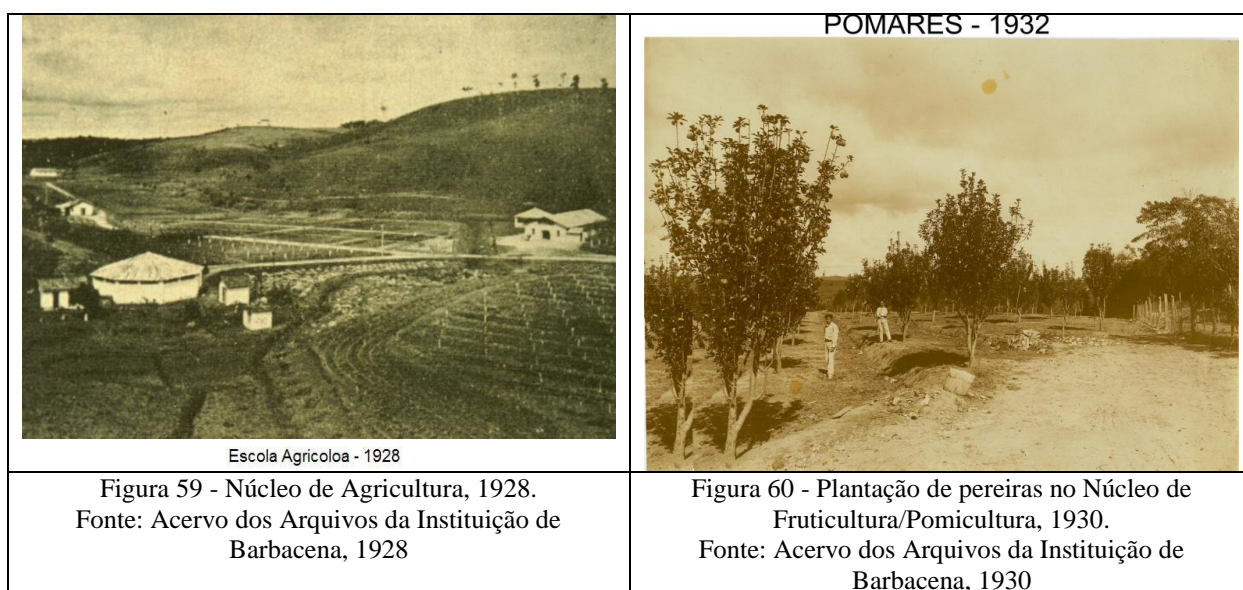
Art. 4º No ensino das materias constantes do artigo anterior, merecerá, especial atenção, a parte relativa ao português, matemática e ciências físicas e naturais.

Fonte: BRASIL. Decreto nº 22.934, de 13 de julho de 1933.

Pelo Decreto, o curso de Adaptação parte dos conhecimentos rudimentares de leitura, frações ordinárias, caminhando para redação, geometria, noções de física e química, o que possibilita o entendimento de que ainda que se iniciasse com uma instrução elementar e primária, os últimos anos em nada lembram as disciplinas desse nível. O curso teria que preparar, em quatro anos, o aluno para seu ingresso no curso profissional de nível técnico, ou

seja, o aluno teria de estar habilitado a frequentar aulas de nível intermediário, médio, o equivalente ao 2º grau, prioridade para se receber a certificação de nível técnico.

No que se refere à parte prática, os alunos do Curso de Adaptação participavam, de forma efetiva ou não, de todas as etapas dos trabalhos de campo da Instituição, dependendo do tipo de atividade a ser executada. O objetivo seria a familiarização com o curso e a observação de sua aptidão e habilidade na área. A oficina de couro seria obrigatoriamente freqüentada por esses alunos do Curso de Adaptação, cabendo-lhes os reparos, consertos e confecção dos calçados do Aprendizado. Já alunos da 4ª e última série participavam ativamente das atividades das oficinas de madeira e ferro, para adquirirem certa prática no ensino profissional (BRASIL. Decreto nº 22.934, 1933). Sob o aspecto das aulas práticas dos cursos, algumas imagens podem ilustrar o que na época estava em processamento. O setor agrícola encontrava-se em pleno funcionamento:



Observa-se pelas fotografias datadas da época de transição e mudanças dos cursos, cujo processo se iniciou em 1927, que, em todos os esses setores de produção, havia a participação de alunos de ambos os cursos, Adaptação e o Profissional. Com o contingente de 150 alunos internos, a instituição contava ainda com 26 alunos em regime de externato, possuindo em seu entorno um total de 176 alunos, freqüentando todos os setores de produção. Ressalta-se que, no ano de 1927, 71 candidatos a vagas no Aprendizado não puderam ser atendidos por falta de vagas, assim como em 1928, deixaram de ser contemplados 99 candidatos inscritos, dentre eles, 20 eram filhos de agricultores e de profissionais de indústrias agrícolas; 27 eram órfãos e 52 eram representantes de diferentes origens de categorias

profissionais. Assim, observa-se que havia grande demanda de discentes para a Instituição, não podendo ser atendidos sequer todos os filhos de agricultores da região, que o Decreto de 1911 elegia como clientela prioritária do Aprendizado.

4.3.4 Curso profissional

Se se considerar as condições brasileiras de 1927 com os dias de hoje no que se refere à formação profissional, é possível dizer que, naquelas circunstâncias, o Brasil se encontrava nos albores da educação profissional. O Curso Profissional do Aprendizado Agrícola de Barbacena, minuciosamente, planejado e de horizontes ambiciosos, constituiu um pioneirismo, conforme consta em decreto, referindo-se ao regulamento de 1911, e os efeitos realizados “por seu desenvolvimento e organização foi considerado de primeira classe, destacando-se assim de seus congêneres.” (Decreto, 1933, Grifo da autora).

Sob essas condições, em 1927, por Portaria, foi criado o Curso Técnico Profissional “Chefe de Culturas”. O curso tinha por objetivo preparar “Instrutores Agrícolas” que, na prática, representavam os elementos técnicos indispensáveis ao desenvolvimento agrícola do país. Esses profissionais ocupavam uma posição de conhecimentos técnicos que ocupavam um nível entre os de um engenheiro agrônomo ou médico veterinário e o trabalhador rural. Como pode ser observado, era de necessidade dos aprendizados agrícolas a mão de obra desse profissional que era o responsável pela instrução, auxílio e o acompanhamento das aulas práticas, executando o trabalho em acórdância com o professor das disciplinas teóricas. Esse profissional, como visto anteriormente, fazia parte da folha de pagamento do governo federal, percebendo considerável numerário dentre os servidores do governo.¹⁶³

Como esse profissional não era de nível superior, ele só poderia ser habilitado por instituições de nível médio e técnico, sintonizado com sua área de atuação. Muitos dos formados, a partir de então, teriam oportunidade no setor empregatício, principalmente, junto ao governo federal.

As disciplinas a serem ministradas foram determinadas pelo Decreto nº 22.934, 1933. Em seu Art. 5º, o Decreto afirma que o “Curso Profissional em Chefe de Culturas” habilitará

¹⁶³ Valor do salário do Diretor Geral era: 6:000\$000; do Auxiliar Agrônomo: 4:800\$000; do Escriturário: 3:000\$600; do Professor Primário: 3:000\$000 e então do Chefe de Culturas: 2:400\$000.

o aluno para a obtenção do diploma de “Instrutor Agrícola,” e será de três anos, compreendendo as seguintes matérias:

1º ano – Física – Química – Zoologia – Botânica e Geologia – Aritmética – Álgebra – Geometria – Projeções e perspectiva – Desenho industrial

2º ano – Física – Química – Zoologia – Botânica e Geologia – Álgebra – Geometria – Trigonometria – Mecânica e máquinas agrícolas – Contabilidade agrícola – Anatomia e fisiologia dos animais domésticos – Apicultura – Zootecnia geral – Sericicultura – Agricultura geral – Desenho industrial e topográfico – Topografia.

3º ano – Química – Zoologia – Botânica – Trigonometria – Contabilidade agrícola – Irrigação – Drenagem Estradas – Construções rurais – Hidráulica – Mecânica e máquinas agrícolas – Higiene, alimentação e tratamento e Julgamento dos animais domésticos – Zootecnia especial – Agrostologia – Moléstias dos animais domésticos – Prática veterinária – Avicultura – Tecnologia rural – Agricultura especial – Tratamento das moléstias e combate as pragas das plantas – Silvicultura – Desenho topográfico – Desenho de projetos de construções rurais – Topografia.

Parágrafo único. Na parte referente á agricultura especial o ensino deverá ser particularidade quanto ás culturas de maior importância na região em que está situada a Escola.

Fonte: BRASIL. Decreto nº 22.934, de 13 de julho de 1933.

O Regulamento desce a detalhes, definindo as cadeiras. No Art. 7º, as matérias específicas de cada cadeira aparecem de forma explicitada, relatando como elas se constituiriam:

Art. 7º As matérias do artigo anterior constituirão as seguintes cadeiras:

1ª cadeira – Física – Química – Botânica – Zoologia e Geologia.

2ª cadeira – Matemática elementar – Mecânica geral e máquinas agrícolas – Hidráulica – Irrigação – Drenagem Estradas – Construções rurais (cálculos e orçamentos) Contabilidade agrícola.

3ª cadeira – Anatomia e fisiologia dos animais domésticos – Apicultura – Zootecnia geral – Sericicultura – Higiene, alimentação, tratamento e Julgamento dos animais domésticos – Prática veterinária – Zootecnia especial – Agrostologia – Moléstia dos animais domésticos – Avicultura e Tecnologia agrícola.

4ª cadeira – Agricultura geral – Agricultura especial – Tratamento das moléstias e combate ás pragas das plantas – Silvicultura.

5ª cadeira – Desenho de projeção e perspectiva – Desenho industrial – Topografia (planimetria e altimetria) – Desenho topográfico – Projetos de construções rurais – Noções de arquitetura paisagista.

Rio de Janeiro, 13 de julho de 1933, 112º da Independência e 45º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Juarez do Nascimento Fernandes Tavora.

Fonte: BRASIL. Decreto nº 22.934, de 13 de julho de 1933.

Desse modo, entendendo-se por “cadeira” um conjunto de disciplinas que formam o bloco de conteúdos específicos, o Curso Profissional do AA de Barbacena teve suas aulas teóricas distribuídas conforme as especificidades ditadas pelas cadeiras. As duas primeiras cadeiras oferecem um ensino agrícola de forma geral e elementar, enquanto na primeira

cadeira, constavam noções gerais de física, química, zoologia, botânica, à segunda era reservado o aprendizado de mecanização, irrigação e drenagem, edificações e contabilidade. Tais conteúdos poderiam ser utilizados em qualquer área agrícola de uma propriedade rural, tanto em relação à pecuária quanto à agricultura.

Em relação ao bloco de conteúdos referentes à terceira cadeira, esses se referiam ao aprendizado de zootecnia e ao grupo de animais de uma forma geral. Além dos animais domésticos, os estudos se ocupavam dos animais de pequeno, médio e grande porte. Da mesma forma, a quarta cadeira específica que as aulas eram reservadas ao ensino da agricultura, citando a agricultura geral e a especial, porém não desceu em detalhes sobre quais culturas seriam privilegiadas, além da silvicultura. A quinta e última cadeira ficou reservada às aulas de medição topográfica, construções rurais, projetos arquitetônicos e paisagísticos, dentre outros.

Quanto ao ensino prático do “Curso Profissional”, seria ministrado nos laboratórios, nas divisões das seções de zootecnia e agricultura e nas oficinas, em horário específico a ele e diferente daquele reservado às aulas teóricas. As aulas deveriam ser ministradas, levando-se em consideração a estação do ano favorável ao plantio, de modo a permitir a permanência dos alunos em todo o processo de aprendizagem e sem interrupção, por maior espaço de tempo, conforme descrito no Decreto de 1933.

O ensino prático era rigorosamente sistematizado com definido roteiro metódico, envolvendo não só professores, como os mestres das oficinas e práticos das indústrias agrícolas. E, até outros encarregados de serviço que eram instruídos em turmas pouco numerosas, sempre que a importância do assunto exigisse que sua execução se fizesse por cada um, de modo a poder ser apreciada a habilidade individual. O ensino prático nas oficinas, por sua vez, só era ministrado aos alunos do 1º e 2º anos do Curso Profissional. O ensino era complementado com excursões às propriedades e a estabelecimentos agrícolas, museus, fábricas, exposições, feiras, mercados, conforme agendamento realizado pelo diretor,¹⁶⁴ permitindo que a Escola se abrisse para a comunidade através desse intercâmbio de conhecimentos pela região do seu entorno.

¹⁶⁴ Fonte: Decreto nº 22.934, 1933.

4.3 Fazendo para aprender

O princípio da estrutura pedagógica dos Aprendizados Agrícolas baseava-se no entendimento de que, a partir de conhecimentos teóricos, a prática tornava-se indispensável ao perfeito desempenho das funções de cada conteúdo estudado. Partindo desse princípio e levando-se em consideração que o Decreto de 1933 aponta quais práticas seriam privilegiadas, ao se ministrarem os conteúdos referentes à cadeira de zootecnia, não se referindo a que núcleos de produção isso seria implementado, é que se pensou em trazer, à luz da reflexão, as iniciativas práticas da Instituição. Por isso, buscou-se entender as etapas percorridas pelos alunos do AA de Barbacena, ao longo dos anos do período pesquisado, para se investigar os dispositivos utilizados para fornecer aulas práticas em concomitância ao que o governo preconizava, ao que a região poderia oferecer dentro de suas peculiaridades, bem como se visava garantir a subsistência da instituição através de seu setor produtivo.

Pelo Decreto de sua criação, o AA de Barbacena trazia descrito, em suas linhas gerais, que seu objetivo maior seria a disseminação de técnicas inovadoras, principalmente, nos setores de fruticultura, horticultura, floricultura e nas indústrias de beneficiamento para os produtos que delas pudessem ser aproveitados.

Quanto à área de produção do Estabelecimento, observou-se que de sua criação em 1910 a julho de 1913, o AA de Barbacena seguia o que previa o decreto de sua criação. Além das plantações de árvores frutíferas, já produzindo os frutos, suas instalações contavam com a fábrica de conservas e as oficinas de carpintaria e marcenaria, porém o regime de ensino era o externato e semi-internato, com um contingente de 118 alunos (BRASIL. RMAIC, 1910; 1911; 1912; 1913).

Em 1914, houve menos procura pelos cursos, apenas 15 se inscreveram. Desse contingente, somados a alguns desligamentos por frequência e outros por desistência, o Aprendizado passou a ter um total de 38 alunos matriculados em 1915, porém as atividades práticas iniciadas em sua criação mantiveram-se plenas (BRASIL. RMAIC, 1914; 1915).

Dessa forma, levando-se em conta a baixa procura pelos cursos, em 1916, a direção achou por bem criar o regime de internato para apenas 20 alunos, em caráter experimental. Graças ao internato, pôde ser percebida significativa mudança nos setores de produção, verificando-se maior diversificação dos produtos ali desenvolvidos:

Os trabalhos no campo e nas oficinas foram executados com real proveito para os alunos, sendo consideráveis, de agosto a dezembro, principalmente, os serviços relativos a pomares e horta e ao preparo de terrenos para a plantação de arroz, milho, feijão e batatas. Nesses trabalhos houve, como sempre, o emprego de aparelhos e máquinas diversas.

Além das plantações empreendidas com o preparo prévio das terras em que se iam fazer, os alunos se exercitaram ainda em serviços de drenagem, adubação, irrigação, nivelamento de terrenos, multiplicação de plantas por sementes, enxertia, alporque, mergulho, estaca, etc.

Mantiveram-se em boas condições as diferentes culturas existentes no Aprendizado, observando-se melhor aspecto nas árvores e videiras beneficiadas pela adubação.

Fonte: BRASIL. RMAIC, 1916, p. 40.

Ao se criar o regime de internato, ainda a título de experiência, o gestor do AA de Barbacena preocupou-se em manter os alunos com os produtos dos próprios setores do Estabelecimento e, para isso, iniciou-se o processo de plantio de culturas anuais como arroz, feijão, milho, batatas, além da manutenção dos demais setores. A diversificação dos produtos não parecia ter sido realizada com o único propósito de fornecer a alimentação aos alunos. Pelo contrário, tais alimentos são de primeira necessidade presentes nos pratos da população brasileira, constituindo-se aprendizado de fundamental importância para se manter qualquer propriedade rural.

Assim, o Aprendizado adiantou-se a uma possível dificuldade que viria a ter, caso não se abrisse o leque à diversificação dos produtos ali desenvolvidos, proporcionando aos alunos a ampliação de seus conhecimentos agrícolas necessários ao dia a dia de qualquer produtor rural, bem como permitiu que a Instituição se tornasse autossustentável. Paralelamente, alguns produtos passaram a ser comercializados na cidade:

Bastante desenvolvimento recebeu a cultura das plantas hortenses, com as quaes concorre o Aprendizado para o abastecimento da cidade.

Os serviços feitos em beneficio desse estabelecimento pelas respectivas officinas representaram o valor de 2:427\$420, assim discriminados:

Officina de madeira.....	766\$920
Officina de ferro.....	1:536\$000
Officina de couro.....	124\$500
	<hr/>
Total.....	2:427\$420

A fabrica de conservas manipulou productos no valor de 2:260\$000. Esses productos não só continuam a ter franca acceitação no mercado local, como já se vão irradiando por outras partes do Estado e mesmo por esta Capital.

Os productos agricolas vendidos attingiram a 2:172\$230. Os serviços executados pelas officinas em proveito de extranhos importaram em 1:873\$800.

Fonte: BRASIL. RMAIC, 1916, p. 17.

Em seguida, buscando lucro e capital de giro para se adquirir material para as aulas práticas, os produtos desenvolvidos pelos alunos do AA de Barbacena passaram a ser comercializados na cidade. Das atividades realizadas nas oficinas de manufaturas, nota-se que o material confeccionado na ferraria foi o que mais rendeu retorno ao Estabelecimento, seguido pela marcenaria e pelos produtos confeccionados em couro. Da mesma forma, os produtos oriundos da fábrica de conservas foram ampliados, avançando na comercialização dos mesmos para outras cidades e outros estados, como o Rio de Janeiro:



Figura 61 - Fábrica de Conservas ou Núcleo de Processamento de Vegetais, s/d.

Fonte: a fotografia faz parte do Acervo da Instituição, s/d

A figura destaca a fábrica de conservas, local onde se processava todo tipo de enlatado, compotas, engarrafaria, doces, pickles, sucos, vinhos, etc. Esse setor compunha o núcleo de agricultura, em que se produzia, em sua maior parte, o beneficiamento das frutas.

Ao passar por esse setor, o jovem percorria por todos os estágios do setor de fruticultura, desde a preparação do solo, sementeira, poda, colheita, acondicionamento e processamento da fruta, de acordo com o fim a que se propõe.

Apesar do maior número de estudantes matriculados em 1917, o Curso Preparatório contava com apenas 63 alunos, proporcionando uma redução na produção agrícola. A queda da produção foi proveniente de dois principais fatores: poucos alunos frequentavam o Curso Regular, bem como não havia disponibilidade de verbas para contratação de maior quantidade de mão de obra para executar as tarefas e suprir a ausência de alunos do Curso Regular, responsáveis por determinadas atividades. Esta exposição de motivos traz à lume que os alunos os quais, em sua maioria, eram do ensino preparatório, não exerciam funções que não lhes eram destinadas, por tratar-se de atividades consideradas não condizentes com sua maturidade e faixa etária, o que estava, também, previsto em lei no regulamento interno, mostrando ter sido rigidamente obedecido. Nesse mesmo ano, paralelamente a tais dificuldades, algumas eventualidades surgiram, intensificando o transtorno dentro do Aprendizado:

As culturas continuaram a ser cuidadosamente tratadas, não obstante o reduzido número de alumnos do curso regular e o limite da verba destinada a trabalhadores. Situadas em terras de pouca fertilidade natural, precisam de adubações compensadoras nas épocas apropriadas.

Das árvores frutíferas importadas dos Estados Unidos nem todas se mostraram susceptíveis de aclimação, tornando-se indispensável a enxertia sobre cavallos. As macieiras fructificaram regularmente, ao passo que os pecegueiros só se desenvolveram exuberantemente depois de enxertados.

Fonte: BRASIL. RMAIC, 1917, p. 23.

Embora a importação de espécies de árvores frutíferas dos Estados Unidos tenha sido pensada em função do clima frio da cidade, fatores intervenientes não contribuíram para o sucesso da iniciativa, principalmente, quanto à qualidade do solo, não se adaptando às condições do lugar. Entretanto, as iniciativas mesmo não sendo bem sucedidas podem ter sido aproveitadas também quanto ao aspecto didático:

A falta de recipientes de vidro para os doces em calda fez com que fossem estes acondicionados em vasos de folha preparados no Aprendizado, mudança que tem ocasionado certa dificuldade na venda da mercadoria, uma vez que se não trata de fabrica com antigas relações no commercio. Ainda que com alguma demora, vão-se, entretanto, vendendo os productos, que agradam francamente.

Fonte: BRASIL. RMAIC, 1917, p. 24.

A falta de um recipiente adequado para acondicionar os produtos fabricados, fez com que se pensasse em outras alternativas para comercializar os produtos ali preparados. Tais imprevistos dentro do Estabelecimento possivelmente contribuem para o aprendizado do aluno, como dispositivos para despertar-lhes outras habilidades como iniciativa, criatividade, autonomia e outras.

Com o regime de internato aberto a 100 alunos, o contingente de interessados ao ingresso nos cursos, aumentou em 1919, deixando inclusive de serem atendidos 41 candidatos por falta de vaga. Nessa época, a Escola procedeu à construção de instalação para criação e manejo de animais tais como, cocheiras, pocilgas, galinheiros e apiários, além das extensas plantações de milho e mandioca, o que rendeu boa quantia com a comercialização desses produtos na cidade. Entretanto, como se trata de uma região com temperatura abaixo da média, uma chuva de granizo destruiu as plantações, causando danos à lavoura do Aprendizado, prejuízo na produção e desequilíbrio nas finanças. No relatório anual enviado pelo Diretor ao Ministro, foi localizada a descrição do episódio:

Nos terrenos de cultura, executaram-se consideraveis trabalhos de aberturas de vallas, para saneamento de algumas varzeas, além de grandes plantações de milho, feijão, mandioca e hortaliças. Infelizmente, o formidavel temporal, que desabou sobre esta cidade no dia 6 de Novembro, causou extraordinarios prejuizos, principalmente devido ao granizo que cahiu durante duas horas. As varzeas ficaram inundadas, algumas com mais de 0m,50 de agua. Toda a plantação nellas situada foi destruida, sendo que em alguns pontos as aguas levaram a camada arada, arrancando assim as plantações. Toda a produção das videiras e das arvores fructiferas ficou perdida, e muitas arvores soffreram enormemente com o granizo que feriu fortemente a casca dos galhos mais novos. A área dos terrenos foi

Fonte: BRASIL. RMAIC, 1919, pp. 19, 20.

Segundo o relato acima, as sementeiras foram lavadas pelas chuvas, tendo sido atingido com maior gravidade o setor de fruticultura, danificando seriamente suas plantações. Com todo esse prejuízo, a previsão de retorno financeiro passou a ser, igualmente, comprometida. São dificuldades de ordem climática que podem atingir qualquer propriedade e cujos efeitos têm também um papel didático. A reconstrução do setor, o reaproveitamento dos produtos, o condicionamento do solo, todos são fatores que fornecem um planejamento e execução, embasados em conhecimentos que poucos tiveram o privilégio de presenciar, acompanhar e dele participar.

No ano seguinte, 1920, havia 119 requerimentos solicitando suas matrículas, porém apenas 41 puderam ser atendidos por falta de vagas. Nesse ano, na parte prática dos cursos, as oficinas de ferro, madeira e couro foram o carro-chefe:



Figura 62 - Oficina de Manufaturas em Couro, s/d.¹⁶⁵

A ilustração apresenta a oficina de manufatura do couro, que produzia arreios, selas, sapatos, botas, com tamanhos e modelos os mais diversos. Nos primeiros anos, desde a abertura do AA de Barbacena, tem-se observado, pela ida aos arquivos, a grande aceitação dos materiais confeccionados nas oficinas de manufaturas do Estabelecimento pela população de seu entorno. Investigando o que se comercializava, bem como quais itens confeccionados no Estabelecimento tinham maior aceitação da população da cidade e seu entorno, mapearam-se os valores arrecadados em cada um dos setores. Tomando-se como base o ano 1919, que teve como renda bruta o valor de 24:783\$774, constatou-se o seguinte:

¹⁶⁵ Fonte: a fotografia faz parte do Acervo da Instituição, s/d.

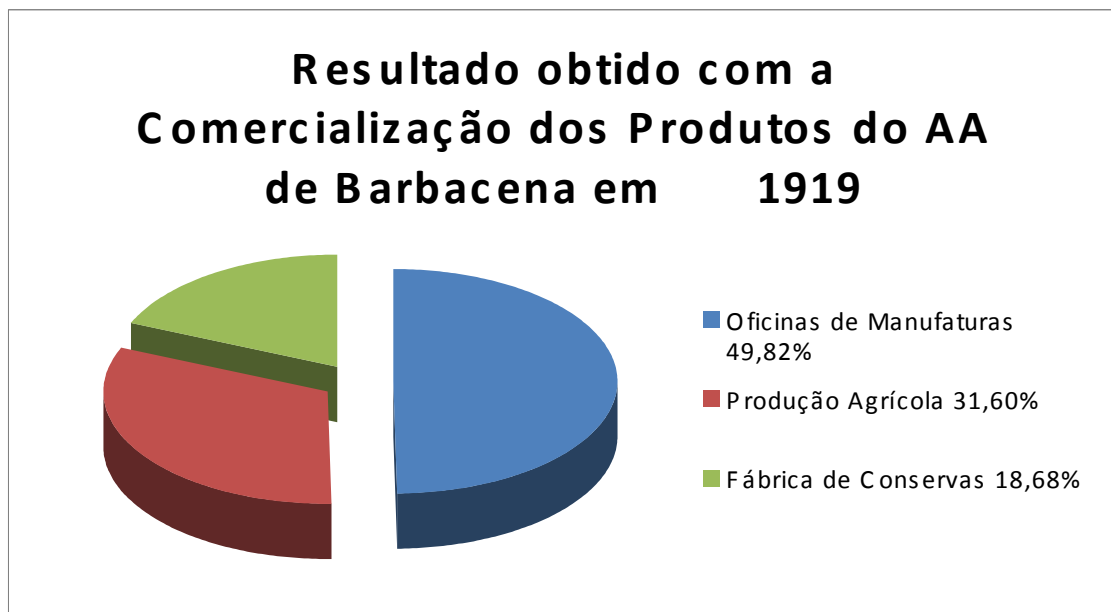


Gráfico 3 - Resultado da Comercialização dos Produtos Confeccionados no AA de Barbacena em 1919. (BRASIL. RMAIC, 1919).

O excedente da produção das oficinas, o que não era consumido pela Escola, era comercializado na cidade. Dessas oficinas, destacavam-se as de manufaturas de ferro, madeira e couro e a fábrica de conservas. Por outro lado, os produtos agrícolas advindos do núcleo de agricultura, frutas, verduras e legumes, eram vendidos também em sua produção bruta. Ao pesquisar o lucro obtido por cada setor em 1919, verificou-se que os produtos confeccionados nas oficinas de manufaturas eram os mais vendidos, arrecadando 12:348\$794; seguido dos produtos agrícolas que obtiveram 7:829\$900 e da fábrica de conserva que teve 4:605\$080 de lucro.

Como essas oficinas produziam matéria-prima para a manutenção de qualquer propriedade rural, parte desses produtos era utilizada na própria Instituição, e a outra parte era comercializada na cidade. Seguindo o mesmo raciocínio, foi necessário identificar quais setores trabalhavam as matérias-primas que, naquela época, mais interessavam à população. Em resposta à indagação, apresenta-se o seguinte quadro:

Resultado da Produção nas Oficinas de Manufaturas AA de Barbacena em 1919

Oficinas de Manufaturas de Madeira 51.6%
 Oficinas de Manufaturas de Couro 31.6%
 Oficinas de Manufaturas de Ferro 16.8%

Gráfico 4 - Resultado da Produção nas Oficinas de Manufaturas do AA de Barbacena em 1919. (BRASIL. RMAIC, 1919).

Os produtos advindos das três oficinas de manufaturas do AA de Barbacena, somavam a cifra de 12:348\$794. Desse valor, observou-se que a oficina de madeira é a que confeccionou material que mais aceitação obteve junto a população. Dessa indústria, citam-se materiais em tornos, serviços de plaina, móveis e produtos em vime, tendo como lucro o valor de 6:373\$704, seguida pela industrialização do couro 3:907\$465 e a do ferro 2:067\$625. O lucro da produção era utilizado para a reposição da matéria-prima bruta, manutenção do setor, reparos, e o restante do valor era dividido com todos que participaram do processo e execução dos produtos comercializados. O percentual fatiado seguia um valor escalonado de acordo com o cargo que a pessoa ocupava, previsto em Decreto, com participação desde o diretor até o corpo discente.

A confecção desses materiais tinha dois principais objetivos: baratear os custos da Instituição e instruir o aluno a confeccionar o próprio equipamento em sua fazenda. Ora uma oficina se sobressaía com a venda de sua produção na cidade, ora outra, porém pôde ser observado que, por se tratar de equipamentos que seriam de utilidade para os produtores rurais, por vários anos elas foram consideradas o carro-chefe da Instituição, seguidas pela fábrica de conservas, como consta no RMAIC:

madeira; 3:907\$465 a de trabalhos em couro. A fábrica de conservas a cargo do Prático de Industrias Agricolas rendeu a quantia de 4:605\$080. Os productos da fabrica elaborados com o auxilio e assistencia dos alumnos, constitue utilissima aula pratica para os alumnos, e uma vez ampliada a manufactura poderá transformar-se em auspiciosa fonte de receita.

Fonte: BRASIL. RMAIC, 1920, p. 183.

Em se tratando dos produtos comercializados, houve nesse ano uma sutil mudança. Em tempos atrás, a oficina de manufatura de ferro havia tido o maior retorno financeiro para o Aprendizado, enquanto a indústria de beneficiamento, referente à fábrica de conservas, havia ocupado o último lugar em relação ao lucro obtido com a venda de seus produtos. Com a alteração do quadro, a oficina de madeira encabeçou o rol de fabricação de produtos de maior comercialização, sendo seguida pela fábrica de conservas, estando à frente da oficina de couro e de ferro. Para ilustrar o que se ensinava nas aulas práticas e que tanto efeito surtia na população do entorno da cidade, foi retirado do RMAIC, o excerto abaixo que aponta o que se produzia na fábrica de conservas e qual a quantidade da produção:

Geléa de jaboticaba, 550 vidros, 816\$365; Doce de figos, 34 vidros, 47\$274; Succo de uvas, 171 garrafas, 230\$641; Pecegada, 290 latas, 484\$319; Geléa de ameixas, 358 vidros, 74\$768; Compota de pecegos, 103 vidros, 133\$720; Pecegada com uva, 78 latas, 118\$989; Compota de amora, 17 vidros, 25\$543; Geléa de marmelo, 354 vidros, 375\$110; Marmelada, 635 latas, 1149\$228; Marmelada, 364 pacotes, 259\$800; Marmelada com pecego, 60 latas, 114\$466; Compota de figos, 114 vidros, 140\$732; Geléa de marmelo, 92 vidros, 65\$802; Geléa de ameixa, 35 vidros, 43\$587; Doce de ameixa, Japão, 22 vidros, 32\$311; Doce de uvas, 20 latas, 40\$942.

Fonte: BRASIL. RMAIC, 1920, p. 184.

Nota-se, pelo documento, que os alunos que frequentavam as aulas práticas no setor de indústria de beneficiamento rural, produziam em grande escala, como pode ser visto pela produção de 550 vidros de geleia de jaboticaba, no valor total de 816\$365. Pela prática, percebem-se quais frutas eram cultivadas no Aprendizado, assim como todo o processo que cada uma delas percorreu até que se tornasse um produto enlatado, engarrafado. Em relação às demais frutas, hortaliças e cereais, parte dos produtos era vendida na cidade, e a outra parte era aproveitada para auxiliar na alimentação dos aprendizes no refeitório da Instituição.

Em 1922, o AA de Barbacena continuou contando com expressivo aumento pela procura dos cursos, haja vista 35 alunos terem ficado de fora por não ter havido vagas suficientes. Nesse ano, além da manutenção e continuidade de produção dos setores agrícolas, as atenções foram voltadas para o plantio de milho, mandioca, batata-doce e alimentos destinados ao gado e suínos. Assim como no ano anterior, no ano de 1923, mais de 70 candidatos às vagas do AA de Barbacena deixaram de ser atendidos, denotando a crescente demanda pelos cursos oferecidos pela Instituição. Nesse ano, nas aulas práticas, os alunos

foram distribuídos entre as produções das culturas anuais já existentes, a saber, horticultura, floricultura, fruticultura e setor de enxertia com preparação das mudas que seriam doadas aos lavradores da região. Porém, um grande fluxo de água das chuvas afetou as plantações, comprometendo a produção de algumas das áreas trabalhadas. Dentre esses trabalhos práticos, constavam diversos serviços de topografia realizados no entorno do Estabelecimento pelos alunos do Curso Regular.

O ano de 1924 foi marcado pela recepção de 150 alunos internos, residentes no AA de Barbacena e, além desses, 10 outros frequentavam a Instituição sob regime de externato. Dentre esse contingente, 140 pertenciam ao Curso Preparatório. Com toda essa superlotação de estudantes dentro do Aprendizado, os setores de produção receberam um expressivo avanço em todas as suas áreas, contando com cultivos e atividades os mais diversificados possíveis. No núcleo de agricultura, além das culturas anuais já existentes, as aulas práticas se estenderam ao cultivo do feijão, amendoim e de produtos, em grande quantidade, para alimentar os animais, como feno e milho. As aulas práticas se processaram, também, nos setores de jardinagem/floricultura e de horticultura:

PLANTAÇÃO DE REPOLHO



Figura 63 - Setor de Horticultura, s/d.
Fonte: Acervo da Instituição.

Dentre as atividades executadas pelos alunos no núcleo de agricultura, algumas foram realizadas no setor de jardinagem e de horticultura. A floricultura recebeu cuidados, tendo o número de mudas de flores e de plantas ornamentais aumentado, destinando-se ao entorno do edifício do aprendizado. No setor de horticultura, os alunos se dividiam entre as atividades de plantio e de colheitas. Dentre as de plantio, destaca-se a quantidade expressiva de 15.228 pés de repolho, conforme ilustra a figura e informa o documento a seguir:

Foram também preparados: 41 canteiros de cenouras; 53 de nabos; 47 de ervilhas; dois de rabanetes; seis de couve nabo; 14 canteiros com 220 côvas, de pepinos, melancias e maxixes; um taboleiro, com 56 côvas de pepinos; um taboleiro, com 130 côvas, e outro, com 81, de abobora d'água; seis canteiros de rabanete, feijão, alho e alface; seis ditos de feijão e sete de melão.

Foram repicadas 6.520 mudas de couve-flôr, 15.228 de repolho, 1.210 de tomate e 440 de couve forrageira.

Plantaram-se 15.512 pés de alface, 280 de pimenta malagueta, 3.513 de acelga branca, 1.817 de couve de galho, 4.072 de couve-flôr, 11.215 de repolho, 6.095 de chicorea, 920 de alho, 130 de beringela, 2.049 de batata cenoura, 5.650 de beterraba, 3.840 de cebola de cabeça, 640 de cebola de cheiro, 538 de couve, dois canteiros de melancia, 2.068 pés de tomate, 665 côvas de quiabo, 674 pés de giló, 104 côvas de milho cattete vermelho e 50 de amarelo, 60 pés de pimentão grosso, 440 de pimenta commum, 710 de alho porró, 635 de couve forrageira, 930 de pimentão doce, 2.400 côvas de cará e 1.668 pés de couve brocoli.

A colheita da horta consistiu no seguinte: 3.203 pés de couve-flôr, 8.611 de repolho, 86 mólhos de rabanete, 137 kilos de cará, 6.460 pés de chicorea, dois kilos de petits-pois, 45 pés de couve rabano, 3.046 de beterraba, 774 pés e 571 kilos de giló, 2.303 mólhos de nabo, 764 mólhos e 174 pés de alho porró, 3.158 mólhos de couve de galho, 1.450 de cenoura, 1.528 de acelga branca, 57 kilos de ervilha, 2.038 de batata cenoura, 1.786 pés e 68 kilos de cebola de cabeça, 168 kilos de vagem, 244 de tomate, 144 mólhos de maxixe, 297 aboboras, 77 kilos de quiabo, 414 mólhos de pimentão, 13.287 pés de alface e 21 mogangas.

Fonte: BRASIL. RMAIC, 1924, p. 209.

Ao incrementar os setores de produção, o Aprendizado teve, como resultado, uma grande quantidade de colheita em hortaliças, frutas, legumes e outros. Em destaque, os produtos oriundos da horticultura, como exemplo, a fim de que se possa perceber quais atividades estavam sendo praticadas pelos alunos, já que cada cultura exige diferente cuidado. É interessante perceber, ainda, a diversificação de produtos ali desenvolvidos. Algumas outras atividades foram direcionadas ao replantio no setor de fruticultura.

Nesse ano, foi grande a renda arrecadada e apresentada à Coletoria Federal de Barbacena, com o numerário de 48:975\$000. Além dos produtos consumidos internamente, grande quantidade deles foi comercializada na cidade. Apontando a realização de atividades relacionadas ao plantio, vale investigar as atividades de colheita. Dentre as atividades de colheita no núcleo de agricultura, põem-se em relevo aquelas que foram praticadas no setor de grandes culturas ou culturas anuais:

COLHEITAS

A colheita de arroz produziu 200 alqueires, tendo sido feitos 500 fardos de feno de capim gordura, num total de 18.000 kilos.

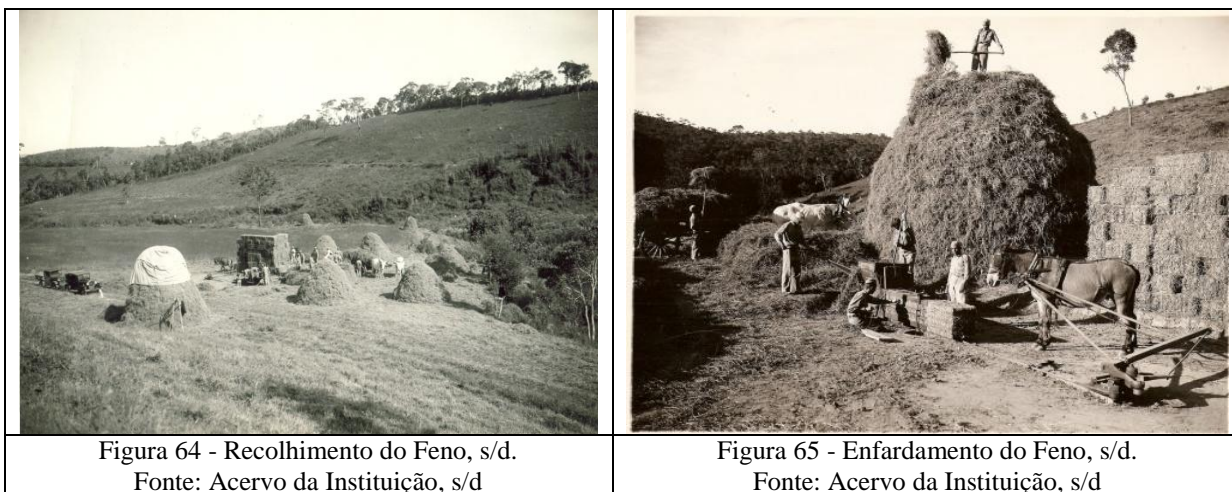
Foram colhidos oito carros (160 alqueires) de milho.

FRUCTICULTURA

Colheram-se 3 alqueires de pecegos, 10 kilos de figos e 70 peras, destinados á fabrica de conservas; 52 duzias de kakis; 159 de ameixas do Japão; 224 de peras; 166 de pecegos; 100 de "graipefruits"; 19 kilos de amoras; 2.862 de uvas e 100 de marmelos.

Fonte: BRASIL. RMAIC, 1925, p. 293.

Nota-se, pelo texto, a grande quantidade de produção no setor de culturas anuais, haja vista a quantidade estipulada em 18.000 quilos de produção.



O feno, alimento riquíssimo para o tratamento do gado e animais domésticos, como carneiros e ovelhas, aparece, na primeira ilustração, sendo espalhado pelo campo para secagem. Na figura seguinte aparecem os aprendizes fazendo a separação e o enfardamento do feno que, segundo o texto, foram 500 fardos.

Das atividades de replantio realizadas pelos estudantes no ano anterior, no setor de fruticultura, apresenta-se o que nesse setor foi colhido. Percebe-se que os alunos praticaram um plantio em grande escala pela quantidade de frutos ali colhidos, dentre os quais, podem-se citar: 3 alqueires de pêssegos, 159 quilos de ameixas do japão, 2.862 quilos de uvas. Tais

produtos eram conduzidos, em sua maioria, para a indústria de processamento de vegetais, tendo tido o aluno o aprendizado de todo o desenvolvimento do fruto, desde a preparação do solo a seu processamento.

Assim como, no ano de 1924, procedeu-se à colheita dos produtos originados das grandes culturas, observa-se que o processo se repete em 1925:

Foram plantados, durante o anno, 74 kilos de milho, 33.944 covas de mandioca, dois hectares de batatas doce, 150 kilos de arroz, 2.050 pés de vime, 75 kilos de cará, alem das seguintes estacas para cavallo : 6.400 vimeiras, 1.448 ameixeiras, 2.300 kakiseiros, 3.600 marmoleiros, 437 macieiras e 557 figueiras.

Fonte: BRASIL. RMAIC, 1925, p. 293.

Por outro lado, foi acrescido às atividades realizadas no setor de culturas anuais, o aprendizado do cultivo da mandioca, batata-doce e cará. Entretanto, o destaque se deu pela plantação de vimeiro, com 2.050 pés de varas de vime. A produção do vime leva a crer que os aprendizes participaram de todo o processo de desenvolvimento do vime, desde o plantio das flexíveis varas até a confecção dos produtos feitos por esse material. O aprendizado se iniciava na preparação do solo, sementeira, produção e colheita. A partir daí, a preparação do vime e a confecção dos produtos originados desse material aconteciam na oficina de manufaturas de madeira, tendo como último estágio a comercialização do que se confeccionou.

As atividades realizadas no núcleo de agricultura, no setor de grandes culturas, sucessivamente, repetiam-se a cada ano:

Feram realizadas culturas de milho, mandioca, batata doce, arroz e cará.

A colheita de arroz produziu 2.813 kilos; a de milho, 3.898; a de mandioca, 831 molhos e 14.238 kilos; e a de feno, 375 fardos, com 16.875 kilos.

Fonte: BRASIL. RMAIC, 1926, p. 109.

Nesse processo de continuidade, destaca-se a colheita em grande escala no setor de culturas anuais. Como pôde ser demonstrado ao longo de três anos consecutivos, trata-se de

produto de primeira necessidade para o brasileiro, como é o caso do arroz. Por ser um produto de cultura anual, com plantio e colheita em grande quantidade, infere-se que, de tempos em tempos, esses produtos deveriam ser armazenados e estocados para serem consumidos pelos alunos no refeitório do próprio estabelecimento, quando, em alguma eventualidade, a produção estivesse em falta. Os serviços realizados na fábrica de conservas foi o destaque do ano de 1927:

Os trabalhos executados pelos alumnos na fabrica de conservas e latas continuam a apresentar os melhores resultados; foi assim que produziram 200 litros de vinho de uva, 80 vidros de geléa de marmelo, 19 de amora, 1.580 garrafas de vinho e grande quantidade de doces diversos. Na funilaria fabricaram-se 410 latas para doce.

Fonte: BRASIL. RMAIC, 1927, p. 52.

Pelo relatório, percebe-se que os alunos realizaram trabalhos de grande volume de produção na fábrica de conservas. Haja vista o fabrico de 1.580 garrafas de vinho para comercialização. Embora não haja menção quanto aos tipos de vinho ali produzidos, ao se referir a duas formas de produção em separado, “200 litros de vinho de uva” e, ao final, “1.580 garrafas de vinho”, ainda que não tivesse sido exposto a quais vinhos se referem, a citação do mesmo produto em quantidades diferentes, possibilita intuir, tratar-se de vinho branco e tinto, de forma especulativa, uma vez que havia a produção de ambos os tipos de uvas. Dentre as várias atividades realizadas no ano de 1928, achou-se por bem ressaltar os trabalhos que estavam sendo executados no núcleo de zootecnia:

As pocilgas do Aprendizado dispunham, em 31 de dezembro de 1927, de 61 suínos Large Black, 22 Berkshire e 11 Duroc-Jersey; em dezembro do anno passado foram relacionados 66 da primeira raça, 23 da segunda, 15 da terceira e 2 China. Morreram, durante o anno, 39 animaes, foram vendidos 11 e abatidos 160 para salsicharia.

Fonte: BRASIL. RMAIC, 1928, p. 48.

Como se percebe pelo texto, havia cerca de três anos que as atividades no setor de suinocultura estavam sendo implementadas. Os trabalhos eram realizados com uma média de 100 animais de espécies e origens diferentes, excetuando-se outros 160 suínos que haviam

sido abatidos. Na informação sobre o abate, menciona-se que a salsicharia seria o destino do que fora abatido, permitindo inferir-se que os alunos que participavam das atividades do setor de zootecnia, recebiam o aprendizado de todo o processo que envolvia aquele animal. Acompanhavam o suíno desde sua engorda, maternidade, berçário, abate e de todas as atividades realizadas na indústria de beneficiamento de carnes, como descrito:

doces, geleas e compotas. Na salsicharia, em 1928, foram produzidos 68 kilos de toucinho defumado, 426 de linguiça, 24 de banha derretida, 54 de salsichas, 136 de toucinho salgado, 18 de costellas, 164 de toucinho fresco, 114 de carne fresca e 19 de presunto defumado.

Fonte: BRASIL. RMAIC, 1928, p. 48.

Ao mesmo tempo, envolvidos e participando ativamente do setor de processamento de carnes, que funcionava em sala ambiente com espaço apropriado, os alunos aprendiam como poderiam ser desenvolvidos os passos para fabricação, confecção, armazenamento e comercialização dos produtos e seus derivados. Pela quantidade de suínos abatidos, percebe-se o somatório de produtos deles advindos, tornando a atividade mais rentável para a comercialização em relação à simples venda do animal. Como previsto no Decreto, é objetivo dos aprendizados agrícolas o incentivo para o desenvolvimento de atividades, consideradas viáveis, a serem processadas, ainda que de forma rudimentar, em qualquer propriedade rural. Pelo que se observa no relatório do ano seguinte, as atividades realizadas no setor de suinocultura surtiram efeito no conjunto do AA de Barbacena:

dencias. Na parte referente á criação de suínos, foi construido um abrigo, com capacidade para 100 leitões, dividido em 4 compartimentos, correspondendo a cada um delles um pasto e um banheiro com agua corrente. Essa construcção, assim como a de 12 abrigos para porcas criadeiras, iniciativa agora levada a effeito, vem completar as installações para a criação de suínos, que poderão ser consideradas modelares, pois as que existiam eram constituídas de abrigos provisórios, sem as condições exigidas pelos preceitos zootéchnicos.

Fonte: BRASIL. RMAIC, 1929, p. 43.

Observa-se o grande investimento que a Instituição realizou no setor referente aos animais de médio porte. A partir de 1929, novas e modernas instalações foram construídas,

permitindo que os animais fossem distribuídos em cada compartimento de acordo com sua faixa etária e fase de desenvolvimento. Essa separação dos animais em compartimentos, muito colaboraria com as aulas práticas, pois permitiria ao aluno acompanhar passo a passo cada uma das etapas do desenvolvimento do animal. O aprendizado da execução dessas construções rurais, dentro dos preceitos exigidos, no caso os zootécnicos, permitia aos alunos riquíssimo conhecimento e aprendizado, uma vez que aplicariam na prática os conhecimentos que estavam tendo na teoria. Esse é um privilégio de que apenas os primeiros alunos do estabelecimento puderam desfrutar. Os demais já encontravam as construções prontas.

O ano de 1929 foi muito fecundo no AA de Barbacena. Todos os setores produziam a todo vapor. O relato abaixo o atesta:

A colheita foi bastante animada; colheram-se, durante o ano, 124 kilos de feijão, 5.068 de mandioca, 13.659 de batata doce, 40 litros de milho, 100 kilos de batata inglesa, 655 kilos de inhame japonês, 78 carroças de lenha, 229 kilos de carás e 720 litros de arroz. Colheram-se, dos pomares e vinhedos, 430 kilos de ameixas do Japão; 738 kilos de uvas, sendo 565 «Campos da Paz», 75 sortidas, 14 «Izabella» e 104 «Grapello»; 254 kilos e 759 duzias de peras; 75 kilos de amoras; 247 kilos de pecegos verdes e 523 de marmelos, tudo destinado à fábrica de conservas. Colheram-se mais, destinadas à venda, 738,5 kilos de ameixas do Japão; 790 kilos de uva «Niagara», 1,5, Franceza «rosa», 619 de «Campos da Paz», 644 de «Izabella», 3 de «Catauba» rosa; 212 «Golden Queen»; 1.287 dzs. e 8 peras e 2 kilos de amoras.

Fonte: BRASIL. RMAIC, 1929, p. 42.

A citação acima mostra quais foram os trabalhos relacionados nas atividades de colheita pela diversificação das espécies e dos produtos distribuídos nos vários setores, nesse caso, as grandes culturas e a fruticultura. Ao que parece, a colheita no setor de grandes culturas foi recorde até então, citando-se a colheita de 13.659 quilos de batata-doce, 5.068 quilos de mandioca, dentre outros. Na fruticultura, observa-se a variedade de frutos de uma mesma espécie, especialmente uvas. Isso denota que a Instituição vinha cumprindo sua precípua missão de ser disseminadora, na região, de outras formas de produção com suas respectivas tecnologias. O Decreto de sua criação o estabelecia. Esse item do Decreto parece estar em sintonia com o que se ensinava nos núcleos do AA de Barbacena, especialmente no setor de fruticultura, pelo cultivo de frutas não muito comuns nos pomares da população brasileira. Cita-se, pelo texto, a colheita de 1.168,5 quilos de ameixas do japão, dentre outras, e a

produção de dez variedades de uvas de espécies diferentes, tendo sido colhidas um total de 2.259,5 quilos.

O ano de 1929 foi considerado o mais próspero para o AA de Barbacena, ele produziu o valor de 96:422\$702, o mais alto de todo o levantamento feito desde 1913, quando a Instituição foi inaugurada, até o ano de 1931, último relatório consultado. Diante desse fato, buscou-se investigar o destino de todo esse numerário, apresentado pelo gráfico:

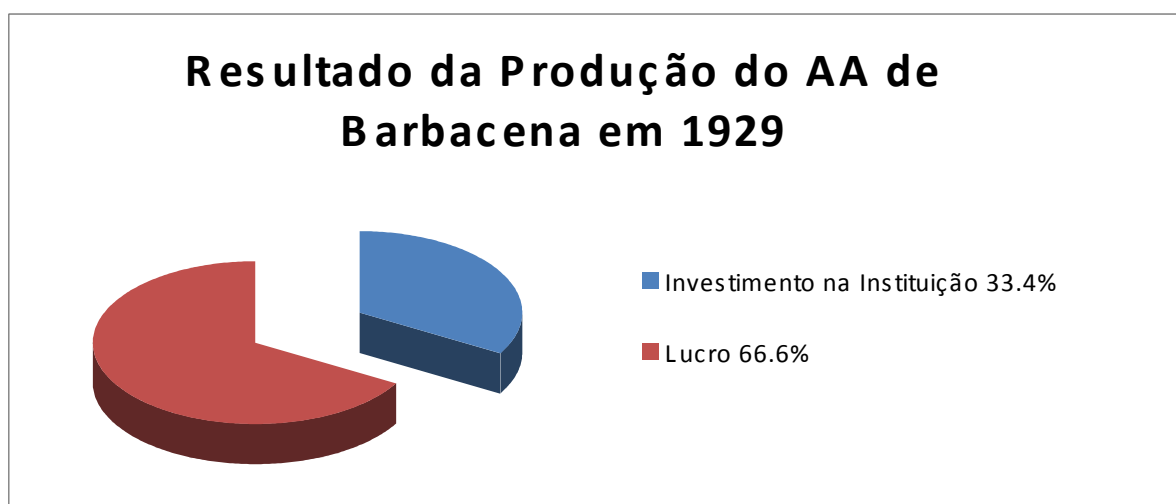


Gráfico 5 - Destino da Renda obtida com a Produção do AA de Barbacena.
Fonte: BRASIL. RMAIC, 1929.

Os valores foram distribuídos da seguinte forma: investiu-se nos setores internos do AA de Barbacena o total de 32:174\$308, obtendo como lucro um total de 64:248\$394. Daí pode-se inferir que mesmo a Instituição revertendo parte da renda de seus produtos em benefício próprio, sobraram 66,6% da renda bruta como lucro dos investimentos realizados com a produção de tudo o que ali havia sido colhido, processado e comercializado. Diante desse quadro, investigou-se de forma especulativa, quais foram os setores internos que a Instituição privilegiou com a própria renda, destacando-se:

Setores Beneficiados com a Renda da Própria Instituição em 1929

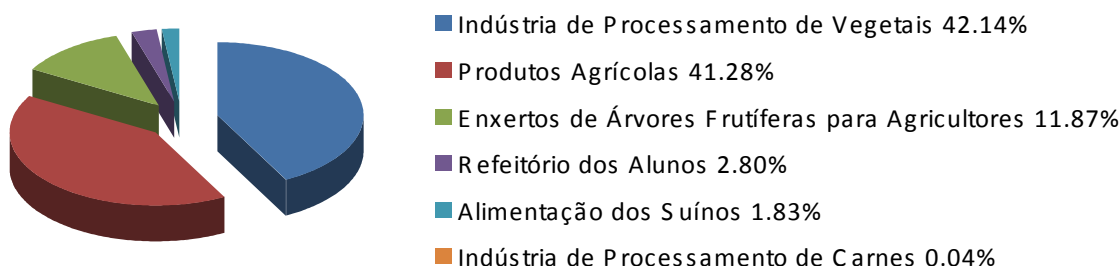


Gráfico 6 - Destino da Renda obtida com a Produção do AA de Barbacena.
Fonte: BRASIL. RMAIC, 1929.

Os valores em moeda foram assim discriminados: investiram-se na indústria de processamento de vegetais 13:562\$423; em produtos agrícolas foram 13:282\$755; nos enxertos de árvores frutíferas, que seriam doados aos agricultores da região, foram empregados 3:822\$000; na alimentação, servida no refeitório dos alunos, investiram-se 903\$760; para a alimentação de suínos, 589\$430 e para indústria de processamento de carnes foram reservados 13\$940. Embora tenha havido todo esse investimento nos setores da Instituição, o numerário que sobrou foi bastante significativo, comparando-se com o total investido e nos pontos que receberam os recursos. Entretanto, vale lembrar que, de acordo com o Decreto de criação desse Estabelecimento, todo o lucro era dividido com aqueles que participaram das atividades de sua produção, desde o diretor e toda sua equipe, até os trabalhadores contratados e os alunos. Atitude essa que faz com que não haja interesse em desperdícios e em gastos supérfluos. O bom desempenho com retorno financeiro era do interesse de todos.

O currículo do Aprendizado, tanto nas disciplinas teóricas quanto nas práticas, por orientação oficial, estava voltado para a realidade a ele externa: a realidade do aluno. Trata-se de um currículo concebido em função da escola e da realidade em que ela estava inserida. Os cursos do Aprendizado não eram simples apêndice de um programa didático-pedagógico, mas inteiramente a ele integrado e com objetivos definidos. O objetivo de se despertar no aluno o interesse pela vida agrícola ficou particularmente evidente, quando o permite participar ativamente de todo um processo de cultura, incluindo aí a participação no lucro de uma

produção por ele realizada. Daí a desmistificação de que o ensino agrícola seria a continuidade do trabalho escravo pela escassez de mão de obra para os campos de plantio e colheita. Nesse caso, o aluno é parte de um processo empreendedor em que ele aprende a ser um pequeno administrador rural.

4.5 Estação meteorológica

Deve-se colocar em relevo, também, a implantação de uma estação meteorológica no Aprendizado de Barbacena, em 1912:

A estação meteorologica, installada em abril de 1912, iniciou os seus trabalhos em julho do mesmo anno sem interrupção, notando-se muita pontualidade e exactidão nas observações realizadas, cujos resumos, além de divulgados alli, são mensalmente enviados á Directoria de Meteorologia. (BRASIL. RMAIC, 1913, p. 43).

A função do posto meteorológico era a de analisar a precipitação (índice pluviométrico), a temperatura e insolação. A partir de 1920, alguns postos meteorológicos começaram a medir a velocidade do vento, a umidade relativa do ar e a pressão atmosférica. Todos estes acompanhamentos eram fundamentais para se saber a melhor época de se plantar determinada cultura e a possibilidade de aclimatação de outras.

A organização didático-pedagógica do AA de Barbacena funcionou segundo a estrutura determinada pelo Decreto nº 8.736, de 25 de maio de 1911 até o ano de 1933. Dentre outros feitos, chamou a atenção a variedade de produtos feitos na indústria rural do Estabelecimento, destacando-se a produção de uva e ameixa. Algumas experiências não deram resultados, como a importação de espécies frutíferas dos Estados Unidos que não lograram se aclimatar às condições do solo e do clima.

Muitas das pesquisas realizadas junto ao posto meteorológico permitiram êxito na execução de algumas atividades dentro do Aprendizado, prestando serviços de consulta, apoio e assistência aos produtores rurais da redondeza. O reconhecimento das autoridades pelo funcionamento do Aprendizado Agrícola de Barbacena veio pela Lei nº 3.454, de 06 de janeiro de 1918, que a ele se refere como sendo de “primeira classe”. No item 17 do Art. 96, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio autoriza despesas “relativo ao aprendizado agrícola de Barbacena, aumentada de 55.200\$ para o “Pessoal do aprendizado de 1ª classe” em Barbacena, assim discriminado. (BRASIL. MAIC, 1918). O que assinala o

reconhecimento do legislador quanto ao ensino ministrado no Aprendizado de Barbacena.

4.6 Certificação

Ao concluir o Curso Regular os alunos teriam passado pelo aprendizado que conciliaria o ensino teórico com os trabalhos práticos e receberiam o certificado de “Capacidade em Trabalhos Práticos de Agricultura”. Assim, consta do Decreto de 1911, que os alunos possuidores de tal diploma, expedido unicamente pelos Aprendizados Agrícolas, teriam a preferência nos cargos dos ministérios condizentes com os conhecimentos por eles adquiridos. O Decreto possibilita a reflexão de que um dos objetivos da criação dos aprendizados agrícolas no país, poderia ter sido oferecer ao país um profissional para a área agrícola de nível médio, intermediário, porém de conhecimento técnico. Ao se divulgar publicamente que esse profissional teria preferência junto ao governo, percebe-se que também os setores do governo careciam desse profissional. O que justifica a modalidade de certificação fornecida pela Instituição de 1915, quando formou a primeira turma de alunos iniciada em 1913 até o ano de 1927, quando houve uma sutil modificação estrutural e de nomenclatura.

Junto ao Curso Regular, foi criado desde a inauguração do AA de Barbacena, o Curso Preparatório ou Primário. Embora este curso recebesse um grande contingente de alunado, ele não os certificava, uma vez que o objetivo de sua criação era o de preparar e instruir o aluno, durante três anos, para que se submetesse às avaliações do processo seletivo e admissional para entrada no Curso Regular ou Profissional.

Como citado anteriormente, através de Portaria, datada de 02 de abril de 1927, o AA de Barbacena passou por uma leve mudança. O Curso Preparatório foi substituído pelo Curso de Adaptação, porém em quatro anos, com o processo de continuidade ao que já estava sendo feito no curso anterior, seguindo os mesmos moldes e a mesma linha de pensamento, ou seja, ensino primário sem certificação, apenas preparando o aprendiz para ser aprovado no exame seletivo que o encaminharia ao Ensino Profissional, bem como oportunizando meios para que o jovem se adaptasse à realidade de um aprendizado agrícola.

Quanto ao curso profissionalizante, o antigo Curso Regular passou a denominar-se Curso Profissional em Chefe de Culturas, seguindo os mesmos preceitos didático-pedagógicos, porém em três anos, um a mais que o anterior. A esse profissional, a Instituição forneceria dois tipos de certificação: o diploma de “Instrutor Agrícola” seria concedido aos

alunos que obtivessem pelo menos 75% de pontos em todos os conteúdos teóricos e práticos e o certificado de “Prático em Agricultura”, fornecido aos alunos que, embora tivessem sido aprovados, não obtiveram aquela porcentagem.

Junto à equipe contratada pelo governo para compor a linha de frente na ocasião da abertura dos aprendizados agrícolas em 1910, há o profissional “Chefe de Culturas”. Sob sua responsabilidade estavam todas as instruções e direcionamentos das aulas práticas, orientado pelo Diretor e o Auxiliar-Agrônomo que, no caso do AA de Barbacena, eram os docentes responsáveis pelas cadeiras das disciplinas teóricas.

4.7 De Aprendizado a Escola Agrícola

Com a chegada da era Vargas, verifica-se que, no período pós-Revolução de 1930, aflora nos meios políticos a consciência de que a agricultura de exportação não era mais favorável ao Brasil, porque o tornava vulnerável ante as conjunturas e crises internacionais. Na década de 1920 do século XX, ocorria superprodução de café. Nesse período, no entanto, estava em gestação no cenário mundial a crise econômica que eclodiu em 1929, empobrecendo, da noite para o dia, os grandes produtores de café. As Bolsas de Londres e Nova York desvalorizaram-se fortemente. A *débâcle* acarretou profunda crise econômica no Brasil. Todavia, a crise trouxe efeitos positivos, porque forçou o encaminhamento de mudanças estruturais, substituindo, gradativamente, importados por produtos nacionais, e promovendo mudanças na política educacional, agrícola e industrial. A desfavorável conjuntura levou o país a desenvolver políticas de diversificação da produção agrícola. As mudanças do Governo de Getúlio procuraram dar ênfase à educação, sendo que, em 26 de julho de 1934, dez dias após a eleição de Vargas para a presidência da República pela Constituinte, Gustavo Capanema foi efetivamente nomeado para a pasta da Educação e Saúde Pública, como seu Ministro.

Se no país a crise de 1929 desarticulou as grandes agriculturas latifundiárias, na região de Barbacena de pequenas propriedades, seus efeitos não teriam sido tão devastadores. A positiva e eficiente inserção do Aprendizado Agrícola no contexto socioeconômico do seu entorno era motivo para ser visto com bons olhos pelas autoridades do Governo. Alheio aos graves problemas que atingiram em cheio a produção latifundiária, o Aprendizado, com

produção diversificada e ministrando uma educação agrícola ajustada ao seu meio, sobreviveu às tempestades da crise.

O conceito de estabelecimento de *primeira classe* era cada vez mais vivo na mente das autoridades políticas. Mas a estrutura didático-pedagógica que vinha desde 1911, já se mostrava inadequada para a nova realidade, atendendo à demanda de novas necessidades, o Decreto nº 22.934, de 13 de julho de 1933, transformou o Aprendizado Agrícola de Barbacena em “Escola Agrícola de Barbacena” e lhe deu novo regulamento. Os considerandos do Decreto merecem destaque, pelo reconhecimento oficial da qualidade do ensino ministrado no Aprendizado, desde sua fundação. A instituição, subordinada ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, tem como Ministro o Dr. Juarez do Nascimento Fernandes Tavora.



DECRETO N. 22.934 – DE 13 DE JULHO DE 1933

Transforma o Aprendizado Agrícola de Barbacena em Escola Agrícola e dá outras providencias

Decreta:

Art. 1º Fica o Aprendizado Agrícola de Barbacena transformado em uma Escola Agrícola com a denominação de “Escola Agrícola de Barbacena”, directamente subordinado à Directoria do Ensino Agronomico e regendo-se pelo Regulamento que este baixa.

Art. 2º Os atuais alumnos do "Curso Elementar" os do primeiro, segundo e terceiro anos do “Curso de Adaptação” e os do primeiro, segundo e terceiro anos do “Curso de Chefes de Culturas” do actual Aprendizado Agrícola de Barbacena serão matriculados, respectivamente, no primeiro, segundo terceiro e quarto anos do “Curso de Adaptação” e, primeiro segundo e terceiro anos do “Curso Profissional” da Escola; Agrícola de Barbacena.

Art. 3º O pessoal titulado da Escola Agrícola de Barbacena será o seguinte: 1 director e professor da 4ª cadeira; 1 vice-director e professor da 2ª cadeira; 1 professor da 3ª cadeira; 1 medico; 1 professor da 5ª cadeira; 1 2º escripturario; 1 professor da 1ª cadeira; 1 cirurgião dentista; 1 professor primário; 1 ecônomo almoxarife; 3 mestres de officinas; 2 práticos de Industrias Agrícolas; 1 chefe de disciplina; 3 adjuntos de Professor - primário; 1 escrevente-dactilographo; 1 conservador de gabinete e laboratório, e 1 porteiro continuo.

Rio de Janeiro, 13 de julho de 1933, 112º da Independência e 45º da Republica.

GETULIO VARGAS. Juarez do Nascimento Fernandes Tavora.

Fonte: BRASIL. Decreto nº 22.934, 1933.

O Decreto acima põe em destaque a transformação do Aprendizado Agrícola de Barbacena em Escola Agrícola. Esse foi um significativo passo, o primeiro Aprendizado a ser transformado em Escola Agrícola.

O Ministério da Agricultura passou a compreender o estabelecimento como aquele que tem por fim preparar “Instrutores Agrícolas” como aqueles profissionais que desempenhariam, na vida prática, funções intermediárias entre o agrônomo e o trabalhador rural. Desse modo, o Ministério reconheceu como necessário o técnico, como auxiliar do agrônomo no que se refere à execução prática, para instruir e orientar o produtor rural. Pelo decreto em pauta, a estrutura e organização pedagógica da agora Escola Agrícola de

Barbacena passou a assumir novas formas. Introduziram-se o Curso de Adaptação e o Curso Profissional. Obviamente, isso implicaria fase de transição de um modelo para outro, para não prejudicar os alunos já matriculados em cursos anteriores. Por isso o Art. 2º do decreto estabelecia que:

Art. 2º Os atuais alunos do "Curso Elementar" os do primeiro, segundo e terceiro anos do "Curso de Adaptação" e os do primeiro, segundo e terceiro anos do "Curso de Chefe de Culturas" do actual Aprendizado Agrícola de Barbacena serão matriculados, respectivamente, no primeiro, segundo terceiro e quarto anos do "Curso de Adaptação" e, primeiro segundo e terceiro anos do "Curso Profissional" da Escola; Agrícola de Barbacena.

Fonte: BRASIL. Decreto nº 22.934, 1933.

Pelo artigo acima citado, o decreto suprimiu o "Curso Elementar". O Curso Elementar referia-se ao primeiro nível do Curso Preparatório, anteriormente subdividido em elementar, médio e superior, que passou a ser substituído pelo "Curso de Adaptação".

O Regulamento da Escola Agrícola de Barbacena, consequente ao Decreto nº 22.934, de 13 de julho de 1933, no que se refere à estrutura didático-pedagógica, estabeleceu o que se segue. O Capítulo I tratou das finalidades:

Art. 1º A Escola Agrícola de Barbacena terá, por fim formar "Instructores Agrícolas" instruídos nos modernos processos agrícolas e nas praticas referentes á zootechnica, veterinaria e industrias rurais, devendo os alumnos instruir-se no preparo do solo, cultura, tratamento, multiplicações, aclimação, melhoramento das plantas úteis; nos processos de conservação, transformação, embalagem, transporte, commercio de productos agrícolas e assumptos que se relacionem com as industrias rurais de modo a adquirirem, a par de conhecimentos teóricos, a pratica indispensável ao perfeito desempenho de suas funções, cuidando também da educação física dos alumnos.

Fonte: BRASIL. Decreto nº 22.934, 1933.

Pela descrição que fez o Art. 1º do Regulamento, o horizonte da formação técnica do Instrutor Agrícola era muito amplo. Técnicas de plantio, manejo de animais na área da zootecnia, industrialização de produtos rurais, produção de mudas, melhoria de plantas, técnicas de embalagem e transporte, até o final da cadeia produtiva que é a comercialização. Ao fim, chama a atenção para a educação física.

O capítulo II do Regulamento tratou do ensino. O Art. 2º estabelecia "O ensino na Escola Agrícola de Barbacena será theorico-pratico e compreenderá dois cursos 'Curso de Adaptação' e 'Curso Profissional'."

Em linhas gerais, a organização pedagógica da Escola, seguindo o que estatui o decreto em questão, definia a estrutura e funcionamento da Escola Agrícola de Barbacena de forma minuciosa, detalhista e objetiva, por parte do governo da pós-Revolução de 1930, denotando ter sido uma clara demonstração de uma política de controle da educação pública.

Tornou-se cada vez mais presente uma política estatal na área da educação. Essa inflexão começou já no fim do Império e início da República. Até então imperava a poderosa influência da Igreja. As intenções de Getúlio pareciam claras. Haja vista que, em 1930, criou o Ministério da Educação e Saúde, que parecia ter sido um ponto de partida para mudanças substanciais no setor educacional. Em que pese o rígido controle, não se verificou, na organização pedagógica da Escola Agrícola, indícios de querer inculcar esta ou aquela ideologia. O que se objetivou é a formação de um técnico eficiente para atuar na área agrícola de qualquer setor. No cenário nacional, a maré ascendente de uma nova burguesia - a do setor industrial que demandava mais espaços - contrapunha-se à decadência da burguesia dos latifundiários do café. Urgia uma nova política educacional, não só para preparar mão de obra para atender às necessidades das indústrias, como também para promover um outro modelo de produção agrícola.

A Escola Agrícola de Barbacena, com seu conjunto arquitetônico e sua majestosa torre olhando ao longe a paisagem e o casario da cidade, era uma vitrine para a população, que nele via uma esperança para a formação de seus jovens. Havia radical diferença entre o ensino ali ministrado e o das outras escolas. Ali, educação se fundia com produção e a produção com o ato de educar. Ensinava-se fazendo e fazia-se, aprendendo. Posto que sua finalidade precípua era educar e preparar para a agricultura os filhos de agricultores, a clientela não era aquela composta por crianças ou jovens abandonados, mas jovens filhos de agricultores, com referência familiar. Só se admitiam alunos não filhos de agricultores, se houvesse sobra de vagas.

5 CONTROLAR A CONDUTA, MODELAR OS AFETOS E REGULAR AS MANEIRAS

A pena de detenção tem por objeto corrigir os indivíduos, ou seja, torná-los melhores, prepará-los, com provas mais ou menos largas, para retomar seu lugar na sociedade sem tornar abusar... Os meios seguros são o trabalho e a instrução com idéias de ordem, de moral de respeito por si mesmos e pelos outros.

Foucault, 1987.

A presente tese, partindo da compreensão de que os estudos históricos são de fundamental importância para que se possa compreender melhor o presente, buscou-se caminhos para melhor analisar as questões em estudo. Nessa perspectiva histórica a educação brasileira herda do Império uma cultura em que importante era ser doutor. O trabalho, por refletir as relações estabelecidas entre o indivíduo e a sociedade ao longo dos tempos, era visto como algo privado de nobreza, talvez em consequência da escravatura. Nobre era o manejo da caneta. Essa reflexão se aproxima do pensamento de Nogueira e Catani (1998), quando ambos analisam “Sobre as artimanhas da razão imperialista” de Bourdieu, concluindo que a tendência do imperialismo cultural é colocar dentro do âmbito escolar uma visão única e verdadeira, em que dogmas de saber e poder “reinem” à vontade. Nessas proposições, infere-se que a moeda de troca e o acúmulo de capital intelectual, sobrepõem-se às identidades sociais, históricas, culturais e políticas particulares dos envolvidos no processo educacional em questão.

Nesse sentido, as evidências se direcionam para um sistema educacional brasileiro marcado por uma dualidade estrutural, como expressão assimétrica das relações sociais e de poder, em que as escolas profissionais seriam para os miseráveis e desocupados, sem qualquer acesso ao ensino superior e, para a elite, o ensino primário seguido pelo secundário propedêutico, complementado pelo ensino superior, dividido em ramos profissionais. A respeito, afirma Gomes,

A herança escravagista brasileira influenciou de forma preconceituosa as relações sociais e o modo como a sociedade via a educação e a formação profissional. A idéia da formação esteve sempre ao longo do tempo dissociada da educação acadêmica e esse pensamento só começou a ser alterado nas últimas três décadas. (GOMES, 2003, pp. 53, 54).

Sob essa perspectiva, a estrutura de ensino dual no Brasil é vista pela pesquisadora

Sonia Regina de Mendonça como uma dualidade que se refere à “*separación existente entre trabajo manual y trabajo ‘intelectual’, sobre todo en el capitalismo, tal como lo aclara Marx en el Método de la economía política, cuando la elaboración del conocimiento queda apartada, progresivamente, de las actividades manuales*” (MENDONÇA, 2011, p. 463). Adquire relevância a questão do ensino profissional e agrícola como uma das mais cabais manifestações dessa dualidade estrutural no ensino, não só pela polarização ao se opor o trabalho manual ao trabalho “intelectual”, como também a participação dos poderes públicos ao reforçar as fronteiras educacionais no país.

O debate em questão permite abordar a educação agrícola no Império oferecida no Asilo Agrícola de Santa Isabel,¹⁶⁶ em 1880 que, segundo Schueler, fora criado por meio de uma ação da Associação de Proteção da Infância Desamparada, na província do Rio de Janeiro. Assim, também, outros congêneres foram fundados em outras províncias, porém as características de todos eles eram sempre as mesmas, por possuírem um caráter mais assistencial do que educativo. Tinham duplo objetivo: “retirar das ruas desta província os menores abandonados que ‘enfeavam’ o cenário urbano e propiciar a iniciação agrícola a esta clientela” (SCHUELER, 2000). Essas mesmas concepções e ações similares, quanto ao atendimento à infância desamparada atrelada à educação agrícola, permaneceram presentes durante o final dos oitocentos e início dos novecentos.

Foi em tal contexto, surgiram os Patronatos Agrícolas que, além do caráter reformatório, buscavam, através do ensino agrícola, a inserção do jovem no âmbito educacional, questão que mobilizava amplos setores da vida social. Segundo Oliveira, os patronatos agrícolas se inseriam no horizonte sociocultural, embora oferecessem uma instrução diferenciada em relação às demais instituições de ensino. Para esse fim,

Os patronatos agrícolas foram inseridos nesse debate ainda que numa posição subordinada: a educação dos pobres, daqueles que eram pegos nas ruas das cidades ou estavam inseridos em grupos familiares que fugiam do ideário da época. Educação menor, com outros fins que aqueles atribuídos às escolas, colégios e demais instituições educacionais. (OLIVEIRA, 2003, p. 58).

Torna-se patente, desde o século XIX, a preocupação de médicos, educadores, juristas e administradores públicos com a infância, gerando iniciativas com o intuito de torná-la menos rebelde, dando-lhe melhores hábitos, inculcando valores, enfim, civilizando-a. Esta preocupação adentrou o século XX, ganhando novos contornos, assumindo ora um tom mais assistencial,

¹⁶⁶ Estudos mais detalhados podem ser localizados em *A Infância desamparada no asilo agrícola de Santa Isabel (1880-1886)*, por Alessandra Schueler, 2000.

ora um aspecto mais educativo. O pesquisador Luciano Mendes de Faria Filho afirma que

a temática da incorporação dos ‘pobres’, dos trabalhadores, do povo à República [...] é apresentada como uma das principais justificativas, ao lado da formação do trabalhador e do combate à criminalidade, para a maioria das reformas na área da educação e dos diversos documentos referentes à assistência à criança abandonada. (FARIA FILHO, 2001, p. 17).

Os Patronatos Agrícolas¹⁶⁷ responderiam a uma dupla finalidade: estariam voltados para o aprendizado de técnicas e práticas profissionais ligadas ao trabalho agrícola e, ao mesmo tempo, se destinaria à regeneração das crianças, tendo por arcabouço um rigoroso código disciplinar. O Ministro da Agricultura, em seu relatório, destacou que ao lado do objetivo de regeneração, havia o objetivo de que esses braços trabalhadores, ao possuírem formação técnica agrícola, impulsionariam a economia do país. Para tanto, seria necessária a criação de uma rede de Patronatos Agrícolas nos diversos estados brasileiros, com o intuito de formar os futuros lavradores que deveriam ter um melhor conhecimento técnico de forma a aproveitar a terra de maneira mais racional. Dessa forma, caberia ao Governo Federal:

a missão de organizar a assistência pública em favor dos pequeninos enjeitados da sorte e de preparar, com essa matéria-prima, uma geração nova de trabalhadores familiarizados com a mecânica agrícola, versados na prática dos manejos e execução dos misteres que conduzem à obtenção inteligente e conscienciosa dos produtos agrícolas, afigurou-se-lhe que o problema social e humano tão longamente procrastinado encontraria satisfação útil, prática e imprescindível na criação de Patronatos Agrícolas numerosos e espalhados pelo interior de todos os Estados da República. (BRASIL. RMAIC, 1918, p. 138).

Portanto, os Patronatos Agrícolas que, a princípio, eram vinculados ao governo estadual, após 1918, passam a ser de responsabilidade da União e, pelo caráter agrícola de sua criação, são subordinados ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC). Porém, em 1934, por serem instituições que enfatizam a assistência aos menores desvalidos e abandonados, houve a transferência de responsabilidades de Ministérios, passando a ser subordinados ao Ministério da Justiça.

Paralelamente aos Patronatos Agrícolas, a implantação das escolas profissionalizantes, já no início do século XX, era algo forte e inovador, que pouco a pouco, romperia a carapaça da cultura dominante, ainda que a formação profissional da época se voltasse para o trabalho manual, uma vez que os dirigentes estavam convictos de que a vocação do Brasil era a agricultura. Flávia Werle complementa que “no Brasil, na primeira metade do século XX, o

¹⁶⁷ Os primeiros Patronatos Agrícolas, sob responsabilidade da União, foram criados através do Decreto nº 12. 893, de 28 de fevereiro de 1918.

debate a respeito da educação rural estava ligado à valorização do trabalho no campo, ao desenvolvimento do país e sua vocação para a agricultura.” (WERLE, 2007, p. 10).

Nesse horizonte sociocultural que valorizava a vocação agrícola, se oferecia um sistema fechado de ensino que impedia a ascensão social das classes menos favorecidas. Assim, os Aprendizados Agrícolas no Brasil eram vistos de modo preconceituoso pela elite, que trazia consigo o sonho de que seus filhos se tornassem doutores ou bacharéis em Direito.

O primeiro Diretor-Geral do Aprendizado Agrícola de Barbacena, Diaulas Abreu,¹⁶⁸ entretanto, apesar de formado em Direito, dedicou-se ao ensino agrícola.



Figura 66 - Diaulas Abreu¹⁶⁹

Criado o Aprendizado Agrícola de Barbacena foi designado seu Diretor, Diaulas Abreu, embora advogado, sempre se dedicou a atividades agrícolas na propriedade de seu pai, de modo que trazia consigo, por índole, profundo amor a terra. Assim, projetou, construiu e instalou todos os campos de culturas da Instituição recém criada, implantando pomares de frutas de clima temperado, de vinhedos, viveiros de plantas e horta modelo, com as respectivas estradas. Os pomares e vinhedos foram estabelecidos em terraços tecnicamente bem concebidos. Ao que parece, essa experiência foi pioneira no Brasil.

A horta modelo, com sistema de irrigação por ele idealizado, foi um projeto que mereceu o primeiro prêmio em Exposição de Horticultura, realizada na então Capital da República, Rio de Janeiro. Com o apoio do governo e sempre fiel às suas normas, pouco a pouco, o Aprendizado foi ganhando renome de instituição de ensino eficiente. Paralelamente

¹⁶⁸ Nasceu no Rio de Janeiro, em 22 de julho de 1885, filho do mineiro Coronel Rodolfo de Abreu e de Ana Pastorino de Abreu, carioca. Entretanto, desde sua juventude se dedicou à cidade que elegeu para viver e trabalhar.

¹⁶⁹ Fonte: foto do acervo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sudeste de Minas Gerais, Campus Barbacena: ifsudestemg.edu/cer. Acesso: janeiro, 2013.

à produção agrícola, implementou pequenas indústrias rurais, para ensinar aos alunos a processar alimentos, aproveitando os subprodutos da fazenda. Além de queijos, conservas e embutidos, a instituição produzia cerca de 2500 litros de vinho por ano. Com uma ponta de saudade, as pessoas se lembram das feiras em que os alunos vendiam o resultado da produção das aulas práticas do Aprendizado. Igualmente, implantou oficinas de marcenaria, de ferramentaria e de reparos de implementos agrícolas. Finalmente, como destaque o fato de o Aprendizado Agrícola de Barbacena, sob sua direção, haver se integrado perfeitamente à comunidade. No alto da colina, olhando ao longe o casario da cidade, o Aprendizado foi um modelo que apontava para novos horizontes. De fato, fornecia mudas para os agricultores, que se inspiravam no Aprendizado, para tocar suas propriedades. A tradição de Barbacena ser, até hoje, produtora de frutas de clima temperado e de flores se deve ao pioneirismo do primeiro diretor do Aprendizado Agrícola de Barbacena.

5.1 Recrutamento do alunado

Para empreender um trabalho de pesquisa de cunho histórico-sociológico, como hipótese interpretativa de contextos que contrastam entre si, foi um enfrentamento difícil frente aos acervos encontrados no arquivo “morto” da instituição. Processos, livros, leis, fotos e documentos espalhados; as muitas e diversas datas; os arquivos pertencentes aos diferentes órgãos, setores e departamentos foram se juntando ao longo do tempo, num mesmo espaço. Nesse sentido, a pesquisa se baseou sobre o prisma da percepção das “expressões indiciárias” dos documentos encontrados e com os quais se trabalhou neste estudo.

Os atores e autores de que se ocupa o estudo, fazem-se presentes em documentos, papéis avulsos, fotografias, relatórios, atas, processos e nas legislações pertinentes ao Aprendizado Agrícola de Barbacena (AA de Barbacena). Nesses acervos, que registram os atos da implementação da Instituição, foram buscadas pistas para as questões que a pesquisa procurou analisar.

Diferentemente dos objetivos e missões baseados no caráter reformatório dos Patronatos Agrícolas, os Aprendizados Agrícolas vieram para formar trabalhadores aptos para os diversos ramos da propriedade rural, utilizando-se de modernas práticas agronômicas e métodos racionais de exploração do solo baseados em uma tecnologia de experimentação. Embora fossem estabelecimentos autônomos, organizados especialmente para as funções que

lhes eram destinadas, deveriam ter como público-alvo filhos de pequenos cultivadores e trabalhadores rurais. Nessa perspectiva, surgiu o Aprendizado Agrícola de Barbacena, criado em 1910, porém iniciando suas atividades em julho de 1913, com a admissão do corpo discente.

Em se tratando do Processo de Admissão dos alunos dos Aprendizados Agrícolas, Ledent deu sugestões, com base em suas experiências na Bélgica:

Esse ensino dirigir-se-ha aos rapazes do campo tendo alcançado 12 annos e já munidos da instrucção primaria, ministrada de uma ou outra maneira. Para facilitar quanto fôr possível o recrutamento dos alumnos, devia-se exigir d'elles, na entrada, apenas o saber ler, escrever e contar. Convirá, aqui, usar da maxima tolerancia. Na idade de 12 annos, os serviços que poderiam esses rapazes prestar numa exploração agricola são insignificantes, para não dizer nullos. O pouco desenvolvimento da sua força muscular impede de confiar-lhes qualquer trabalho penoso e prolongado, como também o manejo dos instrumentos aratorios. Por outro lado, o seu criterio é bem fraco, a sua cultura mental bem vacillante. Bastará, talvez, alguns annos de labor manual para que as noções custosamente adquiridas e imperfeitamente assimiladas, desapareçam por inteiro. Ora, nessas condições, não é de desejar que se proporcione a esses moços um complemento de educação e não é logico querer que esse complemento tenha um caracter profissional em relação ás suas occupações futuras? (LEDENT, 1910, pp. 44, 45).

Para ele, a admissão poderia se concretizar sem que se exigisse mais que o conhecimento básico de ler, escrever e contar, da mesma forma que o esforço braçal deveria ser insignificante ou nulo.

Com o recrutamento do alunado o Aprendizado Agrícola de Barbacena se baseou no Regulamento Interno, por ele elaborado em 1911:

Art. 50. Para ser admittido como alumno de curso regular deve o candidato submeter-se a exame de admissão, que versará sobre as materias do curso primario conforme o programma das escolas officiaes, ter pelo menos 14 annos de idade e 18 no maximo, ter boa conducta e constituição physica que o torne apto para o serviço do campo, ser vaccinado, revaccinado e não soffrer de molestias contagiosas ou infecto-contagiosas.

Art. 51. Para admissão no curso preparatorio ou primario deve o candidato ter, pelo menos, 11 annos de idade e o maximo de 16, boa conducta e reconstituição physica, ser vaccinado e revaccinado e não soffrer de molestias contagiosas ou infecto-contagiosas, devendo o numero de matriculados ser fixado pelo ministro, ouvido o director.

Fonte: BRASIL. Decreto nº 8.736, 1911.

Ao vasculhar o “arquivo-morto” da Instituição foram encontrados onze Processos de Admissão de alunos que se inscreveram para as vagas da primeira turma. Na capa do processo, constam o nome do aluno, do pai e a idade do jovem. No interior de todos os processos constam:

- 01 Carta do pai ou responsável, solicitando uma vaga para seu filho;
- 01 Atestado Médico, declarando as condições físicas e mentais do jovem, assim como se o mesmo foi “vacinado e revacinado”;

- 01 Atestado da Delegacia de Polícia, constando a conduta do jovem.

Todo o processo se iniciava com a obrigatoriedade da apresentação de tais documentos. A ausência de um deles inviabilizaria que a instituição aceitasse o pedido do pai. Em nenhum dos processos, foi localizada a certidão de nascimento, porém, em um ou outro se puderam perceber indícios de que esse documento tenha feito parte da documentação da pasta. Um dos indícios está contido na carta do pai, solicitando uma vaga para o filho, apresentada a seguir, fazendo referência à certidão de idade. Em alguns dos processos há declarações feitas em cartório, datadas daquele dia, o que leva a crer que a certidão foi expedida para aquele fim, especificando filiação e data de nascimento. Há, também, em alguns processos, uma ou outra carta do pai, com data posterior à da matrícula, solicitando a supressão da certidão de nascimento da pasta, para que a mesma fosse utilizada para outros fins. De toda forma o processo se abre com a carta do pai, solicitando a inscrição de seu filho na Instituição, conforme o modelo apresentado:

(Nº 49-Regulamento 913)

Ylmo Sr D. Diáulas de Azeu.

M. D. Director do Apendizado Agricolo de Barbacena.

O abaixo assignado depejoando inserir o seu filho, como candidato ao curso regular de um estabelecimento junto aqui os documentos exigidos pelo regulamento como sejam: certidões de idade, de boa conduta, de constiuição phizica e de vacinação ou re vacinação.

Nestes termos
F. de feimento
Barbacena 8 de Junho de 1913
Joaquim Jo. Cabres Ferreira de Carvalho

Figura 67 - Documento de Solicitação do Pai - Processo Admissional.¹⁷⁰

¹⁷⁰ Fonte: Acervo do Arquivo do AA de Barbacena. Esses processos pertenceram à primeira turma de alunos matriculados na Instituição em 1913.

Como não há qualquer menção sobre a apresentação de documentos comprobatórios do grau de escolaridade que o jovem possuía, o pai, ao inscrevê-lo, deveria citar, no corpo de sua carta, em que nível seu filho concorreria à vaga. A ausência de um comprovante de escolaridade deixa transparecer que poderia ter havido, no âmbito familiar, estudos ministrados por alguma tutora ou pelos próprios pais, portanto, desprovido de documentação.

Em se tratando dos cursos, especificados pelos pais, aos quais estariam inscrevendo seus filhos, conforme os Artigos 50 e 51, anteriormente citados, o Aprendizado Agrícola de Barbacena oferecia dois cursos: o Curso Preparatório ou Primário, em que jovens de 11 a 16 anos se inscreveriam para o curso diurno e os adultos, para o curso noturno. Os jovens matriculados nesse curso receberiam os ensinamentos básicos, permitindo-lhes participarem do processo de admissão que os conduziria ao Curso Regular. O outro curso seria o Curso Regular, para jovens de 14 a 18 anos, que, ao final de 02 anos de curso, receberiam o “Certificado de Capacidade em Trabalhos Práticos de Agricultura”. Embora a Lei permitisse a abertura de curso superior no Aprendizado Agrícola de Barbacena, não houve candidato inscrito com este perfil.

Se no momento da admissão dos alunos para o Curso Preparatório ou Primário, fosse apresentado certificado de exame final do curso primário ou tivessem obtido resultado satisfatório no exame de admissão, a matrícula se efetivaria no primeiro ano do Curso Regular, também denominado Profissional. Da mesma forma, aqueles que se inscreviam para o Curso Regular e que fossem julgados deficientes, em algum dos conteúdos do exame de admissão, deveriam efetivar sua matrícula no Curso Preparatório. Os alunos permaneceriam no Curso Preparatório até que se tornassem aptos para frequentar o Curso Regular, considerado o “carro-chefe” do Aprendizado, como previsto em Lei: “devendo os que souberem ler e escrever ou demonstrarem no mesmo exame deficiência desses conhecimentos, matricular-se no curso primário do Aprendizado, de conformidade com a classe que lhes competir.” (BRASIL. Decreto nº 8.319, 1910).

Em qualquer hipótese, os alunos somente poderiam ser matriculados no primeiro ano do Curso Profissional, após a conclusão do ensino primário. Com esses indicadores, infere-se que os Aprendizados mantinham cursos primários para preparar, minimamente, aqueles que viriam a ocupar as vagas dos Cursos Regulares. Ressalta-se que, além de ter tido mais candidatos, a frequência nos cursos primários era, pelo menos, duas vezes maior que nos cursos regulares. Isso merece atenção, pois dos 12 processos encontrados no arquivo da Instituição, todos eles, indiscriminadamente, têm como parecer final a expressão: “Desligue-se”, emitido, datado e assinado pelo Diretor-Geral, Sr. Diaulas Abreu. Indo além na

investigação, percebe-se que os motivos eram ‘infrequência’ às atividades escolares por até 30 dias consecutivos, o que leva a crer ter tido alto índice de evasão. Rastreando os processos de admissão da primeira turma do AA de Barbacena, os quais se pôde ter acesso, constatou-se o quadro abaixo:

Tabela 18 - Processos Admissionais - Primeiros Alunos do AA de Barbacena, em 1913.

PROCESSOS DE ADMISSÃO DE ALUNOS – 1913				
Nome do Aluno	Idade	Curso	Responsável	Desligado
Pedro Augusto de Campos	14	Regular	Flauzinho Augusto de Campos	13-09-1913
Antonio Tafuri	12	Regular	Pedro Tafuri	28-02-1914
Arloing Gonçalves Ferreira de Carvalho	14	Regular	Joaquim Gonçalves Ferreira de Carvalho	01-10-1913
Armando de Mello	N/C	Primário	Michaella Teixeira de Souza - Tia	14-11-1913
Romeu de Lima Leal	N/C	Regular ¹⁷¹	Francisco Pires Ferreira Leal	-
		Primário		23-06-1913
Álvaro de Lima Leal	N/C	Primário		25-10-1913
José Jorge Teixeira	14	Regular	Jorge Teixeira ¹⁷²	01-12-1913
Paulo Couto	N/C	Regular	Alfredo M. de Siqueira Couto ¹⁷³	01-10-1913
Celso Couto	13	Primário		15-02-1914
José de Souza	11	Primário	Antônio Leôncio de Souza	01-05-1914
Álvaro de Souza Mello	15	Regular	Major Fernando de Souza Mello ¹⁷⁴	01-03-1915
Átila de Souza Mello	16	Regular		01-03-1914

Fonte: Acervo do Arquivo dos Processos de Admissão de Alunos da Instituição, 1913.

Assim, observou-se, em um dos processos, a preocupação do pai em firmar a paternidade e idoneidade do filho. O documento, lavrado em cartório, afirmava que o jovem era filho legítimo do pai e de criação da mãe, registrando, ainda, que o filho possuía todos os direitos a ele reservados como filho legítimo. Tal informação, registrada em cartório, supunha duas vertentes, a saber: ou o pai queria afirmar que o filho não era órfão ou que possuía certa situação financeira.

¹⁷¹ O pai solicitou a inscrição de seu filho no Curso Regular, porém, no mesmo processo, dez dias após, em 23-06-13, o Diretor emitiu um parecer informando que o aluno não seria matriculado no curso solicitado, por ter sido ‘inabilitado’ em Geografia e História do Brasil, conforme prova realizada em 18-06-1913.

¹⁷² Fato que mereceu destaque por ter constado, junto aos documentos, uma certidão registrada em cartório, afirmando que o aluno era filho legítimo do pai e reconhecido judicialmente pela mãe, Maria Simão, natural da Turquia, para que lhe fossem garantidos todos os direitos como filho legítimo por lei.

¹⁷³ No Atestado de bons antecedentes, o Delegado de Polícia se referia ao pai do jovem como ‘Doutor’ Alfredo Couto.

¹⁷⁴ O pai, ao assinar, afirmou sua patente como ‘Major’ antecedendo seu nome. No requerimento, o pai solicitou que se fizesse a “concessão” em aceitar as inscrições de dois filhos, o que denota conhecer o regulamento. Nesse mesmo processo, havia uma declaração, assinada por um Capitão de Artilharia, afirmando que os menores eram filhos legítimos do Major Fernando de Souza Mello e que o mesmo seria ex-residente da cidade de Porto Alegre, RS.

Ao analisar os processos e perceber a solicitação de um militar de Porto Alegre, a uma vaga para dois filhos como uma “concessão”, denota certo conhecimento do regimento interno do AA de Barbacena, já que essa concessão era prevista pelo Decreto de 1911.

Art. 54. Terão preferencia para a matricula nos cursos regular e primario os filhos de agricultores, profissionaes de industria rural e trabalhadores agricolas, na razão de 60 % sobre o numero fixado para a mesma, devendo ser preenchidas as vagas restantes com filhos de pessoas que exerçam outras profissões.

Fonte: BRASIL. Decreto, 1911.

Nesse caso, havia uma abertura na Lei que permitia a matrícula em casos excepcionais, se o jovem não fosse filho de agricultor, caso o pai exercesse outros tipos de profissão, dentro de um percentual permitido, se houvesse vaga, se o candidato preenchesse todos os requisitos, se houvesse a aquiescência do Diretor e, por último, a autorização do órgão superior, no caso, o MAIC.

Como as datas dos desligamentos de ambos os filhos são dos anos de 1914 e 1915, conclui-se que a concessão havia sido aceita, conforme exceção prevista em Lei. No processo de um dos filhos constava o “desliga-se” após oito meses do início das aulas e, em outro, havia o “desligue-se” após um ano e oito meses frequentando o curso. Ambos os documentos foram finalizados, assinados e datados pelo Diretor-Geral.

Em todos os processos, constavam a emissão de um parecer do Diretor informando a situação do aluno, bem como o resultado obtido pelas avaliações ocorridas junto ao processo seletivo. Da mesma forma, era do Diretor o parecer final em que o aluno estaria apto ou inapto ao curso pretendido e era ele quem emitia o parecer final, caso o aluno fosse “desligado” da Instituição, onde constava: “desligue-se”. Todos os pareceres eram datados e assinados por ele.

Embora esse procedimento permita a percepção da centralização de poder nas mãos do Diretor, também permite perceber, pelas datas de cada ação, que o Diretor se preocupava em agilizar e resolver as pendências referentes ao alunado. Contudo, diferentemente do que Ledent apresentou como sugestão para os Aprendizados em que se deveria selecionar os alunos por possuírem apenas os conhecimentos básicos de leitura, escrita e contar, observa-se certo rigor nos critérios de avaliação das provas de admissão, pois, ao que parece, mesmo que um aluno pudesse ter sido aprovado em conteúdos tidos como fundamentais para o ensino, como português e matemática, esse mesmo aluno deixaria de frequentar o Curso Regular por ter sido reprovado na área das ciências sociais, em conteúdos como geografia e história do Brasil, como registrado em alguns processos.

5.2 Regime de ensino

Ainda que não se identifiquem indicadores que possibilitem afirmar ou supor a situação financeira ou poder aquisitivo das famílias dos alunos, algumas informações, tais como, haver, entre o alunado, filhos de Major da Artilharia, de Doutor, e o reconhecimento de paternidade para preservar direitos, etc, permitem o entendimento de que a clientela do Aprendizado Agrícola de Barbacena nada ou pouco tinha em comum com aquela das primeiras turmas dos Aprendizes Artífices e dos Patronatos Agrícolas: bastardos, abandonados, órfãos, desempregados, recolhidos pelas ruas, ‘desafortunados’. Esta investigação tenta analisar o funcionamento do externato como o regime de ensino adotado, embora os alunos tivessem aulas no período integral do dia, tendo que permanecer o dia todo na Instituição, eles teriam que voltar para dormir em suas residências ou casas de parentes ou até em pensões. Cabe, então, uma hipótese: havia alguma recomendação, uma vez que não consta em lei, da não-aceitação de alunos que não teriam condições de se manterem, já que o regime de estudo era o externato?

5.2.1 Regime de semi-internato e externato

O regime de ensino que o AA de Barbacena adotou para iniciar suas atividades, junto aos alunos, foi o regime de semi-internato e externato. Para Ledent, essa modalidade de ensino poderia se tornar uma tortura para o aluno por ter que frequentar as aulas, tendo que se deslocar de casa para realizar atividades diárias nos dois períodos, na Instituição. Sobre tal dificuldade, Ledent apresenta algumas sugestões pelas experiências por ele vivenciadas:

Sabemos, por experiência própria, quanta dificuldade ha em acostumar os alumnos a freqüentarem uma escola antes do almoço. Esse facto explica-se pela repugnancia de dedicar-se a um trabalho penoso sem primeiro se ter almoçado. Isto é muito comprehensivel, principalmente quando se trata de jovens que deverão ás vezes caminhar meia legua para chegarem á escola. Por este motivo, achamos conveniente que a escola offereça aos alumnos, antes de principiar os trabalhos, uma pequena refeição, composta de café e um pedaço de pão. Pensamos tambem, que a directoria deverá esforçar-se por arranjar, na visinhança da escola, casas de pensão onde o alumno, cuja família mora longe do estabelecimento, possa encontrar um almoço a preço reduzido. Talvez conviesse, até, que a escola offerecesse a comida gratuitamente aos rapazes que estivessem na impossibilidade de voltar para a casa (LEDENT, 1910, p. 86).

Assim, a oferta de um lanche ou verificar se alguém da vizinhança pudesse oferecer uma refeição aos alunos que morassem mais distante, evitaria que tivessem que ir a suas moradias e voltassem. Tais medidas não deveriam ser desprezadas, pois assegurariam a frequência na escola e, se os trabalhos práticos fossem bem organizados, seriam, por si mesmos, um atrativo suficiente para se obter a presença dos rapazes antes do almoço na escola, uma vez que esse era tido como o melhor horário para se desenvolverem as atividades práticas.

Entretanto, a realidade das instituições que ofereciam ensino rural no Brasil nem sempre correspondiam à realidade de outros países. Algumas instituições agrícolas foram construídas fora da cidade, ou próximas a povoado carente de recursos próprios, ou em locais de difícil acesso, o que inviabilizaria as práticas de Ledent.

A partir do que fora sugerido por Ledent, achou-se por bem investigar a realidade em que a cidade se encontrava na época, resgatando as imagens do que havia no entorno da Instituição. Buscou-se analisar quais eram e como se encontravam as vias de acesso entre a Escola e a Cidade:



Rua Martinho Campos - 1915

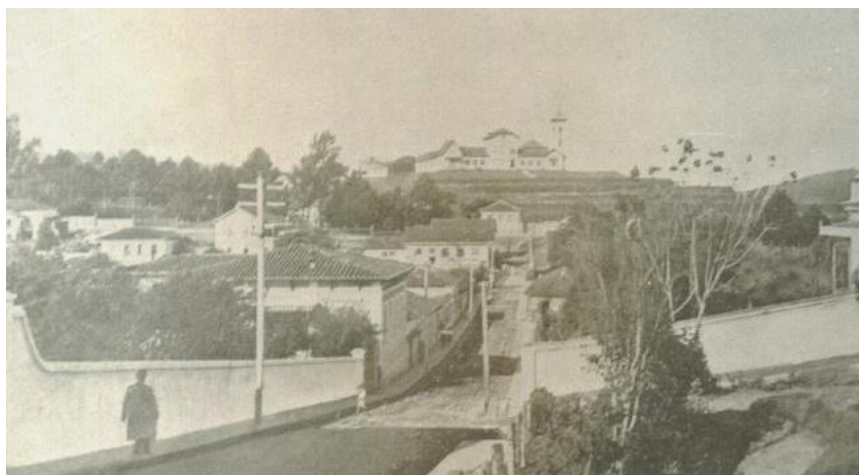
Figura 68 - Via de acesso à Instituição, 1907.



Ponte Seca - 1907

Figuras 69 - Via de acesso à Instituição, 1915

Fonte: acervo fotográfico: fotosantigasbarbacena.blogpots.com.br. Acesso: outubro, 2012.



Decida da ponte seca - 1930

Figura 70 - Via de Acesso com o AA de Barbacena no alto, 1930.

Fonte: acervo fotográfico: fotosantigasbarbacena.blogspot.com.br. Acesso: outubro, 2012.¹⁷⁵

Na primeira fotografia, datada de 1915, dois anos após a inauguração da Instituição, apresenta-se a via de acesso pela lateral da Escola, localizada atrás da pequena capela ao fundo da rua. Na segunda imagem, datada de 1907, três anos antes da criação do AA de Barbacena e seis antes de sua inauguração, pode-se observar a ausência do edifício onde, após 1910, começou a ser erguido no final dessa rua. Na terceira e última fotografia, no ano de 1930, observa-se o prédio do AA de Barbacena no alto, ao final da rua. Nota-se nas duas primeiras fotos, com datas anterior e recente à construção do Estabelecimento, que as vias já se encontravam pavimentadas e com certa quantidade de moradia o que permite perceber, pelas fotografias que, já naquela época, havia acesso fácil, ligando o AA de Barbacena ao seu entorno, bem como ao centro da cidade. Dessa forma, no que se refere ao AA de Barbacena, seria viável que a sugestão de Ledent fosse colocada em prática.

Uma das formas de se tentar inibir a evasão, seria a oferta de alimentação para todos os alunos que residissem a uma distância de dois quilômetros da instituição e que não dispusessem de recursos. Esse dispositivo legal almejava atender a uma clientela formada, principalmente, por filhos de pequenos agricultores e trabalhadores rurais, supondo-se tratar de pessoas de baixo poder aquisitivo e por morarem afastadas da cidade. Para colocar em prática ambas as atividades dentro do AA de Barbacena, a direção seguia o que era proposto pelo Decreto de criação da Instituição. Assim regia o Decreto:

Art. 28. O Aprendizado funcionará, quanto ao curso regular, como semi-internato gratuito, não podendo exceder de 50 o numero de alumnos mantidos sob esse regimen.

Paragrafo unico. O maximo da frequencia no semi- internato só poderá ser atingido por deliberação do ministro, ouvido o respectivo director, sendo preciso que as condições locais o

¹⁷⁵ Fonte: as figuras 68, 69 e 70 são vias que ligam o AA de Barbacena ao centro da cidade.

exijam e que não haja prejuizo para a hygiene escolar e boa marcha do curso. (BRASIL. Decreto, 1911).

O Decreto previa o regime de semi-internato, oferecendo almoço e lanche apenas aos alunos que frequentassem o Curso Regular, não podendo exceder a 50 o contingente total de alunos, porém a Instituição tinha um contingente de 122 alunos matriculados em seu primeiro ano de ensino. Indo além, o Decreto ainda documentava em seu Artigo 30: “O Aprendizado fornecerá gratuitamente aos alumnos do curso regular almoço e merenda, o que poderá ser extensivo aos alumnos do curso preparatorio ou primario, quando tomarem parte nos trabalhos praticos, a juizo de director.” (BRASIL. Decreto, 1911).

De acordo com o documento os alunos do Curso Preparatório ou Primário só poderiam fazer suas refeições no Estabelecimento, quando esses participassem das atividades práticas, porém com a permissão do Diretor. Contudo, a maioria dos alunos do AA de Barbacena não era aquela formada pelos alunos do Curso Regular, mas sim por jovens e adultos que se matricularam com o objetivo de se prepararem para adquirir estudos suficientes, para serem aprovados nos exames admissionais do curso profissional.

Ainda que a legislação previsse o regime de semi-internato apenas para 50 alunos do Curso Regular, diante dessa realidade adversa, o AA de Barbacena optou por oferecer a refeição, gratuitamente, a todos os alunos que dela necessitassem.

Ao receber 122 alunos em seu primeiro ano de atividades, o AA de Barbacena ultrapassou o limite máximo dos 50, permitidos pela Lei de 1911. Vasculhando-se a documentação disponível no acervo, nota-se que iniciativa como essa, em que se contrariam os ditames legais, o Diretor sempre buscava o respaldo do Ministro, através de consultas que posteriormente eram publicadas em DOU, de forma clara e transparente, conforme uma das respostas do MAIC a seguir:

— Sr. director do Aprendizado Agricola de Barbacena:

Em resposta ao vosso officio n. 252, de 3 do corrente mez, relativo a admissao de alumnos nesse aprendizado, tenho a communicar-vos, de ordm do Sr. ministro, que S. Ex. resolveu autorizar-vos a admitir todos os candidatos que se apresentarem tanto para o curso primario como para o de adultos, eliminando, depois, aquelles que não tiverem comportamento e não forem assiduos ás aulas (officio n. 2.372).

Fonte: D.O.U. de 24 de julho de 1913.

A autorização para se admitir um número excedente de alunos no internato, mostra que o Diretor se apoiava nas peculiaridades do aluno, ora se referindo ao parentesco com alguma autoridade local, ora por possuir relação próxima com pessoa de destaque no setor agrícola, bem como a algum apadrinhamento de políticos da redondeza e até de outros estados do Brasil. A tramitação acontecia com o envio de um ofício do Diretor ao MAIC. Posteriormente, o mesmo documento era publicado no Diário Oficial da União e, dias depois, viria a resposta do órgão público através da publicação no DOU. Tal modo de agir atesta ter havido transparência no trato com a coisa pública.

Como as atividades eram realizadas em horário integral dentro do Estabelecimento, iniciando-se às 7h e terminando às 17h, aos alunos eram oferecidos um almoço e um lanche à tarde. Alguns alunos, porém, preferiam, ao fim do expediente da manhã, fazer sua refeição em casa, retornando às 12h para as aulas da tarde, o que atesta a existência do regime de externato. A maioria, entretanto, permanecia durante todo o período na Instituição. Foi dessa forma que o AA de Barbacena iniciou suas atividades, adotando o regime de semi-internato e externato no período de 1913 a 1916.

O governo federal permitia a flexibilidade na organização do calendário escolar, desde que se observassem as peculiaridades locais, em relação aos ciclos das produções regionais. É importante observar que o ajustamento das atividades e do calendário escolar ao calendário agrícola, cuja época de colheita é aquela do próprio tempo, possibilita evitar evasão, porque, nos períodos de colheita, os filhos teriam que ajudar seus pais nessa atividade. Eis porque o aprendizado, em sua práxis educativa, teve que se adaptar a essa realidade.

Embora o AA de Barbacena oferecesse duas refeições, almoço e lanche, gratuitamente, ao alunado, os dados apontaram para a baixa frequência e o alto índice de desistência, conforme documentos pesquisados no período compreendido entre 1913 e 1916. O cruzamento de informações de diversas fontes possibilitou rastrear o desenvolvimento da vida escolar do AA de Barbacena nesse período, podendo-se afirmar que, no ano de 1913, ano da inauguração da Instituição, a Escola recebeu 122 alunos, dos quais 64 frequentavam o Curso Preparatório diurno e 41, o noturno e 17, o Curso Regular.

Levando-se em consideração o total de matrículas efetivadas em 1913, nos dois cursos, assim como o total de formados, após os dois anos de estudos, obteve-se o seguinte perfil:

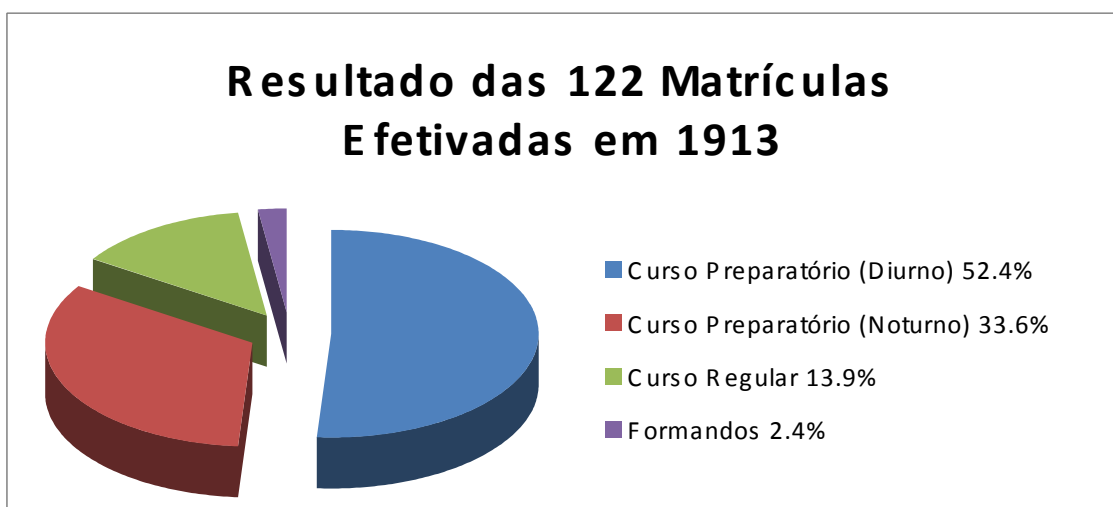


Gráfico 7 - Resultado das 122 Matrículas Efetivadas em 1913
Fonte: BRASIL, RMAIC, 1913

Assim, houve um contingente de 13,93% de alunos frequentando o Curso Regular, que era a atividade fim do estabelecimento, porém desses 17 alunos, que iniciaram os estudos em 1913, apenas 03 se formaram, dois anos depois, em 1915.

O quadro que se desenha não se modificou muito durante os anos que se seguiram. As desistências somaram-se à diminuição do número de matrículas ao longo dos próximos quatro anos de funcionamento. O relatório ministerial de 1916 apresenta um comentário, referindo-se não só à questão da evasão, mas à redução do número de matrículas na Instituição estudada:

APRENDIZADO AGRICOLA DE BARBACENA — A frequência de alumnos foi assaz diminuta no primeiro semestre, facto esse attribuido a duas causas: escassez de matrículas em 1914 e adopção do regimen de semi-internato, redundando em retrocesso da prosperidade que o estabelecimento lograra alcançar.

Fonte: BRASIL. RMAIC, 1916, p. 16.

Os alunos exerciam atividades o dia inteiro nas dependências da Instituição, participando das aulas práticas, no período da manhã, por ser o horário ideal para o manejo da terra, plantio e colheita e, na parte da tarde, teriam as aulas teóricas. A observância ao índice cada vez menor de matriculados fez com que a direção do AA de Barbacena refletisse, de forma necessária e iminente, sobre o futuro do AA de Barbacena.

Pode-se observar, no quadro abaixo, que o número de matriculados foi diminuindo, pouco a pouco, no regime de externato e semi-internato:

Tabela 19 - Matrículas Efetivadas entre 1913 e 1917

MATRÍCULAS EFETIVADAS 1913 a 1917			
Ano	Regime		Nº de Matrículas
	Internato	Externato Semi-Internato	
1913	-	122	122
1914	-	15	15
1915	-	38	38
1916	20	30	50
1917	50	13	63

Fontes: Arquivo, DOU e RMAIC, 1913, 1916 e 1917.

Com o exposto, observa-se o decréscimo do contingente de alunos matriculados no período de 1913 a 1916. Em agosto de 1916, foram abertas 20 vagas para o regime de internato, ensaiando essa nova modalidade de regime em caráter experimental. No ano de 1917, o quadro se modificou, apresentando uma leve ascendência quanto ao número de matrículas ao se adotar o regime de internato, o que foi aumentando gradativamente.

5.2.2 Regime de internato

A realidade de um internato no Aprendizado Agrícola foi trazida pelas experiências vivenciadas por Ledent na Bélgica, que afirmava: “achamos que o regimen da Escola deve ser o internato, aceitando-se semi-internos e externos, só em casos excepcionaes.” (LEDENT, 1910, p. 86). A redução do número de matrículas, ao longo dos quatro primeiros anos de funcionamento do AA de Barbacena, sustentou a visão de Ledent. Assim, refletindo sobre a gravidade dos fatos, a direção viu urgência em se pensar o internato como opção de regime escolar. Não havia alternativa para o AA de Barbacena, pois estaria fadado ao fracasso, caso não se curvasse ao internato. Dessa forma, buscou-se respaldo legal que amparasse sua abertura:



Senado Federal

Subsecretaria de Informações

DECRETO N. 12.610 – DE 22 DE AGOSTO DE 1917

Estabelece o regimen de internato no Aprendizado Agricola de Barbacena

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tendo em vista o disposto no art. 73 da lei n. 3.232, de 5 de janeiro de 1917, resolve que o Aprendizado Agricola de Barbacena passe a funcionar sob o regimen de internato.

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1917, 96º da Independencia e 29º da Republica.

Wenceslau Braz P. GOMES.

José Rufino Beserra Cavalcanti.

LEI N. 3.232 – DE 5 DE JANEIRO DE 1917

Fixa a despeza geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil para o exercicio de 1917

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:
Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a lei seguinte:

Art. 73. Os aprendizados agricolas, dentro da verba orçamentaria e a juizo do Governo, poderão funcionar sob o regimen de internato.

Fonte: BRASIL. Decreto nº 12.610, 1917 e Lei nº 3.232, 1917.

Com a autorização para funcionar em regime de internato, o AA de Barbacena o inaugura de forma efetiva em 22 de agosto de 1917, com 50 alunos internos. Além desses, o Aprendizado tinha outros 13 que freqüentavam as aulas em regime de semi-internato, totalizando 63 alunos.

Na intenção de se perscrutar o perfil do alunado que fez parte do segmento dos alunos internos no AA de Barbacena, foram feitos alguns investimentos. Pensou-se em sondar qual seria a faixa etária média desse segmento. Para isso pesquisou-se o nível escolar da maior parte dos alunos, uma vez que era a idade o que definia, limitava e permitia a matrícula do aluno em determinado curso:

Tabela 20 - Perfil do Aluno Interno

Matrículas por Curso						
Ano	Matrículas por Cursos		Total de Alunos	Regime		Formandos
	Preparatório	Regular		Internato	Externato Semi-Internato	
1913	108	17	122	-	122	
1915	27	11	38	-	38	03
1918	47	20	122	100	21	07
1920	114	29	143	100	43	06
1921	85	23	150	100	50	06
1924	205	39	244	100	144	06

Fontes: Secretaria de Registros Escolares da Instituição e RMAIC, 1913, 1915, 1918, 1920, 1921 e 1924.

Do quadro apresentado, procurou-se analisar: a quantidade de alunos que a Instituição recebia, em média, por ano e, dessa média, qual curso seria o destino da maioria. Observa-se, contudo, que, como no ano de inauguração da Instituição, o Curso Preparatório foi o mais requisitado. Conforme os dados acima, o quadro não se alterou. O maior número de alunos na Instituição era daqueles que apresentavam o perfil próprio para frequentar o Ensino Preparatório.

Levando-se em consideração o quadro de que a maior parte dos alunos matriculados pertenciam ao Ensino Preparatório, notou-se que esse perfil se manteve por todos os anos compreendidos na periodização estudada, como alguns exemplos puderam ser apontados no quadro.

Esse contingente foi aumentando gradativamente, por muitos anos, após a implantação do regime de internato, chegando, muitas das vezes, a ter sido necessário se negar a receber matrículas por falta de vagas. Seguindo essa linha de investigação, percebeu-se que as vagas para o internato foram acompanhando o crescimento da Instituição:

Tabela 21 - Vagas no Regime de Internato entre 1916 e 1933.

Vagas para Internato 1916 a 1930	
Ano	Nº de Internos
1916	20
1917	50
1918 a 1922	100
1923 a 1931	150
1931...	200

Fonte: Arquivo da Instituição e RMAIC 1916 a 1933.

Independente do número de vagas que, ao longo dos anos, iam sendo abertas para receberem cada vez mais alunos no regime de internato, a clientela era, em sua maioria, os alunos provenientes do Curso Preparatório. Retomando o Decreto de 1911, o Art. 51 previa que só seriam admitidos para matrícula, no Curso Preparatório, os alunos que apresentassem idade entre 11 e 16 anos. Essa era a faixa etária da maioria dos alunos internos.

A entrada do aluno, em tenra idade, em um internato evoca a passagem da obra de Raul Pompéia¹⁷⁶ *O Ateneu*:

¹⁷⁶ Raul d'Ávila Pompéia nasceu em 1863, em Angra dos Reis (Rio de Janeiro). Aos 10 anos, mudou-se com sua família para o Rio de Janeiro, matriculando-se no Colégio Abílio, tendo como Diretor Dr. Abílio César Borges, o barão de Macaúbas. Esse mesmo Diretor criou o Colégio Abílio na cidade de Barbacena, local onde foi inaugurado o AA de Barbacena, conforme relato no capítulo 1 desta pesquisa. Raul Pompéia participou da campanha abolicionista e republicana. Devido a crises depressivas, suicidou-se em 1895, aos trinta e dois anos de idade.

“Vais encontrar o mundo”, disse-me meu pai, à porta do *Ateneu*. “Coragem para a luta”. Bastante experimentei depois a verdade deste aviso, que me despia, num gesto, das ilusões de criança educada na estufa de carinho que é o regime do amor doméstico, diferente do que se encontra fora, tão diferente, que parece o poema dos cuidados maternos um artifício sentimental, com a vantagem única de fazer mais sensível a criatura à impressão rude do primeiro ensinamento, têmpera brusca da vitalidade na influência de um novo clima rigoroso. [...] Eu tinha onze anos. (POMPÉIA, 2008, p. 13).

Com uma narrativa carregada de apelos emotivos, o autor descreve o sentimento de se estar no espaço fronterício entre dois mundos. Se, de um lado, a porta se fecha, deixando atrás de si um mundo conhecido, as brincadeiras, o seio familiar, o sentir-se protegido, acolhido, amado, do outro, ela se abre ao novo, desconhecido, estranho, ao estar só, ao medo, ao amadurecimento. Diferem-se personagens, localização, realidades, estrutura familiar e cultural, porém o sentimento é o mesmo.

No sentido de se unir grupos de jovens heterogêneos, vindos dos mais diversos pontos da cidade, da região, do Estado ou, até, de outros estados do país, algumas normas foram estabelecidas como critério de seleção, para que o aluno pudesse se matricular no estabelecimento e concorrer à vaga para o internato. Deste modo, o AA de Barbacena trouxe à baila a questão relativa à vida pregressa dos alunos, com suas condições físicas e mentais, como condição essencial para se efetivar a matrícula, conforme previsto em Decreto, anteriormente citado. Para todas as Instituições, a Lei previa que o número de internos não poderia exceder a cinquenta alunos, sob pena de atentar contra as condições higiênicas dos estabelecimentos. Essa ressalva da legislação estaria relacionada às preocupações e demandas que uma escola com internato tem. Fato parecido aconteceu com o AA de Barbacena ao se estabelecer o internato como regime.

O Atestado Médico foi um dos três documentos exigidos no ato da inscrição como imprescindível para todos os alunos, em todos os cursos, em todas as idades, no qual deveriam constar as verdadeiras condições do aluno, conforme o modelo a seguir:

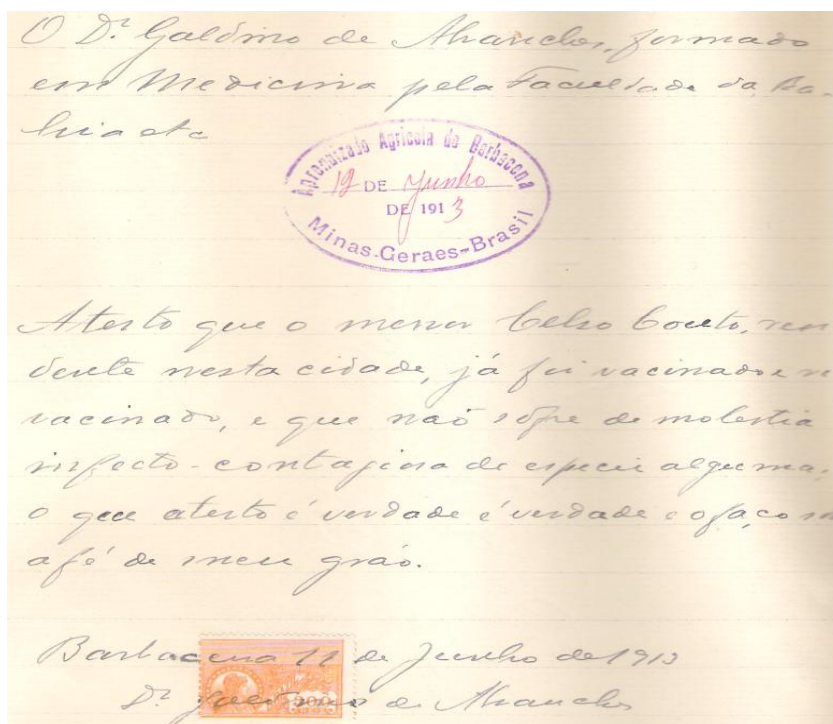


Figura 71 - Atestado Médico - Processo Admissinal do Aluno.
 Fonte: Acervo do Arquivo do AA de Barbacena.¹⁷⁷

O Atestado Médico datado de 12-06-13, emitido pelo médico formado em Medicina pela Faculdade da Bahia, Dr. Galdino de Abranches, traz em seus dizeres “Atesto que o menor Celso Couto, residente nesta cidade, já foi vacinado e revacinado, e que não sofre de molestia infecto-contagiosa de espécie alguma, o que atesto é verdade e o faço na fé de meu grão.” O documento expedido pelo médico local, encontra-se de acordo com o exigido e descrito pela Lei “[...] ter boa conducta e constituição physica que o torne apto para o serviço do campo, ser vaccinado, revaccinado e não soffrer de molestias contagiosas ou infecto-contagiosas”. (BRASIL. Decreto, 1911).

Ao se exigir um atestado médico do aluno, fica subentendido que a Instituição já havia pensado em instalar o regime de internato em suas dependências. O aglomerado de pessoas em um mesmo espaço condiciona a disseminação de doenças, o que, não raras vezes, acontece de tempos em tempos com as doenças sazonais. Muitos alunos confinados num mesmo espaço é situação propícia à disseminação de doenças infectocontagiosas, como é o caso do que, geralmente, acontece nos alojamentos e dormitórios coletivos:

¹⁷⁷ Esses processos pertencem à da primeira turma de alunos matriculados na Instituição em 1913.



Figura 72 - Dormitório do Aprendizado Agrícola de Barbacena, 1938.

Fonte: Relatório das atividades do ano enviado pelo Diretor-Geral ao Ministro da Agricultura em 1938, quando o AA de Barbacena já havia recebido a denominação de Escola Agrícola de Barbacena.

Como se pode observar pela fotografia, o aglomerado de pessoas convivendo em um mesmo espaço físico, era o ambiente propício à proliferação de qualquer tipo de doença que ali se iniciasse ou que o aluno trouxesse de casa. Não havia sequer divisórias que pudessem separar parte dos leitos. Pelo contrário, todos os alunos se encontravam dentro de um mesmo vão, ou seja, a fronteira que o indivíduo deveria estabelecer entre si e o ambiente onde se encontra inserido era, praticamente, nula (GOFFMAN, 1974, p. 31). É relevante pensar, também, na precariedade higiênica de alguns dos alunos. De uma forma ou de outra, a disponibilidade do grande número de janelas possibilitava a circulação do ar e entrada do sol durante o dia.

Se o aluno já trazer consigo determinado mal, a predisposição para que a doença se espalhe entre aqueles com quem o convívio é de 24h se torna iminente. José Gondra¹⁷⁸ afirma que havia, entre o final dos oitocentos e início dos novecentos, a ideia de que para se ter um “bom ambiente”, um ambiente civilizado, este deveria ser higienizado e que não haveria higiene num ambiente onde proliferassem doenças (GONDRA, 2004). Dessa forma, além de se possuir uma vida regrada e saudável, eram necessários os cuidados com a higiene do estabelecimento e com o corpo para dificultar o aparecimento e transmissão de doenças infectocontagiosas.

Um fato que teve repercussão foi em 1919, dois anos após o estabelecimento do regime

¹⁷⁸ Estudos mais aprofundados sobre o tema poderão ser localizados em *Artes de Civilizar - Medicina Higiene e Educação Escolar na Corte Imperial*, de José Gonçalves Gondra, Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

de internato no AA de Barbacena. Nessa época, a Instituição foi acometida por um grave surto de doenças relacionadas ao aparelho respiratório, surtos gripais e de resfriados que, por não terem sido cuidados a contento, foram se agravando até atingirem o quadro grave de pneumonia. O fato chegou ao Ministério ao qual a Instituição era subordinada:

A parte disciplinar do estabelecimento correu sem o mínimo incidente. O estado sanitario foi bom, registrando-se apenas com relativa gravidade tres casos de pneumonia de caracter benigno.

Fonte: BRASIL. RMAIC, 1920, p. 184

Outro acontecimento se deu em 1929, quando houve um surto de varíola que, por ser doença infecciosa, contagiosa e epidêmica, logo se alastrou pelos alunos da instituição. A princípio, de forma isolada, quando um e outro aluno surgiu com febre alta. A doença começou sendo tratada como gripe, pelos sintomas parecidos. Só quando se observaram as erupções de pústulas nas peles dos alunos, é que foi detectado tratar-se de varíola. O Diretor se antecipou à crise e providenciou aplicar a vacinação antivariólica nos 150 alunos internos, através do médico da Instituição, Dr. Tyndaro G. Freire d'Aguiar:

A assistência medica aos alumnos, em 1929, continuou aos cuidados do dr. Tyndaro G. Freire d'Aguiar. Todos os alumnos, em numero de 150, foram submettidos á vacinação « Jenneriana » contra a variola, e ao tratamento racional da verminose. O estado geral de saude no estabelecimento foi, em geral, bom.

Fonte: BRASIL. RMAIC, 1929, p. 41.

Não há dúvidas de que todos os surtos precisam ser evitados por medidas de profilaxia, tanto para preservar a saúde dos alunos, que os pais confiaram à Escola, quanto por interferirem fortemente na programação do calendário escolar, prejudicando o ano letivo e, em muitos casos, adiando ou suspendendo os exames.

Contudo, com a adoção do Regime de Internato, a Instituição passou a oferecer aos jovens da região, principalmente, àqueles do meio rural, maior oportunidade de estudo. Através do oferecimento de hospedagem e alimentação na própria Escola e adotando o regime de internato, a frequência se manteve estável, baixando drasticamente o índice de evasão. Nesse caso, o que ocorria eram alguns desligamentos, porque havia alunos que não se adaptavam ao regime de internato.

Embora a realidade dos internatos favorecesse a convivência cooperativa, a preservação dos valores fundamentais da família, dos costumes, dos hábitos, cultura e tradições, não pode ser negligenciado seu peculiar caráter civilizatório. Haja vista que o aluno interno teria que ter espírito de disciplina e saber conviver em grupo.

A adaptação do aluno a uma realidade que, até então, não havia feito parte de sua vida, permitia-lhe uma espécie de “desaculturação” (GOFFMAN, 1974, p. 23). O adolescente se despia de uma roupagem trazida de sua socialização primária, impregnada da cultura familiar de “berço”, para viver de acordo com certos padrões sociais ditados por um mundo externo, até então, por ele desconhecido. A seguir, a imagem com o contingente de alunos do AA de Barbacena, posando para a fotografia, vestindo o uniforme próprio para as aulas práticas:



Figura 73 - Alunos do AA de Barbacena com Uniforme de Serviço, s/d.
Fonte: Acervo de fotosantigasbarbacena.blogspot.com.br. Acesso: outubro, 2012.

Por outro lado, era comum que, nos internatos, o aluno passasse a ser reconhecido, não por seu nome, mas por seu número de matrícula. A partir de então, a representação do aluno, enquanto agente participativo daquele processo em que ele se encontrava inserido, era marcada por determinado número, seu número o legitimava naquele espaço. O aluno era um número a mais entre tantos; era o que o diferenciava dos demais; era sua marca registrada. Dessa forma, nas listas de chamada, carteira escolar, leito que ocupava, uniforme que vestia, tudo registrava sua marca de pertencimento dentro da cultura de um internato. Deixava de existir a criança de outrora, para ressurgir um jovem ciente do espaço que ocupava.

Além de serem tratados por números por seus superiores “autoridade escalonada” (GOFFMAN, 1974) pela “vigilância hierárquica” (FOUCAULT, 2003), representados pelos agentes detentores, hierarquicamente, do poder dentro de um internato: Diretor, professores, chefes dos setores de produção, inspetores e monitores, teriam que se adaptar aos apelidos recebidos dos próprios colegas de internato.

Dos apelidos, havia os mais diversos: chulos, cômicos, pejorativos, dúbios, ou seja, buscava-se no íntimo das pessoas aquilo que mais sobressaía em sua personalidade ou, no sentido inverso, aquilo com que ela mais se preocupava em ocultar. José Lins do Rego apresenta uma passagem em sua obra, quando o personagem Doidinho, de comportamento impaciente, desastrado, instável, abrutalhado, “destemperado”, recebeu esse apelido dos amigos e diz “a verdade é que eu não repelia o apelido. Todos tinham o seu.” (REGO, 1995, p. 10).

Ao mesmo tempo, saber administrar as adversidades era considerado um desafio, assim como disciplinar-se perante as regras impostas, o que denota uma formação do caráter e da personalidade. Quanto à cultura, criação e educação trazidos de casa, a direção buscava resguardar-se, precavendo-se de possíveis animosidades impostas pelo convívio permanente entre os diferentes, como é o caso de um internato. Neste sentido, havia o terceiro documento exigido pela Instituição, no ato em que o pai ou responsável inscrevia o jovem para frequentar a Escola, como no modelo:

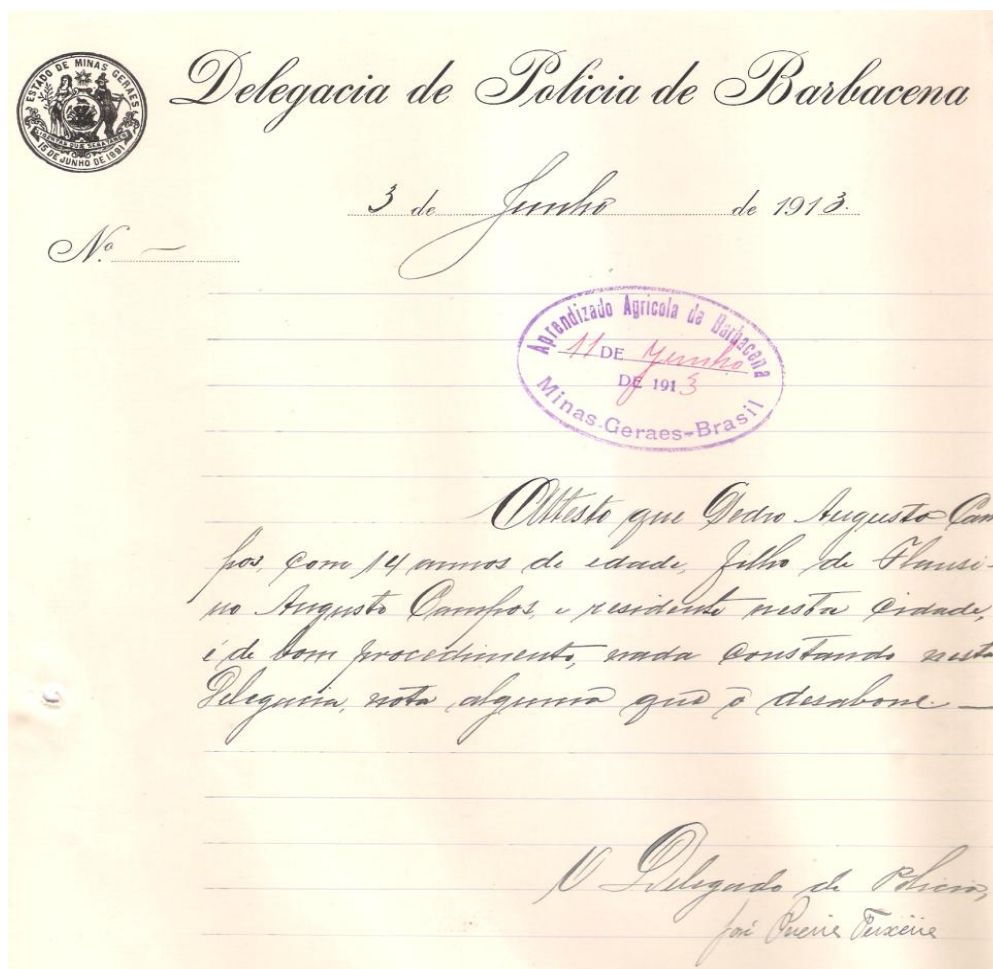


Figura 74 - Atestado de Bons Antecedentes - Processo Admissional do Aluno
Fonte: Acervo do Arquivo do AA de Barbacena. Esses processos pertencem à primeira turma de alunos matriculados na Instituição em 1913.

No documento emitido pelo Delegado de Polícia, Dr. José Pereira Teixeira, que traz em seu interior “Attesto que Pedro Augusto Campos com 14 annos de idade, filho de Flausino Augusto Campos e residente nesta cidade, é de bom procedimento, nada constando nesta Delegacia, nota alguma que o desabone” comprova que, se o indivíduo possuísse antecedentes criminais, se houvesse alguma restrição quanto a seu comportamento disciplinar ou algo que desabonasse sua conduta, não seria aceito. Percebe-se que o aluno vai, pouco a pouco, passando por alguns critérios de seleção que o tornam apto a frequentar o AA de Barbacena, como diferenciais que dão a ideia de pertencimento a um seletivo grupo de pessoas.

Por outro lado, a marca do disciplinamento corporal, assim como o total controle do tempo e dos espaços dos jovens, fizeram com que muitos deles não conseguissem levar adiante os estudos, abandonando-os ou sendo desligados da Instituição. Apesar disso, a implantação do regime de internato possibilitou oferecer a todos as mesmas oportunidades educacionais, a saber: o mesmo tempo disponível para estudos e aulas práticas para todos, socialização pela

convivência nos alojamentos, ambientes de práticas e de recreios e esportes, autocontrole disciplinar, dentre outros. Desse modo, igualmente a todos se ensinava aproveitar do mesmo processo de ensino-aprendizagem. Em síntese: igualdade de oportunidades para todos, embora, obviamente, os resultados fossem desiguais, em função do interesse e capacidade de cada um.

A obediência ao código disciplinar e aos horários para acordar, para dormir, para frequentar cada espaço do estabelecimento, em função do cronograma de atividades, tornaria a vida do jovem um martírio, caso ele não conseguisse se acostumar a uma rotina ordeira ou não tivesse força e boa vontade para, pouco a pouco, ir vencendo as dificuldades e se adaptando ao meio. Outra realidade, que fazia com que os alunos desistissem do curso, eram os trabalhos realizados no campo, já que, muitas vezes, a atividade se tornava, predominantemente, braçal e exaustiva.

Dessa forma, esperava-se que os alunos que buscassem esses estabelecimentos, além de serem filhos de agricultores e vivessem muito próximos a essa realidade, também soubessem obedecer às ordens e que tivessem condições físicas para o desenvolvimento das atividades.

O direcionamento dessa “estrutura civilizatória” e do “poder disciplinar” (FOUCAULT, 2003) se fez presente pelo controle do tempo e do espaço dos alunos internos. A todo momento lhes era cobrado rigor disciplinar, quer seja nos aposentos do internato, na lida do campo, nos trabalhos das oficinas, nas salas de aula ou no cumprimento dos horários e dos deveres.

Torna-se necessário, então, analisar a natureza do ensino agrícola para melhor entender o caráter reformatório dos internatos nas instituições que o adotaram, assim como os padrões civilizatórios dessas instituições que se estabeleceram no Brasil. Esses padrões não mais eram os do tempo da escravidão, nem do Império, mas os da República de cidadãos livres. Entretanto, ao estudar a realidade dos internatos, muitas vezes o pesquisador se depara com fatos que contradizem o que se está buscando, fazendo com que ele desvie a linha de investigação, dando-lhe oportunidade de buscar outros níveis de questionamentos e de situações emblemáticas ainda não perscrutáveis. (THOMPSON, 1992).

Por se tratar de internos, em sua maioria, jovens ensaiando a entrada na adolescência, em plena eclosão de sua vitalidade, possibilita compreender a necessidade da rigidez das normas de convivência. Em tenra idade, tiveram que aprender que as normas existem e, quem a elas não se submetia, era desligado.

De toda forma, ainda que os alunos sentissem dificuldade em se adaptar a essa nova realidade, as estatísticas mostram que a demanda foi crescendo gradativamente, após o estabelecimento do internato como regime de ensino:

Tabela 22 - Total de Alunos Matriculados entre 1919 e 1931.

MATRÍCULAS EFETIVADAS			
1919 a 1931			
Ano	Internato	Externato	Nº de Alunos
1919	100	22	122
1920	100	43	143
1922	100	08	108
1923	150	48	198
1924	150	10	160
1925	150	13	163
1926	150	12	162
1927	150	26	176
1928	150	19	169
1929	150	19	169
1930	150	22	172
1931	150	-	150

Fontes: BRASIL. RMAIC, 1929 e Arquivo Acervo Institucional

O internato criado, inicialmente, para 50 alunos como experiência, comportou 63 alunos e, devido à procura, foi aumentado anualmente para 100, depois 150, e atingiu, a partir de 1932, 200 alunos. Número considerado o máximo que o estabelecimento poderia suportar. O MAIC traz em seu relatório uma passagem sobre o AA de Barbacena:

aguardavam vaga para matricularem-se na instituição em regime de internato 99 alunos, dos quais 20 eram filhos de agricultores ou profissionaes da industria agricola, 27 orphãos e 52 de diferentes condições não mencionadas. (BRASIL. RMAIC, 1929, p. 37).

O quadro se apresentava promissor em relação ao aumento da demanda, após o estabelecimento do regime de internato. Muitos alunos se matriculavam no regime de externato, enquanto aguardam vagas para o internato, e os alunos internos, por sua vez, começam a valorizar o que lhes era oferecido. Esforçando-se para manter suas vagas, curvavam-se às exigências tanto das atividades laborais quanto às disciplinares.

Quanto à fiscalização e à cobrança ao cumprimento das exigências que a Lei previa em “Deveres do Pessoal de Ensino Administrativo”, cabia ao Diretor:

Do director:

1º. distribuir e fiscalizar todos os serviços inherentes ao Aprendizado, de accôrdo com o presente regulamento e o regulamento interno, que deverá observar e fazer cumprir;

3º, inspeccionar as aulas, gabinetes, oficinas e mais dependencias e installações do Aprendizado, velando pela boa ordem e disciplina.

Fonte: BRASIL. Decreto, 1911, Cap. XI.

Os dirigentes centralizavam o poder, executando uma constante inspeção sobre os setores, professores e alunos, ao vigiarem as desordens. Desse modo, o poder é exercido sem divisão, obedecendo a uma figura hierárquica contínua, constituindo um modelo compacto de dispositivo disciplinar. Por outro lado, a Lei respaldava seus excessos, de acordo com o que regia o Art. 68 do Decreto de 1911: “O director é o superior hierarchico de todos os funcionarios do Aprendizado”.

A Lei permitia-lhe:

26, assistir, sempre que fôr possível, ás aulas e aos exercicios do Aprendizado;

27, suspender os empregados, em consequencia de falta de disciplina, até 15 dias;

28, admitir e dispensar os serventes, feitor e o pessoal operario e subalterno;

Fonte: BRASIL. Decreto, 1911, Cap. XI.

Os itens da Lei que outorga plenos poderes ao dirigente da Instituição permitem inferir que o poder da lei é a legitimação do domínio de um grupo social. Ao ser respaldado, legalmente, o dirigente se vê em liberdade de agir conforme julgamento próprio. A liberdade de ação permitia-lhe assistir às aulas dos colegas que julgasse necessárias; suspender funcionários; admitir e demitir empregados subalternos. Pelos atos de sua incumbência, é uma presença que poderia vir a ser ameaçadora junto aos companheiros de lida. A centralização do poder nas mãos do Diretor é, segundo Thompson, uma espécie de “fenômeno do poder e da hipocrisia da classe dominante. Seu objetivo deveria ser o de simplesmente subvertê-la.” (THOMPSON, 1987, p. 349).

Ainda que o Diretor detivesse em suas mãos o poder por tudo o que dizia respeito à Instituição, por outro lado, sabe-se que o internato, pela sua própria natureza, gera problemas disciplinares graves. Pela gravidade do problema, exigiria pessoas especializadas, com formação adequada e específica, dependendo da dimensão do fato, quer seja na área pedagógica, da saúde ou psicológica. Mas, na realidade, os alunos eram cuidados por guardas, que, não raro, praticavam violências “inúteis”. O Diretor, de seu lado, torna-se uma espécie de vigilante em tempo integral: dia e noite.

Para aqueles, a quem eram reservados os cuidados e zelos para com os alunos, a Lei também direcionava suas funções:

Art. 75. Aos conservadores e inspectores de alumnos incumbe:

5º, velar pela ordem, decoro e socego que devem reinar no Aprendizado e particularmente nas proximidades das aulas ou exercicios, dando immediatamente sciencia ao director de qualquer

ocorrência que tenha perturbado o serviço, com declaração dos nomes dos autores da indisciplina havida;

8º, cumprir com exatidão as determinações dos professores em tudo que disser respeito ao asseio, á policia, á ordem, disciplina e decoro das aulas;

9º, velar pela boa ordem e asseio dos gabinetes, laboratorios, herbarios e mais dependencias confiadas á sua guarda e vigilancia;

Fonte: BRASIL. Decreto, 1911, Cap. XI.

Além da constante vigilância, ordem, disciplina, delação dos que não cumprissem o estabelecido, cabia a esse profissional, zelar pela higiene, asseio e trajes dos alunos. Era ele também o responsável pelo zelo dos bons costumes, cuidando que qualquer vício ou prática, que desabonasse a conduta do aluno, não ocorresse no ambiente da Instituição, conforme previsto no 6º item, do mesmo Decreto.

Quanto ao índice de aproveitamento de estudos dos alunos, ao longo dos anos, mesmo com o internato, não se alterou muito. O período de 1913 a 1931 foi, nesse aspecto, de grandes dificuldades. Prova disso é que, em 1931, o AA de Barbacena tinha 60 alunos matriculados no Curso Preparatório, 72, nos três anos do Curso de Adaptação¹⁷⁹ e apenas 18, no Curso Regular ou Profissional. Portanto, o Curso Regular teria um contingente de alunos que correspondia a 12% do total de discentes da Instituição. Dessa forma, infere-se que a clientela que buscava o AA de Barbacena não havia adquirido os conhecimentos básicos para frequentar o curso profissional, assim como denota certa exigência da Instituição para o exame de admissão. Assim os dados apresentam:

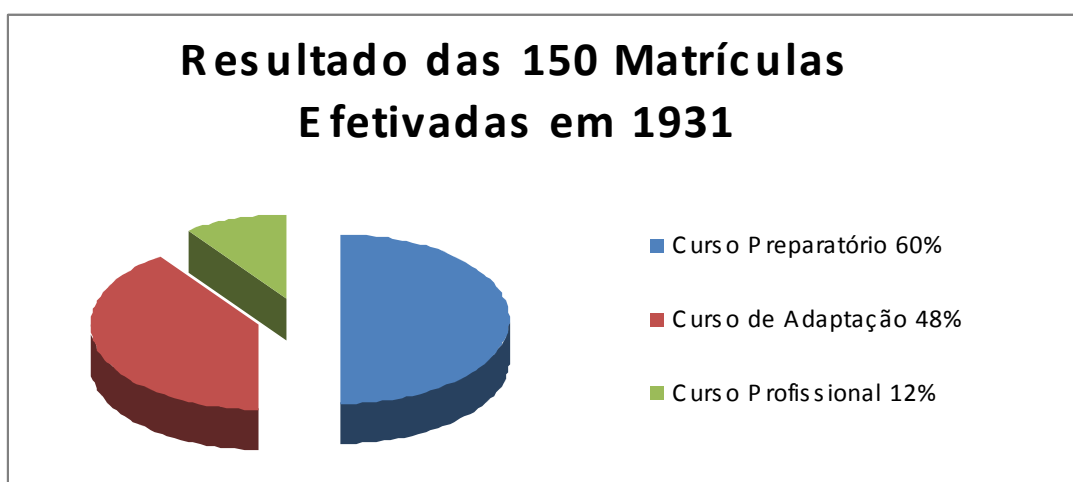


Gráfico 8 - Resultado das 150 Matrículas Efetivadas em 1931.
Fontes: BRASIL. RMAIC, 1931 e Acervo Institucional

¹⁷⁹ O Curso de Adaptação foi criado para substituir o Curso de Preparação. Dessa forma, teria as mesmas prerrogativas, ou seja, iria adaptando o aluno tanto nas aulas teóricas quanto nas aulas práticas para serem submetidos ao exame de admissão, com possibilidade de, se forem aprovados, frequentarem o Curso Regular. O Curso Preparatório ainda existia para aqueles alunos que já havia iniciado seus estudos seguindo essa nomenclatura.

Os dados acima indicam baixo índice de matrícula no Curso Regular, embora tivesse havido uma grande demanda de alunos à procura dos cursos do AA de Barbacena, após a instalação do regime de internato.

Em função da baixa escolarização da clientela ou do número de reprovações e desistências no Curso Preparatório ou ainda pela rigorosa triagem no exame de admissão, o Curso Regular, locomotiva que impulsionava o AA de Barbacena, não lograra número desejado de matrículas. Dessa feita, poucos alunos frequentavam os laboratórios e as salas ambientes de experimentos mais adiantados, bem como um reduzidíssimo número deles desempenhava as funções inerentes aos grupos de melhor e mais adiantada formação.

Embora houvesse o esvaziamento dos setores de produção de maior qualificação técnica, pelo escasso número de alunos do Curso Regular, o AA de Barbacena organizava os horários para que todos os alunos frequentassem, também, os setores de produção. Assim todos se ocupavam das atividades produtivas, quer sejam elas nas oficinas, nas práticas agrícolas, nas indústrias rurais, nos setores de beneficiamento, etc, independentemente, de sua formação e de frequentarem ou não o Curso Regular ou Profissionalizante. Os alunos que se encontravam no Curso Primário participavam, então, de mais trabalhos práticos do que os do Curso Regular, por serem um contingente maior. Por essa razão, em 1915, a quantidade de trabalhos práticos executados pelos alunos do Curso Preparatório foi muito maior do que os realizados pelos alunos do Curso Regular.

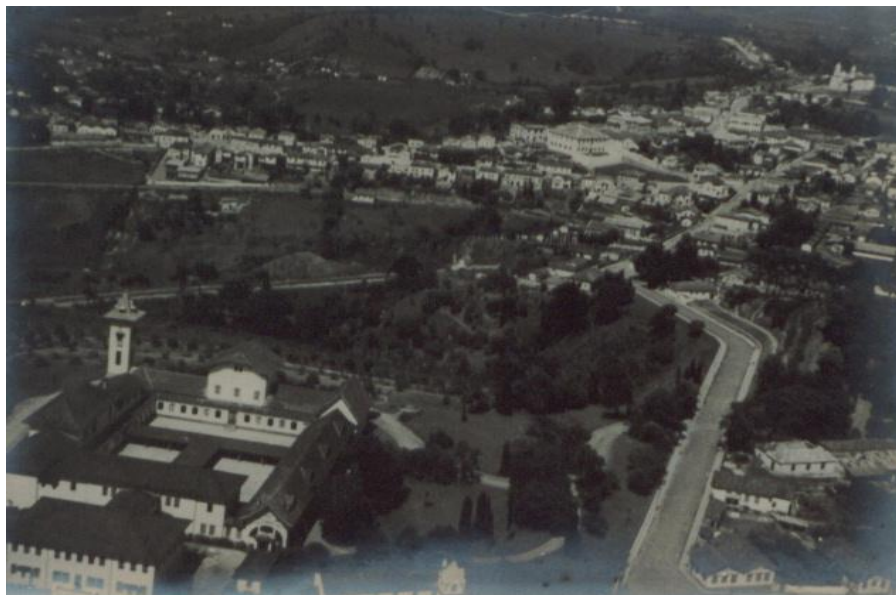
Portanto, privilegiar o marco entre os anos de 1913 e 1931, nos quadros aqui em foco, foi necessário para que se compreendesse o que se estabeleceu durante essas duas décadas de funcionamento do AA de Barbacena, em particular, o regime de internato. Em 1933, o AA de Barbacena foi transformado em Escola Agrícola com novas configurações de ensino, portanto novo Regulamento. A partir de 1934, os Patronatos Agrícolas se transformaram em Aprendizados Agrícolas, como já visto. Desse modo, houve grande mudança estrutural nos Aprendizados Agrícolas que passaram, depois do de Barbacena, a Escolas Agrícolas, descaracterizando, assim, tanto os objetivos de criação dos Patronatos Agrícolas, quanto dos Aprendizados Agrícolas.

Ao observar a arquitetura da Instituição, os indícios apontam a relação de poder dos dirigentes ao organizarem, de forma hierárquica, a disposição de seus domínios ao centro de seus canais de poder, tendo o “panoptismo” (FOUCAULT, 2002)¹⁸⁰ como princípio geral de

¹⁸⁰ A história da obra *Vigiar e Punir*, de Michel Foucault, poderá ser localizada em *O ilimitado da história: um diálogo com Michel Foucault*, de autoria do pesquisador José Gondra, na obra *Diálogos em Foucault*, organizada por Antônio Osório, 2010.

uma nova “anatomia política”, cujo objeto e fim não são a relação de soberania, mas as relações de disciplina. A rigidez do regulamento do internato pesava sobre os alunos com toda a força do poder.

O AA Agrícola de Barbacena, com vista parcial de seu interior pela parte de trás:



vista parcial

Figura 75 - Alojamento, Salas de Aula e Oficinas em seu entorno, s/d
Fonte: Acervo fotográfico de fotosantigasbarbacena.blogspot.com.br. Acesso: outubro, 2012.

A postura dos dirigentes e a disposição arquitetônica do prédio-sede da Instituição pesquisada remete-se à figura do *panóptico de Bentham*, pelo estado consciente e permanente de visibilidade, assegurando o funcionamento automático do poder, e fazer com que a vigilância se mantivesse permanente em seus efeitos. (CIMINO, 2010).

5.3 Remuneração dos alunos

Ao longo do estudo, identificou-se na legislação do Regimento Interno de 1911, todas as atividades realizadas deveriam ter retorno remuneratório, devendo o lucro ser distribuído entre aqueles que delas tivessem participado, incluindo o corpo discente. As produções eram frutos das oficinas de marcenaria, ferraria, serralheria, produtos agrícolas, setores de beneficiamento, dentre outros. Os valores da remuneração eram passíveis de diárias, devendo ser observadas a capacidade de trabalho e a aptidão de cada um dos alunos, ficando esta análise

a critério do Diretor. O percentual, a que cada um dos participantes tinha direito, de acordo com a legislação previa:

- a) 5% ao diretor;
- b) 3% ao chefe de culturas;
- c) 3% ao secretário e professor de contabilidade agrícola;
- d) 2% ao jardineiro e horticultor;
- e) 1% ao encarregado dos animais e ao prático de indústrias agrícolas;
- f) 20% para serem distribuídos anualmente entre os alunos, na ordem do respectivo mérito e de acordo com a proposta do diretor aprovada pelo ministério;
- g) a quantia restante será recolhida ao Tesouro Federal e destinar-se-á a melhoramentos no Aprendizado.

Fonte: BRASIL. Decreto, 1911.

Logo, a União ficava com a maior parcela, aproximadamente 66%, sob a alegação de que estes recursos voltariam à Instituição sob a forma de investimentos, o que significava centralização das ações, tornando o AA de Barbacena dependente das iniciativas do governo central por cumprir o lema “autossustentar-se”. Por outro lado, a autossuficiência do Estabelecimento, diminuiria o aporte de recursos federais destinados à manutenção de suas atividades.

A diferenciação de percentual dos valores recebidos pelos vários membros que compunham o quadro de pessoal da Escola refletia a posição hierárquica e grau de importância do servidor dentro da organização do Aprendizado. Assim, cabia ao Diretor o maior percentual em termos de participação nos lucros. Contudo, servidores como o mestre de ginástica e exercícios militares, o porteiro-contínuo, o ecônomo, os mestres de oficinas, operários e inspetor de alunos não constavam como tendo direito à participação nos rendimentos da Instituição. Isto demonstra a pouca relevância dada às atividades que não estavam ligadas, diretamente, às práticas agrícolas, desconsiderando o papel destas para o bom funcionamento do Estabelecimento no que tange à sua produtividade.

A participação nos lucros obtidos com a venda do excedente produzido pela Instituição fazia com que tanto os alunos quanto os servidores fossem estimulados a obter um incremento salarial através do desenvolvimento do seu próprio trabalho e da cobrança de resultados com relação aos outros estudantes. Tal estratégia revela como um mecanismo importante para assegurar a rentabilidade máxima da terra e dos que nela trabalhavam.

No Regulamento Interno constavam, ainda, os valores a serem atribuídos às atividades desenvolvidas pelos alunos, tendo em vista o desempenho de cada um nas atividades práticas. Para o aluno do primeiro ano que tivesse um desempenho considerado regular, seria depositada uma quantia inferior em relação ao aluno de mesmo grau que tivesse apresentado desempenho mais eficiente, assim sucessivamente, conforme o quadro especifica:

Tabela 23 - Valor da Remuneração dos Alunos do Curso Profissional

REMUNERAÇÃO DOS ALUNOS CURSO REGULAR	
Alunos	Valor
1ª Série (Regular)	\$400
1ª Série (Notável)	\$600
2ª Série (Regular)	\$600
2ª Série (Notável)	\$800

Fonte: BRASIL. DECRETO, 1911.

Além da distribuição, conforme valores acima, o Diretor destinava uma quantia, de forma diferenciada, a todos os demais alunos, mesmo aqueles que estudavam no Curso Preparatório, considerando que todos estavam comprometidos nas atividades práticas do Aprendizado. Essas mesmas iniciativas já haviam sido experimentadas na Bélgica e Ledent fala sobre elas,

Sabe-se bem que as famílias de trabalhadores, que gozam de recursos limitados, não estão em posição de poderem deixar seus filhos na escola durante muitos anos. Têm sempre pressa de vê-los ganharem a vida por si mesmos e trazerem algum dinheiro para casa, no intuito de facilitar a existência commum. (LEDENT, 1910, p. 24).

Embora as bonificações não fossem suficientes para que os alunos sustentassem seus pais, os alunos conseguiam sobreviver por si mesmos, não necessitando que seus pais dispusessem de valores para mantê-los fora de casa. Ressalta-se, com isso, que atrás da dedicação aos serviços práticos, havia, também, um caráter instrucional. Essa é uma iniciativa que eleva a formação profissional do aluno, quer facilitando o aprendizado dos ofícios, quer complementando sua instrução geral, quer aprendendo a se organizar dentro de um caráter prático, técnico e não limitado. Esse esquema funcionaria como uma espécie de “viveiro” em que conduziria o aluno a um ideal de profissional almejado pela Instituição.

O valor da produção das atividades comercializadas, desenvolvidas no AA de Barbacena, incluía as sementes distribuídas aos agricultores locais e os materiais das oficinas profissionalizantes. Parte era destinada em favor do internato, outra para atender a demandas externas. Incluía também os produtos das indústrias agrícolas, não importando se eram para abastecimento interno ou para fins comerciais. O mesmo era realizado com o que fosse obtido dos diferentes setores que tivesse retorno financeiro. Ou seja, fazia-se um levantamento geral de tudo o que havia sido produzido dentro daquele mês. Entretanto, a renda, propriamente, resultava da comercialização do excedente da produção, transformando-se em dinheiro. Em outras palavras, aquilo que não era utilizado na alimentação e nas indústrias agrícolas, era comercializado em feiras ou vendido aos agricultores locais. Dessas, as principais fontes de

comercialização eram os produtos agrícolas, sobretudo os produtos de fruticultura e horticultura, de vinhedos e produtos das indústrias rurais, que beneficiavam alguns produtos agrícolas, como, por exemplo, conservas.

Compunham, também, a renda do AA de Barbacena, os trabalhos desenvolvidos pelas oficinas, principalmente, consertos de máquinas e confecção de equipamentos agrícolas. Essas atividades praticadas nas oficinas profissionais de serralha, carpintaria, marcenaria e ferraria ganhavam espaço dentro do estabelecimento por trazerem renda auxiliar. Nesse quesito, o AA de Barbacena arrecadou, com a comercialização de produtos das oficinas de couro, ferro e madeira, a quantia de 562\$795 (quinhentos e sessenta e dois mil, setecentos e noventa e cinco réis), no ano de 1924.

Torna-se interessante observar a defasagem no rendimento da produção no AA de Barbacena nos anos de 1930 e 1931. Em estudo paralelo, pôde-se constatar que, após a Revolução de 1930, algumas alterações aconteceram dentro dos órgãos a que os Aprendizados eram subordinados, dentre as quais, a mudança de diretoria do órgão gestor dos Aprendizados Agrícolas, o MAIC. Esse foi o período do processo de transição em que se planejava a troca de ministérios responsáveis pelos Aprendizados. O Ministério da Agricultura viria substituir o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Tal alteração ocasionaria uma reformulação em suas diretorias e estabelecimentos subordinados. Com isso, o aporte orçamentário desse ministério foi afetado, refletindo na capacidade de investimento não só no AA de Barbacena, mas também em seus congêneres.

Assim, foi feito um levantamento das rendas obtidas com a comercialização dos produtos excedentes no AA de Barbacena, para que se tenha uma percepção do que se dividiria com aqueles que fizessem parte do processo de produção:

Tabela 24 - Valor de Produtos Comercializados pela Instituição (Continua)

COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS 1913 a 1931		
Ano	Resultado	Valor (\$)
1913	Produção	-----
	Renda	-----
1914	Produção	-----
	Renda	4:658\$650
1915	Produção	-----
	Renda	-----
1916	Produção	-----
	Renda	6:114\$650

Tabela 24 - Valor de Produtos Comercializados pela Instituição (conclusão)

1917	Produção	8:663\$111
	Renda	4:629\$546
1918	Produção	-----
	Renda	-----
1919	Produção	12:921\$286
	Renda	8:003\$650
1920	Produção	24:780\$801
	Renda	-----
1921	Produção	-----
	Renda	-----
1922	Produção	42:276\$740
	Renda	-----
1923	Produção	36:602\$268
	Renda	-----
1924	Produção	48:975\$000
	Renda	13:747\$986
1925	Produção	61:077\$768
	Renda	17:409\$278
1926	Produção	54:356\$699
	Renda	9:518\$750
1927	Produção	44:338\$318
	Renda	20:194\$990
1928	Produção	86:700\$233
	Renda	27:023\$580
1929	Produção	96:422\$702
	Renda	28:715\$445
1930	Produção	80:648\$000
	Renda	25:652\$600
1931	Produção	74:371\$600
	Renda	24:866\$000

Fonte: BRASIL. RMAIC, 1914 a 1931.

Desse modo, o AA de Barbacena ter alcançado seu ápice na produção e renda obtida com a comercialização de seus produtos no ano de 1929, exatamente o ano em que eclodiu a grande crise econômica que abalou o mundo. Naquele ano, alcançou-se a cifra de 96:422\$702 (noventa e seis contos, quatrocentos e vinte e dois mil e setecentos e dois réis) para produção e 28:715\$445 (vinte e oito contos, setecentos e quinze mil e quatrocentos e quarenta e cinco réis) de renda líquida. As cifras que, ao longo do tempo, foram obtidas com os rendimentos de seus produtos, fizeram com que o AA de Barbacena se afirmasse e se destacasse dentre os demais, sendo considerado como a “menina dos olhos” do MAIC, servindo de referência para os demais estabelecimentos.

Em 1916, em meio à I Guerra Mundial, cujos efeitos por aqui chegavam, o Governo Federal enfrentou grave crise orçamentária. Os relatórios ministeriais sobre as atividades dos

Aprendizados Agrícolas punham em destaque a produção. Afloram preocupações em registrar os passos da rotina dos Aprendizados, procurando identificar os valores recebidos e a renda obtida. Muitos não corresponderam às expectativas e foram fechados. Este procedimento acontecia ou para justificar a aplicação do investimento no estabelecimento e comprovar o aproveitamento do dinheiro público ou para mostrar que o Aprendizado tem competência para estabilizar e administrar seus recursos. De uma forma ou de outra, tornadas públicas suas ações administrativas através dos relatórios ministeriais, foi possível localizar, de forma documental, as cifras utilizadas tanto para a produção quanto pela renda obtida pelos produtos comercializados.

5.4 Egressos

O Diretor do AA de Barbacena pensava no futuro profissional de seus alunos. Em atitude voltada para reprodução da cultura institucional, aproveitava os alunos que mais se destacavam ao longo do curso e os contratava. Pela identificação com o estabelecimento e com o curso, tornavam-se servidores eficientes e exemplares. Aos olhos dos alunos, eram exemplos a serem seguidos. A contratação de egressos, como funcionários do Aprendizado, representava eloquente testemunho do que o ensino nele ministrado poderia fazer pelos alunos, servindo, de certa forma, como um instrumento de ascensão social. Outra razão, para a contratação de ex-alunos para o quadro de funcionários do próprio estabelecimento, é, eles, ao longo dos dois anos de atividades na ‘casa’, possuírem conhecimento dos métodos de produção, do manuseio do maquinário e das técnicas de plantio, colheita e beneficiamento dos produtos conforme lhes fora ensinado, além de terem tido comportamento segundo as regras, regulamentos e exigências da Instituição. Tudo isso fazia com que os ex-alunos estivessem à frente de qualquer outro indivíduo que concorresse à vaga.

Porém, do contingente de alunos que se matriculavam, poucos se formavam. Apenas, durante 03 anos, o número de concluintes do curso profissional alcançou dois dígitos:

Tabela 25 - Formandos do Curso Profissional de 1915 a 1920

CONCLUINTE DO CURSO PROFISSIONAL 1915 a 1920		
Ano	Nome	Total
1915	José Gonçalves Torres Jr.	03
	José Ramiro Joaquim do Couto	
	José Ferreira Lima	
1916	Arthur Claro	03
	Pedro Afonso de Abreu Chagas	
	José Nogueira da Silva Reis	
1917	Antonio José Fernandes	06
	Framínio Antunes Prates	
	José Henrique de Albuquerque	
	Argemiro Antônio Ferreira	
	Francisco Antunes Prates	
	Júlio Antunes Prates	
1918	Aloísio de Araújo Ribeiro	07
	Celso Mendes	
	José Augusto Rocha	
	Pedro Pereira de Oliveira	
	Astrogildo José da Conceição	
	Joaquim de Araújo Ribeiro	
	Ovídio de Rezende Alvim	
1919	Antônio Batista da Silva	05
	Demóstenes Flôres	
	Jorge Gentil Pereira	
	Benedito Ferreira da Silva	
	José Dias da Costa	
1920	Antônio Estrela de Walterloo	06
	Gastão da Cruz Matos	
	João Venino Senra	
	Edimar de Queiroz Menezes	
	Loth Alves Fernandes	
	Sebastião Virgílio dos Reis	

Fonte: SRE - Arquivo da Instituição, 1915 a 1933.¹⁸¹

Embora, aqui só foram registrados os nomes dos formandos até o ano de 1920, as análises foram levantadas até o ano de 1933, período final desta pesquisa, podendo-se afirmar que o número de formandos foi: em 1922: 10; 1927: 11 e 1928: 15. Nos demais anos até 1933, o total só havia alcançado um dígito. Em 1932, não houve formandos, uma vez que o curso havia passado para 03 anos e, no último ano pesquisado, 1933, todos os alunos da 3ª série do Curso Profissional haviam sido reprovados.

Por essas e outras razões, fazia-se necessário que os cursos fossem oferecidos dentro de um curto prazo. O retorno financeiro tanto para o aluno quanto para a família se tornava

¹⁸¹ Fonte: SRE - Secretaria de Registros Escolares e Arquivo da Instituição, no período compreendido entre 1915 e 1933.

imprescindível. Além de que, por serem filhos de agricultores, a maioria dos pais vivia em situação precária que se agravava com a saída do filho, de suas propriedades, para instruir-se perdendo a ajuda na lida de suas lavouras. Esse, inclusive, foi um dos motivos da diminuição da frequência e dos desligamentos, o que acontecia, na maioria das vezes, nos períodos de plantio e principalmente da colheita. A evasão acontecia, porque os filhos voltavam para suas casas, nesse período, para ajudar nas propriedades de seus pais. Longo tempo distantes da Escola, poucos voltavam. Todas essas situações foram previstas por Ledent. Aponta ele as razões para que o Ensino Profissional fosse oferecido por curta duração:

[...] o motivo que impede prolongar de mais a educação dos rapazes cujo destino é ganharem a vida como trabalhadores manuaes. Na maioria dos casos, as familias de operarios são pobres. Desde os 14 ou 15 annos, os filhos acham-se na necessidade de procurar algum salario numa ou outra occupação. Trata-se, portanto, de dar-lhes, até essa idade, uma preparação já com um caracter profissional, que ha de se completar mais tarde na industria propriamente dita. (LEDENT, 1910, p. 33).

Além de tornar os profissionais aptos nas atividades manuais, o ensino a curto prazo, supriria as necessidades profissionais dos alunos e de suas famílias com o mais breve retorno financeiro. A Escola, pelo visto, colaborava para isso. Os alunos eram aproveitados não só no ambiente do Aprendizado, mas também eram indicados pelo Diretor para ocuparem outros postos profissionais em outros setores congêneres e afins. Por isso, a Instituição primava por métodos de ensino que se adaptassem às mais perfeitas condições das atividades técnica, econômica e administrativa moderna, por apresentar seus alunos como indivíduos inseridos nos mais atualizados programas ligados à agricultura do país. A seguir, um quadro, mostrando a vida profissional dos egressos, ao término do curso, no AA de Barbacena:

Tabela 26 - Profissões Ocupadas pelos Egressos do AA de Barbacena (continua)

EGRESSOS			
OCUPAÇÕES PROFISSIONAIS DOS FORMADOS - 1930 e 1931			
Nome do Ex-Aluno	Ocupação	Nome do Ex-Aluno	Ocupação
Ramiro J. do Conto	Mestre de Marcenaria do Aprendizado	Lafayette P. da Silva	Chefe de Turma do Aprendizado
José Gonçalves T. Júnior	Chefe de Turma do Aprendizado	Gastão da Cruz Mattos	Empregado no Comércio
Arthur Claro	Chefe de Turma do Aprendizado	Loth Alves Fernandes	Agricultor
José Ferreira Lima	Agricultor	João Venino Serra	Empregado na Lavoura

Tabela 26 - Profissões Ocupadas pelos Egressos do AA de Barbacena (conclusão)

Pedro Afonso A. Chagas	Agricultor	José Nogueira da S. Reis	Agricultor
Antonio Estrela de Waterloo	Empregado da Fazenda Gameleira	Eugênio Luiz Ferreti	Administrador de Fazenda
José H. de Albuquerque	Arador do MAIC	Alencar A. de A. Maia	Administrador Fazenda
Aderbal de S. Soares	Empregado no comércio	Antonio B. Guimarães	Chefe Fábrica de Doces
Julio Antunes Prates	Agricultor	Antônio José Fernandes	Carpinteiro
Francisco Antunes Prates	Agricultor	José G. de Albuquerque	Agricultor
João Raymundo de Andrade	Administrador de Fazenda	Oswaldo Ribeiro Nascimento	Empregado no Comércio
Ovídio Rezende Alvim	Agrônomo	Custódio C. de Azevedo	Arador do MAIC
Pedro Pereira de Oliveira	Comerciante	Nelson C. de Alvarenga	Agricultor
Celso Mendes	Comerciante	Gabriel Dias de Oliveira	Empregado na Lavoura
José Augusto Rocha	Arador do MAIC	Flaminio Antunes Prates	Agricultor
Astrogildo J. Conceição	Auxiliar Agrônomo	Raul Leite de Oliveira	Operário Ferreiro
Aloisio de A. Ribeiro	Auxiliar Agrônomo	Generino Gorini	Operário Ferreiro
Joaquim Araújo Ribeiro	Negociante	Henrique P. de Souza	Arador numa Fazenda
Demosthenes Flores	Negociante	Hemeterio L. Oliveira	Arador numa Fazenda
José Dias da Costa	Negociante	Orozimbo D. Oliveira	Arador numa Fazenda
Edmar de Q. Menezes	Arador do MAIC	José Coutinho de Souza	Arador do MAIC
Renato Pedrosa	Empregado Horto Florestal	Lauro de Castro Lopes	Chefe Turma Aprendizado
Antonio Baptista da Silva	Jardineiro Horticultor	Joaquim F. Mendes	Chefe Turma Aprendiz
Jorge Gentil Pereira	Agricultor	Sebastião V. dos Reis	Agricultor
Benedicto F. da Silva	Arador do MAIC		

Fonte: BRASIL. RMAIC e Arquivo Institucional.¹⁸²

Em suma, do total dos 49 egressos formados no AA de Barbacena, tiveram os seguintes destinos:

- 14 tornaram-se empregados da União;
- 11 tornaram-se fazendeiros;
- 15 trabalharam em setores e áreas afins;
- 08 trabalharam em setores avessos ao agrícola;
- 01 cursou o Ensino Superior.

De todo o exposto, percebe-se que a conclusão dos estudos tornava possível que parte dos alunos fossem recrutados e admitidos pelos vários órgãos ligados ao MAIC. Da mesma

¹⁸² Até o ano de 1931 formaram-se 123 alunos na Instituição, dos quais 49 foram identificados no mercado de trabalho, exercendo as atividades expostas no quadro.

forma, pôde-se constatar que grande parte dos egressos do Aprendizado Agrícola de Barbacena, adquiriu sua própria terra, tornando-se pequeno agricultor. Isso, de certa forma, relativiza algumas análises realizadas sobre os aprendizados ao se referirem a eles como ‘viveiros de mão de obra’, pois, ao adquirirem a sua própria terra, tornavam-se ‘donos’ da sua própria força de trabalho, deixando de ser empregados para serem empregadores. Ledent trouxe da Europa uma sugestão a ser aplicada pelo Governo nos aprendizados agrícolas do país:

Parece que será o dever do Governo facilitar, mediante premios ou bolsas, a frequência do estabelecimento a um certo numero de jovens que, depois de acabar o curso da escola agricola média, demonstráram uma aptidão particular a proseguirem nos estudos. Não haverá inconveniente – ao contrário – em estender essa medida a alguns alumnos merecedores que terminarem o curso da escola profissional média. (LEDENT, 1910, p. 87).

Assim como a Europa reconheceu que muitos dos alunos egressos de ensino agrícola médio seriam profissionais competentes e merecedores de prêmios e bolsas, também assim o fez o Governo brasileiro. Uma das razões, para que muitos dos ex-alunos acreditassem na possibilidade de ter seu próprio espaço para produção agrícola, partiu do próprio governo pelo incentivo através da distribuição de terras aos formandos que se destacassem e que desejassem iniciar uma produção autônoma. Essa distribuição de terras aos melhores alunos estava prevista no decreto que regia o AA de Barbacena no Artigo 59: “Serão também preferidos na aquisição de lotes nos centros agrícolas, e ao que mais se houver distinguido, por sua conducta e aproveitamento, poderá o Governo conceder um lote gratuitamente.” (BRASIL. Decreto, 1911).

O estímulo à aquisição de terras pelos egressos pode ser analisado como um reflexo dos ideais pragmáticos do ensino nesses estabelecimentos, ou seja, a busca do autogoverno, da autoiniciativa, da autossustentação. Acredita-se que era um dos objetivos do governo fazer com que o homem retornasse a seu meio, cuidasse da terra, preservasse sua lavoura. Desse modo, estaria colaborando com o futuro do país. A esse respeito, Fernando de Azevedo (1937, p. 36) afirma que “toca certamente aos governantes fixar essas populações no interior, já impedindo a corrente, que se estabeleceu, de êxodo para as cidades, onde vem engrossar a legião dos desocupados, já canalizando destas para o campo as correntes de imigração.”

Para Fernando de Azevedo, todo esse movimento de migração das comunidades rurais para os centros urbanos só cessaria após a conscientização das forças políticas em se criar estratégias dignas de oferecer melhores condições de vida ao homem do campo. Do contrário, ou os jovens migrariam para os grandes centros à procura de oportunidades de emprego,

umentando o contingente de pessoas desassistidas, social e economicamente, ou se manteriam nas roças, em igual situação precária. Assim, Azevedo complementa:

A maioria das populações rurais continuou a bocejar na miséria, na subserviência e no embrutecimento, em que as vem deixando vegetar, indolentes e opiladas, a falta de uma política larga de melhoramentos rurais. O quadro sombrio da vida desses grupos disseminados pelo interior e recolhidos em choças de pau-a-pique se arrastam à miséria física e social já tornou quase indiferentes e insensíveis as populações locais. (AZEVEDO, 1937, p. 35).

De toda forma, para que se mantivesse a população rural em seu próprio meio, era preciso a ação de estratégias nos setores econômico, social ou educacional, que a motivassem a continuar cuidando de suas terras. Assim, seria necessário um olhar diferenciado para a relação homem/solo, criando incentivos para sua permanência nesse espaço, que é o seu. Era preciso que se buscassem novas fontes de recursos para essas regiões, novas formas de subsistência e novas estratégias educacionais. De outra forma, abandonados à própria sorte, no limite da subsistência e de saturação de seus recursos, resta-lhes-ia o abandono do meio rural em que nasceram e em que viviam, marca de um tempo e de um modelo que se queria superar por meio da racionalização do uso da terra.

Em relação às atividades físicas, o AA de Barbacena se preocupou também com a saúde e o desenvolvimento físico dos alunos, determinando que tivessem também educação física, que incluía jogos compatíveis com suas idades, além de exercícios militares. Assim, as atividades dos alunos não eram tão-somente as atividades práticas no campo, mas também de educação física. O horário das atividades reflete preocupação com a saúde, condição para um trabalho ininterrupto e cada vez mais produtivo.

Por outro lado, verifica-se, ainda, uma preocupação com a saúde dos alunos, evitando-se que eles realizassem atividades práticas após as refeições e quando a temperatura estivesse muito elevada. Sendo assim, o regulamento determinava horários para as atividades, conforme quadro a seguir:

Tabela 27 - Horário Escolar Integral

Horário	Atividades
7h00 às 10h30	Trabalhos Práticos
10h30 às 12h00	Refeição e Descanso
12h00 às 14h00	Aulas Teóricas
14h00 às 14h30	Merenda
14h30 às 17h00	Trabalhos Práticos

Fonte: BRASIL. Decreto nº 8.736 de 1911.

Além das atividades desenvolvidas no ensino primário e no curso regular que

envolviam práticas de agricultura, zootecnia e indústrias rurais, os Aprendizados contavam com aulas de ginástica e exercícios militares.

Todo e qualquer evento que se realizasse no país, servia para a organização de exposições com objetos produzidos nos aprendizados agrícolas. Assim, aconteciam nas comemorações cívicas:



Figura 76 - Comemoração Cívica, s/d.

Fonte: Acervo da Instituição s/d.

Nessas comemorações, havia uma exposição ao público de todo o arsenal de que a escola dispunha, desde os uniformes diários, os de gala e os de atividades físicas, até a exposição de tratores, maquinários e objetos de laboratórios, como os microscópios, teodolitos, etc. Dessa forma, as ações das instituições pareciam sempre espetaculosas aos olhos dos expectadores. São princípios da teatralidade que buscam impressionar o homem comum para conquistar o respeito e a obediência pela sedução que capta os afetos para a encenação da sociabilidade.

Além das práticas de educação física, o AA de Barbacena começou, também, a desenvolver atividades de escotismo. O Escotismo¹⁸³ foi um movimento iniciado em 1907, proporcionando, desde o princípio, um direcionamento voltado para os jovens, servindo para passar-lhes valores éticos, baseados no espírito comunitário, no exercício da liberdade com responsabilidade e no aprimoramento da personalidade. O primeiro contato de brasileiros com o Escotismo ocorreu por parte de militares que se encontravam na Inglaterra em missões oficiais. O movimento, que estava sendo difundido dentro do Estado, chegou a Barbacena no

¹⁸³ O escotismo iniciou-se na Inglaterra pelo general inglês Robert Stephenson Smyth Baden-Powell. Sua natureza é estritamente patriótica, cívico-militar. Fornece um sistema de valores que prioriza a honra, a prática do trabalho em equipe e a vida ao ar livre. Todos esses fatores fazem com que o jovem assuma seu próprio crescimento, tornando-se um exemplo de fraternidade, lealdade, altruísmo, responsabilidade, respeito e disciplina. Fonte: wikipédia.org/ Escotismo.

ano de 1927, onde foi fundada a Associação Barbacenense de Escoteiros, tendo sido adotado no AA de Barbacena, a partir de 1928. Nesse sentido, a adoção do Escotismo no AA de Barbacena estava em sintonia com a política adotada em todo o Estado de Minas Gerais e que havia sido implementada naquele município, um ano antes de fazer parte das atividades de seus alunos.

O Escotismo, a ginástica e os exercícios militares configuravam-se como atividades complementares à formação prestada pelos Aprendizados, as quais deveriam contribuir para a transformação de hábitos, condutas, valores morais e fortalecimento corporal.

5.5 Participação da comunidade

No ano de 1915, apesar das dificuldades financeiras – as conseqüências da I Guerra Mundial atingiram o Brasil – o Aprendizado Agrícola de Barbacena, graças, sobretudo, à produção de frutas e hortaliças, logrou vencer as dificuldades. Por exemplo, deu continuidade às suas atividades com plantas frutíferas e videiras, distribuindo um total de 2.009 mudas dessas espécies. Além destas atividades, proporcionou aos alunos práticas de multiplicação de vegetais, como a alporquia¹⁸⁴ e a repicagem¹⁸⁵ e, ainda, trabalhos de preparo do solo, tais como nivelamento, drenagem e aplicação de corretivos calcários.¹⁸⁶

A política de integração efetiva, com a comunidade, é atestada pelo fato de o AA de Barbacena produzir e distribuir mudas de árvores frutíferas. É o que atesta o relato do Ministro, segundo o qual, 3000 mudas foram distribuídas entre os agricultores da região:

Numerosos pedidos de plantas, endereçados á directoria do Aprendizado pelos proprietários da localidade, são, em geral, satisfeitos, recebendo o estabelecimento, constantemente, a visita de agricultores e industriaes do interior, que o procuram.

Fonte: DECRETO. RMAIC - Barbacena, 1913, p. 15.

¹⁸⁴ Alporquia é um método de propagação de plantas em que se induz o crescimento de raízes em pontos selecionados da planta-mãe, como ramos ou folhas, de forma que a separação da nova muda seja realizada apenas após seu enraizamento.

¹⁸⁵ Repicagem: transplante das mudas de uma sementeira ou do local de semeadura para os recipientes onde irão se desenvolver até o plantio em local definitivo.

¹⁸⁶ Usa-se calcário para corrigir o pH de solos ácidos. O calcário é um adoçante do solo da natureza, capaz de neutralizar solos excessivamente ácidos.

A distribuição de mudas aclimatadas é uma iniciativa digna de louvor, porque contribui para difundir novas práticas de produção e diversificar as atividades agrícolas de pequenos lavradores. Além disso, permitia que o conceito da Instituição crescesse junto à população. Seguem alguns exemplos daquilo que se distribuía aos lavradores da região:

e legumes.

As culturas experimentaes, no Aprendizado, que augmentam sempre, com excellento resultado, dividem-se em 32 pomares com 5.400 arvores e 6 vinhedos com 5.000 videiras, que já se acham em condições de ser distribuidas aos lavradores que as solicitarem.

Fonte: BRASIL. RMAIC, 1913, p. 43.

Os produtos do setor de fruticultura eram os mais solicitados. Como o AA de Barbacena importava mudas e sementes, dos mais variados tipos de frutos, com as mais modernas técnicas de plantio, crescia, entre os agricultores da região, o interesse nas inovações, experimentações e na diversificação dos produtos em suas propriedades.

Quanto ao setor de floricultura e jardinagem, ambos funcionavam nas partes laterais e em frente ao AA de Barbacena. Este espaço, tido como o cartão de visitas do Aprendizado Agrícola de Barbacena, foi, estrategicamente, escolhido para desenvolver as mais variadas espécies de flores com distribuição de mudas, gratuitamente, à população. Era um parque atrativo à visitação por todos que por ali passavam:



Figura 77 - Setor de Floricultura em Estágio Avançado de Cutivo, s/d
Fonte: Acervo da Instituição, s/d.

Ao mesmo tempo, procurando investigar as espécies de flores e plantas ornamentais existentes no parque, buscou-se através dos relatórios, questionar quais eram as atividades práticas realizadas pelos alunos no setor de floricultura e jardinagem. O ano de 1924 trouxe esta informação pela troca de correspondência entre o Aprendizado e o MAIC:

Plantaram-se, além de 300 mudas de diversas plantas ornamentaes, destinadas ao parque que circunda os edifícios do Aprendizado, as seguintes variedades de flores : 1.020 craveiros, 450 pés de chrysanthemos, 2.800 palmas, tendo sido feito, também, um viveiro de 400 estacas de roseiras para enxertia.

Fonte: BRASIL. RMAIC, 1924, p. 208.

Dessas plantações de flores no entorno da Instituição, pesquisou-se quais faziam parte das estufas e dos trabalhos de enxertia para se verificar quais teriam sido os modelos de flores de maior interesse entre os produtores rurais da região, o que pode ser listado:

Distribuíram-se aos lavradores 1.200 enxertos.

Foi a seguinte a plantação de flores: 3.513 craveiros, 1.916 enxertos de roseiras, 520 mudas de estrela do norte, 2.500 de violetas, 1.200 bulbos de angelica, 2.014 bulbos de palmas, 2.289 mudas de chrysanthemos, além de outras flores.

Fonte: BRASIL. RMAIC, 1923, p. 64.

Com o clima propício à plantação de flores de espécies diferentes, observa-se que, em muito, o Aprendizado Agrícola de Barbacena contribuiu, através da distribuição de mudas de novos experimentos e da orientação para plantio, incentivando a diversificação da comercialização de produtos agrícolas nas fazendas dos agricultores da região.

Como se pode observar, as orientações gerais, no que se refere ao pertencimento familiar, gênero, faixa etária e condições físicas e intelectuais, permitem pensar em um enquadramento prévio dos candidatos à formação profissional especializada nas atividades do campo. Enquadramento que deveria ser refinado e fortalecido pelo conjunto de dispositivos internos acionados pela Instituição aqui estudada. As sinalizações relativas aos egressos se constituem em pista relevante para dimensionar os efeitos da disciplinarização a que os rapazes foram submetidos, condição para que fortalecessem o “critério fraco” e “cultura mental bem vacillante” e, com isso, poder contribuir efetivamente para “iluminar a terra pela inteligência”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final de exaustivo trabalho de pesquisa e de análise de dados e documentos, aos quais foi possível ter acesso, pode-se perceber o quanto representa, para o pesquisador, investigar a trajetória histórica de uma instituição de ensino – o Aprendizado Agrícola de Barbacena – que, dadas as circunstâncias, veio a desempenhar significativo papel no cenário da educação agrícola em nosso país. Cabe assinalar que surgiu não só de anseios da comunidade local, mas também de um contexto social, econômico e político, nos albores da República. O pesquisador, ao se reportar àquelas circunstâncias históricas de um Brasil de dimensões continentais, que mal ensaiava seus passos como Nação independente e republicana, e que quase tudo partia de começo absoluto – inclusive a educação para a área agrícola – pode aquilatar o significado do que foi a criação dos aprendizados agrícolas.

A Nação se viu de repente à míngua de mão de obra nas fazendas, natural consequência da abolição da escravatura. A crise na agricultura exigia novas políticas educacionais por parte do governo que viessem a atender às prementes necessidades que emergiam. Assim, foi do contexto de necessidades socioeconômicas que nasceram os Aprendizados Agrícolas. O de Barbacena tornou-se referência nacional, pela sua qualidade de ensino e integração na sua comunidade e entorno. A revivência de fatos, circunstâncias e de personagens que enteceram o cotidiano do AA de Barbacena, não pode ser reduzida a simples exercício de trabalho acadêmico, porque seus educadores, desde o início das atividades do aprendizado, em 1913, e, nos anos sucessivos, foram pioneiros e protagonistas de uma práxis educativa inovadora para a época e sintonizada com as necessidades da comunidade barbacenense e região, despertando particular admiração aos educadores de hoje. O viés histórico traz à reflexão, a quantos este trabalho lerem, justificando a importância da pesquisa em história da educação.

Por outro lado, merece particular atenção um aspecto, que se considera ser da mais alta relevância que possibilitou levar a pesquisa adiante. Naquele tempo, pós-Império e início da República, os fatos se adensaram de tal maneira que duravam no tempo e no espaço, o que permitiu captar-lhe o sentido e o papel que eles e seus protagonistas desempenharam. Um exemplo: a continuidade da direção do Aprendizado, sob responsabilidade de Diaulas Abreu por muitos anos, o que garantiu à instituição levar adiante um projeto educacional de curto, médio e longo alcance. Para garantir a continuidade é indispensável certo adensamento, do contrário, os projetos são interrompidos, esvaindo-se no tempo e no espaço como fogo-fátuo.

Assim, a presente tese enfoca a visão histórica e o planejamento de longo prazo, tendo em vista os reais interesses e necessidades da Nação. Desse modo, assinalam-se os pontos a seguir:

1º - Após a abolição da escravatura e, pouco depois, com o advento da República, o Brasil se viu diante de um gravíssimo problema: o esvaziamento das fazendas de mão de obra para tocar suas atividades, o que mais de uma vez já foi assinalado. O período imediato, após a abolição da escravatura, foi um divisor de águas em nossa história, porque forçou o encaminhamento da educação para o setor agrícola. Nesse período, veio à tona o problema: carência de mão obra qualificada para a agricultura. Por força das circunstâncias, os primeiros governos republicanos tiveram de se debruçar sobre esse problema. O belga Ledent, teórico e experiente na área da educação agrícola, foi o principal orientador dos governantes de então, vindo para o Brasil, com total apoio do governo. O especialista dialogou com o pensamento pedagógico e experiências na área da educação agrícola da Bélgica, França e Alemanha e adaptou seus conhecimentos à realidade do nosso país. Cabe destacar sua filosofia didático-pedagógica pautada sobre o princípio de que a teoria teria que se unir à prática, em que o conteúdo era tão importante quanto à prática. A prática reforça a teoria e a teoria reforça a prática. A experiência que ele trouxe da Bélgica foi implementada no Brasil, adaptada às condições de solo e clima. Tendo em vista que o Brasil importou conhecimentos e experiências na área agrícola de outros países – França, Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos, além da Bélgica, julgou-se necessário que a pesquisa se ocupasse também desse aspecto. O conhecimento e experiências de outros países apontaram novas perspectivas para a educação de que o Brasil carecia. A práxis educativa do AA de Barbacena foi de cunho teórico-prático e engajada num contexto de pequenas empresas agrícolas – Barbacena não era região de latifúndios. Por outro lado, optou-se pela produção de frutas de clima temperado, hortaliças, flores e silvicultura, importando-se sementes e mudas do exterior, principalmente da França. Desse modo, a Instituição inaugurou experiências e passou a despertar outros interesses nos agricultores do seu entorno. O Aprendizado representou, com seu exemplo e fornecimento de mudas, significativo papel para o desenvolvimento de novas fronteiras na produção agrícola da região. Pouco a pouco, o AA de Barbacena passou a produzir maçãs, uva, ameixas, peras, dentre outros, e a fornecer mudas para os agricultores. Ao mesmo tempo, atividades e projetos voltados para culturas anuais – milho, arroz e feijão – vieram a ser implementadas depois, principalmente com a implantação do internato. A tradição de Barbacena de ser produtora de frutas de clima temperado e de flores, atividade agrícola até

hoje florescente no seu entorno, teve suas sementes lançadas pelo Aprendizado Agrícola, a partir de 1910, ano de sua fundação.

2º - No processo ensino-aprendizagem do AA de Barbacena, o aluno participava de todo o ciclo de produção, a saber, desde a preparação e adubação do solo, acompanhamento do desenvolvimento das plantas, tratos culturais, colheita e comercialização. A infraestrutura do aprendizado incluía também indústrias rurais com o objetivo de se aproveitar tudo que se produzia. Em destaque: embutidos, conservas, picles, doces, queijos e vinho. O que não se lograva comercializar, era industrializado. Desse modo, o aluno recebia uma formação polivalente, que o deixava preparado para enfrentar os desafios de uma propriedade rural. Outro dado importante, os alunos participavam do lucro, juntamente com professores e diretor, tudo sancionado por normas regulamentares e oficiais, um sistema que visava à participação de todos e que gerava estímulos. Esse é um aspecto que explica o êxito da Instituição no contexto da sociedade, tornando-a referência nacional, tanto que em 1918, o Governo a declarou *Escola de Primeira Classe*.

3º - Ao fim deste trabalho, outra consideração se revela, não bastam objetivos institucionais e normas governamentais, para que um processo educacional possa ir adiante e produzir frutos. Sem o efetivo envolvimento da escola, nada se consegue. No caso do AA de Barbacena, houve sintonia com os órgãos governamentais. O governo, através de visitas de supervisão e relatórios, constatando o progresso do aprendizado e sua eficiência educacional, e a Instituição, por sua vez fazendo a sua parte. No Aprendizado Agrícola de Barbacena, houve adequada relação entre os fins educacionais propostos e a realidade sociocultural em que ele se encontrava inserido. A Instituição operacionalizou objetivos, porém sempre sintonizados com o meio. Para o contexto da época, o AA de Barbacena foi moderno: inaugurou experiência educacional frontalmente diversa das instituições de ensino voltadas para elite, cujo sonho era fazer de seus filhos bacharéis. O Aprendizado apontou para outros rumos: o de uma educação voltada para suprir necessidades básicas da Nação, ou seja, a agricultura. Nesse sentido, o aprendizado pode ter sido um agente de mudança.

4º - O cenário cultural do Brasil, ainda na época em que surgiu o AA de Barbacena, era de analfabetismo generalizado. A massa do povo era excluída do processo educativo. Apenas a elite era alfabetizada e tinha acesso à educação, cujas instituições estavam, principalmente, na mão da Igreja. O processo de inclusão das camadas menos favorecidas começou em fins do século XIX, com a implantação do ensino elementar público. Ainda incipiente, o Aprendizado de pronto se deparou com uma ingente dificuldade: como conseguir clientela para os cursos ligados à agricultura, que exigiam certo nível de conhecimentos?

Assim, o governo estabeleceu que o Aprendizado tivesse também curso primário, como preparatório para o curso de formação agrícola. Esse particular explica o fato de terem sido apenas três os primeiros formandos em 1915. Num contexto de grande carência, o Aprendizado foi fator importante de alfabetização e de inclusão educacional. Esse processo de inclusão, voltada para a área agrícola, trouxe outra consequência social: a de fixar o homem no campo, diminuindo o ritmo de êxodo rural. Desse modo, o Aprendizado, tendo o ensino primário como preparatório para cursos subsequentes da área agrícola, contribuiu, ainda que embrionariamente, para a democratização do ensino já naqueles longínquos tempos.

5º - Embora fruto de lideranças políticas mineiras influentes e de anseios da comunidade local, o AA de Barbacena foi um projeto de Estado. Se não o tivesse sido, não teria sobrevivido no tempo, surgido em 1910, manteve suas linhas gerais de ação ao longo dos anos, com algumas mudanças de acordo com necessidades emergentes. Uma delas foi a introdução do internato, necessário para possibilitar a matrícula e frequência dos alunos da zona rural. Entretanto, mudanças significativas advieram na era getulista. Nessa época, a partir de 1930, o governo acentua a ênfase na preparação de mão de obra para atender às necessidades do mercado de trabalho. O Aprendizado passa a ser *Escola Agrícola de Barbacena*, com novo regulamento, novo currículo e outra estrutura didático-pedagógica adaptada às novas necessidades.

Se hoje, apesar do considerável progresso na área educacional, com universidades e IFETs presentes em todos os Estados da Federação, o Brasil ainda é carente de técnicos para atender à demanda do setor industrial e, principalmente, da alta tecnologia, é possível aquilatar o enorme desafio que os governantes do início da República tiveram que enfrentar na construção do nosso país. Apesar de tudo e das enormes dificuldades, lançaram as sementes da nacionalidade. E nessa empreitada, a implantação do ensino agrícola teve um papel preponderante. Este trabalho, com sua modesta contribuição, quer ser também uma homenagem aos governantes e educadores da nossa nascente república que, no horizonte do tempo, descortinaram a importância da educação voltada para a zona rural.

REFERÊNCIAS

ADÃO, Áurea. A Escola em Meio Rural no Portugal dos Primeiros Anos do Estado Novo. A formação dos seus professores no(s) discurso(s) do poder público. In: WERLE, Flávia Obino Corrêa (Org.). *“Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor”*. Rio Grande do Sul, Editora Unijuí, Ijuí, 2007.

AGUIAR, Roberto A. R de. *Os filhos da flecha do tempo: pertinências e rupturas*. Brasília: Letraviva, 2000.

ALEMANHA. Lista de Representantes Diplomáticos brasileiros. www.lister_der_brasilianischen-Botschafter_in_Deutschland. Acesso: outubro, 2012.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Oficina na Escola: ensino profissional posto em prática nas escolas particulares de sua Majestade, o Imperador. Homenagem a sereníssima Princesa Imperial a Senhora Dona Isabel, em 29 de julho de 1886*. Imprensa a Vapor Lombaerto e comp. Rio de Janeiro, 1886.

_____. *História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889)*. História e Legislação. Rio e Janeiro: Leuzinger Ed., 1889. Trad. Antonio Chizzotti; Ed. crítica Maria do Carmo Guedes. 2 ed. ver. São Paulo: EDUC, 2000.

ALMEIDA, Maria de Fátima Ramos. Política educacional brasileira na década de 1990: um desserviço à cidadania. *Revista Brasileira de História da Educação*, 1º NÚMERO – Editora Autores Associados – Campinas-SP SBHE, 2001.

ARANHA, Antônia Vitória S. Relação entre o conhecimento escolar e o conhecimento produzido no trabalho: dilemas da educação do adulto trabalhador. In: *Trabalho & Educação*. Belo Horizonte: NETE/FaE/UFMG, n. 12, jan/jun, 2003.

ARAÚJO, Nilton de Almeida. *Pioneirismo e hegemonia: a construção da agronomia como campo científico na Bahia (1832-1911)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, 2010.

ARCHITECTURE Building Antique Print. Disponível em: www.postcardworld.co.uk/England>. Acesso: julho, 2012.

Arthur Guimarães Araújo Junior. Disponível em: www.wikipedia.org/ArthurGuimarãesAraújoJorge>. Acesso: outubro, 2012

ASCOLANI, Adrián. Las escuelas normales rurales en Argentina, una transacción entre las aspiraciones de la cultura letrada y el imaginário de cambio socioeconómico. In: WERLE, Flávia Obino Corrêa (Org.). *Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor*. Rio Grande do Sul, Editora Unijuí, Ijuí, 2007.

_____. Los agricultores y la educación para La modernización y la integración social durante el apogeo y la crisis de la Argentina agroexportadora, 1899-1936. In: CERECEDO; RIOS;

FERNANDES (Orgs.). *Campesinos y escolares: la construcción de la escuela en el campo latinoamericano, siglos XIX y XX*. El Colegio Mexiquense, A.C. y Miguel Ángel Porrúa, México, 2011.

AZEVEDO, Fernando de. *A educação e seus problemas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1937.

BARBOSA, Claudio Luis de Alvarenga. *Da ética ambiental à agroecologia: contribuições do ensino de filosofia para a educação agrícola*. Educação Unisinos, São Leopoldo, RS, 2010.

BARBOSA, Francisco de Assis. *João Pinheiro: Documentário sobre a sua vida*. Publicações do Arquivo Público Mineiro, nº 1. Belo Horizonte, 1966.

BARBACENA, Jornal Cidade de. (1898-2010), *13 de novembro*, de 1910.

_____. Jornal Cidade de. (1898-2010), *20 de novembro*, de 1910.

_____. Jornal Cidade de. (1898-2010), *24 de novembro*, de 1910.

BARBACENA. Arquivo da Prefeitura Municipal: www.prefeiturabarbacena.com.br. Acesso: outubro, 2010.

_____. Arquivo fotográfico: www.fotosantigasbarbacena.blogspot.com.br. Acesso: outubro, 2012.

_____. Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia Sudeste de Minas Gerais, Campus Barbacena: www.barbacena.ifsudeste.edu.br/cer

_____. Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR): www.epcar.aer.mil.br. Acesso: outubro, 2012.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sudeste de Minas Gerais, Campus Barbacena: ifsudestemg.edu.br/cer

BARRETO, Caravana Pereira. Matéria de José Eduardo de Oliveira Bruno (2004): www.genealogiafreire.com.br/jeo_caravana_pereira_barreto.htm. Acesso: março, 2011.

BIAS FORTES, Chrispim Jacques. Mensagem dirigida ao Congresso Mineiro (1895 e 1897): <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2404/000002.html>; Acesso: janeiro, 2011.

_____. Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Gerais, no Congresso Mineiro, em sua 1ª sessão ordinária da 2ª legislatura, em 21 de abril de 1895: www.crl.edu/brazil/provincial/minas-gerais; Provincial Presidential Reports (1830-1930): Minas Gerais. Acesso: janeiro, 2011.

BARNARD, Henry; Brownell, F. C. *The American Journal of Education*. Volume 22, 1871

BOSI, Alfredo, *Dialética da colonização*. São Paulo. Companhia das Letras, 1992.

BOTELHO, Jorge Florentino. *A formação do trabalhador do campo em Minas Gerais: O Instituto Agronômico de Itabira (1880-1898)*. Dissertação de Mestrado, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET), 2009.

BRASIL. D. João VI. *Carta Régia ao Conde dos Arcos*, em 25 de junho de 1812.

BRASIL. *Decreto-Lei, nº 34.330*, 1953.

_____. *Decreto-Lei nº 11.892, de 29 de dezembro*, 2008.

_____. *Decreto Ministerial nº 7. 805, de 26 de agosto*, 1880.

_____. *Decreto Presidencial nº 787, de 11 de setembro*, 1906.

_____. *Decreto Presidencial nº 7.566, de 23 de setembro*, 1906.

_____. *Decreto Presidencial nº 8.319, de 20 de outubro*, 1910.

_____. *Decreto Presidencial nº 8.358, de 9 de novembro*, 1910.

_____. *Decreto Presidencial nº 8.736, de 25 de maio*, 1911.

_____. *Decreto Presidencial nº 12.610, de 22 agosto*, 1917.

_____. *Decreto Presidencial nº 22.934, de 13 de julho*, 1933.

_____. *Decreto Presidencial nº 9.613, de 20 de agosto*, 1946.

_____. *Decreto Presidencial nº 22.506, de 22 de janeiro*, 1947.

_____. *Decreto Presidencial nº 37.840, de 31 de agosto*, 1955.

_____. *Decreto Presidencial nº 60.731, de 19 de maio*, 1967.

_____. *Decreto Presidencial nº 83.935, de 04 de setembro*, 1979.

_____. *Decreto Presidencial nº 8.731, de 16 de novembro*, 1987.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 4.024*, 1961.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 4.024/61, de 13 de fevereiro, Decreto nº 53.568*, 1964.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 5.692*, 1971.

_____. *Lei de Criação do Ensino Técnico Prático Profissional*, 1896, 1898, 1906.

_____. *Lei Federal nº 3.232, de 05 de janeiro*, 1917.

_____. *Lei de criação do Ensino Técnico, Prático e Profissional*, 1896, 1898 e 1906.

_____. *Lei Federal nº 3.232, de 05 de janeiro, 1917.*

_____. *Lei Federal nº 3.454, de 06 de janeiro, 1918.*

_____. *Lei Ministerial nº 1.821, Regulamentada pelo Decreto-Lei nº. 34.330, 1953.*

_____. *Portaria Ministerial nº 708, de 27 de dezembro, 1943.*

_____. *Relatório do Diretor do Aprendizado Agrícola de Barbacena, Diaulas Abreu, ao Ministro da Agricultura, Indústria e Commercio, 1911, 1912, 1913, 1916, 1917, 1919, 1920, 1922, 1923, 1924, 1925, 1926, 1927, 1928, 1929, 1931.*

_____. *Relatório do Ministro da Agricultura, 1911.*

_____. *Relatório do Ministro da Agricultura e Commercio, 1913.*

_____. *Relatório do Presidente da Província de Minas Gerais, 1908.*

_____. *Relatório do Presidente da Província de Minas Gerais, 1909-I.*

_____. *Relatório do Presidente da Província de Minas Gerais, 1909-II.*

_____. *Relatório do Presidente da Província de Minas Gerais, 1910.*

_____. *Relatório do Presidente da Província de Minas Gerais, 1911.*

_____. *Relatório do Presidente da Província de Minas Gerais, 1912.*

_____. *Relatório do Presidente da Província de Minas Gerais, 1913.*

_____. *Relatório do Presidente da Província de Minas Gerais, 1914.*

BRAZIL, Diário Oficial Estados Unidos do. *DOU de 08 de julho (terça-feira), p. 9.834, 1913.*

_____, Diário Oficial Estados Unidos do. *DOU de 13 de julho (domingo), p. 10.127, 1913.*

_____, Diário Oficial Estados Unidos do. *DOU de 16 de julho (quarta-feira), p. 10.196, 1913.*

_____, Diário Oficial Estados Unidos do. *DOU de 20 de julho (domingo), Suplemento n. 100, p. 7, 1913.*

_____, Diário Oficial Estados Unidos do. *DOU de 22 de julho (terça-feira), p. 10.504, 1913.*

Carlos Praetes. Disponível em: <www.wikipédia.org./CarlosPrates/História>. Acesso: outubro, 2012.

CARVALHO, Roseana Areal de. *O primitivo que avança no tempo: subsídios de Primitivo Moacyr para a pesquisa em história da educação brasileira*. Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), 2012.

CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: _____. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHAVES, Antônio Gonçalves. Mensagem dirigida à Assembléia Provincial de Minas Gerais (1883): <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/490/html>>. Acesso: janeiro, 2011.

CIMINO, Marli de Souza Saraiva. *Fatores Possibilitadores para a Autonomia no Exercício da Profissão*. Dissertação de Mestrado, UFRRJ, 2006.

_____. Escola e Correção: um estudo da Escola Agrotécnica Federal de Barbacena, MG, (1913-1923). *VIII Congresso Luso-Brasileiro em História da Educação*. Universidade Federal do Maranhão, São Luis, MA, 2010.

_____. História do Ensino Agrícola no Brasil Oitocentista (1812-1897). *IX Congresso Luso-Brasileiro em História da Educação*. Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal, 2012.

CIVERA, Alicia. La reforma integral del campo mexicano a través de la escuela rural posrevolucionaria: la relevancia de la enseñanza agrícola y el cooperativismo. In: CERECEDO; RIOS; FERNANDES (Orgs.). *Campesinos y escolares: la construcción de la escuela en el campo latinoamericano, siglos XIX y XX*. El Colegio Mexiquense, A.C. y Miguel Ángel Porrúa, México, 2011.

COMMERCIO, Jornal do. *De 31 de julho, n. 220, 1897.*

_____. *De 24 de agosto, n. 244, 1897.*

_____. *De 01 de fevereiro, n. 402, 1898.*

COMMERCIO, Jornal do. *De 15 de fevereiro, n. 416, 1898.*

_____. *De 23 de agosto, n. 1.540, 1901.*

E-BIOGRAFIAS. Disponível em: <www.e-biografias.net>. Acesso: março, 2012.

ENGLAND. Architecture building of Royal Agricultural College: www.old-print.com/Antique Print. Acesso: julho, 2012.

_____. Younger Farmer of the year from 2008 and 2009: www.fwi.co.uk Articles, 2009. Acesso: julho, 2012.

_____. Manchester Mechanics` Institute, 1825. Print scanned from Shercliff WH. Acesso: julho, 2012.

_____. Postcard of Royal Agricultural College: www.postcardworld.co.uk/England. Acesso: julho, 2012.

_____. Royal Agricultural College Cirencester, UK: www.britishlistedbuildings.co.uk/. Acesso: junho, 2012.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. *A República do Trabalho: A História do Instituto João Pinheiro-1909/1934*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

FEDERAL. Câmara Federal. www2.camara.leg.br. página 442 vol. 1 parte 2 (Publicação Original). Acesso: fevereiro, 2011.

_____. MEC (Educação-Ministério da Educação) [HTTP: //portal.mec.gov.br](http://portal.mec.gov.br) www.mec.gov.br. Acesso: novembro 2010.

_____. Ministros do Governo Nilo Peçanha, wikipédia.org. Acesso: março, 2011.

FONSECA, Celso Suckow da. *História do ensino industrial no Brasil*. 1º Volume. SENAI/DN/DPEA, Rio de Janeiro, 1986.

_____. *História do ensino industrial no Brasil*. SENAI/DN/DPEA, Rio de Janeiro, 1986. 5 v.

FOUCAULT, Michael. A governamentalidade. In: *Microfísica do poder*. 4 ed., Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. *As palavras e as coisas*. São Paulo: São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 28ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

Francisco Antônio Sales. Disponível em: <www.wikipedia.org/FranciscoAntôniodeSales>. Acesso: outubro, 2012.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GENEALOGIA Freire. Disponível em: <www.genealogiafreire.com.br>. Acesso: maio, 2011.

GOERGEN, Pedro. *A pesquisa educacional no Brasil: dificuldades, avanços e perspectivas*. Brasília: v. 5, n. 31, ago/set, 1986.

GOMES, Luiz Cláudio Gonçalves. As escolas de aprendizes artífices e o ensino profissional da Velha República. *Revista Vértices*, ano 5, n. 3, set. 2003.

GONDRA, José Gonçalves. *Artes de Civilizar: Medicina Higiene e Educação Escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

_____. “Historiografía de la Educación en América Latina: balaces y desafíos”. *Congreso Iberoamericano de Historia da la Educación Latinoamericana en Buenos Aires*, 2007.

_____. O ilimitado da história: um diálogo com Michel Foucault. In: OSÓRIO, Antônio C. do Nascimento (Org.). *Diálogos em Foucault*. 1ª Ed. Campo Grande: Editora Oeste, 2010, v.1, p. 61-80.

_____. Dossiê: viagens de educadores, circulação e produção de modelos pedagógicos. *Revista Brasileira de História da Educação*, nº 22, p. 13-16, jan./abr., 2010.

GONDRA, José Gonçalves; José Gonçalves; MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. *Viagens Pedagógicas*. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

GONDRA, José Gonçalves; José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

GONDRA, José Gonçalves; José Gonçalves; MELO, Guaraci Fernandes Marques de; PESSOA, Márcio Mello. *Narrativas da História da Educação Brasileira Notas para Pensar a Experiência de Primitivo Moacyr (1867-1942)*. VI Congresso Brasileiro em História da Educação. Vitória, ES, 2011.

GONÇALVES, Domingos Maria. *Companhia Zootécnica e Agrícola do Brasil*, 1880.

GONÇALVES, Irlen Antônio; BOTELHO, Jorge Florentino. As Políticas Públicas para Formação do Trabalhador do Campo em Minas Gerais: O Caso do Instituto Agrônomo de Itabira (1880-1898). In: *IV Semana de Ciência & Tecnologia: Evolução & Diversidade*. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2008.

GONÇALVES, Irlen Antônio; Irlen Antônio; MACHADO, V. A. Intelectual, Político e Advogado: João Pinheiro da Silva e a educação do trabalhador do campo. In: *V Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais: revisitando as minas e desvelando os gerais*, Montes Claros: UNIMONTES, 2009.

GONÇALVES, Irlen Antônio; Irlen Antônio. A Formação do Sujeito Trabalhador na República: o ensino profissional e a criança desvalida da fortuna. In: GONÇALVES, Irlen Antônio (Org.). *Progresso, Trabalho e Educação Profissional em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

GIDDENS, Antony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

GRAMSCI, Antônio. *Obras escolhidas*. Lisboa: Editorial Estampa, 1974.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. v. 5.

_____. *História geral da civilização brasileira*., 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. v. 2

IMPÉRIO, Ministros dos Negócios do Brasil. wikipédia.org. ListaMinistrosNegóciosImpério/Brasil. Acesso: março, 2012.

João Pinheiro da Silva: Província de Minas Gerais. Disponível em: <[www.wikipedia/JoãoPinheirodaSilva/Província de Minas Gerais](http://www.wikipedia/JoãoPinheirodaSilva/Província%20de%20Minas%20Gerais)>. Acesso: outubro, 2012.

JUIZ DE FORA, Câmara Municipal. www.camarajf.mg.gov.br/geral/historia. Acesso: outubro, 2012.

JÚNIOR, Antonio Germano Magalhães; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. “Ruralismo, memórias e práticas educativas no cotidiano da primeira escola Normal Rural do Brasil: a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte, CE (1934-1946)”. In: WERLE, Flávia Obino Corrêa (Org.). *“Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor”*. Rio Grande do Sul, Editora Unijuí, Ijuí, 2007.

KAPPEL. *O pensamento educacional de Estevam de Oliveira expresso através do Jornal Correio de Minas (1897-1908)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São João Del Rei (UFSF), 2010.

KARGON, R. H. *Science in Victorian Manchester: Enterprise and Expertise*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1977.

KARGON, R. H.; WRINGLEY; UMIST. *Detailed history of UMIST*. UMIST website. UMIST. Archived from the original on 2003-oct-22. Acesso: julho, 2012.

KÜENZER, Acácia Zeneida. Educação profissional: categorias para uma nova pedagogia do trabalho. *Boletim Técnico do Senac*. Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, maio/ago., 1999.

KUNZE, Nádía Cuiabano. *A Escola de Aprendizes Artífices de Mato Grosso (1909/1941)*. Cuiabá: CEFETMT, Apoio: FAPEMAT, 2006.

LEDENT, Armand. *O ensino profissional e agrícola. Plano Geral de Organização*. Imprimerie V. Verteneuil et L. Desmet, Bruxelles, 1910.

LEDENT, Armand *O ensino profissional e agrícola*. p. 16.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *O que é Arquitetura?* São Paulo: Brasiliense, 2003.

LIBÂNIO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.

LIMEIRA, Aline Moraes. *O comércio da instrução no séc. XIX colégios particulares, propagandas e subvenções públicas*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, RJ (UERJ), 2010.

MASSENA, Nestor. *Barbacena: a terra e o homem*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais – 1ª e 2ª parte, 1985.

MARSHALL, James. Governamentalidade e educação liberal. In: SILVA, Tomaz T. da. *O sujeito da educação*. 2ed., Petrópolis: Vozes, 1995.

MELLO, Guiomar Namó de. *Educação escolar e classes populares: uma reflexão sobre o atual momento educacional e político no Brasil*. ANDE, nº 6, 1983.

MELO, Guaraci Fernandes Marques de. *Primitivo Moacyr: a arte de produzir material historiográfico*. Monografia, Faculdade de Educação, UERJ, 2012.

MINAS, Jornal Correio de. *De 07 de outubro, n. 234, 1ª, 2ª e 3ª colunas*, 1906.

_____. *De 08 de junho, n. 135*, 1907.

_____. *De 09 de junho, n. 136*, 1907.

_____. *De 11 de junho, n. 137*, 1907.

_____. *De 12 de junho, n. 138*, 1907.

MINAS GERAIS, Vida Escolar em. *Estatísticas da Instrução em Minas Gerais*. Anno de 1917.

_____. *Vida Escolar em. Estatísticas da Instrução em Minas Gerais*. Anno de 1921.

MINAS GERAIS. Descubra Minas: www.geneaminas.com.br/genealogia e www.descubraminas.com.br. Acesso: outubro, 2012.

_____. *Economia Cafeeira em Minas Gerais: wikipédia: mesorregião do zoneamento microrregião de Juiz de Fora - economia cafeeira em Minas Gerais*. Acesso: janeiro, 2011.

_____. *Raízes de Minas Gerais: www.asminasgerais.com.br/conteudoraiz*. Acesso: outubro, 2012.

_____. *Universidade Federal de São João Del Rei - Instituto de Educação: www.ufsj.edu.br/portaleducação*. Acesso: outubro, 2012.

MOACYR, Primitivo. *A Instrução e a República: ensino agrônomo (1892-1929)*. Ministério da Educação e Saúde. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1942. v. 7.

_____. *A Instrução e o Império: subsídios para a história da educação no Brasil (1854-1889)*. 3º Volume. Companhia Editora Nacional. São Paulo. Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre, 1938.

MONARQUIA. Brasil Monárquico: www.monarquia.org.br. Acesso: fevereiro, 2012.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *O ruralismo brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *Estado e Ensino Agrícola no Brasil: da dimensão escolar ao extensionismo assistencialismo (1930-1950)*. In: CERECEDO; RIOS; FERNANDES (Orgs.). *VII Congresso*

Latinoamericano de Sociologia Rural, 2006, Quito: ALASRU - FLACSO, 2006, p. 01-10.

_____. Imperialismo, education rural y dualidad pedagógica em Brasil, 1946-1951. In: CERECEDO; RIOS; FERNANDES (Orgs.). *Campesinos y escolares: La construcción de la escuela en el campo latinoamericano – siglos XIX y XX*. Editores: El Colegio Mexiquense, A. C. y Miguel Ángel Porrúa, México, 2011.

MONARCHA, Carlos. Cânon da reflexão ruralista no Brasil: Sud Mennucci. In: WERLE, Flávia Obino Corrêa (Org.). *Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor*. Rio Grande do Sul, Editora Unijuí, Ijuí, 2007.

MONTESQUIEU, Charles Louis-Seconat. *Do espírito das leis*. 2ª edição traduzida, 1979.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *Memórias do Aprendizado: 80 anos de ensino agrícola em Sergipe*. Maceió: Edições Catavento, 2004.

NAVIOS E Porto. Disponível em: <www.navioseportos.com.br/personalidades>. Acesso: outubro, 2012.

NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. *Sobre as artimanhas da razão imperialista*. Petópolis: Vozes, 1998.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da educação e fontes. In: GONDRA, José Gonçalves (Org.). *Pesquisa em história da educação no Brasil*. Rio de Janeiro, DP&A, 2005.

OLIVEIRA, A *Contribuição de Primitivo Moacyr na História da Escola Pública: as Ações Imperiais e Republicanas*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Maringá (UEM), 2009.

OLIVEIRA, Milton Ramos Pires de. *Formar cidadãos úteis: os Patronatos Agrícolas e a infância pobre na Primeira República*. Bragança Paulista: CDAPH, 2003.

OTTONI, Theophilo. Mensagem dirigida à Assembléia Provincial de Minas Gerais (1830-1889): <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u284/000002.html>; PresidentialReportsoftheBrazilianProvinces (1830-1889). Acesso: janeiro, 2011.

_____. Discurso proferido pelo Presidente da Província de Minas Gerais, em 1882: [Ottoni.brasil.al.edu](http://ottoni.brasil.al.edu). Acesso: janeiro, 2011.

RIO DE JANEIRO. Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (CEFET): portal.cefet-rj/a-instituicao/historia.html. Acesso: janeiro, 2013.

_____. Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro, por Begonha Bediaga e Renato Pizarro Drummond: www.jbrj.gov.br. Acesso: novembro, 2010.

_____. Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ, por Alda Heizer: www.revistafenix.pro.br (Jul. Ag. Set., 2007). Acesso: março, 2011.

_____. Jardim Botânico: www.jbrj.gov.br. Acesso: novembro, 2010 e março, 2011.

_____. Palácio Imperial Quinta da Boa Vista: [www.closetdemitra.blogspot.com.br/2012/quinta-da-boa-vista, html](http://www.closetdemitra.blogspot.com.br/2012/quinta-da-boa-vista.html). Acesso: outubro, 2012.

Over Mundo. Disponível em: < www.overmundo.com.br>. Acesso: fevereiro, 2012.

PEIXOTO, Ana Maria Casassanta; ANDRADE, Therezinha. A utopia que brota do campo: a educação rural em Minas Gerais. In: WERLE, Flávia Obino Corrêa (Org.). *Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor*. Rio Grande do Sul, Editora Unijuí, Ijuí, 2007.

POMPÉIA, Raul d'Ávila. *O Ateneu*. 3ª ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

QUELUZ, Gilson Leandro. *Concepções de Ensino Técnico na República Velha: 1909-1930*. Curitiba: Ed. CEFETPR, 2000.

REGO, José Lins do. *Doidinho*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

REVEL, Jacques. Micro-histoire, macro-histoire: ce que nous aident à penser les variations d'échelle dans um monde globalisé. *Conferência realizada na UERJ*, outubro de 2007.

_____. *Jogos de escalas, a experiência da microanálise*. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____. Entrevista a Andréa Daher. *Topoi – Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ*, n. 2, Rio de Janeiro, 2001.

Revista Felix. Disponível em: <www.revistafenix.pro.br>. Acesso: maio, 2011.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da educação brasileira: organização escolar*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

RIOS, Mário Celso. *Anuário da Academia Barbacenense de Letras*, 1991.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes. *Matrizes da modernidade republicana: cultura política e pensamento educacional no Brasil*. Brasília: Ed. Plano; Campinas: Autores Associados, 2004.

_____. *Educação conformada: a política pública de educação no Brasil (1930-1945)*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2000.

SANCHES, Sandra Bastos. *Conceitualização, concepção: organização de um programa de pós-graduação para docentes da Educação Profissional*. Seropédica/RJ:UFRRJ, 2002.

SANTOS, Gabriel de Araújo. *Educação Agrícola no Brasil*. Texto apresentado no Congresso Internacional sobre a Formação Docente no Âmbito do Mercosul, UFRRJ, 2006.

SAYCE, Roger. *The History of the Royal Agricultural College*. Cirencester, UK, s/d.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. A infância desamparada no Asilo Agrícola de Santa Isabel: instrução rural e educação infantil - 1880/1886. *Revista da Faculdade de Educação*. Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 26, n. 01, p. 119-134, 2000.

_____. A imprensa pedagógica e a educação de escravos e libertos na corte imperial: impasses e ambiguidades da cidadania na revista instrução pública (1872-1889). *Cadernos de História da Educação* – nº 4 – jan./dez. 2005.

SHERCLIFF, W. H. *Manchester a short history of its development*. Machester, UK, 1960.

SILY, Paulo Rogério Marques. *Casa de Ciência, Casa de Educação – Ações Educativas no Museu Nacional (1818-1935)*. Tese de Doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, RJ (UERJ), 2012.

SOUZA, Francisco Alencar de. *O Ensino Técnico no Final do Império: o debate nacional no congresso agrícola de 1878*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP (PUC-SP), 2001.

The American Journal of Education, volume 22, Henry Barnard, F. C. Brownell, 1871.

The History of the Royal Agricultural College, Cirencester, Roger Sayce.
www.britishlistedbuildings.co.uk/ Royal Agricultural College Cirencester, UK. Acesso: junho, 2012.

THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e caçadores: a origem da lei-negra*. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado*. História oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TORRES FILHO, Arthur. *O Ensino Agrícola no Brasil: seu estado atual e a necessidade de sua reforma*. Rio de Janeiro, imprensa nacional, 1926.

UEKANE, Marina Natsume. *A Escola Normal da Corte e Instrutores da Milícia Cidadã, um estudo sobre a Escola Normal da Corte*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008.

_____. A Escola Normal da Corte. In. *VII Congresso Luso-brasileiro em História da Educação, Cultura Escolar, Migrações e Cidadania*, 2008.

VAGO, Tarcísio Mauro. *Cultura escolar, cultivo de corpos: Educação Physica e Gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920)*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo (USP), 1999.

VÉRTICES, *Revista do CEFET de Campos dos Goytacazes*, 2003.

Virgilio de Melo Franco. Disponível em: <www.wikipedia.org.virgiliodemelofranco>. Acesso: outubro, 2012.

WARDE, Mirian Jorge. *Educação e estrutura social: a profissionalização em questão*. São Paulo: Cortez & Moraes – 2ª ed. rev. São Paulo, 1979.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. *Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor*. Rio Grande do Sul, Editora Unijuí, Ijuí, 2007.

WERLE, Flávia Obino Corrêa; THUM, Carmo; MARTINSON, Célia Carmem; TRINCHÃO, Gláucia. Escola Normal Rural La Salle na voz dos Ex-Alunos: sentidos e apropriações. In: WERLE, Flávia Obino Corrêa (Org.). *“Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor”*. Rio Grande do Sul, Editora Unijuí, Ijuí, 2007.

WESCHENFELDER, Noeli Valentina. A docência e as instituições escolares: pautas das políticas culturais para a educação rural. In: WERLE, Flávia Obino Corrêa (Org.). *“Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor”*. Rio Grande do Sul, Editora Unijuí, Ijuí, 2007.

WRIGLEY, Julia. *The Division between Mental and Manual Labor: Artisan Education in Science in Nineteenth-Century Britain*. The American Journal of Sociology, 1982.

ZARTH, Paulo Affonso. Entre a Tradição e a Inovação: as primeiras “instituições de ensino e tecnologia para o campo do Rio Grande do Sul”. In: WERLE, Flávia Obino Corrêa (Org.). *“Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor”*. Rio Grande do Sul, Editora Unijuí, Ijuí, 2007.

ANEXO A - Decreto nº 8.319, de 20 de Outubro de 1910**Decreto nº 8.319, de 20 de Outubro de 1910**

Crêa o Ensino Agronomico e
aprova o respectivo
regulamento

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, á vista do que dispõe o art. 2º, § 1º da lei n. 1.606, de 29 de dezembro de 1906 e de accôrdo com o art. 48, n. 1 da Constituição Federal, resolve crear o Ensino Agronomico e approvar o respectivo regulamento, que com este baixa, assignado pelo ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Industria e Commercio.

Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1910, 89º da Independencia e 22º da Republica.

NILO PEÇANHA.
Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda.

REGULAMENTO A QUE SE REFERE O DECRETO N. 8.319, DE 20 DE OUTUBRO DE 1910**CAPITULO I**

Art. 1º O ensino agronomico instituido no Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, de accôrdo com o presente regulamento, tem por fim a instrucção technica profissional relativa á agricultura e ás industrias correlativas, e comprehende o ensino agricola, de medicina veterinaria, zootechnia e industrias ruraes.

CAPITULO II**DO ENSINO AGRICOLA**

Art. 2º O ensino agricola terá as seguintes divisões:

1º Ensino superior.

2º Ensino médio ou theorico-pratico.

- 3º Ensino pratico.
- 4º Aprendizados agricolas.
- 5º Ensino primario agricolass.
- 6º Escolas especiaes de agricultura.
- 7º Escolas domesticas agricolas.
- 8º Cursos ambulantes.
- 9º Cursos connexos com o ensino agricola.
- 10. Consultas agricolas.
- 11. Conferencias agricolas.

Art. 3º O ensino agricola será ministrado em estabelecimentos adaptados aos fins a que se destinam e terá os seguintes serviços e installações complementares:

- a) estações experimentaes;
- b) campos de experiencia e demonstração;
- c) fazendas experimentaes;
- d) estação de ensaio de machinas agricolas;
- e) postos zootechnicos;
- f) postos meteorologicos.

CAPITULO XXXI

DOS APRENDIZES AGRICOLAS

Art. 266. Os aprendizes agricolas teem por fim formar trabalhadores aptos para os diversos serviços da propriedade rural, exploradas de accôrdo com as modernas praticas agronomicas.

Art. 267. O ensino é exclusivamente pratico e deve aproveitar de preferencia aos filhos de pequenos cultivadores e trabalhadores ruraes que queiram instruir-se nas artes manuaes ou mecanicas que se relacinam com a agricultura, nos methodos racionaes de exploração do solo, manejo dos instrumentos agrarios, nas praticas referentes á criação, hygiene e alimentação dos animaes domesticos, seu tratamento, e ás diversas industrias ruraes.

Art. 268. A pratica manual dos diferentes serviços será completada por noções elementares ministradas durante os trabalhos a que ellas se referirem como meio de esclarecer e guiar os alumnos para melhor execução delles.

Art. 269. Além dos trabalhos praticos a que se devem dedicar e das explicações theoricas que lhe serão ministradas, intuitiva e objectivamente incumbe aos alumnos assistir a conferencias sobre agricultura, horticultura, zootechnia, apicultura, sericicultura e mathematica elementar applicada.

Art. 270. Fará parte da educação pratica dos alumnos a frequencia ás officinas para o ensino profissional elementar e para o trabalho de ferro, madeira, couro, vime, olaria, alvenaria e outras artes manuaes e mecanicas.

Art. 271. Os aprendizados cuidarão igualmente da educação physica dos alumnos, por meio de exercicios de gymnastica, jogos adequados á idade e exercicios militares.

Art. 272. Os alumnos deverão tomar parte directa em todos os serviços da fazenda experimental, das officinas e nos exercicios designados no artigo anterior devendo-se ter em vista para cada caso especial a capacidade physica individual.

Art. 273. O ensino será completado com excursões a propriedades agricolas, museus, fabricas, officinas, exposições, feiras, mercados, etc.

Art. 274. Nos aprendizados serão organizados cursos praticos abreviados para adultos, comprehendendo um ou mais ramos de serviço agricol, pecuario ou de industria rural.

Art. 275. Nos cursos abreviados dos aprendizados agricolas poderão ser admittidas alumnas que se queiram instruir nas pequenas industrias agricolas, taes como apicultura, sericicultura, avicultura, alimentação e tratamento dos animaes domesticos, fabrico do queijo e da manteiga, etc.

Art. 276. O ministro, ouvido o director do aprendizado, poderá estabelecer cursos primarios noturnos para adultos, sendo preferidos para a admissão trabalhadores ruraes.

Art. 277. Os aprendizados agricolas serão internatos ou externatos, conforme permittirem as condições locaes tendo em vista a maior ou menor densidade da população rural nas proximidades do estabelecimentos.

Art. 278. Em qualquer hypothese, deverá ser fornecida alimentação gratuitamente aos alumnos externos que residirem a mais de dous kilometros de distancia do estabelecimento e forem desprovidos de recursos.

Art. 279. Sendo adoptada a fórma de internato, o numero de alumnos não poderá sob pretexto algum, exceder de 50, não devendo suas condições hygienicas o permittirem.

Art. 280. Poderá ser installado um aprendizado agricola na fazenda experimental annexa á Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria e naquellas que fizerem parte das escolas médias ou theorico-praticas.

Parapho unico. Os aprendizados agricolas poderão constituir estabelecimentos autonomos, organizados especialmente para as funcções que lhe são destinadas.

Art. 281. Em qualquer das hypotheses, os aprendizados deverão ter organização similar a uma propriedade agricola, orientada pelos modernos methodos culturaes e dispondo dos

meios necessarios para obter o maior rendimento util das culturas e das industrias agricolas proprias da região.

Art. 282. De conformidade com o disposto no artigo anterior os aprendizados devem ser providos do material agricola completo, de installações e construcções adequadas á uma exploração rural bem organizada, tendo em vista além da agricultura propriamente dita, a zootechnia e as industrias agricolas locaes.

Art. 283. Nos aprendizados agricolas serão principalmente exploradas as culturas e as industrias proprias da zona, podendo-se entretanto, proceder a ensaios de adaptação, relativamente a outras que parecerem convenientes.

Art. 284. Haverá nos aprendizados installações para beneficiamento dos productos de suas culturas, podendo taes installações ser utilizadas pelos pequenos cultivadores da zona, mediante as condições que forem estabelecidas no respectivo regulamento.

Art. 285. Os aprendizados serão franqueados, mediante licença do director, criador ou industrial agrícola, que queira assistir os serviços a seu cargo.

Art. 286. Os aprendizados deverão dedicar-se á producção de sementes de plantas uteis e possuir viveiros das mesmas plantas, inclusive as fructiferas, para distribuição gratuita aos agricultores da zona, de conformidade com o regulamento e instrucções que regerem o respectivo serviço no Ministério.

Art. 287. Os reproductores de raça existentes nos aprendizados poderão ser utilizados pelos criadores para melhoramento das raças que possuirem em suas propriedades agricolas, de accôrdo com as regras estabelecidas em regulamento especial.

Art. 288. Serão feitos nos aprendizados ensaios de machinas agricolas ou quaesquer investigações e experiências sobre culturas, beneficiamento dos productos, zootechnia e industrias ruraes precedendo licença do director e de conformidade com as regras que forem estabelecidas.

Art. 289. Todos os serviços a cargo dos aprendizados, deverão ser cuidadosamente escripturados, consoante as regras de contabilidade agricola.

CAPITULO XXXII

DA DURAÇÃO DOS APRENDIZADOS E SEU PROGRAMMA

Art. 290. O curso será de dous annos, divididos em semestres havendo dous mezes de férias que serão designados conforme as condições climatericas de cada zona.

Art. 291. As noções elementares professadas de accôrdo com o art. 270 e os trabalhos praticos corresponderão ao seguinte programma:

Primeiro anno

1º Estudo pratico do solo, sub-solo e de suas propriedades physico-chimicas.
Differenciação das terras de cultura, sua composição, analyse physica das terras, rochas

communs á região e terras a que dão origem, terras de transporte, coleta de amostras de terra para analyse.

2º Estrumes, adubos e correctivos, suas applicações, conforme a natureza das culturas e dos terrenos, preparação, conservação e modo de distribuição dos estrumes.

3º Preparação das terras de cultura, instrumentos empregados, desmontagem e montagem dos instrumentos agricolas, estudo comparativo dos mesmos, substituição de peças, conservação e reparos. Desbravamentos dos terrenos e suas operações. Drenagem, saneamento, deseccamento e irrigação.

4º Estudo pratico da semente. Determinação das sementes de plantas uteis e nocivas. Classificação, ensaios e analyse das sementes; identificação, pureza e poder germinativo. Selecção e conservação. Processos de sementeira e operações ulteriores. Instrumentos e utensílios empregados.

5º Noções geraes sobre a planta e suas differentes partes. Observações sobre as diversas phases da vida vegetativa. Agentes naturaes da vegetação e papel de cada um delles. Acção dos estrumes, adubos e correctivos. Princípios immediatos e fundamentaes das plantas. Methodos de reproducção das plantas. Instrumentos, utensílios e ingredientes empregados. Variedades de enxertos e sua aprendizagem.

Segundo anno

1º Continuação e recapitulação das noções theoricas e dos trabalhos praticos do anno anterior.

2º Cuidados que devem ser proporcionados ás plantas durante a marcha geral da vegetação. Amanhos e lavouras. Molestias das plantas, suas causas, prophylaxia e tratamento. Pragas e plantas nocivas, meios de as combater. Insecticidas e fungicidas, processos e meios de applicação.

3º Culturas regionaes, culturas novas, horticultura, fructicultura, jardinicultura, floricultura, praticas e material empregados.

4º Preparação e apropriação dos terrenos para as diversas variedades de plantas fructiferas. Escolhas das arvores e arbustos, plantação, transplantação, cuidados essenciaes, poda em geral, tratamento das raizes. Adubação e lavouras annuaes. Escolha de arvores proprias para arborização, cultura e educação das mesmas e das plantas fructiferas. Viticultura. Molestias, sua prophylaxia e tratamento, parasitas e insectos nocivos, meios de os combater. Aves, insectos e outros animaes uteis. Colheita, conservação embalagem, transporte e commercio das fructas, modos de utilização (distillação, fructas seccas, em compotas, etc.).

5º Pratica de silvicultura. Conservação e exploração das florestas, plantio e replantio, estudo da estructura das arvores, sua composição, qualidades technicas das madeiras brazileiras. Epoca de córte, tratamento, conservação transporte e commercio das madeiras. Exploração das essenciaes florestaes segundo seus differentes usos. Cultura das plantas textis da zona e outras que possam ser utilizadas. Preparação das fibras, estudo de suas qualidades technicas e de suas applicações, embalagem e commercio das fibras.

6º Colheita, armazenagem e conservação das colheitas e dos productos agricolas. Apparelhos, instrumentos, utensilios e installações destinados a esse serviço. Beneficiamento dos productos agricolas. Exterior dos animaes domesticos, organização geral e suas funcções.

7º Criação, alimentação, hygiene dos animaes domesticos, prophylaxia e tratamento de molestias, pragas e animaes nocivos. Estudo das differentes raças. Raças nacionaes e estrangeiras, methodos de aclimação, multiplicação e melhoramento, valor comparativo das forragegens. Raças leiteiras. Estudo do leite, fabricação do queijo e da manteiga. Industrias ruraes proprias da zona, industrias novas, fabricação de farinhas, feculas, pastas, licores, oleos, fructas conservadas, productos de distillação, beneficiamento de principios immediatos.

8º Construcção das pequenas construcções ruraes, material empregado, installações para as differentes raças de animaes, cuidados hygienicos, pratica de levantamento de plantas, noções elementares sobre economia rural, syndicatos e cooperativas, contabilidade agricola.

Art. 292. Durante o curso, os alumnos receberão explicações praticas sobre as sciencias fundamentaes da agricultura recorrendo-se sempre ao methodo objectivo, com auxilio do material didactico de que dispuzer o respectivo professor.

Art. 293. Nos cursos abreviados destinados a moças, deverá ser mais desenvolvida a parte referente á jardinicultura, floricultura e á ornamentação floral.

Art. 294. Os aprendizados poderão ser organizados, com o fim particular de se dedicarem no ensino pratico da fructicultura, horticultura e jardinicultura ou sómente á primeira dessas especialidades e suas applicações.

Art. 295. Os alumnos do 1º anno além dos trabalhos que lhes competem, deverão associar-se como auxiliares aos trabalhos do 2º anno.

Art. 296. Os alumnos que revelarem mais aproveitamento em cada anno serão aproveitados como chefes de turmas nos trabalhos praticos.

Art. 297. Os alumnos que tomarem parte nas excursões as propriedades agricolas, mercados, feiras, museus e jardins deverão apresentar ao respectivo professor um memorial contendo suas observações.

Art. 298. Haverá nos aprendizados um curso primario para alumnos que delles precisarem, podendo tambem funcionar uma secção nocturna, destinada principalmente a trabalhadores ruraes da zona.

Art. 299. No curso a que se refere o artigo anterior serão observados os dispositivos do presente regulamento em relação ao ensino primario agricola.

Art. 300. Os aprendizados agricolas para execução de seu programma deverão ter as seguintes dependencias:

a) deposito de machinas, instrumentos, utensilios agricolas, insecticidas e fungicidas;

b) construcções proprias para os differentes animaes, estrumeira, depositos de sementes, ferragens e productos agricolas;

c) área destinada ás diversas culturas, campo de demonstração, horta, pomar, jardim, prados naturais e artificiais, instalações para sericicultura, apiário, etc.;

d) instalações para beneficiamento e embalagem dos productos para a industria de laticínios, fecularia, fabrico da farinha, distillaria, etc.;

e) gabinete e laboratorio de physica e chimica com aparelhos simples, dos que forem adoptados no ensino primario agricola;

f) gabinete de historia natural com colleções didacticas e herbario, organizado pelos alumnos do referido curso;

g) bibliotheca agricola com livros elementares, revistas sobre agricultura, zootechnia, veterinaria e industrias ruraes;

h) museu agricola e florestal, com colleções de sementes de plantas regionaes e seus productos, modelos de machinas, instrumentos agricolas, planos, plantas e modelos de construcções ruraes;

i) officina para o ensino profissional elementar;

j) officinas para o trabalho da madeira, ferro, couro, vime, olaria, alvenaria, etc.;

k) posto meteorologico.

Art. 301. Na organização das diferentes dependencias, dever-se-hão observar a natureza pratica do ensino e suas applicações á pequena cultura e aos generos de producção que lhes são proprios.

Art. 302. Nas officinas que forem estabelecidas dever-se-hão observar os preceitos geraes do decreto n. 7.763, de 23 de dezembro de 1909, em tudo que se conciliar com o presente regulamento e com o regulamento especial dos aprendizados.

CAPITULO XXXIII

DO PESSOAL DE ENSINO E ADMINISTRATIVO

Art. 303. O pessoal de ensino dos aprendizados agricolas, constará de:

a) um director e professor de agricultura, zootechnia, veterinaria e industrias ruraes:

b) um professor primario tendo um ou mais adjuntos, conforme o numero de alumnos;

c) um secretario, encarregado da contabilidade e professor de contabilidade agricola;

d) um conservador da bibliotheca e do museu, e inspector de alumnos;

e) um chefe de culturas;

f) um jardineiro e horticultor;

- g) um tratador de animaes;
- h) um pratico de industrias agricolas;
- i) um mestre de officina para o trabalho do ferro;
- j) um mestre de officina para o trabalho na madeira;
- k) operarios para o trabalho de alvenaria, olaria, couro, vime, etc.;
- l) um economo;
- m) um mestre de gymnastica e instrucção militar;
- n) um porteiro-continuo;
- o) o numero de serventes e trabalhadores necessarios aos differentes serviços.

Parapho unico. O posto meteorologico ficará a cargo do chefe de culturas.

Art. 304. O cargo de director dos aprendizados agricolas só poderá ser occupado por engenheiro agronomo, agronomo, regente agricola ou pessoa de notoria competencia em agricultura, demonstrada em publicações e trabalhos praticos, sendo indispensavel que tenha pelo menos dous annos de tirocinio na direcção de estabelecimento rural, de propriedade particular ou do Governo.

Art. 305. Os chefes de cultura devem ser profissionaes em agricultura que provem com titulo ou documento equivalente que fizeram o curso de uma escola pratica ou de um aprendizado agricola o tenham dirigido um estabelecimento rural, organizado de accôrdou com as modernas praticas agronomicas.

Art. 306. Será adoptado identico criterio na escolha dos mestres de officinas que deverão ser aptos a ensinar por processos modernos as artes manuaes a que se dedicam.

Art. 307. O director, além dos deveres prescriptos no regulamento especial dos aprendizados, deverá promover pequenas exposições agricolas, interessando nellas os pequenos cultivadores da zona e aquellas de que trata o art. 12 do decreto n. 7.763, de 23 de dezembro de 1909.

Art. 308. Cabe-lhe tambem fazer propaganda a favor dos syndicatos, cooperativas e instituições de mutualidade agricola por meio de conferencias praticas, distribuição das publicações que lhe forem remetidas pelo Ministerio.

Art. 309. Incumbe-lhe igualmente a propaganda a favor da conservação no replantio das mattas promovendo periodicamente festas das arvores e fazendo conferencias sobre o assumpto.

Art. 310. A exploração da fazenda experimental corre sob a responsabilidade do director do aprendizado, que deve submitter annualmente a approvação do ministro o plano de exploração para o anno seguinte, comprehendendo o respectivo orçamento.

Art. 311. A escripturação da fazenda experimental deve ser feita de accôrdo com as regras da contabilidade agricola cabendo ao director enviar ao Ministerio balancetes trimensaes e um relatorio annual sobre os trabalhos do aprendizado e da mesma fazenda.

Art. 312. Os deveres inherentes ao pessoal de ensino e administrativo constarão do regulamento especial dos aprendizados.

Parapho unico. O director do aprendizado será substituido em seus impedimentos temporarios pelo secretario.

CAPITULO XXXIV

DA ADMISSÃO DOS ALUMNOS

Art. 313. Para ser admittido como alumno de qualquer aprendizado agricola, deve o candidato ter pelo menos 14 annos de idade e 18 no maximo, ter boa conducta e constituição physica que o torne apto para o serviço do campo, ser vaccinado e estar isento de molestias contagiosas ou infecto-contagiosas.

Art. 314. Os aprendizados agricolas, quando forem internatos na fórma expressa no presente regulamento, receberão tambem alumnos externos que ficarão sujeitos ao regimen estabelecido no regulamento especial dos aprendizados.

Art. 315. Os alumnos internos serão vestidos, alimentados e receberão o ensino gratuitamente, sendo tambem gratuita a matricula dos alumnos externos.

Art. 316. Para ser attingido o maximo da matricula será preciso que as condições locais o exijam e que não haja prejuizo para a hygiene escolar e boa marcha do curso.

Art. 317. A preferencia dada aos filhos de pequenos cultivadores, industriaes, agricolas e trabalhadores ruraes da zona, deverá ser observada rigorosamente na ordem estabelecida no art. 262 deste regulamento.

Art. 318. Os alumnos que exhibirem certificado de exame final do curso primario ou revelarem em exame de admissão achar-se habilitados nas materias do respectivo curso serão matriculados no 1º anno, devendo os que não souberem ler e escrever ou demonstrarem no mesmo exame deficiencia desses conhecimentos, matricular-se no curso primario do aprendizado, de conformidade com a classe que lhes competir.

Parapho unico. Dada a ultima hypothese, os alumnos só poderão ser matriculados no 1º anno, depois de terminado o curso primario.

Art. 319. O ministro de accôrdo com o director indicará annualmente o numero de alumnos externos que deverá ser admittido.

CAPITULO XXXV

DO REGIMEN ESCOLAR E ECONOMICO DOS APRENDIZADOS

Art. 320. O regimen escolar será identico ao adoptado nas escolas praticas e obedecerá aos preceitos do presente regulamento e dos que constarem do regulamento dos aprendizados.

Art. 321. Os alumnos receberão pelos trabalhos praticos que realizarem e pelo aproveitamento que revelarem nas lições theoricas de qualquer dos cursos, notas que entrarão na composição de suas respectivas medias semestraes.

Art. 322. Nos campos de demonstração da Escola, dar-se-ha a cada alumno uma área de terra para ser cultivada sob sua responsabilidade e de accôrdo com as indicações e a orientação do respectivo professor, cabendo-lhe, além disso, tomar parte nos trabalhos da fazenda experimental.

Art. 323. Os alumnos do aprendizado receberão uma diaria, a titulo de remuneração de serviços, a qual será regulada pelo salario corrente na região e de accôrdo com a capacidade de trabalhos e as aptidões de cada um delles, a juizo do director.

Art. 324. A diaria de que trata o artigo anterior será augmentada gradualmente, á medida do desenvolvimento adquirido pelo alumno nos serviços a seu cargo.

Art. 325. Em relação á renda de cada officina, regulará o disposto no art. 11 do decreto n. 7.763, de 23 de dezembro, completado pelos arts. ns. 12 e 13 do mesmo decreto.

Art. 326. A renda da fazenda experimental em que se achar estabelecido o aprendizado agricola será assim distribuída:

- a) 5 % ao director;
- b) 3 % ao chefe de culturas;
- c) 3 % ao secretario e professor de contabilidade agricola;
- d) 2 % ao jardineiro e horticultor;
- e) 1 % ao encarregado dos animaes e ao pratico de industrias agricolas;
- f) 20 % para serem distribuidos annualmente pelos alumnos, na ordem do respectivo merito e de accôrdo com a proposta do director approvada pelo ministro;
- g) a quantia restante será recolhida ao Thesouro Federal e destinar-se-ha a melhoramentos no aprendizado.

CAPITULO XXXVI

DOS EXAMES, DOS CERTIFICADOS DE CAPACIDADE E DOS PREMIOS ESCOLARES

Art. 327. Nos exames parciaes e finaes, assim como em todo o regimen escolar, vigorarão os dispositivos estabelecidos para as escolas praticas e os que forem consignados no regulamento dos aprendizados.

Art. 328. Os alumnos que concluirem o curso terão direito a um certificado de capacidade em trabalhos praticos de agricultura, cabendo-lhes preferencia nos cargos do Ministerio condizentes com os mesmos conhecimentos.

Art. 329. Serão tambem preferidos na aquisição de lotes nos centros agricolas, e ao que mais se houver distinguido por sua conducta e aproveitamento, poderá o Governo conceder um lote gratuitamente.

CAPITULO XXXVII

DO ENSINO PRIMARIO AGRICOLA

Art. 330. O ensino primario agricola fará parte do programma das escolas primarias estabelecidas nas escolas praticas de agricultura, nos apredizados agricolas, nos nucleos coloniaes, nos centros agricolas ou em quaesquer estabelecimentos de ensino agronomico em que se fizer preciso.

Parapho unico. Nos cursos primarios de que trata o presente artigo poderão ser admittidos alumnos dos dous sexos.

Art. 331. O ensino primario agricola não constitue um curso systematico de agricultura ou de sciencias accessorias, cabendo-lhe apenas a funcção, meramente educativa, de despertar a attenção dos alumnos para a vida do campo.

Art. 332. O ensino primario agricola e baseado no methodo experimental, com exclusão de qualquer tendencia a tornar mais complexos os progammas do curso primario e sobrecarregar a memoria dos alumnos.

Art. 333. O ensino primario agricola deve ser ministrado de accôrdo com o curso a que o alumno pertence na gradação escolar, isto é, curso elementar, médio e superior.

Art. 334. No curso elementar, devem ser ministradas aos alumnos lições de cousas com applicações simples e intuitivas sobre os reinos da natureza, os phenomenos mais communs, as materias primas e as transformações a que estão sujeitas pelo trabalho agricola e industrial.

Art. 335. O ensino agricola no curso elementar deve ser completado com passeios, excursões e organização de pequenas collecções escolares.

Art. 336. Nas aulas de escripta, leitura, calculo mental, exercicios de desenho e nas lições das diversas materias do programma deverão os professores escolher, de preferencia, sempre que fôr possivel, questões que se relacionem com a historia natural e a agricultura, em seus differentes ramos.

Art. 337. No curso médio deverão ser ministradas aos alumnos noções elementares de historia natural, intuitiva e experimentalmente com auxilio de aparelho simples e mediante exercicios e demonstrações ao alcance da capacidade dos alumnos.

Art. 338. Completarão as lições e exercicios escolares do curso médio as excursões e passeios aos campos de cultura, jardins, museus, exposições, feiras e mercados, etc., e a organização de collecções de historia natural.

Art. 339. No curso superior os alumnos deverão fazer a revisão do curso médio em relação ao estudo de physica e historia natural, ampliando-o quer em relação ao estudo do homem, dos animaes, mineraes e vegetaes, quer na parte referente as primeiras noções systematicas de physica e chimica.

Art. 340. No jardim da Escola e no campo de demonstração deverão ser feitos exercicios sobre terras de cultura, poder fertilizante dos estrumes, culturas demonstrativas em vasos e em parcellas de terreno distribuidas aos alumnos.

Art. 341. São partes complementares do ensino primario agricola os trabalhos manuaes, o ensino professional elementar, o desenho, a dactylographia, gymnastica, os jogos sportivos e exercicios militares, tendo-se sempre em vista, em relação aos dous ultimos a idade e a compleição physica do alumno.

Art. 342. O ministro, ao expedir as instrucções relativas a esta parte do presente regulamento, estabelecerá o programma detalhado do ensino primario agricola e indicará o material de ensino experimental e tudo que disser respeito ao regimen e á hygiene escolar.

ANEXO B - Decreto nº 8.736, de 25 de Maio de 1911**Decreto nº 8.736, de 25 de Maio de 1911**

Approva o regulamento do
Aprendizado Agrícola de
Barbacena, no Estado de
Minas Geraes

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tendo em vista o disposto no art. 589, do decreto n. 8.319, de 20 de outubro de 1910, resolve aprovar o regulamento do Aprendizado Agrícola de Barbacena, no Estado de Minas Geraes, creado pelo decreto n. 8.358, de 9 de novembro do mesmo anno, e que com este baixa, assignado pelo Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio.

Rio de Janeiro, 25 de maio de 1911, 90º da Independencia e 23º da Republica.

HERMES R. DA FONSECA
Pedro de Toledo

CAPITULO I**DO APRENDIZADO E SEUS FINS**

Art. 1º O Aprendizado Agrícola de Barbacena tem por fim formar trabalhadores aptos nos diferentes serviços da pequena propriedade rural, principalmente nos que se referem á fructicultura, á horticultura e ás industrias que dellas derivam, tendo como accessorios a apicultura e a criação dos animaes domesticos mais uteis ao pequeno cultivador.

Art. 2º O ensino é essencialmente pratico e devo aproveitar, de preferencia, aos filhos de pequenos cultivadores e trabalhadores ruraes que queiram instruir-se, nas referidas especialidades, na cultura, tratamento, multiplicação, aclimatação o melhoramento das plantas fructiferas e hortenses e nos processos do conservação, embalagem, transporte e comercio dos respectivos productos, assim como no fabrico de conservas, geléas, vinhos, licores, vinagres, etc.

Art. 3º. A pratica manual dos diferentes serviços será completada por um curso theorico elementar, como meio do esclarecer e guiar os alumnos para melhor execução dos trabalhos a seu cargo.

Art. 4º O Aprendizado deverá ter organização similar a uma propriedade agricola, orientada pelos modernos methodos culturaes e dispondo dos meios necessarios para obter o maior rendimento util de suas culturas e das industrias correlativas.

Art. 5º Fará parte da educação pratica dos alumnos a frequencia ás officinas para o ensino profissional elementar e para o trabalho do ferro e da madeira e outras mencionadas no presente regulamento.

Art. 6º O Aprendizado cuidará igualmente da educação physica dos alumnos, por meio de exercicios de gymnastica, jogos adequados á sua idade e exercicios militares.

Art. 7º O ensino será completado com excursões a propriedades agricolas, museus, fabricas, officinas, exposições, feiras, mercados, etc.

CAPITULO II

DOS CURSOS DO APRENDIZADO

Art. 8º. O Aprendizado comprehende um curso regular e outro annexo.

Art. 9º. Os cursos serão divididos em semestres, a contar de 15 de julho a 15 de dezembro e de 1 de janeiro a 1 de junho.

Art. 10. As férias serão distribuidas em dous periodos, um de 15 dias, entre o primeiro e o segundo semestre, e outro de 45 dias, no fim do anno lectivo.

CAPITULO III

DO CURSO REGULAR DO APRENDIZADO

Art. 11. O curso regular do Aprendizado constará do ensino theorico elementar a que se refere o art. 3º do presente regulamento e dos trabalhos praticos que lhe correspondem, ficando a primeira parte assim distribuida:

1º anno

1ª cadeira (a cargo do auxiliar agronomo):

a) noções de sciencias naturaes applicadas á agricultura;

2ª cadeira (a cargo do director):

b) noções de agricultura geral, especialmente relacionada com a fructicultura e horticultura.

2º anno

1ª cadeira (a cargo do director):

a) noções de agricultura geral (continuacão);

- b) arboricultura, fructicola, silvicultura e pomologia;
- c) molestias e inimigos mais communs das plantas e meios de os combater;
- d) educação civica, noções de direito civil.

2ª cadeira (a cargo do auxiliar agronomo):

- a) cultura de plantas hortenses e flores;
- b) elementos de zootechnia e apicultura;
- c) preparo dos productos, embalagem, conservação, ind ustrias.

3ª cadeira (a cargo do auxiliar agronomo):

Desenho de objectos usuaes e machinismos simples.

Art. 12. Além das materias indicadas para o segundo anno, serão ministrados aos alumnos, pelo escripturario do Aprendizado, elementos de contabilidade agricola.

Art. 13. O director e o auxiliar agronomo serão auxiliados, na parte pratica dos respectivos cursos, pelo chefe de culturas e pelo pratico de industrias agricolas.

CAPITULO IV

DO CURSO ANNEXO

Art. 14. O curso annexo do Aprendizado comprehende o curso preparatorio ou primario e o de adultos.

Art. 15. O curso primario será destinado aos alumnos que delle precisarem para a matricula no curso regular e aos trabalhadores ruraes que não souberem ler e escrever, sendo o primeiro diurno e o segundo nocturno.

Art. 16. O ensino primario será ministrado de accôrdo com o programma constante do regulamento interno do Aprendizado e constará, não só das materias proprias do curso, como tambem de noções de historia natural e de agricultura, ministrados pelo methodo intuitivo, com o fim de lhes despertar interesse pela vida agricola.

Art. 16. O ensino primario será ministrado de accôrdo com o programma constante do regulamento interno do Aprendizado e constará não só das materias proprias do curso, como tambem de noções de historia natural e de agricultura, ministrados pelo methodo intuitivo, com o fim de lhes despertar interesse pela vida agricola.

Art. 17. O ensino das noções referidas no artigo anterior deve ser ministrado de accôrdo com o curso a que o alumno pertence, na gradação escolar, isto é, curso elementar, médio e superior.

Art. 18. No curso elementar devem ser ministradas aos alumnos lições de cousas com explicações simples e intuitivas sobre os reinos da natureza, os phenomenos mais communs, as materias primas e as transformações a que estão sujeitas pelo trabalho agricola e industrial.

Art. 19. O ensino do curso elementar deve ser completado com passeios, excursões e organização de pequenas colleções escolares.

Art. 20. Nas aulas de escripta, leitura, calculo mental, exercicio de desenho e nas lições das diversas materias do programma deverão os professores escolher, de preferencia, sempre que fôr possivel, questões que se relacionem com a historia natural e a agricultura, em seus differentes ramos.

Art. 21. No curso médio deverão ser ministrados aos alumnos noções elementares de historia natural, intuitiva e experimentalmente, com auxilio de apparatus simples e mediante exercicios e demonstrações ao alcance da capacidade dos alumnos.

Art. 22. Completarão as lições e exercicios escolares do curso médio as excursões e passeios aos campos de cultura, exposições, feiras, mercados, etc., e a organização de colleções de historia natural.

Art. 23. No curso superior os alumnos deverão fazer a revisão de curso médio, em relação ao estudo da physica e historia natural, ampliando-o quer em relação ao estudo do homem, dos animaes, mineraes e vegetaes, quer na parte referente ás primeiras noções systematicas de physica e chimica.

Art. 24. São partes complementares do ensino primario, no Aprendizado, os trabalhos manuaes, o ensino profissional elementar, o desenho, a gymnastica e exercicios, tendo-se sempre em vista, em relação aos dous ultimos, a idade e a compleição physica do alumno.

Art. 25. Os alumnos do curso primario poderão assistir aos exercicios praticos do curso especial, a juizo do director.

Art. 26. O numero de alumnos do curso primario será fixado annualmente pelo ministro, ouvido o director.

Art. 27. O curso de adultos a que se refere o art. 14 comprehende o curso primario nocturno para trabalhadores ruraes e as conferencias que sobre os assumptos do programma do Aprendizado serão feitas na séde do mesmo, em dias indicados pelo director.

CAPITULO V

DO REGIMEN ESCOLAR, DO APRENDIZADO E DO METHODO DE ENSINO

Art. 28. O Aprendizado funcionará, quanto ao curso regular, como semi-internato gratuito, não podendo exceder de 50 o numero de alumnos mantidos sob esse regimen.

Paragrafo unico. O maximo da frequencia no semi- internato só poderá ser attingido por deliberação do ministro, ouvido o respectivo director, sendo preciso que as condições locais o exijam e que não haja prejuizo para a hygiene escolar e boa marcha do curso.

Art. 29. O regimen para os alumnos do curso regular é o de frequencia obrigatoria ás aulas, exercicios e trabalhos praticos, conforme as condições estabelecidas no regulamento interno.

Art. 30. O Aprendizado fornecerá gratuitamente aos alumnos do curso regular almoço e merenda, o que poderá ser extensivo aos alumnos do curso preparatório ou primario, quando tomarem parte nos trabalhos praticos, a juizo de director.

Art. 31. Os trabalhos praticos constarão, indistinctamente, de todos os serviços do Aprendizado, que serão feitos tanto quanto possivel, exclusivamente pelos alumnos, sendo o pessoal de trabalhadores ruraes reduzido ao minimo.

Paragrafo unico. Em caso de necessidade poderá ser admittido pessoal extraordinario, que será dispensado logo que terminarem os serviços que houverem determinado a admissão.

Art. 32. Os trabalhos do campo e das officinas serão dirigidos pelos respectivos chefes, sob a fiscalização immediata do director ou do auxiliar agronomo.

Art. 33 Sempre que os serviços permittirem, os alumnos do primeiro anno deverão acompanhar os trabalhos praticos do segundo anno, sob a fiscalização dos seus chefes.

Art. 34. Os alumnos deverão permanecer no mesmo serviço durante certo tempo, sendo o periodo normal para o primeiro anno de oito dias e para o segundo de 15.

Art. 35. Cada alumno será obrigado a lançar diariamente, em caderneta apropriada, a relação dos trabalhos executados diariamente e as observações que fizerem sobre os mesmos,

Art. 36. As cadernetas de que trata o artigo anterior serão examinadas e visadas semanalmente pelos chefes de cultura ou de officinas e servirão para fixação da diaria a que tiver direito o alumno e para a formação da média annual necessaria ao accesso no anno immediato.

Art. 37. O director reunirá no começo da semana todos os alumnos, na presença do auxiliar agronomo e dos chefes de serviço, com o fim de distribuir pessoalmente os serviços, analysando, ao mesmo tempo, os trabalhos executados durante a semana e fazendo as recommendações que julgar convenientes, inclusive os elogios ou reprimendas que os mesmos alumnos houverem merecido.

Art. 38. O curso theorico elementar deverá ser feito após o periodo de repouso que succeder ás refeições, sendo evitados os trabalhos de campo durante as horas de temperatura mais elevada.

Art. 39. O horario do Aprendizado obedecerá a seguinte ordem:

Das 7 ás 10 1/2, trabalhos praticos.

Das 10 1/2 ás 12, refeição e descanso

Das 12 ás 2 horas, aulas theoricas.

Das 2 ás 2 1/4, merenda.

Das 2 1/4 ás 5, trabalhos praticos.

Art. 40. Quando o director julgar conveniente, poderá inverter ou transferir as aulas theoreticas de uma para outra semana, attendendo ao melhor aproveitamento do tempo, tendo em vista a estação e os trabalhos extraordinarios.

Art. 41. Os exercicios physicos e militares serão comprehendidos entre os trabalhos theoreticos, para o effeito da distribuição do tempo e serão ministrados nos dous annos, pelo menos duas horas por semana.

CAPITULO VI

DAS DEPENDENCIAS E INSTALLAÇÃO

Art. 42. Haverá no Aprendizado as seguintes dependencias e installações:

- a) deposito de machinas, instrumentos, utensilios agricolas, insecticidas e fungicidas;
- b) construcções proprias para os differentes animaes, estrumeira, deposito de sementes, forragens e productos agricolas;
- c) campo de demonstração, collecções de arvores e plantas vivas, horta, pomar, jardim, viveiros, apiario, estabulo, gallinheiro, pocilga, etc.;
- d) installações para conservação e seccagem de fructas, fabrico de vinho, licores, geléas, compotas, etc.;
- e) installações para o beneficiamento e emballagem de productos;
- f) gabinete de laboratorio de physica e chimica com aparelhos simples;
- g) gabinete de historia natural com collecções didacticas e herbario, principalmente organizado com collecções obtidas pelos alumnos do referido curso;
- h) bibliotheca agricola com livros elementares, revistas sobre os assumptos comprehendidos no programma do Aprendizado;
- i) museu agricola;
- j) officina para o ensino profissional elementar;
- k) officinas para o trabalho do ferro, da madeira, vime, olaria, pintura, alvenaria, etc.;
- l) posto meteorologico.

Art. 43. Na distribuição das culturas e plantações dever-se-á attender ás seguintes divisões:

- a) arboricultura, propriamente dita;
- b) viveiros;
- c) culturas hortenses;

d) jardins;

e) culturas forrageiras

Art. 44. A divisão de arboricultura devo comprehender:

a) collecções do maior numero possivel de variedades grupadas por especies e exigencias culturaes, sendo cada variedade representada pelo menos por dous exemplares, e cujo numero será augmentado de accôrdo com as influencias resultantes do modo de multiplicação;

b) escola de póda, onde será estudada, sobre variedades de maior valor, a inflnencia da fórma e da póda;

c) pomar-modelo, onde serão economicamente cultivadas as variedades de maior valor ou rendimento, inclusive as viticolas, não só como ensinamento pratico aos alumnos, como tambem para fornecimentos de materia prima para o logar e installações destinadas ao fabrico de licores geléas, compotas, etc.

Art. 45. A divisão de viveiros deve comprehender:

a) sementeiras e multiplicações que reclamam maior cuidado;

b) plantas-mães e multiplicações por alporques;

c) enxertias e educação das mudas;

d) selecção e observações, comprehendendo estudos sobre mutação, principalmente no que se refere ás fructeiras nacionaes pouco ou não cultivadas;

e) plantas lenhosas, ornamentos e florestaes e destinadas a cercas.

Art. 46. A secção de culturas hortenses comprehende:

a) horta adequada á pequena lavoura, onde serão cultivadas as hortaliças mais uteis ao pequeno cultivador;

b) cultura economica de hortaliças destinadas ao mercado e ás fabricas de conserva do Aprendizado;

c) collecção completa de plantas hortenses cultivadas com o fim de as fazer conhecidas dos alumnos e servirem de campo de ensaio para escolha das variedades que melhor se prestarem á região;

d) cultura de plantas hortenses para producção de sementes.

Art. 47. Os jardins constarão de plantas ornamentaes annuaes e vivazes, destinadas principalmente ás necessidades do Aprendizado.

Art. 48. As culturas forrageiras serão destinadas a fornecer alimentação para os animaes do estabelecimento.

CAPITULO VII

DO PESSOAL DE ENSINO E ADMINISTRATIVO

Art. 49. O pessoal de ensino do Aprendizado constará de:

- a) um director e professor das materias constantes do art. 11;
- b) um auxiliar agronomo e professor das materias mencionadas no art. 11;
- c) um professor primario, tendo um ou mais adjuntos, conforme o numero de alumnos;
- d) um escripturario e professor de contabilidade agricola;
- e) dous conservadores da bibliotheca e do museu, etc., e inspectores de alumnos;
- f) um economo;
- g) um chefe de culturas (encarregado dos pomares, viveiros, etc);
- h) um chefe de culturas (encarregado do jardim, horta e cultura forrageiras);
- i) um tratador de animaes;
- j) um pratico de industrias agricolas;
- k) um mestre de officina para o trabalho do ferro;
- l) um mestre de officina para o trabalho da madeira;
- m) operarios para o trabalho de alvenaria, olaria, couro, vime, etc.;
- n) um porteiro-continuo;
- o) serventes e trabalhadores, em numero necessario aos differentes serviços.

CAPITULO VIII

DA ADMISSÃO DE ALUMNOS

Art. 50. Para ser admittido como alumno de curso regular deve o candidato submeter-se a exame de admissão, que versará sobre as materias do curso primario conforme o programma das escolas officiaes, ter pelo menos 14 annos de idade e 18 no maximo, ter boa conducta e constituição physica que o torne apto para o serviço do campo, ser vaccinado, revaccinado e não soffrer de molestias contagiosas ou infecto-contagiosas.

Art. 51. Para admissão no curso preparatorio ou primario deve o candidato ter, pelo menos, 11 annos de idade e o maximo de 16, boa conducta e reconstituição physica, ser vaccinado e revaccinado e não soffrer de molestias contagiosas ou infecto-contagiosas, devendo o numero de matriculados ser fixado pelo ministro, ouvido o director.

Art. 52. Para matricula no curso de adultos são condições essenciaes ter boa conducta e não soffrer das molestias a que se refere o artigo anterior.

Art. 53. A matricula em qualquer dos cursos é gratuita, sendo que o alumnos do curso regular terão direito á alimentação, na fórmula do art. 30.

Art. 54. Terão preferencia para a matricula nos cursos regular e primario os filhos de agricultores, profissionaes de industria rural e trabalhadores agricolas, na razão de 60 % sobre o numero fixado para a mesma, devendo ser preenchidas as vagas restantes com filhos de pessoas que exerçam outras profissões.

Art. 55. A juizo do director, poderão ser admittidas moças de 14 a 18 annos no curso theorico elementar e nos trabalhos do Aprendizado a que as mesmas se puderem dedicar, sendo condição essencial reunirem os requisitos do art. 50.

CAPITULO IX

DOS EXAMES, CERTIFICADOS DE CAPACIDADE E PREMIOS ESCOLARES

Art. 56. O ensino será obrigatorio, gradual e successivo, não podendo o alumno passar de um anno a outro sem ter sido approvedo em exame, que se realizará no fim de cada anno lectivo e sem ter obtido nos trabalhos por elle executados no mesmo decurso de tempo, a média annual a que se refere o art. 36.

Art. 57. O exame de que trata o artigo anterior será theorico e pratico, de accôrdo com o programma em vigor, e obedecerá ás normas que forem estabelecidas no regulamento interno.

Art. 58. Os alumnos que concluirem o curso terão direito a um certificado de capacidade em trabalhos praticos de agricultura, cabendo-lhes preferencia nos cargos de ministerio condizentes com os mesmos conhecimentos.

Art. 59. Serão tambem preferidos na aquisição de lotes nos centros agricolas, e ao que mais se houver distinguido, por sua conducta e aproveitamento, poderá o Governo conceder um lote gratuitamente.

CAPITULO X

DO REGIMEN ECONOMICO DO APRENDIZADO

Art. 60. Os alumnos do curso regular receberão, a titulo de remuneração de serviço, uma diaria que será relativa ao anno a que pertencer e á applicação revelada nos trabalhos praticos.

Art. 61. A diaria de que trata o artigo anterior será assim distribuida:

Primeiro anno (applicação regular)	\$400
Primeiro anno (applicação notavel)	\$600
Segundo anno (applicação regular)	\$600
Segundo anno (applicação notavel)	\$800

Art. 62. Os antigos alumnos que, de conformidade com o art. 61, forem aproveitados como ajudantes dos chefes de cultura, perceberão a diaria de 2\$000.

Art. 63. As diarias comprehendidas no art. 61 poderão ser supprimidas pelo director do Aprendizado ao alumno que como penalidade applicada infringir a disciplina ou patentear desidia nos trabalhos a seu cargo.

Art. 64. Em relação á renda das officinas, regularão as disposições concernentes ao assumpto nas Escolas de Artifices.

Art. 65. A renda das culturas e da manipulação dos productos será assim distribuida:

- a) 5 % ao director;
- b) 4 % ao auxiliar agronomo;
- c) 3 % ao chefe de culturas;
- d) 3 % ao escripturario e professor de contabilidade agricola;
- e) 2 % ao jardineiro e horticultor;
- f) 1 % no encarregado dos animaes e ao pratico de industrias agricolas;
- g) 20 % para serem distribuidos annualmente pelos alumnos, na ordem do respectivo merito de accôrdo com a proposta do director, approvada pelo ministro;
- h) a quantia restante será recolhida á competente estação fiscal, na fórma da lei n. 628, de 17 de setembro de 1851

CAPITULO XI

DOS DEVERES DO PESSOAL DE ENSINO ADMINISTRATIVO

Do director:

Art. 66. Ao director, que será substituido em seus impedimentos pelo auxiliar-agronomo, incumbe:

1º, distribuir e fiscalizar todos os serviços inherentes ao Aprendizado, de accôrdo com o presente regulamento e o regulamento interno, que deverá observar e fazer cumprir;

2º, leccionar as materias que lhe competem, conforme os methodos pedagogicos prescriptos no presente regulamento, de accôrdo com o respectivo programma;

3º, inspeccionar as aulas, gabinetes, officinas e mais dependencias e installações do Aprendizado, velando pela boa ordem e disciplina;

4º, interessar-se na propaganda dos melhores methodos de culturas e dos novos ramos de producção agricola e de industria rural, por meio de conferencias, publicações, concursos, experiencias, congressos e comicios ou por outros meios que pareçam efficazes;

5º, fazer propaganda a favor dos syndicatos, cooperativas e instituições de mutualidade agricola por meio de conferencias praticas e distribuição das publicações que lhe forem remetidas pelo ministerio a favor da conservação ou replantio das mattas, promovendo, periodicamente, festas das arvores e fazendo conferencias sobre o assumpto;

- 6º, executar as decisões do ministerio em relação á administração do Aprendizado;
- 7º, enviar ao ministro, devidamente informados, os requerimentos ou quaesquer reclamações dos funcionarios do Aprendizado ou dos alumnos;
- 8º, dar publicidade aos editaes para a matricula dos alumnos, resolver sobre os respectivos requerimentos, de cujos despachos haverá recurso para o ministro;
- 9º, autorizar, mediante despacho, a matricula dos alumnos e as certidões que tiverem de ser extrahidas dos livros da secretaria;
- 10, assignar todos os actos que dependerem de sua assignatura, inclusive os certificados escolares de que trata o art. 58;
- 11, responder ás consultas que lhe forem feitas por agricultores ou profissionaes de industria rural, relativamente aos assumptos de sua cadeira ou ao regimen economico do Aprendizado;
- 12, encaminhar ao auxiliar-agronomo, ao escripturario e professor de contabilidade ou a outros funcionarios as consultas que lhes competirem, velando para que sejam attendidas convenientemente, devendo as respectivas respostas ser transmittidas por seu intermedio;
- 13, promover annualmente, na séde do Aprendizado, exposições agricolas e de artefactos nas officinas, devendo servir as alludidas exposições para julgamento do gráo de adeantamento dos alumnos e distribuição de premios aos mesmos, na fórmula do art. 12 do decreto n. 7.763, de 23 de dezembro de 1909;
- 14, promover conferencias e concursos sobre assumptos praticos, designando os funcionarios que os devem realizar;
- 15, enviar annualmente ao ministro o programma dos cursos e dos exercicios praticos;
- 16, designar os funcionarios que devem fazer excursões com os alumnos e estabelecer o itinerario e a respectiva orientação;
- 17, rubricar os livros de contabilidade e todos os que se referirem ás diversas installações e dependencias do estabelecimento;
- 18, promover a collaboração dos funcionarios que tiverem a seu cargo funções technicas, para o boletim do ministerio;
- 19, examinar as contas de fornecimentos e visal-as para remettel-as á Delegacia Fiscal do Thesouro, depois do respectivo processo, enviando uma das vias á Directoria Geral de Contabilidade do Ministerio;
- 20, elaborar o projecto de orçamento annual do Aprendizado e romettel-o ao ministro por intermedio da Directoria Geral de Agricultura o Industria Animal;
- 21, solicitar da respectiva Delegacia Fiscal do Thesouro o pagamento das folhas do pessoal, contas de fornecimentos e mais despezas do Aprendizado, de accôrdo com os creditos

distribuidos e com a circular n. 2.165, de 12 de setembro de 1910, e mais instruções e ordens do ministério;

22, requisitar da mesma delegacia os adiantamentos para as despesas miudas e de prompto pagamento;

23, promover a abertura de concorrência para os fornecimentos ordinários do Aprendizado e os extraordinários que puderem ser sujeitos a essa medida;

24, enviar mensalmente à directoria de contabilidade do ministério uma das folhas de pagamento e os documentos de despesa, acompanhando o balancete respectivo;

25, visar os pedidos de fornecimentos para o Aprendizado, os quaes deverão constar dos livros de talões;

26, assistir, sempre que fôr possível, ás aulas e aos exercicios do Aprendizado;

27, suspender os empregados, em consequencia de falta de disciplina, até 15 dias;

28, admitir e dispensar os serventes, feitor e o pessoal operario e subalterno;

29, apresentar ao ministro, até 15 de fevereiro, um relatório annual sobre os trabalhos do Aprendizado e designar as mais occurencias, além das informações que lhe cabe dar periodicamente;

30, tomar providencias urgentes que julgar conveniente para regularidade dos serviços do Aprendizado, submettendo-as immediatamente á approvação do ministro;

31, presidir as mesas examinadoras em que tiver de funccionar;

32, dirigir a exploração da fazenda experimental, que corre sob sua responsabilidade, e submeter annualmente á approvação do ministro, por intermedio do director da escola, o plano de exploração para o anno seguinte, comprehendendo o respectivo orçamento;

33, enviar annualmente ao ministro um mappa da matricula dos alumnos com referencias feitas a cada um em relação á sua frequencia, comportamento e gráo de proveito obtido.

Art. 67. O director residirá no edificio que lhe é destinado na séde do Aprendizado e não poderá ausentar-se por mais de oito dias, sem autorização do ministro.

Art. 68. O director é o superior hierarchico de todos os funcionarios do Aprendizado.

Do auxiliar-agronomo:

Art. 69. Ao auxiliar-agronomo compete:

1º, substituir o director em seus impedimentos temporarios;

2º, auxiliá-lo em todos os trabalhos da directoria;

3º, leccionar parte do curso, não incluindo as materias que competem ao director, de accôrdo com o programma approved pelo ministro;

4º, cumprir as prescripções do presente regulamento e do regimento interno, na parte que lhe competir;

5º, comparecer com pontualidade ás aulas e aos exercicios praticos;

6º, acompanhar e dirigir os alumnos nas excursões e nos trabalhos praticos attinentes ás materias de sua aula;

7º, participar, por escripto, ao director, quando, por motivo justificavel, não puder comparecer ás aulas e aos exercicios;

8º, organizar os pontos para exames e submettel-os á approvação do director;

9º, apresentar ao director, no fim de cada anno lectivo, o programma de sua aula e dos exercicios praticos que lhe corresponderem, para ser adoptado no anno seguinte;

10, aceitar qualquer commissão technica que lhe seja confiada pelo director, relativamente aos assumptos de sua aula;

11, responder, por intermedio do director, ás consultas que lhe forem feitas por agricultores, criadores ou profissionaes de industria rural;

12, realizar excursões scientificas, a bem do ensino, cabendo-lhe, neste caso, a diaria estabelecida no presente regulamento;

13, ensinar praticamente aos alumnos, além das materias a que se refere o § 3º do presente artigo, elementos de topographia e desenho topographico.

Art. 70. Ao pessoal do Aprendizado serão applicadas as seguintes penas, de conformidade com a falta que houver commettido:

1º, perda de gratificação de um a oito dias;

2º, perda de todos os vencimentos durante o mesmo periodo;

3º, suspensão do exercicio com perda de vencimentos;

4º, demissão.

Art. 71. As penas constantes dos ns. 1 e 2 serão applicadas pelo director e as dos ns. 3 e 4 pelo ministro, sob proposta do director e ouvido o delinquente.

Do professor primario:

Art. 72. Ao professor primario compete:

1º, leccionar as materias do curso primario, de accôrdo com o programma approved pelo director e elaborado de conformidade com os dispositivos do presente regulamento;

2º, velar pela boa ordem e disciplina nas aulas e nos exercicios praticos;

3º, acompanhar os alumnos nas excursões que tiverem de fazer a bem do ensino;

Do adjunto do professor primario:

Art. 73. Ao adjunto do professor primario compete:

1º, auxiliar o professor primario e substituil-o em seus impedimentos temporarios;

2º, secundal-o em todos os trabalhos que lhe forem affectos.

Do escripturario:

Art. 74. Ao escripturario compete:

1º, leccionar contabilidade agricola, de accôrdo com o programma respectivo, approved pelo ministro;

2º, redigir a correspondencia do Aprendizado, consoante as instrucções e ordens do director;

3º, fazer a escripturação do Aprendizado, inclusive da fazenda experimental, devendo esta obedecer á orientação traçada no presente regulamento e no regimento interno;

4º, processar todos os papeis que tenham de subir ao conhecimento do director, fazendo suscinta exposição delles e interpondo sua opinião, quando, julgar necessario;

5º, lavrar as actas dos exames e outros actos que tiverem logar no Aprendizado;

6º, preparar os esclarecimentos que tiverem de servir de base ao relatorio do director;

7º, organizar a relação das contas, devidamente documentadas, para serem submettidas ao exame do director;

8º, registrar no livro competente todas as alterações ocorridas no pessoal do Aprendizado;

9º, organizar o attestado de frequencia e as folhas de pagamento do pessoal do Aprendizado;

10, propor ao director todas as medidas que entender necessarias ao bom andamento dos trabalhos a seu cargo e conservar sob sua guarda, devidamente archivados, os livros e documentos relativos a administração do Aprendizado.

Dos conservadores e inspectores de alumnos:

Art. 75. Aos conservadores e inspectores de alumnos incumbe:

1º, trazer em boa ordem e perfeito estado de conservação todo o material existente nos gabinetes, laboratorios, bibliotheca, museu e mais dependencias a seu cargo;

2º, lançar em livro proprio o inventario de todo o material e quaesquer objectos existentes nas repartições a seu cargo, á medida que forem sendo adquiridos para o serviço;

3º, cumprir todas as ordens que emanarem do director e dos professores, fazendo no recinto dos gabinetes e laboratorios respectivos a necessaria policia;

4º, providenciar para que diariamente todos os aparelhos, vasilhame e qualquer material utilizado no serviço do ensino do dia sejam recolhidos aos logares competentes, depois da limpeza indispensavel;

5º, velar pela ordem, decoro e socego que devem reinar no Aprendizado e particularmente nas proximidades das aulas ou exercicios, dando immediatamente sciencia ao director de qualquer occurrencia que tenha perturbado o serviço, com declaração dos nomes dos autores da indisciplina havida;

6º, velar pelo asseio dos alumnos, impedindo que elles compareçam ás aulas e refeições em trajas menos decentes ou que se entreguem á pratica de vicios ou actos moralmente inadmissiveis;

7º, fazer com que os alumnos compareçam pontualmente ás aulas e quaesquer outros trabalhos exigidos pelos professores, dando a estes informações sobre o motivo da ausencia dos que não acudiram á chamada;

8º, cumprir com exacção as determinações dos professores em tudo que disser respeito ao asseio, á policia, á ordem, disciplina e decoro das aulas;

9º, velar pela boa ordem e asseio dos gabinetes, laboratorios, herbarios e mais dependencias confiadas á sua guarda e vigilancia;

10, manter aberta a bibliotheca e o museu todos os dias uteis, segundo o horario estabelecido pelo director, de accôrdo com as necessidades do ensino;

11, impedir que os livros e quaesquer outras publicações sejam retirados da bibliotheca sem prévia autorização do director, devendo o professor ou alumno que os retirar passar o respectivo recibo em livro para isso destinado e restituil-os no prazo maximo de tres dias;

12, fornecer aos alumnos, mediante licença do director, os especimens necessarios e reclamar a sua restituição logo depois da terminação dos estudos, não consentindo que nenhum objecto esteja fóra do museu ou do herbario por mais de 24 horas.

Art. 76. Aos chefes de cultura compete, além do que se contiver nas instrucções que lhe forem dadas pelo director:

1º, a direção dos trabalhos da sua respectiva secção;

2º, instruir os alumnos na pratica dos diversos serviços a seu cargo;

3º, registrar, em caderneta especial, segundo a ordem chronologica, todos os factos concernentes aos trabalhos e serviços executados na preparação do sólo, sementeira, amanhos, tratamento preventivo e curativo das plantas doentes, colheita, beneficio e conservação dos productos.

Art. 77. O tratador de animaes deve zelar pela saude e manutenção dos animaes, levando ao conhecimento do director qualquer facto anormal que occorra nos estabulos. Incumbe-lhe prestar a maxima attenção ao serviço de arraçoamento dos animaes, attendendo á idade e á raça, fiscalizando o preparo distribuição das rações e a limpeza de todos os animaes e o asseio dos estabulos, gallinheiros e pocilgas.

Parapho unico. Ao tratador de animaes cabe igualmente cuidar dos differentes serviços que se relacionam com o apiario.

Art. 78. O pratico de industrias agricolas deverá observar as ordens e instrucções do director e do auxiliar-agronomo na execução das operações referentes ás industrias proprias do Aprendizado, empregando todo o cuidado no serviço, afim de obter productos que reunam as melhores condições, cabendo-lhe tambem velar pela guarda e conservação dos apparatus e machinas industriaes.

Art. 79. Os mestres de officinas e operarios para o trabalho do ferro e da madeira, do vime, da pintura e da alvenaria executarão os serviços e farão as obras que lhes forem determinadas, de accôrdo com as necessidades do ensino manual e mecanico dos alumnos.

Do economo:

Art. 80. Ao economo incumbe:

1º, attender a tudo que se relacionar com as refeições dadas aos alumnos, conforme o disposto no art. 30 e as prescripções do regulamento interno;

2º, ter sob sua guarda e responsabilidade todo o material e ferramentas destinados ás diversas installações do Aprendizado;

3º, ter sob suas ordens o pessoal necessario para auxiliar-o na execução dos serviços que lhe competem;

4º, organizar, conforme fôr determinado pelo director, os pedidos de generos e material necessarios ao estabelecimento;

5º, registrar os pedidos, depois de rubricados pelo director, em um livro-talão;

6º, apresentar ao director, no fim de cada mez, um balancete geral e detalhado dos generos e material gastos, mencionando a respectiva importancia.

Do mestre de gymnastica e exercicios militares:

Ao mestre de gymnastica e exercicios, militares incumbe:

Art. 81. Dirigir e orientar, de accôrdo com as insctruções approvadas pelo director do Aprendizado, a educação physica dos alumnos pelos methodos mais modernos, escolhidos os jogos e exercicios compativeis com a estação e a constituição organica de dada alumno.

Do porteiro-continuo:

Art. 82. Ao porteiro-continuo compete:

1º, cuidar da segurança e asseio do edificio e cumprir as ordens que, nesse sentido, lhe forem dadas pelo director:

2º, tomar o ponto, dirigir e fiscalizar o serviço dos serventes;

3º, verificar a entrada e sahida dos volumes e artigos de qualquer natureza, o que só pôde ter logar de accôrdo com as disposições regulamentares.

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 83. As installações do Aprendizado poderão ser utilizadas pelos pequenos cultivadores da zona, mediante as condições que forem estabelecidas no regimento interno.

Art. 84. O Aprendizado será franqueado, mediante licença do director, a qualquer agricultor, criador ou industrial agricola que queira assistir aos serviços a seu cargo.

Art. 85. Todos os serviços a cargo do Aprendizado deverão ser cuidadosamente escripturados, consoante as regras da contabilidade agricola.

Art. 86. O director, o auxiliar-agronomo, o escripturario, os conservadores e inspectores de alumnos, os chefes de culturas, os mestres de officinas e mais pessoal administrativo serão nomeados pelo ministro, e o pessoal operario e diarista pelo director.

Art. 87. O director, quando em serviço fóra da respectiva séde, perceberá, a juizo do ministro, a diaria de 10\$; o agronomo, em identicas condições, perceberá a diaria de 8\$; o chefe de culturas, o escripturario e o pratico de industrias agricolas a de 5\$ a 7\$000.

Art. 88. O pessoal do Aprendizado perceberá os vencimentos da tabella annexa.

Art. 89. O Aprendizado poderá constituir patrimonio, na fórmula dos arts. 581, 582 e 583 do regulamento geral do ensino agronomico.

Art. 90. As aulas theoricas e os trabalhos do Aprendizado poderão ser assistido por qualquer agricultor ou pessoas interessadas, mediante licença do director.

Art. 91. O ministro expedirá o regimento interno do Aprendizado tendo em vista as bases formuladas pelo director.

Rio de Janeiro, 25 de maio de 1911. - Pedro de Toledo.

Tabella a que se refere a art. 88

VENCIMENTOS DO PESSOAL DO APRENDIZADO AGRICOLA DE BARBACENA

Categoria	Ordenado	Gratificação	Total
Director	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000
Auxiliar-agronomo.....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000
Professor primario.....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
Adjunto.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
Escriturario.....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
Economico.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
Conservador e inspector de alumnos.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
Chefe de culturas.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
Pratico de industrias agricolas.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
Mestres de officinas.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
Porteiro-continuo.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
Tratador de animaes (salario mensal de 150\$000).....	-	-	1:800\$000
Operario (salario mensal de 120\$000 a 180\$000).....	-	-	1:440\$000 2:160\$000
Servente (salario mensal de 100\$000.....	-	-	1:200\$000
Trabalhador (salario mensal de 60\$000 a 90\$000).....	-	-	720\$000 1:080\$000

Rio de Janeiro, 25 de maio de 1911. - Pedro de Tolledo.

Publicação:

- Diário Oficial da União - Seção 1 - 30/05/1911 , Página 6534 (Publicação)

ANEXO C - Decreto nº 22.934, 1933



Senado Federal
Subsecretaria de Informações

DECRETO N. 22.934 – DE 13 DE JULHO DE 1933

Transforma o Aprendizado Agrícola de Barbacena em Escola Agrícola e dá outras providencias

O Chefe do Governo Provisório da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das atribuições que lhe confere o art. 1º do decreto n. 22.398, de 11 de novembro de 1930:

Considerando que o Aprendizado Agrícola de Barbacena – criado pelo decreto n. 8.359, de 9 de novembro de 1910 e regulamentado pelo decreto n. 8.736, de 25 de maio de 1911 – por seu desenvolvimento e organização foi considerado de primeira classe, pela lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918, destacando-se assim de seus congêneres;

Considerando ainda que, pela razão acima, foram, por portaria de 2 de abril de 1927, aprovadas instruções, estabelecendo um Curso de Chefe de Culturas que, naquele Aprendizado Agrícola, vem funcionando regularmente desde aquela data;

Considerando também que o regulamento do Aprendizado é o mesmo da sua criação em 1911, e, portanto, em desacordo com a atual finalidade do estabelecimento, cujo Curso Técnico profissional sobrepujou, em desenvolvimento, ao dos seus congêneres fundados na mesma época;

Considerando, finalmente, que o Ensino Agrônomo, a cargo do Ministério da Agricultura, não pode deixar de compreender um estabelecimento que tenha por fim preparar "Instrutores Agrícolas", que representarão na vida prática os elementos intermediário e indispensável entre o técnico – agrônomo, engenheiro agrônomo ou medico veterinário – e o trabalhador rural;

Decreta:

Art. 1º Fica o Aprendizado Agrícola de Barbacena transformado em uma Escola Agrícola com a denominação de "Escola Agrícola de Barbacena", directamente subordinado á Directoria do Ensino Agronomico e regendo-se pelo Regulamento que este baixa.

Art. 2º Os atuais alumnos do "Curso Elementar" os do primeiro, segundo e terceiro anos do "Curso de Adaptação" e os do primeiro, segundo e terceiro anos do "Curso de Chefe de Culturas" do actual Aprendizado Agrícola de Barbacena serão matriculados, respectivamente, no primeiro, segundo terceiro e quarto anos do "Curso de Adaptação" e, primeiro segundo e terceiro anos do "Curso Profissional" da Escola; Agrícola de Barbacena.

Art. 3º O pessoal titulado da Escola Agrícola de Barbacena será o seguinte:

1 director e professor da 4ª cadeira; 1 vice-director e professor da 2ª cadeira; 1 professor da 3ª cadeira; 1 medico; 1 professor da 5ª cadeira; 1 2º escripturario; 1 professor da 1 cadeira; 1 cirurgião dentista; 1 professor primário; 1 ecônomo almoxarife; 3 mestres de oficinas; 2 práticos de Industrias Agrícolas; 1 chefe de disciplina; 3 adjuntos de Professor - primário; 1 escrevente- dactilographo; 1 conservador de gabinete e laboratório, e 1 porteiro continuo.

Parapho único. Os vencimentos do pessoal permanente da Escola Agrícola de Barbacena, constantes da tabella annexa ao Regulamento que com este baixa, correrão, a contar do dia 1 do corrente mês, por conta dos saldos apurados, em 30 de junho ultimo, na importância de setenta e cinco contos e trezentos mil réis (75:300\$000), nas sub-consignações sete (7) o oito (8) – Consignação: "Pessoal Permanente" – Título: Pessoal, da verba 2ª – Directoria Geral de Agricultura.– das tabellas baixadas pelo decreto n. 22.509, de 27 de fevereiro de 1933, e do reforço de vinte e um

contos e novecentos mil réis (21 :900\$000) a ser concedido dentro do credito especial aberto pelo decreto n. 22.898, de 6 de julho de 1933.

Art. 3º As despesas com o pessoal variável, diárias, ajudas de custo e material necessário á Escola Agrícola de Barbacena continuarão a correr pelas respectivas sub-consignações, destinadas ao actual Aprendizado Agrícola de Barbacena, no orçamento vigente.

Parapho único. Ficam extintas, a partir de 1 do corrente mês, as gratificações de que trata o n. X, alínea 14, art. 16 da lei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1931.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 13 de julho de 1933, 112º da Independência e 45º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Juarez do Nascimento Fernandes Tavora.

Regulamento da Escola Agrícola de Barbacena, a que se refere o decreto n. 22,934, de 13 de julho de 1933

CAPITULO I

DAS FINALIDADES DA ESCOLA

Art. 1º A Escola Agrícola de Barbacena terá, por fim formar "Instructores Agrícolas" instruídos nos modernos processos agrícolas e nas praticas referentes á zootechnica, veterinaria e industrias rurais, devendo os alumnos instruir-se no preparo do solo, cultura, tratamento, multiplicações, aclimação, melhoramento das plantas úteis; nos processos de conservação, transformação, embalagem, transporte, commercio de productos agrícolas e assumptos que se relacionem com as industrias rurais de modo a adquirirem, a par de conhecimentos teóricos, a pratica indispensável ao perfeito desempenho de suas funções, cuidando também da educação física dos alumnos.

CAPITULO II

DO ENSINO

Art. 2º O ensino na Escola Agrícola de Barbacena será theorico - práctico e compreenderá dois cursos "Curso de adaptação" e "Curso profissional".

1. Ensino theorico.

a) "Curso de adaptação".....

Art. 3º O "Curso de adaptação" tem por fim preparar o aluno para o "Curso profissional" e constará de quatro anos, sendo as materias nele ministradas, assim distribuídas :

1º ano – Português (leitura, ditado e caligrafia) – Aritmética (até frações ordinárias)

2º ano Português (leitura, ditado, caligrafia e analyse gramatical) – Aritmética (até sistema métrico, inclusive) – Geometria (elementos) – Geografia geral (prolegomenos, America e Europa) – Desenho (geometrico e trabalhos manuais).

3º ano – Português (sintaxe, redação e caligrafia) – Aritmética (até raiz cubica, inclusive) – Geometria (até áreas, inclusive) – Geografia geral (Ásia, Africa e Oceania) – Historia do Brasil – Corografia do Brasil – Educação moral e cívica – Desenho geométrico e trabalhos manuais.

4º ano – Português (revisão, redação e caligrafia) – Aritmética (ampliação) – Geometria (até volume, inclusive) – Desenho (ajustamento de linhas e noções de projecções) – Física – Química – Historia natural (noções) .

Art. 4º No ensino das materias constantes do artigo anterior, merecerá, especial atenção, a parte relativa ao português, matemática e ciências físicas e naturais.

b) "Curso profissional"

Art. 5º O "Curso profissional" habilitará o aluno obtenção do diploma de "instructor agrícola" e será de três anos, compreendendo as seguintes materias:

1º ano – Física – Química – Zoologia – Botânica e Geologia – Aritmética – Álgebra – Geometria – Projeções e perspectiva – Desenho industrial

2º ano – Física – Química – Zoologia – Botânica e Geologia – Álgebra – Geometria – Trigonometria – Mecânica e máquinas agrícolas – Contabilidade agrícola – Anatomia e fisiologia dos animais domésticos – Apicultura – Zootecnia geral – Sericicultura – Agricultura geral – Desenho industrial e topográfico – Topografia.

3º ano – Química – Zoologia – Botânica – Trigonometria – Contabilidade agrícola – Irrigação – Drenagem Estradas – Construções rurais – Hidráulica – Mecânica e máquinas agrícolas – Higiene, alimentação e tratamento e Julgamento dos animais domésticos – Zootecnia especial – Agrostologia – Moléstias dos animais domésticos – Prática veterinária – Avicultura – Tecnologia rural – Agricultura especial – Tratamento das moléstias e combate as pragas das plantas – Silvicultura – Desenho topográfico – Desenho de projetos de construções rurais – Topografia.

Parágrafo único. Na parte referente à agricultura especial o ensino deverá ser particularidade quanto às culturas de maior importância na região em que está situada a Escola.

Art. 7º As matérias do artigo anterior constituirão as seguintes cadeiras :

1ª cadeira – Física – Química – Botânica – Zoologia e Geologia.

2ª cadeira – Matemática elementar – Mecânica geral e máquinas agrícolas – Hidráulica – Irrigação – Drenagem Estradas – Construções rurais (cálculos e orçamentos) Contabilidade agrícola.

3ª cadeira – Anatomia e fisiologia dos animais domésticos – Apicultura – Zootecnia geral – Sericicultura – Higiene, alimentação, tratamento e Julgamento dos animais domésticos – Prática veterinária – Zootecnia especial – Agrostologia – Moléstia dos animais domésticos – Avicultura e Tecnologia agrícola.

4ª cadeira – Agricultura geral – Agricultura especial – Tratamento das moléstias e combate às pragas das plantas – Silvicultura.

5ª cadeira – Desenho de projeção e perspectiva – Desenho industrial – Topografia (planimetria e altimetria) – Desenho topográfico – Projetos de construções rurais – Noções de arquitetura paisagista.

2. Ensino prático.

Art. 8º O ensino prático sistematizado será ministrado somente aos alunos "do curso profissional", nas diversas seções e oficinas. Estes alunos participarão igualmente de todos os trabalhos agrícolas da escola.

a) "Curso de adaptação.

Art. 9º Os alunos deste curso tomarão parte em todos os trabalhos da escola, familiarizando-se com os mesmos de forma que, ao passarem para o "Curso profissional", já tenham dos mesmos certa prática que facilitará o ensino prático sistematizado.

Art. 10. Os alunos deste curso frequentarão obrigatoriamente a oficina de couro de forma a de habilitarem na confecção e concerto de calçado.

Parágrafo único. Os alunos do 4º ano frequentarão, também, as oficinas para trabalho em madeira e ferro, de modo a adquirirem certa prática que facilitará o ensino prático sistematizado. no "curso profissional", nestas dependências.

b) "Curso profissional"

Art. 11. O ensino prático neste curso será ministrado no laboratório, nas divisões das seções de zootecnia e agricultura e nas oficinas, conforme programa previamente organizado e terá lugar fora do horário das aulas teóricas.

Art. 12. O ensino prático referente a 5ª cadeira será ministrado na estação do ano mais favorável, de modo a permitir nele a permanência dos alunos, sem interrupção, por maior espaço de tempo.

Art. 13. O ensino prático ficará a Cargo dos professores, mestres de oficinas, práticos de indústrias agrícolas, dos mestres de culturas e outros encarregados de serviço.

§ 1º Para maior eficiência deste ensino, na parte referente às 3ª, 4ª e 5ª cadeiras, os alunos serão instruídos em turmas pouco numerosas, sempre que a importância do assunto exigir que a sua execução se faça por cada um de per si, de modo a poder ser apreciada a habilitação individual.

§ 2º O ensino pratico nas officinas, quando ao "curso profissional", só será ministrado aos alumnos do 1º e do 2º annos.

Art. 14. O ensino será completado com excursões ás propriedades e estabelecimentos agrícolas, museus fabricas exposições, feiras mercados, etc., a juízo do director.

CAPITULO III

DO REGIMEN ESCOLAR

Art. 15. A escola funcionará como internato gratuito, para 150 alumnos.

Paragrapho único. A juizo do director poderão ser admittidos alumnos externos e semi-internos.

Art. 16. A frequencia ás aulas theoricas, ás aulas praticas e aos trabalhos, será obrigatória, tendo em vista o disposto nos arts. 8º 9º e 10 e seu paragrapho, sendo desligado o alumno que tiver mais de 30 faltas não justificadas.

Art. 17. Ao director da escola compete organizar o horário das aulas theoricas e trabalhos práticos, de modo que a maior parte das horas normais de trabalho seja consagrada aos trabalhos no campo, nas officinas e outras dependências destinadas á parte pratica dos respectivos estudos, podendo ser supprimidas as aulas theoricas, sem prejuízo da execução dos respectivos programmas, sempre que se tornar urgente o aproveitamento do tempo, tendo em vista a estação e os trabalhos extraordinários.

Art. 18. Para os trabalhos práticos no campo e nas officinas os alumnos do "Curso profissional" serão divididos em turmas que se reversarão semanalmente. Os trabalhos no campo autorizam a requisição dos alumnos destacados para as officinas, sempre que se tratar de serviços que só possam ser feitos dentro de determinada época, não podendo tais requisições exceder de 15 dias, em cada officina, dentro do anno lectivo. Para ser julgada a applicação dos alumnos nos trabalhos práticos, apresentará cada turma, semanalmente, ao director, um relatório dos trabalhos executados na semana. anterior, assignado pelos componente da turma e por um deles redigido que o lerá na presença de todo o curso, fazendo os trabalhos executados, confirmando ou não as notas de applicação dadas pelos chefes dos trabalhos práticos.

Art. 19. As notas de que trata o artigo anterior serão: aprendendo, medíocre, regular e boa
Paragrapho único. Quando a applicação do alumno fôr regular ou boa, lhe dará direito á percepção de uma diária nas seguintes condições :

1º anno – applicação segura.....	\$400
1º anno – applicação boa.....	\$600
2º anno – applicação regular.....	\$600
2º anno – applicação boa.....	\$800
3º anno – applicação regular.....	\$800
3º anno – applicação boa.....	1\$000

Art. 20. As notas de que trata o artigo anterior serão dadas em cadernetas que serão distribuidas a cada um dos chefes dos trabalhos praticos, com folhas que possam ser destacadas e contemham não só espaço reservado aos nomes dos alumnos, numero da turma, como ainda columnas destinadas ao lançamento das horas que tenham trabalhado em cada dia da semana, dados estes que servirão para o confecção da folha de diarias a que fizerem jus os alumnos.

Art. 21. As aulas theoricas serão dadas, de preferencia, pela manhã.

Art. 22. Para que possam ser submettidos a exame no fim do anno lectivo, os alumnos do "Curso profissional" e de adatação precisam obter média anual não inferior a 4, em cada cadeira ou matéria. Além da média de que trata este artigo, precisam os alunos do "Curso profissional" demonstrar, nos trabalhos praticos, durante o anno, pelo menos uma applicação regular, considerada tal quando obtiverem pelo menos 50% de notas regular. A média anual será a média aritmetica das notas obtidas em provas parciais mensais.

Art. 23. O regimento interno da escola fixará o emprêgo do tempo, a ordem dos trabalhos e a disciplina escolar .

Art. 24. O periodo do ano letivo será de 10 meses.

Art. 25. As férias no curso de adaptação terão a duração de 2 meses e serão gosadas de 1 a 30 de junho e de 15 de dezembro a 15 de janeiro.

Art. 26. Os alunos do "Curso profissional" gosarão férias gerais de 15 de dezembro a 15 de janeiro e férias parciais de 1 de junho a 15 de julho, compreendendo estas, sómente as aulas teóricas.

Art. 27. Os alunos de qualquer dos cursos, que obtiverem média mensal inferior a 4, ficarão privados de saída por 30 dias. Atingindo esta privação o período de férias, cumprirão os alunos o restante da penalidade quando regressarem ao estabelecimento.

Art. 28. O diretor da escola distribuirá pelos professores primarios o adjuntos as materias do curso de adaptação, tendo em vista as necessidades do ensino.

Art. 29. Por falta de média anual ou por terem sido reprovados em exames de 2ª época. em qualquer das cadeiras do curso profissional, provas práticas nas oficinas, ou das materias do "Curso de adaptação", os alunos perderão o ano, só sendo permitida a repetição de ano uma vez em cada

CAPITULO IV

DA ADMISSÃO DE ALUNOS

Art. 30. Para ser admitido ao "Curso de adaptação" deverá ter o candidato no minimo 12 e no maximo 18 anos e saber lèr e escrever.

Art. 31. Para ser admitido ao curso profissional, deverá o candidato ter sido aprovado no 4º ano do "curso de adaptação", quando o aluno do referido curso, e, quando estranho ao estabelecimento, ter no minimo 16 anos e no maximo 21 e ter sido aprovado em exame de admissão, que versará sôbre os programas do curso de adaptação.

Art. 32. Para qualquer dos cursos deverá o candidato ter compleição fisica suficiente para os trabalhos de campo, não sofrer de molestia contagiosa, inféto contagiosa e ser vacinado, o que será verificado pelo medico da escola.

Art. 33. Serão matriculados em 1º lugar, quando os houver, os candidatos ao Curso profissional aprovados no exame de admissão e na ordem em que forem classificados, sendo que, em igualdade de condições, terá preferencia o candidato filho de agricultor ou de trabalhador rural, cabendo as vagas restantes aos candidatos ao Curso de adaptação na seguinte proporção: 80 % para os filhos de agricultores ou de trabalhadores rurais; 20 % para os demais candidatos.

Art. 34. Na admissão dos diversos candidatos será rigorosamente obedecida a ordem cronologica dos requerimentos, dentro do critério estabelecido na última parte do artigo anterior.

Art. 35. A matricula será efetuada pelo diretor mediante requerimento ao mesmo dirigido, acompanhado da certidão de idade, e, quando o candidato fôr filho de agricultor ou trabalhador rural, documento que prove essa qualidade, a juizo do diretor.

Art. 36. A matricula no Curso profissional terá lugar sómente no 1º ano. No "Curso de adaptação", a matricula se fará em qualquer época e ano do curso, conforme o grau de adeantamento do candidato, verificado por uma comissão composta dos professores da 1ª e 2ª cadeiras, do professor primário ou de um adjunto designado pelo diretor, na falta do professor primario.

Art. 37. Para os alunos do "Curso de adaptação" que forem matriculados durante o 2º semestre do ano letivo, a falta de média ou reprovação só será considerada como repetição de ano, para efeito do disposto no art. 29, a contar do ano letivo seguinte.

CAPITULO V

DOS EXAMES

Art. 38. As aulas encerrar-se-ão 5 dias úteis antes da Terminação do último mês do ano letivo, para apuração das médias anuais de que trata o art. 22, seguindo-se os exames, a começar pelos alunos do "Curso de adaptação".

Art. 39. Os exames, em qualquer dos cursos, versarão sôbre matéria lecionada, constante dos respectivos programas.

Art. 40. Os exames do "Curso de adaptação" constarão de provas escritas, orais e de desenho; as do "Curso profissional," de Provas praticas, escritas, orais e de desenho.

Art. 41. As provas praticas referentes a cada cadeira serão organizadas pelo diretor e professores em conjunto, não sendo admitidos, ás demais provas, os alunos nelas reprovados.

Art. 42. Os exames nas oficinas constarão de provas praticas organizadas pelo diretor e mestre das oficinas e terão lugar na última quinzena do ano letivo, ficando prejudicada a prova do aluno que não houver obtido a média de que trata a art. 22.

Parágrafo único. Os alunos reprovados em qualquer das provas das oficinas não poderão entrar nos demais exames.

Art. 43. A prova prática da 5ª cadeira referente a topografia, será efetuada na última quinzena do ano letivo, ficando prejudicada a prova do aluno que não obtiver a média de que trata o Art. 22.

Art. 44. As notas em qualquer das provas de exame, serão dadas de 0 a 10. A nota de aprovação de cada cadeira será o resultado da divisão, por 2, da soma das notas das provas escritas e orais. As notas de aprovação no curso de adaptação serão por matéria e obtidas, pela divisão por 2, da soma das notas das provas escritas e orais, exceto quanto a de desenho que será a de prova grafica.

Parágrafo único. As notas serão assim avaliadas :

- a) mais de 3 o 6, simplesmente;
- b) mais de 6 a 9, plenamente;
- c) mais de 9 a 10, distinção;
- d) até 3, reprovação.

Art. 45. A comissão examinadora das cadeiras do "Curso profissional" compor-se-á do diretor, como presidente e examinador do 4ª cadeira e dos professores das demais cadeiras; a comissão examinadora das provas praticas das oficinas compor-se-á do diretor, como presidente, e dos mestres de oficinas; a comissão examinadora do "Curso de adaptação" compor-se-á do diretor, como Presidente, de um professor primário designado pelo diretor e dos professores do 1ª e da 2ª cadeiras do "Curso profissional".

Art. 46. Para os alunos reprovados, ou que em 1ª época não hajam comparecido á 2ª chamada, haverá uma 2ª época de exame.

CAPITULO VI

DOS DIPLOMAS E CERTIFICADOS

Art. 47. A escola conferirá, expedidos pelo diretor, aos alunos que houverem feito o Curso profissional:

- a) diploma do "Instrutor agrícola";
- b) certificado de "Pratico em agricultura".

§ 1º O diploma de "Instrutor agrícola" só será concedido aos alunos que houverem obtido pelo menos 75 % do máximo de pontos que poderiam obter pela soma das notas de aprovação nos exames das diversas cadeiras e oficinas. O certificado de "Prático em agricultura" será concedido aos alunos que não houverem obtido aquela percentagem.

§ 2º O número de pontos obtidos pelo alunos do curso profissional" constará do diploma ou certificado.

§ 3.º Os portadores de diplomas e certificados expedidos pela escola em igualdade de condições, terão preferencia nas nomeações ou admissões para os cargos federais condizentes com a sua profissão. Si a igualdade de condições se verificar entre êles, a preferencia será dada ao que houver obtido maior número de pontos no "Curso profissional".

CAPITULO VII

DAS SECÇÕES

Art. 48. A secção de zootecnia compreenderá as seguintes divisões: a) tecnologia rural; b) apicultura; c) avicultura; d) suinocultura; e) sericicultura; f) gado leiteiro e animais de trabalho; g) agrostologio.

Art. 49. A secção de agricultura compreenderá as seguintes divisões: a) arboricultura frutícola; b) viticultura; c) horta modelo e cultura de hortaliças em grande escala; d) parques, jardins e plantas ornamentais; e) viveiros e sementeiras; f) silvicultura; u) cultura de cereais.

Paragrafo único. O professor da 3ª cadeira será encarregado da secção de zootecnia, cabendo-lhe organizar a orientação técnica do mesmo, submetendo-a á aprovação do diretor, bem como quaisquer providencias a ela atinentes. Na parte relativa ao ensino e trabalhos práticos, será ele auxiliado por dois práticos de industrias agricolas.

Art. 50. Para as divisões da secção de agricultura, a cargo do diretor, tendo em vista a importancia das respectivas culturas, serão admitidos, pelo mesmo, auxiliares necessários que trabalharão sob sua orientação.

CAPITULO VIII

DEPENDÊNCIAS E INSTALAÇÕES

Art. 51. Haverá na escola as seguintes dependências e instalações: a) depósito de maquinas, aparelhos, instrumentos e utensílios agrícolas; b) cocheira, estabulo, porcilgas, apiario, aviário, pequena sirgaria, estrumeira, paiol, silos, etc., além de instalações para beneficiamento de produtos: c.) instalação para fabrico de doces, geleias, compotas, vinhos e sucos de frutas, etc. ; d) instalações para fabrico de queijo, manteiga e outros produtos de laticínios; e) instalações para pequena salsicharia; f) oficinas para trabalhos em ferro, madeira e couro; g) posto meteorológico; h) gabinete de física com aparelhos simples; i) laboratório de química com aparelhos necessários ao ensino, e análises simples ao solo, adubos, fungicidas, inseticidas e produtos da indústria agrícola; j) gabinete de história natural com coleções didáticas; k) museu agrícola; l) biblioteca.

CAPITULO IX

DO PESSOAL DOCENTE E ADMINISTRATIVO

Art. 52. Será o seguinte o pessoal docente e administrativo da Escola Agrícola de Barcelona : um diretor e professor da 4ª cadeira; um vice-diretor e professor da cadeira; um professor da 3ª cadeira; um médico; um professor da 5ª cadeira; um 2º escriturário; um professor da 1ª cadeira; um cirurgião dentista; um professor primário; um ecônomo almoxarife; três mestres de oficinas; dois práticos de industrias agrícolas; um chefe de disciplina; três adjuntos de professor primário; um escrevente datilografo; um conservador de gabinetes e laboratórios: um porteiro continuo.

Art. 53. O diretor, o vice-diretor e o professor da 3ª cadeira, pela natureza dos serviço a seu cargo, darão oito horas de serviço diário á Escola.

Art. 54. Os funcionários da Escola perceberão os vencimentos da tabela anexa.

CAPITULO X

DOS DEVERES DO PESSOAL DE ENSINO E ADMINISTRATIVO

Do diretor:

Art. 55. Ao diretor, que será substituído em seus impedimentos pelo vice-diretor, incumbe: 1º, distribuir e fiscalizar todos os serviços interentes á Escola, de acordo com o presente regulamento e o regimento interno;

2º, lecionar a 4ª cadeira, orientar e dirigir os trabalhos da Secção de agricultura,¹

3º, inspecionar as diversas dependências da Escola, valendo pela boa ordem dos serviços e disciplina;

4º, encaminhar ao diretor do Ensino Agrônômico, devidamente informados, os requerimentos ou qualquer papel que dependa de solução superior, em que sejam interessados os funcionários ou alunos;

5º, autorizar, mediante despacho, a matricula. de alunos e as certidões que tiverem de ser extraídas dos livros de escrituração ;

6º, responder ás consultas que lhe forem feitas relativamente ao assunto de sua cadeira, encaminhando aos demais professores aquelas que se relacionarem com suas cadeiras, velando

para que sejam atendidas convenientemente, devendo ser as respectivas respostas transmitidas por seu intermédio;

7º, promover, na sede da Escola, exposições agrícolas ou de interesse agrícola;

8º, designar os professores que devam fazer excursões com os alunos, estabelecendo o itinerário e a respectiva orientação, submetendo sua resolução a aprovação do diretor do Ensino Agrônômico;

9º, rubricar todos os livros de escrituração da Escola;

10. prorrogar, sem remuneração extraordinária, até 15 dias, o expediente de qualquer funcionario ou serventuario da Escola, de acôrdo com a exigencia do serviço;

11. elaborar o projeto de orçamento anual da Escola, remetendo-o ao diretor do Ensino Agronomico;

12. designar qualquer funcionario da Escola para auxiliar os serviços de outros, sempre que tal providencia se imponha, ou pela urgencia ou por acumulo de trabalho;

13. apresentar ao diretor do Ensino Agronomico, até a dia 15 de fevereiro, o relatorio anual dos trabalhos dos escola;

14. aplicar ao pessoal permanente e variavel e aos alunos, as penalidades constantes dêste regulamento, que forem de sua alçada, o que fará por portaria, constando as mesmas dos assentamentos do pessoal e dos alunos;

15. o diretor residirá no predio que lhe é destinado, na séde da Escola;

16. o diretor é o superior hierarquico do todos os funcionarios da Escola;

Do vice-diretor:

Art. 56. Ao vice-diretor incumbe :

1º, substituir o diretor em seus impedimentos temporarios:

2º; auxiliá-lo em todos os trabalhos da diretoria;

3º, lecionar a 2ª cadeira, de acôrdo com o respectivo programa ;

4º Comparecer, diariamente, ao serviço, participando, por escrito, ao diretor, quando, por qualquer motivo justificavel, não puder comparecer .

5º Incumbir-se, de acôrdo com o que determinar o regimento interno, da parte referente á vida escolar dos alunos e disciplina dos mesmos, levando ao conhecimento do diretor, por escrito, qualquer irregularidade verificada.

6º Fiscalizar os serviços da rouparia, enfermaria e dor mitorios e o movimento de alunos com essas dependencias.

7º Fiscalizar o ponto do pessoal variavel.

8º Autorizar as saídas extraordinarias de alunos, por meio de licenças escritas e fiscalizar as que forem estabelecidas no regulamento interno.

9º Emitir seu parecer em todos os processos referentes á indisciplina de alunos ou a reclamação que os mesmos façam ao diretor.

10. Ter sob sua guarda e responsabilidade todo o material agricola permanente e os moveis da escola.

Do professor da 3ª cadeira:

Art. 57. Ao professor da 3 cadeira compete:

1º Lecionar a 3ª cadeira, de acôrdo com o respectivo programa.

2º Comparecer, diariamente, ao serviço, participando, por escrito, ao diretor, quando, por qualquer motivo justificavel, não puder comparecer.

3º Requisitar ao almoxarifado as rações necessarias aos animais, assistindo a sua aplicação diaria,

4º Zelar pela saúde dos animais, levando ao conhecimento do diretor tudo que de anormal se verificar na secção a seu cargo e as providencias urgentes que houver tomado em cada caso.

5º Fazer manter em rigoroso asseio os estabulos, cocheiras e pocilgas, galinheiros e demais dependencias da secção de zootecnia.

6º Propôr ao diretor a castração de animais que, improprios para reprodutores, devem ser aproveitados na salsicharia.

7º Manter em dia, rigorosamente, a escrita referente á produção de leite.

8º Providenciar quanto ás culturas forrageiras necessarias á alimentação dos animais.

9º Ter sob sua guarda e responsabilidade todo o material permanente da secção de zootecnia.

Do professor da 5º cadeira:

Art. 58. Ao professor da 5ª Cadeira compete:

1º Lecionar a 5º cadeira e trabalhos manuais e desenho aos alunos do “Curso de adaptação”, de acôrdo com os respectivos programas.

2º Executar todos os trabalhos de desenho e topografia necessarios á escola, sem prejuizo das aulas.

3º Ter sob sua guarda e responsabilidade todo o material permanente de desenho e topografia.

Do professor da 1ª cadeira:

Art. 59. Ao professor da 1ª cadeira compete:

1º Lecionar a 1ª cadeira, de acôrdo com o respectivo programa.

2º Proceder, no laboratorio de quimica, ás analyses de adubos, inseticidas, fungicidas, que foram adquiridos para a escola,

Do médico :

Art. 60. Ao médico compete:

1º Comparecer, diariamente, á escola, para visita médica, em hora que for estabelecida.

2º Examinar, de 60 em 60 dias, todos os alunos, constando esse exame de uma ficha individual, remetida após cada exame, ao conhecimento do diretor, por parte do serviço.

3º Proceder exame médico em todos os candidatos que tenham de ser matriculados, e informando, no respectivo processo, estar ou não o candidato em condições de saúde para ser matriculado.

4º Comparecer á escola para prestar serviços médicos aos alunos, sempre que fôr chamado.

5º Prestar serviços médicos aos trabalhadores da escola e pessoas de suas familias.

6º Dar um pequeno curso prático de higiene aos alunos em geral, e aos alunos do “Curso profissional”, um curso rapido de medicina de emergencia e cuidados anti-ofidicos.

7º Ter sob sua guarda todo o material permanente que constituir o gabinete médico.

Do 2º escrivario:

Art. 61. Ao 2º escrivario compete:

1º Redigir toda a correspondencia da escola.

2º Fazer toda a escrita da escola, de acôrdo com as ordens em vigor e pela fórmula que fôr estabelecida no regimento interno.

3º Processar todos os papeis que tenham de subir ao conhecimento do diretor, fazendo sucinta exposição do assunto e interpondo sua opinião, quando julgar necessario.

4º Fazer lavrar todas as átas de exames e outras átos que tiverem logar na escola.

5º Organizar os processos de concorrencias e de pagamentos de contas.

6º Organizar as folhas de pagamento.

7º Propor ao diretor da escola todas as medidas que julgar necesárias ao bom andamento dos trabalhos a seu cargo.

Do escrevente-dactilógrafo:

Art. 62. Ao escrevente-dactilógrafo compete:

1º Auxiliar o 2º escriturário em todos os serviços e substituí-lo em seus impedimentos.

2º Ter sob sua guarda o arquivo da escola.

Do economo-almoxarife:

Art. 63. Ao economo-almoxarife compete:

1º Ter sob sua guarda todo o material adquirido pela escola para, seus serviços, escriturando-o em livros próprios.

2º Superintender o serviço de cópia e cozinha.

3º Apresentar ao diretor, mensalmente, uma relação do material permanente requisitado pelos funcionários da escola para o serviços a seu cargo, para ser feita, por ela, a carga no inventário de cada requisitante.

4º Fornecer o material necessário aos serviços da escola, mediante requisição do funcionário que dê precisar, visada pelo diretor, na qual será dado o recibo competente.

5º Propôr ao diretor a aquisição do material de consumo habitual, que se tornar necessário, de forma a não haver falta dos mais necessários.

Do cirurgião-dentista:

Art. 64. Ao cirurgião-dentista compete:

1º Prestar, diariamente, assistência aos alunos, durante um tempo não inferior a três horas.

2º Atender a qualquer chamado, fóra do período normal, sempre que algum aluno precisar de seus serviços.

3º Ter sob sua guarda e responsabilidade todo o material permanente que constituir o gabinete dentário.

Dos práticos de indústrias agrícolas:

Art. 65. Aos práticos de indústrias agrícolas compete:

1º Instruírem praticamente os alunos no fabrico de conservas, doces, vinhos, suco de uvas e outras frutas, queijos, manteiga e produtos de pequena saizicharia.

2º Ao prático de indústrias agrícolas para os produtos de origem vegetal compete a venda de todos os produtos da escola, de acôrdo com as normas que forem estabelecidas no regimento interno.

3º Cada prático de indústrias agrícola terá sob sua guarda e responsabilidade todo o material permanente que constituir a aparelhagem da dependencia em que exercer suas funções.

Dos mestres de oficinas:

Art. 66. Aos mestres de oficinas compete:

1º Instruírem os alunos nos trabalhos de ferro, madeira e couro, de acôrdo com os respectivos programas e de forma a que os mesmos adquiram os conhecimentos necessários para satisfazerem as necessidades da vida agrícola no que depender desses trabalhos.

2º O ensino visará principalmente o concerto e a confecção de aparelhos, apetrechos e ferramentas agrícolas.

3º Além do ensino, os mestres de oficinas executarão todos os serviços que forem necessárias á escola.

4º Cada mestre de oficina terá sob sua guarda e responsabilidade todo o material permanente que constituir a aparelhagem da dependencia em que exercer suas funções.

Do professor primario:

Art. 67. Ao professor primario compete:

1º Lecionar as matérias do "Curso de adaptação", de acôrdo com o art. 3º e programa do curso.

2º velar pela boa ordem nas aulas;

3º fiscalizar as aulas a cargo dos adjuntos.

Dos adjuntos :

Art. 68. Aos adjuntos, compete:

1º lecionar as materias do “Curso de adaptação”, de acôrdo com o art. 3º e programa do curso.

Do chefe de disciplina :

Art. 69. Ao chefe de disciplina, compete :

1º, manter a mais rigorosa disciplina entre os alunos, de acôrdo com o art. 78;

2º, zelar pela conservação de todo a mobiliario escolar, apurando a responsabilidade dos alunos quando houver dano em qualquer movel escolar, por êles praticado;

3º, comparecer, diariamente, á escola, das 7 ás 17 horas;

4º, fazer toda a escrita referente ás penalidades aplicadas aos alunos, para orientar, por ela, o serviço, bem como o do movimento de alunos para a enfermaria e gabinetes médico e dentario ;

5º, velar pelo asseio dos alunos, impedindo que se apresentem com uniformes em más condições da limpeza;

6º, ter a seu cargo a biblioteca da escola, impedindo que as livros ou quaisquer outras publicações sejam retirados sem prévia ordem do diretor, devendo o funcionario ou aluno que as retirar passar o respectivo recibo e restituí-lo no prazo máximo de três dias.

Do conservador de gabinetes e laboratorios :

Art. 70. Ao conservador de gabinetes e laboratorios, compete ;

1º, ter sob sua guarda e responsabilidade todo o material dos gabinetes e laboratorios que manterá em perfeito estado de conservação e de uso;

2º, cumprir todas as ordens que emanarem dos professores com que tiver de trabalhar, fazendo no recinto dos gabinetes e laboratorios respectivos a necessaria vigilancia, quando os alunos estiverem em trabalhos;

3º, providenciar para que, diariamente, todos os aparelhos, vasilhames e qualquer material utilizado no serviço do ensino do dia, sejam recolhidos aos lugares competentes, depois da limpeza indispensavel.

Art. 71. O pessoal permanente da escola está sujeita ás seguintes penalidades, de conformidade com a falta que houver cometido: 1º, observação; 2º, repreensão; 3º perda da gratificação de um a oito dias; 4º, perda de todos os vencimentos por igual periodo; 5º, suspensão do exercicio, com perda de vencimentos, de um a trinta dias; 6º, demissão.

Paragrafo unico. As penas constantes dos ns. 1 a 4 serão aplicadas pelo diretor, e as de n. 5, pelo diretor do Ensino Agronomico, sob proposta do diretor, ouvida o deliquente.

Art. 72. Ao pessoal variavel serão aplicadas pelo diretor as mesmas penalidades constantes do artigo anterior.

Art. 73. Com exceção dos professores da 1ª e 5ª cadeiras, do professor primario e adjuntos, que gosarão férias escolares, os demais funcionarios gosarão férias regulamentares.

CAPITULO XI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 74. O ensino nas oficinas devará particularizar o concerto de máquinas e aparelhos agricolas e confecção de instrumentos, aparelhos e arreios destinados aos serviços da lavoura.

Art. 75. Os alunos estarão sujeitos ás seguintes penas disciplinares: 1) observação; 2) privação de recreio; 3) privação de saída; 4) supressão de diárias; 5) supressão de férias; 6) suspensão até oito dias; 7) expulsão.

§ 1º As penalidades constantes dos ns. 3, 4, 5, 6 e 7, são da competencia exclusiva do diretor.

§ 2º A pena de expulsão será aplicada mediante processo em que fique provada a falta grave cometida pelo aluno, ou a documentação que prove a inconveniencia de sua permanencia no estabelecimento como elemento prejudicial á disciplina ou á moral.

Art. 76. Todas as penalidades aplicadas pelo diretor, constarão do registro que constituirá a fé de ofício de cada aluno.

Art. 77. E' concedido aos alunos o direito de recurso escrito, para o diretor, das penalidades que lhes hajam sido aplicadas.

Art. 78. A disciplina entre os alunos será mantida por èles proprios em turmas diarias e pela fórmula que for determinada pelo regimento interno.

Paragrafo unico. Os alunos responsaveis pela disciplina, serão orientados e fiscalizados pelo chefe de disciplina e guardas.

Art. 79. As pequenas infrações regulamentares e disciplinares serão punidas pelo vice-diretor, pelos professores, chefes de disciplina, guardas, alunos encarregados de disciplina, mestres de oficinas, mestres de cultura e encarregados dos serviços, pela fórmula estabelecida no regimento interno, não constando tais penalidades da fé do ofício do aluno.

Art. 80. Os serviços das secções e das diversas dependencias serão cuidadosamente escriturados, de fórmula a serem controlados e oferecerem elementos para julgamento de eficiencia dos mesmos, devendo o diretor da escola submeter á deliberação superior qualquer sugestão que julgue conveniente.

Art. 81. Os trabalhos práticos poderão ser assistidos por qualquer agricultor ou pessoa interessadas, mediante licença do diretor.

Art. 82. Em caso de molestia o aluno poderá ser licenciado pelo diretor, desde que tal providencia seja julgada necessaria pelo médico do estabelecimento, não podendo ser superior a seis mêses o prazo da licença.

Art. 83. A licença concedida ao aluno não o isentará do que estabelece o art. 29 desde que, na ocasião em que fôr licenciado, as suas médias já determinem a impossibilidade de entrar em exame.

Art. 84. Quando, no último semestre do ano letivo, o aluno repetente encontrar-se, por suas médias, na impossibilidade de entrar em exame ou ser promovido, será desligado do estabelecimento, a juizo do diretor.

Art. 85. O aluno que fôr jubilado par fôrça do disposto do art. 29, não poderá obter nova matricula na escola, salvo tratando-se de alunos do "Curso de adaptação" que poderão matricular-se no "Curso profissional", prestando exame de admissão a que se refere o art. 31.

Art. 86. O diretor organizará o horario a que ficarão sujeitos todos os funcionarios e empregados da escola, obedecido o disposto no art. 53.

Art. 87. Nas oficinas da escola serão feitos todos os trabalhos necessarios ao estabelecimento, dentro das possibilidades de suas instalações.

Art. 88. O regimento interno da escola será expedido pelo ministro, mediante bases. apresentadas pelo diretor da escola e aprovadas pelo diretor do Ensino Agronomico.

Art. 89. O diretor, o vice-diretor, o prático de indústrias agricolas, o encarregado dos produtos de origem vegetal, o professor da 3º cadeira (zootecnia) e os operarios e trabalhadores que, a juizo do diretor, devam permanecer junto aos serviços para eficiencia dos mesmos, residirão obrigatoriamente nos imoveis que lhes forem designados no recinto da escola.

Rio de Janeiro, 13 de julho de 1933, 112º da Independencia e 45º da Republica. – Juarez Tavora.

Verba 2ª

DIRETORIA GERAL DE AGRICULTURA

PESSOAL

I – Pessoal permanente

Escola Agricola de Barbacena

7-8

Para	Ord.	Grat.	Total	seis meses
1 Diretor e professor da 4ª cadeira	14:400\$	7:200\$	21:600\$	10:800\$
1 Vice-diretor e professor da 2 cadeira	10:400\$	5:200\$	15:600\$	7:800\$
1 Professor da 3ª cadeira.....	8:000\$	4:000\$	12:000\$	6:000\$
1 Médico.....	8:000\$	4:000\$	12:000\$	6:000\$

1 Professor da 5ª cadeira.....	7:200\$	3:600\$	10:800\$	5:400\$
1 Segundo escrivão	7:200\$	3:600\$	10:800\$	5:400\$
1 Professor da 1ª cadeira.....	6:400\$	3:200\$	9:600\$	4:800\$
1 Cirurgião dentista.....	5:600\$	2:800\$	8:400\$	4:200\$
1 Economo almoxarife.....	5:600\$	2:800\$	8:400\$	4:200\$
1 Professor primario.....	4:800\$	2:400\$	7:200\$	3:600\$
3 Mestres de oficinas.....	4:800\$	2:400\$	7:200\$	10:800\$
2 Práticos de indústrias agricolas.....	4:800\$	2:400\$	7:200\$	7:200\$
7 – 8:				
1 Chefe de disciplina	4:800\$	2:400\$	7:200\$	3:600\$
3 Adjuntos de professor primario.....	4:000\$	2:000\$	6:000\$	9:000\$
1 Escrevente datilografo	4:000\$	2:000\$	6:000\$	3:000\$
1 Conservador de gabinetes e laboratorio	4:000\$	2:000\$	6:000\$	3:000\$
1 Porteiro-continuo.....	3:200\$	1:600\$	4:800\$	<u>2:400\$</u>
Soma.....				<u>97:200\$</u>

Rio de Janeiro, 13 de julho de 1933. – Juarez Tavora.

TABELA A QUE SE REFERE O ARTIGO 54 DÊSTE REGULAMENTO

	Ord.	Grat.	Total
Diretor e professor da 4ª cadeira.....	14:400\$	7:200\$	21:600\$
Vice-diretor e professor da 2ª cadeira .	10:400\$	5:200\$	15:600\$
Professor da 3ª cadeira	8:000\$	4:000\$	12:000\$
Médico.....	8:000\$	4:000\$	12:000\$
Professor da 5ª cadeira	7:200\$	3:600\$	10:800\$
2º Escrivão .	7:200\$	3:600\$	10:800\$
Professor da 1ª cadeira	6:400\$	3:200\$	9:600\$
Cirurgião dentista .	5:600\$	2:800\$	8:400\$
Economista almoxarife.....	5:600\$	2:800\$	8:400\$
Professor primario .	4:800\$	2:400\$	7:200\$
Mestre de oficina	4:800\$	2:400\$	7:200\$
Prático de indústrias agricolas.....	4:800\$	2:400\$	7:200\$
Chefe de disciplina	4:800\$	2:400\$	7:200\$
Adjunto de professor primario.....	4:000\$	2:000\$	6:000\$
Escrevente datilografo	4:000\$	2:000\$	6:000\$
Conservador de gabinete e laboratorio	4:000\$	2:000\$	6:000\$
Porteiro continuo	3:200\$	1:600\$	4:800\$

Rio de Janeiro, 13 de julho de 1933. – Juarez Tavora.

(*) Decreto n. 22.934, de 13 de julho de 1933 – Retificação publicada no Diário Oficial de 11 de agosto de 1933:

“No parágrafo único do art. 4º onde se lê: lei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1931, leia-se : lei n. 4,242, de 5 de janeiro de 1921.

Retificação publicada no Diário Oficial de 22 de dezembro de 1933:

“**Art. 18.** Para os trabalhos práticos nos campos e nas oficinas, os alunos do curso profissional serão divididos em turmas, que se revezarão semanalmente. Os trabalhos no campo autorizam a requisição dos alunos destacados para as oficinas, sempre que se tratar de serviços que possam ser feitos dentro de determinada época, não podendo tais requisições exceder de 15 dias, em cada oficina, dentro do ano letivo. Para ser julgada a aplicação dos alunos nos trabalhos práticos apresentará cada turma, semanalmente, ao diretor, um relatório dos trabalhos executados na semana anterior, assinado pelos componentes da turma e por um deles redigido, que o lerá na presença de todo o curso, fazendo o diretor as considerações necessárias, discutindo e julgando os trabalhos executados, confirmando ou não as notas de aplicação dadas pelos chefes dos trabalhos praticos.

.....
Art. 60. Ao medico compete:

1º Comparecer diariamente à escola para visita médica, em hora que fôr estabelecida.

2º Examinar de 60 em 60 dias, todos os alunos, constando esse exame de uma ficha individual, remetida, após cada exame, ao conhecimento do diretor, por parte do serviço.

.....
Art. 75. Parágrafo 3º. Aos alunos que, nas provas mensais, obtiverem nota igual ou superior a 6 em todas as materias ou cadeiras, poderá o diretor isentar, no todo ou em parte, do cumprimento das penalidades a que estiverem sujeitos.

.....
Art. 89. O diretor, o vice-diretor, o prático de indústrias agrícolas e encarregado dos produtos de origem vegetal, o professor da 3º cadeira (zootécnica) e os operários e trabalhadores que, a juízo do diretor, devam permanecer junto aos serviços para eficiência dos mesmos, residirão obrigatoriamente nos imóveis que lhes forem designados no recinto da escola. ”